

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LUCAS ALVES PEREIRA

**LER A CIDADE PELO ESPAÇO PÚBLICO: Dinâmicas de produção e reprodução dos
espaços de sociabilidade**

Uberlândia

2023

LUCAS ALVES PEREIRA

**LER A CIDADE PELO ESPAÇO PÚBLICO: DINÂMICAS DE PRODUÇÃO E
REPRODUÇÃO DOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Uberlândia, campus Santa Mônica, para defesa como requisito parcial obrigatório para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Dinâmicas Territoriais e Estudos Ambientais.

Linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais.

Orientador: Prof. Dr. William Rodrigues Ferreira

Uberlândia

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

P436L Pereira, Lucas Alves, 1988-
2023 *Ler a cidade pelo espaço público [recurso eletrônico] : dinâmicas de produção e reprodução dos espaços de sociabilidade / Lucas Alves Pereira. - 2023.*

Orientador: William Rodrigues Ferreira.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2023.8035>

Inclui bibliografia.

1. Geografia. I. Ferreira, William Rodrigues, 1968-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

André Carlos Francisco
Bibliotecário - CRB-6/3408



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H35 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4381/3291-6304 - www.ppgeo.ig.ufu.br - posgeo@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	GEOGRAFIA				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, Número 238, PPGGEO				
Data:	28 de março de 2023	Hora de início:	13h:30min.	Hora de encerramento:	17h:00min.
Matrícula do Discente:	11913GEO015				
Nome do Discente:	LUCAS ALVES PEREIRA				
Título do Trabalho:	LER A CIDADE PELO ESPAÇO PÚBLICO: DINÂMICAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE				
Área de concentração:	DINÂMICAS TERRITORIAIS E ESTUDOS AMBIENTAIS				
Linha de pesquisa:	DINÂMICAS TERRITORIAIS				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se no Campus Santa Mônica de forma on-line (Sala 14) do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em GEOGRAFIA, assim composta: Professores Doutores: [Fernando Luiz Araújo Sobrinho - UNB-DF](#); [Luiz Andrei Gonçalves Pereira - UNIMONTES](#); [Beatriz Ribeiro Soares - IG-UFU](#); [Carlos Roberto Loboda - FACIP-UFU](#) e [William Rodrigues Ferreira - IG-UFU](#) (orientador do candidato). Os Professores participaram de forma remota.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, [Professor William Rodrigues Ferreira - IG-UFU](#), apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[Aprovado\(a\).](#)

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de [Doutor](#).

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **William Rodrigues Ferreira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/03/2023, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Andrei Gonçalves Pereira, Usuário Externo**, em 28/03/2023, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Luiz Araujo Sobrinho, Usuário Externo**, em 28/03/2023, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Roberto Loboda, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/03/2023, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Ribeiro Soares, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/03/2023, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4289574** e o código CRC **B45B8EDB**.

Dedico este trabalho à minha mãe e ao meu
pai, por todo apoio e carinho.
Dedico, especialmente, à Fran, que esteve
presente com todo seu amor, ao longo dos
últimos anos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fran, pelo apoio incondicional, pelo companheirismo e por dividirmos os momentos tristes e somarmos os momentos alegres. Tudo que sou, tudo que fiz, só consegui porque tive você ao meu lado. A você, todo meu amor!

Agradeço à minha mãe, Lourdes, e ao meu pai, Irai, pelo apoio, pela compreensão e paciência, não somente neste momento recente, mas ao longo de toda a minha jornada acadêmica. À minha mãe, não tenho palavras para expressar toda a minha gratidão!

Agradeço ao professor William, pelo incentivo, motivação e orientação nesta caminhada acadêmica. Obrigado por sempre estar sempre disponível e pela liberdade para a condução da pesquisa.

Agradeço a um amigo de longa data, por tantas conversas geográficas e não geográficas, pelo apoio e os bons conselhos, também pelos outros conselhos não tão bons, mas que me fizeram refletir. Muito obrigado, Lucas Bernado.

Agradeço à família que me recebeu em Uberlândia, me tornando parte de sua própria família. Meu muito obrigado ao paizão Marcos, e à mãezinha Flávia, à Vó e aos meus amigos Marcos Flávio e Alexandre. Vocês foram fundamentais!

Agradeço ao Orlando (Osvaldo), amigo de longa data! As voltas que o mundo deu fizeram com que nos aproximássemos novamente. Muito obrigado por ter me recebido e dividido parte de uma trajetória que também foi sua.

Agradeço aos meus professores e amigos que contribuíram com esta pesquisa, Antônio, Hélio e Loboda. Também aos amigos Jéssica, Húrbio, Luciano, Camila, Parreira, Leticia e todos os outros que de alguma parte fizeram parte desta trajetória.

Agradeço ao professor Marcelo Chelotti, por me acolher e me compreender, possibilitando o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço aos amigos e colegas do PPGEIO. Também a todos os membros do LAPUR e do LATRAN, especialmente, Helbaneth, César, Matheus, Wilson e Ricardo, que estiveram sempre mais próximos.

Agradeço à banca, composta pelos professores William, Beatriz, Loboda, Fernando Sobrinho e Luiz Andrei, pela leitura e disposição em participar deste momento tão importante de minha formação.

Agradeço à Hellen, que sempre foi solícita, auxiliando na escrita deste e de outros textos que fizeram parte desta jornada.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pela bolsa concedida durante os anos do curso.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que de alguma forma ajudaram o Brasil a sobreviver!

*“O sol há de brilhar mais uma vez
A luz há de chegar aos corações
Do mal será queimada a semente
O amor será eterno novamente”
(Clara Nunes – Juízo Final).*

RESUMO

Os espaços públicos permitem um interessante olhar sobre a cidade contemporânea, mesmo considerando as distintas escalas do espaço urbano. Por esta perspectiva, os espaços públicos manifestam, sobremaneira, a problemática da cidade enquanto lugar central da reprodução social, evidenciando o momento de crise das relações políticas, econômicas e sociais no âmbito da vida cotidiana. Deste modo, apreender os espaços públicos em sua relação com a cidade e o cotidiano perfaz um importante meio de compreensão das dinâmicas contidas na produção do espaço urbano. Adotamos essa abordagem sobre a temática, objetivando analisar a dinâmica de (re)produção dos espaços públicos, tomando como objeto particular (quadro urbano) o espaço urbano de Ituiutaba. Para atingirmos o objetivo por nós proposto, utilizamos como cerne teórico que conduz o olhar sobre o objeto, o emprego das dimensões da produção do espaço (urbano) indicadas por Lefebvre, sendo elas as dimensões do espaço percebido-representação do espaço, do espaço vivido-espaços de representação e do espaço percebido-práticas (socio)espaciais. A metodologia e os instrumentos estiveram centrados na pesquisa documental, a partir documentos municipais oficiais e pesquisa bibliográfica acerca do tema; atividades exploratórias e intensivas de campo; e realização de coleta de informações por meio de formulários aplicados à população de Ituiutaba. Dos resultados da pesquisa, evidenciamos a identificação o pensamento, bem como as respectivas formas de espaços públicos em cidades brasileiras, demonstrando a pluralidade das formas e dos conteúdos, contribuindo significativamente para dar contexto ao conceitual dos espaços públicos; compreendemos a urbanização de Ituiutaba na constituição do substrato material que influencia na produção dos espaços públicos em Ituiutaba; a conseqüente manifestação dos espaços públicos em Ituiutaba, manifesta pela diversidade das categorias de espaços de sociabilidade; os nexos entre o conceitual da produção do espaço urbano a partir de uma base lefebvriana e os elementos comuns a serem apreendidos na produção dos espaços públicos; a identificação de condições institucionais que o poder público municipal impõe à criação formal de espaços públicos em Ituiutaba; a apreensão da dinâmica de apropriação dos espaços públicos disponíveis à população, atendendo a usos programados e não programados, manifestando também perspectivas de morar que impactam diretamente sobre os espaços públicos; por fim, com base na interação das esferas privadas e públicas da vida cotidiana, encontramos elementos que permitiram caracterizar o uso dos espaços e tempos e a relação com espaços públicos e espaços privados. Ao final, foi possível considerar, a partir dos resultados obtidos, que os espaços públicos mesmo imersos em transformações políticas, econômicas e sociais da cidade e da sociedade, fortalecem a relação entre o habitante de o ato de habitar, tendo em vista a possibilidade de serem apropriados, apresentando-se como indispensáveis para a sociabilidade e para a efetivação da cidadania.

Palavras-chave: Espaço público. Espaços públicos. Produção do espaço. Espaço urbano. Ituiutaba.

ABSTRACT

Public spaces allow an interesting look at the contemporary city, even considering the different scales of urban space. From this perspective, public spaces manifest, above all, the problem of the city as a central place of social reproduction, highlighting the moment of crisis in political, economic and social relations in the context of everyday life. In this way, apprehending public spaces in their relationship with the city and everyday life constitutes an important means of understanding the dynamics contained in the production of urban space. We adopted this approach on the subject, aiming to analyze the dynamics of (re)production of public spaces, taking the urban space of Ituiutaba as a particular object (urban framework). In order to reach the objective proposed by us, we use as a theoretical core that guides the look on the object, the use of the dimensions of the production of (urban) space indicated by Lefebvre, being they the dimensions of the perceived space-representation of the space, of the lived space -spaces of representation and perceived space-(socio)spatial practices. The methodology and instruments were centered on documentary research, based on official municipal documents and bibliographical research on the subject; exploratory and intensive field activities; and carrying out information collection through forms applied to the population of Ituiutaba. From the research results, we evidenced the identification of thought, as well as the respective forms of public spaces in Brazilian cities, demonstrating the plurality of forms and contents, significantly contributing to give context to the conceptual of public spaces; we understand the urbanization of Ituiutaba in the constitution of the material substrate that influences the production of public spaces in Ituiutaba; the consequent manifestation of public spaces in Ituiutaba, manifested by the diversity of categories of sociability spaces; the connections between the conceptual production of urban space from a Lefebvrian basis and the common elements to be apprehended in the production of public spaces; the identification of institutional conditions that the municipal government imposes on the formal creation of public spaces in Ituiutaba; the apprehension of the dynamics of appropriation of public spaces available to the population, meeting programmed and non-programmed uses, also manifesting perspectives of living that directly impact public spaces; finally, based on the interaction between the private and public spheres of everyday life, we found elements that allowed us to characterize the use of spaces and times and the relationship with public and private spaces. In the end, it was possible to consider, from the results obtained, that public spaces, even immersed in political, economic and social transformations of the city and society, strengthen the relationship between the inhabitant and the act of inhabiting, in view of the possibility of be appropriate, presenting themselves as indispensable for sociability and for the realization of citizenship.

Keywords: Public place. Public spaces. Space production. Urban space. Ituiutaba.

RESUMEN

Los espacios públicos permiten una mirada interesante a la ciudad contemporánea, incluso considerando las diferentes escalas del espacio urbano. Desde esta perspectiva, los espacios públicos manifiestan, sobre todo, la problemática de la ciudad como lugar central de reproducción social, destacando el momento de crisis de las relaciones políticas, económicas y sociales en el contexto de la vida cotidiana. De esta forma, aprehender los espacios públicos en su relación con la ciudad y la vida cotidiana constituye un medio importante para comprender las dinámicas contenidas en la producción del espacio urbano. Adoptamos este enfoque sobre el tema, con el objetivo de analizar la dinámica de (re)producción de espacios públicos, tomando el espacio urbano de Ituiutaba como un objeto particular (marco urbano). Para alcanzar el objetivo que nos proponemos, utilizamos como núcleo teórico que orienta la mirada sobre el objeto, el uso de las dimensiones de la producción del espacio (urbano) indicadas por Lefebvre, siendo ellas las dimensiones del espacio percibido- representación del espacio, del espacio vivido -espacios de representación y espacio percibido- prácticas (socio)espaciales. La metodología e instrumentos se centraron en la investigación documental, con base en documentos oficiales municipales e investigación bibliográfica sobre el tema; actividades de campo exploratorias e intensivas; y realizar la recolección de información a través de formularios aplicados a la población de Ituiutaba. A partir de los resultados de la investigación, evidenciamos la identificación del pensamiento, así como de las respectivas formas de los espacios públicos en las ciudades brasileñas, demostrando la pluralidad de formas y contenidos, contribuyendo significativamente a contextualizar la conceptualización de los espacios públicos; entendemos la urbanización de Ituiutaba en la constitución del sustrato material que influye en la producción de espacios públicos en Ituiutaba; la consecuente manifestación de espacios públicos en Ituiutaba, manifestada por la diversidad de categorías de espacios de sociabilidad; las conexiones entre la producción conceptual del espacio urbano desde una base lefebvriana y los elementos comunes a ser aprehendidos en la producción de espacios públicos; la identificación de las condiciones institucionales que impone el gobierno municipal a la creación formal de espacios públicos en Ituiutaba; la aprehensión de las dinámicas de apropiación de los espacios públicos disponibles para la población, atendiendo usos programados y no programados, manifestando también perspectivas de habitar que impactan directamente los espacios públicos; finalmente, a partir de la interacción entre las esferas privada y pública de la vida cotidiana, encontramos elementos que permitieron caracterizar el uso de los espacios y tiempos y la relación con los espacios públicos y privados. Al final, fue posible considerar, a partir de los resultados obtenidos, que los espacios públicos, aun inmersos en transformaciones políticas, económicas y sociales de la ciudad y la sociedad, fortalecen la relación entre el habitante y el acto de habitar, en vista de la posibilidad de ser apropiados, presentándose como indispensables para la sociabilidad y para la realización de la ciudadanía.

Palabras clave: Lugar público. Espacios públicos. Producción del espacio. Espacio urbano. Ituiutaba.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Movimento da tríade lefebvriana da produção do espaço.....	32
Figura 2: Movimento da tríade lefebvriana da produção do espaço.....	33
Figura 3: Abordagem da concepção científica dos espaços públicos.....	39
Figura 4: Problemas hipotéticos gerados em uma área central urbana.....	66
Figura 5: O espaço público e os espaços de sociabilidade na cidade contemporânea.....	120
Figura 6: Abordagem acerca da urbanização de Ituiutaba (MG)	123
Figura 7: Evolução do movimento de fragmentação do Triângulo Mineiro – 19840 a 1901	129
Figura 8: Câmara Municipal de Ituiutaba (MG), meados de 1901	130
Figura 9: Visão aérea de Ituiutaba (MG), em 1938	134
Figura 10: Fragmentação do município de Ituiutaba (MG) e Capinópolis (MG), de 1915 a 1962	144
Figura 11: Abordagem da identificação dos espaços públicos, em Ituiutaba.....	170
Figura 12: Praças localizadas no Bairro Residencial Portal dos Ipês, em Ituiutaba.....	186
Figura 13: Abordagem sobre a (re)produção dos espaços públicos	238
Figura 14: Imagens aéreas da Praça Senador Moreira da Gama, em Ituiutaba, entre 2006 e 2021	253
Figura 15: Imagens aéreas e da paisagem da antiga área reservada para a Praça Ipiranga, em Ituiutaba, em 2014 e em 2022	254
Figura 16: Imagens aérea de 2022, como limites aproximados da área desafetada em 1987, no Bairro Universitário, em Ituiutaba.....	255
Figura 17: Museu Antropológico de Ituiutaba (MUSAI), em 2022	278
Figura 18: Canteiro Central da Rua 14, em Ituiutaba, por imagem aérea, foto da paisagem e projeto de intervenção	279
Figura 19: Linhas do transporte coletivo urbano de Ituiutaba, em 2022.....	281
Figura 20: Equipamentos de vigilância utilizados pelo Poder Público Municipal nos projetos Olho Vivo e o Centro Integrado de Controle e Comando, em Ituiutaba.....	287
Figura 21: Abordagem das condições determinantes na produção dos espaços públicos.....	289
Figura 22: Abordagem da produção dos espaços públicos a partir das relações entre Estado e sociedade	293
Figura 23: Postagem da Prefeitura Municipal de Ituiutaba, em junho de 2021, sobre a manutenção de sinalização de trânsito e asfaltamento	302
Figura 24: Postagem da Prefeitura Municipal de Ituiutaba, em junho de 2021, sobre obras de manutenção asfáltica.....	303
Figura 25: Postagem da Prefeitura Municipal de Ituiutaba, em Fevereiro de 2021, sobre decreto que regulamenta a aprovação e a implantação de parklets	304
Figura 26: Postagem da Prefeitura Municipal de Ituiutaba, em fevereiro de 2021, sobre os serviços de manutenção realizados em alguns espaços públicos	305
Figura 27: Postagem da Prefeitura Municipal de Ituiutaba, em janeiro de 2021, sobre presença do poder público municipal no Parque do Goiabal	306

Figura 28: Postagem da Prefeitura Municipal de Ituiutaba, em fevereiro de 2021, sobre a fiscalização de aglomerações durante a pandemia de Coronavírus.....	308
Figura 29: Participação do prefeito, vereadores e outros funcionários públicos em inauguração de obras na Avenida José João Dib, em Ituiutaba, em 2014	311
Figura 30: Inauguração do Centro Turístico Camilo Chaves Neto, em Ituiutaba, em março de 2015	312
Figura 31: Centro Turístico Camilo Chaves Neto, em Ituiutaba, em 2021	313
Figura 32: Estádio Júlia de Pádua e visita dos vereadores ao local, em Ituiutaba, em 2021 ..	314
Figura 33: Obra na Praça dos Trabalhadores, interação e intervenção da sociedade local de Ituiutaba	317
Figura 34: Manifestação política na Praça Cônego Ângelo, em Ituiutaba, em 2020	318
Figura 35: Uso da Rua 22 (Centro) para manifestação em favor do agronegócio, em Ituiutaba, em 2021	319
Figura 36: Preparação para manifestação política na Praça Getúlio Vargas, em 2020	320
Figura 37: Usos na Praça Cônego Ângelo (Centro), em Ituiutaba, em 2021	322
Figura 38: Manifestações artísticas e cultural no Calçadão de Ituiutaba, em 2021.....	323
Figura 39: Manifestação artística e cultural na Praça Mário Natal, em Ituiutaba, em 2021 ..	324
Figura 40: Manifestação cultural e religiosa em Ituiutaba, em 2021: Congada na Praça 13 de Maio.....	325
Figura 41: Uso relacionado ao comércio e consumo em praças, em Ituiutaba, em 2021	327
Figura 42: Estruturas para o uso voltado para o comércio e consumo em espaços públicos, em Ituiutaba, em 2021	330
Figura 43: Apropriação do canteiro central da Avenida Nivaldo Inácio Moreira, no Bairro Lagoa Azul I, em Ituiutaba, em 2021	331
Figura 44: Apropriação vinculada a atividades esportivas da Praça dos Trabalhadores, em Ituiutaba, em 2021	333
Figura 45: Apropriação do espaço público de canteiro, rua e praça para o lazer, em Ituiutaba, em 2021	334
Figura 46: Apropriação do que é apontado com praça no mapa oficial da Prefeitura Municipal de Ituiutaba, no Bairro Jardim Europa, em Ituiutaba, em 2021.....	336
Figura 47: Pequenas intervenções da população em três praças de Ituiutaba-MG	337
Figura 48: Reportagem sobre a articulação para intervenção no Calçadão, em Ituiutaba.....	341
Figura 49: Plantio de árvores no canteiro central da Avenida Minas Gerais, em Ituiutaba ...	342
Figura 50: Usos que privatizam calçadas, em Ituiutaba	343
Figura 51: Quadras privadas e quadras públicas, em Ituiutaba, em 2021	345
Figura 52: Fachada residencial dotada de equipamentos de segurança e vigilância, também com manifestação do morador em Ituiutaba, em 2021.....	347
Figura 53: Abordagem sobre os espaços públicos e o cotidiano	365
Figura 54: Síntese da abordagem da pesquisa	400

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Recorte com percurso preferencial para as atividades de campo nas ruas	36
Mapa 2: Localização de Ituiutaba (MG).....	125
Mapa 3: Núcleo de ocupação original da cidade de Ituiutaba, na década de 1920	133
Mapa 4: Malha urbana da cidade de Ituiutaba (MG), na década de 1940.....	138
Mapa 5: Ituiutaba (MG), com os respectivos bairros implantados até 1970.....	141
Mapa 6: Ituiutaba, com os respectivos bairros implantados até o ano de 2000	152
Mapa 7: Ituiutaba, com os respectivos bairros consolidados e em implantação até 2021	161
Mapa 8: Materialidades do espaço público em espaços de sociabilidades, em Ituiutaba	173
Mapa 9: Localização das praças, em Ituiutaba	177
Mapa 10: Primeiro grupo de praças de Ituiutaba identificadas como espaços públicos de uso comum	178
Mapa 11: Segundo grupo de praças de Ituiutaba identificadas como espaços públicos de uso comum	181
Mapa 12: Terceiro grupo de praças de Ituiutaba identificadas como espaços públicos de uso comum	183
Mapa 13: Praças de Ituiutaba, avaliadas segundo Pereira e Ferreira (2023).....	188
Mapa 14: Parques identificados em Ituiutaba.....	193
Mapa 15: Localização das feiras livres identificadas em Ituiutaba	194
Mapa 16: Pistas de caminhadas identificadas em Ituiutaba	196
Mapa 17: Campos de futebol, quadras poliesportivas e equipamentos comunitários identificados em Ituiutaba	198
Mapa 18: Principais canteiros centrais identificados em Ituiutaba	201
Mapa 19: Ruas do hipercentro e “Calçadão”, em Ituiutaba	203
Mapa 20: Espaços particulares de uso coletivo de lazer	204
Mapa 21: Espaço particular de uso coletivo voltado para o consumo (Shopping).....	206
Mapa 22: Espaços públicos especiais de função social para idoso(a)s - CRAS.....	207
Mapa 23: Espaços de sociabilidade e a renda dos domicílios em Ituiutaba	209
Mapa 24: Espaços de sociabilidade e a faixa etária dos habitantes em Ituiutaba.....	211
Mapa 25: Praça Mário Natal, no Bairro Natal, em Ituiutaba.....	267
Mapa 26: Principais pontos identificados nos canteiros centrais usados pelo comércio do entorno, em Ituiutaba.....	329
Mapa 27: Modificações e adaptações que demonstram apropriações no Bairro Novo Tempo II em Ituiutaba, em 2022	339
Mapa 28: Loteamentos fechados e loteamentos de acesso controlado, em Ituiutaba.....	349
Mapa 29: Distribuição espacial dos respondentes a partir dos bairros, na cidade de Ituiutaba	367

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Teses selecionadas que abordam o espaço público como objeto empírico	43
Quadro 2: Empresas e outras organizações, por seção da classificação de atividades (CNAE 2.0), no município de Ituiutaba, m 2010 e 2019	156
Quadro 3: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na mesma semana de referência, por seção de atividade de trabalho principal, em 2010.....	158
Quadro 4: Conjuntos e loteamentos consolidados e em implantação até o ano de 2021	163
Quadro 5: Conteúdo destacado sobre os espaços públicos e as atividades em público contidas no CPMI (Lei nº 309/55)	270
Quadro 6: Conteúdo destacado sobre os espaços públicos e as atividades em público contidas no CPMI (Lei nº 1.363/70)	271
Quadro 7: Indicações à Câmara Municipal de Ituiutaba, vinculadas aos espaços públicos, entre 2015 e 2021	298
Quadro 8: Cotidianidade relacionada à frequência com que os respondentes visitam os lugares indicados, em Ituiutaba.....	381
Quadro 9: Cotidianidade relacionada aos períodos do dia e permanência em que os respondentes visitam os lugares, em Ituiutaba	382
Quadro 10: Cotidianidade dos respondentes relacionada à compras e comunicação cotidiana, em Ituiutaba	385
Quadro 11: Melhorias a serem realizadas nos espaços públicos (praças e parques) de Ituiutaba, segundo os respondentes	390

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Demografia e taxa de urbanização da microrregião de Ituiutaba (MG), entre 1960 e 1970	145
Tabela 2: Pessoas ocupadas, por atividades, em Ituiutaba e na sua microrregião, entre 1970 e 1990	150
Tabela 3: População em Ituiutaba e nos demais municípios de sua Microrregião, entre 1970 e 2000	151
Tabela 4: População em Ituiutaba e nos demais municípios de sua Microrregião, no período entre 2010 e 2020	154
Tabela 5: População residente, entre 2000 e 2010, em Ituiutaba, e seus respectivos lugares de nascimento	159
Tabela 6: Características do entorno dos domicílios particulares em áreas urbanas com ordenamento regular, em Ituiutaba, no ano de 2010	165
Tabela 7: Homicídios consumados em Ituiutaba (MG), Uberlândia (MG) e Belo Horizonte (MG), entre 2012 e 2021 (taxa por mil hab.).....	285
Tabela 8: Valores relativos a faixas etárias dos respondentes, em Ituiutaba.....	369
Tabela 9: Valores relativos à cor ou raça dos respondentes, em Ituiutaba	370

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: PIB por setor econômico, em Ituiutaba (1920, 1949 e 1959)	139
Gráfico 2: População ocupada por setores da economia, em Ituiutaba (MG), entre os anos de 1920, 1940 e 1950	140
Gráfico 3: Participação por cultura agrícola na microrregião de Ituiutaba, no período entre 1973 e 2000	147
Gráfico 4: Produção animal, em Ituiutaba, entre 1974 e 2000	148
Gráfico 5: Estabelecimentos da indústria, comércio e serviços, em Ituiutaba, entre 1970 e 1955	149
Gráfico 6: Participação das principais culturas agrícolas na produção total da Microrregião de Ituiutaba, entre 2000 e 2010	155
Gráfico 7: Frota de veículos, em Ituiutaba, entre 2006 e 2021.	280
Gráfico 8: Número de furtos, roubos e lesão corporal, em Ituiutaba (MG), Uberlândia (MG) e Belo Horizonte (MG), entre 2015 e 2021 (taxa por mil hab.)	284
Gráfico 9: Tempo de moradia dos respondentes, em seus respectivos bairros	368
Gráfico 10: Escolaridade dos respondentes, em Ituiutaba.....	371
Gráfico 11: Renda média familiar (em salários-mínimos de 2021) dos respondentes, em Ituiutaba.....	372
Gráfico 12: Impacto da pandemia sobre a ocupação e a renda dos respondentes, em Ituiutaba	373
Gráfico 13: Primeiro lugar mais visitado pelos respondentes, em Ituiutaba	376
Gráfico 14: Segundo lugar mais visitado pelos respondentes, em Ituiutaba	377
Gráfico 15: Localização por bairros dos lugares mais visitados pelos respondentes, em Ituiutaba.....	378
Gráfico 16: Meio de deslocamento mais utilizado pelos respondentes ao se direcionarem aos lugares indicados, em Ituiutaba	380
Gráfico 17: Impacto da pandemia sobre a dinâmica das visitas e usos dos lugares indicados pelos respondentes, em Ituiutaba.....	383
Gráfico 18: Principais atividades realizadas em casa pelos respondentes, em Ituiutaba	384
Gráfico 19: Impacto da pandemia no dia a dia dos respondentes em suas casas, em Ituiutaba	386
Gráfico 20: Principais motivos que levam os respondentes a frequentarem espaços públicos, em Ituiutaba	387
Gráfico 21: Principais motivos que levam os respondentes a não frequentar espaços públicos, em Ituiutaba	388
Gráfico 22: Lugares que necessitam ser aumentados, em quantidade, em Ituiutaba, segundo os respondentes	391
Gráfico 23: Consideração dos respondentes sobre as ruas, praças e parques de Ituiutaba.....	392
Gráfico 24: Responsabilidade sobre os espaços públicos, segundo os respondentes, em Ituiutaba	393

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BA	Bahia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEU	Centro de Artes e Esportes Unificados
CICC	Integrado de Controle e Comando
CMI	Câmara Municipal de Ituiutaba
CNAA	Companhia Nacional de Açúcar e Alcool
CNEFE	Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos
CRAS	Centro de Referência e Assistência Social
DGE	Diretoria Geral de Estatística
FCI	Fundação Cultural de Ituiutaba
Feproarti	Feira do Produtores e Artesão de Ituiutaba
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFTM	Instituto Federal do Triângulo Mineiro
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MG	Minas Gerais
MRG	Microrregião
PI	Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMI	Prefeitura Municipal de Ituiutaba
PPGEO	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PPGEP	Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal
PPM	Poder Público Municipal
PPP	Parceria Público Privada
PR	Paraná
REGIC	Região de Influência de Cidades
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
SAE	Superintendência de Água e Esgoto de Ituiutaba
SP	São Paulo
UBSF	Unidade Básica de Saúde Familiar
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1. O PENSAMENTO SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO A PARTIR DE CIDADES BRASILEIRAS: VISÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS	39
1.1 Estudos a partir de cidades brasileiras: visões teóricas e práticas	39
1.2 Elementos possíveis do espaço público.....	44
1.3 Perspectivas e abordagens sobre o espaço público brasileiro	63
1.3.1 O Espaço Público nas Áreas Centrais: A rua como referência – Um estudo de caso em Uberlândia – MG.....	63
1.3.2 Práticas socioespaciais e espaços públicos em Guarapuava – PR.....	69
1.3.3 Os espaços de sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente	75
1.3.4 O(s) espaço(s) público(s) numa cidade desigual e segregada	80
1.3.5 A transformação da noção de espaço público: a tendência à heterotopia no Largo da Carioca	85
1.3.6 Os largos da cidade de Porto Alegre: a produção do espaço e as apropriações alternativas	91
1.3.7 O espaço público em cidades médias: análise da dinâmica socioespacial de praças e parques de Limeira - SP.....	95
1.3.8 Os espaços públicos de lazer da cidade de Teresina (PI)	103
1.3.9 A percepção do espaço público na modernidade: um olhar sobre a cidade de Natal	108
1.3.10 A dinâmica dos espaços públicos de lazer em cidades da aglomeração urbana de Londrina – PR.....	112
1.4 Encaminhamentos acerca do espaço público concebido cientificamente	116
2. O QUADRO EMPÍRICO: ITUIUTABA NO CONTEXTO URBANO GEOGRÁFICO	123
2.1 Da fundação à década de 1970	126
2.2 Da década de 1970 até o ano 2000	146
2.3 A partir do século XXI	154
2.4 Síntese da evolução urbana de Ituiutaba	166
3. OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE ITUIUTABA: DIFERENTES FORMAS MATERIAIS NA CIDADE.....	170
3.1 Praças.....	174
3.1.1 Avaliação das praças da cidade de Ituiutaba	187
3.2 Parques.....	190
3.3 Feira públicas.....	194
3.4 Pistas de caminhada.....	195
3.5 Campos de futebol, quadras e equipamentos comunitários.....	197
3.6 Espaços públicos emergentes – canteiros centrais	199
3.7 As ruas	202
3.8 Espaços particulares de uso coletivo para o lazer	204
3.9 Espaços particulares de uso coletivo para o consumo (<i>shopping center</i>)	205
3.10 Espaços públicos especiais com função social – sociabilidade para idoso(a)s: CRAS..	206
3.11 Distribuição dos espaços públicos: rendimento domiciliar e faixas etárias	208
4. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E OS ESPAÇOS PÚBLICOS: ELEMENTOS TEÓRICOS	214

4.1 A produção do espaço e os espaços públicos na cidade: da instrumentalização à apropriação	220
4.2 Considerações finais sobre os elementos teóricos da produção do espaço e dos espaços públicos.....	238
5. DINÂMICA DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO – O PODER PÚBLICO MUNICIPAL: AS CONDIÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO FORMAL.....	244
5.1 Espaços públicos como propriedade do Estado.....	246
5.2 As funções e usos concebidos para os espaços públicos de uso comum: o estético, o lazer (recreação), o cultural e o social.....	258
5.3 O controle dos usos no espaço físico e a referência aos costumes como controle da sociabilidade.....	268
5.3.1 A garantia à circulação: ruas e calçadas	273
5.4 A questão da segurança e a vigilância	282
5.5 Considerações finais sobre o ordenamento como condição	289
6. DINÂMICA DE (RE)PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS – ENTRE O FORMAL E O INFORMAL: DEMANDAS, USOS E MANIFESTAÇÕES	291
6.1 Vontade política e a cidade de Ituiutaba: desdobramentos dos interesses segmentados e localizados sobre os espaços públicos	296
6.1.1 As indicações à Câmara Municipal de Ituiutaba	297
6.1.2 As redes sociais e o engajamento digital participativo.....	301
6.1.3 Os espaços públicos concebidos e o uso político	309
6.2 Os usos que integram o habitante e o habitar a partir dos espaços públicos	315
6.2.1 Manifestações políticas.....	316
6.2.2 Manifestações artísticas, culturais e religiosas.....	321
6.2.3 O consumo popular: praças, calçadas, <i>parklets</i> e canteiros	326
6.2.4 O lazer ativo	332
6.3 Da ausência do Estado: as demandas não atendidas	335
6.4 Considerações finais sobre os espaços públicos e a sociedade local.....	352
7. COTIDIANO E ESPAÇOS PÚBLICOS: UM OLHAR A PARTIR DOS HABITANTES DE ITUIUTABA	356
7.1 O perfil dos respondentes	366
7.2 Os espaços e formas de uso na cidade a partir do cotidiano da população	374
7.3 As atividades na cotidianidade privada	384
7.4 Os espaços públicos, segundo a população local	386
7.5 Caracterização do cotidiano da sociedade ituiutabana e os espaços públicos.....	394
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	400
REFERÊNCIAS.....	405
APÊNDICES	422
APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE PESQUISA JUNTO À POPULAÇÃO	423
ANEXOS.....	437
ANEXO I – RELAÇÃO DAS PRAÇAS PÚBLICAS, EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E ÁREAS VERDES, EXISTENTES NO CENTRO E BAIROS DESTA CIDADE [ITUIUTABA – MG]	438

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico pode ser compreendido como projeção das relações de produção de sua época sobre o mundo. Partindo dessa possibilidade de abordagem – a produção do espaço geográfico –, temos dois elementos orientadores e complementares: o primeiro, remete-se à dinâmica da produção a partir das relações sociais, econômicas ou políticas estabelecidas; o segundo, evidencia a materialidade das práticas como critério de manifestação da realidade. As perspectivas das relações e práticas na produção do espaço evidenciam a cidade assumindo o protagonismo juntamente ao desenvolvimento da sociedade.

Nesse movimento, a cidade, enquanto fenômeno material que representa a reunião dos fixos e fluxos, do objetos e formas, com seus respectivos conteúdos e funções, recebeu os impactos do desenvolvimento da sociedade nas esferas sociais, políticas e econômicas. Percorrendo essa trajetória histórica, a cidade foi adquirindo espacialidades e temporalidades específicas, à medida que a vida humana se realizou.

Neste percurso de desenvolvimento da cidade, considerando a dinâmica das relações e das práticas materiais, duas esferas da realização da vida podem ser identificadas, e, impreterivelmente, demarcam lugares específicos na cidade. Essas esferas são manifestadas pela esfera privada e a pública. Ao longo da constituição do espaço urbano dentro dos marcos ocidentais, em termos de escala que se articulam, as esferas podem ser evidenciadas pelo domínio privado do sujeito, de seu corpo, da família; enquanto isso, de outra maneira, o domínio público é representado pela reunião, pelas possibilidades de contato, pelas interações. Nessa perspectiva, ao observarmos mais propriamente o domínio em que a cidade está inserida, sua representação está diretamente vinculada ao espaço público.

A perspectiva da relação direta entre a cidade e o espaço público é tratada de maneira elucidativa no prólogo feito por Lorea, no livro “*La producción del espacio*” (versão espanhola, 2020), de Henri Lefebvre. Na exposição feita por Lorea (2020), são discutidos, sobretudo tendo como referência outras obras de Lefebvre, mais precisamente com base no livro “O direito à cidade”, os nexos entre o que se entende por espaço público e por espaço urbano. Desse modo, é demonstrado que a relação entre os dois conceitos e suas respectivas materializações implicam apreendê-los em sua natureza comum, constituída pela simultaneidade, pelos encontros, pela convergência das comunicações e informações, pelo conhecimento e reconhecimento, bem como pela confrontação de diferenças políticas e ideológicas. A cidade e o espaço público manifestam-se como lugar do desequilíbrio permanente, do lúdico e do imprevisível (LOREA, 2020).

O autor vai mais adiante na interpretação da relação entre espaço urbano e espaço público, observando-os a partir de suas manifestações na contemporaneidade. Segundo Lorea (2020), essa relação entre o espaço urbano e o espaço público, como fenômeno contemporâneo, evidencia a surgência da consideração de um espaço público cívico como um espaço de consenso e de respeito, orientado e controlado por normatizações cívicas, reduzindo o que acontece nesse espaço à aquilo que é previsível. A manifestação do espaço público cívico, ao se realizar com a sustentação dos usos considerados socialmente aceitos, pode repelir a espontaneidade e a inventividade nos espaços públicos. Para tanto, em certa medida, a surgência do espaço público cívico nega a essência do desenvolvimento a partir da reunião e da diferença, sendo limitadas as apropriações àquelas programadas, enviesando para apropriações negativas, pois, dominadoras de espaços, inviabilizando as possibilidades políticas horizontalizadas (LOREA, 2020).

Essa relação entre a leitura do espaço urbano e o espaço público contida em Lefebvre é indicada também por Delgado (2011), que, por sua vez, chama a atenção para a abordagem a respeito do peso que a dimensão abstrata, ideal tem em sua produção. Mais especificamente, o autor indica como o espaço concebido e a sua respectiva representação adentram no conhecimento, e, por conseguinte, na utilização de técnicas especialmente voltadas ao planejamento, impactando na forma com que o espaço público se manifesta como discurso e prática. Nesse processo, ocorrem conflitos e contradições a partir das dimensões de produção, tanto aquelas que concernem às formas quanto às que têm referência direta nos sujeitos (DELGADO, 2011). Na perspectiva adotada, os conflitos e contradições apresentam-se na medida em que o espaço público criado também é usado, influenciando a cidade a partir dos lugares em que se realiza a vida urbana, em contraposição ou em consonância com os espaços produzidos pelos Estado.

A partir das premissas de Lorea (2020) e Delgado (2011), nos é permitido apreender, dentre os processos que fazem parte da produção do espaço urbano, mais propriamente, em sua materialidade, como se desenrola o processo que contém as dinâmicas relacionadas à produção do espaço público, desde sua concepção institucional até a apropriação pelo uso banal, no cotidiano da sociedade, que, ao se reproduzir, reproduz o espaço, o urbano e, também, o público.

Encaminhando mais diretamente para uma primeira aproximação para o arcabouço conceitual acerca do espaço público – mais especificamente a matriz que histórica que baseia, entre os estudiosos que se ancoram em seu conceito, majoritariamente, o consideram desde a cidade política, especialmente na Grécia Antiga, onde a cidade tende a se diferenciar pela realização das esferas pública e privada e o exercício do debate supostamente democrático.

Desse modo, em princípio, o elemento político estrutura o espaço público. Neste momento, o espaço público surge como centro do poder decisório, onde as instituições que definem a cidade e o poder do cidadão passam a se manifestar na própria estrutura intraurbana (GOMES, 2014). A cidade comporta, então, uma dimensão imaterial (simbólica) e uma dimensão material (lugares), que são relacionadas na forma de representação política dos cidadãos.

Ainda que possam ser observadas certas fragilidades na forma de representação política ocorrida na Grécia Antiga, compreende-se o espaço público, nesse momento, como sendo o local da ação política, onde as relações públicas visam ao equilíbrio na participação dos cidadãos sobre os temas relevantes à cidade. Assim, o espaço público materialmente constituído é o local onde o indivíduo se solta das limitações da necessidade da casa, voltando-se para as possibilidades a partir da vida ativa (ARENDDT, 1991). O espaço público, pela matriz grega, se configura, então, como o local da ação política. Também é local da ação comunicativa, onde o poder de enunciação deve ser equivalente, sendo utilizada, para isso, a razão argumentativa, realizando a esfera pública e constituindo o diálogo e o agir comum, tendo a *Ágora*, assim, fundamental importância, como lugar privilegiado para a realização da política (HABERMAS, 2014).

Para Arendt (1991) e Habermas (2014), o espaço público é sinônimo de esfera, sendo impossível dissociá-los. No entendimento dos autores, o espaço público é uma dimensão abstrata, que se manifesta entre os indivíduos quando estes se propõem a expressar suas opiniões e as colocam em um debate que demanda um lugar específico; já na dimensão material, os indivíduos estão localizados para a realização da comunicação. Sendo assim, o espaço público funciona como uma camada do espaço social, nela circulando signos tangíveis ou intangíveis, na comunicação, em amplo sentido, e ocupando um lugar.

Para Gomes (2014), é indicado que essa esfera pública, ao se materializar em determinadas formas urbanas específicas, adquire a espacialidade, como condição de funcionamento. Portanto, a esfera pública, ao se manifestar em espaços públicos, especificamente em urbanos, adquire sua razão de ser a partir do espaço antagônico ao privado, ganhando contornos com base na civilidade ocorrida na sociabilidade comum. Ocorre, assim, uma diferenciação espacial qualificada pelo espaço – que tende a ser comum – e o conteúdo social, dado pela civilidade.

Para os autores citados, o espaço público, tendo como referência a gênese grega e a consolidação pelo Direito Romano com a propriedade pública, passa pela cidade comercial; séculos depois, pela cidade industrial, e os processos que se desdobraram a partir da

complexificação social, da realização do capitalismo e da sedimentação da modernidade impactaram diretamente sobre a forma espaço público.

Para Gomes (2014), devido à crise entre “público e privado”, na modernidade, os ideais clássicos são alterados. A burguesia e o desenvolvimento da industrialização tiveram papel fundamental nessa transformação, na medida em que a cidade implodiu e explodiu durante o período industrial, transformando-se significativamente, com a tendência de cobertura do mundo pelo tecido urbano (LEFEBVRE, 2019). O espaço público materializa as consequências desses processos, tanto nas características físicas, dentro da estrutura intraurbana, quanto na esfera pública, transformada em esfera pública burguesa (pessoas reunidas em público a partir de interesses privados), que tem parte de seu fundamento na cidade de burguesa (HABERMAS, 2014).

Desde o iluminismo e os ideais liberais, ainda com seus respectivos desdobramentos sociais, econômicos e políticos, vemos também uma mudança do que seriam os indivíduos inseridos na sociedade ocidental. Assim, com a modernidade, consolida-se a “sociedade contratual moderna”, fundada nos valores do racionalismo (econômico), do individualismo (sociopsicológico) e nas aspirações universais. Os efeitos na sociedade e nos indivíduos, a partir da intensificação das relações capitalistas e dos ideais liberais, já na segunda metade do século XX, culminam em relações cada vez mais fluidas e efêmeras, assim como os espaços-tempos (BAUMAN, 2001).

O espaço público manifesta, além de sua produção histórica, também as características de seu tempo; não mais tem seu cerne intrinsecamente vinculado ao elemento político, ganhando contornos de espaços de sociabilidade e fundamentando-se em questões mais voltadas aos elementos sociais. Esse espaço público, em sua materialização, desde a modernidade, é evidenciado por sua pluralidade; por conseguinte, necessita ser tratado como “espaços públicos”, pois apresenta-se com formas espaciais (espaços) diferentes e é acessado por grupos sociais distintos (públicos), mas, permanecendo, ainda, como a reunião da imaterialidade do espaço público e a dimensão material que implica uma prática.

A reunião da dimensão imaterial, constituída pela esfera pública, e a dimensão imaterial, constituída pelo espaço público, se consolidou historicamente, porém com a separação da política decisória e do debate político, resultando em espaços públicos mais voltados a questões sociais e da política cotidiana, do que espaços públicos políticos decisórios. Dessa maneira, atualmente, podemos entender o espaço público, também, a partir das considerações de Gomes (2014), tratando-o como espaço das relações contratuais de cunho social, da civilidade, como regulador das relações na cidade. Indicamos, assim, os espaços públicos como lugares em que

se apresenta um campo de trocas simbólicas que se realiza por meio das interações, mais cotidianas do que voltadas ao debate político e decisórias.

De outra maneira, Dunker (2019, p. 10), apoiando-se nas leituras de Jaques Lacan, indica “que a modernidade cartesiana tem uma estrutura de Garrafa de Klein, ou seja, onde o exterior e o interior se comunicam em zonas de passagem e indeterminação”. Não se sabe o que está dentro ou fora. Partindo dessa lógica, enquanto o urbano se fragmenta, as relações sociais entre indivíduo e coletividade se realizam por meio de vínculos e contatos pouco indistinguíveis, se considerados os elementos públicos e privados, mesmo a intimidade. Imiscuem-se o privado enquanto intimidade e o público como o visto em sociedade.

Encaminhando para uma visão mais crítica acerca do espaço público, para Narciso e Velázquez (2016), os princípios que orientam a construção do espaço público, na modernidade, continuam desvinculando a concepção, gestão e finalidade, desde a cidade política, sobretudo pela forma de representação. Ainda, novas tendências apresentam-se na cidade rentista/neoliberal contemporânea, onde a relação contratual mostra-se deficiente, em virtude do desequilíbrio gerado por uma plutocracia imanente à sociedade, gerando assimetrias de poder e de acessibilidade no espaço público.

De maneira mais simplificada, procurando não esvaziar o conceito, mas identificar nitidamente seus componentes, pode-se apreendê-lo a partir da política (institucional e não institucional) como seu elemento mais potente, sendo “o que define um espaço, público ou privado, segundo a política é a natureza do interesse que o constitui e a extensão dos indivíduos que ele compreende” (DUNKER, 2019, p. 10). De tal modo, ao ser criado e vivido, o Estado e os indivíduos projetam sobre os espaços públicos a relação da posição de quem o cria ou objetiva e o acesso com a consequente prática de quem o realiza.

Reconhecendo a complexidade e pluralidade em que o espaço público permite ser abordado, procuramos nos orientar a partir de uma ótica que se baseia na relação entre o Estado e a ciência, pela delimitação que parte da abstração do espaço público enquanto conhecimento e prática instrumental, e a sociedade como apropriação do espaço público material, ocorrendo, sobretudo, a partir das práticas socioespaciais. Essa abordagem implica analisar o espaço público da cidade enquanto lugar da vida humana que se realiza coletivamente e em contato, bem como o cotidiano como esfera de realização da vida na cidade, entre as dimensões da forma e do sujeito, das instâncias privadas e públicas.

Buscamos uma abordagem que visa compreender o espaço banal, aquele das relações cotidianas, onde ocorre a imposição das determinações e das interações e trocas entre os habitantes, e destes com a cidade; portanto, sua sociabilidade. Para tanto, a relação entre espaço

público, lugar e cotidiano é o que buscamos relacionar por meio de nossa abordagem acerca da (re)produção dos espaços públicos, perfazendo uma leitura do espaço urbano contemporâneo.

Assim, realiza-se a transposição do teórico para ao empírico, através de nosso objeto de pesquisa – o espaço público tratado enquanto conceito para os espaços públicos encontrados na cidade, dotados de conteúdos especificamente determinados a partir dos usos formais e programados, ou possíveis pela subversão e inventividade de novos usos, bem como a produção de novos espaços, pautados no elemento privado, particular e comercial, na apropriação de lacunas proporcionadas pela ausência do Estado.

A complexidade histórica e teórica, bem como o léxico que acompanha o conceito de espaço público, permite-nos identificar tanto elementos de ordem totalizante¹ quanto elementos específicos de cada lugar, sobretudo a partir de regimes políticos distintos. Entretanto, a natureza do conceito, enquanto práxis, subsiste como imanente à própria sociedade. Ituiutaba, enquanto objeto particular, nos auxiliará a demonstrar relevantes manifestações do espaço público, no sentido amplo, bem como a evidenciar elementos do lugar, fundamentando um pensamento endógeno em diversos aspectos científicos.

Como foi exposto, o espaço público é complexo e de suma importância para o desenvolvimento social e urbano, tendo em vista os benefícios a partir do convívio e da troca (ampla), ou seja, a sociabilidade realizada. Neste sentido, buscamos relacionar os conceitos vinculados ao espaço público, dentro da realidade da cidade de Ituiutaba (Minas Gerais – MG), entendendo as particularidades de seu substrato material, contemplando elementos econômicos, demográficos e populacionais que compõem a sociedade local, sendo esta uma vertente de pesquisa ainda muito incipiente para esta cidade.

Evidenciamos que diversos trabalhos sobre o espaço público e uma base empírica foram realizados em outros contextos, cada um com seus respectivos recortes disciplinares e localização de estudo. A título de exemplo, sendo relevantes, citamos, dentre esses trabalhos, os de: Ferreira (2002), Jovchelovich (1995), Leite (2001), Sobarzo (2004), Valverde (2007), Loboda (2008), Alex (2011), Queiroga (2012), Serpa (2014), Narciso (2014), Arantes (2016), Silva (2016), Azevedo (2013), Santos (2015), Celestino (2009) e Bortolo (2015), entre outros, que contribuíram significativamente para o desenvolvimento do tema. No entanto, as análises sempre tendem a ser parciais, devido aos recortes teóricos e empíricos. Nesse sentido, a

¹ Cabe diferenciar *totalidade* como produto e *totalização* como processo. No primeiro caso, é estática, acabada e inerte, portanto, incapaz de compreender as transformações pelos eventos. No segundo, como processo aberto, é salutar e indispensável para a articulação entre as determinações do mundo hegemônico e as possibilidades proporcionadas no lugar, ocorrendo sempre em processo dialético, culminando na heterogeneidade dos eventos. Assim, por *totalizante* entendemos uma tendência à totalização, e não à totalidade.

proposta versada aqui se justifica pela insuficiência no desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao tema, na perspectiva geográfica, em Ituiutaba, e mesmo em cidades de mesmo porte e que apresentam dinâmica semelhante, principalmente no que tange a uma abordagem que também visa compreender a elaboração do espaço público. Assim, mesmo também tendendo à parcialidade, procuramos colaborar com o grupo de autores que estudam o espaço público, compondo o quadro científico acerca da temática.

De outra maneira, a pesquisa se justifica, também, por sua temática e pelo fato de que o espaço público faz parte da vida deste pesquisador, morador de Ituiutaba que utilizou diversas praças e quadras esportivas públicas, ainda mais a rua, durante toda a sua infância e juventude, junto com toda uma geração que residia nessa cidade. Esse fato, hoje, pode ser observado diferentemente, tanto nos espaços apresentados quanto nas práticas encontradas.

Sobre as práticas encontradas, ou, ainda, a ausência de práticas, compreendemos que a tecnologia tem grande impacto sobre a sociabilidade e os usos da cidade. É indiscutível a individualização que objetos, como o celular e a internet, promoveram. Todavia, procuramos apreender as práticas que ainda resistem e as modificações ocorridas. Nesse sentido, um problema a ser enfrentado é a lacuna existente no arcabouço teórico que trata o espaço público, em um primeiro momento, por não contemplar com precisão a realidade empírica pesquisada: cidade brasileira não metropolitana, com todas as suas especificidades. De outro modo, rediscutir o conceito à luz da contemporaneidade, também mostra-se como um esforço de pesquisa.

No viés de contribuição local, a proposta também justifica-se pela busca do entendimento de como a população apreende e interage com os espaços públicos, entre os próprios indivíduos, no momento de sociabilidade. Também, como os espaços públicos, mostram-se estruturados e emitem informações projetadas, influenciando, também, a própria sociedade local, permitindo compreender em que medida ocorre a apropriação pelos sujeitos nestes espaços na cidade, colaborando para a estruturação de políticas públicas locais, dentro do contexto de fortalecimento da produção de lugares públicos.

Na perspectiva do lugar do espaço público e a publicização² do lugar público, na estrutura urbana vigente em Ituiutaba, com crescimento significativo nas últimas décadas³, realizado em proporção desmedida, levando em consideração que esse crescimento não foi acompanhado pelo planejamento, acentua-se mais a centralidade, fortalecendo o vetor

² Efetivação do caráter e uso público no espaço público, antagonizando com a privatização do espaço público.

³ Com base nos mapas municipais oficiais, esse processo culminou com a presença de 75 bairros, em 2015, e de 106 bairros, em 2017 (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, 2017).

monocêntrico e a segregação. Para tanto, faz-se necessário compreender, para repensar essa estrutura, sobretudo dos lugares de sociabilidade, elemento fundamental do cotidiano.

Em outro sentido, contemplando uma contribuição que vai para além do empírico, a discussão do tema baseado nas características da cidade de Ituiutaba, com relevante crescimento no período recente, devido, sobretudo aos projetos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e à expressiva reserva de espaço público (que pode ser observada nos mapas oficiais), faz necessária uma maior compreensão sobre essa dinâmica. Assim, este estudo pode servir, também, de base para outros estudos, e pode se constituir como uma significativa contribuição para o debate acadêmico, bem como para o planejamento por parte do Poder Público Municipal (PPM).

Ao analisar as mudanças das relações sociais, Souza (2013, p. 236) indica que só é possível efetivá-las caso haja também uma alteração em relação “a organização espacial (não somente no que concerne ao substrato material, mas também aos territórios e lugares)”. Do contrário, a mudança das relações sociais fracassaria, se tornando “um verdadeiro contrassenso”. Portanto, o produto desta pesquisa pode proporcionar relevante entendimento dos espaços públicos em cidades não metropolitanas, colaborando tanto para o planejamento quanto para a sociedade, pois, um importante elemento desta proposta advém da procura de lugares e práticas que vão de encontro – mas também, ao encontro da – à hegemonia de espaços produzidos pela lógica econômica – dessa maneira, desigual e desequilibrada.

A indicação dos espaços públicos como um critério de medida da qualidade das relações de sociabilidade – sua transformação qualitativa (negativa) pelo “reco” – impacta diretamente na sociedade e na cidade, fortalecendo a segregação, o distanciamento entre os indivíduos e do urbano, enquanto modo de vida, tornando a cidadania ainda mais precária. A título de exemplo, na contemporaneidade, a centralidade que o *shopping center* exerce na sociabilidade, em diversas cidades, acaba por não efetivar o espaço público, reduzindo a qualidade da vida urbana. Neste sentido, de acordo com Ferreira (2002, p. 45), “o *shopping center*, assim, inscreve-se na categoria de espaço fechado e segregador. Alguns estudiosos o consideram semipúblicos, o que, diante da perspectiva do acesso irrestrito e incondicional, é uma falácia”.

Segundo Sobarzo (2004), essa mudança do espaço público é caracterizada pelo abandono dos ideais de vida urbana e pela consolidação da separação dos segmentos sociais. Somamos a isso a normatização aprofundada, tornando os lugares cada vez mais vigiados e privatizados, e, ainda, a transformação do espaço em mercadoria ou em simples área de circulação, o que limita a cidade apenas à dominação privada.

Sobre a relação entre a reprodução da vida nas cidades e as determinações da lógica da mercadoria, Pádua (2019) argumenta o seguinte:

É pela produção e reprodução do espaço que as relações sociais vão se delineando, que um cotidiano ou um infracotidiano são conformados. Com isso, é o espaço e a própria reprodução da vida que vão sendo perpassados pelas determinações da lógica da mercadoria, que vai configurando formas de apropriação e de uso do próprio espaço. [...].

É preciso ter clareza, no entanto, de que a lógica da mercadoria não diz tudo sobre a reprodução da vida. As determinações da lógica da mercadoria condicionam cada vez mais a reprodução da vida, mas esta não se reduz àquela (PÁDUA, 2019, p. 480; 481).

Nesse sentido, transpondo as considerações de Pádua (2019) para os espaços públicos, não é possível condicionar seu funcionamento apenas às determinações do caráter econômico e financeiro sobre as formas e usos. Porém, essas determinações influenciam significativamente na participação – tanto na produção quanto nos usos. Para tanto, se consideramos o nível mais alto de funcionamento de um espaço público, podemos identificar o “comum”.

Temos como horizonte o “comum”, como se uma gradação fosse o polo mais distante do privado. Essa consideração deve ser apreendida nos sujeitos que ocupam a cidade, bem como as representações *dos e nos* espaços públicos. Portanto, devemos procurar nos processos ativos que afetam os indivíduos, bem como na expressão das formas urbanas, como se manifestam as formas privadas, públicas e do comum nos espaços públicos.

Intentamos, assim, atravessar a superfície das formas e encontrar um conteúdo que se apresenta projetado na contradição entre o pensamento científico e do Estado e a prática do Estado e a sociedade. Segundo Schmid (2012), essa contradição é apresentada por Lefebvre ao trabalhar o espaço social, sendo, portanto, pertinente para o desvendamento da produção do espaço público urbano geograficamente analisado.

A partir da relação complexa apresentada, surgiram questionamentos que a pesquisa se encarregou de buscar responder; sendo eles:

- Qual o pensamento sobre o espaço público, a partir da cidade brasileira?
- Em que medida o processo de urbanização materializa espaços públicos específicos?
- Como se manifestam os espaços públicos em uma cidade brasileira, na contemporaneidade?
- Quais os nexos entre as dimensões da produção do espaço e os espaços públicos?
- De que maneira os espaços públicos são concebidos pelo Estado?
- Quais dinâmicas podem ser apreendidas a partir da apropriação social dos espaços públicos em uma cidade brasileira, na contemporaneidade?

- Como se realizam as práticas socioespaciais cotidianas pelos habitantes em uma cidade brasileira, na contemporaneidade?

Visando responder a essas questões, tomamos como quadro urbano a cidade de Ituiutaba e os desdobramentos socioespaciais que nela são reproduzidos, procurando não reduzir as formas e os processos a camadas fragmentadas da realidade, mas buscando encontrar elementos da estrutura contemporânea do espaço público.

Partimos da hipótese de que o espaço público adquire, na contemporaneidade, conflitos latentes entre as dimensões de sua produção, abarcando o papel do Estado e dos sujeitos, transformando e/ou reduzindo, assim, os espaços e os usos, e, como consequência, restringindo a sociabilidade urbana, precedendo o fortalecimento um espaço público virtual, ou apenas espaços particulares de uso coletivo que não proporcionam sociabilidade, priorizando a homogeneidade. No entanto, permanecem brechas na produção institucional, sendo utilizadas negativamente para aprofundamento da separação, mas também, positivamente pela apropriação de pequenas frações do espaço urbano, enunciando o habitar.

A partir das inquietações advindas da necessidade de compreender o objeto de estudo, visando elucidar as questões delimitadas, bem como testar nossa hipótese através de procedimentos teóricos e empíricos, propomos, então, como principal objetivo, analisar a dinâmica de (re)produção dos espaços públicos, tomando como objeto particular (quadro urbano) o espaço urbano de Ituiutaba.

O objetivo maior se desdobra em objetivos específicos, de modo a constituir não somente etapas da pesquisa, mas também peças de um todo que permitam atingir efetivamente os resultados pretendidos. Portanto, os objetivos específicos são pontuados como:

- a) Investigar o pensamento sobre o espaço público material a partir de cidades brasileiras;
- b) Compreender o processo de urbanização da cidade de Ituiutaba;
- c) Apresentar os espaços públicos como produto da urbanização de Ituiutaba;
- d) Evidenciar os nexos teóricos da (re)produção dos espaços públicos;
- e) Identificar os elementos da concepção dos espaços públicos em Ituiutaba e seus desdobramentos na cidade;
- f) Apreender a dinâmica material da apropriação dos espaços públicos em Ituiutaba; e
- g) Caracterizar as práticas socioespaciais envolvidas no cotidiano dos habitantes de Ituiutaba.

Posteriormente à delimitação deste trabalho, em se tratando da metodologia, buscando atender ao objetivo e aos objetivos específicos, em um primeiro momento, tratamos da pesquisa documental. Baseando-nos nas orientações de Marconi e Lakatos (2003), a coleta de dados de documentação indireta foi realizada a partir de: a) pesquisa documental, por meio de arquivos

municipais (site da câmara: legislação, pautas de reuniões e indicações de vereadores à Câmara Municipal de Ituiutaba (CMI), redes sociais e documentos da imprensa relacionados à temática dos espaços públicos de Ituiutaba, dados cartográficos e censitários no domínio digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), imagens do *Google Earth Pro*, e postagens em redes sociais da Prefeitura Municipal de Ituiutaba (PMI); b) bibliográfica, a partir de livros, teses, dissertações e artigos, e, para estes, as seguintes palavras-chaves foram utilizadas na pesquisa: espaço público; espaços públicos; produção do espaço urbano; práticas socioespaciais; sociedade urbana; e cotidiano.

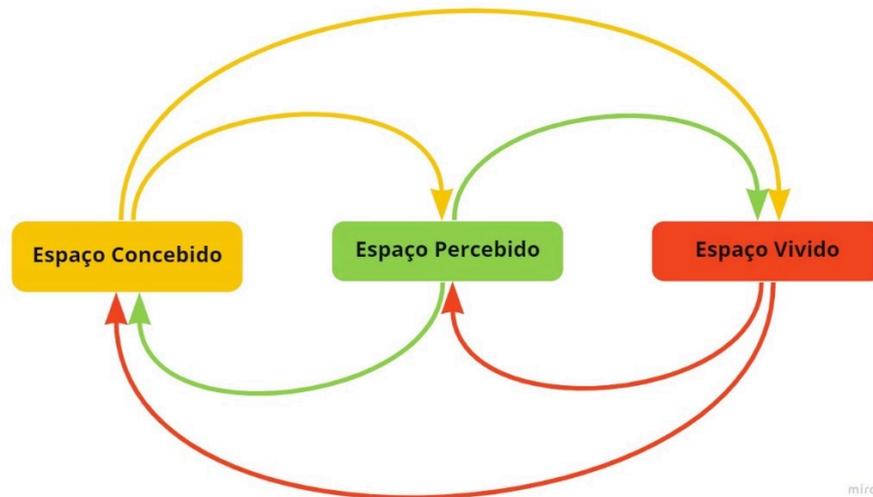
Os instrumentos metodológicos utilizados foram as atividades exploratórias e intensivas de campo, bem como o formulário⁴ (APÊNDICE A). Esses instrumentos foram utilizados visando entender como a população percebe e vive o espaço público, configurando sua sociabilidade e os usos que fazem parte da cotidianidade dos habitantes. Enquanto mediadora, a percepção, combinada com o conceito de prática socioespacial, mostra uma materialidade concreta e produzida (LEFEBVRE, 2013).

Devido às características de abordagem e seus desdobramentos metodológicos, visando atender o nosso objetivo, utilizamos, da tríade lefebvriana, o concebido, que se torna prática por meio do conjunto do ordenamento; o vivido, tangenciado por meio da produção de lugares pela práticas/usos que remontam a uma apropriação que ressignifica o espaço público inerte, conferindo a ele as características (mesmo que aparentemente irrísórias) da necessidade, de demandas, condições que remetem ao habitar a cidade, produzindo pequenas obras que não se submetem a uma lógica economicista reprodutível ou de valorização da terra urbana, subvertendo, ainda que não sendo radical, o programa institucional dos espaços públicos. Também, pela visão que a população tem dos espaços públicos da cidade em questão, utilizamos o percebido através dos usos e fluxos cotidianos, enquanto práticas que remetem à sociabilidade na interação entre público e privado.

Em relação à tríade lefebvriana (Figura 1), tem-se a impossibilidade de exclusão dos termos na análise da produção do espaço, aqui considerado o espaço urbano, mais precisamente, dos espaços públicos na cidade. Por ocorrer como momentos que participam, a seu modo, do processo que permanentemente se realiza, por vezes, esses momentos se imiscuem com os seguintes ou os anteriores, processando-se na dialética da reprodução da sociedade *dos e nos* espaços públicos.

⁴ Documento aprovado segundo o Comitê de Ética em Pesquisa, código: CAAE - 44687521.5.0000.515237815182. Parte do conteúdo de nosso formulário teve inspiração no conteúdo de Bortolo (2015), Celestino (2009), Arantes (2016) e Loboda (2008), sendo adaptado para a realidade de nosso quadro empírico.

Figura 1: Movimento da tríade lefebvriana da produção do espaço



Fonte: Catalão (2008). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

A percepção, combinada com o conceito de prática espacial, mostra uma materialidade concreta e produzida (LEFEBVRE, 2013). Por outro lado, a relação direta entre espaço concebido e espaço vivido, ou seja, não mediada pelo espaço percebido, e a respectiva prática socioespacial, apresenta-se como uma relação no campo das abstrações. A prática espacial, enquanto materialidade

Expresa una estrecha asociación em el espacio percibido e la realidad cotidiana (el uso del tiempo) y la realidad urbana (las rutas y redes que se ligan a los lugares de trabajo, de vida ‘privada’, de ocio). [...] La competencia y la performance espaciales propias de cada miembro de la sociedad sólo son apreciables empíricamente⁵ (LEFEBVRE, 2013, p. 97).

Já no outro momento da tríade lefebvriana,

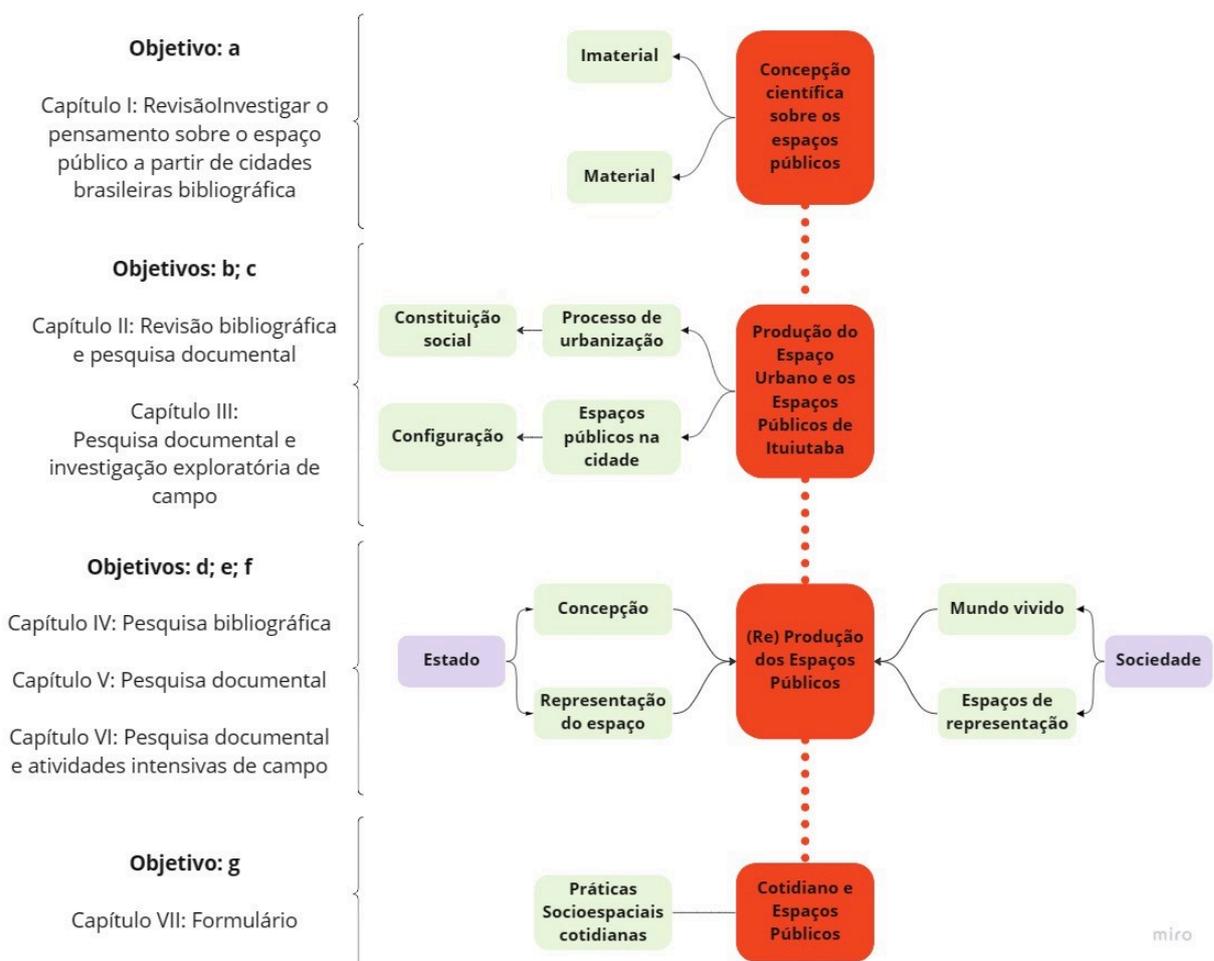
Los espacios de representación, es decir, el espacio vivido [se evidencia] a través de las imágenes y los símbolos que lo acompañan, y de ahí, pues, el espacio de los ‘habitantes, de los ‘usuarios’, [...]. Se trata del espacio dominado, esto es, passivamente experimentado, que la imaginación desea modificar y tomar. Recubre el espacio físico utilizando simbólicamente sus objetos⁶ (LEFEBVRE, 2013, p. 98).

⁵ Tradução do autor: “Expressa uma estreita associação entre o espaço percebido e a realidade cotidiana (o uso do tempo) e a realidade urbana (os percursos e as redes que se vinculam aos locais de trabalho, de vida ‘privada’, de lazer). [...] A competência e a performance espacial de cada membro da sociedade são apenas empiricamente apreciáveis” (LEFEBVRE, 2013, p. 97).

⁶ Tradução do autor: “Os espaços de representação, ou seja, o espaço vivido é evidenciado através das imagens e símbolos que o acompanham, e daí, então, o espaço dos ‘habitantes, dos ‘usuários’, [...]. É o espaço dominado, ou seja, vivenciado passivamente, que a imaginação deseja modificar e assumir. Ele cobre o espaço físico simbolicamente usando seus objetos” (LEFEBVRE, 2013, p. 98).

A premissa das dimensões concernentes à produção do espaço é por nós apropriada e utilizada no tratamento de nosso objeto, apresentando-se diferencialmente, ao longo de nossa abordagem. Procurando demonstrar melhor, didaticamente, o caminho percorrido, apresentamos, sinteticamente, os elementos teórico-metodológicos utilizados em cada seção deste trabalho (Figura 2). De tal maneira, demonstramos também como o trabalho está estruturado.

Figura 2: Movimento da tríade lefebvriana da produção do espaço



Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2022).

Desse modo, foi realizada uma revisão bibliográfica, para investigação acerca da concepção científica sobre os espaços públicos, tratando, especificamente, dos elementos teórico-conceituais e suas relações, com bases empíricas. Nesse momento, buscamos expor a apropriação de conceitos que vão da imaterialidade da esfera pública – onde é apresentada pela concepção dos autores clássicos como Hanna Arendt, Jurgen Habermas, Richard Sennett e o

brasileiro Paulo Cesar da Costa Gomes (que se tornou referência fundamental para a temática na geografia) – até a materialidade dos espaços produzidos nas cidades abarcadas pelos pesquisadores.

Em nosso percurso, orientamos nossa visada para a construção da ideia de um espaço público que se materializa diferencialmente na cidade, sobretudo a partir da constituição de lugares. Devido à ampla diversidade de abordagens, buscamos demonstrar, por meio de uma amostra de teses, as principais visões conceituais e formas urbanas dos espaços públicos nos estudos brasileiros. Entendemos que esse movimento nos permite melhor compreensão para a chegada ao nosso quadro urbano, considerando-o a partir da articulação de características universais e locais.

Buscamos interpretar a maneira como espaço público apresenta-se na contemporaneidade, respeitando as características brasileiras e os impactos a partir da urbanização. Procuramos investigar em que medida esse arcabouço conceitual abarca a realidade em questão, bem como suas especificidades, para que possamos pensar o espaço público de Ituiutaba a partir de singularidades e universalidades.

Em um segundo momento, adentramos diretamente na cidade de Ituiutaba, a qual foi tratada como quadro urbano. Tendo em vista que o espaço público foi apreendido a partir das dimensões da produção do espaço, fez-se necessário compreender o processo de urbanização dessa cidade, bem como a evolução da morfologia urbana, juntamente à constituição da sociedade local, dando subsídios para que tivéssemos meios de identificar, na etapa, seguinte a manifestação dos espaços públicos em Ituiutaba. Para tanto, também foi utilizada revisão bibliográfica, para reconstruirmos o processo de urbanização da cidade em questão, bem como procedemos ao tratamento de dados demográficos, sociais, econômicos e populacionais, evidenciando características determinantes do espaço urbano e da sociedade local.

Tendo visto como se deu o processo de urbanização, em um terceiro momento, a partir de pesquisa documental e das atividades exploratórias de campo, apresentamos os espaços públicos de uso comum como produto da urbanização e seus desdobramentos encontrados. Entendendo as diferentes manifestações dos espaços que subsidiam sociabilidades, foi necessário realizar a classificação dos espaços que permitem sociabilidades. Dessa maneira, utilizamos como premissa o que é preconizado por Serpa (2014) ao indicar que o(s) espaço(s) público(s), na cidade, impreterivelmente, deve(m) ser amplamente acessível(is). Para tanto, considerando os espaços de sociabilidades, foram classificados em espaços públicos de uso comum (amplamente acessíveis), espaços públicos especiais e espaços particulares de uso coletivo.

Partindo dessas diretrizes, as seguintes formas foram consideradas para a compreensão dos espaços públicos no quadro urbano.

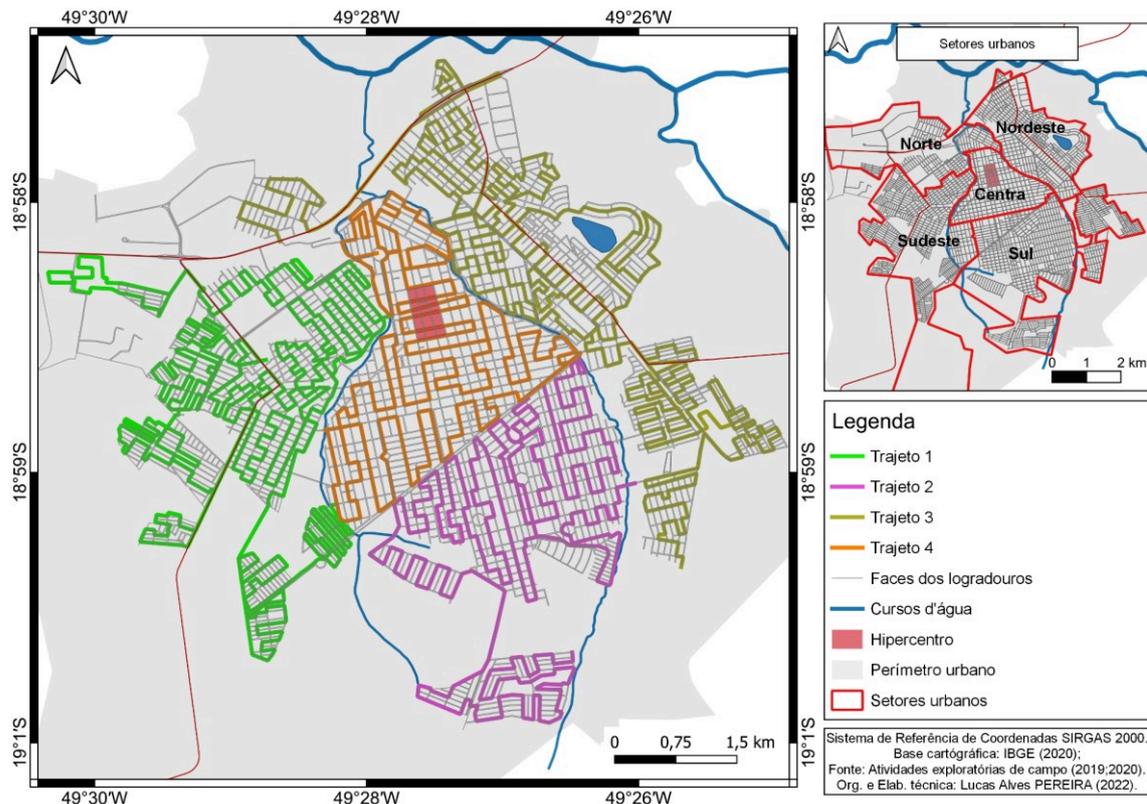
- a) Espaços públicos de uso comum e atividades correlatas: Praças; Parques; Feiras Livres; Pistas de caminhada; Campos de futebol, quadras, parquinho infantil e academia ao ar livre; Espaços públicos residuais e emergentes – canteiros centrais;
- b) Ruas: As ruas do hipercentro e as ruas periféricas;
- c) Espaços particulares de uso coletivo: Espaços particulares de uso coletivo de lazer; Espaços particulares de uso coletivo de consumo (*shopping*); Espaços públicos residuais e emergentes – canteiros centrais; e
- d) Espaços públicos especiais de função social: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Evidentemente, quando procuramos tratar das categorias dos espaços particulares de uso coletivo, podemos encontrar uma infinidade de tipos específicos, a depender do lugar e do tempo da sociedade local, bem como das possibilidades econômicas que determinadas cidades oferecem, ou, ainda, da cultura local, sobretudo para espaços turísticos culturais. Nessa perspectiva, esses espaços ingressam em nossa abordagem como elemento de contraposição ou complementaridade aos espaços públicos de uso comum. Em Ituiutaba, manifestam-se, especialmente, por igrejas, ruas com densidade de lojas, restaurantes, lanchonetes, bares, quadras, campos e usos de canteiros centrais.

Os espaços públicos especiais são encontrados na forma de escolas, creches, hospitais, postos de saúde, centros culturais, etc. Porém, restringimo-nos a indicar o CRAS, por sua função específica para a sociabilidade de idosos, bem como por não apresentar caráter compulsório, como é evidenciado nos espaços públicos especiais de função educacional ou de saúde, e, também, por apresentar sociabilidades menos controladas, ainda que programadas – ao passo que, os de saúde sequer podem ser descritos como espaços de sociabilidade.

A rua, enquanto espaço público, também foi apreendida, sobretudo pelos elementos que remetem a espaços usados. Realizamos percursos pelas ruas e avenidas de Ituiutaba, seguindo um itinerário que proporcionasse melhores condições de deslocamento (Mapa 1) do pesquisador. A atividade de campo foi, a todo momento, registrada por fotografias e breves anotações. Ressalta-se que será dado destaque, principalmente, às ruas do hipercentro, contendo, também, o “Calçadão da Avenida 15” (entre as ruas 20 e 22).

Mapa 1: Recorte com percurso preferencial para as atividades de campo nas ruas



Fonte: IBGE (2020). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

Durante os trajetos nas ruas, as seguintes questões orientaram a observação: quais as categorias de espaços de sociabilidade podem ser apreendidas nos lotes? Onde se localizam? quais usos podem ser visualizados, especificamente, nas ruas? De que modo as calçadas, sobretudo as fachadas das residências, são alteradas para que possibilitem a manifestação de um espaço representativo?

A apreensão do espaço público, a partir das dimensões da produção do espaço, acaba por apresentar clivagens quando predomina o espaço concebido sobre o vivido, esvaziando-se de conteúdo social, tornando-se ideologia (LEFEBVRE, 1991). Para tanto, a compreensão da expressão das formas *dos* e *nos* espaços públicos foi realizada por meio da leitura morfológica e estética do espaço urbano, onde a observação direta intensiva a partir das atividades de campo procurou identificar onde e como ocorrem as práticas e as respectivas representações que dão conteúdo social.

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 222) a observação direta intensiva “não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar”. Nesse sentido, a visão do pesquisador-observador, embasada pelos conceitos e noções, mediou a interpretação de como se materializa o espaço público no quadro urbano. Assim,

consideramos a relação direta entre práticas e espaços públicos na constituição da sociabilidade urbana.

Em seguida, fez-se necessário, em um quarto momento, retomar e discutir, conceitualmente, a relação entre a produção do espaço e os espaços públicos urbanos, buscando maior aprofundamento sobre os nexos conceituais. Para tanto, foi realizada revisão bibliográfica sobre a temática, tendo como fundamento as noções lefebvrianas (também incorporadas por outros autores) e as inferências, que procuraram estabelecer marcos teóricos para a abordagem tendencialmente empírica das seções seguintes.

Em um quinto momento, adentramos na apreensão do espaço concebido pelo PPM, sendo, a partir dessa prática, a criação a partir de condições de produção do espaço público formal. Foi realizada análise da legislação urbanística municipal e das atas das reuniões da Câmara Municipal de Ituiutaba (CMI), realizadas entre os anos de 2017 e 2021, pois atas desse período estavam disponíveis em meio digital. Apreendemos, assim, o tratamento dado pelo PPM sobre os espaços públicos e o modo como sua elaboração e as respectivas representações entram no contexto da criação de mecanismos de ordenamento, coerção e liberdade. Observamos, também, como são produzidas representações desse espaço, especialmente, na dimensão abstrata e que materializa, sobretudo, no conjunto de normas, leis e projetos, sua visão sobre os espaços públicos. Essa dimensão refere-se àquele espaço “apresentado como neutro, como se não tivesse sido planejado para garantir a realização de uma estratégia de reprodução que exige, no capitalismo o aprofundamento da desigualdade socioespacial na busca do controle social” (ALVES, 2019, p. 556). É o espaço burocrático e tecnocrático, pautado na suposta racionalidade.

Indo além do que é determinado pelo Estado, considerando a concepção dos espaços públicos, a partir da institucionalidade, portanto, formais, procuramos compreendê-los, também, no uso que reforça o espaço público concebido em sua condição predeterminada, mas também a apropriação que torna o espaço público apropriado, ainda aberto – portanto, não restrito. Dessa maneira, chegamos ao sexto momento, em que são tratados, a partir de pesquisa documental: a coleta de informações em redes sociais e por meio de visitas sistemáticas e intensivas de campo, realizadas após o campo exploratório, e os usos sociais *dos* e *nos* espaços públicos. As manifestações variadas que gravitam entorno dos elementos políticos, culturais, de consumo popular e lazer ativo, bem como, as pequenas transformações objetivas nos espaços públicos, podem ser duráveis, ou, em grande medida, potencialmente efêmeras. “A mesma praça que de dia é um território de descanso e amenidade do espetáculo da vida pública pode, à noite, transformar-se em terreno de uma gangue em luta contra a polícia” (GOMES, 2014, p.

122-123). Nessa perspectiva, as atividades de observação intensiva de campo são fundamentais para apreender as representações do espaço em sua manifestação pública. “Imergir nos ‘mundos da vida’ implica familiarizar-se com aquilo que é atinente à escala geográfica dos ‘nanoterritórios’, que é a escala das casas e oficinas, das ruas e das praças [...]” (SOUZA, 2014, p. 160).

Em um sétimo e último momento, tendo acumulado a teoria, o quadro urbano e os aspectos determinantes e possíveis dos espaços públicos, chegamos à análise das práticas socioespaciais cotidianas em sua relação entre público e privado. Neste ponto, o cotidiano ganha relevância e nos proporciona condições de interpretar a vida na cidade, sobretudo pela maneira em que os espaços públicos, em suas diversas categorias, são articulados cotidianamente, para que pudéssemos apreender como se realiza o cotidiano, conseqüentemente, o espaço percebido a partir das práticas socioespaciais. Ressalta-se ainda que o espaço vivido também foi tangenciado por meio do formulário.

Sobre outro encaminhamento empírico da pesquisa, buscando complementar as atividades de observação de campo, como citado anteriormente, ocorreu a realização de formulário digital⁷. De forma extensiva, para a construção do processo de amostragem do formulário, partimos de um universo de 93.122 indivíduos, que contempla a quantidade total de pessoas vivendo na cidade em 2010, segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2010). No passo seguinte, utilizamos uma amostragem probabilística simples, com margem de erro em 7% e confiabilidade em 95%, visando atender aos limites mínimos, resultando em 196 indivíduos. No entanto, durante o período em que o formulário esteve aberto a respostas, foram constatados 216 respondentes, reconfigurando a margem de erro para 6,67%. De todo modo, os dados obtidos a partir dos formulários foram apreendidos, principalmente, qualitativamente.

Por fim, entendemos que a pesquisa deve ser conduzida respeitando as noções de como são pensados os espaços públicos pelo PPM a partir de como ele se encontra na legislação, nas atas e indicações; como os espaços públicos são usados pela população, em sua vida cotidiana; e, ainda, como ele se apresenta a partir da visão do pesquisador, identificando a relação entre o espaço concebido, vivido e percebido, no contexto público. Assim, acreditamos poder revelar a dinâmica e os processos dos espaços públicos, constituindo importante leitura do espaço urbano.

⁷ A coleta de dados via formulário seria realizada diretamente nas respectivas residências dos respondentes. Daria-se a partir da separação aleatória de 383 (confiabilidade em 95% e margem de erro em 5%) endereços no Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE, 2010). Porém, devido às dificuldades encontradas como a ausência de pessoas nas residências, desatualização do endereço cadastrado e não atendimento ao pesquisador, supostamente devido à pandemia, optamos pela via digital de coleta, tendo em vista o tempo hábil para a pesquisa.

1. O PENSAMENTO SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO A PARTIR DE CIDADES BRASILEIRAS: VISÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS

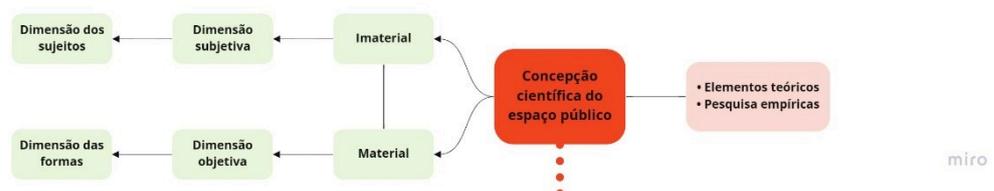
O espaço público é passível de tantos olhares quanto a própria cidade. Ele é tanto uma série de práticas, quanto um conjunto de representações. Práticas e representações se articulam. Ele é território pela projeção do poder e é lugar pela apropriação. Espaço da liberdade pela emancipação e da coerção pela norma. O espaço público expressa a vida humana em potência histórica.

Dando sequência ao desenvolvimento teórico-conceitual iniciado na Introdução, após uma breve síntese histórica, pode-se entender o espaço público historicamente estabelecido, e, principalmente, sob os marcos da modernidade e da consolidação do capitalismo, sendo fundamental para a reprodução social e para o cotidiano dos sujeitos nas cidades. Adentramos, nesse momento, nos estudos sobre o espaço público, tendo como base empírica algumas cidades brasileiras.

1.1 Estudos a partir de cidades brasileiras: visões teóricas e práticas

Teoria e prática devem caminhar imbricadas no processo de apreensão de determinado fenômeno urbano concreto. Nesse sentido, esta seção tem como objetivo apreender os traços do espaço público brasileiro a partir de teses de doutorado selecionadas. Esse percurso nos pareceu profícuo, devido ao fato de que a maioria dos trabalhos acadêmicos recorre a matrizes específicas, que por vezes se assemelham, configurando vertentes para um embasamento conceitual que caminha para consideração do espaço público, em sua dimensão material. Porém, não se deve desconsiderar a dimensão imaterial, pois, como argumentam Souza (2014) e Gomes (2002), as dimensões encontram-se indissociáveis quando materializadas na cidade, sendo essa a perspectiva de nossa abordagem (Figura 3), tanto quando observamos as teses selecionadas quanto observamos nosso quadro empírico.

Figura 3: Abordagem da concepção científica dos espaços públicos



Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

Após essa primeira aproximação, realizada pelos autores estudiosos do espaço público a partir das matrizes estabelecidas, os caminhos se dividem e os conceitos são apropriados para uma leitura própria do espaço público, empiricamente. A divisão ocorre, sobretudo, pela necessidade de interpretação dos processos, fatos fenômenos e objetos diversos. Nesse sentido, essa multiplicidade de interpretações nos proporciona diferentes perspectivas, auxiliando-nos a entender o espaço público no Brasil contemporâneo – uma realidade diferente daquelas adotadas pelos autores clássicos de origem europeia e estadunidense.

Pensado no contexto da totalidade, o espaço público possui características relacionais que articulam o dado global, conferindo características semelhantes aos lugares. Porém, de outra forma, o dado local implica, necessariamente, na contextualização dos conceitos e, ainda, dos conteúdos das formas. Dito de outro modo, a realidade local, em contraposição ao dado global. No global, o espaço público proveniente da esfera pública é aquilo que é visto e percebido por todos como consenso; no local, é aquilo que indivíduos e grupos percebem através de seu próprio cotidiano e de sua experiência, incidindo em visões próprias.

A alternativa de buscar uma leitura do espaço público do Brasil nos clássicos, principalmente nos filósofos e sociólogos, não é, de forma alguma, um erro. Inclusive, é salutar, e, em certa medida, por nós utilizada ao longo desta pesquisa. Porém, por nossa abordagem se tratar de uma visão geográfica, acreditamos que, devido à incorporação de objetos empíricos como as formas na cidade, as teses sobre o espaço público podem proporcionar boas fontes de observações geográficas. Este movimento permitiu que fosse evidenciado o espaço público material nas distintas escalas de cidades brasileiras.

Chamamos de *clássicos* os autores seminais e mais presentes historicamente no debate, como Jürgen Habermas, principalmente nos escritos em “Mudança Estrutural da Esfera pública”; Hannah Arendt, especialmente no livro “A Condição Humana”; e, mais recentemente, Richard Sennett (que já se tornou um clássico), com livro “O declínio do Homem Público”. Estes autores e obras estão presentes sobremaneira na bibliografia, nos textos dos pesquisadores da temática “espaço público”, consolidando as matrizes desse pensamento.

Os clássicos colocam como fundamento do espaço público o elemento político, comunicativo, e, posteriormente, o direito, para sua definição. De maneira mais precisa, Arendt (1991) indica que o espaço público é um “entre” os indivíduos, aquilo que media o contato político. Os autores clássicos interpretam imprecisamente a espacialidade do espaço público, sobretudo por considerarem uma dimensão de realização da vida (esfera pública), mas indicam sua gênese na *Ágora* da *pólis* grega e sua continuação no Fórum da *urbes* romana. Na primeira

forma, a política é o elemento principal, enquanto na segunda, o direito é o cerne do debate público. Em ambas, a comunicação é um elemento fundamental.

Indicamos que é impossível não reconhecer a originalidade dos clássicos e sua contribuição ao debate. Insistimos também sobre sua atualidade, em certa medida. Esses clássicos tiveram o mérito de colocar luz em questões até então pouco desenvolvidas, acerca de uma importante dimensão da vida individual e coletiva. Nesse sentido, partindo de autores seminais, a apropriação dos conceitos relacionados ao espaço público contido nas teses selecionadas alarga o arcabouço sobre o tema, qualificando-o e atualizando-o significativamente.

Para o tratamento do espaço público cientificamente, podemos traçar linhas disciplinares, como a forma de abordagem filosófica, sociológica, urbanística, historiográfica, antropológica, geográfica, dentre outras, e, ainda, a que busca reunir os elementos das disciplinas anteriores e formular de maneira holística sua visão. Chamamos a atenção para o fato de que cada disciplina parcelar pode, e, em certa medida, deve se atentar para os ganhos qualitativos da incorporação de metodologias e conceitos externos ao seu arcabouço próprio.

Cada uma das perspectivas se apropria do conceito de espaço público em dois planos. O abstrato (imaterial), como campo povoado por signos, ideologias e discursos que acabam por se tornar concretos quando imbuídos na materialidade de determinados objetos. De outro lado, o material, sendo a forma manifesta da realidade, composta por formas, objetos, práticas e sua interconexão. Ainda, a interrelação entre abstrato e material é necessária. Por conseguinte, essa dinâmica acaba por abarcar distintas manifestações do espaço: absoluto, relativo e relacional, e, principalmente as dimensões (da forma e do sujeito) da produção do espaço: concebido-representação do espaço, vivido-espacos de representação e percebido-práticas (socio)espaciais.

Considerando as perspectivas disciplinares, os planos e as dimensões em que ocorre a apropriação do conceito de espaço público, são produzidas três práticas específicas que podem ocorrer correlacionadas: a ética e política, vinculada aos propósitos filosóficos do viver em sociedade; a prática instrumental, responsável pelo ordenamento, buscando, por meio racionalista e pragmático, encontrar o melhor funcionamento da sociedade, a partir do espaço público, pensando e manipulando a configuração territorial e as formas a partir da consolidação de conteúdos esperados. Por meio técnico, essa vertente procura atribuir uma organização dos objetos em favor da coletividade. Finalmente, a analítica e crítica, versando a partir de uma abordagem descritiva, interpretativa e analítica da vida social, com seus respetivos

desdobramentos na sociabilidade e espacialidade urbana, dando ênfase às práticas cotidianas e seus respectivos lugares.

A visão interdisciplinar pode proporcionar uma leitura da realidade com aplicações práticas mais assertivas, considerando a atual pluralidade de fenômenos. No entanto, esse percurso pode ser arriscado, ainda que seja muito importante percorrê-lo. O risco advém do fato de perdermo-nos no trajeto, devido à confusão e contradição de determinadas visões. Tentando evitar o risco de nos perdermos nesse percurso, buscamos “beber em fontes diversas”, mas manter o olhar para as bases edificadoras na geografia.

Sobre as assertivas anteriores, procuramos orientar nossa abordagem a partir da produção do espaço em uma perspectiva descritiva, interpretativa e analítica⁸ da vida social e sua respectiva espacialidade a partir dos espaços públicos, no plural, de modo a considerar sua materialidade, nas diversas formas. Consideramos, também, ainda que como acessórios, os espaços públicos especiais e os espaços particulares de uso coletivo, por entendermos que a sociabilidade perpassa por espacialidades distintas na cotidianidade dos habitantes.

A partir dos traços encontrados em cada uma dessas teses que compõem estudos empíricos, visamos construir uma ideal geral e particular das formas-conteúdo representativas do espaço público, a partir de suas características singulares e universais. Propomos não descartar a contribuição sociológica, filosófica, e mesmo a psicológica, sobre o espaço público, mas buscamos colaborar com um pensar, *a partir e com* a geografia.

A seleção das teses ocorreu em meios digitais. A base de coleta foi o Banco de Teses e Dissertações da CAPES, tendo como recorte o seguinte parâmetro: tratar do espaço público urbano com base empírica. Foi utilizado no campo de buscas o termo “espaços públicos”, tendo como filtro as seguintes áreas de conhecimento: arquitetura e urbanismo; filosofia; geografia; história; planejamento urbano e regional; ciências sociais e humanidades; e sociologia. Ao todo, foram encontradas 773 teses.

O passo seguinte foi uma nova filtragem a partir das condições de disponibilidade, ou seja, foram coletadas todas as teses que se encontravam disponíveis. Realizada a leitura de todos os resumos (de, aproximadamente, 200 teses), buscamos o vínculo do estudo com um objeto empírico específico. Restaram, assim, 16 teses, que, após serem lidas, foram reduzidas a 10 (Quadro 1), por conta do critério de apresentarem um objeto empírico urbano vinculado ao conceito de espaço público. Também, buscando não evadir tanto a dinâmica de nosso quadro urbano, optamos por não tratar de teses que tinham objeto localizado em grandes metrópoles.

⁸ O peso dado ao caráter descritivo, interpretativo e analítico é evidenciando com pesos distintos ao longo da tese, a depender das necessidades que se impuseram para contemplarmos os objetivos propostos.

Quadro 1: Teses selecionadas que abordam o espaço público como objeto empírico

Título	Quadro urbano	Autor	Ano
O espaço público nas áreas centrais a rua como referência: um estudo de caso em Uberlândia – MG	Uberlândia	William Rodrigues Ferreira	2002
Práticas socioespaciais e espaços públicos em Guarapuava – PR	Guarapuava	Carlos Roberto Loboda	2008
Os espaços de sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente	Presidente Prudente	Oscar Alfredo Sobarzo Miño	2004
O(s) espaço(s) Público(s) numa cidade desigual e segregada	Salvador	Rafael de Aguiar Arantes	2016
A transformação da noção de espaço público: a tendência à heterotopia no Largo da Carioca	Rio de Janeiro	Rodrigo Hospodar Felipe Valverde	2007
Os largos da cidade de Porto Alegre: a produção do espaço e as apropriações alternativas	Porto Alegre	Rosiéle Melgarejo da Silva	2016
Os espaços públicos de lazer na cidade de Teresina (PI)	Teresina	Laudenides Pontes dos Santos	2015
A percepção do espaço público na modernidade: um olhar sobre a cidade de Natal	Natal	Edivania Duarte Celestino	2009
O espaço público em cidades médias: análise da dinâmica socioespacial de praças e parques de Limeira – SP	Limeira	Ricardo José Gontijo Azevedo	2013
A dinâmica dos espaços públicos de lazer em cidades da aglomeração urbana de Londrina – PR	Londrina	Carlos Alexandre de Bortolo	2015

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2020). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

Esse procedimento nos auxiliou tanto na compreensão do Estado da arte quanto no entendimento sobre o espaço público cientificamente, bem como apresentou a diversidade das formas encontradas no Brasil, algumas remetendo a novas configurações, onde os espaços públicos são ressignificados; outras, demonstrando a permanência dos conteúdos vinculados à noção tradicional do espaço público.

Outro aspecto importante foi a distribuição das teses. Por contemplarem cidades distintas, foi possível compreender, ainda que de forma limitada, como formações e escalas diferentes apresentam tendências e padrões interessantes tanto na abordagem dos autores quanto nas formas urbanas selecionadas e os processos identificados. As cidades abarcadas foram: Uberlândia (MG), Guarapuava (PR), Presidente Prudente (SP), Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), Porto Alegre (RS), Teresina (PI), Natal (RN), Limeira (SP) e Londrina (PR).

A leitura dos trabalhos foi orientada por questões delimitadas, visando encontrar eixos que tangenciassem as perspectivas teóricas e empíricas das teses selecionadas, sendo:

- a) Em que medida a noção ou conceito é apropriado para os estudos urbanos do espaço público?
- b) Como o espaço público contemporâneo é visto a partir desta base teórica?
- c) Como estes autores interpretam a dinâmica da forma e conteúdo do espaço público a partir de seus objetos?

Essas questões não podem simplesmente serem respondidas e um ponto ser colocado na discussão. Conhecemos as limitações de uma tese de doutorado, e, devido a isso, não pretendemos exaurir o debate sobre a produção do espaço público, nem mesmo esse é o objetivo principal de nossa proposta. Neste sentido, apoiados em teses que dialogam (criticando ou corroborando) com as matrizes, nos propomos evidenciar alguns elementos que podem contribuir para o alargamento do debate geográfico acerca da natureza pública do espaço, apresentando caminhos para a compreensão dos espaços públicos urbanos.

Outro detalhe relevante a ser considerado é que cada leitura é singular. Portanto, o que será demonstrado é a nossa visão sobre a abordagem dos autores. Consideramos, também, que o ato de selecionar nos induz, como consequência, a deixar de fora outros elementos. Assim, evidenciamos, a partir de nossa visão, os aspectos relevantes para nossa tese, que, de certa forma, qualificam a análise por nós proposta.

A partir desses delineamentos, desenvolvemos, nesta seção, uma aproximação teórica e empírica do espaço público brasileiro, suas similitudes, formas e conteúdos, no sentido de que essa aproximação pudesse nos ajudar na leitura do espaço público da cidade de Ituiutaba. Ressaltamos que não se trata de estudo comparativo. Porém, antes, apresentamos alguns elementos que se relacionam ao espaço público, sendo: a materialidade e imaterialidade, uma crítica possível, a cidadania, o lugar e o cotidiano.

1.2 Elementos possíveis do espaço público

O espaço público, no viés da filosofia política e de sua apropriação em outras ciências, vem sendo abordado longamente, desde os escritos de Jürgen Habermas e Hannah Arendt, indicando um caminho para o debate sobre as relações políticas e comunicativas dos atores sociais e o referido espaço que comporta essas relações. No entanto, ainda que não menospreze a base física, o enfoque do que foi muito desenvolvido aborda o espaço público como esfera, ou seja, a camada imaterial em que se articulam as interações públicas.

O espaço público, na perspectiva de Habermas (2014), é o lugar onde deve-se desenvolver a razão comunicativa, desprovida de preconceitos e coerções, para que, a partir do debate ético, a sociedade, mediante sua participação ou representação, se desenvolva qualitativamente. Arendt (1991), por sua vez, indica que o espaço público é aquilo que ocorre entre os indivíduos, um meio onde os fenômenos manifestos são vistos e ouvidos por todos. Esse meio ocorre como mediação da política e pela liberdade de participar do poder compartilhado. Para ambos os autores, essa esfera tem sua gênese e expressão na cidade e democracia grega, onde uma fração bem específica da sociedade debatia o bem comum da comunidade.

Considerando a origem grega dessa esfera, a praça se manifesta enquanto delimitação material para a realização do debate e tem sua representação na *Ágora* grega. Assim, não podemos deixar de lado a dimensão física do espaço que se manifesta por meio da praça; sua presença na urbe remete ao lugar demarcado fisicamente, onde a sociabilidade pública é efetivada politicamente.

Por outro lado, Sennett (2014), também a partir da esfera pública, mas já considerando os espaços públicos que comportam a sociabilidade na cidade, identifica o declínio do homem público devido aos novos comportamentos e às novas relações estabelecidas entre indivíduos e seus interesses no contato. Neste ponto, o autor observa que a consolidação de novos espaços de sociabilidade não necessariamente comporta a ideia de espaço público.

Na perspectiva de Gomes (2014), tratando o espaço público fisicamente delimitado, a inserção e participação do indivíduo nesse lugar deve ser irrestrita, não havendo inibições físicas ou simbólicas. Ainda, a permanência das pessoas, o uso e as atividades desenvolvidas devem ser reguladas pelas regras de civilidade. Sendo assim, independentemente de sua classe social, cada indivíduo tem direito a estar em comum e fazer-se visto e ouvido.

Nessas perspectivas, o espaço público, como materialidade da esfera pública, pode ser um lugar onde a racionalidade e a civilidade conduzem o debate e o comportamento, este sendo irrestringível, já que o cerne do espaço público seria o diálogo entre interesses diversos, voltados para o bem comum e desenvolvimento da sociedade. Essa visão tenta demonstrar a necessidade de um sujeito livre e uma representação política republicana como forma de governo.

Porém,

En estos casos los presupuestos de inferencia para la acción pertinente no sólo pueden prescindir de que cada cual se presente a sí mismo – es decir, se identifique – sino que se supone que pueden y deben hacer abstracción de su estatus social, de su aspecto

fenotípico, de sus pensamientos, de sus sentimientos, de su género, de su ideología, de su religión o de cualquiera de las demás filiaciones o marcajes a las que se considera o se le considera adscrito, para tener en cuenta sólo sus virtudes morales, sus competencias comunicacionales y su capacidad de asumir decisiones colectivamente vinculantes⁹ (DELGADO, 2014, p. 69).

Tendo em vista a maneira como a esfera pública é tratada, sem maiores críticas, tal consideração advém do caráter ideal da realização do espaço público, com funcionamento ótimo da política, e a democracia como forma de representação dos interesses comuns, não manifestando conflitos nos interesses. Novos contornos são estabelecidos quando os espaços públicos passam a ganhar novas funções, apresentando-se em formas mais complexas. Por outro lado, esse ideal de isegoria presente, sobretudo, na concepção de Habermas (2014), passa a ser questionado mediante a materialidade histórica das relações e a primazia da dimensão abstrata, sendo admitidas, pelas críticas a essas abordagens, as assimetrias de poder e coerções que ocorrem no espaço público (NARCISO, 2014).

Pero cuando se insiste en que el espacio público es la especialización de los principios morales que hacen posible la convivencia ordenada y la crítica moral al poder en un contexto nominalmente democrático, lo que se está haciendo es también establecer una discontinuidad absoluta de lo que hasta entonces había sido simplemente la calle como escenario de una sociabilidad singular entre extraños, sociabilidad que podía conocer expresiones fusionales que implicaban el paso abrupto y total entre una experiencia por definición colectiva y al tiempo dispersa y el desencadenamiento de un mecanismo radical de desindividuación y, por tanto, de amoralidad¹⁰ (DELGADO, 2014, p. 67).

É relevante indicar que, segundo Castro (2018), a tradução da obra seminal de Habermas, nos termos do debate sobre o espaço público, foi realizada de maneira a colaborar com a crítica francesa acerca da deterioração dos espaços públicos na cidade. Desse modo, a apropriação de suas ideias sobre a esfera pública foi trasladada para a condição de uma categoria histórica. Nesse percurso, cada vez mais a esfera pública mascararia singularidades, em favor da conduta pelo consenso, estabelecido mais pela maioria, do que pela razão.

⁹ Tradução do autor: “Nesses casos, os pressupostos de inferência para a ação podem não apenas prescindir do fato de cada um se apresentar – ou seja, identificar-se –, mas supõe-se que eles podem e devem abstrair-se de seu status social, de seu aspecto fenotípico. . . , seus pensamentos, seus sentimentos, seu gênero, sua ideologia, sua religião ou qualquer uma das outras afiliações ou marcas a que ele é considerado ou é atribuído, para levar em conta apenas suas virtudes morais, suas habilidades de comunicação e sua capacidade de tomar decisões coletivamente vinculativas” (DELGADO, 2014, p. 69).

¹⁰ Tradução do autor: “Mas quando se insiste que o espaço público é a espacialização dos princípios morais que possibilitam a convivência ordenada e a crítica moral do poder em um contexto nominalmente democrático, o que se está fazendo é estabelecer também uma descontinuidade absoluta do que até então era simplesmente a rua como palco de uma sociabilidade singular entre estranhos, uma sociabilidade que pudesse conhecer expressões fusionais que implicassem a passagem abrupta e total entre uma experiência por definição coletiva e ao mesmo tempo dispersa e o desencadeamento de um mecanismo radical de desindividualização e, portanto, de amoralidade” (DELGADO, 2014, p. 67).

La experiencia de la vida pública, en el sentido postulado por Arendt o Habermas, nunca pierde de vista que quienes la constituyen son seres humanos diferenciados y diferenciables y que esas diferenciaciones son soslayables a través de la concertación, que no de concentración. Con toda fusión pasa justo lo contrario: las diferencias son negadas provisionalmente en aras a la unidad obtenida para un fin específico y circunstancial. La experiencia de la sociabilidad en el espacio público ideal es la de una concertación no fusional, es decir basada en distanciamiento y la reserva entre quienes la practican, que no niegan esa distancia, sino que la consideran simplemente sorteable a efectos de la consecución de consensos operativos y discursivos eventuales¹¹ (JOSEPH, 1981 *apud* DELGADO, 2014, p. 68-69).

A esfera pública, proposta como um ambiente comunicativo, que não se limita a restrições físicas dos espaços urbanos, passa a adquirir vínculo direto a uma forma urbana que é supostamente dotada de recursos e proteções à livre manifestações políticas e identitárias. Para tanto, do mesmo modo que na esfera pública, sua manifestação física é constituída por determinações totalizantes, tornando invisíveis ou expulsando espacialidades minoritárias.

Tenemos entonces que la noción de espacio público, en tanto que concreción física en que se dramatiza la ilusión ciudadanista, funcionaría como un mecanismo a través del cual la clase dominante consigue que no aparezcan como evidentes las contradicciones que la sostienen, al tiempo que obtiene también la aprobación de la clase dominada al valerse de un instrumento –el sistema político– capaz de convencer a los dominados de su neutralidad. Consiste igualmente en generar el efecto óptico de una unidad entre sociedad y Estado, en la medida en que los supuestos representantes de la primera han logrado un consenso superador de las diferencias de clase. Sería a través de los mecanismos de mediación –en este caso, la ideología ciudadanista y su concreción física en el espacio público– que las clases dominantes consiguieran que los gobiernos a su servicio obtengan el consentimiento activo de los gobernados, incluso la colaboración de los sectores sociales maltratados, trabados por formas de dominación mucho más sutiles que las basadas en la simple coacción¹² (DELGADO e MALET, 2007, p. 4-5).

¹¹ Tradução do autor: “A experiência da vida pública, no sentido postulado por Arendt ou Habermas, nunca perde de vista que aqueles que a constituem são seres humanos diferenciados e distinguíveis e que essas diferenciações podem ser evitadas pelo acordo, não pela reunião. A cada fusão acontece o contrário: as diferenças são negadas provisoriamente em prol da unidade obtida para um fim específico e circunstancial. A experiência da sociabilidade no espaço público ideal é a de um acordo de não fusão, ou seja, baseado na distância e na reserva entre aqueles que a praticam, que não negam essa distância, mas a consideram simplesmente evitável com o propósito de alcançar consenso. eventual operacional e discursivo” (JOSEPH, 1981 *apud* DELGADO, 2014, p. 68-69).

¹² Tradução do autor: “Temos então que a noção de espaço público, como concreção física em que se dramatiza a ilusão da cidadania, funcionaria como um mecanismo pelo qual a classe dominante consegue evitar que as contradições que a sustentam apareçam como evidentes, ao mesmo tempo em que obtém a aprovação da classe dominada por meio de um instrumento –o sistema político– capaz de convencer os dominados de sua neutralidade. Consiste também em gerar o efeito óptico de unidade entre a sociedade e o Estado, na medida em que os supostos representantes da primeira alcançaram um consenso que supera as diferenças de classe. Seria por meio dos mecanismos de mediação –no caso, a ideologia cidadã e sua concretização física no espaço público– que as classes dominantes colocam os governos a seu serviço para obter o consentimento ativo dos governados, inclusive com a colaboração de grupos sociais maltratados. setores, vinculados por formas de dominação muito mais sutis do que aquelas baseadas na simples coerção” (DELGADO e MALET, 2007, p. 4-5).

Assim, a esfera pública habermasiana configura-se como um fenômeno imaterial, ocorrendo a partir de determinadas reuniões de elementos comunicativos, pouco contemplando o lugar materialmente constituído, que denota suas características de acessibilidade à formação de um debate público. Diferenciando a esfera pública, com suas conotações políticas, e espaço público voltado para a sociabilidade, considerando suas funções e o processo que o contém, com os respectivos desdobramentos, Castro (2018) defende a tese de que

os espaços públicos, por suas características amplamente estudadas pela geografia urbana, pela sociologia e pela arquitetura, são espaços do cotidiano, da sociabilidade e não possuem qualquer essência política, mas são passíveis de tornarem-se espaços políticos em palco de atividades que alteram suas rotinas e seu público usual (CASTRO, 2018, p. 13).

Os espaços públicos não são, por natureza, espaços políticos, mas espaços da socialidade, ou seja, o lugar do encontro, do ver e do ser visto, com limites físicos, normas e regras de comportamento definidos pelos poderes políticos institucionalizados, porém

são passíveis de qualificarem-se como espaços políticos quando invadidos por fenômenos da política que, temporariamente transformam sua natureza de lugar do encontro, do ver e do ser visto em palco de atividades que alteram suas rotinas e seu público usual (CASTRO, 2018, p. 25).

A partir da perspectiva da autora, podemos apreender o espaço público como contingente. A política exercida nesses espaços públicos tende a ser horizontal, uma espécie de política cotidiana, carecendo da verticalidade promovida pelos espaços institucionais, capazes de promover ambientes decisórios, como as Câmaras Municipais. Porém, o encontro entre as horizontalidades e as verticalidades pode ser definido na tomada de decisões, ocorrendo quando, nesses espaços públicos, os sujeitos se fazem ser vistos e ouvidos, impactando diretamente, a partir da expressão de sua representação da sociedade, ou, ainda, de frações sociais.

Participar do espaço público é reconhecer a política (the political) e mais especificamente reconhecer a democracia, esta antiga ideia pré-moderna, como sua regra de formação. É reconhecer que à regra da associação livre corresponde uma mimese social da livre associação. [...] a política não é só um campo do espaço público da diferença entre iguais, mas a política (the politics) é o conjunto desordenado de estratégias locais de transformação. Este conjunto formado por classes de interesses e interesses de classe, por gêneros de sofrimento e por sofrimentos de gênero, por raças de mestres e mestres de raças, de duas regras de constituição. Por um lado, há a luta por reconhecimento institucional e apossamento do Estado [...]. Por outro lado, podemos falar de estratégias políticas cujo fundamento não são as instituições, mas as comunidades [...] (DUNKER, 2019, p. 16).

A esfera pública, como par indissociável do espaço público, é, desse modo, indispensável para a compreensão dos espaços públicos na cidade. Se a condição física do espaço público produzido institucionalmente é determinação, a esfera pública, mas também a apropriação, carregam as possibilidades transformadoras, em sentido estrito (lugar) e amplo (sociedade). Essa dinâmica tem sido evidenciada historicamente, sobretudo nas praças.

Considerando a praça e as representações em espaço público,

el carácter profundamente simbólico de la plaza hace que ésta pueda considerarse a su vez un espacio de representación, el espacio que habla y que vibra, configurando un escenario idóneo para la observación de fenómenos alternos de dominación y apropiación, em cuanto a espacio dominante y dominado-apropiado. [...], ser el escenario de la democracia, pero también puede ser el de las demostraciones de poder autoritario, incluidos los desfiles militares y las ejecuciones públicas; o el de la protesta y la insurgencia, bien por extensión del espacio de poder, o bien por la reacción contra lo que éste supone en el segundo. Podría decirse que no existe en realidad tal dialéctica entre espacio dominante y dominado, sino que esta doble condición contradictoria está presente en el espacio público¹³ (LOPÉZ-MARCOS, 2004, p. 397; 398).

Nesse sentido, a dominação política (ou econômica, que se apropria de discursos políticos) sobre espaço, a realização da materialização de um espaço concebido, perpassa, também, pela não realização da dialética, ou seja, o espaço público, ao ser dominado, pode tornar-se inerte para os usos que invertem sua representação. Dito isso, se considerada a política, não apenas partidária ou decisória, mas como um conjunto de relações (éticas, morais, estéticas, de afetos) entre sujeitos e grupos, ela é, então, uma essência natural do espaço público. Considerando o surgimento do Estado e sua função, o poder exercido através da classe que o ocupa pode ser simplesmente imposto sem que haja reação, debate ou conciliação, emergindo apenas relações de co-presença, pois

nem o debate público, nem a cidadania, nem a democracia são condições substantivas para qualificar esses espaços como políticos. Afinal o debate público vai bem além da ideia da co-presença; a cidadania é um construto legal e diferenciado em muitos países onde pessoas gozando de direitos limitados frequentam espaços públicos; espaços de uso público existem e são frequentados em sociedades não democráticas (CASTRO, 2018, p. 30).

¹³ Tradução do autor: “A natureza profundamente simbólica da praça faz com que ela possa ser considerada, por sua vez, um espaço de representação, o espaço que fala e vibra, configurando um cenário ideal para a observação de fenômenos alternados de dominação e apropriação, em termos de espaço dominante e dominado-apropriado. [...] ser palco da democracia, mas também pode ser palco de demonstrações de poder autoritário, incluindo desfiles militares e execuções públicas; ou a de protesto e insurgência, seja por extensão do espaço de poder, seja pela reação contra o que supõe no segundo. Pode-se dizer que não existe essa dialética entre o espaço dominante e o dominado, mas essa dupla condição contraditória está presente no espaço público” (LOPÉZ-MARCOS, 2004, p. 397; 398).

Tendo os pressupostos da concepção do espaço público, ainda que nosso foco não seja tão simplesmente compreender como os indivíduos se comportam diante das assimetrias de poder e as coerções, faz-se necessário evidenciar que a própria produção do espaço urbano, ao se realizar, manifesta uma cidade desigual, em qualidade e quantidade de espaços abertos e qualificados ao convívio – estes tendo fundamental importância, na contemporaneidade – e, também, de equipamentos comunitários (CARLOS, 2004). Sendo assim, o acesso e uso é desigual tanto à esfera pública quanto ao espaço público.

A praça¹⁴, enquanto espaço de convívio e sociabilidade, também se manifesta desigualmente na cidade. Assim, antes mesmo de os indivíduos entrarem em contato no espaço público, este apresenta condições favoráveis ou não à inserção, ao uso e o contato das pessoas. Indicamos, neste quesito, que as barreiras simbólicas e físicas, a distância, e, ainda, as condições de atratividade e conservação influenciam significativamente na condição do habitar a cidade.

O espaço público urbano estabelecido na cidade contemporânea está longe da materialização da idealidade do pensamento filosófico acerca da esfera pública. Ele é espaço do conflito e das assimetrias de poder sobre este mesmo espaço, neste ponto, por não apresentar espaços públicos suficientemente favoráveis ao contato, ou por tornar inacessíveis, pela distância ou qualidade da infraestrutura, tornam-se esvaziados. De outro maneira, o modo de vida individualizado e restrito a grupos homogêneos também inibe o convívio e a diferença. No entanto, não devemos nos enganar sobre a possível passividade dos sujeitos. O espaço público é contingente, e nesse sentido, passível de mudanças bruscas em sua condição inicial.

Utilizando o caráter contingente que acompanha a natureza do espaço público, diferentes apropriações contemporâneas se destacam por levar a questão deste espaço à raiz de sua função: o uso comum. Nessa perspectiva, o uso comum apresenta-se não apenas como fim, mas como meio. Assim, enquanto materialização da esfera pública, o espaço público pode ser visto com um meio para que se busque o comum; mas ele também poder ser esse comum buscado, sendo, assim, um meio e um produto. Nesse sentido, o produto que se busca pode ser apresentado como lugar de lazer passivo e ativo¹⁵, espaço para recreação e que contempla o

¹⁴ No tratamento teórico e do espaço público material, a praça pode ser adotada como termo genérico, referente a um espaço público de sociabilidade na cidade.

¹⁵ Uma área de lazer pode ser definida como “todo e qualquer espaço livre de edificação destinado prioritariamente ao lazer, seja ele ativo, isto é uma área para jogos e brincadeiras ou contemplativo, isto é, áreas dotadas de um valor cênico/paisagístico expressivo em cujo interior o cidadão apenas passeia a pé, montado ou de carro, contemplando o cenário que se descortina ante seus olhos. Todos os parques, praias e praças urbanos estão englobados dentro deste conceito, possibilitando por muitas vezes uma utilização mista, tanto para o lazer ativo, como para o passivo” (MACEDO, 1995, p. 20).

cotidiano das pessoas, em coletividade; espaços que atendam os habitantes, a partir de sua própria concepção de espaço.

A esfera pública, como meio, se relaciona a uma dimensão em que os sujeitos se inserem ao entrar no debate em amplo sentido (passiva ou ativamente), ou seja, ao buscar serem vistos e ouvidos. Por outro lado, como produto, o espaço público se manifesta fisicamente na cidade. Nesse sentido, como resultado da produção do espaço urbano, ele é diferencialmente espacializado. Ademais, tomando por base a produção do espaço na democracia, o espaço público imaterial e material é condição de realização do meio (esfera pública) e do produto (espaço público físico), sendo assim, diretamente relacionados.

A esfera pública deve ser entendida como meio de construção do espaço público físico; tem-se como condição de produção dos espaços públicos as implicações da postura normativa do Estado; por fim, temos os espaços públicos, como produto da relação entre o meio e a condição de sua produção. Relaciona-se, assim, meio, condição e produto, na produção socioespacial dos espaços públicos a partir da comunicação, das interações, relações e reivindicações vinculadas à esfera pública, indo de ao encontro do que é estabelecido formalmente e programado a partir da participação do Estado.

Vivemos um momento de (re)significação da relação entre o público e privado, em que não se sabe certamente o grau de dependência, dominância e/ou cooperação que um tem sobre o outro. Tais “atualizações” entre o público e privado desenvolvem novas sociabilidades, alterando também o modo como a visibilidade pública, a publicidade se articula entre diferentes espaços e domínios. A tensão existente entre espaços públicos e privados está correlacionada aos diferentes domínios, uma vez que existe tanto uma alteração da vida pública promovida por interesses privados, como uma expansão da coletividade sobre espaços e domínios privados. De fato, a tensão entre o público e privado reside muito mais na noção de domínio e da pluralidade, intensidade e densidade dos espaços, do que da hierarquia e dominância entre eles (ALVES, 2004, p. 493).

Devido à sua natureza, o espaço público realiza a função de mediador e de condição da experiência humana coletiva na urbanidade; lugar do encontro, no amplo sentido; lugar da indeterminação e onde as contradições do capital na cidade se manifestam com maior amplitude. Por ser lugar do encontro indeterminado, é palco da circulação de afetos, onde a potência dos indivíduos realiza o agir em sociedade; lugar onde o corpo é afetado, mas também afeta, incorporando situações do público no “eu” privado.

Considerando o cotidiano, o principal domínio de tensão entre o público e o privado é a perspectiva do afastamento, sendo o medo o principal afeto que orienta o afastamento e o comportamento no espaço público contemporâneo, gerado, sobretudo, pela indeterminação,

impactando no espaço, reordenando a forma, e, em certa medida, a estrutura urbana, levando à reinvenção ou à

“readequação” do espaço, em razão do medo generalizado da violência que toma conta das nossas cidades, leva também à criação de espaços segregados de “excelência”, como os condomínios fechados verticais ou horizontais, que se apresentam como ambientes que possibilitam, aos seus moradores e usuários, as “melhores condições de qualidade de vida” que se espera em uma cidade [...] Tem-se aqui a impressão de que somente atrás de muros e grades a segurança real existe e de que, do lado de fora, impera a “selvageria” de um mundo sem controle, perigoso (FERREIRA, 2002, p. 36-37).

Em um último olhar, como adiantamos na Introdução, o espaço público permite ser entendido como condição¹⁶ do “comum”. Nesse sentido, por comum, Dardot e Laval (2017, p. 43) indicam uma racionalidade que não interpreta determinadas formas e objetos como um bem (do indivíduo, de um grupo, ou mesmo do Estado), “porque ele não é um objeto ao qual deva tender à vontade, seja para possuí-lo, seja para constituí-lo”, pois, se colocamos o comum na categoria dos bens, “nós nos condenamos, sem muita consciência disso” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 53) a limites impostos pela economia política. Para tanto, o espaço público precisa ser interpretado como produto e meio de uma “co-atividade, e não como copertencimento, copropriedade ou copossessão” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 56). Assim, o espaço público, enquanto comum, está vinculado à ação, à prática em comum.

O comum necessita ser pensado para além de instituições do Estado; ele carece de uma *práxis instituinte* onde o agir, a partir da atividade prática, pode produzir um novo sujeito coletivo. O comum, ao ser priorizado como centro da produção social, até que seja efetivado, é campo de disputa. Ressalvamos que os autores Dardot e Laval (2017) indicam que o público acaba, por vezes, sendo apenas uma gestão burocrática do Estado, distanciando-se significativamente do comum. Nesses termos, o comum surge como uma outra via além da dicotomia público-privado, constituindo uma dialética triádica entre privado-público-comum, onde o privado dá lugar ao particular, suplantando o restrito e individual.

Ainda, o comum, enquanto prática, remonta não apenas àquilo que se tem, mas também ao

que nos falta, o que ainda não possuímos, ou o que não pode ser possuído. Por isso comum não é a vontade comum, nem os bens comuns, nem a comunidade de origem, mas um *processo* de instituição. O comum é uma forma de fazer, não um jeito de ser

¹⁶ Por “condição” entendemos a necessidade de o comum ter por característica o público, nos termos de publicidade e de coletividade das ações. Em termos genéricos, pode existir o “público” fora do comum, em termos de propriedade, mas não o comum fora do público, em termos de acessibilidade.

ou de ter. O comum tem menos que ver como necessário e com o possível do que com o contingente, como categoria ligada ao futuro não antecipado (DUNKER, p. 15, 2019).

Nesse sentido, a relação do comum com o espaço público vai além deste como produto. Caracteriza-se, então, como uma maneira de fazer, uma forma de realização da vida urbana em sociedade, sendo incorporada em momentos de manifestação política incisiva, mas também no cotidiano, permeando a sociabilidade dos sujeitos, ao se apropriarem dos espaços que se tornam próprios para o uso, mas não próprios pela propriedade privada.

Inseridos socialmente no espaço público, ricos e pobres têm distintas visões do que é e do que poderia ser esse espaço. Dunker (2019), apropriando-se dos escritos de Maria Rita Kehl, indica que, considerando a relação entre dimensões público e o privado, para “o rico isso significa civilização, discriminação entre interesses da pessoa e da coisa pública e redução do Estado (DUNKER, 2019, p. 11). Para os pobres, a “rua já está dentro da casa [e que] o público invade o privado não pelo excesso, mas pela falta” (KEHL, 2018, p 67;88).

Considerando essas nuances entre ricos e pobres, o que se manifesta, sobremaneira, nas cidades contemporâneas, é um híbrido de público-privado de controle ativo e constante. Espaços públicos privatizados sob gestão privada ou uma gestão burocrática do Estado têm se tornado cada vez mais corriqueiros, e esse modelo passou a ser considerado solução para cidades “limpas e seguras”, mediante a construção de grandes espaços “sanitizados” (FIRMINO, 2018, p. 80). Por outro lado, pelo viés do pobre, o espaço público é praticamente a extensão de suas casas, sendo inevitável o contato, no mais alto grau de intensidade, sendo erodido pela perda da privacidade.

O comum permite observar, então, que o espaço público é conduzido por uma assimetria de poder (por realizar a crítica tanto do privado quanto do público), alienando os objetivos e as funções das formas públicas dentro da cidade, restando, nesses locais, a vida individualizada. Essa assimetria é também mascarada pela falsa sensação de que o espaço público atual é acessível, politicamente, por representação, como se todas as demandas tivessem o mesmo peso. No entanto, ressaltamos que ainda que procure ser hegemônica, a racionalidade capitalista ainda não o é. Assim, por vezes, essa assimetria de poder e acesso é objeto de resistência, ou, ainda, deixa brechas para a ação.

A perspectiva do comum, bem como do espaço público, leva-nos a pensar através do conceito de “direito à cidade”. Para Lefebvre (2001), a cidade é produzida a partir do trabalho coletivo, realizando a *poiesis*. Então, nada mais justo que ela seja tratada enquanto obra, não

como mercadoria, pois a obra é valor de uso, sendo principal uso, a cidade, como obra comum, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos.

Derecho', como 'ciudad', es un término que posee una larga historia y múltiples significados. Dentro del contexto urbano podrían enumerarse, al menos, las siguientes connotaciones del 'derecho a la ciudad': El derecho medieval a la libertad respecto a las obligaciones feudales y al auto-gobierno; El derecho al uso político del espacio público; El derecho al uso comunicativo del espacio público; El derecho a entrar y permanecer en la ciudad — y a no ser excluido de o en ella; El derecho a una red de seguridad generalizada — la satisfacción básica de las necesidades humanas; El derecho a la diversidad, a la igualdad y a la justicia social; El derecho a participar de manera democrática en la gobernanza¹⁷ (MARCUSE, 2011, p. 20).

Partindo do mesmo conceito (o direito à cidade), Harvey (2012) conota o cunho político e de classe, por compreender que na cidade ocorre, além da captura, o redirecionamento do excedente de capital. Nesse sentido, o direito à cidade “está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade” (HARVEY, 2012, p. 74), direito de participar da cidade enquanto produtor, a cidade não sendo uma simples exterioridade onde é buscado o habitar.

A leitura do comum enquanto atividade prática e a do direito à cidade também se aproximam e nos ajudam a dar relevância ao recuo do espaço público materialmente constituído. Segundo Harvey (2012, p. 74), “a questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologia e valores estéticos desejamos”.

O comum surge, então, como meio de chegarmos à cidade que queremos, pois, uma das funções do comum é “organizar o social para possibilitar uma deliberação na esfera pública que não seja prisioneira dos interesses de tal ou tal categoria socioprofissional” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 492). Sendo assim, é fundamental um espaço do agir comum que seja público em sua acessibilidade, estando presente na sociedade.

Por fim, de maneira mais abrangente, portanto, em certa medida, o comum contempla as dimensões imateriais e materiais, vinculando-as ao urbano, a partir do espaço social. Segundo Delgado (2013), esse vínculo permite ser elaborado a partir da concepção do urbano por Henri Lefebvre, mesmo que este não o tenha abordado diretamente.

¹⁷ Tradução do autor: “'Direito', como 'cidade', é um termo que tem uma longa história e múltiplos significados. Dentro do contexto urbano, pelo menos as seguintes conotações do 'direito à cidade' poderiam ser elencadas: O direito medieval à liberdade das obrigações feudais e ao autogoverno; O direito ao uso político do espaço público; O direito ao uso comunicativo do espaço público; O direito de entrar e permanecer na cidade — e de não ser excluído dela ou nela; O direito a uma rede de segurança generalizada — a satisfação básica das necessidades humanas; O direito à diversidade, igualdade e justiça social; O direito de participar democraticamente na governança” (MARCUSE, 2011, p. 20).

Ahora bien, si ese espacio público del que Lefebvre no habla tuviera que encontrar un valor teórico que, en su pensamiento, nos sirviera de equivalente, este sería el de espacio urbano, en el sentido de espacio de y para lo urbano, entendido como una forma específica de organizar y pensar el tiempo y el espacio en general, y no sólo en el marco físico de ese constructo material que es la urbe. Recuérdese la distinción que Lefebvre plantea como central en los dos volúmenes de *El derecho a la ciudad* (Lefebvre, 1978 [1968] y 1976 [1972]) — entre la ciudad y lo urbano. La ciudad es una base práctico-sensible, una morfología, un dato presente e inmediato, algo que está ahí. La ciudad es lo que ocurre en las calles, en las plazas. Lo urbano es otra cosa: no requiere por fuerza constituirse como elemento tangible, puesto que podría existir y existe como mera potencialidad, como conjunto de posibilidades¹⁸ (DELGADO, 2017, p. 3).

O pensamento sobre o espaço social e sua produção tem, em Lefebvre (1999), uma espacialidade que comporta o pensamento do espaço público enquanto metáfora, como representação da relação entre cidade e o urbano.

La ciudad es una base práctico-sensible, una morfología, una realidad demográfica, un dato presente e inmediato, algo que está ahí. La ciudad es un conglomerado de volúmenes, infraestructuras, calles, plazas, actividades, etc. Lo urbano es otra cosa: no requiere por fuerza constituirse como elemento tangible, puesto que podría existir y existe como mera potencialidad, como conjunto de potencialidades, que no son otra cosa que la consecuencia de la labor de lo social como máquina constante de reunir, cruzar y mezclar. [...] Lo urbano no es substancia ni ideal: es más bien un espacio-tiempo diferencial¹⁹ (DELGADO, 2017, p. 68; 69).

Cidade e urbano não são elementos dissociados, devido à ambivalência da produção do espaço desde os primeiros impactos do capitalismo. A reunião da cidade e do urbano se dá pelo atravessamento da dimensão do cotidiano, animando a cidade e dando significado ao urbano. Mas, se nos esforçamos a vincular o espaço público entre o urbano e a cidade, podemos indicar que a imaterialidade (esfera) se vincula ao urbano, enquanto a materialidade do espaço público está contida no conceito de cidade. A relação entre espaço público e cotidiano é intrínseca,

¹⁸ Tradução do autor: “Ora, se esse espaço público de que Lefebvre não fala tivesse que encontrar um valor teórico que, em seu pensamento, servisse de equivalente, seria o do espaço urbano, no sentido de espaço do e para o urbano, entendido como uma forma específica de organizar e pensar o tempo e o espaço em geral, e não apenas no quadro físico dessa construção material que é a cidade. Lembre-se da distinção que Lefebvre coloca como central nos dois volumes de *O Direito à Cidade* (Lefebvre, 1978 [1968] e 1976 [1972]) — entre a cidade e o urbano. A cidade é uma base práctico-sensível, uma morfologia, um dado presente e imediato, algo que está aí. A cidade é o que acontece nas ruas, nas praças. O urbano é outra coisa: não precisa necessariamente se constituir como elemento tangível, pois poderia existir e existe como mera potencialidade, como conjunto de possibilidades” (DELGADO, 2017, p. 3).

¹⁹ Tradução do autor: “A cidade é uma base práctico-sensível, uma morfologia, uma realidade demográfica, um dado presente e imediato, algo que está aí. A cidade é um conglomerado de volumes, infraestruturas, ruas, praças, atividades etc. O urbano é outra coisa: não precisa necessariamente se constituir como elemento tangível, pois poderia existir e existe como mera potencialidade, como conjunto de potencialidades, que nada mais são do que a consequência do trabalho do social. como uma máquina constante de juntar, cruzar e misturar [...] O urbano não é uma substância nem um ideal: é antes um espaço-tempo diferencial” (DELGADO, 2017, p. 3).

ainda que a cidade contemporânea tenda à privatização e que o urbano se fragmente em ideologia, na maioria dos casos, classista. Advém dessa relação uma interessante chave de leitura.

O espaço público, a partir do uso cotidiano, pode constituir um lugar. Na abordagem do lugar do espaço público e do espaço público no lugar, ocorrendo desde a mudança para uma esfera pública burguesa, intensificada a partir dos processos de industrialização e urbanização, mais ainda na contemporaneidade, com a complexificação social e da vida cotidiana, encontraremos elementos marcantes que denotam sua relação com a cidadania. Passa-se de um lugar para um território. Para tanto, devemos compreender como ela se dá no espaço público. Assim, nesse contexto, a cidadania apresenta-se como território – que admite todos, mas exclui vários, sendo, então, contraditória – dos direitos, deveres e comportamentos ligados ao pertencimento e à universalidade, dentro de características que buscam a isonomia, mas também a cidadania, como base de uma co-atividade, de participação e uso.

O espaço público, quando realizado, apresenta-se, então, como espaço de emancipação cidadã, de reunião da diferença (ainda que manifeste a desigualdade), de compartilhamento e de possibilidades. Fortalece-se, assim, o vínculo entre o indivíduo e seu lugar, o coletivo e o comum, de todos na cidade. Para que haja a realização do processo de cidadania no espaço público, este deve estar pautado na possibilidade e confirmação do uso e participação social, sobretudo a partir de um cotidiano permeado de ações que comporão os significados urbanos.

O espaço público, então, torna-se peça-chave na função mediadora do exercício de cidadania e a também da sociabilidade, dentro das ações dos sujeitos que participam da dinâmica socioespacial, bem como o lugar das ações criativas que surgem das contradições apresentadas e superadas. Assim, o espaço público, em geral, mas, sobretudo, a rua, “se torna, com frequência, o lugar da novidade, do inesperado. É o lugar onde se dá o social também como espetáculo” (FERREIRA, 2002, p. 32).

Falamos de “lugar” em diversos momentos. Na Geografia, esse conceito/categoria ocupa a menor escala da projeção das relações sociais no espaço. Podemos situar o lugar desde o corpo, uma rua, um bairro, uma cidade etc. Considerando sua diferenciação de abordagem, ocorre que o lugar acaba por ser delimitado a partir da subjetividade e da objetividade, dessa forma, perfaz-se interesse, nos meandros entre a geografia crítica e até a de cunho fenomenológico.

Tendo essas assertivas em vista, nota-se que atualmente o conceito de lugar apresenta grande polissemia e usos instrumentais na Geografia e nas demais ciências. Nesse sentido, Souza (2013, p. 117) indica que o “lugar já transcendeu, e há bastante tempo, os limites de uma

única vertente do pensamento ou corrente da geografia”. O autor corrobora ao debate, indicando que, no lugar, “a dimensão cultural-simbólica ganha proeminência, envolvendo as identidades, a intersubjetividade e as trocas simbólicas, por trás das imagens e dos sentidos dos lugares enquanto espacialidades vividas e percebidas, dotadas de significado” (SOUZA, 2013, p. 115).

De outro modo, para Santos (2014),

o lugar é o quadro de uma referência pragmática do mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, por meio da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 2014, p. 322).

Ademais, o lugar se qualifica de acordo com sua localização, nas mais diversas redes, e sua emergência ocorre tendo em vista o local e o global enquanto processo, manifestando a diferenciação espacial a partir de uma base técnica preexistente e ocorrência de eventos. Para Santos (2014, p. 322), “com a modernização contemporânea, todos os lugares se mundializaram. Mas há lugares globais simples e lugares globais complexos. Nos primeiros, apenas alguns vetores da modernidade atual se instalam”. O local, por meio do lugar, “oferece ao movimento do mundo, a possibilidade de sua realização concreta” (SANTOS, 2014, p. 314). O lugar recebe ordem globais, e na medida em que está dotado de condições de assimilá-las ou de resistir a elas, irá concretizá-las de forma heterogênea no espaço-tempo.

A relação entre o local e o global enquanto processo cria uma heterogeneidade advinda do nível de inserção na mundialização, apresentando temporalidades diferentes, tendo em vista os objetos técnicos. Como consequência, devido à difusão das inovações, sobretudo de objetos, na atualidade, os informacionais, o próprio tempo vivido mostra-se diferente, manifestando, segundo Santos (2014), um tempo rápido onde ocorre uma maior densidade técnica; e um tempo lento, onde a menor densidade técnica é encontrada; e, por conseguinte, maior rigidez espaço-temporal no tempo lento e maior fluidez no tempo rápido. Isso leva-nos a pensar em um maior desencaixe (GIDDENS, 1991) e em uma maior compressão (HARVEY, 2014) do espaço-tempo nos lugares qualitativamente mais abrangidos pelos vetores de inovações.

O lugar, visto dentro da multiplicidade do processo Global-Local, é abarcado pelas relações políticas e econômicas, mas é, sobretudo, campo de vivência dos indivíduos. Para tanto,

[Na] análise do lugar, que envolve também a análise da vida cotidiana, pressupõe a superação do entendimento da produção do espaço restrita ao plano econômico, abrindo-se para o entendimento da sociedade em seu movimento mais amplo, como

espaço constitutivo da realização da vida humana no seio da produção do espaço (CARLOS, 2016, p. 71).

Destarte, tudo isto implica dizer que é no plano do lugar e da vida cotidiana que o processo de (re)produção do espaço e, por conseguinte, do espaço público, ganha dimensão real e concreta. Portanto, o plano do lugar pode ser entendido como a base da reprodução da vida e espaço da constituição da identidade criada na relação entre as apropriações, pois é através do uso que o cidadão se relaciona com o lugar e com o outro, criando uma relação de alteridade, tecendo uma rede de relações que sustentam a vida, conferindo-lhe sentido (CARLOS, 2007). Isto é, o lugar é, também, a porção do espaço apropriável para a vida, e, nesse sentido, lugar e cotidiano podem ser interpretados pelo espaço vivido. Holzer (2013), a partir de uma visão fenomenológica, indica que o espaço vivido é uma experiência contínua e social, um espaço de movimento de um espaço-tempo vivido [que] se refere ao afetivo e ao imaginário. Já Correia (2014), em uma abordagem humanista-cultural, atribui ao espaço vivido uma marca essencialmente afetiva que se manifesta tanto no que diz respeito ao gostar dos lugares quanto também aos deslocamentos, e assim, áreas longínquas tornam-se próximas, em função da afetividade por eles.

É assim que as relações que os indivíduos mantêm com os lugares habitados – através de seus corpos – se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no acidental; momentos do cotidiano dos habitantes em sua relação com os lugares da vida. É desta forma que os lugares vão ganhando sentido através das apropriações vividas e percebidas através do corpo e todos os sentidos humanos. [...] O lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidos por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso (CARLOS, 2007, 43).

O lugar, a partir de suas referências, é, então, privilegiado pela dinâmica urbana, atuando, especialmente, nos espaços banais.

As cidades são os lugares onde há mais mobilidade e mais encontros. [...] Nelas, a copresença e o intercâmbio são condicionados pelas infraestruturas presentes e suas normas de utilização, pelo mercado territorialmente delimitado e pelas possibilidades de vida cultural localmente oferecidas pelo equipamento existente. [...] Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam (SANTOS, 2014, p. 319; 321).

Na cidade, ocorre um espectro de possibilidades, de acordo com a densidade do tecido urbano. Para Carlos (2016, p. 15), “novos padrões culturais invadem a vida cotidiana, metamorfoseando antigos valores, com a introdução de novos signos e comandando novos

comportamentos, modificando, assim, a cidade enquanto lugar, e os lugares da cidade de acordo com os habitantes”.

Na metrópole, a grande quantidade e a diversidade de objetos técnicos conduzem para uma cotidianidade cada vez mais normatizada, programada e fragmentada. O tempo apresenta-se cada vez mais rápido, como é demonstrado pelos motores de aceleração propostos por Rosa (2011; 2019), em um ciclo de aceleração tecnológica, aceleração da mudança social, aceleração do ritmo de vida, retornando ao início do ciclo com a aceleração tecnológica. A divisão do trabalho, a mobilidade e o constante conflito entre o espaço público e privado remontam a um espaço vivido, com rupturas que acentuam a criação de múltiplas identidades a partir das territorialidades acessadas (espaços públicos, espaços particulares), por conseguinte, impactando fortemente na cidade. Na cidade pequena, o tempo, às vezes, se aproxima do tempo lento do campo; as curtas distâncias influenciam no tempo do cotidiano e no convívio entre indivíduos, enquanto a menos complexa divisão do trabalho aproxima os setores da produção.

A vida cotidiana, nesta perspectiva, se definiria como uma totalidade apreendida em seus momentos (trabalho, lazer e vida privada e entre os planos do indivíduo e do coletivo) e nesse sentido guardaria relações profundas com todas as atividades do humano – em seus conflitos, em suas diferenças. Para Henri Lefebvre, é na vida cotidiana que ganha sentido, forma e se constitui o conjunto de relações que faz do humano e de cada ser humano um todo. Nessa direção, a cidade como espaço produzido vai ganhando novos sentidos, conferidos pelos modos de apropriação do ser humano, objetivando a produção da sua vida. Deste modo, a apropriação revela-se como uso dos lugares em tempos definidos para cada atividade – produtiva ou não-produtiva. Assim a cidade pode ser analisada como lugar que se reproduz enquanto referência – para o sujeito - e, nesse sentido, lugar de constituição da identidade que comporá os elementos de sustentação da memória, e nesta medida, a análise da cidade revelaria a condição do homem e do espaço urbano enquanto construção e obra (CARLOS, 2004, p. 22).

Desse modo, uma estrutura espacial voltada para a constituição de uma sociedade objetivando espaço-tempos coletivos e acessíveis (no mais amplo termo) torna-se imprescindível, fomentando lugares em que o valor de uso supere o valor de troca, trazendo ganhos sociais qualitativos à dinâmica pública do espaço urbano, tendo como horizonte virtual o comum, não apenas de o espaço de uso comum, mas o espaço produzido em comum. Para tanto, a exemplo do tratamento da rua, segundo Ferreira (2002, p. 35), “faz-se necessário que um repensar a respeito do lugar comum, o espaço público da rua, seja instituído como prática constante, entre todos os agentes que produzem e reproduzem a cidade”.

Entendendo o movimento do mundo e a dinâmica local, em uma política de escalas que considera tanto as determinações de ordens hegemônicas e globais quanto as possibilidades produzidas pelo local a partir de suas características de formação e desenvolvimento, a

manifestação do espaço público ocorre em níveis diversos. Nesse sentido, lugares públicos diferenciados são materializados na urbe a partir da relação entre determinações e possibilidades de sua realização.

O espaço público, no Brasil, apresenta características híbridas a partir da assimilação desigual dos processos referentes à modernidade (SOBARZO, 2004), que são aprofundadas pelas características impostas pelo capitalismo, bem como pelo legado colonial que ainda subsiste. Desse modo, pouco ou nada se tem de herança do espaço público da cidade política ou da esfera pública burguesa (europeia), mas que guarda os valores²⁰ preconizados pelo capitalismo industrial e apresenta nuances da cidade sob o neoliberalismo. Ainda, reduzindo escalas espaciais, o lugar, enquanto uma “cidade”, apresenta marcas diferentes, de acordo com a formação sócio-espacial em que está inserido. Assim, particularidades locais permitem compreender o mundo materializado a partir de sua expressão diferencial no lugar, a compreensão do processo de urbanização de objetos particulares, em que ao mesmo tempo se produz uma estrutura urbana, se produz, também, uma sociedade local.

Para tanto, de acordo com Sobarzo (2004), nas cidades brasileiras “os novos espaços públicos são muitas vezes caricaturas da vida social, negando ou ocultando as diferenças e os conflitos, tornando a sociabilidade mais *clean* e, em último termo, negando-a [...]”, ou seja, espaços de isotopia.

O homem público procura se reproduzir em espaço privado, ou ainda, o espaço público é recriado em esferas menores e privativas. Recusa-se dessa maneira a conviver dentro de uma sociedade variada e multifacetada. Confunde-se sociedade com homogeneidade. Os limites do respeito às regras e a possibilidade de coabitação e convivência social são correlacionados aos níveis de renda que permitem o acesso a esse tipo de espaço seletivo e controlado, limpo e regulado, que se opõe figurativamente ao verdadeiro espaço da rua – público, aberto e inseguro, sujo e anárquico (GOMES, 2014, p. 187).

O cotidiano faz parte do processo dessa produção e manifesta o nível principal para a realização da vida humana. Somente por meio dele – uma verdadeira trama de relações entre o sujeito e o espaço urbano vivido, configurado por suas apropriações – pode ocorrer a ascensão do cidadão, ou seja, a sua participação nas decisões e no uso da cidade. Por conseguinte, a produção desse espaço urbano se liga, intimamente, à cidadania, levando em consideração a população geral enquanto sujeitos atuantes. No entanto,

²⁰ Sobre este sentido de valor, para Heller (1970), o percurso histórico da sociedade propõe a construção de valores, ocorrendo, nesse percurso, alternâncias sobre o que é compreendido como valor (não simplesmente econômico). Sendo assim, a análise dos valores necessita das estruturas próprias de seu contexto.

Se pela igualdade, constituída juridicamente, todos têm direito a ela, pela desigualdade produzida pelo capitalismo o acesso pleno à cidade dá-se de forma diferenciada. O resultado desta dinâmica faz com que as relações sociais de trocas, de lazer, de expressão cultural e política abandonem as ruas e ganhem os espaços privados. Está em curso um processo de privatização dos espaços públicos, de tal forma que a territorialidade pública reduz-se cada vez mais à circulação (FERREIRA, 2002, p. 30).

Focando no cotidiano, caminhamos, então, para o que é indicado por Lefebvre (2013) ao observar as características da apropriação e da dominação do espaço, valorizando e buscando o valor de uso, em detrimento do valor de troca, pois, com grande importância, “a apropriação inclui o afetivo, o imaginário, o sonho, o corpo e o prazer, que caracterizariam o homem como espontaneidade, como energia vital” (SERPA, 2014, p. 38).

Campo dos sujeitos, o espaço urbano, sobretudo, o cotidiano, é construído a partir de dimensões em que o espaço (urbano) é produzido e que a interface entre espaço privado e espaço público media, sendo as dimensões do sujeito o concebido, vivido e percebido, e as dimensões da forma as representações do espaço, práticas [socio]espaciais e espaços de representação (SCHMID, 2012).

Atemo-nos, em nossa proposta, ao espaço público fisicamente delimitado, ou seja, produto da produção do espaço urbano. Admite-se que a esfera pública apresenta caráter universal. Enquanto os espaços públicos (no plural) apresentam particularidades, essa universalidade da esfera não se realiza completamente. Nesse sentido, é

necessário admitir que a noção de público pode, em muitas circunstâncias, não se constituir como uma esfera universal, há que se compreendê-la como um sistema, onde grupos sociais não apenas constituem esferas sociais de vida, mas podem constituir, também, públicos fragmentados. A esfera de vida pública se constitui numa rede complexa de conexões entre esferas de públicos específicos que se estabelecem em determinados momentos, o que não elimina o indivíduo de participar de diversos grupos sociais, não apenas identificados por sua classe social. O mundo não se pauta apenas pelas relações entre capital e trabalho, o que não significa afirmar que tais relações não tenham importância (QUEIROGA; BENFATTI, 2007, p. 85).

Sob estas perspectivas do espaço público como meio e como produto engendra, em sua espacialização, a preocupação do planejamento urbano, ao tentar promover qualidade de vida e justiça social como objetivo comum. Nas palavras de Souza (2020), a justiça social está vinculada à esfera pública, como maneira de atender às demandas diferencialmente estabelecidas, reconhecendo as particularidades dos habitantes. Se considerarmos que a esfera pública possui o caráter universal, essas particularidades são identificadas no debate e na organização de discursos que possuem um lugar.

Enquanto isso, a qualidade de vida atenderia, inicialmente, à esfera privada (por, primeiramente, atingir individualmente), a partir da satisfação das necessidades básicas ou não. No conjunto, justiça social e acréscimo de qualidade de vida produzem desenvolvimento sócio-espacial, se operados como subordinadas à autonomia que se vincula à esfera pública e se materializa no espaço público. Vemos, então, que esfera pública e espaço público físico funcionam de maneira imbricada.

Considerando o lazer e o tempo livre, ao fazer uma analogia de distintas características de espaços livres (públicos) e o que se buscam neles como “produtos de primeira necessidades”, Jacobs (2011) evidencia que os elementos vinculados a atividades ativas, como mobiliário, equipamentos comunitários e eventos artísticos e culturais, são indispensáveis para mobilizar o uso frequente e diverso do espaço público, indicando que os aspectos paisagísticos, ainda que importantes, não se enquadram como mobilizadores; portanto, são complementares.

Sobre as características citadas dos espaços livres públicos e a relação com o planejamento e os planejadores, Jacobs (2011) indica que estão mais preocupados com a instituição e distribuição, sem o envolvimento de critérios que justifiquem sua presença. Novamente, o autor remete ao fato de que mais do que se apresentarem quantitativamente, parques e praças necessitam de qualificações que ensejem o uso, que atraiam vizinhança, mas, ainda se possível, que atraiam a diversidade que vai além da vizinhança.

No planejamento urbano ortodoxo, as áreas livres dos bairros são veneradas de uma maneira surpreendentemente acrítica [...]. Se perguntarmos a um construtor como fazer para melhorar seu projeto na cidade tradicional, ele responderá, como se fosse uma virtude patente: Mais Áreas Livres. Se perguntarmos a um técnico sobre os avanços nos códigos de zoneamento progressistas, ele mencionará, mais uma vez como uma virtude patente, os incentivos a Mais Áreas Livres. Se andarmos com um planejador por um bairro desvitalizado, já marcado por parques vazios e jardins descuidados cheios de papéis velhos, ele vislumbrará um futuro de Mais Áreas Livres. [...] as pessoas não utilizam as áreas livres só porque elas estão lá, e os urbanistas e planejadores urbanos gostariam que utilizassem (JACOBS, 2011, p. 109).

A ideia de espalhar espaços livres de qualquer forma se junta ao fato de que, no Brasil, com a Lei de Parcelamento de Solo Urbano (Lei n.º 6.766/79), novos loteamentos são obrigados a reservar áreas destinadas a espaços livres de uso comum. A junção desses elementos contribui significativamente para a surgência de praças genéricas – tomando emprestado de Jacobs (2011) o termo “parques genéricos” – ou ainda somente para a presença de espaços livres sem mínimas condições de uso. Antes que ocorra um mal entendido, acreditamos que a Lei de Parcelamento é um elemento indispensável para a estruturação de um espaço urbano mais equilibrado. O que chamamos a atenção é para o fato de que a simples demarcação de uma área, ou a produção em

uma praça genérica, não acrescenta qualidade à cidade e aos respectivos bairros. Segundo Coccozza e Oliveira (2013, p. 28), “muitas praças só existem no papel e são desenhadas apenas para compor porcentagens, ao invés de servirem a um pensamento urbanístico que as valorize, fato este que ocorre principalmente nas regiões periféricas”.

No entendimento de Jacobs (2011, p. 126) “as cidades estão cheias de parques [praças] genérico[a]s que não se justificam, mesmo que o bairro seja bastante movimentado. Isso ocorre porque alguns parques são por si sós incapazes, pela localização, pelo tamanho ou pelo traçado”. Juntamos a essas características a falta de equipamentos, mobiliário e incentivos que busquem atrair a população, sobretudo, a do entorno.

Em síntese, se um parque [praça] de bairro genérico não pode ser sustentado pelos usos derivados de uma diversidade natural e intensa da vizinhança, precisa ser convertido de parque [praça] genérico [a] em parque [praça] específico[a]. Uma diversidade de usos verdadeira, que atraia naturalmente uma sucessão de frequentadores diferentes, deve ser introduzida deliberadamente dentro do próprio parque [praça] (JACOBS, 2011, p. 128).

Tendo visto a complexidade apresentada a partir da constituição do espaço público urbano, orientamos nossa investigação para a (re)produção dos espaços públicos na cidade, tratando mais especificamente de nosso quadro urbano. No entanto, como salientado anteriormente, procuramos compreender com o espaço público é concebido cientificamente a partir de um objeto empírico.

1.3 Perspectivas e abordagens sobre o espaço público brasileiro

1.3.1 O Espaço Público nas Áreas Centrais: A rua como referência – Um estudo de caso em Uberlândia – MG

Em seu estudo, Ferreira (2002, p. 8) propõe “avaliar as condições de uso atual do espaço público da rua em áreas centrais, identificando os elementos que participam de sua depreciação acelerada e sua respectiva perda de função”. De maneira a considerar variadas características que compõem a perda da função do espaço público, seu objetivo foi orientado partindo da hipótese de que

a depreciação contínua do espaço público nas cidades médias ocorre devido à perda efetiva da função estabelecida para eles, em razão do “abandono” do Poder Público, do avanço da esfera privada sobre a pública e, também, da expansão urbana acelerada e desordenada (FERREIRA, 2002, p. 8).

A partir do que é indicado ao longo da exposição sobre o espaço público por Ferreira (2002), podemos considerar que o espaço público é dotado de função agregadora que reúne a diferença, colocando os indivíduos em interações que perpassam pelas dimensões políticas, econômicas e sociais. Dessa maneira, o conteúdo do espaço público é diverso e produzido constantemente pela coletividade, durante a realização da vida dos sujeitos, sobretudo, no cotidiano.

O conteúdo do espaço público é, então, materializado a partir das interações de sujeitos, indivíduos e grupos, mediante suas práticas socioespaciais. A forma desse espaço público é tradicionalmente manifestada como praças, parques, jardins, adros, e, principalmente, a rua. Como bem público, é de responsabilidade do Estado a gestão e a garantia de acessibilidade igualitária a essas formas. O poder público, objetivado no Estado, deve orientar, fiscalizar, regular, bem como propor formas de apropriação, a partir de projetos (FERREIRA, 2002).

Essa forma-conteúdo tem uma temporalidade e uma espacialidade específicas. Nesse sentido, Ferreira (2002) atribui a situação do espaço público no início deste século ao processo que passa a sociedade, movida pela expressiva urbanização, em um crescimento acelerado e com consequências na organização espacial, promovendo uma desordem representativa do modo de produção capitalista. Junto a essa desorganização, se expressa, nesse processo de transformação do espaço público, o seu oposto: a privatização não só do espaço, mas também da vida que incide na individualização.

Sposito (1994 *apud* FERREIRA, 2002) argumenta que essa situação coloca em xeque a cidade com base nos ideais de modernidade, da liberdade, participação e acessibilidade a todos. Nesse sentido, vincula à cidade outra característica da reprodução capitalista, sobretudo em países em desenvolvimento: a desigualdade – fator determinante para a realização da apropriação diferencial e suas benesses.

Podemos indicar como fundamental, na visão do autor, o papel do Estado como detentor do poder que regula, ordena e garante a igualdade de apropriação dos espaços, remetendo ao contrato social estabelecido como fundante da sociedade moderna. No entanto, devido às características capitalistas, o Estado passa, então, a ser um campo de disputa que tende a ser ocupado por uma elite burguesa que legitima seus interesses. Essa classe busca a realização de seus interesses econômicos na cidade.

Devido à tendência de concentrar as ações e os fluxos na cidade, Ferreira (2002) busca direcionar sua análise sobre os efeitos da centralidade no espaço público da rua. O centro tem maior destaque, ao reunir e intensificar as interações cotidianas e os efeitos sobre o espaço

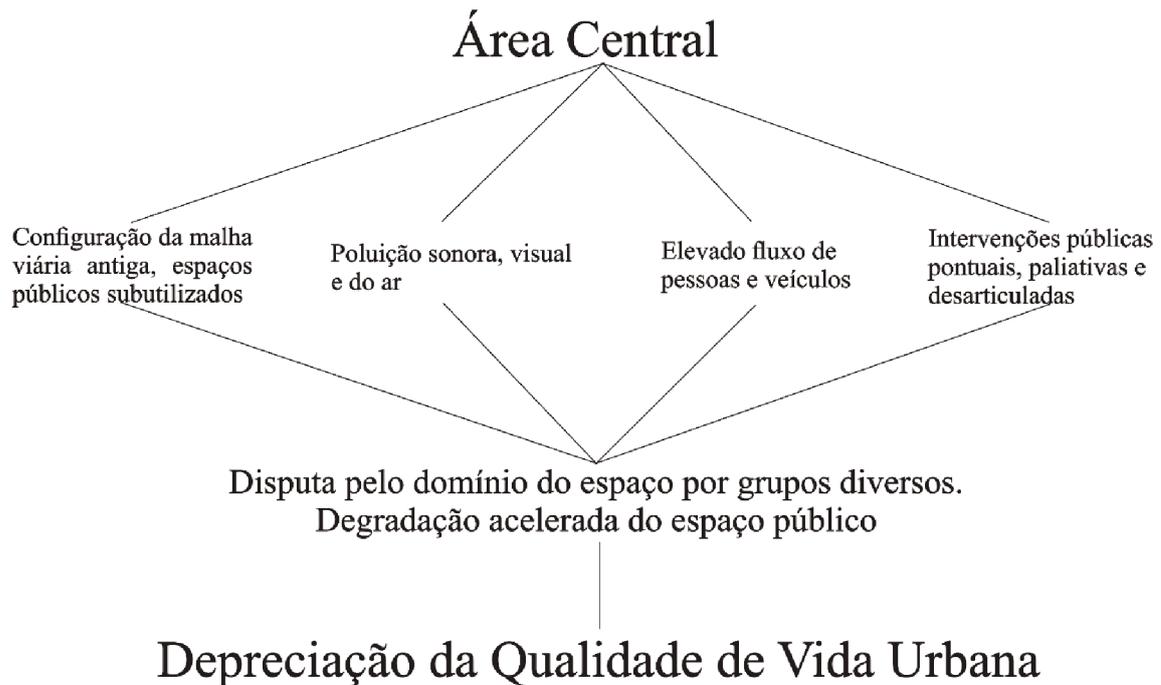
público, principalmente nas ruas – estas sendo o espaço público mais plural e mais receptivo ao inesperado.

A rua pode ter o sentido de passagem. A rua pode ter o sentido de fim em si mesma. A rua pode ter o sentido do mercado, aquele vinculado à troca. A rua pode ter o sentido da festa. A rua pode ter o sentido da reivindicação. A rua também tem o sentido do morar. As ruas também são apropriadas como território de domínio de gangues. As ruas têm o sentido da normatização da vida. As ruas têm o sentido da segregação social. A rua ainda preserva o sentido do encontro. [...] Podemos afirmar que a rua é uma referência de localização, uma espacialidade onde as pessoas se identificam por símbolos comuns, deixando de ser algo abstrato para ser algo vivido, onde podem ocorrer relações sociais de cumplicidade. Também é local de controle social, é uma realidade histórico-social; no entanto, é um lugar específico diante da totalidade (FERREIRA, 2002, p. 32; 33).

A rua comporta os diversos momentos do espaço vivido, do cotidiano dos indivíduos. “O espaço público da rua, refletindo um modo de viver, de pensar e de sentir das pessoas” se materializa na paisagem urbana reproduzindo “diversos momentos do processo de produção espacial” (FERREIRA, 2002, p. 81). Como foi dito anteriormente, essa produção espacial é intensificada no centro da cidade, o qual polariza e agrega a diversidade, devido às suas funções. Dessa maneira, participam ativamente dessa produção uma infinidade de sujeitos que marcam a paisagem, produzem territórios e criam lugares, bem como indivíduos que por ali apenas circulam, alienados ao espaço percorrido.

Essa intensificação de atividades e pessoas em constante movimento, por vezes sem o devido respeito às normas legais e tácitas como àquelas vinculadas ao bom convívio e civilidade, acaba por gerar, nas palavras de Ferreira (2002), uma conturbação que reduz a qualidade de vida e deteriora o espaço público. Esse processo esvazia o espaço público de sua função, privando as pessoas de aproveitarem, em sua vida cotidiana, as características positivas da reunião da diferença.

Sobre a conturbação gerada pela intensificação dos elementos presenciados públicos, Ferreira (2002) sintetiza, em uma situação esquemática, os problemas hipotéticos gerados em uma área central genérica (Figura 4). Em tendência, o centro é o local mais antigo de uma cidade; assim, mantém parte da configuração historicamente estabelecida e de difícil reestruturação, como a malha viária, tornando conflituosa a circulação conjunta entre as diversas formas de locomoção, principalmente dos pedestres. Juntamente a essa herança histórica, o caráter comercial do centro em cidades médias e maiores transforma o espaço público da rua em uma temporalidade muito bem definida: durante o dia, o centro é altamente dinâmico e utilizado; enquanto à noite, tende à rarefação de transeuntes.

Figura 4: Problemas hipotéticos gerados em uma área central urbana

Fonte: Ferreira (2002).

Devido ao grande número de pessoas, que são polarizadas pelos serviços e pelo comércio na área central, bem como pela posição privilegiada para lugar de trabalho, o centro torna-se a principal localização para publicidade comercial, no amplo sentido, como placas, cartazes, telas, também de carros de som e anunciantes de porta de lojas. Isso ocorre devido ao fato de a publicidade ser, ali, mais eficiente. Porém, sua intensificação e a falta de regulação transforma o espaço das ruas em insalubre sonoro e visualmente (FERREIRA, 2002). De outra forma, é possível encontrar, também, manifestações políticas e/ou identitárias inscritas na paisagem; portanto, de caráter não comercial.

A insalubridade encarada a partir da poluição é caracterizada também no alto fluxo de pessoas e veículos. A produção de lixo e resíduos é maior do que nos outros bairros, bem como a produção de poluentes gasosos provenientes da combustão dos motores dos automóveis. Assim, a poluição visual, sonora e do ar se manifesta sobremaneira, caracterizando as áreas centrais das médias e grandes cidades.

Ainda, sobre a responsabilidade de regulamentar e fiscalizar as formas de atenuação destas conturbações, Ferreira (2002) evidencia o papel do Estado, manifestado no poder público local, de atuar de maneira apenas a remediar as situações que degradam o espaço público das ruas, propondo intervenções pontuais, principalmente aquelas voltadas para a circulação de veículos. Nesta perspectiva, mesmo que observado apenas uma fração do espaço público,

porém a mais complexa, portanto, representativa, demonstra que o Estado se abstém de assegurar o espaço público como dimensão e lugar privilegiado das interações humanas.

A circulação ganha destaque, e o Estado surge para proporcionar “plena” fluidez, que não se realiza completamente, mostrando-se estrita. Palavras tão semelhantes, como “fluir” e “fruir”, que deveriam seguir juntas, ganham contornos desequilibrados. A primeira, como realização dos usos possíveis na cidade, como o lazer, a festa, e mesmo o ócio, que são sobrepostos pela circulação que busca atender simplesmente às demandas do trabalho e o capital. Nesse sentido, a qualidade de vida na cidade é reduzida.

Contraditoriamente, apesar de as orientações em favor da construção de uma cidade acessível, mesmo que na contemporaneidade, orientada para e pelo consumo, o espaço marcado pela lógica da fluidez estrita não se manifesta como universal. Tendo em vista que o espaço é hierarquizado e fragmentado, a segregação manifesta a diferenciação dos lugares na cidade. A segregação tomada a partir da imobilidade dos indivíduos pode ser evidenciada pelo não uso da cidade em sua plenitude.

Em relação à circulação de pessoas, a queda acentuada de mobilidade e de acessibilidade urbanas deve-se à predominância do uso do automóvel, o que, a médio prazo, contribui para estimular a expansão das cidades e a dispersão das atividades, elevando o consumo de energia e criando grandes prejuízos à operação do transporte coletivo, como também aos deslocamentos realizados a pé e de bicicleta, configurado no aumento do tempo de viagem e na baixa produtividade (FERREIRA, 2002, p. 139).

A mobilidade restringida impossibilita os usos dos espaços, pela grande fração da sociedade, que, enquanto consumidora, não é capaz de se deslocar. Essa condição apresenta-se pela relação entre distância e capacidade de consumo.

O espaço público da rua, sendo o mais acessível e os mais diversos, sobretudo nas áreas centrais, é relegado ao abandono programático que ganha o reforço do ideário sobre a insegurança que o espaço público supostamente proporciona a partir do descontrole e da violência. Esse processo converge a um outro processo diretamente relacionado à privatização dos sujeitos e indivíduos, gerando novas formas de habitar a cidade.

O veículo, como fundamento da circulação, é uma dessas formas mais contundentes. Em consonância, ocorre a criação de formas fixas que adquirem, na contemporaneidade, importância singular: o *shopping* e o loteamento fechado. A cidade passa a se estruturar a partir de formas privadas de habitar que buscam reconquistar a qualidade de vida perdida.

Esses espaços, apresentados como solução alternativa e eficaz em relação aos aspectos negativos das ruas das áreas centrais recriam, segregando, espaços de convivência que

antes se davam em espaços públicos. Os shoppings apresentam uma arquitetura exuberante, conforto ambiental, segurança, praças, e outros aspectos mais, que recriam o “espaço público perfeito”, permeando o imaginário das pessoas, principalmente da juventude, como o lugar ideal. [...] Esses novos “templos do consumo” tentam angariar as demandas insatisfeitas com a constante depreciação das áreas centrais em nossas cidades, fundamentalmente os grupos sociais de renda média, funcionando, em boa parte dos casos, como fator determinante para acelerar o processo de esvaziamento e abandono das ruas dessas regiões (FERREIRA, 2002, p. 48-49; 54-55)

Também como saída da problemática do espaço público da rua, no viés da promoção da segurança, a

“reinvenção” e/ou a “readequação” do espaço, em razão do medo generalizado da violência que toma conta das nossas cidades, leva também à criação de espaços segregados de “excelência”, como os condomínios fechados verticais ou horizontais, que se apresentam como ambientes que possibilitam, aos seus moradores e usuários, as “melhores condições de qualidade de vida” que se espera em uma cidade (FERREIRA, 2002, p. 36-37).

Observando empiricamente os problemas do espaço público a partir das ruas em áreas centrais, tendo como quadro urbano a cidade de Uberlândia, mas também procurando subsídios em outras 11 cidades médias, foram encontradas as seguintes características que corroboram com os problemas na área central genérica e hipotética citada anteriormente e evidenciam outras:

a rede viária congestionada; a descaracterização das praças; a intensa poluição visual; a falta de arborização; a diminuição do espaço efetivo de circulação do pedestre nas calçadas; a criminalidade; a ausência de ciclovias; a poluição sonora, visual e do ar; a ausência de projetos públicos de cultura e de lazer; e outros fatores que, somados, acentuam o processo de depreciação da área. Esse importante espaço urbano é cada vez mais desprivilegiado em termos de melhorias, deixando assim de oferecer um ambiente agradável aos cidadãos, pois seu estado de crescente “abandono” é uma constante (FERREIRA, 2002, p. 249).

Tendo observado os problemas empiricamente, Ferreira (2002) encontra no planejamento e na gestão urbana os elementos essenciais para a superação da depreciação do espaço público. No entanto, mesmo o planejamento e a gestão necessitam ser reorientados. Nessa perspectiva, as intervenções em áreas centrais devem ser encaminhadas a partir de uma visão integrada, interdisciplinar e crítica.

A revitalização ou requalificação de áreas centrais deve-se caracterizar não somente por critérios funcionais, mas também políticos, sociais, culturais e ambientais. Características básicas devem estar presentes nas intervenções de revitalização de centros urbanos: humanização dos espaços públicos coletivos; valorização dos marcos simbólicos e históricos existentes; incremento dos usos de lazer; incentivo à instalação

de habitações de interesse social; preocupação com aspectos ambientais; participação efetiva da comunidade na concepção e implantação (FERREIRA, 2002, p. 274).

Mediante o que foi exposto ao longo da tese de Ferreira (2002), evidencia-se que o espaço público abordado, com ênfase na localização central na cidade de Uberlândia, é representativo do processo experienciado em cidades de mesmo porte, também nas maiores. A depreciação identificada a partir da conturbação, como consequência dos efeitos negativos da intensificação do fluxo de pessoas e veículos, é fator preponderante para o esvaziamento do conteúdo público do espaço, bem como para o afastamento e reclusão dos indivíduos em ambientes cada vez mais controlados e privatizados, impactando, nesse sentido, sobre as formas atuais de interação e apropriação na cidade contemporânea.

1.3.2 Práticas socioespaciais e espaços públicos em Guarapuava – PR

Buscando encontrar o conteúdo do espaço público urbano da cidade brasileira, Loboda (2008) utiliza como quadro urbano de investigação a cidade de Guarapuava, no Paraná. Trata-se de uma típica cidade média, do interior paranaense, com forte herança do processo de ocupação das terras por meio de colônias e do tropeirismo. Nessa investida, o autor investiga os usos da população que se manifestam na dimensão pública do espaço material. Para tanto, sua

preocupação mais imediata é justamente analisar a atual dinâmica imanente à cidade, buscando enfatizar como a população cidadina faz uso, cotidianamente, dos espaços ditos públicos e quais são as possibilidades dessas práticas contribuírem para a compreensão do sentido de público no século XXI (LOBODA, 2008, p. 9).

Considerando a materialidade, uma primeira advertência é indicada na abordagem de Loboda (2008, p. 3): “quando fizermos referência aos espaços públicos abordados na pesquisa especificamente, entenda-se que estamos nos reportando às praças, parques, calçadão e vias públicas da cidade de Guarapuava”. Nesse sentido, o autor busca a observação e análise dos usos nos espaços públicos tipicamente formais. Entretanto, no decorrer de sua pesquisa, o autor encontra outra forma de espaços públicos, determinados por usos não programados, não formalizados institucionalmente pelo poder público, mas manifestando a natureza pública, no sentido de acesso e participação, indo além da concepção instrumental do espaço público formalizado pela ação do Estado.

Sua leitura dos processos desdobrados na cidade contemporânea, em que o espaço público está inserido, identifica dinâmicas que produzem formas complexas que contradizem a sociabilidade, como a privatização, fragmentação, segregação, exclusão, movimentos sociais urbanos, conjuntos polifuncionais e *shoppings centers*. Essas formas ocupam, na visão de Loboda (2008), localizações específicas na cidade, atendendo à lógica da produção capitalista, que, ainda que encontre algumas resistências, estrutura a espacialidade das formas e atualiza os conteúdos.

Cria-se, assim, a partir da estruturação, a presença, mas também a ausência dos espaços de sociabilidade; ainda, refuncionaliza-se os espaços existentes no movimento da evolução do espaço físico da cidade.

É incontestável a carência dos espaços públicos na cidade, no entanto, determinadas áreas destinadas, a princípio, como praças públicas passaram a assumir outras funções. Não entrando aqui no mérito de que tais espaços poderiam ser mais bem utilizados com as mudanças feitas, mas sim considerando que, de certa forma, retira-se do cidadão, a possibilidade de usufruir de um espaço que era seu de direito (LOBODA, 2008, p. 41).

Assim, a re(estruturação) urbana é um conceito caro ao autor, sendo o balizador para sua compreensão da distribuição e da localização dos espaços públicos, bem como dos usos que neles estão inseridos, dando-lhes conteúdo, indo além, considerando as que características espaciais (distribuição e localização) vinculadas aos usos constituem-se lugares. O autor indica, então, que parcelas da cidade se relacionam entre si por meio das práticas socioespaciais que nelas se estabelecem (LOBODA, 2008). De certa maneira, esse aspecto permite-nos evidenciar o espaço como é apresentado por Santos (2014a), como sendo a relação indissociável entre um conjunto de fixos e um conjunto de fluxos que funcionam imbricados a partir da realização do processo social urbano, aqui inseridos no contexto da dimensão pública do espaço.

Considerando as práticas socioespaciais, outra categoria de primeira ordem no estudo de Loboda (2008) encontra a relação direta das práticas a partir dos atos e das situações cotidianas com a apropriação efetiva de frações do espaço urbano, conduzindo a uma produção de lugares apropriados para e pelos sujeitos que deles fazem usos. O lugar apresenta-se como categoria fundamental, pois é o componente final do processo de apropriação.

É por meio dos espaços e dos caminhos da cidade e pelos percursos do cotidiano urbano que podemos tornar visível sua multiplicidade de usos, suas diferenças, sua pluralidade e suas particularidades. A apropriação do espaço urbano em suas múltiplas formas é determinada ao se alterarem as formas de utilização da cidade no decorrer do tempo e no espaço, segundo determinações e modos de gestão ocupação e utilização pelo cidadão. É nessa perspectiva que, os espaços públicos urbanos

constituem-se em uma “dimensão do espaço urbano”, construída a partir das práticas, socioespaciais que atribuem sentidos específicos e estruturam os lugares na cidade. [...] A princípio, a apropriação está atrelada a situações do dia a dia, do “uso” do espaço e do tempo. Pode estar representada no simples andar pela rua do bairro; no caminhar que leva ao trabalho, às compras ou à escola; pode ainda estar representada no uso da rua para brincadeiras infantis; na prosa com o vizinho que passa, ou simples no olhar pela janela. Já, num sentido mais amplo, a apropriação está associada com a constituição do lugar por meio de práticas que envolvem a apropriação do tempo, por meio do corpo, e dos desejos, com base no conceito lefebvriano (LOBODA, 2008, p. 61-62).

Essa perspectiva relacional entre re(estruturação), prática e apropriação socioespacial findando no lugar articula de maneira complexa as sociabilidades urbanas contemporâneas. As sociabilidades carregam consigo a ambivalência da dimensão pública e privada, ora se contradizendo e/ ou anulando, ora se complementando, haja vista os processos de subjetivação que partem dos impactos de uma experiência coletiva realizada em um meio público na dimensão privada do sujeito. Também o contrário, o privado como manifestação de identidade afetando positiva ou negativamente o meio público. Ambos os processos não se realizam sem que a concretude do espaço público apresente-se mediando as sociabilidades.

de alguma forma, as práticas cotidianas fazem-se de acordo com as condições em que a cidade vai se estruturando ao longo do tempo. É nesse contexto, que esses locais públicos assumem uma função importante nas áreas periféricas da cidade. Dos brinquedos infantis a uma quadra de esportes, mesmo que seja de areia ou simplesmente um campinho de terra, é nesses locais que parte da vida dos “cidadãos” que habitam a cidade possui momentos de lazer, de encontro (LOBODA, 2008, p. 50).

As sociabilidades podem ser traduzidas pelas práticas socioespaciais, dentro da complexidade entre as dimensões públicas e privadas. As práticas funcionam, então, como registros que marcam, em maior ou em menor sentido, o espaço banal. Nesse espaço, diferentes ciências e níveis permitem grande número de abordagens. Loboda (2008) seleciona, a partir de seus objetivos, a centralidade, a acessibilidade e a estruturação como níveis de análise para apreensão do registro das práticas socioespaciais cotidianas.

Cabe ressaltar que esses níveis, enquanto determinações e possibilidades no contexto do espaço público, não são demarcados apenas fisicamente. Para tanto,

é importante, nas atuais circunstâncias, compreender os espaços públicos não somente como elementos componentes físicos da estrutura da cidade, a forma, mas analisar seus usos e não-usos, suas formas e graus de apropriação pela sociedade contemporânea, seus potenciais de acesso para a realização de funções diversas da própria vida urbana, pois ocorre, nos espaços públicos, uma multiplicidade de manifestações de ser e estar que se expressam no espaço urbano em escalas diferenciadas (LOBODA, 2008, p. 7-8).

Esses níveis estão subsumidos hierarquicamente, dentro da análise espacial proposta por Carlos (2004), mais precisamente, dentro do nível da realização da vida. Complementarmente, outros dois níveis são localizáveis: o da dominação política e o da acumulação de capital. Estes últimos não são foco de Loboda (2008), sendo assim, o autor organiza sua leitura a partir da acessibilidade, centralidade e estruturação, de maneira a promover a apreensão do espaço público diante das nuances e multiplicidades da estrutura intraurbana.

A acessibilidade, tomada de maneira mais ampla, comporta as diversas formas em que o sujeito consegue ingressar e fazer-se presente em um determinado lugar, sem que ocorra a manifestação de coerções, inibições e constrangimentos. A acessibilidade, nesse sentido, pode ser física e simbólica, com entraves de ordem social e econômica. Nessa perspectiva, Loboda (2008) identifica as condições de acessibilidade vinculadas, também, aos elementos da mobilidade.

Neste percurso, tendo em vista que a cidade de Guarapuava faz uso intensivo do transporte público, o autor orienta sua investigação para abranger as condições do transporte coletivo nos aspectos quantitativos e qualitativos. Parte, então, para uma análise da distribuição socioespacial dos usuários e de como ocorrem os usos deste transporte na cidade. “Assim, foram avaliadas as possibilidades dos indivíduos de alcançar os destinos necessários, ou então aqueles desejados para a satisfação das suas necessidades cotidianas atreladas ao trabalho, estudo e ao lazer, dentre outras” (LOBODA, 2008, p. 192).

A partir de seus levantamentos, Loboda (2008) chega a interessantes constatações: o equilíbrio na utilização do transporte público entre as viagens obrigatórias, sendo aquelas realizadas no deslocamento para trabalho; e as viagens livres, representadas pelos deslocamentos em virtude do lazer e consumo, apresentando a flexibilidade como fator característico.

É nessa perspectiva que, enfatizando os trajetos discriminatórios, ou seja, aqueles realizados em função dos destinos e horários livres, como fazer compras, atividades ligadas ao lazer, visitas, dentre outras, que evidenciamos as possibilidades do “repovoamento” da cidade, pelos diferentes usos dos espaços públicos, por meio da valorização do pedestre em seus trajetos cotidianos (LOBODA, 2008, p. 209).

Um segundo dado relevante é apresentado, também, a partir dos usuários, mostrando-se diversificados quanto às atividades-fim nos trajetos discriminatórios e que têm como meio de locomoção o transporte público coletivo. Por outro lado, em se tratando das linhas e itinerários, essas abarcam com ponto de ônibus apenas dez praças, do total de 16; e três, do total de cinco parques (LOBODA, 2008). Esse dado é relevante para que pensemos na possibilidade de

integrar os espaços públicos na dinâmica de circulação dos usuários de transporte público. Porém, evidenciamos que essa integração é salutar apenas se aproveitadas as amenidades das praças e dos parques, bem como a possibilidade de uso a partir da infraestrutura nos respectivos locais.

Sabe-se que determinados espaços públicos, qualitativamente melhor estabelecidos, tendem a ocupar localizações específicas ou ainda a centralizar fluxos.

Além de estarem associados à dinâmica da centralidade da cidade, tais espaços assumem uma centralidade própria, não somente em função da grande dimensão em termos de área disponível, como também da diversidade de opções de lazer e entretenimento para a população (LOBODA, 2008, p. 171).

Além disso,

uma simples visada no mapa da cidade e seus espaços públicos é suficiente para concluirmos que há concentração dos mesmos na área central ou próxima dela. Nas áreas mais periféricas, quando esses espaços lá existem, não passam de resíduos de quarteirões ou áreas improvisadas pelas associações de bairro para proporcionar algum tipo de lazer para a população que, geralmente, é desprovida das condições básicas necessárias para a vida urbana na periferia pobre da cidade (LOBODA, 2008, p. 139).

Por fim, no que se refere ao transporte público relacionado à acessibilidade, mesmo que essa modalidade tenha significativa importância em Guarapuava,

outras áreas acabam sendo mal servidas pelo sistema de transporte coletivo, ou seja, em determinados locais da cidade, notadamente as áreas periféricas, com justificativa no sub-aproveitamento da capacidade e baixa demanda, a frequência dos ônibus é reduzida, restringindo também, nesse sentido, as possibilidades do acesso à cidade para os segmentos sociais que aí habitam, acentuando a cidade diferenciada socioespacialmente, resultado da divisão social e técnica do trabalho e suas repercussões espaciais (LOBODA, 2008, p. 211).

Ainda como produto de investigação, Loboda (2008) constatou que aproximadamente 25% da população têm dificuldades devido à distância de sua casa até o ponto de ônibus mais próximo. Notadamente, esse contingente está situado na periferia da cidade de Guarapuava. Assim, vemos que a acessibilidade via transporte público mostra-se restringida, ou pelo menos dificultada, se considerada parte das pessoas localizadas em áreas periféricas.

Algumas praças e parques, devido à inacessibilidade via transporte público, acabam por não se inserir no cotidiano daqueles que delas se utilizam. Como produto dessa relação, caso a praça não tenha um uso mais intensivo da vizinhança, pode ocorrer o esvaziamento do sentido

público, via apropriação, não ocorrendo ali práticas socioespaciais capazes de transformar o local em lugar.

Sobre a acessibilidade, relacionando-o com a centralidade, evidencia-se que a mobilidade é reduzida nas periferias (como normalmente acontece no Brasil), bem como é limitada em determinados espaços públicos, pela inacessibilidade via transporte público. Podemos inferir, então, que se fortalece a centralidade também exercida nos espaços públicos a partir dos fluxos, se considerarmos os itinerários que reduzem, em quantidade, a porção apropriável na cidade.

Observando os níveis selecionados, chegamos ao último, proposto por Loboda (2008): a estruturação da cidade e do espaço público. Nesses termos, nos é demonstrado o espaço público na periferia, com suas características e conteúdo, bem como o cotidiano a partir de atividades que mobilizam a cidade, como as festas, sendo tratadas a partir do sagrado e do profano. Finalmente, é demonstrado o espaço público e a centralidade, exercida tanto nos quesitos dos efeitos do centro da cidade quanto da polarização que determinados espaços públicos realizam.

O espaço público, a partir da apreensão de Loboda (2008), é apresentado como vivo em conteúdo e dinâmica, mas com tendência, também, a apresentar-se fora da formalidade do espaço público tradicional como praças e parques. Dizemos “formal”, no sentido de ser instituído formalmente pelo poder público. Resta, assim, à população a invenção dos espaços a partir de seus usos. Ruas de terra, lotes vagos e similares surgem como base para a constituição do acontecer solidário. “Não raro, é possível observarmos, nos finais de tarde, a prática do uso das ruas, que muitas vezes assumem a função da praça pública ou da quadra esportiva que inexitem nos bairros da cidade” (LOBODA, 2008, p. 274).

O uso da festa como mobilizadora do cotidiano da cidade de maneira ampla é apontado, sobretudo, a partir do cunho religioso, e também àquelas relacionadas a grupos e ao Estado, como o Lions Club Rotary e a Maçonaria. Loboda (2008) busca ressaltar que, a partir das reações existentes nesses espaços, ainda que essas festas evoquem a relação público-privado, podem romper com essa dicotomia, pois tendem a extrapolar os limites institucionais e físicos, fazendo com que ocorram, também, práticas socioespaciais que originalmente eram limitadas, agora em espaços públicos de acessibilidade livre.

A relação entre a estrutura urbana, a centralidade e os impactos no espaço público, com a respectiva vivência dos habitantes, é evidenciada a partir da alta mobilidade na qual o centro está inserido, bem como a partir da capacidade de aglutinar toda a diferença contida na cidade, ainda que essa reunião não seja harmônica. Nesse sentido, as práticas socioespaciais realizadas

em áreas centrais tendem a ser as mais diversas e as mais conflituosas. Nesse sentido, o cotidiano ganha amplitude a partir das possibilidades que o espaço público em área central dispõe.

1.3.3 Os espaços de sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente

Na tese apresentada por Sobarzo (2004), o autor nos comunica que, inicialmente, sua hipótese baseava-se na crescente valorização de espaços privados, em detrimento dos espaços públicos, sendo esses elementos estruturantes da fragmentação urbana em Presidente Prudente. Sua intenção foi evidenciar a eliminação de determinadas relações, sobretudo as cotidianas, entre os sujeitos e grupos. Esse rompimento se dá a partir da ausência de espaços que propiciem as interações nos bairros mais pobres, tendo seu contraste nos bairros mais abastados, onde são edificadas espaços puramente privados, ou ainda espaços públicos privatizados, mantendo, assim, fragmentos homogêneos dos grupos sociais em uma crescente valorização da vida privada.

Não obstante, ao relativizar a fragmentação socioespacial que instauraria a separação absoluta dos sujeitos e grupos em frações espaciais com relativa proximidade, a partir da estruturação urbana em Presidente Prudente, Sobarzo (2004) indica que esse processo não se consolidou. Portanto, seria impossível atribuir à ausência e à presença do público e do privado, bem como à qualidade desses mesmos espaços, um parâmetro para identificar o processo de fragmentação.

Entretanto, o processo de segregação faz-se presente, e, nesse sentido, a ideia de “segmentação, com pouca presença da diferença” é uma característica marcante do espaço público prudentino, evidenciando que o espaço público, nos termos colocados para o quadro urbano selecionado, não pode ser considerado morto ou agonizando, como é comumente apontado por determinadas bibliografias que tratam o tema, mas sim, em vias de transformação.

Para realizar sua análise, Sobarzo (2004) centra-se conceitualmente em Henri Lefebvre (matriz) e em Ana Fani Alessandri Carlos (continuadora do pensamento lefebvriano), e nos respectivos elementos e processos vinculados à instrumentalização da dominação e ao uso do espaço urbano. Partindo dessas orientações, o espaço público é analisado em três níveis que ocorrem articulados e imbricados, sendo: a dominação política, acumulação de capital e realização da vida humana.

Sobre os múltiplos processos que atravessam o espaço, desenvolvidos através do conjunto de práticas simultaneamente realizadas, Sobarzo (2004) utiliza um recorte espacial como filtro, separa cada um desses elementos e demonstra um exemplo dessa complexidade que ocorre de forma preponderante no espaço público.

Nesse sentido, o espaço deve ser lido e compreendido em sua complexidade, produto de múltiplos processos e influenciando-os. Por exemplo, considerar uma praça somente na sua dimensão de local que permita o lazer da população, ou ambiente que ajude na beleza da cidade, ou meio que possibilite a renovação do ar (pulmão-verde), constitui uma abordagem limitada. A praça é um espaço público que cumpre essas funções, mas também pode ser uma “obra” que o prefeito inaugure com festa e cobertura da imprensa, ou que pode receber monumentos (símbolos) que passem uns certos significados, ou receber um nome que homenageie alguém ou alguma data ou acontecimento; aspectos que potencialmente criem ou reproduzam mecanismos de dominação ou controle político, como consolidar a imagem de um prefeito como “tocador de obras”, ou passar para o imaginário coletivo certos personagens ou fatos que pouco tenham a ver com o cotidiano das pessoas que usufruam desses espaços (SOBARZO, 2004, p. 54).

Em termos gerais, os elementos que perpassam por uma fração do espaço atendem a uma lógica do lugar e à outra, global. Ainda mais, são interligadas, de maneira complexa, três dimensões de apreensão: o concebido, o vivido e o percebido. A dimensão do concebido tende a ser aquela que verticalizada como representação de um espaço absoluto, impõe ao espaço banal, e, por conseguinte, aos sujeitos e grupos, as determinações da reprodução das relações de produção.

Como no exemplo da praça, o espaço público, nas suas mais diversas formas, comportará uma miríade de elementos de dominações e apropriações. Assim, o Estado, os agentes do capital e os indivíduos e grupos comuns, por meio de suas práticas, materializam o caráter instrumental. O espaço e seu desdobramento público não são os sujeitos do processo de produção do espaço urbano; porém, o espaço também não é simplesmente um elemento simplesmente passivo.

O exercício do poder para o controle do espaço (poder no espaço) inclui a capacidade de definição/modificação das normativas legais de uso e ocupação do solo, as definições sobre política tributária, a implementação de infraestrutura, serviços e investimentos. Esse controle do espaço deve ser entendido como um controle da sociedade com vistas à dominação política. Nesse sentido, um exemplo claro corresponde às ações implementadas, a partir de 1980, pelas administrações municipais de Presidente Prudente, orientadas à implantação de loteamentos populares (SOBARZO, 2004, p. 57-58).

São criados, então, mecanismos de controle do espaço que produzam a dominação, e sob essa perspectiva, são aplicadas imposições que findam no espaço – este sendo o primeiro momento da dialética socioespacial da dominação.

Numa outra perspectiva, temos o poder do espaço, ou seja, o espaço produzido nas suas desigualdades e contradições possui a capacidade de facilitar ou dificultar o processo de dominação política. O programa de loteamentos populares pode servir de exemplo, novamente: a criação de novas áreas residenciais para servir de redutos eleitorais em troca da “generosidade” do poder municipal facilitaria a dominação para os detentores do poder, mas os loteamentos deficitários de serviços e de infraestrutura criam condições favoráveis à organização da população e à reivindicação de melhorias. Assim, essa dominação pode ser mesmo questionada a partir do espaço e de suas características, no núcleo do processo da sua produção (SOBARZO, 2004, p. 61).

Este é o segundo momento: o espaço concebido pelo poder público a partir de uma leitura isotrópica da sociedade criará um conjunto de determinações que podem ser aceitas; e, assim, ocorre a reprodução da dominação, agora, pelo espaço; ou podem ser rejeitadas pelos sujeitos, fazendo emergir um espaço de representação. Ocorrem, assim, dialeticamente, as condições que o espaço reúne para transformar seu próprio estatuto, negando sua criação e o metamorfoseando a partir da apropriação daqueles que nele vivem. Por outro lado, essas condições podem ser dissipadas ou inviabilizadas, reproduzindo, desse modo, os elementos nos quais foi criado.

Sobarzo (2004) nos chama a atenção, ainda, para o fato de que o espaço público no Brasil é comumente utilizado como instrumento de controle e de dominação. Essa característica ocorre, em maior medida, nas cidades de porte médio e nas pequenas cidades; porém, isso não foge à realidade prudentina. O espaço público é instrumentalizado enquanto recurso político para fins eleitorais. O marketing, aplicado sobre a construção, inauguração e reformas urbanas de “calçadas, parques e praças”, eleva o valor da ação pública, de maneira a considerar um feito da gestão atual, contrariando o fato de que seria obrigação ou simplesmente a realização de suas atribuições funcionais.

Pelo contrário, as obras são apresentadas como corporificação da preocupação e da capacidade especial da autoridade. Assim, a obra fica personalizada e o voto fica comprometido, reproduzindo as relações de patrimonialismo e clientelismo que perpassam a sociedade brasileira desde tempos coloniais (SOBARZO, 2004, p. 62).

O espaço público é, assim, manipulado pelo poder municipal, para seu projeto de poder, ainda que não obstante, também traga certos benefícios à população. Nesse aspecto, tanto a dimensão física quanto imaterial são instrumentalizadas. A física, a partir da transformação da

paisagem e a configuração espacial; e a imaterial, devido ao fato de que essa mesma paisagem passa a exibir, simbolicamente, um vínculo com determinado agente político. Essa positivação também faz parte dos elementos concernentes à dominação *do e no* espaço.

Abordando o outro nível de dominação do espaço, Sobarzo (2004) coloca os elementos da relação entre a produção do espaço público e a acumulação de capital. Para esse propósito, elenca que o consumo é fundamental para que se pense esta perspectiva. A dinâmica do consumo do espaço faz com que ele seja simplesmente consumido e produtivamente consumido, sendo que esse segundo aspecto

determina que a produção, comercialização e consumo do espaço urbano se convertem em aspectos fundamentais da própria reprodução e acumulação do capital. A cidade vendida aos pedaços – criada, destruída e recriada, vendida novamente, valorizada ou desvalorizada, renovada, enobrecida, abandonada, apresentada na embalagem de um novo produto imobiliário a ser comprado ou consumido – torna-se parte integrante da reprodução capitalista, não só porque nela são produzidos e trocados bens materiais e imateriais, ou porque nela, num sentido amplo, a sociedade como um todo é reproduzida, mas também, num sentido que poderíamos considerar restrito, porque a cidade ela mesma passa a ser um produto consumido, comprado e vendido, assumindo uma função fundamental na circulação e acumulação de capital (SOBARZO, 2004, p. 110).

Portanto, visando a acumulação de capital, criam-se modos de consumir cada vez mais produtivamente, como a criação de novas experiências a serem incorporadas como capital cultural, novas relações, novas maneiras de habitar a cidade, enfim, novas formas de sociabilidade a partir de uma subjetividade cooptada pela razão individualista. Nesse caminho, a própria visão do que deve ser a cidade é concebida pela elite econômica (SOBARZO, 2004).

Essa lógica impacta diretamente na relação entre espaço público e espaço privado. “Pense-se no ato de morar e sua relação entre casa e rua; no ato de consumir e a interface entre loja e rua; ou no lazer, que pode ocorrer em espaços públicos, privados ou em ambos” (SOBARZO, 2004, 114). Ocorre que, pela acumulação de capital, a tendência é a regressão do espaço público aos equipamentos mais básicos, pois, nessa nova lógica, os espaços de consumo adentram a reprodução social, ocupando a posição dos espaços públicos de uso comum na oferta de lazer e de espaços de convívio. Esse processo é intensificado pela publicidade dos objetos enquanto mercadorias, bem como pelo imaginário do medo na cidade. Nessa perspectiva, o público, como lugar comum e espaço da indeterminação, sofre as consequência deste processo.

Como modo de acumulação de capital travestido de resolução dos conflitos gerados no espaço público, duas formas urbanas são marcantes, na contemporaneidade – algo que diz muito a respeito da influência do capital sobre a determinação das novas formas a serem consumidas:

os shopping centers e os loteamentos fechados representam produtos que expressam novas formas e práticas para antigas ações – consumo, lazer e moradia – contribuindo na sua materialização para o processo de acumulação de capital (SOBARZO, 2004, p. 114).

As condições econômicas passam a separar aqueles que conseguem acessar e outros que não; tende-se a não se conviver mais entre diferentes; o que ocorre é simplesmente o encontro de grupos homogêneos, com indivíduos autorreferentes e locais com fronteiras físicas ou simbólicas que os protegem. Físicas, como os muros dos condomínios ou a ausência de contiguidade do tecido urbano; simbólicas, que expulsam ou evitam a diferença, tornando inacessível determinados espaços públicos, como um *shopping* da elite. Sobre essas novas formas, Sobarzo (2004) busca a ideia de espaços próprios.

O surgimento dos espaços próprios da elite está quase sempre associado ao questionamento da relação público-privado. Em primeiro lugar, porque os espaços da elite são fundamentalmente espaços privados ou de acesso restrito. Em segundo lugar, porque na produção desses espaços quase sempre está envolvido o poder público, seja por ação – aplicação de recursos, implementação de obras, criação de leis – ou por omissão – deixando as coisas acontecerem à margem da legalidade (SOBARZO, 2004, p. 92).

O autor segue dizendo ainda a respeito dos espaços próprios, como os loteamentos fechados e *shoppings centers*, desvelando o conteúdo e as implicações na urbe.

Nesse contexto, os espaços próprios apresentam a característica de ser ao mesmo tempo: globais ou homogêneos porque repetem as mesmas formas e tentam, assim, repetir os conteúdos, mesmo que só no plano da representação; são fragmentários porque fraturam o espaço urbano, não só do ponto de vista físico, mas também porque contribuem ao rompimento das relações; e, são hierárquicos porque se impõem (ou tentam se impor) como “a cidade” ou como a parte moderna da cidade (SOBARZO, 2004, p. 93).

Esses espaços próprios atendem a uma heteronomia. Dessa maneira, as práticas de dominação do Estado e dos agentes (detentores de capital) privados ocorrem, em grande medida, seguindo ações consoantes. Isso é demonstrado por Sobarzo (2004), ao indicar que suas análises comprovam que esses agentes atuam, juntamente, para comandar e orientar a expansão urbana; por conseguinte, são responsáveis por segmentar socialmente frações dos espaços, contribuindo para o recrudescimento das diferenças entre a cidade rica e a cidade pobre.

Como salientado anteriormente, a produção espaço urbano, com seu desdobramento no público, ocorre em três níveis. Dessa maneira, “podemos pensar a leitura da produção do espaço

público em termos da dominação, como relações de verticalidade ou processos ‘vindos de cima’ que alteram o caráter do público na cidade” (SOBARZO, 2004, p. 142). Entretanto, diferencialmente, “no caso da produção e apropriação desses espaços pelo uso, as relações podem ser lidas na horizontalidade, como uma metáfora de trajetórias no espaço de pessoas que no seu dia a dia [...] dão (ou encontram) sentidos ao (no) espaço público” (SOBARZO, 2004, p. 142).

Nesse sentido, Sobarzo (2004) chega ao terceiro nível, apresentando-nos, a partir de sua base conceitual, como aquele da realização da vida.

A apropriação, nessa perspectiva, dá significado ao espaço público, interligando as esferas do privado e do público. A apropriação constitui, assim, um prolongamento do privado no público, efetuado mediante o uso, tratando-se, desse modo, de uma “privatização corporal” porque feita pelo corpo do habitante que sai do espaço privado da casa (dentro) e vai “conquistando” para seu uso, para sua vida e, em último termo, para a sua reprodução uma parcela do espaço público (fora) definida pelas suas trajetórias. Partindo da definição de apropriação como uma dimensão do uso dos espaços, no sentido de uma privatização do espaço público na escala do corpo dos usuários (uma privatização corporal), vemos que dificilmente alguém alcança a experiência do uso e da apropriação cotidiana de toda a cidade, pois em função das trajetórias habituais a cidade será apropriada de forma parcial e fragmentada. Assim, para cada usuário existem “pedaços” de cidade apropriada (SOBARZO, 2004, p. 148; 151).

A apropriação no espaço urbano, a partir do movimento de cada sujeito e/ou grupos pela cidade, marca momentaneamente como pegadas a urbe. O habitante não simplesmente mora na cidade; a cidade passa a, também, habitar o morador. Da cidade, ou pelo menos em parte dela, o morador faz seu lugar. Da mesma forma que existem diferentes indivíduos, “existem diferentes modos de apropriar esses “pedaços” de cidade (SOBARZO, 2004, 152). Daí, o aspecto tão plural da apropriação, diferente da dominação, que visa a imposição da homogeneidade.

Para Sobarzo (2004), evocando o “Homem lento”, tratado por Milton Santos, está contida – ainda que fora da intencionalidade, como nos movimentos políticos – a resistência a essa homogeneidade. Assim, a não adaptação e a não assimilação dos ditames da ordem global entram em atrito, fazendo com que a apropriação, ainda que não propriamente política, também exerça força na transformação subjetiva dos sujeitos, pois, nesse movimento, perpassam o conhecimento e o reconhecimento da cidade e suas contradições.

1.3.4 O(s) espaço(s) público(s) numa cidade desigual e segregada

Parte-se, aqui, da problemática em que é considerada a mudança do espaço público tradicional: é reduzido em qualidade e restringindo em acesso, desde a intensificação da urbanização em período iniciado com a Revolução Industrial; ou se o caráter de restrição na acessibilidade sempre se manifestou, indo de encontro ao modelo ideal de espaço público.

Partindo desse problema inicial, Arantes (2016, p. 20) procura “analisar em que aspectos ou até que ponto o fenômeno da restrição dos espaços públicos se aplica à cidade de Salvador”. Para que se chegasse ao objetivo proposto, é intentado analisar os usos e a sociabilidade, de maneira a encontrar as transformações concernentes ao espaço público soteropolitano desde o ano de 1950 até 2016.

Os apontamentos teóricos delineados ao longo de sua exposição remontam a uma construção do conceito entre os autores que iniciaram o debate acerca do espaço público como uma esfera pública de ação. Neste sentido,

Três grandes obras se tornaram fundamentais nessa discussão, A Condição Humana [1958] de Hannah Arendt, Mudança Estrutural da Esfera Pública [1962] de Jürgen Habermas e O Declínio do Homem Público [1974] de Richard Sennett. Em todas elas, de maneira mais ou menos direta, a condição urbana aparece como um fenômeno atrelado à dimensão pública da vida social, de modo que a cidade aparece como um lugar onde, [desde a] modernidade, se constituiu determinada esfera ou cultura pública. Essa compreensão se associa a de outros autores que, tendo escrito anteriormente sobre as cidades modernas como Max Weber [1921] e Louis Wirth [1938], identificaram características que foram apropriadas pelos debates sobre o público e o espaço público (ARANTES, 2016, p. 43).

O autor indica, ainda, leituras que demarcaram novas fronteiras de análise sobre o espaço público, fundamentadas a partir dos desdobramentos da urbanização, e as respectivas novas sociabilidades. Nesse sentido, o espaço, enquanto reflexo, manifesta as características de (re)produção da sociedade (SANTOS, 2015). Por conseguinte, o espaço público não escapa a esta lógica. Assim,

Ainda que relativamente recentes duas obras já se tornaram “clássicas” sobre essas questões, Cidade de Quartzos [1991] de Mike Davis e Cidade de Muros [2000] de Tereza Caldeira. Além delas, outros tantos trabalhos vêm debatendo essas questões (DUHAU, 2001, MONGIN, 2009, NETTO, 2012). Em conjunto, eles apontam para o desaparecimento ou restrição do espaço público clássico. Tal literatura tem afirmado que uma das características fundamentais das cidades contemporâneas é o seu processo de privatização e segregação, o que impacta diretamente sobre vida pública e o uso dos espaços públicos (ARANTES, 2016, p. 43).

Neste sentido, Arantes (2016) traça seu percurso teórico tratando da emergência da esfera pública e a sociabilidade urbana desde a derrocada do absolutismo e o desenvolvimento de uma classe burguesa, implicando nos modos de viver na cidade durante o século XVIII.

Como consequência, o autor cita a formação de uma esfera pública burguesa, onde pessoas privadas se reuniam em espaços “públicos”, como os cafés, para debater questões de ordem públicas – o que era acompanhado pelo desenvolvimento de uma cultura literária e da imprensa (HABERMAS, 2014).

Dando continuidade, com a chegada a cidade industrial, ocorre, nos dizeres de Lefebvre (2019), a implosão da cidade tradicional e a explosão de seus fragmentos. Não diferentemente, o espaço público sofre com os efeitos da industrialização e com os impactos na sociedade, modificando o espaço-tempo das atividades urbanas e contribuindo para uma sociedade ainda mais cindida em classes. Tem-se a formação de uma esfera social a partir da diluição da relação entre espaço público-privado (ARENDT, 1991). Alteram-se, também, o comportamento e os espaços reservados ao público (AZEVEDO, 2016).

No terceiro marco delimitado por Azevedo (2016), ocorre, sobremaneira, a privatização dos indivíduos, que buscam se resguardar definitivamente do contato e da condição de indeterminação do espaço público. Especialmente, a sociedade fortalece a distinção a partir das frações ocupadas por classes específicas. Nesse processo, o imaginário em torno do medo e da insegurança perfazem elementos fundamentais para que se inclua nas novas formas de viver na cidade – como é elucidado por Bauman (2008) e também demonstrado por Caldeira (2011) –, ao apresentar a construção de enclaves fortificados como maneiras de morar cada vez mais presentes nas cidades. Portanto, o espaço público tende a ser ainda mais segregado e fragmentado, se pensado na sua premissa de universalidade e acessibilidade ideal evidenciada pelos teóricos fundadores.

Também em outro sentido, indo de encontro às premissas trabalhadas nas constantes abordagens do espaço público, Azevedo (2016) busca, nos questionamentos elencados por Salcedo (2002), encontrar uma outra ótica para a apreensão do processo construção histórica do pensamento sobre o espaço público. Nessa perspectiva, Azevedo (2016) considera que o espaço público ideal (arquetípico), sobretudo o proposto por Habermas (2014), é uma utopia, e que o espaço atual apresenta-se tanto plural e acessível quanto àquele experienciado por sociedades anteriores, podendo, atualmente, ser encontrada uma maior pluralidade das lutas e um maior número de canais para que estas sejam travadas, ocorrendo, assim, a mitificação e idealização do passado.

Ainda que as perspectivas divirjam – visto que uma, indica a redução e declínio do espaço público com base na esfera pública; e outra, evidencia que o espaço público atual mantém as características do passado –, tendo em vista que em nenhum momento foi totalmente acessível, “o espaço público tem como princípio a reunião”, como é indicado por Kuri (2008

apud ARANTES, 2016, p. 22) ao tratar que o espaço público, é, por excelência, o lugar onde podem melhor ser evidenciadas as relações e interações entre os cidadãos. Portanto, “o espaço público condensaria a crise da cidade e da cidadania” (KURI, 2008 *apud* ARANTES, 2016, p. 22). As perspectivas acabam por indicar, também, como presente em toda a história, a restrição da acessibilidade no espaço público.

As duas perspectivas têm como base “escolas” que tratam, a seu modo, o estudo do espaço público, sendo elas: a tradição europeia e a tradição americana. A tradição europeia parte dos escritos teóricos de Habermas; portanto, segue uma linha que busca na esfera pública o uso livre da razão comunicativa, produzindo uma ética capaz de fazer com que a sociedade resolva seus conflitos mediante a argumentação despida de preconceitos e ausente de interesses privados, constituindo, assim, inicialmente, uma dimensão imaterial e ideal basilar do processo de cidadania.

Por outro lado, a tradição americana, sobretudo a partir de Sennett, busca, na materialidade do espaço público, os fundamentos da construção do processo de cidadania, por meio do contato entre os indivíduos no cotidiano e nas relações banais, como são afetados e como reproduzem estratégias conflituosas no processo de realização da vida. Nessa perspectiva, os espaços públicos da cidade demonstram, em seu conjunto, um conteúdo orgânico capaz de ser gerido e administrado em função do bom funcionamento da sociedade.

Para tratar dessa dualidade, é apresentada a diferenciação trabalhada por Paquot (2009 *apud* ARANTES, 2016), que demonstra que esfera pública e espaço público se relacionam, mas são fenômenos diferentes. Nesse sentido, a esfera pública é algo como uma qualidade do espaço social, aquilo que existe em caráter de mediação da troca no amplo sentido (como a comunicação), bem como em função da publicidade da informação, da natureza do fenômeno público. Já os espaços públicos, propriamente ditos, são localizáveis e guardam como condição de sua existência a acessibilidade; sendo assim, apresentam limitação.

Tendo essa dualidade como premissa, Arantes (2016) reorienta seu objetivo, dando foco aos espaços públicos na cidade de Salvador, buscando analisá-los a partir de quatro níveis: a geografia pública, a vitalidade e/ou vivência dos espaços públicos, a sociabilidade urbana e os espaços públicos como palco e cena da política. Para análise, utiliza as praças, parques, largos e a praia, com suas respectivas formas de usos, por meio de observação direta, bem como realiza entrevistas, de maneira a compreender a percepção da população sobre os espaços.

O autor constata, então, que boa parte dos entrevistados procura passar seu tempo livre no ambiente privado de suas casas. Em tendência, o espaço público das formas analisadas é mormente utilizado pela população do entorno próximo, sendo evitado por pessoas externas à

vizinhança, seguindo, assim, um grau de homogeneidade dos usuários (ARANTES, 2016). Esse processo indica que, mesmo com a liberdade e com a indeterminação do público, forma-se grupos específicos, uma espécie de territorialidade, e ao mesmo tempo em que isso causa a sensação de segurança, também pode inibir a acessibilidade de outros grupos ao local. Ressalta o autor, no entanto, que algumas exceções apresentam-se, como no caso da praia e das praças centrais, que mobilizam maiores contingentes. Nestes espaços, é manifestada maior diversidade de pessoas, considerando gênero, renda, cor e idade.

A partir do depoimento dos entrevistados, Arantes (2016) vincula essa segregação e evitação ao medo e à insegurança real e os conflitos violentos, mas, ainda mais, se liga ao imaginário da violência onipresente no espaço público, que permeia a sociedade urbana.

Tais imaginários, no entanto, não estão restritos aos grupos médios e altos. Diversas expressões depreciativas foram utilizadas pelos entrevistados de grupos populares para qualificar os espaços públicos e seus frequentadores, como “baixo astral”, lugar que não é “de família”, onde se concentram “maloqueiros”, “pessoal com cara de ladrão”, “pessoas que não têm muita cultura e dançam até o chão”. Muitos deles se referiram constantemente à ideia de que em alguns espaços as pessoas fazem “bagunça/baderna” em contraposição a ambientes mais “familiares” (ARANTES, 2016, p. 152).

Os *shoppings* aparecem, neste cenário, como local seguro e repleto de funções. Sua praticidade transforma-os em polarizadores, sobretudo das classes mais favorecidas.

Para além dos shoppings, outros espaços privados têm concentrado práticas que anteriormente eram desenvolvidas nos espaços públicos (ou em espaços que produziam um maior vínculo com eles), como os bares, restaurantes, os espaços dos condomínios (que cada vez mais ofertam itens de lazer e serviços), clubes privativos, que ainda compõem a vida da cidade, ou mesmo a própria casa que, com a internet, tem um potencial cada vez maior de concentrar diversas práticas. Conforme destacaram alguns informantes mais velhos, a geografia de espaços privados da cidade se ampliou consideravelmente ofertando mais “alternativas” a esta nova geração (ARANTES, 2016, p. 176).

Além da formação de territorialidades conflituosas nos espaço público, segmentando os usuário em grupos homogêneos, como pode ser observado em distintos trabalhos, outro processo desdobra-se a partir da construção da (auto)segregação a partir das características das moradias que passam a se localizar em condomínios e loteamentos fechados, “villages (corredores de casas geminadas), e até condomínios fechados dentro de condomínios fechados (pequenos condomínios construídos em loteamentos que já são fechados)” (ARANTES, 2016, p. 158).

Complementarmente, mesmo o espaço público das ruas, segundo Arantes (2016, p. 159), as ruas “foram fechadas com a instalação de guaritas de controle de acesso e os

condomínios verticais ganharam contornos de enclaves fortificados com a instalação de aparatos de segurança”. Ainda de acordo com Arantes (2016), não escapam a essa lógica, também, os empreendimentos sociais voltados para rendas mais baixas, que são subsidiados pelo PMCMV.

Para tanto, a partir da relação entre a observação direta e o relato dos entrevistados, Arantes (2016) evidencia que as apropriações do espaço público ocorrem em paralelo umas às outras, não confluindo para um uso comum, devido ao fato de que tendem a inviabilizar, de maneira simbólica, a acessibilidade, na medida em que a imagem do outro é tida como a de um desconhecido, o que remete ao medo, à insegurança e à indeterminação.

1.3.5 A transformação da noção de espaço público: a tendência à heterotopia no Largo da Carioca

Diferentemente da maioria dos estudos sobre o espaço público, sobretudo na área da geografia, Valverde (2007) intenta estudar a relação entre o conceito de espaço público construído a partir de autores tradicionais e sua efetividade na explicação dos fenômenos contemporâneos, nesse sentido, apresentando um descolamento entre a teoria e a empiria. Como consequência, proporciona uma leitura errônea da crise do espaço público na atualidade. Utiliza como quadro empírico o Largo da Carioca, situado na cidade do Rio de Janeiro, para demonstrar as confusões ao se aplicar a teoria tradicional à materialidade urbana. Assim, propõe a heterotopia como base para a noção de espaço público.

Em um primeiro movimento, Valverde (2007) aborda a questão da intervenção do Estado, juntamente à sociedade (em alguns dos casos), em processos decisórios. Assim, encontra, nas práticas do Estado via reformas, requalificações, revitalizações e a implementação de leis e normas – uma maneira que busca reconduzir o espaço público à sua forma ideal (utópica) –, buscando materializar uma concepção de espaço orientado para o apaziguamento dos conflitos via imposição de sua vontade, que, de maneira também utópica, representa a população, em seu conjunto. Este esforço do poder público busca “reverter à deterioração material do centro da cidade, valorizar o seu patrimônio histórico-cultural e recuperar a civilidade que supostamente se via em outros tempos” (VALVERDE, 2007, p. 13).

Por outro lado, o espaço público é ocupado por uma diversidade de pessoas, com objetivos, interesses e cotidiano diversos, fazendo com que, tendencialmente, os conflitos se manifestem, colocando em xeque a utopia do viver juntos no espaço público moderno. Nessa perspectiva, Valverde (2007) nos apresenta uma fração destes conflitos.

A princípio, a relação conturbada entre os comerciantes formais e os informais, demonstrando, no sentido de que, por um lado, a existência de leis e regras fundamenta a organização do espaço e, por outro, a resistência às leis e regras, por parte dos informais, apresenta-se na paisagem. A mediação desse conflito via intervenção do poder público manifesta, sobremaneira, a apropriação diferencial do espaço para o uso comercial, que restringe-se àqueles que possuem condições de arcar com as despesas de legalização. Mas, também, acaba por ocorrer uma concorrência desregulada, devido ao fato de que os comerciantes formais necessitam elevar seu preço, fazendo que, mesmo os comerciantes formais, tenham práticas ligadas à informalidade, para que se busque equilíbrio na concorrência. Assim, formais e informais rompem com o conjunto normativo desse espaço público.

De acordo com Valverde (2007), os comerciantes informais são definidos a partir de três tipos, considerando a maneira com que ocupam o espaço, bem como os produtos comercializados: o grupo das barracas, que se estabelece a partir da montagem de estrutura que tende ser menos móvel e permanecer com maior periodicidade; o grupo das “carrocinhas”, que comercializa alimentos, tendo tamanho menor e maior flexibilidade; e, por fim, os “esticas”, que comercializam produtos não tributados, ilegais e contrabandeados, apresentando a forma mais precária de estabelecimento, porém com mais mobilidade e agilidade no recolhimento dos produtos, caso necessário. De maneira permanente, o conflito entre os comerciantes informais se estabelece em duas frentes: os comerciantes formais e o poder público.

Outro agente social relevante para se pensar as relações conflituosas no Largo da Carioca são as pessoas em situação de rua (VALVERDE, 2007). Essas pessoas ocupam, de maneira geral, o espaço público, na cidade contemporânea, sobretudo em áreas que exercem forte centralidade. Em virtude da marginalidade em que estão inseridas, recorrentemente, entram em conflito com o poder público, também com a população que reside ou trabalha nas áreas ocupadas. Perfazem, assim, um terceiro elemento a ser considerado na complexa interação em áreas urbanas com intensa circulação de pessoas.

Por fim, Valverde (2007, p. 76) faz referência aos artistas populares, aqueles “voltados especificamente às exhibições de acrobacias, de malabarismos, de performances teatrais e de espetáculos de música no espaço público”, bem como aos artistas circenses e artistas plásticos. De acordo com Valverde (2007), essa categoria acaba atuando, também, na informalidade, devido ao fato de que apenas os últimos citados são guarnecidos por lei para a realização de suas atividades, restando, aos demais, contar com ignorância da fiscalização e de denúncias – assim, procuram realizar suas performances de maneira ágil e em constante revezamento. Por

outro lado, artistas circenses e artistas plásticos demandam a atenção do poder público, para a promoção de meios para exercerem suas atividades, como construção e espaço específico, bem como incentivos.

Pensando no emaranhado complexo entre as sinergias e os conflitos no espaço público, aqui tendo como quadro o Largo da Carioca, o

tema nos leva a refletir sobre como a noção de espaço público e a vivência concreta do espaço físico são caracterizados por interações, por contrastes e por transformações contínuas. Como vimos, a organização espacial do Largo da Carioca se define através da coexistência de diferentes interesses dos atores e do poder público, sem que haja uma clara hierarquia e hegemonia entre os atores. Seja através dos canais formais da política representativa, seja pelo intermédio da informalidade nas ações, esse espaço público ganha significações, alterna diferentes formas espaciais e presencia diferentes comportamentos (VALVERDE, 2007, p. 81).

Tendo colocado em cena a materialidade do espaço público a partir do Largo da Carioca em contexto, apresentando as manifestações conflituosas e contraditórias, Valverde (2007) empreende, por meio de um percurso teórico, a busca pelas bases imateriais que estão imbricadas na concepção acerca do espaço público, procurando apreender uma noção de espaço público que funda a partir do modelo abstrato, permeando as diversas ciências da sociedade. Sua investida é orientada em três percursos: a “origem da noção de espaço público e suas partes constitutivas”, que trata da diferenciação entre privado, público e social; o espaço público na perspectiva urbanista; e a utopia do espaço público (VALVERDE, 2007).

A origem da noção de esfera pública, de maneira mais sistematizada, tem início com os escritos de Jürgen Habermas e Hanna Arendt (VALVERDE, 2007). A esfera pública aqui tratada é considerada como uma dimensão da vida que se relaciona com outras três dimensões. A primeira delas, é a esfera política, apresentada a partir da relação da razão comunicativa dos gregos na organização da *res publica*²¹; a esfera social, surgida a partir da deterioração das relações públicas, sendo que, a partir de então, a “satisfação das necessidades deveriam ser saciadas a partir do trabalho, dos negócios e do lazer” (VALVERDE, 2007, p. 94), buscadas individualmente, abandonando, então, a razão comunicativa como mecanismo de solução de problemas e demandas públicas; e a esfera privada, como aquela relacionada aos assuntos da casa, da família e de grupos específicos, e que ganha maior aprofundamento com a gênese do indivíduo no contexto liberal.

²¹ Na perspectiva de Arendt (1991), o espaço público é próprio do reino das liberdades, sendo as necessidades o referente ao ambiente privado do *oikos*.

A abordagem urbanista compreende a interpretação do espaço público a partir da “associação da morfologia, da política e do comportamento segundo um ordenamento espacial estrito que, por vezes, criavam funções exclusivas para cada espaço e um controle social rígido sobre seus usuários” (VALVERDE, 2007, p. 101). Ainda segundo Valverde (2007, p. 103), “tinham em comum o apelo que faziam ao ordenamento da vida urbana através das formas espaciais e das funções que essas possuiriam”. Para tanto,

a conexão entre urbanismo e ordem se refletia na necessidade de selecionar e classificar os espaços de acordo com funções e significados. O espaço público passou a ser criado e transformado com uma maior consciência de sua importância para o equilíbrio da vida urbana, fato que tendia a se tornar mais expressivo na medida em que os projetos urbanísticos acumulavam maior conhecimento técnico e mais capital. Paralelamente, o urbanismo passou a ser a expressão de uma necessidade da especialização na gestão do espaço público e em sua concepção (VALVERDE, 2007, p. 108-109).

O urbanismo, a partir de suas intervenções, consideraria, então, o espaço público enquanto meio instrumental para a conformação social, de acordo com Valverde (2007), sendo capaz de se orientado e organizado, de promover o controle e a homogeneidade social, ainda que restrita ao espaço público formal e hegemônico.

Tanto a vertente que considera o espaço público a partir de suas esferas constitutivas – a qual vincula um modelo ideal à gênese, portanto, indicando uma base comparativa entre o espaço público em sua origem e o modelo moderno – quanto a ideia de produção de um espaço público ordenado a partir das formas e suas respectivas funções a serem desempenhadas, segundo Valverde (2007) encontram-se impregnadas por uma utopia. “A Utopia seria então necessariamente composta por uma série de referências abstratas e concretas daquilo que o mundo deveria ser” (VALVERDE, 2007, p. 112). Ainda segundo Valverde (2007), essas referências baseariam o engajamento de Estado e dos cidadãos na produção de um espaço público espacialmente democrático e aberto. A utopia consistiria em acreditar que o espaço concebido, percebido e vivido fluiriam sem contradições.

Observadas as abordagens teóricas do espaço público, Valverde (2007) procura evidenciar como o planejamento e a política materializam-se espacialmente na cidade, a partir das noções de espaço público. Nesse sentido, o tratamento do espaço público, na geografia, subdivide-se em duas vertentes: a tendência republicana e a tendência crítica marxista.

Nesse sentido, quando revelamos a existência de uma geografia dos espaços públicos que se identifica com o ideal republicano, esperamos encontrar em seu conjunto de discussões a defesa do papel do espaço para a organização da vida política, para a sua renovação e para a sua significação. De modo ainda mais explícito, os espaços

públicos devem ser defendidos e conservados de certos comportamentos, evitando a perda do seu sentido original e a deterioração do seu poder de intermediação entre Estado e sociedade. Para tanto, os geógrafos que adotam essa perspectiva republicana procuram localizar os espaços que têm relevância para a política, associar símbolos democráticos, compreender a distribuição espacial dos ritos democráticos e sugerir como um espaço pode qualificar a representação política (VALVERDE, 2007, p. 136).

Ainda de acordo com Valverde (2007), em alguma medida essa abordagem republicana apreende o espaço público anterior à modernidade como base da *Polis* grega e sua continuidade histórica no ocidente, considerando a harmonia entre a sociedade e o Estado (com seu surgimento). Além disso, essa abordagem, segundo o autor, conota ao planejamento e organização das formas a atribuição de uma função esperada na realização das atividades ali desenvolvidas, garantindo, democraticamente, o acesso a esses espaços, que, por sua vez, embasam a cidadania. Sob esse aspecto, a geografia seria capaz de explicar a relação entre localização e a conexão das formas públicas no espaço.

Os geógrafos republicanos tomam como ponto de partida e ponto final de reflexão o mesmo referencial: o espaço público, segundo o seu caráter normativo e institucional. Ainda que, dependendo do autor, o objeto de estudo tenda mais aos estudos da visibilidade ou, ao contrário, se desenvolva pelo viés das políticas públicas, a organização espacial em questão será avaliada e questionada a partir da sua relação com o poder público. Dessa maneira, tal grupo de geógrafos espera oferecer um conjunto de reflexões que estimule uma recuperação do espaço público e de suas dinâmicas (VALVERDE, 2007, p. 145).

Por outro lado, os geógrafos vinculados à tendência crítica marxista vinculam o desenvolvimento do espaço público desde a modernidade, não à deterioração da esfera pública e, por conseguinte, à ineficiência dos espaços públicos urbanos ao cumprir sua função, mas, sim, à consolidação de um espaço público burguês que, de maneira assimétrica, passa a gerar determinações em seu favor, na constituição do espaço público urbano. O Estado aparece, em grande medida, como instrumento de contenção dos conflitos e de inibição das contra-condutas, tendo em vista que cabe a ele “gerir o espaço público”. Assim, o Estado necessita ser ocupado por essa mesma classe burguesa.

Para Valverde (2017), os autores que seguem essa tendência amparam-se nos escritos de Henry Lefebvre, tendo como continuadores Don Mitchell e Edward Soja. Ambos ancoram suas respectivas leituras do espaço público no fato de que, desde a modernidade, ocorreu o aprofundamento das desigualdades dos usos e a ocupação da esfera pública e dos espaços públicos, sobretudo devido a uma clivagem no tecido social, impactando diretamente no tecido urbano.

De uma maneira geral, pode-se dizer que a perspectiva geográfica [marxista] seria baseada em uma concepção negativa na qual o espaço público é tomado, em última análise, como mecanismo de contenção da ebulição social, envolvendo leis, urbanismo e forças de repressão social. [...] o advento do período revolucionário da Modernidade teria coincido com o surgimento de técnicas e tecnologias que capacitavam o Estado a exercer um maior escopo de controle social, que não existia anteriormente. Assim, a fim de limitar e orientar a transformações da sociedade, as ideias de “público” e de “espaço público” teriam sido desenvolvidas, tendo como principal objetivo estabelecer limites para a comunicação e para a ação coletiva nas cidades (MITCHELL, 2003 *apud* VALVERDE, 2007, p. 151-152).

Em sua forma crítica de leitura do espaço público contemporâneo, segundo Valverde (2007), Soja (2000), inclusive, procura renomear esse espaço na cidade, utilizando o neologismo *cityspace* [espaço-cidade]. Dessa maneira, podemos considerar, a partir de Soja (2000), o espaço público tal como é atualmente, enquanto um signo da modernidade que carrega consigo um significado que não condiz com seu significante, sendo esse fenômeno produto e meio da alienação política.

Ressalta-se, por fim, que na visão crítica marxista, o espaço público, mesmo sendo organizado em função de seu controle, na contemporaneidade, transforma-se na arena privilegiada em que os conflitos sociais são travados, podendo dar visibilidade à população marginalizada (VALVERDE, 2007); neste sentido, possuindo caráter instrumental, também, para a classe trabalhadora e para os excluídos, a partir da constituição de espaços de representação.

Caminhando em sua proposta, Valverde (2007), ao evidenciar as características de cada abordagem geográfica, indica a necessidade de uma outra maneira de apreensão dos fenômenos socioespaciais no espaço público. Essa necessidade advém do fato de que, ao abordar seu objeto empírico, o Largo da Carioca, por meio das duas tendências estabelecidas, por um lado, apresentaria uma crise a partir da concepção de um espaço formal do espaço público e seu uso, por outro, uma crise no engajamento político conjunto das classes trabalhadoras que promoveria uma transformação social. Assim, o autor propõe pensar o Largo da Carioca a partir da ideia de heterotopia.

Um espaço público pode ser avaliado através da ideia de heterotopia na medida em que certas cidades apresentam localidades que não se caracterizam pela coordenação entre Estado e sociedade em prol do ordenamento político, ou por um conjunto de ações políticas sistemáticas de atores sociais em busca de uma maior visibilidade de seus interesses. Isso significa que ausência da finalidade política na noção de espaço público afeta diretamente a natureza das formas, dos comportamentos e dos significados que podem ser encontrados em seu interior (VALVERDE, 2007, p. 191).

Diferencialmente da noção de espaço público em que sociedade e Estado concordam de maneira implícita ou explícita sobre seu conteúdo e sobre as formas de realização da vida em espaço público, como sendo aquele em que é resguardado pelo Estado o acesso democrático, ainda que na perspectiva crítica isto não se realize, considerando o espaço heterotópico, “Estado e sociedade divergem sobre a sobre a definição de parâmetros que regulamentam o seu uso” (VALVERDE, 2007, p. 198). Neste sentido, Valverde (2007) segue indicando que não mais o Estado ditaria o conjunto de normas estabelecidas a partir de um “consenso democrático”, mas sim, os atores envolvidos cotidianamente no espaço heterotópico. Para tanto, a mediação via política deixa de fazer sentido, e a territorialidade apresenta-se como padrão de interação que se realiza por meio de arranjos informais e pautados na autorregulação.

Assim, Valverde (2007) encontra ancoragem para sua visão a partir da heterotopia, em três elementos relacionais que constituem o Largo da Carioca. A criação de políticas públicas e as reformas pelo Estado, que, aplicadas ao espaço, determinariam as condições e os usos formalmente estabelecidos, mas que foram subvertidos não pela via política, mas pelo uso social “inadequado e inesperado dos equipamentos urbanos dentro de uma visão estritamente formal” (VALVERDE, 2007, p. 203), ou seja, uma apropriação, por vezes, privativa do bem público. Por fim, há constituição de territorialidades no processo de competição pelo espaço, por meio de práticas vinculadas à informalidade e à subversão do espaço proposto pelo Estado. Assim, os termos do contrato social – elemento pretensamente indissociável do espaço público – são rearranjados a partir de diretrizes normativas implícitas e políticas.

1.3.6 Os largos da cidade de Porto Alegre: a produção do espaço e as apropriações alternativas

A proposta de Silva (2016) é estudar o espaço público a partir das dimensões física e simbólica dos largos na cidade de Porto Alegre. Admite-se que perpassam pelas dimensões do espaço público o caráter político, por meio dos efeitos de dominação; e o caráter econômico, por meio da lógica do mercado que incide sobre os espaços urbanos de maneira mais generalizada; e, ainda, as apropriações coletivas, através de movimentos sociais, bem como práticas individuais.

O espaço público, em sua perspectiva, é aquela porção do espaço que, “em tese, são espaços qualificados pelo privilégio do uso e apropriação coletiva e política” (SILVA, 2016, p. 18). Tendo isso em vista, ainda essa ideia de espaço público permeie o sendo comum, englobando as relações de cidadania e civilidade, Silva (2016, p. 30) indica ainda que “em sua

maioria, as pessoas que vivem em uma cidade possuem uma noção do que entendem por público, pois compartilham em seu cotidiano espaços e esferas públicas”.

Nesse viés, o espaço público perpassa, assim, pela ideia de compartilhamento, ou seja, pelo envolvimento de diversos indivíduos e grupos. Envolve, também, intersubjetividade, tendo, assim, caráter mediador. Segundo Silva (2016), um complicador para o entendimento sobre o espaço público é o fato de que a ele é atribuída, indiscriminadamente, a forma de um conjunto de praças, parques, ruas, largos e calçadas, sem que lhe seja atribuído um conteúdo histórico, ou seja, socialmente produzido.

O espaço público é uma forma urbana que abarca uma enorme diversidade de funções. Isso advém da maneira e da intensidade das ocupações e apropriações coletivas e individuais. [...] Nele se encontram o espaço em ampla perspectiva. O nó por onde passam e se encontram em uma intrincada relação de poder os territórios da cidade. Uma paisagem que representa de forma efêmera, diferentes interesses e grupos sociais. Ou seja, é o lugar do encontro que poucos acessam, muitos passam e teoricamente todos participam (SILVA, 2016, p. 46).

Para compreender essa dinâmica, em suas palavras, Silva (2016) sistematiza sua análise operando com chaves que permitem transpor barreiras, possibilitando a leitura do espaço público na concretude da relação imaterial e material. Para tanto, apoia-se nas principais categorias de interpretação do espaço geográfico, sendo a paisagem, o espaço, o território e o lugar os conceitos instrumentais de sua leitura sobre o espaço urbano.

A paisagem é utilizada como chave de leitura da materialização de tempos diferentes no espaço, a partir da incorporação de estilos arquitetônicos, mas também rompe com o material, ao ser observada sua dimensão simbólica da constituição de signos que informam condutas ao cotidiano dos indivíduos. Seu caráter histórico e subjetivo também é utilizado como maneira de acesso à memória, sendo incorporado o uso de fotografia e de imagens de períodos pretéritos e os respectivos usos ligados a este tempo, funcionando como registros que indicam uma maneira própria de se ver o espaço público a partir do olhar da moda.

Através do estudo de paisagem dos largos se possibilitou avançar da concepção de que os largos se constituem somente como espaços abertos e com poucos recursos urbanísticos. Essa investigação amplia essa concepção e revela que esses espaços desenvolveram uma referência de apropriação diferenciada na cidade. Pois o uso se dá em sua maioria por grupos de artistas e vendedores ambulantes, ambos independentes, e de religiosos e organizações políticas. E mesmo as pessoas que não se encaixam nessas atividades, que usam os largos simples e puramente como passagem, se ligam a essas relações de largo no momento em que (sic) optam por parar e assistir uma apresentação, comprar um produto ou se encontram ali para uma pausa ou descanso (SILVA, 2016, p. 85).

No que tange à análise da paisagem considerando sua produção histórica, chegou-se “à concepção de que os espaços dos largos se constituíram como lugares que foram se mantendo fora dos caminhos de elitização dos espaços públicos da cidade” (SILVA, 2016, p. 95). No quadro geral em que se manifestam os largos na produção do espaço urbano de Porto Alegre, eles são preteridos, sobretudo, por apresentar um caráter residual.

Sobre o espaço enquanto chave de leitura, é utilizada a concepção da produção do espaço urbano; assim, o espaço público é considerado a partir de seu processo de produção, também como produto. Adotando a postura de Lefebvre, Silva (2016) busca capturar as nuances do espaço vivido nos largos a partir de entrevistas, procurando evidenciar, no cotidiano dos transeuntes, artistas, vendedores e moradores de rua, os constrangimentos impostos à apropriação do espaço público.

Foram encontrados diversos conflitos, como a vizinhança que mora no entorno e repudia os moradores de rua que se abrigam onde conseguem, e esta relação se desdobra em agressões verbais, por parte de ambos. Inclusive, ocorre nos largos, também, a alteração do espaço público, com a construção de cercas, transformando sua natureza, restringindo a acessibilidade. Nesse caso,

a praça das crianças foi cercada em função dos conflitos entre os frequentadores da praçinha e com outros grupos que também se usam do largo, como é o caso dos moradores de rua. Solucionado, segundo o poder público com a colocação de uma tela em torno da praça infantil (SILVA, 2016, p. 102).

Conflitos que envolvem os vendedores de rua também foram relatados, tendo “solução” ocorrida em 2009, com a construção do Centro Popular de Compras, sendo “uma instalação coberta que teve como objetivo retirar os comerciantes de espaços públicos, como largos e praças da cidade e organizar essa atividade em um único lugar” (SILVA, 2016, p. 107). No entanto, alguns vendedores, sobretudo de lanches, permanecem nos largos. Nota-se, assim, a manipulação do espaço público, em favor da separação e do afastamento, como resolução de conflitos, fazendo parte do processo de produção do espaço urbano; porém, também são encontradas resistências.

Para os artistas de rua que ocupam o espaço público, desde 2012 existe lei que regulamenta as manifestações culturais, econômicas e políticas, sendo indispensável a autorização prévia.

Essa lei em si busca em diversos detalhes regulamentar de uma forma rígida tal, que atende mais a função de ser impeditivo das atividades culturais dos artistas de rua, do

que um incentivo dessas práticas. Ela também restringe o uso de aparelhos sonoros, e de som no entorno de prédios históricos, governamentais e de saúde, atingindo diretamente o uso dos espaços públicos centrais, que desfrutam de um público maior (SILVA, 2006, 122-123).

Vemos, então, a preocupação em resguardar a tranquilidade de lugares específicos, utilizando argumentos válidos. No entanto, por diversas vezes, esses argumentos ocultam sua real finalidade: tornar o espaço público asséptico e controlado, manifestando uma paisagem sem maiores conturbações. Porém, as práticas não são todas capturáveis, e alguns desses artistas se mantêm entre a ilegalidade e legalidade em suas apresentações, permanecendo de forma intrusiva sobre a ordem (SILVA, 2016).

Nesse sentido, se considerada a produção do espaço público nos largos a partir de diferentes sujeitos, vemos que esse processo não tem nada de convergente em um primeiro momento. O espaço público apresenta-se, assim, como o lugar da imposição de coerções, lugar do conflito, mas também deveria ser o lugar de sua resolução. Portanto, por contemplar a diversidade, mesmo que, por vezes, de forma não convencional, deve a produção do espaço público ser interpretada como fundamento da cidade, por abarcar a multiplicidade.

Nas palavras de Silva (2016), é justamente na resistência às imposições em virtude da alta mobilidade proporcionada pelos largos, que ocorre a constituição de territorialidade, buscando negar a imposição, não em favor de um espaço público amplamente livre, mas em defesa da realização de sua própria vida.

Os territórios dos largos demonstram que a produção do espaço se dá através de uma disputa de poder em várias escalas, onde não podemos licenciar nenhum agente como ausente de promoção de exclusão. A inserção nessa disputa de conflito no espaço dos largos aponta que a produção do espaço nos largos se dá de forma excludente, mesmo entre aqueles que enfrentam as normatizações advindas dos mais privilegiados nessa escala. Isso é para afirmar que não foi identificada uma identidade de defesa dos largos nos grupos que entramos em contato. O que se percebeu foi a defesa deles próprios em suas práticas e discursos (SILVA, 20016, p. 129).

A territorialização daqueles que vivem dos largos ocorre, em grande medida, a partir da perspectiva de que ali é o único espaço em que se pode, efetivamente, se opor à lógica mercadológica de consumo elitista. Para tanto, essa resistência torna-se fonte de sobrevivência contra as práticas hegemônicas de consumo alimentício e cultural, abrigo das práticas segregadas (SILVA, 2016), e, por conseguinte, fonte de trabalho e de vida para uma fração da sociedade.

Ao constatar a resistência, evidencia-se, também, o caráter residual dos largos em Porto Alegre como redutos de um espaço público múltiplo. Assim, em um primeiro momento, Silva

(2016) contrapõe o dado global; os largos, em seu conjunto, são apresentados como um lugar, como aquilo que manifesta as características de resistência ao movimento global. Um segundo caráter, que vincula o lugar nos largos, é a característica plural a partir da diversidade de pessoas e usos, lícitos e ilícitos, convergentes e divergentes. Portanto, a reunião da pluralidade da cidade. Para tanto, as duas perspectivas levam a considerar os largos da cidade de Porto Alegre como locais voltados à prática do direito à cidade.

1.3.7 O espaço público em cidades médias: análise da dinâmica socioespacial de praças e parques de Limeira - SP

A hipótese do autor é a de que existe “uma produção desigual do espaço urbano em Limeira, com ocorrência de segregação socioespacial dos espaços públicos na cidade” (AZEVEDO, 2013, p. 15), sendo que esse processo se evidencia, sobretudo, nas praças. Como alternativa, o autor defende a tese de que “o planejamento urbano e a gestão urbana devem favorecer uma maior apropriação de praças e parques da cidade por meio de políticas públicas que considerem os diferentes anseios da sociedade na reprodução de sua vida cotidiana” (AZEVEDO, 2013, p. 16).

A proposta do autor é “analisar a dinâmica socioespacial dos espaços públicos de lazer, tomando como estudo de caso doze praças e parques da cidade de Limeira - SP” (AZEVEDO, 2013, p. 15). Para que se chegue ao objetivo proposto, é utilizada revisão teórica acerca do conceito de espaço público, traçando um panorama histórico, articulando os autores clássicos. O autor busca, também, atualizar o conceito a partir dos elementos “dominação” e “apropriação”, utilizando o arcabouço lefebvriano. Como recorte empírico, utiliza-se de 12 praças distribuídas ao longo da malha urbana, sendo observadas as características da paisagem, do mobiliário e dos usos. Nos locais, também foram aplicados questionários que tratavam sobre as formas de chegada, acesso, frequência e espaço público mais utilizado.

Ao longo da exposição, Azevedo (2013) discorre acerca de um conceito de espaço público, de maneira a conciliá-lo às formas de selecionadas na cidade: parques e praças. Para tanto, ele busca, em três duplas conceituais, a construção de sua base teórica, sendo: “apropriação e dominação”, seguindo, principalmente, o pensamento lefebvriano; “interações sociais e cotidiano”, também com base em Lefebvre e em outros desdobramentos; “espaço público material e imaterial”, a partir das definições de Paulo Cesar da Costa Gomes. Neste processo, ele referenda o espaço público constituído na cidade de Limeira como objeto de estudo.

Tratando da materialidade e imaterialidade do espaço, Azevedo (2013) coloca a necessidade de incorporar a Geografia e seu objeto de estudo, para compreender melhor a interconexão entre espaço público imaterial a partir dos elementos simbólicos vinculados à comunicação e política; e, também o espaço público físico, materialmente constituído e dotado das características de acessibilidade universal, lugar onde todos participam, a partir de sua presença enquanto sujeitos ativos.

Para essa empreitada, é colocada a perspectiva de Gomes (2012), que indica a abordagem geográfica como capaz de unir os elementos materiais e imateriais, assim

que um problema na definição do espaço público é a existência de duas formas de compreendê-lo. A primeira é a dimensão física desse espaço, objeto de estudo do planejamento urbano. A segunda está relacionada a um espaço abstrato e imaterial, base para a vida política e democrática, objeto de análise dos cientistas políticos. Para o autor, o espaço público pode contemplar tanto sua dimensão física como sua dimensão abstrata através de uma abordagem geográfica, que permitiria uma análise na interação entre a materialidade dos objetos com as práticas sociais. [...] Sob o ponto de vista material, o espaço público de lazer pode ser entendido como uma área geralmente mantida pelo Poder Público, cuja infraestrutura e elementos paisagísticos favoreçam a prática de atividades de lazer e recreação. Nesse contexto, as áreas verdes, praças e parques cujos equipamentos urbanos permitam a utilização para fins recreativos pela população, podem ser considerados como espaços públicos de lazer. [...] O espaço é simultaneamente o substrato no qual são exercidas as práticas sociais, a condição necessária para que essas práticas existam e o quadro que as delimita e lhes dá sentido (GOMES, 2012, p. 21; 60; 64).

O sujeito, dotado de subjetividade, incorpora os elementos simbólicos, bem como é impactado pela materialidade, ocorrendo, nesse processo dialético, a insurgência dos elementos que possibilitam e/ou determinam a sociabilidade urbana. Desde as primeiras páginas, Azevedo (2013) demonstra que seu entendimento sobre o espaço público perpassa em considerá-lo como o local da sociabilidade urbana. Para tanto, inicia afirmando que “o espaço público é o lugar da cidade onde as pessoas interagem baseando-se em normas estabelecidas pelo contrato social, que devem considerar o respeito às diferentes formas de apropriação desse espaço, por meio de um comportamento baseado na civilidade” (AZEVEDO, 2013 p. 15). Nessa perspectiva, o espaço público é intrinsecamente vinculado à realização da vida humana no âmbito das relações interpessoais – estas, moldadas pela crença em relações contratuais estabelecidas com base na racionalidade e no caráter positivo da comunicação.

Seguindo essa perspectiva, as práticas performadas em público manifestam a singularidade dos indivíduos e permitem a realização da vida através do uso do tempo e do espaço. Orientado pelo pensamento de Lefebvre (2013), esse uso (produtivo ou não) pode ser atribuído à apropriação de fração do espaço-tempo, ou seja, àquilo que, por um momento mais

ou menos curto, em que uma delimitada porção do espaço se transforma em próprio ao indivíduo ou grupo, sem que demais pessoas sejam inviabilizadas de também usufruir desse mesmo espaço-tempo no cotidiano.

Pensar o espaço público no plano do cotidiano é pensar o plano do vivido, do passeio no fim de semana, do caminho para o trabalho, do encontro entre diferentes, das festas e manifestações políticas, da convivência entre família e amigos. Por ele, circulam pessoas de diferentes idades, com distintas possibilidades de uso e apropriação do espaço (AZEVEDO, 2013, p. 121).

No plano do vivido, ou seja, do cotidiano, o espaço público materializado na cidade pode, então, assumir diversas formas, sendo as mais tradicionais identificadas como a rua, as praças e os parques, como lócus da apropriação dos sujeitos. Sobre a apropriação, Azevedo (2013) insiste que, se efetivada, é capaz de ativar o sentimento de pertencimento, de tornar os sujeitos como parte do lugar que estão usando e, desse modo, de formar uma espécie de comunidade em que os sujeitos, ao interagirem entre si, estruturam modos de sociabilidades.

Os espaços públicos têm como fundamento a ideia de interação social, elemento essencial para compreensão da vida pública nas cidades. Nesse contexto, o espaço público deve ser compreendido por sua dimensão cotidiana, onde os fenômenos urbanos estão intimamente relacionados com a dinâmica da sociedade (AZEVEDO, 2013, p. 120).

No entanto, o espaço público, tal como o espaço, em amplo sentido, não é um simples produto social ou apenas condição de realização da vida; ele também possui um caráter instrumental.

Sobre o caráter instrumental, Azevedo (2013) indica a dominação do espaço em oposição dicotômica à apropriação. Esta ocorre tanto na dimensão privada quanto na dimensão pública. A primeira, tendo efeito direto sobre os indivíduos; a segunda, sendo o controle sobre meio social, do “entre” os indivíduos, o que, de certa forma, promove um controle indireto sobre os próprios. Esse último processo (que mais nos interessa) é substancialmente mais presente na contemporaneidade, quando se manifesta em duas maneiras: se privatiza o público, gerando constrangimentos, e se publiciza o privado, incidindo na perda da intimidade, misturando-os e confundindo-os nas relações cotidianas. Porém, ao tratar da materialidade dessa dimensão pública do espaço, o que Azevedo (2013) encontra, em grande medida, é a privatização dos lugares mais diversos.

Essa privatização dos espaços de lazer distanciam os cidadãos dos espaços públicos, à medida que parte da população, principalmente de segmentos sociais médios e altos,

opta pelo lazer em ambientes fechados, para se privarem dos aspectos negativos da cidade, como a violência e a pobreza (AZEVEDO, 2013, p. 91).

Em termos da dimensão material do espaço, a natureza da apropriação é o uso enquanto prática no cotidiano, criando marcas no espaço e no sujeito que dele se apropria.

A apropriação das praças públicas pela vida cotidiana ocorre por meio de diversos usos, seja para divertir ou realizar negócios, para praticar atividade física ou descansar, para observar e ser observado, para manifestar ou se calar diante das injustiças. Enfim, nesse espaço existem múltiplas formas de uso e apropriação, que devem obedecer às regras de civilidade e respeito às diferenças (AZEVEDO, 2013, p. 126).

Já a dominação, se manifesta em duas distintas práticas (AZEVEDO, 2013) que seguem as lógicas da imposição: acumulação de capital via produção do espaço urbano e a intervenção política na organização do espaço urbano.

Nesse sentido, a análise dos espaços públicos deve conceber esses espaços como locais de dominação e apropriação simultaneamente, para que se consiga apreender as práticas sociais no plano do vivido. Assim, espaço dominado e espaço apropriado se relacionam dialeticamente, sendo na vida cotidiana que se manifestam de modo mais evidente (AZEVEDO, 2013, p. 124).

Apropriação e dominação manifestam-se como contradição no plano material. Para tanto, a apropriação subsiste enquanto prática de resistência à imposição do cotidiano programado, à alienação que se apresenta como manifestação, e, dessa maneira, impõe comportamentos e ações na cidade.

Devemos pensar o espaço público pela indissociável relação entre dominação e apropriação. Entender a cidade somente pela ótica da dominação é suprimir o caráter público das ruas, praças e parques. Considerar o espaço público como um espaço de apropriação e ignorar a dominação existente nesse processo é uma alternativa simplista, que oculta contradições socioespaciais que se manifestam na cidade. Portanto, é fundamental que a análise da realidade socioespacial utilize essas duas abordagens de forma dialética, para que se possam elucidar as contradições existentes na produção do espaço público (AZEVEDO, 2013, p. 77).

Seguindo uma linha de pensamento lefebvriana, colocando em cena o espaço público a partir da produção do espaço urbano, Azevedo (2013) assevera que o processo de produção do espaço público atende à lógica da reprodução das relações de produção, e, neste sentido, tanto a dominação política via intervenção no meio urbano quanto a dominação econômica via acumulação de capital seguem lógicas próprias do modo de produção. “A reprodução das relações sociais no espaço urbano ocorre diante de uma infinidade de forças, que contribuem

para sua transformação socioespacial ao longo da história” (AZEVEDO, 2013, p. 77). Por conseguinte, não pode ser compreendido estaticamente. Partindo dessa premissa, deve-se atualizar a noção de espaço público, em conjunto com as respectivas práticas vinculadas à apropriação e dominação.

Observa-se assim que desde a antiguidade os espaços públicos representam a possibilidade de interação social e exercício da cidadania. Além de servirem às funções de comércio e circulação, esses espaços agregaram novas funções ao tornarem-se palco de encontros e discussões políticas. [...] Atualmente, o espaço público passa por uma situação comum aos espaços urbanos, que é a redefinição de suas espacialidades, uma vez que as dinâmicas socioespaciais contribuem para que as áreas urbanas tenham novos usos e funções ao longo da história (AZEVEDO, 2013, p. 59-60).

Para tanto, Azevedo (2013) nos demonstra, ao longo de sua abordagem teórica, que a apropriação pelo uso e a dominação por acumulação de capital na produção do espaço urbano, também a intervenção política na cidade, com suas respectivas práticas, são atualizadas no decorrer da evolução histórica da sociedade. Sobre a dominação do espaço, a primeira surge com o capitalismo, e a segunda ganha contornos mais incisivos a partir dele.

Sob a perspectiva da constante reatualização dos instrumentos de dominação do espaço, as dimensões materiais e imateriais do espaço público constantemente são reinscritas e remodeladas, juntamente às práticas relacionadas à reprodução das relações sociais no espaço pelos sujeitos, e irão compor, de maneira complexa, as interações sociais no cotidiano. Nesse sentido, o espaço público manifesta a pluralidade, sendo ele próprio, plural.

Os espaços públicos têm como fundamento a ideia de interação social, elemento essencial para compreensão da vida pública nas cidades. Nesse contexto, o espaço público deve ser compreendido por sua dimensão cotidiana, onde os fenômenos urbanos estão intimamente relacionados com a dinâmica da sociedade (AZEVEDO, 2013, p. 120).

A manifestação do espaço público, a partir dessa complexidade e dessa pluralidade, irá apresentar-se em formas que foram ressignificadas ao logo do tempo histórico, bem como incorporar novas formas, que já nascem atuais, atendendo às demandas da sociedade capitalista. Assim, tendo como referência as praças, que historicamente foram criadas com função política ou comercial, Azevedo (2013) indica que atualmente estas apresentam conteúdos mais voltados ao lazer e à recreação. Ainda mais, novas formas são ativadas enquanto espaço público, ainda que não sejam concebidas como tal. Esses novos conteúdos não necessariamente destroem os anteriores, sendo capazes de existir paralelamente ou ocorrerem de maneira a gerar conflitos.

Para ser público é fundamental que o espaço tenha uso, função e conteúdo. Esse espaço é repleto de significados, de acordo com a visão de quem dele se apropria. Por ser produto da sociedade, o espaço público possui contradições e interesses conflitantes que se manifestam a todo instante. Assim, o espaço público possui diversas materialidades, podendo ser a rua, a praça, o parque, o viaduto, a ponte, o vale, o morro e a baixada (AZEVEDO, 2013, p. 65).

Aproveitando-se das novas formas do espaço público, os agentes hegemônicos, representados pelo Estado e pelos proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários e os promotores imobiliários, participam da produção do espaço urbano na contemporaneidade, inscrevendo nas formas a dominação nas dimensões material e imaterial; e vão além: determinam a configuração espacial, em favor de seus interesses.

A relação entre capital, Estado e espaço público urbano é apresentada por Azevedo (2013) como unilateral, se considerada a perspectiva das determinações, devido ao fato de que o Poder Público, que deveria resguardar o direito ao uso e o acesso aos espaços públicos, é preterido, em favor da reprodução do capital no espaço urbano. Ou seja, os agentes do capital buscam, na expropriação da renda da terra, das edificações, e, principalmente, a partir das externalidades da acumulação de capital, enquanto o Estado viabiliza as estratégias. Por legitimarem interesses específicos de alguns grupos sociais, o Estado acaba por contribuir para a segregação socioespacial, deixando parte da população excluída de direitos fundamentais, como o lazer (AZEVEDO, 2013, p. 84).

Portanto, pensando na relação citada anteriormente, a dominação política, por intervenção na cidade, e a acumulação de capital, a partir da produção do espaço urbano, caminham juntas, tendo como um dos efeitos a contradição no espaço, tanto das atribuições do Estado quanto da própria produção, que, ao mesmo tempo em que é coletiva, é capturada apenas por pequenas frações sociais.

De acordo com Azevedo (2013), o papel do Estado diante do neoliberalismo é ainda mais restrito, devido ao fato de eximir-se de sua participação mais efetiva no equilíbrio da distribuição e na qualidade de espaços públicos passíveis de apropriação.

O Estado possui fundamental importância na localização e manutenção dos espaços públicos, bem como nos instrumentos que permitem uma efetiva apropriação desses espaços pela sociedade. Pensar o espaço público como local da dominação política evidencia o poder do Estado sobre espaços que deveriam ser livres de qualquer ingerência, mas é alvo de disputas entre diferentes segmentos sociais. [...], Entretanto, as ações do poder público no espaço urbano levam ao atendimento de determinados interesses, não resultando em uma administração comprometida com os grupos sociais da mesma maneira. Em geral, essas ações buscam legitimar os interesses de uma classe dominante (AZEVEDO, 2013, p. 78).

Da criação das novas formas em que agentes do capital (que propõe) e o Estado (que legitima) se envolvem na produção, surgem espaços mistos que deixam de ser exatamente públicos, como *shoppings centers*, que limitam o acesso de maneira simbólica, bem como os loteamentos fechados, que segregam, a partir de limitações físicas, o convívio. “A difusão dos condomínios fechados altera significativamente as relações sociais presentes no espaço urbano, que se torna cada vez mais segregado e fragmenta os aspectos da vida cotidiana, como o trabalho e o lazer” (AZEVEDO, 2013 p. 97). Ambas as formas atendem à lógica da reprodução capitalista da cidade e acabam por configurar os espaços para grupos homogêneos e pautados na individualização.

Essa lógica de mercado separou em fragmentos a vida cotidiana, onde o espaço público perde cada vez mais seu atributo de possibilitar encontros e discussões, devido à diminuição da espontaneidade nas relações sociais. Nessa estratégia capitalista, as pessoas passam a reproduzir os mesmos hábitos e comportamentos, valorizando cada vez mais o espaço privado em detrimento do espaço público (AZEVEDO, 2013, p. 88-89).

Portanto, é atribuído ao conjunto constituído pelos agentes capitalistas da produção do espaço, e, principalmente, ao Estado, o papel decisivo no processo de recuo do espaço público urbano a partir da diminuição das sociabilidades.

Assim, o espaço público perde seu caráter de agregar as diferenças sociais, em uma convivência saudável das pessoas por meio do respeito e civilidade. O próprio poder público contribui no sentido de fragmentar o espaço público por meio da valorização e manutenção prioritária de áreas da cidade habitadas pela população de maior renda. Enquanto os bairros em que residem as camadas populares possuem diversos problemas que deveriam ser resolvidos pela prefeitura, como a falta de investimentos e o abandono dos espaços públicos já existentes (AZEVEDO, 2013, p. 89).

Neste sentido, é demonstrado, a partir do vínculo dos aspectos materiais e imateriais, das práticas de apropriação e dominação no cotidiano, que a produção do espaço público, tal qual da própria cidade é desigual (AZEVEDO, 2013), ainda que esbarre em algumas contradições entre uma abordagem idealista e outra, materialista, do espaço público, como esperar que

os espaços públicos de lazer em Limeira sejam bem distribuídos e com boas condições para uso [devido ao fato de ser uma cidade média, economicamente bem desenvolvida]. Entretanto, observa-se que a cidade tem uma grande carência desses espaços públicos, sobretudo em bairros destinados à população de menor renda. Nos bairros cuja população residente desfruta de um elevado padrão de vida, percebe-se uma maior presença de espaços públicos que possibilitam práticas de lazer, como

praças espaçosas e bem arborizadas, embora estejam carentes de sociabilidade (AZEVEDO, 2013, p. 45).

Observando as contradições da produção do espaço público no espaço, Azevedo (2013) indica o planejamento urbano e a gestão urbana como elementos fundamentais para o equilíbrio e a qualidade dos espaços públicos em Limeira. Neste sentido, orienta sua argumentação a partir de pensar uma cidade que seja melhor no futuro, embasada no planejamento em escala local, sobretudo através de instrumentos participativos, como o Plano Diretor de Limeira.

Enquanto isso, a gestão deve aparecer como uma prática complementar ao planejamento; ela surge como atividade do presente, e se utiliza de instrumentos legais para efetivar os princípios do Plano Diretor. No entanto, Azevedo (2013) indica que, mesmo que o Plano Diretor contenha diretrizes que promovam justiça social, no caso, qualificando e melhor distribuindo os espaços públicos em Limeira, ele não se efetiva por meio da gestão. Um dos motivos apresentados como determinante para justiça social através da possibilidade de acesso a espaços públicos não ocorra, é a característica apresentada pelo Estado, que mormente é ocupado pela classe que procura dominar o espaço e acumular capital.

Por fim, a partir das contradições encontradas e da observação de campo realizadas nas praças e parques selecionados, Azevedo (2013) propõe uma tipologia de espaços públicos, com a finalidade de subsidiar o planejamento e gestão urbana, sendo:

- Parques urbanos: Apresentam diferenças no perfil socioeconômico de seus usuários, devido à localização, com desigualdade na infraestrutura dada pelo poder público;
- Praças centrais: Há uma praça com grande dinamismo social, escolhida como prioridade pelo poder público, e outras com pior infraestrutura e menor frequência de usuários, servindo, principalmente, à circulação;
- Praças com dinamismo eventual: Localizam-se em bairros consolidados há muito tempo, com renda média, e seu dinamismo eventual ocorre em um período do dia ou em dias que a praça sedia algum evento;
- Praças semivazias em bairros de classe média: Apresentam baixa frequência de usuários, embora disponham de boa infraestrutura. Seu entorno tem uma população com maior renda, que pouco utiliza a praça como espaço de lazer; e
- Praças carentes em bairros populares: Desempenham importante papel de espaço de lazer nos bairros onde se situam, embora apresentem grande carência de infraestrutura e de manutenção pelo poder público.

A partir das formas tratadas por Azevedo (2013), abarca-se tipologias específicas que consideraram os elementos materiais, como infraestrutura e mobiliário, de localização e posição no tecido urbano das praças e parques, bem como as características sociais do entorno, que fornecem não apenas subsídios ao planejamento local, mas, também, o exame comparativo em outras realidades.

Outra perspectiva do autor é a questão teórica a respeito da consideração sobre apropriação e dominação do espaço, bem como suas respectivas manifestações, que demonstra incidir também na especificidade da Geografia, por lidar com a questão material e imaterial, vinculando-as ao espaço, principalmente no cotidiano. Estas apresentam-se enquanto ferramentas interessantes para uma abordagem do espaço público urbano.

1.3.8 Os espaços públicos de lazer da cidade de Teresina (PI)

Com base, especificamente, no espaço público de lazer, Santos (2015) busca analisar a distribuição, apropriação e conservação, considerando-os como espaços fundamentalmente de acesso gratuito ou a pequenos valores, identificando-os nas formas: praças, parques, áreas verdes, quadras esportivas, academias, parquinhos, ginásios, teatros, museus, centro culturais e centros sociais.

Suas bases sobre espaço público estão delimitadas em: Gomes (2005; 2006; 2012), Serpa (2005; 2014), Azevedo (2013) e Sobarzo (2006; 2007), sendo que diretamente voltada ao seu objeto de estudo, a definição de Azevedo (2013) é elucidativa para seus argumentos. Em sua concepção, os espaços públicos de lazer, “sob o ponto de vista material, o espaço público de lazer pode ser entendido como uma área geralmente mantida pelo Poder Público, cuja infraestrutura e elementos paisagísticos favoreçam a prática de atividades de lazer e recreação” (AZEVEDO, 2013, p. 64).

Com foco específico no lazer em espaços públicos, a autora utiliza sua argumentação teórica para delimitar os elementos que contemplam o lazer. Neste percurso, a definição de Dumazedier (2008) é representativa, demonstrando, de maneira sintética, como as atividades de lazer são encaradas em sua abordagem do espaço público. Para tanto,

Acreditamos ser a um só tempo mais válido e mais operatório destinar o vocábulo lazer ao único conteúdo do tempo orientado para a realização da pessoa com fim último. Este tempo é outorgado ao indivíduo pela sociedade quando este se desempenhou, segundo as normas sociais do momento, de suas obrigações profissionais, familiares, socioespirituais e sociopolíticas. [...] O lazer [deve ser considerado] como um fato social, portanto, não pode ser tratado de forma isolada dos

outros; ou seja, este se relaciona com o trabalho, com a educação, a família, a política e a religião. Mas possui quatro características que o distingue de qualquer outra esfera social, são elas: o caráter liberatório, o caráter desinteressado, o caráter hedonístico e o caráter pessoal. [...] Ele oferece a possibilidade da pessoa libertar-se do tédio cotidiano que nasce das tarefas parcelares repetitivas, abrindo o universo real ou imaginário do divertimento autorizado ou interdito pela sociedade. [...] Outra característica do espaço do lazer [...] é o seu caráter temporal [...] seguindo os quatro períodos disponíveis para o lazer: fim do dia, fim de semana, fim do ano e fim da vida (DUMAZEDIER, 2008 *apud* SANTOS, 2015, p. 80; 81; 86; 106).

Ainda com base em Dumazedier (2008), são propostos cinco “conteúdos” relacionados a atividades que se orientam por interesses fundamentais, realizadas no espaço público: os interesses artísticos, os intelectuais, os físicos, os manuais e os sociais (SANTOS, 2015). Assim, o espaço público comporta, diferencialmente, essas atividades, a partir da relação entre a disposição e estrutura das áreas e seus usuários.

Pela perspectiva de Santos (2015), o espaço público é tomado como um qualitativo de parcelas do espaço em geral, sendo lugares dotados das condições proporcionadas pela presença de mobiliário e de equipamentos que consolidam sua função como espaço de lazer. Assim, a partir da delimitação de seu objeto de estudo – o espaço público de lazer – acaba por identificar estes espaços como sinônimos de equipamentos de lazer, ideia que toma emprestada de Santini (1993), quando indica que estes se confundem devido ao fato do espaço público ser suporte para equipamentos de lazer.

Assim, o autor irá apresentar como tese o fato de que o

lazer em Teresina torna-se cada vez mais uma mercadoria, pois os espaços públicos não conseguem suprir a necessidade dos cidadãos. Este fato deriva da precariedade das políticas públicas de lazer, da falta de segurança nos espaços públicos e da acessibilidade desigual dada pelas estratégias locacionais dos equipamentos (SANTOS, 2015, p. 20).

Desse modo, os agentes do capital, nas suas diversas representações, capturam as atividades vinculadas ao lazer urbano, fazendo com que elas se tornem acessíveis apenas àqueles que podem pagar, como ocorre também na contemporaneidade, com diversos outros direitos. O espaço público, como o espaço geral, atende à lógica capitalista, ainda que guarde suas contradições.

A ideia do espaço enquanto reflexo da sociedade, juntamente aos pressupostos da produção do espaço urbano, dão os contornos de sua interpretação sobre a manifestação histórica do espaço público. Esse caminho faz com que o espaço público seja tomado como

um espaço que nasceu da necessidade de a sociedade ter um lugar físico para agir em coletividade, que pode servir para as manifestações políticas, religiosas, sociais, para

encontros, para a convivência e para o lazer. No entanto, como a sociedade muda, conseqüentemente há uma mudança nos sentidos destes espaços que ganham novas formas e novos conteúdos (SANTOS, 2015, p. 108-109).

Nessa acepção genérica, a dimensão do espaço público se materializa em formas localizáveis a partir da manifestação de práticas que dão conteúdos e qualificam esses lugares. Por não se apresentarem estáticos diante do processo histórico, conduzido, sobretudo, pelos modos de produção, esses espaços ganham novas dinâmicas, na medida em que se integram a uma estrutura urbana de seu tempo.

Estes elementos dizem respeito particular à forma material, física do espaço público, que se consolidaram a partir da concreção de certos usos e uma formalidade consensual desses usos. Assim, destacam-se as praças e suas distintas versões originárias (de mercado, de lazer, de política), os parques, a rua e os desdobramentos dessas formas em outras, temporalmente contextualizadas.

Remontando esta dinâmica da transformação do espaço público a partir da produção social do espaço, Santos (2015, p. 111) questiona “o que é o espaço público” e assevera que

O termo é novo, mas os espaços não são, pois existem há bastante tempo, provavelmente desde quando a propriedade foi instituída. Estes, como produtos da sociedade, expressam valores nela contidos e as metamorfoses sofridas por ela. A transformação do espaço urbano e das relações sociais, a evolução dos transportes e comunicação fazem mudar a noção de espaço público. O aumento da mobilidade das pessoas diversificou sua rede de contatos e suas possibilidades de circulação pelos lugares (SANTOS, 2015, p. 111).

Se pensarmos a partir da visão do autor sobre o espaço público como sinônimo de equipamento de lazer, podemos considerá-lo realmente como um termo novo. No entanto, se pensado em sua atualização constante, por meio de novos conteúdos advindos da transformação da sociedade, como ele próprio indica ao colocar que estes espaços “expressam valores” contidos na sociedade e sua metamorfose, o espaço público não se caracterizaria como outro, rompendo com as características de sua formação, mas sim, como uma acumulação dos tempos, por conseguinte, de conteúdo.

A refuncionalização, que faz com que os espaços públicos se mostrem novos, que atendam ao tempo do mundo são pontuais, por ocorrerem distintamente nas formas, ainda que expressem quantidade significativa no conjunto destas mesmas formas, manifestando, assim, uma estrutura. Se olharmos para a estrutura, ainda estão contidos dentro de uma lógica que os dobra hierarquicamente para o funcionamento do modo de produção vigente. Portanto, se

identificamos no lazer uma faceta do espaço público, ela tendencialmente busca se realizar como forma de consumo.

Portanto, pensando o lazer enquanto direito, mas que se realiza enquanto consumo, por conseguinte, a necessidade de espaços públicos voltados para esse fim acaba por desacreditar o Estado de sua função de garantidor e implementador de espaços públicos de lazer e incentivador destes usos, sejam eles individuais ou coletivos, ocorrendo, assim, a transferência de responsabilidade, e a conseqüente segregação via renda, sendo que, em muitos sentidos, é materializada no espaço, tornando-se, também, fundamento da imobilidade, no que tange à possibilidade de ir a um espaço público de lazer que seja acessível, porém distante.

O Estado é fundamental para o fomento das práticas de lazer, sendo na criação dos espaços públicos de lazer e formas de acessá-los, seja regulando e/ou induzindo as práticas nos espaços existentes. Porém, essa relação mostra-se complexa e contraditória na contemporaneidade, pois, diante de tantas outras necessidades, como “saúde, alimentação, moradia, emprego, educação [...]. Ao lazer serão destinados os recursos que sobrarem. É dessa forma que o tema lazer tem sido colocado nos últimos lugares na fila das prioridades” (SANTOS, 2015, p. 97).

Mas, por outro lado, as atividades vinculadas ao lazer mostram-se rentáveis, atualmente, sendo que

A produção e reprodução das formas de lazer transforma-o em uma mercadoria rentável. E o avanço das técnicas e tecnologias surge para propiciar cada vez mais opções àqueles que podem pagar. É possível observar também uma tendência na construção de novas áreas para este fim como clubes privados, quadras de esportes privadas, cinemas, ampliação e projeto para a reforma e construção de novos shoppings centers, bares, restaurantes (SANTOS, 2015, p. 101).

Podemos, então, traçar o seguinte panorama: o recolhimento do Estado à implementação e gestão de estruturas e serviços básicos faz com o que o lazer seja relegado à iniciativa privada, salvo raras exceções, que reduzem cada vez mais, à medida que os impactos da racionalidade neoliberal incidem sobre a cidade. Por outro lado, ocorre a captura de demanda solvável nas classes que têm disponível capital suficiente para custear seu lazer em espaços de acesso controlado.

Sobre o papel do Estado, Santos (2015) procura, ainda, estabelecer uma relação entre as ações de planejamento realizadas em Teresina desde 1969 até a atualidade. Encontra, a partir dessa relação, uma descontinuidade dos projetos iniciados e mesmo propostas a serem efetivadas, bem como a fraca gestão e implementações, gerando problemas estruturais. Percebe,

também, que o conteúdo dos projetos, leis e diretrizes detalham mais especificamente a prática esportiva relacionada aos espaços públicos de Teresina do que outros usos, como os culturais e usos passivos vinculados à estética.

Da efetivação dos projetos, Santos (2015) encontra, em sua pesquisa, que a praça, enquanto forma importante do espaço público de Teresina, perdeu sua relevância, encontrando-se, atualmente, esvaziada de sua essência, ocorrendo uma redefinição dos usos imposta pela violência, que “tem afastado as pessoas que buscam as praças para o lazer, e atraindo outras que as utilizam para usar drogas, se prostituir ou praticar delitos. Hoje ir a uma praça [...] tornou-se um risco à própria integridade física” (SANTOS, 2015, p. 161). Essa colocação nos remete ao paradoxo ao qual diversos autores que tratam do espaço público remetem: a falta de pessoas no espaço público faz com que ocorram os usos não formais, marginais, transgressores ou estes usos afastam as pessoas que antes frequentavam o espaço público? Ao que parece, Santos (2015) entende que a segunda opção responde melhor à realidade atual.

Assim, devido à própria atualização dos espaços públicos de lazer para atender às novas demandas, como dito anteriormente, bem como à falta de segurança para que tenham plena utilização,

as praças da cidade de Teresina já não significam uma opção de lazer como antes, o que foi constatado através desta pesquisa, tanto através das observações in loco quanto das respostas dos moradores e também (sic) no levantamento sobre o que é noticiado pela mídia (SANTOS, 2015, p. 162).

Sobre a identificação dos diversos usos e suas respectivas transformações,

Com base nas pesquisas realizadas junto aos jornais da época, o que se pode avaliar é que houve uma mudança nestas últimas décadas, nos espaços do lazer; as praças que eram espaços públicos muito procurados estão perdendo a função do lazer. No que tange ao banho de rio, ele ainda representa uma opção para os cidadãos, sendo necessária, entretanto, uma intervenção no que diz respeito à segurança e à qualidade da água. Com relação ao lazer cultural, os espaços para este fim ainda se encontram centralizados, mas com algumas iniciativas nos bairros mais periféricos. Outro fato notado é a crescente procura por atividades físicas, não somente pelo futebol, mas outras modalidades de esporte, como skate, as caminhadas e as academias, o que requer mais atenção para a construção de espaços com tais finalidades; e que estejam presentes nas diversas zonas e bairro da cidade [...] (SANTOS, 2015, p. 168-169).

Ao longo do percurso delineado em sua tese, Santos (2015) evidencia que o espaço público de lazer em Teresina tem sua gênese nas relações de vizinhança, sobretudo nas ruas, que comportavam diversos usos. Posteriormente, com a introdução dos transportes veiculares no cotidiano das pessoas, as praças com maior destaque e os parques passaram a polarizar e a

concentrar os grupos e as atividades de lazer. Neste momento, também são introduzidos na cidade novos espaços com dinâmica distinta, como cinemas e casas de festas, cujo uso é possível mediante pagamento, ocorrendo, assim, um primeiro momento de separação social do lazer. Com o passar do tempo, os espaços de lazer se modificam, mediante as novas demandas, bem como pela “insegurança” do público, confinando assim a espaços privados e ocupando bem maior medida os espaços monumentais dos parques, os quais tendem a chamar maior atenção do poder público para o cuidado e a segurança.

Por fim, Santos (2015) evidencia, então, que a premissa do lazer como vindo da liberdade de escolha do que fazer com o tempo livre é inviabilizada pelos condicionantes sociais e espaciais. A renda e a localização na cidade (sendo intrínsecos) restringem as possibilidades de lazer, tendo em vista que a lógica do consumo passa a reger esse tipo de espaço público.

1.3.9 A percepção do espaço público na modernidade: um olhar sobre a cidade de Natal

Parte-se da ideia de que ocorre, na atualidade, a regressão do espaço público e a problemática de seu declínio e esvaziamento, fato apontado por Arantes (2000), Arendt (1991), Bauman (1999), Jacobs (2011) e Sennett (2014). Nesse sentido, a proposta estabelecida está centrada na apreensão da percepção do espaço público por parte da população de Natal. O que mais interessa, na perspectiva de Celestino (2009), é a ambiência proporcionada pelo espaço público e sua capacidade de reunião.

Por conseguinte, Celestino (2009) indica duas hipóteses para a eventual ocorrência do espaço público contemporâneo. A primeira, nomeada “instauradora”, abrange a noção de que o processo de esvaziamento do espaço público apresenta-se, sobremaneira, no plano do pensamento, a partir da vinculação de um ideário e de uma imagem que impacta diretamente na percepção do espaço público. Assim, nessa perspectiva, a vivência pouco absorve a experiência na constituição desta percepção. A segunda hipótese, apresentada como tendo viés explicativo, admite um estilo de vida baseado no alheamento, e no não envolvimento das pessoas em torno de espaços comuns que permitam o convívio. Assim, o espaço virtualmente estabelecido aparece como reduto da sociabilidade.

Buscando apreender a percepção sobre o espaço público por parte da população, foram utilizados questionários e entrevistas de ordem qualitativa, bem como a análise de fotografias dos espaços públicos de autoria dos moradores de Natal. O público abordado nas apreensões atendeu a três períodos específicos: “as duas primeiras décadas do século XX, o início dos anos

quarenta, também do século anterior, e o cenário com o qual essa cidade se apresenta na atualidade” (CELESTINO, 2009, p. 23).

A base teórica de abordagem do espaço público é apresentada por Celestino (2009) a partir, principalmente, de quatro caminhos que acabam por se complementar, em alguma medida: o primeiro deles, é indicado por Hannah Arendt, com base na ação, com a respectiva possibilidade de sobrevivência e liberdade em um mundo comum; o segundo, nas análises de Michel Foucault sobre a questão da dominação a partir do controle e vigilância e os respectivos mecanismos sociais na dimensão pública do espaço. O terceiro, de viés crítico, desenvolvido por Richard Sennett, sobre a cultura urbana, abarca as dimensões históricas, psicológicas e sociais que demonstram o afastamento das pessoas e a respectiva influência nas relações sociais com o conseqüente declínio do homem público; por fim, tem-se a abordagem real-funcionalista do ambiente urbano, propondo orientar a crítica e a possível solução dos problemas na transformação material do espaço público urbano a partir da do papel das áreas de uso comum na cidade.

Para tanto, considerando as diversas abordagens, que, a nosso ver, vão além das quatro citadas anteriormente, recorrer a

um conceito fechado, seria não reconhecer que a composição desse objeto é plural, e que nela novas combinações se unem, pondo em evidência o próprio movimento da vida, que não se separa das suas raízes primeiras. Portanto, deixar de ter esse reconhecimento, seria como que despojá-lo do solo em que se funda, bem como não considerar que na sua trajetória ele foi agregando outros valores e possibilidades de apreensão. Assim sendo, diante dos elos que o campo teórico aqui apresentado mostrou estabelecer entre si, parece que não há como falar de espaço público na modernidade distanciando-se das polifônicas vozes que emergem desse mesmo objeto. Por essa razão, no seu conjunto, os autores que se fizeram presentes nessa abordagem, formam o quadro de referência a partir do qual o objeto de estudo passará a ser focalizado (CELESTINO, 2009, p. 49).

O espaço público de Natal é apreendido, primeiramente, em sua perspectiva histórica e legal, a partir das ações do governo na cidade e a respectiva relação com as práticas sociais, “De forma que, no primeiro momento a palavra ‘melhoramentos’ era a que traduzia com maior proximidade o olhar e as intenções da administração pública nas suas proposições de transformação do quadro urbano então existente” (CELESTINO, 2009, p. 64). A autora segue dizendo sobre a visão governamental do espaço público a partir de suas intervenções:

Portanto, se as palavras “asseio”, “aformoseamento” e “melhoramento”, na segunda metade do século XIX, já vinham despontando nos discursos oficiais em defesa da necessidade de se transformar o cenário dos centros urbanos brasileiros, dificilmente poder-se-ia discordar que os espaços públicos, em especial os abertos, tornara-se o

principal foco e vitrine dessas transformações que, apoiadas em legislações específicas, exteriorizavam a intenção de se buscar desenhar novas perspectivas de vida nas cidades (CELESTINO, 2009, p. 64-65).

De certa maneira, uma nova ambiência é incorporada ao espaço público nas diversas cidades brasileiras, seguindo uma tendência mundial vinculada à manipulação da cidade com o objetivo de purgar as mazelas sociais consideradas naquele momento, a partir da cidade enquanto organismo. De forma complementar, o ideário modernista impõe seu discurso centrado no espaço público acessível a partir dessas mesmas intervenções, dando ao futuro da cidade um “ar de positividade”, ainda que em vários momentos essas intervenções manifestem a contradição entre a higienização e a acessibilidade.

Nesse sentido, é interessante destacar que não foram poucas as manifestações que, no início do século passado, procuravam unir esforços direcionados à construção de uma imagem otimista para o novo contexto urbano natalense, frente às perspectivas que se vislumbravam para essa cidade. Esse clima, inclusive, já se tornara perceptível desde as intervenções físicas e projetos abraçados pela administração municipal, juntamente com discursos e depoimentos proferidos na época por personalidades locais, embalados principalmente pelas “novidades vindas do sul do país”, estados vizinhos de maior porte, e até mesmo do cenário internacional, os quais alcançaram significativa repercussão junto à população local.[...] Contudo, nesse mesmo contexto, é preciso não perder de vista o fato de que para a realização do processo transformador proposto pelos futuristas, não bastava apenas uma mudança exterior da paisagem urbana. Ou seja, tornava-se fundamental a configuração de um novo homem, de uma nova sociedade que fosse capaz de responder adequadamente às exigências dos novos tempos, nos quais as técnicas passariam a representar a base desencadeadora dessas transformações (CELESINO, 2009, p. 79).

Esse movimento de transformação da cidade foi acompanhado, paralelamente, pela nova forma de apropriação dos espaços. Os “cafés” – sobretudo, o “Café Majestic” – passam a orientar a sociabilidade nessa nova forma de ambiência. Essa perspectiva é significativamente ligada àquela indicada por Habermas (2014) ao tratar da mudança estrutural da esfera pública. Para tanto, esse espaço híbrido, colocado por Celestino (2009) como terceiro espaço, encontra, na cidade que se diz moderna, terreno fértil para sua disseminação.

Descortina-se aqui, mais uma vez, uma visão que exterioriza a percepção de que os espaços da cidade deveriam ser pensados, não apenas como instrumento desencadeador de transformação social, de criação de novas sensibilidades urbanas, novas formas de ver e viver, mas também como parte fundamental para a composição de um ambiente difuso, a partir do qual é possível estimular o abandono de “velhos hábitos seculares”. [...] Nesta perspectiva, é possível considerar que as redefinições de traçados urbanos e a expansão da cidade, também buscavam impulsionar através de ações combinadas, novos ritmos para a vida social dessa capital. Essas ações, por sua vez, não se limitavam apenas ao aformoseamento e à concentração de esforços direcionados, por exemplo, ao enfrentamento das difíceis condições sanitárias existentes. Afinal, dificilmente poder-se-ia deixar de reconhecer, a expectativa que se alimentava dentro da própria administração pública, de que uma nova ambiência

urbana estimulasse nas pessoas o desejo de suplantar antigas práticas sociais e comportamentos, que já não mais se mostravam condizentes com a cidade e a vida moderna (CELESTINO, 2009, p. 94-96).

No entanto, a assimilação da proposição dessa nova ambiência não ocorre passivamente. A criação dessa ambiência necessita não apenas da criação de uma forma objetiva e estruturada para tal finalidade; necessita, também, de uma nova subjetividade. Para isso, não consegue erradicar completamente os hábitos estabelecidos no cotidiano ao longo da história.

É possível observar, a partir do depoimento de algumas pessoas, certo orgulho em identificar a permanência de alguns desses hábitos, apesar de esses mesmos moradores expressarem o desejo de ver a cidade modernizar-se, ampliar outras possibilidades, melhorar as condições de vida da população. Tudo isso, porém, faz parte de uma ambiência contraditória que se fazia presente em distintos aspectos da vida social dessa capital (CELESTINO, 2006, p. 119).

Assim, essa ambiência mostra-se contraditória, reservando comportamentos anteriores ao tempo da nova forma, demonstrando a não assimilação completa do moderno, do novo. Esse processo de incorporação do moderno, na década de 1940 é intensificado a partir de novos delineamentos, tendo em vista o contato com “uma nova cultura”.

Ocorre a necessidade de produção de uma subjetividade que incorpore o moderno para além da construção de estruturas físicas. Essa produção de novas subjetividades passa a ocorrer com a chegada de estadunidenses, em meados de 1940, em Natal. Segundo Celestino (2009, p. 129), o contato “com uma nova dimensão cultural, [teve] um papel fundamental para a apreensão de um novo estilo de vida, para a constituição de novas formas de interação e vivência com os espaços da cidade”. Partindo dessa constatação, a autora evidencia que o racional-funcionalismo das intervenções passa a se inserir de maneira mais bem acabada na percepção da população, ou seja, as modificações físicas na cidade são melhor compreendidas.

A perspectiva da população foi apreendida, na contemporaneidade, a partir de atividades de campo, com observações participantes e entrevistas que contemplaram distintas idades. Para tanto, a partir desse movimento foi possível evidenciar a apreensão do espaço público pela população, tendo os seguintes resultados: 70% dos entrevistados têm “a experiência como a grande responsável pela construção de uma determinada forma de olhar e se relacionar com os espaços públicos” (CELESTINO, 2009, p. 173); e 90% dos moradores vinculam “a compreensão de espaço público, a ambientes onde seria possível encontrar várias pessoas, ou simplesmente a locais onde poderiam ter acesso, sem atentarem para quem poderiam ser os supostos proprietários desses ambientes” (CELESTINO, 2009, p. 173).

Celestino (2009), ao longo de sua exposição, tendo como quadro urbano a cidade de Natal, demonstra que o espaço público, desde o início do século XX, teve seu espaço manipulado em favor da reorganização dos comportamentos, em torno de diretrizes modernas do convívio e acessibilidade. No entanto, apenas com o decorrer das décadas e o contato entre as pessoas, foi possível, a partir da experiência, estabelecer a percepção moderna de espaço público, comprovada a partir das falas dos entrevistados ao indicarem a experiência como fundante de suas visões. Esse fato vai de encontro à vulgata da redução do espaço público a partir de degradação do espaço público enquanto ideia, fazendo significativa a materialidade das condições do espaço público contemporâneo.

1.3.10 A dinâmica dos espaços públicos de lazer em cidades da aglomeração urbana de Londrina – PR

A perspectiva de Bortolo (2015) foge um pouco à lógica de se estudar o espaço público de cidades maiores, como metrópoles, grandes cidades e cidades médias. Procura, tendo como quadro empírico para sua análise, o conjunto das cidades da aglomeração urbana de Londrina, localizada no Paraná. Com foco nessas cidades, busca nos usos e apropriações do espaço público encontrar a dinâmica da sociabilidade no espaço urbano.

Considera-se a apropriação a partir de espaços públicos formais com funções específicas e determinações para seu uso. O uso e a apropriação abarcam, nessa perspectiva, a seleção de lugares propícios à sociabilidade, ao convívio e ao encontro. Dessa maneira, são indicados por Bortolo (2015, p. 2), como formas urbanas que compõem o elemento material do espaço público: “praças, parques, lagos artificiais e centro poliesportivo presentes em cidades da aglomeração urbana de Londrina: Jataizinho, Ibiporã, Londrina, Cambé e Rolândia”.

Está aqui considerado que [as formas citadas são públicas, não edificadas], espaços livres públicos de lazer que apresentam equipamentos como bancos, circuitos de caminhada, quadras, parques infantis, academias ao ar livre; e que possibilitam o uso e a apropriação por parte dos moradores das cidades, no período diurno, dentre outros usuários mais (BORTOLO, 2015, p. 5).

O espaço público, na perspectiva de Bortolo (2015), possui dimensão histórica, social, cultural e ambiental, sendo que, a partir desses elementos, são desdobradas diversas funções, como: “lazer; encontro; convívio social; locais de integração na malha urbana através do sistema viário; local de diferentes manifestações políticas e culturais; ecológica” (BORTOLO,

2015, p. 3). Assim sendo, o espaço público possui multifuncionalidade, tornando-se espaço-chave na dinâmica urbana.

Considerando as formas selecionadas, Bortolo (2015) indica a tese de que o espaço público, como espaço de uso, mesmo na contemporaneidade, é um elemento fundamental da vida nas cidades. No entanto, deve-se considerar que essa apropriação ocorre acompanhada de um contexto e um tempo econômico e social, tornando possível, assim, compreender suas transformações – incluímos aí a possibilidade de interpretação a partir das escalas espaciais.

Sobre a construção da noção de espaço público, Bortolo (2015) toma emprestada a concepção de Gurza Lavalle (2005), sobre os elementos constitutivos do público no campo da semântica, sendo assim, interpretando-o a partir de sua significação e seu oposto, o privado, nos âmbitos social, político e comunicativo. Essa diferenciação permite acompanhar, em certa medida, as transformações da conotação do termo “público” e sua empregabilidade junto com o objeto que ele qualifica.

Tendo por base a diferenciação semântica, bem como a oposição dicotômica entre espaço público e espaço privado, Bortolo (2015) resgata as transformações ocorridas na espacialidade e no conteúdo do espaço coletivo, abordando-o a partir das características ideais, que eventualmente apresentou em seu conteúdo o fundamento do espaço público. O resgate inicia desde a *Ágora* grega – esta como gênese deste espaço a partir da política e da razão comunicativa como as atividades e ações ali desenvolvidas, ocorrendo a separação explícita entre público e privado. A partir de então, ocorre a mutabilidade e a mescla dessas duas dimensões, perpassando pelo período feudal e suas características de propriedade e centralização das decisões, que já não diziam mais a respeito ao bem comum, que no período grego era função do debate público. Com o início do capitalismo e a formação da classe burguesa, o público, enquanto espacialidade, retorna como local onde a argumentação sobre o bem comum ressurge; no entanto, ocupado por burgueses que orientavam o debate a partir de seus interesses, e mesmo o encontro ocorria em lugares não acessíveis a todos. A própria criação de espaços públicos perpassa pelo interesse burguês. A dicotomia entre público-privado é suplantada pela esfera social. A política se segmenta como atividade de classes, e o espaço público ganha conotações econômicas, culturais e de lazer.

Esses novos contornos do espaço público são relacionados por Bortolo (2015) à concepção de espaço de Henri Lefebvre, ao tratar do espaço social, pois nele se desdobra a reprodução das relações de produção, em amplo sentido. Dessa maneira, há uma influência direta, também, no cotidiano das pessoas, manifestando-se na relação entre as representações e práticas que atendem à lógica capitalista e a outras, que buscam negá-la, produzindo

dialeticamente um espaço conflituoso, assim sendo, também, um espaço público contraditório, sobretudo se considerado no plano ideal. Essa perspectiva se assemelha à de Harvey (1980), mas, com este último, ganha em aprofundamento das relações entre política e as classes no processo de produção do espaço público contemporâneo, perpassando, inclusive, pelas formas de ocupar o Estado, tendo em vista que este tem como função garantir e mediar o debate e o acesso democrático ao espaço público.

Um das formas de materialização da atuação do Estado como produtor do espaço público democrático é a criação de lugares, bem como torná-los amplamente acessíveis, proporcionando condições de convívio segundo uma ordem tanto quantitativa (criação de lugares) quanto qualitativa (aumentar o grau da ampla acessibilidade).

Apesar da definição conceitual de espaço público ser considerada diversa e por muitas vezes imprecisa, ela apresenta como princípio básico, dois elementos gerais: área de uso comum e posse coletiva; e, ao poder público compete a função de gerenciar e fiscalizar as áreas definidas como de uso comum (BORTOLO, 2015, p. 177).

Nessa perspectiva, Borja (2006 *apud* BORTOLO, 2015, p. 19) indica que atuam nesta criação, reforma e manutenção “distintos setores da economia, mediante transferências entre setor público e o privado, mas colocando-se condições que tenham em conta o interesse público [...]”. Portanto, a questão da produção das formas públicas de espaço, bem como a reprodução social a partir destas, configura-se como interesse comum da sociedade.

Nessa perspectiva, os espaços públicos devem ser considerados bens públicos de grande relevância social, por cumprirem não apenas uma função estética no conjunto das cidades, mas, por possibilitarem diferentes formas de lazer, manifestações sociais, dentre outras variadas ações (BORTOLO, 2015, p. 176).

Assim, a relação entre sociedade, Estado e empresas, de maneira ampla, participa da produção contemporânea dos espaços públicos, criando, refuncionalizando e requalificando determinações e possibilidades de uso nesses espaços. Esse fato traz uma configuração diversa, que, como foi dito, reproduz as relações de produção, de alguma maneira, se traduzindo na instauração do lazer como principal atrativo.

Deve-se compreender o espaço público de lazer na cidade contemporânea como um produto e possibilitador das relações sociais, não devendo designá-lo apenas como um lugar de encontros, convívio próximo da diversidade, espaços de visibilidade como anteriormente o denominavam, mas sim, adotou-se aqui, uma concepção contemporânea de que poderá existir encontros, o convívio, mas não esquecendo que tais elementos se encontram em um sistema de produção capitalista em que

evidenciam inúmeras transformações e que se fundamentam principalmente na desigualdade e nas diferenças (BORTOLO, 2015, p. 56).

Sobre este aspecto, Lefebvre (2013) colabora ao demonstrar três dimensões do espaço que podem ser evidenciadas, sobremaneira, no espaço público; são elas: a representação do espaço, os espaços de representação e as práticas espaciais. Cada agente influencia, à sua maneira, a composição de cada uma dessas dimensões, que, por sua vez, é indissociável das demais, articulando-se dialeticamente a partir da dinâmica da produção do espaço urbano e manifestando seus conflitos no espaço público.

Nessa perspectiva, o espaço público contemporâneo pode ser considerado a partir de um constante ajuste a partir da dialética das três dimensões, fazendo com sua reatualização seja permanente.

As praças e os parques que em período anterior eram tidas como espaços estruturantes, organizativos, comerciais, político-administrativos, espaços do ócio da jornada de trabalho etc., acabaram na atualidade, desempenhando uma diversidade de papéis e funções que podem coincidir com as desempenhadas nos tempos passados, mas também surgiram outras funções e formas de se utilizar ou dar sentido a estes espaços. A “correria do dia a dia”, a importância e o enfoque dado a prática esportiva associada ou não à busca da melhor qualidade de vida, a valorização das áreas verdes dentro do tecido urbano, são elementos que acabaram interferindo na dinâmica de produção do espaço urbano e das ações praticadas no cotidiano [...] Sendo assim, pode-se dizer que os espaços públicos de lazer contemporâneos podem ser considerados como espaços camaleônicos, ou seja, se transformam e se modificam de acordo com as necessidades, variados interesses, sejam políticos, econômicos, sociais, em um determinado momento histórico, sendo modificados e adaptados das mais distintas situações, possibilitando, os mais diferentes tipos de uso, e não ocasionando a perda de sua essência enquanto espaços públicos de uso coletivo (BORTOLO, 2015, p. 64 - 65).

Observados os delineamentos teóricos direcionados ao espaço público, bem como sua relação com a produção do espaço urbano, Bortolo (2015), por meio de observação de campo e aplicação de questionário (sintético), procura identificar os usos e as atividades realizadas em dois espaços públicos de cada uma das cidades da aglomeração urbana de Londrina.

Em síntese, para Bortolo (2015), no que tange às questões do cotidiano no ato de produzir e consumir os espaços públicos das cidades contemporâneas, esses espaços apresentam-se dinâmicos e com variadas relações interpessoais e socioespaciais. Lógicas diferentes ou etapas distintas de uma mesma lógica podem ser encontradas se consideramos a escala da cidade. Em Londrina, que possui maior porte

apresenta uma enormidade de novos atrativos e novos equipamentos urbanos que estão surgindo como grandes concorrentes dos espaços públicos contemporâneos, sejam estes, shoppings centers, parques temáticos privados, centros turísticos etc.; evidenciando a partir dos dados apresentados, que mesmo com todos estes novos

atrativos, os espaços públicos destas cidades estão sendo utilizados e frequentados pela população (BORTOLO, 2007, p. 128).

De outra maneira, as demais cidades da aglomeração, possuindo menor porte apresentam

a ausência destes equipamentos como shoppings se impõe à população buscando se encontrar, caminhar, praticar esporte, lazer etc., nas praças, parques, lagos que existem na cidade. O que se observa é que o que leva a população aos espaços públicos destas diferentes cidades são os distintos atrativos ofertados nos mesmos. Seja uma academia ao ar livre, uma pista de caminhada, um evento cultural, boa infraestrutura, dentre outros elementos (BORTOLO, 2015, p. 128).

Essas constatações, nos dizeres de Bortolo (2015), não são possíveis se apreendidas e descritas; apenas a aparência das formas públicas, observando somente a localização das praças, parques, lagos artificiais e quadras poliesportivas, bem como a disposição dos equipamentos urbanos de infraestrutura, ou dos equipamentos comunitários como as quadras, parquinhos e brinquedos, ou ainda do mobiliário. Ainda que os elementos anteriores não sejam dispensáveis, fez-se necessário apreender o cotidiano por meio das apropriações que qualificam o espaço público.

Para tanto, as apropriações realizadas indicam que ainda que boa parte da literatura evoque uma crise do espaço público (sobretudo, os elementos políticos), este espaço ainda se mantém efetivamente como parte importante da sociedade, por abarcar o cotidiano e promover, através das sociabilidades, o meio necessário para o desenvolvimento da sociedade de dos indivíduos: o convívio. Esse convívio abarca a complexa relação entre os usos delimitados, em tempos diferentes, pois comporta maneiras que remetem ao passado, bem como apresenta novas modalidades, sobretudo vinculadas ao lazer.

1.4 Encaminhamentos acerca do espaço público concebido cientificamente

Vimos, ao longo do que foi tratado nesta seção, que o espaço público, antes de qualquer aprofundamento, é multifacetado. Essa pluralidade abarca tanto as formas encontradas nas diversas cidades, como também o conceito ou noção que se tem, tanto pelo viés científico quanto pelo senso comum. Para tanto, procurando responder aos questionamentos elencados no início desta seção, indicaremos, sinteticamente, alguns elementos relevantes para nossa pesquisa, que, de certa maneira, serão também recuperados ao longo do texto desta tese.

O conceito/noção do espaço público é, em grande medida, tratado cientificamente a partir dos clássicos. Nesse sentido, inicia-se tomando por base a imaterialidade da esfera pública desenvolvida principalmente pela filosofia política, sendo esta interpretada como dimensão acessível e de participação de todos, à medida que os indivíduos podem se expressar e comunicar ideias e posições aos demais. Constitui-se aí uma visão ideal do que seria o espaço público, e, se colocado no contexto atual, apresentaria uma crise sem tamanho.

A esfera pública, na atualidade, bem como também no passado, apresenta acessibilidade restrita. Na contemporaneidade, a restrição está centrada na questão do ingresso por falta de condições econômicas, falta de organização, falta de acesso a objetos tecnológicos etc., enfim, por assimetrias que evidenciam o poder. Porém, mesmo os que têm acesso e ingressam, em maioria, sua “voz” não é ouvida, não ressoa; sua participação é irrelevante. Assim, as pessoas são cada vez mais informadas em público, não ocorrendo a comunicação ou o processo de intersubjetividade. A sociabilidade torna-se limitada.

A intersubjetividade não se manifesta, e a informação, mais do que a comunicação, é o almejado nas interações cada vez mais mediadas por tecnologias. Por outro lado, ocorre também a assimetria de poder e expressividade das demandas nas interações e comunicações (quando ocorrem), haja vista que a posição social, bem como o capital acumulado por determinados indivíduos e frações da sociedade, influenciam diretamente nos direcionamentos públicos, mesmo nos espaços públicos da cidade, manifestando controle exercido através da ocupação do Estado.

A partir da transposição do ideal imaterial que constitui a esfera pública dos clássicos, na manifestação material da esfera pública encontrada nas cidades, ou seja, os espaços coletivos que possibilitem o contato e interação, se reduziram em quantidade, devido à disseminação de espaços fechados vinculados ao consumo diverso, como lazer e cultura. Esses espaços foram reduzidos também em qualidade, pois, ao passo que ainda subsistem espaços públicos acessíveis, estes são evitados pela população, por medo, insegurança e degradação da conservação desses espaços.

Cabe ressaltar que, atualmente, não necessariamente a esfera pública depende de um espaço público físico, mas todos os espaços públicos físicos contêm uma esfera pública que se manifesta àqueles que podem acessá-los. Como exemplo, ainda que não tenham a intenção direta, quando pessoas em situação de rua estão em uma praça ou rua, sua presença não deixa de ser notada pelas pessoas que diretamente usam o lugar, ainda que essa situação cada vez mais seja normalizada, reduzindo o número de pessoas que se afetam.

Ocorre, também, o controle e vigilância como maneira de resguardar a sociabilidade “saudável” nos espaços públicos, sobretudo nas ruas. Essa vigilância apresenta-se a partir tanto pelo poder público quanto pelo privado, pelas residências que buscam se enunciar enquanto enclaves, a partir de um aparato de segurança que impõe, simbólica e fisicamente, a evitação do outro.

Os espaços públicos materialmente constituídos possuem sua razão de ser na relação entre as pessoas; também entre as pessoas e o Estado, passando a constituir um lugar, na medida em que determinadas localizações tornam-se apropriadas pelo cidadão habitante. Essa dimensão física, que não se descola da dimensão imaterial, se encolhe na medida em que as relações interpessoais mostram-se cada vez superficiais, mais baseadas em interesses utilitaristas e a uma distância garantida pela tecnologia. Sua redução também é proveniente da crise em que o Estado passa enquanto representação democrática e sua materialização em formas urbanas públicas, de foro decisório ou não, caracterizando os espaços públicos como a projeção da incapacidade do Estado em atender às necessidades da população.

Complementarmente, o neoliberalismo, enquanto forma de vida enraizada nos comportamentos, compondo um conjunto de diretrizes que promove a individualização exacerbada, o descrédito da política e da comunicação como meio ético, participam da transformação negativa pela qual passam os espaços públicos. A incorporação de novos produtos, enquanto mercadorias, inclusive a subjetividade, é passível de ser apropriada enquanto objeto de troca, influenciando as maneiras de experienciar os lugares. Assim, as relações passam a ser mediadas pela lógica da troca comercial onde o cálculo do custo-benefício influi nas atividades mais banais, tornando o cidadão cada vez mais um consumidor.

Dessa forma, o conceito de espaço público urbano é, em grande medida, complexo e depende do contexto social em que se insere. Proveniente de sua imaterialidade enquanto esfera, é buscado pelo planejamento, ou pelo menos pelo poder público, em sua atuação de elaboração de formas urbanas, se materializar em espaços de ampla abertura. Porém, ao empreender análises sobre a constituição atual do espaço público, é constatada a seguinte característica: o fato da simples materialização da esfera pública em formas urbanas específicas não confere ao lugar a efetivação do “público” enquanto elemento qualitativo, tornando-o apenas coletivo, ou mesmo cria condições que fazem evitar o coletivo, pelo medo ou pela constituição de grupos homogêneos que inibem os demais.

O que confere ao espaço materialmente constituído o caráter público são as interações e usos encontrados, tendo em vista que estes possuem espaço-tempo específico. Por outro lado, na contemporaneidade, a ideia ponderar o espaço público a partir de seu passado ideal, enquanto

espaço público aberto e com garantia da participação de todos, deve ser abandonada, pois as assimetrias de poder e representação, as resistências, bem com o afastamento do Estado, enquanto protetor do interesse público, fazem com que o espaço público torne-se, cada vez mais, um campo de disputa.

Para tanto, ocorre a privatização da vida e dos modos de sua realização pautando-se no consumo. Assim, na atual situação, o espaço público deve ser compreendido a partir da tendência de seu esvaziamento (e não de sua morte), sendo representativas as condições das ruas, praças, parques, largos e espaços livres; e sendo o esvaziamento compreendido pela ausência, intencional ou não, do Estado e do tipo de interação que qualifica o espaço público. A conturbação torna-se localizável, sobretudo nas áreas centrais, por ali convergirem os sentidos da cidade, manifestando a depreciação do espaço que tendencialmente seria de todos.

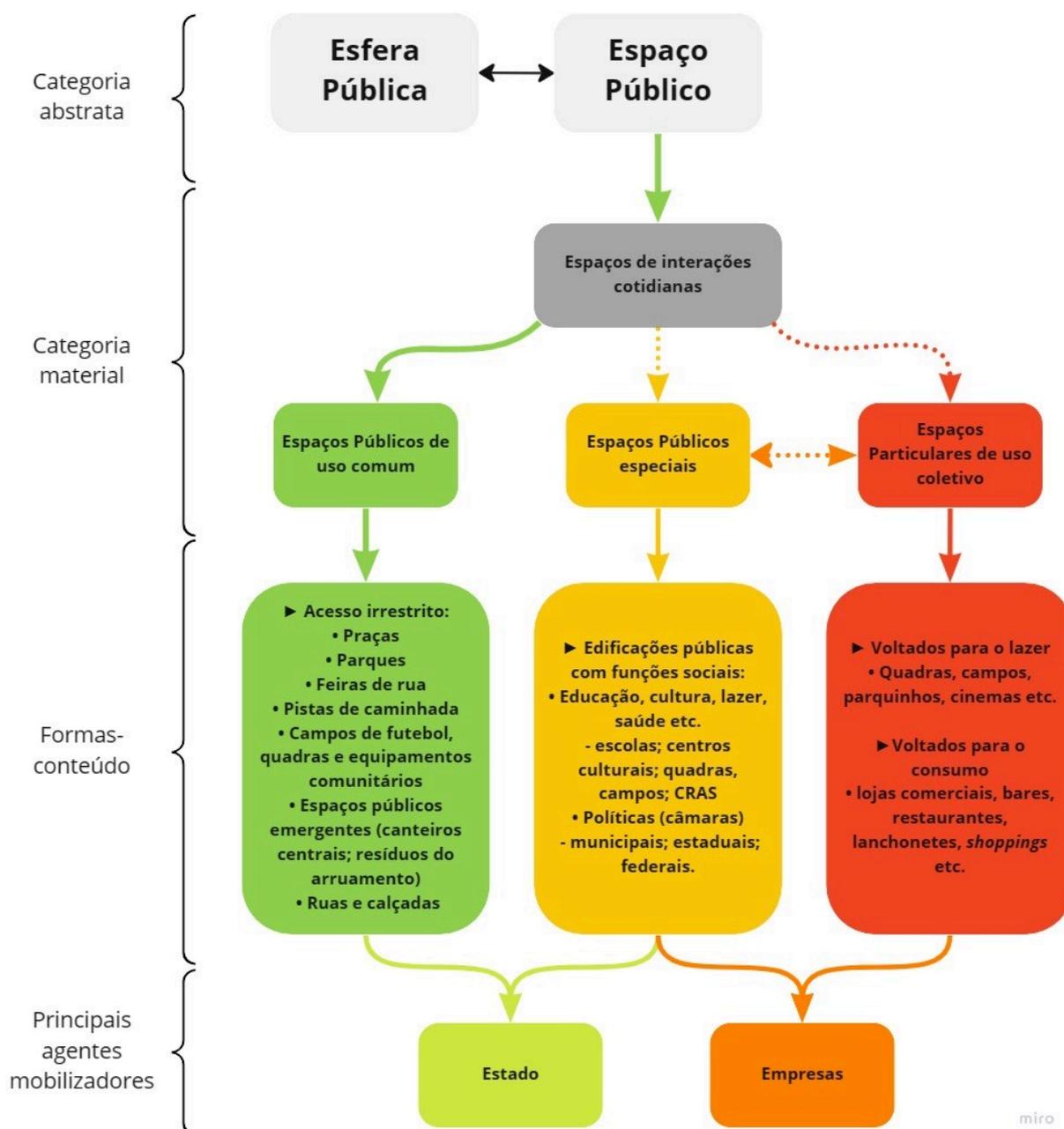
No entanto, o espaço público apresenta, além do uso mais formal e tradicional, resíduos que permitem compreender a realização da vida em público não apenas nos espaços não capturados pelo capital, mas também nos lugares onde os vínculos das pessoas com os lugares manifestam uma apropriação que qualifica tanto espaço quanto as relações, fazendo com que, mesmo que ocorra a ausência do Estado enquanto garantidor do espaço público, as apropriações e interações efetivem o caráter público desse espaço por meio das horizontalidades.

Devido às características do espaço público, bem como da sociedade que dele faz uso, necessita-se compreender os espaços públicos a partir de sua condição formal com uso pré-definido e os espaços públicos emergentes, não formais, mesmo ainda os lugares que se apresentam como uma espécie de amálgama que manifesta a mistura de diferentes níveis de acessibilidade, como espaços públicos especiais com funções sociais. Ainda, considerando a forma de vida urbana na contemporaneidade, que impacta diretamente na situação do espaço público, deve-se apreender, também, os usos em espaços particulares de uso coletivo, já que amplamente é difundido que as maneiras de viver e consumir tem se alterado significativamente em favor da restrição e da individualização.

Partindo do exposto até então, entendendo a complexidade do espaço público a partir de sua produção e reprodução, propomos, então, pensar o espaço público e seus desdobramentos na cidade a partir de três tipos distintos de materializações em espaços de sociabilidades- espaços de interações cotidianas, que partem da categoria abstrata (Figura 5). Dessa maneira, quando (a partir deste momento) tratamos de “espaço público”, no singular, referimo-nos, especificamente, à dimensão abstrata, também genérica, que se origina no espaço concebido, evidenciando, também, por sua ambivalência, a esfera pública que incidirá sobre os espaços

materiais. Ressaltamos que atualmente participam dessa concepção não apenas o Estado, ainda que seja preponderante, mas também toda a sociedade, inclusive a iniciativa privada.

Figura 5: O espaço público e os espaços de sociabilidade na cidade contemporânea



Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2022).

Ao ser transposto para a materialidade, esse espaço público apresenta-se como espaços de interações cotidianas, em diferentes níveis de propriedade e acessibilidade, pelos quais podem ser categorizados. Os espaços públicos de uso comum apresentam-se como tendo maior importância para a sociabilidade, por abrangerem e reunirem maior diversidade, e a estes

deteremos maior atenção. Os espaços públicos especiais tendem a possuir interesses do mercado, cumprindo funções sociais. Essas duas categorias anteriores conformam os espaços públicos formais, que têm o Estado como agente mobilizador. Os espaços particulares de uso coletivo, com as empresas enquanto mobilizadoras de sua produção, têm como premissa sua realização pautada nas relações enquanto comércio.

Cada uma das materializações, por desdobramento, manifesta-se em distintas formas-conteúdo na cidade contemporânea, participando da reprodução social no cotidiano. Em certa medida, entendemos ser necessário a consideração do conjunto dos espaços de sociabilidade com os respectivos espaços públicos, sobretudo, devido às características da sociedade contemporânea onde a realização da vida na cidade. As formas-conteúdo efetivamente públicas e de uso públicas concorrem pelo tempo dos usuários, como pode ser aproximado do que foi indicado por Bortolo (2015).

Dessa maneira, quando houver o tratamento no plural (“espaços públicos”), referimo-nos aos espaços públicos de uso comum, como aqueles de mais alto nível de participação e acessibilidade (ampla), sendo fundamentalmente materializados pelo Estado. Já os espaços públicos especiais, devido às suas características, podem ser tanto materializados pelo Estado quanto por organizações civis e pela iniciativa privada; enquanto os espaços particulares de uso coletivo, uma espécie de excecência do caráter restritivo que pauta o acesso em condições financeiras, são generalizadamente materializados por indivíduos particulares, através da propriedade privada.

Brevemente, podemos adiantar que os espaços públicos de uso comum constituem formas que tenderiam²² a ter como premissa o acesso irrestrito para a participação e o uso, desdobrando-se em: praças, parques, feiras livres, pistas de caminhada, pistas de caminhada, campos de futebol, quadras e equipamentos comunitários, espaços públicos emergentes (canteiros centrais, resíduos do arruamento) e ruas e calçadas. Os espaços públicos especiais dizem respeito a espaços institucionais que perfazem funções sociais (educacionais, culturais, de lazer/recreação) onde, não raro, atualmente é realizado por iniciativa privada, bem como aqueles voltados para a política decisória, ambos carecendo de permissões e vínculos para o uso. Por fim, os espaços particulares de uso coletivo estão especialmente vinculados aos espaços públicos originados *pelo e para* o consumo, e, neste sentido, é permitido o uso destes, desde que os usuários, de alguma forma, se insiram neste ambiente, seja pelo consumo em ato

²² A prática deve evidenciar o caráter irrestrito, não apenas a condição da produção dessas formas-conteúdo. Dessa maneira, o uso o transforma em lugar.

(dinâmica de pagamento e consumo) ou possível (parecer que possa consumir), estando, portanto, diretamente vinculados à lógica da mercadoria.

Em nosso entender, o critério prático para o estabelecimento do caráter público do espaço está impreterivelmente pautado na acessibilidade ampla. Isso quer dizer que ele necessita ser acessível, desde sua concepção até o seu uso. À medida que isso se restringe por inibições físicas, simbólicas, e, sobretudo, econômicas, independentemente de que mobiliza este espaço-tempo, o caráter público é reduzido, a esfera pública é estrangulada, permanecendo as assimetrias de poder, e a materialização se torna particular, demonstrando o caráter fragmentário da sociedade urbana.

Portanto, se a transformação do espaço público é evidenciada a partir das mudanças da sociedade e o espaço urbano é reflexo dessa sociedade, propomos, na próxima seção de nossa proposta, delimitar determinados momentos da evolução urbana de nosso quadro empírico: a cidade de Ituiutaba.

2. O QUADRO EMPÍRICO: ITUIUTABA NO CONTEXTO URBANO GEOGRÁFICO

“A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam o chão”
(Frei Betto).

Sabendo que o espaço público perpassa pelas sociabilidades que ocorrem na interface entre o privado e o público dos sujeitos, ou seja, em seu cotidiano, pensamos que a abordagem de um quadro urbano próximo ao cotidiano do pesquisador pode fornecer maior aproximação tanto com o tema quanto com o quadro, proporcionando um conhecimento que, em certa medida, acompanhou as transformações recentes dos lugares. Nesta perspectiva, indicamos que, mesmo com as dificuldades de perceber certos fenômenos em que estamos inseridos, acreditamos que a escolha da cidade de Ituiutaba enquanto quadro urbano, como subsídio para a apreensão da dinâmica de reprodução dos espaços públicos, tem sua razão de ser.

Tendo em vista que propomos abordar o espaço público a partir da relação entre o determinações sobre local e possibilidades do lugar, acreditamos ser profícuo, neste momento, aproximar o leitor do quadro urbano referenciado nesta pesquisa. Nossa abordagem (Figura 6) se dá, mais precisamente, em tentar compreender o processo de urbanização, desdobrando-se na constituição social, de modo encontrar, a partir deste substrato material, as condições materiais de (re)produção dos espaços públicos vinculadas a Ituiutaba.

Figura 6: Abordagem acerca da urbanização de Ituiutaba (MG)



Fonte: Lucas Alves Pereira (2022).

Adiantamos que quatro dinâmicas relevantes para a nossa pesquisa podem ser evidenciadas: a formação da elite local e a relação de capital advindo do campo para a constituição da urbanização; os primeiros impulsos de urbanização, subsidiados pela produção agrícola do arroz; a constituição de uma economia urbana microrregional pautada no setor

terciário; e, mais recentemente, a intensificação da produção do espaço urbano a partir de loteamentos e conjuntos.

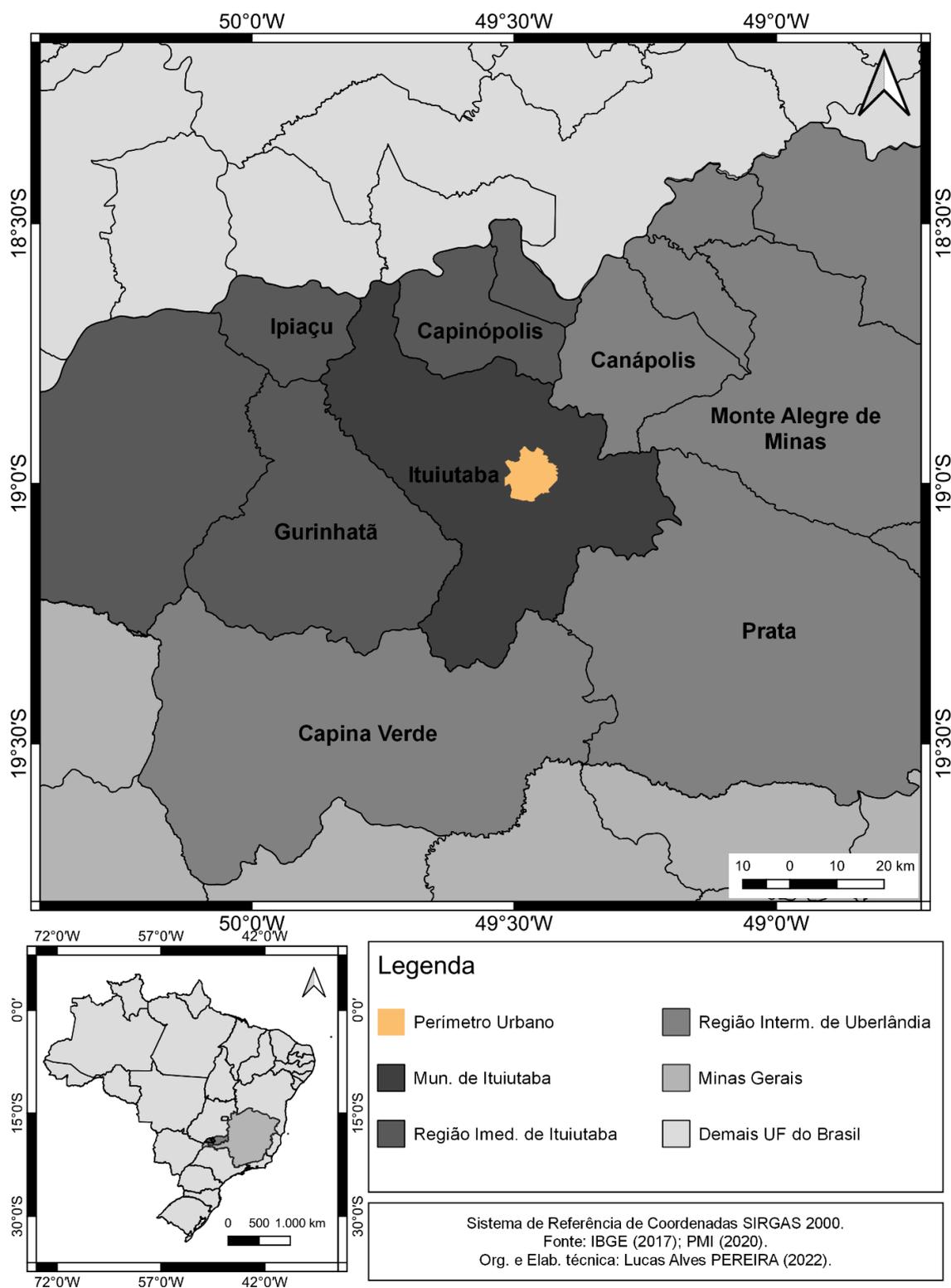
Utilizamos como bibliografia principal os trabalhos de Oliveira (2013), Oliveira (2003), Guerra e Libera (2003), Chaves (2016), Pereira (2019) e Teixeira (2020), tendo ainda como fontes o IBGE, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Prefeitura Municipal de Ituiutaba (PMI).

Os autores acadêmicos expõem periodizações diferentes ao longo dos seus respectivos trabalhos. Neste sentido, após a leitura, foi observado que a conclusão de Oliveira (2013) indica quatro importantes momentos (que, de certa forma, atravessam os demais trabalhos), correspondentes ao desenvolvimento da formação socioespacial da cidade. Reunindo os elementos por ele considerados, propomos demonstrar três momentos específicos.

De sua gênese até a década de 1970, inicialmente, com forte influência da pecuária e urbanização incipiente, ao final deste período, com economia vinculada à produção de arroz, impactando na urbanização, devido, principalmente, à chegada de mão de obra para o cultivo e beneficiamento. O segundo momento, a partir da década de 1970 até a década de 2000, baseado na modernização da agropecuária no cerrado brasileiro, bem como a consolidação da inversão entre a população do campo e da cidade. Por fim, o período que se inicia e segue a partir do ano 2000, com diferentes dinâmicas econômicas, como a consolidação de uma economia (terciária) de impacto direto em sua área de abrangência imediata, instalação e fortalecimento do setor sucroalcooleiro, processo de expansão territorial, a partir da incorporação de terras ao perímetro urbano, construção de conjuntos habitacionais e loteamentos, ainda, os impactos da implantação do campus da UFU em Ituiutaba.

O município de Ituiutaba está localizado no centro-norte do Triângulo Mineiro (Mapa 2), distante 761km da capital, Belo Horizonte. Segundo o IBGE (2022), a estimativa para o ano de 2021 foi de 105.818 mil habitantes. Considerando os resultados do último censo (IBGE, 2010), o município contava uma população de 97.171, sendo que 93.125 moram na área urbana e 4.046, na área rural.

Mapa 2: Localização de Ituiutaba (MG)



Fonte: IBGE (2017); PMI (2020). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

Baseando-nos, neste momento, nos aspectos demográficos, podemos considerar que a sede urbana do município trata-se de uma cidade que assume funções importantes em sua

microrregião, disponibilizando serviços de saúde e educação, polarizando outras, de menor porte, que a circundam, caracterizando-se por uma dinâmica que corrobora para sua relevância no contexto local e regional.

Sobre a posição de Ituiutaba no Pontal do Triângulo Mineiro, de acordo com o estudo realizado pelo IBGE apresentando a Região de Influência de Cidades (REGIC, 2007), a cidade em questão está inserida dentro da tipologia Centro Sub Regional B, atuando como centro de seu entorno próximo.

2.1 Da fundação à década de 1970

Considerando que a cidade de Ituiutaba surgiu a partir do processo de fragmentação do Triângulo Mineiro, que, em período anterior, era conhecido como Sertão da Farinha Podre, tendo como território administrativo São Domingos do Araxá, necessitamos entender este processo, como indicado por Oliveira (2013), sendo vinculado à formação sócio-espacial brasileira, mas com contornos delineados pela produção do espaço local. Essa relação mostra um espaço hierarquizado, fragmentado e articulado territorialmente.

Esse processo está centrado a partir do avanço para o interior do Brasil como parte da dinâmica de colonização, quando buscou a exploração mineral, ocorrendo, no caminho, a constituição de pequenos assentamentos para a parada dos tropeiros e, posteriormente, o aproveitamento de terras férteis para a agricultura. Nessa lógica, vão surgindo pequenos e esparsos aldeamentos e núcleos de povoamento, com o intuito de assegurar e garantir a ocupação do território, bem como de oferecer pontos de apoio para as investidas sobre as terras ainda não exploradas.

Neste contexto, se desenrolou o processo de formação, ocupação e fragmentação do território em municípios no Triângulo Mineiro, sobretudo, em Ituiutaba (nome atual), historicamente ocupada por indígenas da etnia caiapó (IBGE, 1959). Segundo Oliveira (2013), mesmo no século seguinte ao início de sua formação, a ocupação do município de Ituiutaba (nas primeiras décadas do século XX) servia de ponto de parada para aqueles que tentavam acessar as terras do sudoeste goiano e sudeste mato-grossense.

Ainda com seu primeiro nome, o Arraial de São José do Tijuco aparece como um núcleo de povoamento com datação de consolidação imprecisa, mas que, desde 1821, tem início, no cumprimento da função, dentro da dinâmica de interiorização da ocupação do território durante o Brasil Império. Mesmo com as limitações das estradas no oeste do Triângulo Mineiro, fazendo com os movimentos sejam menores que na porção leste, São José do Tijuco se baseia como

ponto de apoio, logo ocupando o território e estabelecendo, também, o papel religioso, a partir da construção da primeira capela (OLIVEIRA, 2003).

Para Lourenço (2010), a atribuição religiosa foi fundamental para a consolidação dos núcleos no Triângulo Mineiro, sobretudo pela instituição de capelas e pela constituição de elite oligárquica familiar rural de fé cristã. Esse fato é característica marcante de toda a ocupação do território brasileiro até o século XX.

Desse modo, em meados de 1821, em São José do Tijuco são erigidas suas primeiras residências, no entorno da capela de São José, marco inicial da cidade, localizada entre o Córrego Sujo (atualmente, Córrego São José) e o Córrego Pirapitinga. As terras foram doadas pelas famílias de Joaquim Antônio de Moraes e José da Silva Ramos, detentores das fazendas “Do Carmo” e “São Lourenço”, respectivamente (BARBOSA, 1996 *apud* OLIVEIRA, 201, p. 124). Porém, a oficialização ocorreu apenas na década seguinte, “em 1839, quando o povoado de São José do Tijuco foi elevado à condição de distrito, pela Lei Provincial n.º 138, de 03 de abril de 1839, subordinado ao município de Prata” (OLIVEIRA, 2013, p. 125).

Além da capela construída de pau-a-pique e coberta por folhas de buriti, ao seu lado foi reservada e delimitada a área para o primeiro cemitério (CHAVES, 2016). Ainda segundo a autora, “a capela constituía-se o elemento central do povoado, atendia à sociedade local e a circunvizinhança rural para as missas, os casamentos e os batizados, ofícios da religião oficial do Brasil Império - o catolicismo” (CHAVES 2016, p. 17).

A autora segue dizendo, ainda, que

são inegáveis os esforços e interesses dos religiosos na ação social e política no processo de expansão de Ituiutaba (MG), mesmo que indiretamente. [...] A Instituição Religiosa e seus membros expandiram suas ações para além da evangelização e investiram seus esforços na construção e manutenção da capela de São José do Tijuco e do cemitério (1832); do primeiro sistema de abastecimento de água (1875); da edificação de escolas e da criação de associações esportivas e culturais [...] [construídas no século seguinte] (CHAVES, 2016, p. 17).

Compreende-se que, nesse período (a partir de 1821), a posse da terra e a religião cumpriam elemento fundamental na dinâmica do poder político. Assim, a constituição de novos núcleos vinha acompanhada da tentativa de consolidação do poder de famílias oligárquicas ou ainda pela manutenção de seu poder no lugar. Cabe ressaltar que apenas com a Constituição Brasileira de 1824, durante o Governo imperial, a municipalidade constitui-se como fator relevante (OLIVEIRA, 2013). Sendo assim, a partir desse momento as famílias oligárquicas buscavam, nos municípios, vincular seu poder político.

No entanto, como é indicado por Guimarães (2010), até meados de 1837, a área em questão era pouco explorada, não fazendo parte dos circuitos econômicos do momento. Em que pese a velocidade de ocupação do oeste mineiro, Oliveira (2013, p. 90) indica duas causas a serem consideradas na lentidão do processo: “a) presença de índios caiapós e quilombolas que resistiam à colonização portuguesa; b) ausência de caminhos que ligassem ao litoral, o que gerou um desenvolvimento territorial na região”.

De acordo com Lourenço (2010, p. 15), o impacto da transição ao modo capitalista de produção influenciou significativamente a “formação sócio-espacial do Triângulo Mineiro sendo perceptível nas escalas do território e do lugar, na região do Triângulo Mineiro, durante as últimas quatro décadas do século XIX”. Nesse sentido, foi induzida a formação de uma incipiente rede urbana, de modo a fomentar este processo de ocupação e integração.

No decorrer do século XIX, São José do Tijuco, lentamente, ganha relevância na região, consolidando sua elite local, bem como relevante números demográficos para o momento. Segundo a Diretoria Geral de Estatística (DGE, 1876), em 1872 o arraial contava com 2.131 habitantes e 451 residências. Já Lourenço (2010), apresenta, para o mesmo ano, o número de 2.996 pessoas, sendo que, destes, 565 eram escravos.

Sobre a população escrava, suas atividades estiveram relacionadas a

a) primeiro sistema de serviço de água (1875), com a construção de uma represa e de um rego d’água para servir a população, que, anteriormente a esse acontecimento, buscava água nas minas existentes às margens dos Córregos Pirapitinga e São José; b) desenvolvimento das lavouras de grãos (arroz, milho, mandioca, feijão), compreendendo as etapas de preparo do solo, de sementeira, de colheita e de acondicionamento dos produtos cultivados; e c) contribuição religiosa, com a criação da associação Irmandades dos “Irmãos Pretos” de Nossa Senhora do Rosário²³ [em 1866] (CHAVES, 2016, p. 19).

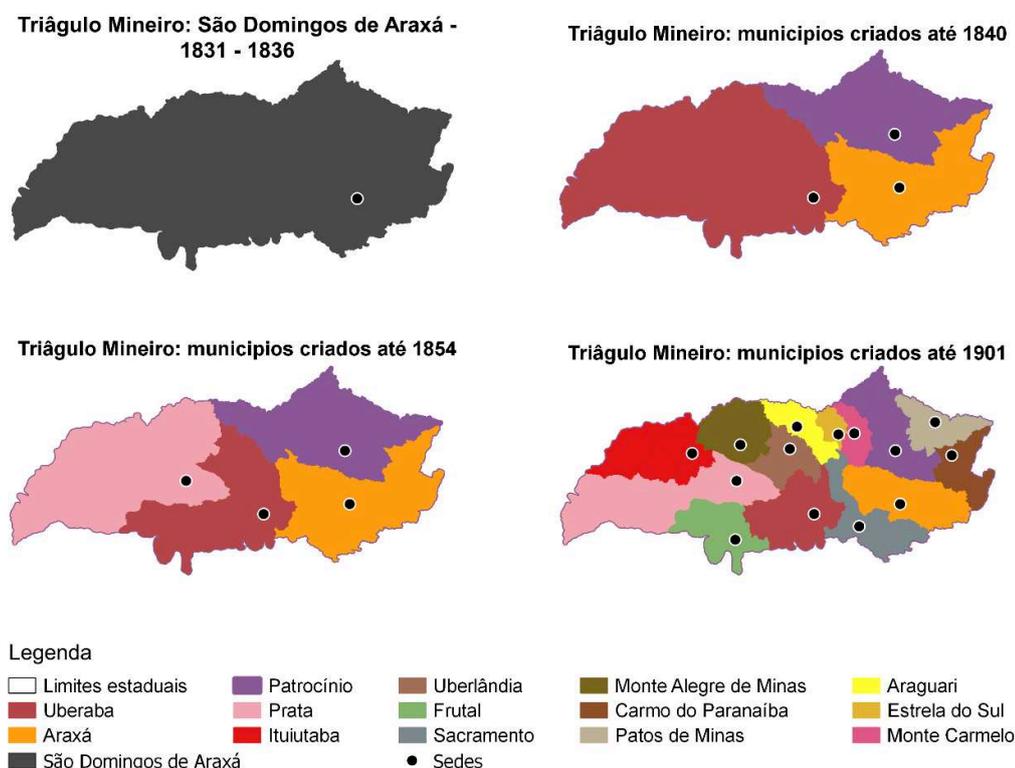
Com o fim da monarquia e o início da República Velha, em todo o Brasil ganham corpo movimentos emancipatórios. Esse processo impactou, também, o Triângulo Mineiro, vindo a desencadear fragmentações mais significativas. Sob essa dinâmica, em 1901, São José do Tijuco se emancipa do município de Prata e passa a ser denominado Vila Platina. Tendo em vista o seu novo papel administrativo (OLIVEIRA, 2003), é intensificada a ocupação por residências e serviços “públicos” no entorno da Igreja São José e da Praça Cônego Ângelo Tardio Bruno.

²³ Tão logo, dando início à tradição da Congada.

Em síntese, o movimento de derivação do território original do Triângulo Mineiro, com os marcos relevantes para a compreensão da consolidação, até a criação do município de Ituiutaba, ocorre da seguinte forma (com representação correspondente na Figura 7):

- 1) Território nomeado “São Domingos de Araxá”, ocupando toda a área correspondente ao Triângulo Mineiro;
- 2) Em 1840, o território do Triângulo Mineiro está dividido em três municípios: Araxá, Uberaba e Patrocínio;
- 3) Em 1854, ocorre a emancipação do município de Prata, que até então compunha as terras de Uberaba; e
- 4) Em 1901, ocorre a emancipação de Ituiutaba, sendo nomeada “Vila Platina” de 1901 a 1915, nesta dada ganhando seu nome atual.

Figura 7: Evolução do movimento de fragmentação do Triângulo Mineiro – 1840 a 1901



Fonte: IBGE (2010). Org.: Oliveira (2013). Adapt.: Lucas Alves Pereira (2021).

Um fator determinante para a ocupação do território é que os municípios criados desde a República Velha seguiam diretrizes diferentes das anteriores; estes, eram menos extensos, ao passo que sua extensão “poderia colocar em xeque os ideais republicanos” (OLIVEIRA, 2013,

p. 124). Mais do que a demarcação territorial, os novos municípios deviam integrar o Brasil a partir de suas dinâmicas, em um contexto nacional.

Isso mostra que a formação da densidade [na ocupação territorial] requer a criação de territórios, não se tratando então apenas do território como espaço econômico ou de poder, mas de um espaço que abrange simultaneamente todos os aspectos que resultam da existência de agrupamentos humanos (CIGOLINI, 2009, p. 153).

Neste movimento, a então denominada Vila Platina ganha corpo político, já possuindo Câmara Municipal, em meados de 1901 (Figura 8), bem como dinâmica econômica, sendo elevada à condição de cidade com a denominação de “Ituiutaba”, pela Lei Estadual n.º 663, de 18 setembro de 1915 (IBGE, 1959). Podemos compreender esse fato como o marco, a formalização do processo de desenvolvimento em que a referida cidade estava inserida. Segundo Oliveira (2013, p. 127), “a origem de Ituiutaba segue a mesma lógica dos outros municípios da porção oeste do Triângulo Mineiro [...], que era a de ocupação territorial a partir do desenvolvimento de atividades agropecuárias, acompanhadas de crescimento demográfico e político”.

Figura 8: Câmara Municipal de Ituiutaba (MG), meados de 1901



Fonte: Acervo público da Biblioteca Municipal Senador Camilo Chaves (2021).

Assim, após sua emancipação, Ituiutaba, em 1872, possuía 2.131 habitantes, segundo o DGE (1876); saltando para 19.970, em 1907 (IBGE 2011), aumentando em 937% sua população neste período, com média de acréscimo de 30,22% ao ano. Evidenciamos que, devido às características econômicas, bem como as dinâmicas produtivas do cultivo agropecuário, essa população, majoritariamente, ocupava o campo, devido à necessidade de mão de obra.

No entanto, ainda que seu crescimento demográfico mostre-se relevante, se considerarmos sua função de apoio ao avanço para a interiorização da ocupação brasileira, esta condição se mostrou restrita, pois

como a estrada que ligava a parte oeste do Triângulo Mineiro à Goiás e ao Mato Grosso era pouco utilizada, Ituiutaba (MG) não conseguiu se transformar em um entreposto comercial [com maior abrangência], reduzindo suas relações comerciais aos núcleos urbanos da parte oeste do Triângulo Mineiro, entre eles, seus próprios distritos, que no futuro dariam origem às outras cidades da [microrregião²⁴] (OLIVEIRA, 2013, p. 199).

De outra maneira, ainda que em 1912 tenha sido construída a estrada (atualmente, a BR-365) que liga Vila Platina (Ituiutaba) a Uberabinha (Uberlândia – MG), passando por Monte Alegre (MG), devido à iniciativa do empresário Fernando Alexandre Vilela de Andrade²⁵ (OLIVEIRA, 2003), os efeitos desta integração não repercutiram rapidamente.

Portanto, mesmo integrada pela nova estrada, a fonte de desenvolvimento produtivo e comercial no município de Ituiutaba permanecia vinculada aos seus domínios distritais, recrudescendo a dinâmica local em torno das elites. A interação via estradas, segundo Oliveira (2013), mostrou-se insuficiente no momento, para transformar espacialmente a cidade, sendo as relações estabelecidas a partir da aquisição de produtos manufaturados e industrializados e da venda de produtos agropecuários, especialmente de origem animal (bovina).

Assim, a propriedade rural de criação de gado, neste momento, foi o centro de toda a cadeia produtiva local, que, segundo Estevam (1988), utilizava a pecuária extensiva, juntamente à agricultura de subsistência, de maneira complementar. Esses elementos podem, assim, ser interpretados como partes indissociáveis da produção nas propriedades, sendo complementares e interdependentes.

²⁴ A microrregião de Ituiutaba é composta por Capinópolis (MG), Gurinhatã (MG), Ipiacu (MG), Santa Vitória (MG), Cachoeira Dourada (MG). Dentre as cidades citadas, apenas Capinópolis não faz parte de sua Região Geográfica Imediata.

²⁵ Foi prefeito de Ituiutaba de 1908 a 1911.

Mantendo uma economia de base agropecuária, como baixa complexidade, comércio local incipiente (apenas em seus distritos), em Ituiutaba ascende uma elite de base rural que criava, sobretudo, bovinos (presentes em cerca de 95% das propriedades, em 1920) sendo o latifúndio a característica fundamental. Essa elite captura a dinâmica política local da época e passa influenciar a orientar a organização e desenvolvimento local (GUIMARÃES, 2010).

Nesse sentido, sabendo do patrimonialismo brasileiro, não é difícil elucidar as características que marcaram esse período, bem como as marcas que foram inscritas na sociedade tijuana. Ressaltamos, ainda, que a elite rural não apenas surge neste momento, mas ganha poder político, devido à consolidação do município, assim, recebendo expressão a partir da indissociabilidade de sua atuação e o poder municipal.

Tendencialmente conservadora, a elite concentrava o capital em suas mãos, não investindo e/ou diversificando sua área de atuação, sendo a pecuária representativa da produção neste momento. Assim sendo, a cidade de Ituiutaba, até meados da década 1920, pouco ou nada apresentou de dinamização urbana. A circulação de produtos na cidade limitava-se a bens básicos.

Até o período citado anteriormente, tendo relevância, foram realizadas na cidade de Ituiutaba:

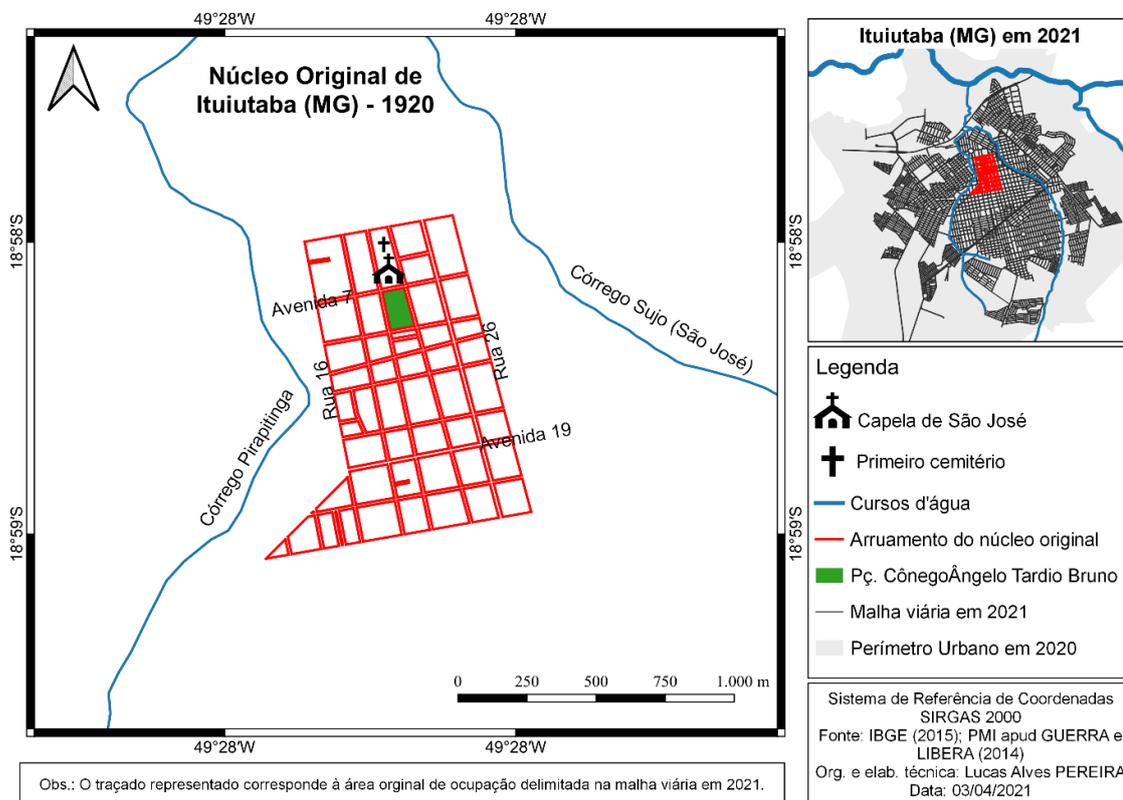
a) a construção do edifício da Câmara Municipal (1901); b) o serviço de água canalizada para consumo da população (1904); c) o serviço de iluminação pública, pelo sistema de lampião a gás acetileno (1905); d) a edição do primeiro jornal impresso Vila Platina (1907); e) a instalação do Grupo Escolar Vila Platina (1910); f) a inauguração do Cine Santo Antônio (1912) e g) a instalação da primeira linha telefônica (1913) entre a fazenda do Salto, rio da Prata, e a residência do Sr. Joaquim Teodoro de Carvalho (CHAVES, 2016, p. 20).

Dentre investimentos na cidade até o ano de 1930, podem ser citados: a fábrica de cerveja “Estrela” (com duração de dez anos, de 1910-1920) e o maquinário para beneficiamento de arroz e algodão e uma indústria de banha, salsichas, mortadelas e salames, que funcionou de 1925 a 1930 (NOVAIS, 1974). Assim, a indústria mostrava-se muito incipiente e pouco promissora, em virtude das limitações locais.

Notadamente, os serviços e comércios citados estavam, em grande medida, localizados no entorno de seu marco inicial, a capela, então elevada à Igreja de São José. As ruas demarcadas desde então compõem o núcleo formador da cidade (Mapa 3), formatando a ocupação a partir da reprodução do traçado original. De acordo com Chaves (2016), a partir de 1914 foram criadas as ruas denominadas por números (permanecendo até a atualidade); assim,

o núcleo original com maior ocupação estaria confinado entre as atuais avenidas 7 e 19 e as ruas 16 e 26, sendo o restante pouco habitado pela população.

Mapa 3: Núcleo de ocupação original da cidade de Ituiutaba, na década de 1920



Fonte: Guerra e Libera (2014). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

Tendo recebido suas terras por doação, a Igreja (católica) foi detentora de ampla extensão da área originária da cidade. Até 1911, a Igreja foi o grande agente organizador do espaço “urbano” em Ituiutaba, em certa medida, orientando os direcionamentos e a ocupação na área urbana (OLIVEIRA, 2003). A figura representativa dos interesses da Igreja foi o Padre Ângelo Tardio Bruno, que chegou ao então povoado em 1883, e, desde então, foram elaborados: o primeiro traçado que delimitou o arruamento, o ordenamento das quadras e a liberação das licenças para construção no patrimônio da Igreja (CHAVES, 2016).

A partir de meados de 1911, o papel da Igreja na organização do espaço é desafiado pela ocupação irregular de parcelas do solo, assim permanecendo durante as próximas décadas (Figura 9), até que a Prefeitura regularizasse essas ocupações e adquirisse demais terras da Igreja, em 1950 (CHAVES, 2016).

Figura 9: Visão aérea de Ituiutaba (MG), em 1938



Fonte: Fundação Cultural de Ituiutaba (2002). Org.: Oliveira e Soares (2002).

Neste intervalo de tempo, a dinâmica econômica local também adquire novos contornos, além daqueles vinculados à produção agropecuária.

Para tanto, no final da década de 1930 e em meados de 1940, o garimpo de ouro e diamante no rio Tijuco se afixou como catalisador econômico em Ituiutaba (MG) por aproximadamente 10 anos, atraindo aventureiros, muitos de origem nordestina (PMI, 2001).

Em síntese, no contexto político e socioeconômico, Ituiutaba, desde sua gênese até o final da década de 1930, mostra-se extremamente pautada na pecuária extensiva e com a formação de uma elite rural ativa e conservadora politicamente, sobretudo por figuras e famílias que ainda marcam a cidade com seus nomes. Dentre os usos que perfazem sociabilidades sobre os espaços urbanos relevantes, temos o religioso, pautado na Igreja Matriz, e os encontros no Jardim da Igreja, bem como nas “vendas” da cidade. Ao final dessa mesma década, diretamente o garimpo emerge com sua participação na economia; também indiretamente, devido à chegada de imigrantes que vieram em busca das pedras encontradas na região. Deste contingente migratório, alguma parte se estabeleceu na cidade, fornecendo bases para o crescimento da produção agropecuária nas décadas seguintes.

A ocupação da área que viria a ser urbanizada, ainda que disposta em quadras retangulares (padrão ortogonal), o que faz parecer organizada, ocorre, em certa medida, consoante com a falta de regularização. A Igreja, como detentora das terras, foi o principal

agente organizador do espaço, distribuindo as edificações de acordo com seus interesses. É interessante evidenciar que a propriedade da terra urbana não tinha a importância que vemos hoje. Logo, esta área do núcleo original é extrapolada, e, no decorrer do final da década de 1930, as margens dos córregos passam a sofrer maior ocupação.

Para compreendermos a urbanização de Ituiutaba a partir da década de 1940, faz-se necessário evidenciar a dinâmica demográfica nos 20 anos anteriores, quando a população total do município (de 20.772 habitantes, em 1920) aumenta 68,75% em duas décadas, chegando a 35.052, em 1940. Porém, se considerado apenas a cidade (sede), houve decréscimo. Em 1920, a cidade de Ituiutaba possuía 1.992 habitantes, caindo para 1.424, no ano de 1940, tendo redução de 28,51% (IBGE, 2011).

Considerando esses dados, bem como a relevante população urbana dos distritos que compunham o município de Ituiutaba, Oliveira (2013) indica que

a população da cidade representou 32,69% da população urbana municipal, o que implica aceitar que as vilas dos distritos possuíam relevância para a organização territorial e para as dinâmicas espaciais do município, principalmente no atendimento das demandas oriundas das atividades agropecuárias. As limitadas interações espaciais entre distrito e cidade influenciaram a organização e o desenvolvimento das vilas, pois a concentração de pessoas e de estabelecimentos comerciais trazia a necessidade de incremento das vilas distritais, mesmo que estas dependessem da cidade; explica-se, assim, o crescimento econômico e populacional dessas localidades, que mais tarde culminaria nas emancipações municipais (OLIVEIRA, 2013, p. 213).

Nesse sentido, o período que antecedia os anos de 1940 foi marcado pelo pequeno desenvolvimento dos distritos, pautado na agropecuária, mais precisamente as vilas no município de Ituiutaba procurando fornecer produtos básicos a seus residentes. Ainda que limitado, esse desenvolvimento foi o suficiente para fazer com que certa autonomia fosse estabelecida, ou mesmo procurada, a partir dos processos de emancipações nas décadas seguintes.

Observando os dados da população economicamente ativa em 1940, juntamente aos números de estabelecimentos comerciais entre 1920 e 1940, bem como os prédios industriais em 1940 (IBGE, 1950), Oliveira (2013) reflete sobre a composição e relação entre os setores econômicos:

O significativo peso das atividades agropecuárias para a economia da cidade foi representado na estratificação da população economicamente ativa de 1940, quando Ituiutaba (MG) tinha 8.634 pessoas ocupadas nessas atividades, totalizando 93,04% da PEA municipal; em seguida vinha a indústria de

transformação, com 359 pessoas (3,87% do total), e o comércio, com 287 pessoas (3,09% do total). [...] Nesse contexto, é possível afirmar que a estrutura comercial de Ituiutaba (MG) era bastante reduzida. Apesar do aumento no número de estabelecimentos comerciais (273,13%), que passou de 67 para 183 no período entre 1920 e 1940, a proporção do número de estabelecimentos para o total de habitantes continuava pequena. [...] O reflexo do pequeno desenvolvimento econômico também se fazia perceptível na atividade industrial de Ituiutaba (MG), que era embrionária e somava 28 estabelecimentos em 1940. Cada estabelecimento possuía, na média, 5,07 pessoas ocupadas, indicando que se tratava de pequenas indústrias com produção limitada, voltadas para o processamento dos produtos agrícolas da região, sem incorporação tecnológica (OLIVEIRA, 2013, p. 213; 214; 216).

Em se tratando da (fraca) industrialização no município de Ituiutaba, é salutar relembrar que, mesmo em baixos números, estes se concentravam mais especificamente localizados na sede do município e vinculados ao beneficiamento da produção agropecuária, como no caso dos grãos (arroz e milho) e dos derivados de proteína animal (leite, carnes e embutidos). Neste contexto, em meados de 1938 tiveram início as atividades desenvolvidas pela família Baduy, que

perdura até os dias atuais [...] Se transformou em indústria pioneira, em atividade sempre contínua, evoluindo sempre na tradicional e respeitável Indústrias Fazendeiras, que congregava: várias máquinas de beneficiar arroz, máquinas de beneficiar algodão, fábrica de óleos vegetais (algodão etc.), fábrica da afamada manteiga “Fazendeira” [...], pasteurização de leite etc. (NOVAIS, 1974, p. 35).

O grupo familiar Baduy foi fundamental, por ocupar, em larga medida, o protagonismo no incipiente crescimento econômico local a partir da produção e relativa diversificação de suas empresas. Sua importância advém também da duração de suas operações, tendo em vista que, mesmo atualmente (2021), a empresa atua em diversos setores da economia local e teve, historicamente, papel decisivo nos direcionamentos de Ituiutaba, beneficiando-se e impulsionando os ciclos econômicos locais e microrregionais.

No entanto, mesmo com a participação sólida da família citada, a partir de 1940 a economia local manteve-se fortemente vinculada à agropecuária e ao setor primário, sendo a oferta de bens e serviços relacionados às necessidades básicas da mão de obra e das propriedades. Isso manteve-se durante as três próximas décadas, em que pouco se industrializou, muito devido à falta de infraestrutura que baseasse este setor, principalmente pela insuficiência de energia elétrica, bem como pela incapacidade de concorrer com a “indústria paulista”.

Da mesma forma que a integração rodoviária pela BR-365 trouxe melhores condições de recebimento e distribuição de produtos e pessoas, incorporando dinâmica na região, esse fato

fez, também, com que a indústria local fosse incapaz de se desenvolver plenamente, pela facilidade com que produtos mais baratos vinham de São Paulo, tornando a produção industrial local limitada, devido ao suprimento do mercado interno.

Se neste momento a integração inviabilizou a indústria local, de outro modo, fez com que Ituiutaba se tornasse um entreposto, principalmente a seus distritos (ainda que limitada, nos mais distantes) e com pouca expressão fora dessa abrangência (externa a seus distritos). Essa dinâmica fez com que a autonomia dos distritos se mantivesse limitada, consolidando a dependência da cidade de Ituiutaba, devido à sua função de entreposto.

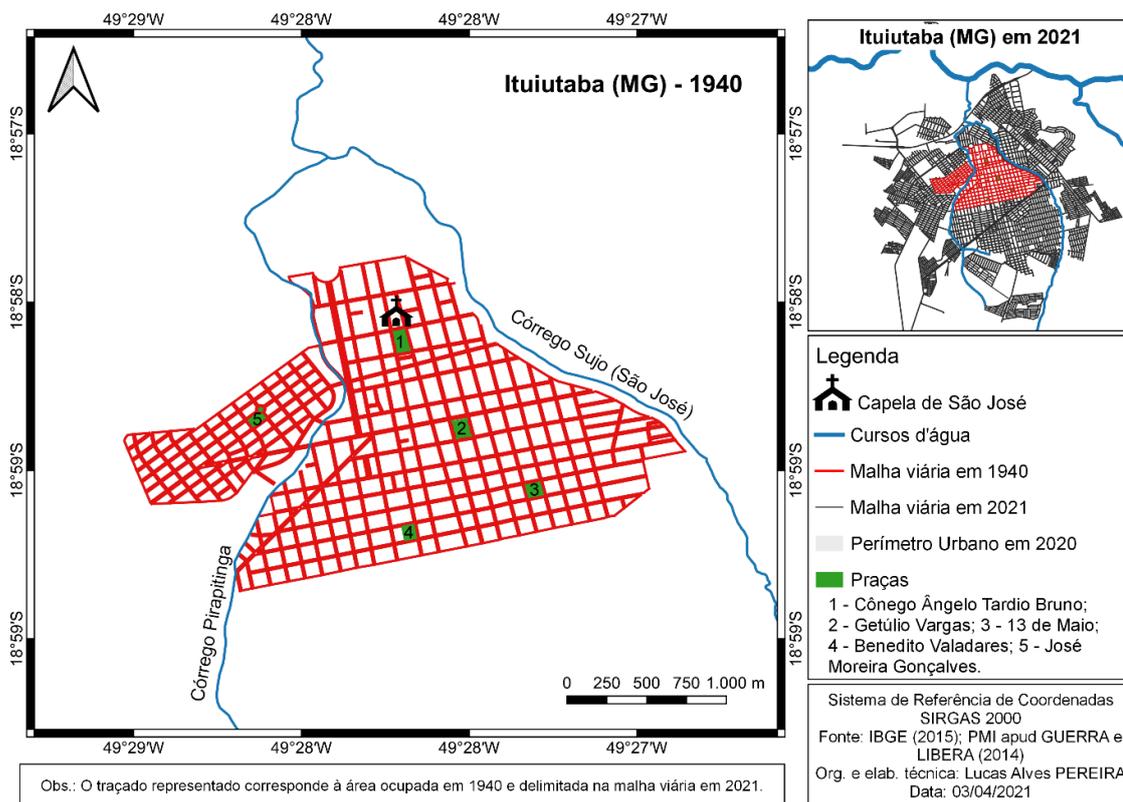
Assim, até então o município de Ituiutaba apresentava-se como relevante produtor agropecuário, sobretudo devido à produção localizada em seus distritos, com forte aptidão na criação bovina de maneira extensiva, onde também a cultura agrícola de cereais começa a ganhar terreno, indo além do autossustento das propriedades rurais, tornando-se importante no contexto local.

Com a produção agropecuária fortalecida dentro dos parâmetros locais, a cidade sede do município passa a figurar como lugar destinado a receber produtos industrializados vindos de outras áreas e a abastecer seu entorno próximo, bem como passa a fornecer serviços e comércio que capturaram os capitais provenientes da agropecuária dos distritos, impulsionando, assim, seu setor terciário, e, conseqüentemente, aumentando sua dinâmica urbana dentro do contexto microrregional com base no comércio e serviços tipicamente de natureza urbana.

Ocorre o aumento do número de estabelecimentos voltados para a oferta de serviços, bem como a chegada de novos habitantes. Considerando que a população citadina vai de 4.356, em 1940, para 9.711, em 1950 (IBGE, 2010), a malha urbana, ao final da década de 1940²⁶ (Mapa 4), é acrescida com mais um bairro. As margens dos córregos foram ocupadas e já começam a ser extrapoladas. O então “Bairro Centro” se expandiu no sentido sul, preenchendo a área entre os córregos, enquanto do outro lado do Pirapitinga, a oeste da Igreja São José, é instituído o Bairro Platina. De acordo com Chaves (2016, p. 37), o referido bairro foi aprovado e registrado como forma de incentivar a ocupação urbana de maneira regular, “haja vista que a ocupação irregular foi uma prática usual até a década de 1970 e, por isso, muitos bairros foram abertos sem a licença da prefeitura”. No entanto, mesmo com essa iniciativa, nos anos seguintes foram observados moradias e loteamentos irregulares.

²⁶ A fonte utilizada para elaboração do mapa utiliza como marco temporal apenas a década de 1940, não identificando exatamente o ano; mas, se levado em consideração o número de habitantes em 1940, torna-se impossível imaginar este acréscimo na malha urbana desde 1920, já que a população reduziu. No entanto, se levarmos em conta que, durante a década de 1940, mais precisamente, na segunda metade dessa década, a cidade se dinamiza melhor, acreditamos que esta malha se identifica melhor com o final dos anos 1940.

Mapa 4: Malha urbana da cidade de Ituiutaba (MG), na década de 1940



Fonte: Guerra e Libera (2014). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

Sobre as características da ocupação urbana ocorrida durante a década de 1940,

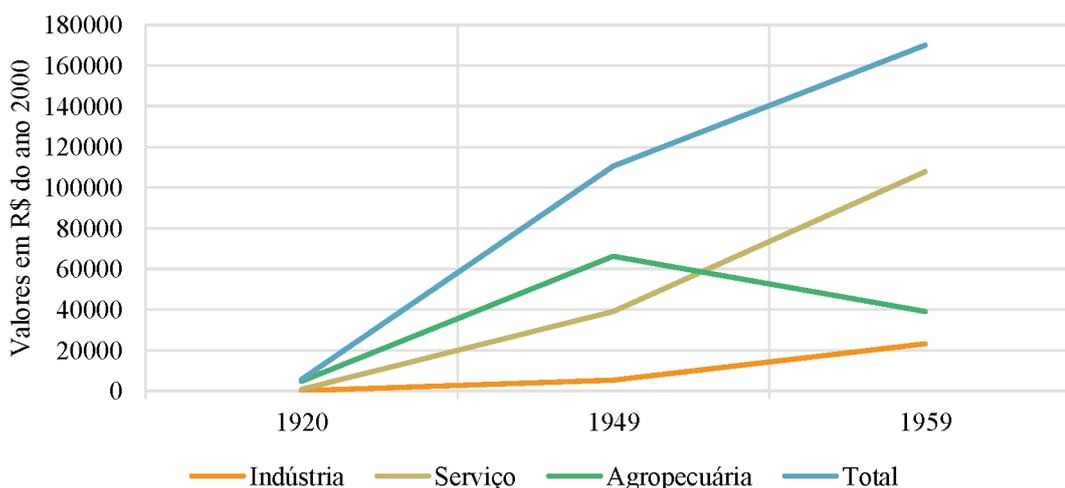
a implantação dos bairros [com as respectivas moradias] às margens do córrego Sujo foi realizada pela população de baixa renda trabalhadora das lavouras, sendo fundamental para alavancar a superação deste limite físico da cidade, impulsionando uma futura ocupação no sentido Leste. Assim, a cidade amplia os seus limites e surgem as primeiras adaptações no traçado ortogonal presente na região central, caracterizada por quadras com dimensões 100X100, e passa-se a estabelecer um novo padrão de ocupação para a maioria dos novos parcelamentos da época, os quais são caracterizados por quadras retangulares de dimensões 60X120 e lotes com menores áreas, que será padrão nos novos loteamentos urbanos. Esse aspecto de manutenção da malha ortogonal foi fundamental para conexão dos novos loteamentos à região já consolidada. Com relação aos espaços livres, neste período, eram considerados parte essencial na composição do traçado, estando presentes além do bairro histórico. Definiam, por tanto, o padrão morfológico característico do período, promovendo a apropriação do espaço público, sejam eles funcionais ou estéticos (GUERRA; LIBERA, 2014, p. 8).

Ao final da década de 1940, a estagnação econômica urbana começa a se modificar, como é observado por Oliveira (2013, p. 205) ao indicar que “expansão da estrutura comercial da cidade de Ituiutaba (MG) se tornou mais nítida a partir da década de 1940, devido às

transformações nas dinâmicas populacionais, comerciais, agrícolas e industriais do município”. Demograficamente, ocorre aumento populacional, saindo de 4.356, em 1940, para 9.711²⁷ habitantes em áreas urbanas, em 1950 (IBGE, 1954). Esse fato contribuiu para a elevação do Produto Interno Bruto (PIB) relacionado às dinâmicas urbanas.

Com o setor terciário apresentando relevantes e constantes ampliações no PIB local (Gráfico 1), ocorrendo, inclusive, a inversão entre os montantes produzidos na agropecuária pelos serviços no período entre de 1920 a 1960, ocorre um duplo movimento: os capitais provenientes da agricultura passam a circular em maiores fluxo na cidade, devido, especialmente, ao pagamento de salários e ao atendimento de demandas (básicas) dos funcionários. Insistimos que, até então, a maior parte da mão de obra ainda estava atrelada ao setor agropecuário, principalmente à cultura do arroz, que exigiu maior contingente. Assim, o único setor em que houve decréscimo de capitais foi o agropecuário, e isso tem relação explícita com a emancipação de dois distritos do município de Ituiutaba, sendo eles: Santa Vitória e Capinópolis.

Gráfico 1: PIB por setor econômico, em Ituiutaba (1920, 1949 e 1959)



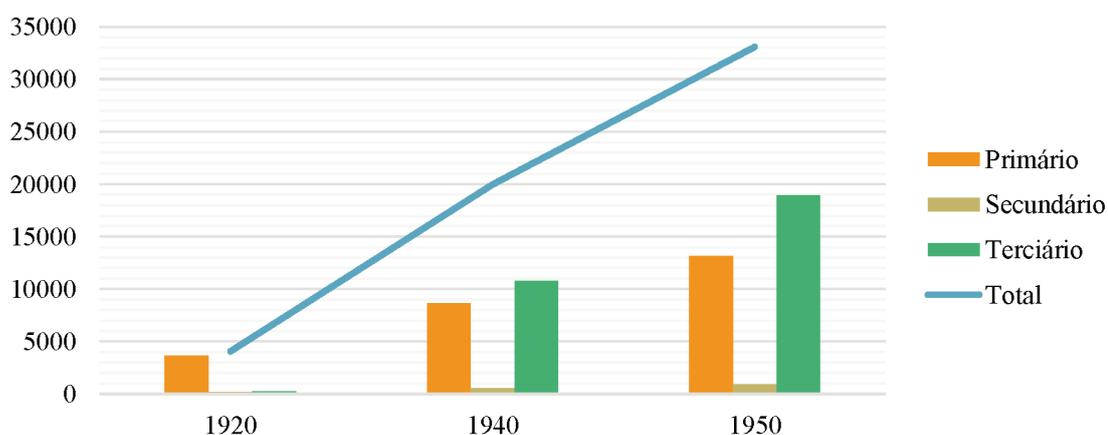
Fonte: IPEADATA (2013). Org.: Oliveira (2013). Adapt.: Lucas Alves Pereira (2021).

Assim, durante o período compreendido entre 1920, 1940 e 1950 também ocorreu aumento substancial da população ocupada no setor terciário (Gráfico 2), marcadamente urbano. Destaca-se a década de 1940 como marco da virada, apresentando o número de 10.784 pessoas ocupadas em serviços no setor terciário, representando um acréscimo de 4757,65% e aumento total de 391,45%% das pessoas ocupadas, nos três setores. Para a década de 1950, o

²⁷ Nesse censo, foram considerados “quadro urbano” e “quadro suburbano”.

crescimento se manteve (75,79%), comprovando o aumento da complexidade da dinâmica municipal em Ituiutaba. Deve-se considerar que, mesmo ocorrendo a emancipação de Santa Vitória neste período, o setor primário conseguiu aumentar em 52,38%. Ressalta-se que o referido setor recebia grande participação do município emancipado.

Gráfico 2: População ocupada por setores da economia, em Ituiutaba (MG), entre os anos de 1920, 1940 e 1950



Fonte: IPEADATA (2013). Org.: Oliveira (2013). Adapt.: Lucas Alves Pereira (2021).

Assim, a dinâmica urbana das atividades e pessoas ocupadas na cidade de Ituiutaba modifica-se substancialmente, até a chegada 1950.

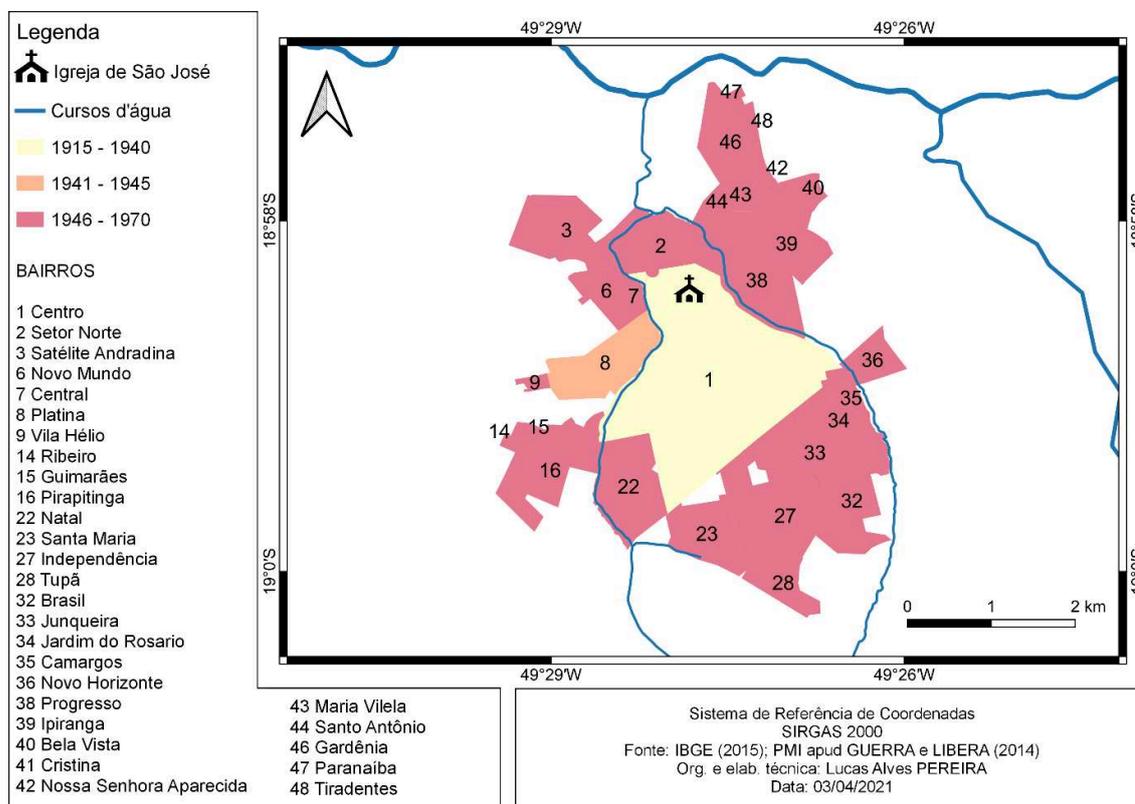
O crescimento populacional, o aumento de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas e o desenvolvimento comercial de Ituiutaba (MG) ao longo das décadas de 1940 e 1950 devem ser atribuídos à expansão da produção de arroz na MRG, pois esta era uma atividade que exigia mão de obra para plantio, manejo e colheita da safra, além demandar a utilização de insumos agrícolas na produção, o que catalisou a migração de trabalhadores e o avanço do comércio ligado à agricultura. A ampliação do mercado consumidor, com a chegada dos migrantes, e o aumento de capital disponível para investimentos na cidade, devido aos excedentes do arroz, possibilitaram o surgimento de uma estrutura comercial mais complexa em Ituiutaba (MG), que passou a contar com mercearias, farmácias, escolas de ensino técnico, escolas privadas, profissionais liberais (advogados, agrônomos, engenheiros, profissionais da saúde), lojas de roupas e calçados, oficinas e lojas de peças para máquinas e veículos, instituições de crédito, lojas de eletrodomésticos, lojas de móveis, prestação de serviços, além dos estabelecimentos de produtos agropecuários. Também foram instaladas e/ou ampliadas infraestruturas básicas (água, esgoto, pavimentação de vias e calçadas, energia elétrica, iluminação e telefonia pública) e construídos prédios públicos, pista de aviação, escolas, praças e quadras de esportes (OLIVEIRA, 2013, p. 230-231).

Oliveira (2013) segue ainda dizendo sobre a cultura do arroz, seu beneficiamento e a forma como seu circuito produtivo incorporou demandas urbanas impactou diretamente na

produção do espaço urbano de Ituiutaba, tendo em vista que “à medida que o capital fixo e os fluxos gerados foram sendo incorporados à cidade, mediante a implantação de infraestruturas, a ação do mercado imobiliário, com a abertura de loteamentos e a construção de edifícios” (OLIVEIRA, 2013, p. 31).

Assim, a ocupação dos bairros até então constituídos se consolida e novas áreas são incorporadas ao tecido urbano (Mapa 5). Novamente, as margens da cidade foram ocupadas pelos migrantes, com destaque para os bairros Progresso e Natal. Sobretudo no bairro Progresso, de acordo com Oliveira (2003), a figura do nordestino foi tão intensa na cidade, a ponto de materializar-se no espaço urbano da cidade. As pensões que os recebiam, e as ruas comerciais, adquiriram expressões de referência e territorialidade.

Mapa 5: Ituiutaba (MG), com os respectivos bairros implantados até 1970



Fonte: Oliveira (2003). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

Na representação da morfologia urbana de Ituiutaba em 1960, os bairros têm sua respectiva aprovação nas seguintes datas (OLIVEIRA, 2003): Tupã (1952), Santa Maria (1952), Santo Antônio (1952), Vila Progresso (1953), Vila Maria Vilela (1953), Marta Helena (1953), Independência (1954), Vila Hélio (1954), Alcides Junqueira (1954) e Novo Horizonte (1955).

Tratamos como aprovação, devido ao fato de que alguns bairros, como São José e Gardênia, já eram ocupados desde a década anterior, mas essa ocupação ainda não havia sido regularizada.

[...] esses loteamentos não foram ocupados, após sua aprovação. A ocupação destes ocorreu de modo lento e gradual, fato que conteve a abertura de novos loteamentos na década de 1960, já que grande parte das por famílias de baixa renda direcionaram-se para os loteamentos irregulares da cidade, um exemplo de ocupação irregular é o bairro Progresso, [que] recebeu uma grande demanda de imigrantes (GUERRA; LIBERA, 2014, p. 10).

Em um processo desigual e combinado, a cidade de Ituiutaba se beneficia de sua posição, polarizando os fluxos vindo do entorno, a partir da busca por mercadorias e serviços necessários para a reprodução social, estruturando em seu sítio os equipamentos urbanos que faltavam às cidades vizinhas, sobretudo, os que permitam a sociabilidade. O desequilíbrio na presença e ausência desses elementos fundamenta uma relação de dependência das cidades menores e o crescimento de capital urbano (setores secundários e terciários) em Ituiutaba.

No ano de 1956, era possível encontrar: agência bancária (7), agência de estatística (1), área pública de lazer (praças e campos de futebol), assistência social (2), assistência técnica para agricultura (2), atendimento hospitalar (5 hospitais, totalizando 88 leitos), atendimento médico (19 médicos), biblioteca (3), campo de viação/aeroporto (1), cinema, correios e telégrafo (1), Ensino Fundamental, Ensino Médio (3), Ensino técnico (5), emissora de rádio (1), energia elétrica, hotel (7), jornal (2), livraria (3), pensão (11), posto de saúde (1), serviço de água encanada (36,2% das edificações da cidade), serviço de esgoto (70% das edificações da cidade) serviço telefônico, templos religiosos, tipografia (3), transporte coletivo intermunicipal, iluminação (aproximadamente 47% de toda a cidade). Sobre a quantidade de veículos, em 1955, a cidade contava com: 282 automóveis, 158 camionetes, 495 caminhões e 27 ônibus (OLIVEIRA, 2013).

A prosperidade vivida durante os anos do auge das lavouras de arroz, milho e algodão e a chegada do fluxo de trabalhadores, fizeram com que a cidade ganhasse dinâmica. O comércio concentrava-se durante esse período entre as ruas 20 e 22, as quais permaneceriam como principais vias nas décadas futuras. [...] O movimento dessas ruas passou a ganhar expressão nos sábados. Nestes dias, as fazendas foram criando o costume da “feira”, e, com isso, os trabalhadores iam para a cidade em caminhões, carroças e até a cavalo, a fim de fazerem suas compras (OLIVEIRA, 2003, p. 63).

A década de 1950 foi, então, de consolidação da cidade de Ituiutaba como um centro, juntamente ao seu entorno de cidades, promovendo o desenvolvimento de infraestruturas urbanas e comerciais e aumento demográfico, devido à necessidade de mão de obra. Esses fatos

foram desencadeados pelo impulsionamento econômico e produtivo promovido pelo arroz. Complementarmente, a pecuária firmava vínculos mais distantes e dava expressividade à cidade, por conta dos montantes produzidos.

Resultado do processo desenvolvido ao longo das duas últimas décadas, a produção agropecuária se mantém em crescente, tanto na produção de grãos (principalmente o arroz) quanto com destaque para a criação de gado, que extrapola na região em que Ituiutaba está inserida. A atividade pecuária tem alta expressão econômica, sendo Ituiutaba “um dos grandes centros de criação de gado [...], esse não só exportado, mas também abatido, concorrendo para a indústria de produtos alimentares” (IBGE, 1959, p. 307). Esse fato é complementado por Oliveira (2013) ao evidenciar que a quantidade de suínos em Ituiutaba superava em 140% as 50.000 cabeças que apenas alguns municípios possuíam.

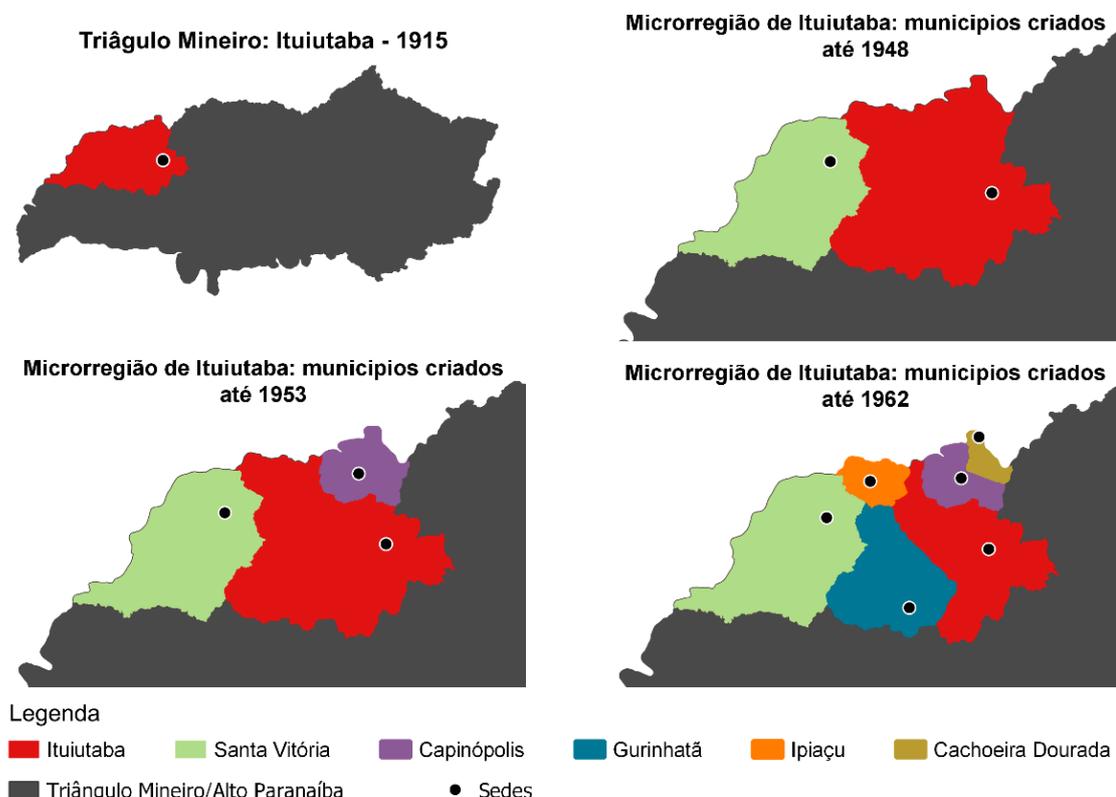
A dinâmica urbana, atrelada ao reinvestimento do capital proveniente do campo, então se fez presente. “Os capitais do campo e da cidade, pois a elite agrícola e urbana era a mesma, não existia separação entre esses grupos econômicos, de modo que a maioria dos investimentos [realizados na cidade] era feito por produtores rurais, principalmente os agricultores” (OLIVEIRA, 2013 p. 245). Para a compreensão desse movimento, é necessário identificar a agricultura e a pecuária como diferentes segmentos no circuito de capitais locais, cada um se realizando de maneira distinta, neste sentido, influenciando diferentemente na urbanização, pois o

perfil empresarial conservador dos pecuaristas atravancava a economia da região, uma vez que eles reinvestiam os excedentes de capitais, na maioria das vezes, na expansão das suas propriedades rurais ou na aquisição de imóveis urbanos, e não na estrutura comercial das cidades. A lógica da agricultura, porém, se estruturava de forma contrária à da pecuária, pois nela havia necessidade de mão de obra, de diversificação do comércio e serviços oferecidos e da pluralização empresarial, já que o baixo desenvolvimento tecnológico da produção agrícola tornava-a (sic) dependente das condições climáticas, transformando-a numa atividade de maior risco se comparada com a pecuária. Nesse sentido, na MRG de Ituiutaba (MG), os excedentes de capital oriundos da agricultura eram reinvestidos nas propriedades rurais, na aquisição de imóveis urbanos e também em estabelecimentos comerciais na cidade, visando garantir a diversificação de investimento e a segurança financeira do agricultor (OLIVEIRA, 2013, p. 241-242).

Encerrando a década de 1950 e no decorrer de 1960, essas características seguem dando contornos ao desenvolvimento do município de Ituiutaba e de sua microrregião. O capital agropecuário, circulando também entre os distritos, a partir de seu segmento, proporciona maiores ou menores dinâmicas urbanas, na medida em que é reinvestido ou inserido na produção do espaço urbano. Assim, novamente, os outros distritos de Ituiutaba encaminham

suas respectivas emancipações (Figura 10). Com a fragmentação de Ituiutaba, são elevados à condição de município: Gurinhatã e Ipiacu. Em Capinópolis, o distrito de Cachoeira Dourada se emancipa.

Figura 10: Fragmentação do município de Ituiutaba (MG) e Capinópolis (MG), de 1915 a 1962



Fonte: Oliveira (2013). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

Em 1962, findam as fragmentações ocorridas na microrregião de Ituiutaba, e desde então são mantidas as configurações territoriais, em grande medida, formalizando a divisão territorial, pelas especializações estabelecidas. Ituiutaba, como polo de sua microrregião, voltada para o setor terciário, com o secundário muito incipiente, mantém ainda o setor primário, a partir da agropecuária, com grande participação no PIB.

Nesta mesma década, ocorreu a culminância do processo de inversão da população ocupada entre os setores primários e terciários, com impactos ainda mais diretos na cidade, invertendo, também, a população do campo e da cidade. O número de habitantes da cidade, no período entre 1960 e 1970 (Tabela 1), aumentou 66,4%, enquanto no campo diminuiu 58,5%, chegando a uma taxa de urbanização de 72,22%, em 1970. Todos os municípios emancipados antes de 1960 (Santa Vitória e Capinópolis) apresentaram decréscimo populacional nas cidades.

Dentre os emancipados posteriormente, apenas Cachoeira Dourada apresentou relativo equilíbrio entre as populações do campo e da cidade, sendo esta característica devido ao fato de este município ter sua base econômica ligada à construção da Usina (hidroelétrica) de Cachoeira Dourada, em 1954.

Tabela 1: Demografia e taxa de urbanização da microrregião de Ituiutaba (MG), entre 1960 e 1970

	Situação / taxa de urb.	1960	1970	Taxa de crescimento
Ituiutaba	Urbano	28.254	47.021	66,4%
	Rural	42.452	17.635	-58,5%
	Total	70.702	64.656	-8,6%
	Taxa de urb.	39,96%	72,72%	32,76
Microrregião	Urbano	41.711	64.888	55,6%
	Rural	62.746	58.973	-6,0%
	Total	104.453	123.861	18,6%
	Taxa de urb.	39,92%	52,38%	12,46%

Fonte: IPEADATA (2021). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

Portanto, de acordo com o que foi discorrido nas páginas anteriores, podemos sintetizar o período concernente entre a gênese e o final da década de 1960, considerando seu desenvolvimento, desde a fundação e, marcadamente, após sua emancipação. A dinâmica proporcionada pelas culturas agrícolas – sobretudo pelo sistema produtivo do arroz, que demandava maior contingente de mão de obra –, bem como maquinário para o beneficiamento e veículos para transporte, foram responsáveis diretos pelo impacto na urbanização, tendo em vista a atração de migrantes para a cidade. Isso fez com que o capital agropecuário, antes restrito, em grande medida, à produção extensiva de gado, circulasse, fazendo com que, durante esse período, a cidade de Ituiutaba apresentasse crescimento em números superiores aos de qualquer outra cidade do Triângulo Mineiro.

Esse período, também foi marcado pelo fluxo migratório de sírio-libaneses, os quais fixaram colônia na região e foram fundamentais para impulsionar o comércio local, e investiram, também, na indústria ligada à produção agrícola, trazendo máquinas de beneficiamento de arroz, e assim receberam diferentemente dos nordestinos, o reconhecimento e o acolhimento dos ituiutabanos, estabelecendo-se uma ideia de segregação social (GUERRA; LIBERA, 2014, p. 9).

Com efeito, ao final da década de 1960 o impulso de desenvolvimento alavancado pela produção do arroz arrefece, devido aos impactos da crise que o país vivenciou neste período,

bem como pelas características dos incentivos para produção de grãos para a exportação e que demandavam baixa mão de obra. Além da inversão da população que residia no campo e na cidade, ocorreu, posteriormente, a dinâmica produtiva agropecuária, com os impactos da “Revolução verde”, trazendo a modernização agrícola, em diferentes escalas, em distintos lugares. Em Ituiutaba, não foi diferente, recebendo os impactos a partir dos elementos técnicos e tecnológicos, assimilados às culturas da cana-de-açúcar, e, principalmente da soja.

Essa nova dinâmica veio acompanhada das características provenientes do momento anterior, como o acréscimo significativo de população na sede municipal, vindo, não somente de seu próprio município, grande número de desempregados oriundos das “roças de arroz”, setor terciário voltado para o atendimento das necessidades da reprodução social, industrialização de baixa complexidade e ocupação irregular de áreas de cidade.

2.2 Da década de 1970 até o ano 2000

Devido à base econômica da cidade de Ituiutaba ser vinculada à produção agropecuária, a própria urbanização, até o momento, era indissociável dos capitais provenientes do campo. Estes carregaram consigo os investimentos em estabelecimentos urbanos, que vão desde residências a comércios e serviços diversos voltados para a reprodução social, sobretudo aos produtos utilizados no cultivo agrícola e pecuária.

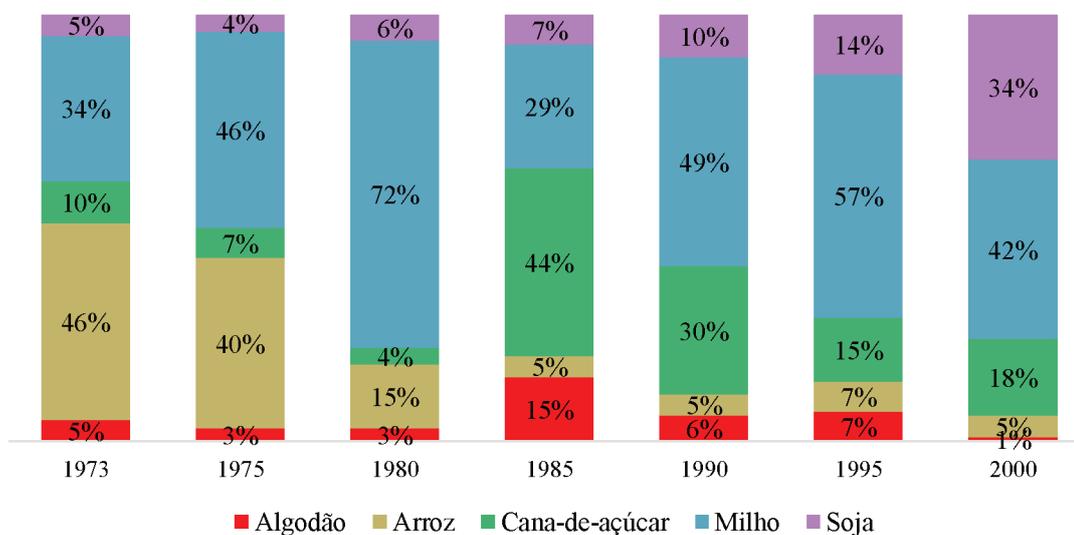
A partir da década de 1970, foi incorporado à produção agrícola o uso extensivo de amplas áreas ainda não cultivadas para produção de *comodities*, como a soja e a cana-de-açúcar. Nesse sentido, é intensificada a ocupação de áreas de cerrado, e também o uso intensivo de fertilizantes e defensivos químicos e mecanização, em amplo sentido, da cadeia produtiva agrícola voltada, sobretudo, para a exportação (OLIVEIRA, 2013).

Tendo por base a divisão territorial do trabalho produzida na microrregião de Ituiutaba desde as últimas décadas (dentro das limitações locais), a assimilação dessas inovações seguiu a mesma dinâmica, já imposta anteriormente. Devido à estrutura estabelecida, Ituiutaba concentrou o comércio de fornecimento de implementos e produtos necessários à produção não apenas de seu município, mas também dos vizinhos.

A modernização na produção agropecuária gerou transformações significativas e encontrou “terreno fértil” para sua incorporação em Ituiutaba. As terras que antes cultivavam arroz – que demandava mais capital devido à necessidade de mão de obra – deram espaço para o aumento da produção de milho (que já era cultivado, principalmente, como complemento da

pecuária), de soja e de cana-de-açúcar (Gráfico 3). Esta última ainda demandava mão de obra expressiva, sobretudo no corte, realizado manualmente e de intenso custo humano.

Gráfico 3: Participação por cultura agrícola na microrregião de Ituiutaba, no período entre 1973 e 2000



Fonte: IPEADATA (2013). Org.: Oliveira (2013). Adapt.: Lucas Alves Pereira (2021).

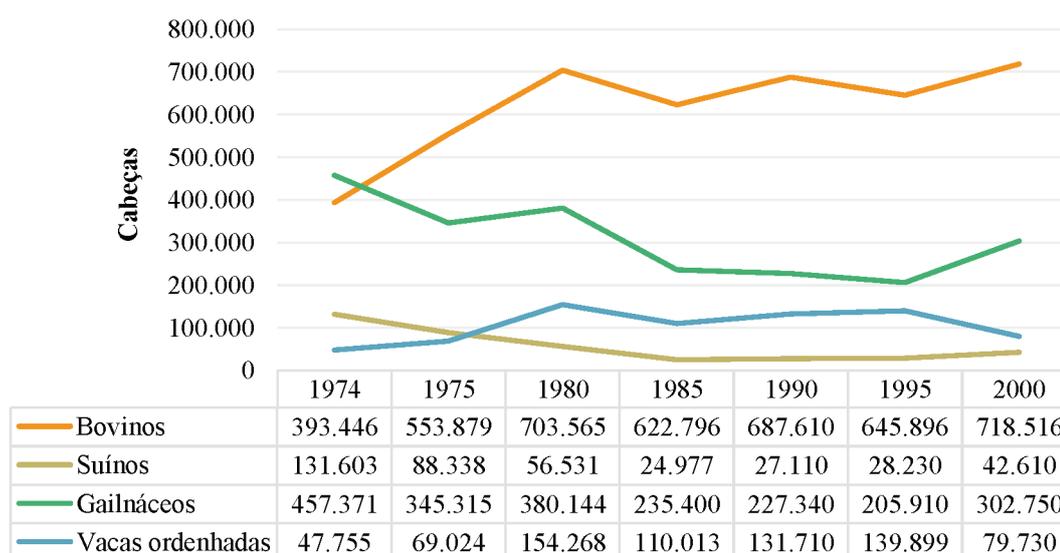
Segundo Oliveira (2013, p. 281-282), na microrregião de Ituiutaba, “a incorporação do meio técnico-científico-informacional na produção agrícola pode ser observada a partir da mudança da base técnica, com as inovações físico-químicas, mecânicas e biológicas”. O autor ressalta, ainda, que “a utilização da força mecânica, em detrimento do trabalho animal ou humano, é outra importante característica da modernização da produção agrícola” (OLIVEIRA, 2013, p. 285). Neste sentido, o número de tratores na microrregião, em 1970, vai de 793 para 1.874, em 1985, sendo que, na cidade sede, salta de 228, em 1970, para 559, em 1985 (IBGE (1970; 1998). Esses dados corroboram, então, para compreendermos que, ao mesmo tempo em que o campo se modernizava, aumentando sua produção, reduzia-se a participação da mão de obra. Esse processo impactou diretamente na dinâmica da economia urbana.

A criação de gado ainda se mantinha ocupando amplas áreas, ocorrendo de forma extensiva (pouca incorporação da modernização) e também aumentou seus números a partir da transição da agricultura do arroz, em vias de substituição do pelo milho, soja e cana-de-açúcar. Dessa forma, parte das terras desocupadas pelo arroz foram incorporadas à produção pecuária, bem como investimentos, que antes eram realizados na rizicultura, destinaram-se a outras áreas,

como a criação de gado. Como dito anteriormente, a elite rural, desde a formação do município, se pautou na pecuária, e, neste período, essas características são intensificadas.

Sobre a produção animal em Ituiutaba (Gráfico 4), destaca-se a criação de gado para corte e leiteiro. Entre os anos de 1974 e 1980, a criação de bovinos aumentou 78,82%; e, entre os anos de 1980 e 2000, apenas 2,12%, enquanto a quantidade de vacas para fins de produção de leite cresceu 223,05%, entre os anos de 1974 e 1980. Não houve crescimento entre 1980 e 2000, sendo que o montante de vacas ordenhadas teve uma redução de 47,39%.

Gráfico 4: Produção animal, em Ituiutaba, entre 1974 e 2000



Fonte: IPEADATA (2013). Org.: Oliveira (2013). Adapt.: Lucas Alves Pereira (2021).

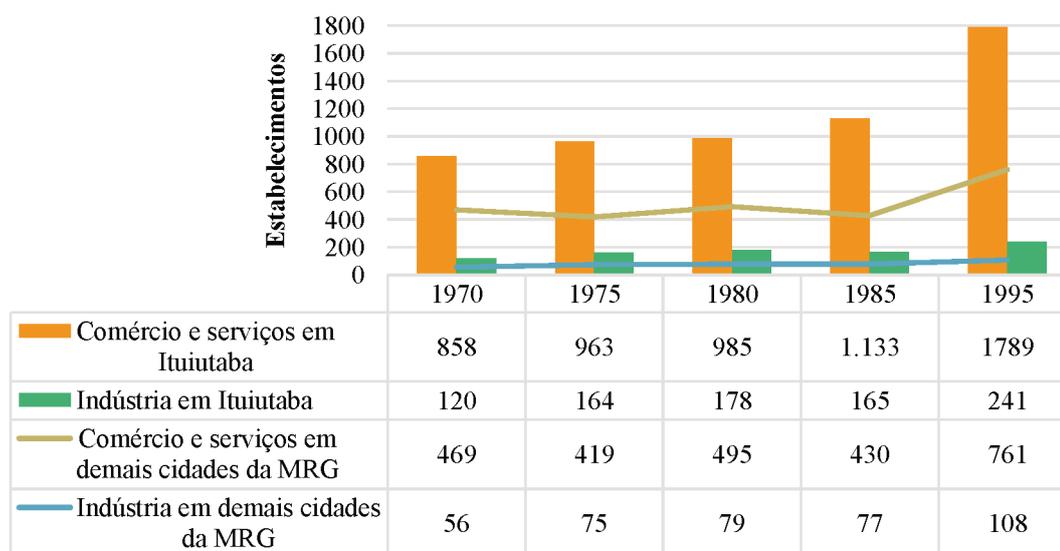
Observamos, então, que nos anos seguintes à redução do cultivo de arroz, a produção pecuária é ampliada, o que vem acompanhado pela presença de matadouros e de empresas de laticínios, colaborando para industrialização do município.

Portanto, podemos inferir que o gado leiteiro, que exige tanto maior mão de obra quanto maiores cuidados com alimentação e medicação do animal, teve seu ápice em 1980, quando 21,92% total de bovinos eram compostos por vacas leiteiras. O crescimento, neste período, é atribuído à instalação da empresa multinacional Nestlé, em Ituiutaba, no ano de 1976. De acordo com Oliveira (2003), esse impulso veio do aproveitamento da empresa em relação ao declínio da rizicultura, dessa maneira, fazendo com parte dos produtores de arroz investissem em gado leiteiro. Nessa perspectiva, a presença da referida empresa acabou por influenciar na modernização da produção.

É decantado que o processo de modernização agrícola no Brasil ocorreu de forma ampla, desde meados de 1970, juntamente ao avanço da agropecuária no cerrado, promovendo e consolidando, inclusive, a inversão entre a população do campo e a urbana. No oeste do Triângulo Mineiro, esse fenômeno se processou de maneira a manter a configuração da divisão territorial do trabalho previamente estabelecida. Ituiutaba, concentrando o comércio, neste momento dotado das inovações provenientes da “Revolução verde”, atraiu seu entorno, recebendo os capitais advindos do campo.

Em Ituiutaba, a partir de 1970, o número de estabelecimentos voltados para as atividades de comércio serviços aumentou 108,50%, chegando a 1.789, em 1995 (Gráfico 5). Já no mesmo período, o aumento médio do número de estabelecimentos das mesmas atividades, das demais, de sua microrregião, foi de 62,26%. Para a Indústria, no município de Ituiutaba, no período compreendido entre 1970 e 1995, houve acréscimo de 100,83%, e diferentemente de comércio e serviços, houve maior equilíbrio no número de estabelecimentos industriais de todos os outros municípios da microrregião (excetuando-se a sede), que aumentou em 92,85%, se aproximando dos números encontrados em Ituiutaba.

Gráfico 5: Estabelecimentos da indústria, comércio e serviços, em Ituiutaba, entre 1970 e 1995



Fonte: IPEADATA (2013). Org.: Oliveira (2013). Adapt.: Lucas Alves Pereira (2021).

Em um processo combinado, além de atender às demandas de sua microrregião, Ituiutaba recebeu boa parte da produção, devido à estrutura de silos e armazéns, agenciando a chegada de capitais externos à sua microrregião, retendo, assim, parte desses capitais na cidade.

Se, anteriormente, a dinâmica urbana de Ituiutaba era subsidiada pelos recursos e pela dinâmica produtiva da rizicultura, a relação entre mão de obra, salários e consumo, infraestrutura de depósito e transportes, a partir de 1980, com o declínio do arroz e a modernização na agricultura (nas culturas de milho, soja e cana-de-açúcar), foi aumentado a produtividade, e reduzida a necessidade de mão de obra, devido à incorporação mecânica à produção, o que alterou a dinâmica e as sociabilidades na cidade. Foram incorporadas mais pessoas a atividades econômicas urbanas; por outro lado, inicia-se um processo de aumento de pessoas desocupadas.

Ituiutaba (MG) se destacou entre as cidades que compõem a MRG, pois foi a que melhor absorveu os investimentos oriundos da produção agrícola na região e, conseqüentemente, a que mais se transformou. A cidade era responsável por acolher as demandas de toda região, oferecendo estrutura comercial e serviços especializados voltados para o campo (consumo produtivo), além de um conjunto de lojas e estabelecimentos de serviços que atendiam as necessidades cotidianas (consumo consumptivo) de toda população da MRG (OLIVEIRA, 2013, p. 305).

Dentre as atividades econômicas (Tabela 2), apenas a agropecuária teve seus números reduzidos no somatório dos municípios (excetuando-se a sede) da microrregião, tendo redução de 27,92% entre os anos de 1970 e 1990, enquanto Ituiutaba reduziu seu montante ocupado na agropecuária em 26,77%. Como a cidade de Ituiutaba mais bem desenvolvida (comparada ao entorno), ela apresentava-se como a melhor opção da microrregião capaz de receber a população vinda do campo, o que pode ser inferido observando os números das pessoas ocupadas na indústria, comércio e serviços.

Tabela 2: Pessoas ocupadas, por atividades, em Ituiutaba e na sua microrregião, entre 1970 e 1990

Atividade	Localização	Ano				
		1970	1975	1980	1985	1990
Comércio e serviços	Ituiutaba	2090	3224	4374	4709	5350
	Demais mun. MRG	713	880	1188	1244	1485
Indústria	Ituiutaba	932	1516	1987	2241	2429
	Demais mun. MRG	150	318	417	408	630
Agropecuária	Ituiutaba	5998	8242	5724	6781	4392
	Demais mun. MRG	16612	12013	18159	13614	11973

Fonte: IPEADATA (2013). Org.: Oliveira (2013). Adapt.: Lucas Alves Pereira (2021).

Sobre o movimento populacional de Ituiutaba (Tabela 3), a cidade não recebia todos os indivíduos vindos do campo, sendo eles dos municípios próximos ou mesmo de sua própria área rural. Alguns destes, por serem migrantes, voltavam à sua cidade de origem, ainda que parte de sua família optasse por ficar. Outros sujeitos, tendo perspectivas diferentes, iam para cidades maiores, ensejando oportunidades diferentes das encontradas no local. Ainda, uma fração menor foi para a cidade de seus próprios municípios, na microrregião.

Tabela 3: População em Ituiutaba e nos demais municípios de sua Microrregião, entre 1970 e 2000

População	Ano					Cresc. 1971-2010
	1970	1980	1991	2000	2010	
Rur. em Ituiutaba	17635	9107	6372	5238	4046	-77,06
Urb. em Ituiutaba	47021	65133	78205	83853	93125	98,05
Total em Ituiutaba	64565	74240	84577	89091	97171	50,50
Rur. demais mun. MRG	41338	18311	12424	9953	8291	-79,94
Urb. demais mun. MRG	17867	27765	33265	33662	37886	112,04
Total demais mun. MRG	59205	46076	45689	43615	46177	-22,00

Fonte: IBGE (2010). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

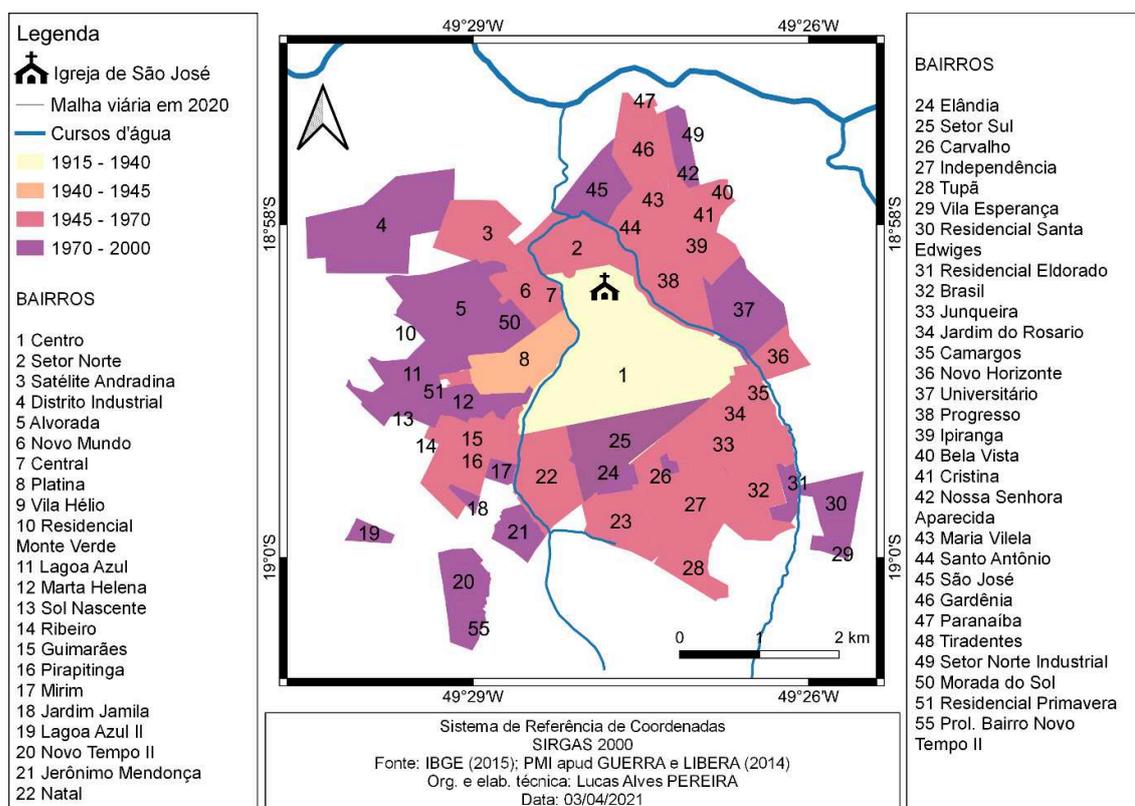
Daqueles que ficaram na microrregião, parte significativa teve como destino a cidade de Ituiutaba. Estes, participaram do acréscimo, tanto nas atividades econômicas da indústria quanto do comércio e serviços. Dessa forma, as pessoas ocupadas na indústria na microrregião tiveram aumento de 320% entre os anos de 1970 e 1990, saindo de 150 para 630. Já o número de pessoas ocupadas na indústria, em 1970, era de 932, e em 1990, contava 2.429 pessoas, contabilizando um aumento de 160,62%

Nas atividades de comércio e serviços, o montante dos municípios da microrregião contava com 713 pessoas em 1970, e 1.485 em 1990, apresentando crescimento de 108,27%. Por fim, demonstrando seu papel como polarizadora de sua microrregião, a cidade de Ituiutaba sai de 2.090 pessoas ocupadas nas atividades relacionadas ao comércio e serviços para 5.350 em 1990, aumentando em 156,00%. Ou seja, se considerarmos esse setor de atividades econômicas como sendo predominantemente urbano, a cidade de Ituiutaba, mesmo que diante da transição agropecuária (setor econômico impulsionador) do arroz para outros cultivos agrícolas, continua a incorporar dinâmica e a promover a urbanização em seu município.

No que se refere ao período que se inicia em 1970, as características de Ituiutaba tratadas nas últimas páginas intensificam-se ao longo das décadas e fomentaram uma urbanização

(Mapa 6) de ocupação densa, contígua e territorialmente identificada a partir da renda e do lugar de origem, sobretudo nos bairros criados até a década de 1980, que foram lentamente ocupados até então. Para Oliveira (2003, p. 112), “a massa recém-chegada em Ituiutaba foi direcionando-se para os loteamentos abertos entre as décadas de 1970/80 e para os espaços vagos, presentes nos loteamentos mais antigos da cidade, tais como os bairros Junqueira e Natal”.

Mapa 6: Ituiutaba, com os respectivos bairros implantados até o ano de 2000



Fonte: PMI (2021), Oliveira (2003), Oliveira (2013) e Miyazaki (2018). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

Considerando que os bairros criados até então não eram totalmente ocupados, o contingente populacional vindo do campo (de seu próprio município, mas também de toda sua microrregião), a princípio, não ocupou áreas para além daquelas já delimitadas dentro no perímetro urbano, o que orientou o tecido urbano a uma morfologia contígua. Entre os anos de 1945 e 1970, foram acrescentados 27 bairros ou conjuntos à cidade, enquanto que, de 1970 e 2000, um número inferior foi constatado, sendo 23, no total. Para termos uma ideia melhor da constituição dos bairros nessas três décadas, devemos considerar que: de 1971-1980, foram instituídas oito unidades, sendo que, destas, duas eram distritos industriais; de 1981-1990, foram instituídos 11 bairros ou conjuntos; e, entre 1991-2000, apenas três.

No entanto, o fato de primeiramente ocupar áreas previamente estabelecidas não pode ser evidenciado como qualitativamente positivo para aqueles que chegaram, se observadas as questões relacionadas à infraestrutura (OLIVEIRA, 2003). Essa população demandou novas obras ao poder público municipal, para que suas necessidades fossem atendidas.

Sem planejamento, a estrutura espacial e de saneamento ficaria a desejar e, nesse sentido, o deslocamento do trabalhador rural significou para muitos um choque e um novo desafio, ao chegar à cidade. O direcionamento de muitas dessas famílias recém-chegadas teve de ser as periferias, cujos loteamentos regulares, foram ocorrendo paulatinamente (OLIVEIRA, 2003, p. 106).

Como dito anteriormente, a ocupação da cidade de Ituiutaba, nessas décadas, foi territorialmente delimitada. Sobre esse aspecto, Duarte (2001) explica que

Nas regiões centrais ou próximas ao centro da cidade, além daquelas famílias que compõem a elite agrária, fixaram-se componentes das camadas médias, como os profissionais liberais, os comerciantes, os profissionais de ensino e os funcionários públicos tecnicamente mais bem qualificados. A presença dos migrantes rurais nestas “beiras da cidade” – aqui representadas pelos bairros Natal e Junqueira – contribuiu para que nas últimas três décadas [1970-2000] essas antigas vilas fossem recebendo infra-estrutura adequada, como esgoto sanitário, energia elétrica, asfaltamento de ruas, rede de telefonia e postos de saúde (DUARTE, 2001, p. 54).

Portanto, podemos atribuir como fatores de impacto para o aumento da complexidade da dinâmica urbana na cidade de Ituiutaba (a partir de 1970, indo até o ano 2000) dois elementos fundamentais. O primeiro deles, como ocorreu amplamente em todo o Brasil, é a inversão entre a população do rural e urbana. Sobre esse elemento, no contexto de Ituiutaba, vemos que essa inversão vem acompanhada da perda da importância do arroz, impactando diretamente na paisagem urbana e no trabalho. Ainda que a economia urbana estivesse pautada nas atividades de comércio e serviços ligados ao campo, mudou-se a tendência de fornecimento de produtos básicos à produção agropecuária e reprodução social para a oferta de mercadorias relacionadas à modernização agrícola, como fertilizantes, defensivos e maquinários. Assim, os galpões, como marca da cidade, passam a ser refuncionalizados, e mesmo a paisagem urbana é transformada. Neste primeiro elemento, podemos conferir efeito direto na forma urbana.

Em decorrência do primeiro elemento, o segundo é representado pela intensa chegada de novos moradores, vindos da própria microrregião, sobretudo do Nordeste. Essa população demandou investimentos urbanos, sobretudo em infraestrutura, colaborando também para a transformação da forma urbana. De outra forma, novos conteúdos foram incorporados, em decorrência da implantação de equipamentos públicos necessários à reprodução social, como

escolas, praças, parques etc., mas também privados, como comércio e serviços mais especializados. Como conteúdo mais complexo, diverso e conflituoso, a cidade de Ituiutaba consolida sua urbanização nos moldes capitalistas.

2.3 A partir do século XXI

Ituiutaba, já no início dos anos 2000, acompanhando o movimento da urbanização brasileira, segue aumentando sua população urbana, à medida que ocorre a redução das pessoas que residiam no campo (Tabela 4). Entre os anos 2000 e 2010, a população rural de Ituiutaba reduziu 22,75%, equivalente a uma diminuição de 1.192 pessoas, enquanto a população urbana aumentou em 9.272 indivíduos, demonstrando acréscimo de 11,05%. Considerando os números totais, o município de Ituiutaba cresceu em 9,06%, somando 8.080 residentes, no período citado (IBGE, 2021).

Tabela 4: População em Ituiutaba e nos demais municípios de sua Microrregião, no período entre 2010 e 2020

	2000	2010	Cresc. 2000 - 2010	Estimada em 2020 (total)	Cresc. (est.) 2010 - 2020
Rur. em Ituiutaba	5238	4046	-22,75%	105255	8,31
Urb. em Ituiutaba	83853	93125	11,05%		
Total em Ituiutaba	89091	97171	9,06%		
Rur. Demais mun. MRG	10167	8291	-18,95%	48614	5,27
Urb. Demais mun. MRG	33815	37886	12,03%		
Total demais mun. MRG	43982	46177	4,99%		

Fonte: IBGE (2021). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

De modo semelhante, os municípios da microrregião demonstraram comportamento aproximado do ocorrido em Ituiutaba. Estes, apresentaram perda de 18,95% de sua população rural (1.876 pessoas) e acréscimo de 12,03%, chegando a 4.071 residentes em suas respectivas cidades. Porém, de outra forma, em números totais, houve crescimento menor (4,99%) do que o da cidade sede da microrregião (9,06%), que se deve ao fato da redução de 9,13% (560 habitantes) da população geral de Gurinhatã (IBGE, 2021).

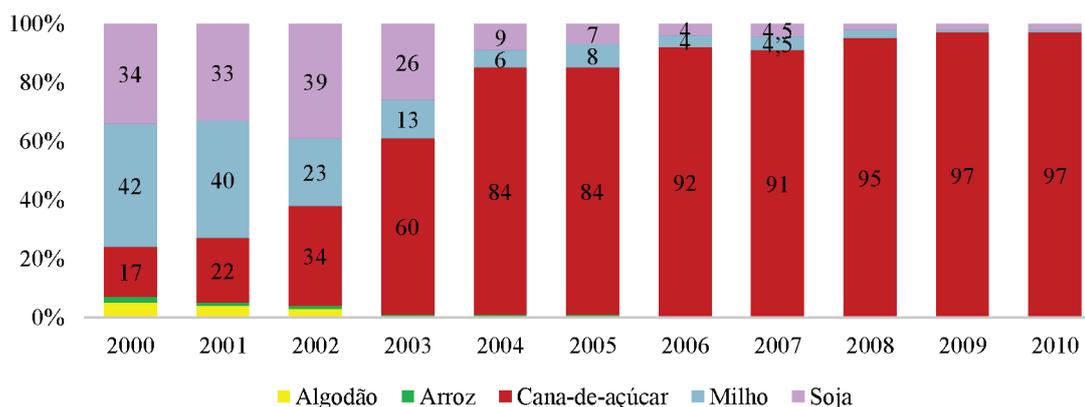
Isso permite-nos afirmar que, desde os anos 2000, um relativo equilíbrio é percebido no movimento de fixação entre as cidades da microrregião de Ituiutaba. O fluxo, tendo como destino a moradia, já não se apresenta mais como era no passado, pois as cidades dos municípios de seu entorno conseguem atender às demandas rotineiras de sua população, sobretudo, pelo

fato de que, mesmo que de maneira incipiente nestas cidades, as tecnologias incorporadas ao cotidiano permitem o distanciamento de certos serviços.

Neste sentido, com base nos dados apresentados, vemos que a dinâmica iniciada desde meados da década de 1940, na microrregião de Ituiutaba, com a captura de população para a cidade sede, arrefece no início deste século. O intenso movimento de expulsão da população residente no campo, que impactou significativamente todo o Brasil desde as décadas de 1960-1970, ainda tem efeito, considerando a média da evasão do campo apresentada anteriormente.

Esse efeito pode ser traduzido, principalmente, pelo cultivo de cana-de-açúcar, que toma as áreas do interior paulista e o Triângulo Mineiro, tendo forte expressão na microrregião de Ituiutaba (Gráfico 6). A cana-de-açúcar domina, em larga escala, a produção agrícola em todos os municípios, nesta região. Se, nos anos 2000, a produção de milho sobressaía às demais, nos anos seguintes é percebida uma tomada da produção de cana-de-açúcar, em meados de 2004, tinha 84% sobre a produção agrícola total. Desse período em diante, o que se vê é a ampliação dessa produção.

Gráfico 6: Participação das principais culturas agrícolas na produção total da Microrregião de Ituiutaba, entre 2000 e 2010



Fonte: IPEADATA (2013). Org.: Oliveira (2013).

De acordo com Silveira e Bezzi (2018, p. 194), “entende-se que esta realidade se tornou possível por conta da demanda de mercado e da inserção de usinas sucroalcooleiras”, sendo elas: a Companhia Energética Vale do São Simão (Santa Vitória), a Santa Vitoria Açúcar e Álcool (Santa Vitória), a *British Petroleum* (BP) Bunge (Ituiutaba) e o Grupo João Lyra (Capinópolis). Esta última, declarou falência em 2013, gerando redução da produção em Ituiutaba, Ipiaçu e Capinópolis, nos anos seguintes. Em 2017, a área dos estabelecimentos que cultivavam cana-de-açúcar chegou a 94.670 hectares, sendo que, em Ituiutaba, ocupavam o

total de 31.901 hectares (IBGE – Censo Agropecuário, 2021). Atualmente (2021), ocorre a retomada com a CRV Industrial, assumindo as atividades da usina do Grupo João Lyra.

Entendemos que, devido ao porte das plantas industriais citadas, em suas respectivas cidades, estas pouco ou nada consomem de implementos, defensivos e fertilizantes no seu local de atuação, salvo a manutenção menos complexa de seus equipamentos (reposição de peças, consertos e reparos). Assim, seus efeitos são indiretos, como no consumo voltado à reprodução social, o consumo consuntivo de seus funcionários, bem como na presença de empresas locais prestadoras de serviços (transporte, alimentação).

Dessa forma, com grande impacto na dinâmica de emprego na cidade de Ituiutaba, podemos indicar as duas usinas sucroalcooleiras (BP Bunge e CRV Industrial), e, bem como citado anteriormente, as indústrias voltadas para o atendimento da produção pecuária: Nestlé e Frigorífico JBS. Ademais, existem diversos outros estabelecimentos que operam com menor escala e que participam na economia local e microrregional, como laticínios e beneficiadoras de café, entre outros estabelecimentos (Quadro 2).

Quadro 2: Empresas e outras organizações, por seção da classificação de atividades (CNAE 2.0), no município de Ituiutaba, m 2010 e 2019

Atividades	2010	2019
A Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	37	31
B Indústrias extrativas	3	6
C Indústrias de transformação	210	171
E Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	8	5
F Construção	76	111
G Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1390	1004
H Transporte, armazenagem e correio	189	166
I Alojamento e alimentação	168	144
J Informação e comunicação	49	35
K Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	23	26
L Atividades imobiliárias	18	46
M Atividades profissionais, científicas e técnicas	96	153
N Atividades administrativas e serviços complementares	189	188
O Administração pública, defesa e seguridade social	4	6
P Educação	61	64
Q Saúde humana e serviços sociais	79	177
R Artes, cultura, esporte e recreação	46	35
S Outras atividades de serviços	202	125
Total	2848	2493

Fonte: IBGE (2021). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

Entre os anos de 2010 e 2019, houve redução no montante total dos estabelecimentos, caindo de 2.848 para 2.493, com maior peso para as atividades relacionadas ao comércio e a oficinas mecânicas (redução de 27,76%), bem como as indústrias de transformação, com diminuição de 17,14%. No entanto, neste mesmo período ocorreu o aumento dos estabelecimentos vinculados às atividades científicas e técnicas (+59,37%) e saúde humana e serviços sociais (+124,05%). No primeiro caso, podemos inferir sobre o impacto da presença da UFU, do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) e da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), estas sendo públicas; e, ainda, da presença de outras instituições de ensino superior de propriedade privada. No segundo caso, vemos que o aumento de serviços relacionados à saúde e a serviços sociais atende à demanda não apenas municipal, devido à presença limitada dessas atividades nas cidades de sua microrregião. Sob este aspecto, tanto a saúde quanto as atividades científicas e técnicas podem ser evidenciadas como base para manutenção de Ituiutaba como polo de sua microrregião, e, em certa medida, extrapolando estes limites.

Tendo em vista a estruturação e a morfologia de Ituiutaba, os estabelecimentos, das diversas atividades, excetuando-se os industriais, encontram-se, majoritariamente, na área central. Ainda que alguns eixos nas porções oeste, sudeste e leste se manifestem, estes não passam de ruas que aglutinam o comércio dos bairros adjacentes, não resultando na formação de subcentros. Neste sentido, Ituiutaba ainda permanece apresentando monocentralidade, o que afeta diretamente nos deslocamentos diários e no preço da terra urbana.

Ainda, nos chama a atenção o fato de as atividades diretamente relacionadas à produção material do espaço urbano terem crescido significativamente. A construção teve aumento de 46,05%, enquanto as atividades imobiliárias cresceram 155,55% no período compreendido entre 2010 e 2019. Este é um efeito direto do PMCMV, instituído a partir da Lei n.º 11.977, de junho de 2009, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Nesse movimento, Ituiutaba (MG) destacou-se no cenário regional como uma das cidades de sua Microrregião que mais conseguiu investimentos no setor da habitação, no âmbito do Programa do Governo Federal "Minha Casa Minha Vida". Entre 2001 e 2010, foram construídos dez conjuntos habitacionais, totalizando 2.895 habitações, condicionando a expansão horizontal da cidade, bem como, desencadeou um processo de valorização as áreas circunvizinhas. Empreendimentos residenciais, para moradia de médio e alto padrão, também se destacaram neste período (CHAVES, 2016, p. 40).

Nessa perspectiva, a população ocupada, em 2010 (Quadro 3), nas atividades relacionadas à construção, contava com 4.007 pessoas, aproximando-se dos serviços

domésticos como atividade principal, tendo, inclusive, maior participação do que as atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, perfazendo 7,81%, enquanto a construção apresentou 8,48%. Faz-se necessário evidenciar que, no ano 2000, as atividades citadas, vinculadas ao campo, eram realizadas por 4.496 (11,80% do total), ou seja, foram reduzidas, enquanto o número de pessoas ocupadas na construção aumentou, considerando que em 2000 somavam-se 2.934 indivíduos (IBGE – Censo demográfico).

Quadro 3: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na mesma semana de referência, por seção de atividade de trabalho principal, em 2010

Seção de atividade do trabalho	Quant.	%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	3690	7,81
Indústrias extrativas	74	0,16
Indústrias de transformação	7561	16,01
Eletricidade e gás	132	0,28
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	574	1,21
Construção	4007	8,48
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	9183	19,44
Transporte, armazenagem e correio	1742	3,69
Alojamento e alimentação	1669	3,53
Informação e comunicação	506	1,07
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	506	1,07
Atividades imobiliárias	96	0,2
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1536	3,25
Atividades administrativas e serviços complementares	793	1,68
Administração pública, defesa e seguridade social	1851	3,92
Educação	2828	5,99
Saúde humana e serviços sociais	1675	3,55
Artes, cultura, esporte e recreação	406	0,86
Outras atividades de serviços	1481	3,13
Serviços domésticos	4598	9,73
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-
Atividades mal especificadas	2324	4,92
Total	47234	100

Fonte: IBGE – Censo demográfico (2021). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

Por outro lado, mesmo tendo redução de participação entre os anos de 2000 e 2010, as pessoas ocupadas com atividades do comércio e oficinas automotivas ainda apresentam-se como maior seção na participação total. Em 2000, eram 7.884 (20,69 do total), aumentando, em 2010, para 9.183, com leve redução no total das seções (19,44%). Esse movimento teve como impacto a maior participação das pessoas ocupadas na indústria de transformação. No ano 2000, essa seção contava com 4.892, representado 12,84% de todos as demais seções,

saltando para 7.561 em 2010, neste momento, 16,01% do montante geral. Nesse sentido, estas duas seções: indústria de transformação, comércio e oficinas automotivas, compreendem mais de 1/3 de todas as ocupações, na cidade de Ituiutaba.

Sobre a população ocupada em Ituiutaba, a partir de grupos de idade e local das atividades desempenhadas no ano 2000, são registrados 2.248 pessoas que estudam ou trabalham e outros municípios. Destes, 364 são pessoas de 10 a 19 anos de idade, enquanto 846 são de 20 a 29 anos, ao que podemos inferir serem estudantes. Além disso, as pessoas com idade entre 30 e 59 podem ser melhor representadas por trabalhadores de cidades do entorno, chegando ao montante de 897 pessoas.

É relevante observarmos que, em 2019, no grupo de crianças/adolescentes entre 10 e 19 anos, aproximadamente 10% não trabalhavam e nem estudavam, enquanto nas idades entre 20 e 29 anos essa porcentagem sobe para 26,74%. De acordo com o IBGE (2019), no Brasil, 11 milhões de jovens entre 15 e 29 anos não trabalham e nem estudam, representando 23% da população total de jovens. Sendo assim, Ituiutaba apresenta média superior à nacional.

Ainda sobre a população residente, evidencia-se que, considerando apenas o lugar de nascimento (Tabela 5), sem mencionar os descendentes diretos dos migrantes chegados, sobretudo, no período em que a rizicultura aqueceu a dinâmica econômica e migratória (1950-1970), em 2000, de todas as origens regionais, aquelas que chamam mais atenção são a de nordestinos e a dos que chegaram do Centro-oeste, compondo, respectivamente, 6,6% e 3,93% da população total. Dada a evolução do tempo, em 2010 essas mesmas origens seguem sendo as principais, excetuando-se a região em que Ituiutaba está inserida. Assim, 10,13% são provenientes do Nordeste, evidenciando crescimento na composição total, e 3,81% do Centro-oeste, este último apresentando relativa estabilidade na composição da população total.

Tabela 5: População residente, entre 2000 e 2010, em Ituiutaba, e seus respectivos lugares de nascimento

Município	Lugar de nascimento	2000		2010		Crescimento
Ituiutaba	Região Norte	50	0,06%	233	0,24%	366,00%
	Região Nordeste	5884	6,60%	9843	10,13%	67,28%
	Região Sudeste	79195	88,89%	82779	85,19%	4,52%
	Região Sul	289	0,32%	244	0,25%	-15,57%
	Região Centro-Oeste	3502	3,93%	3699	3,81%	5,62%
	Distrito Federal	107	0,12%	215	0,22%	100,93%
	Brasil sem especificação	42	0,05%	264	0,27%	528,57%
	País estrangeiro	129	0,14%	109	0,11%	-15,50%
	Total	89091	100	97171	100	9,06%

Fonte: IBGE (2021). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

Devemos relativizar o crescimento populacional em Ituiutaba a partir participação de cada região, de acordo com o lugar de nascimento. O Nordeste, como lugar de origem, mesmo apresentando menor crescimento no período, ainda se mantém como lugar de origem mais importante, devido aos números absolutos. Estes, aumentaram em 67,28%, contabilizando uma diferença positiva de 3.959 indivíduos, entre 2000 e 2010. Estes números são superiores, inclusive, aos de lugar de origem do próprio Sudeste, que apresentou aumento de 3.584 residentes nesse mesmo período.

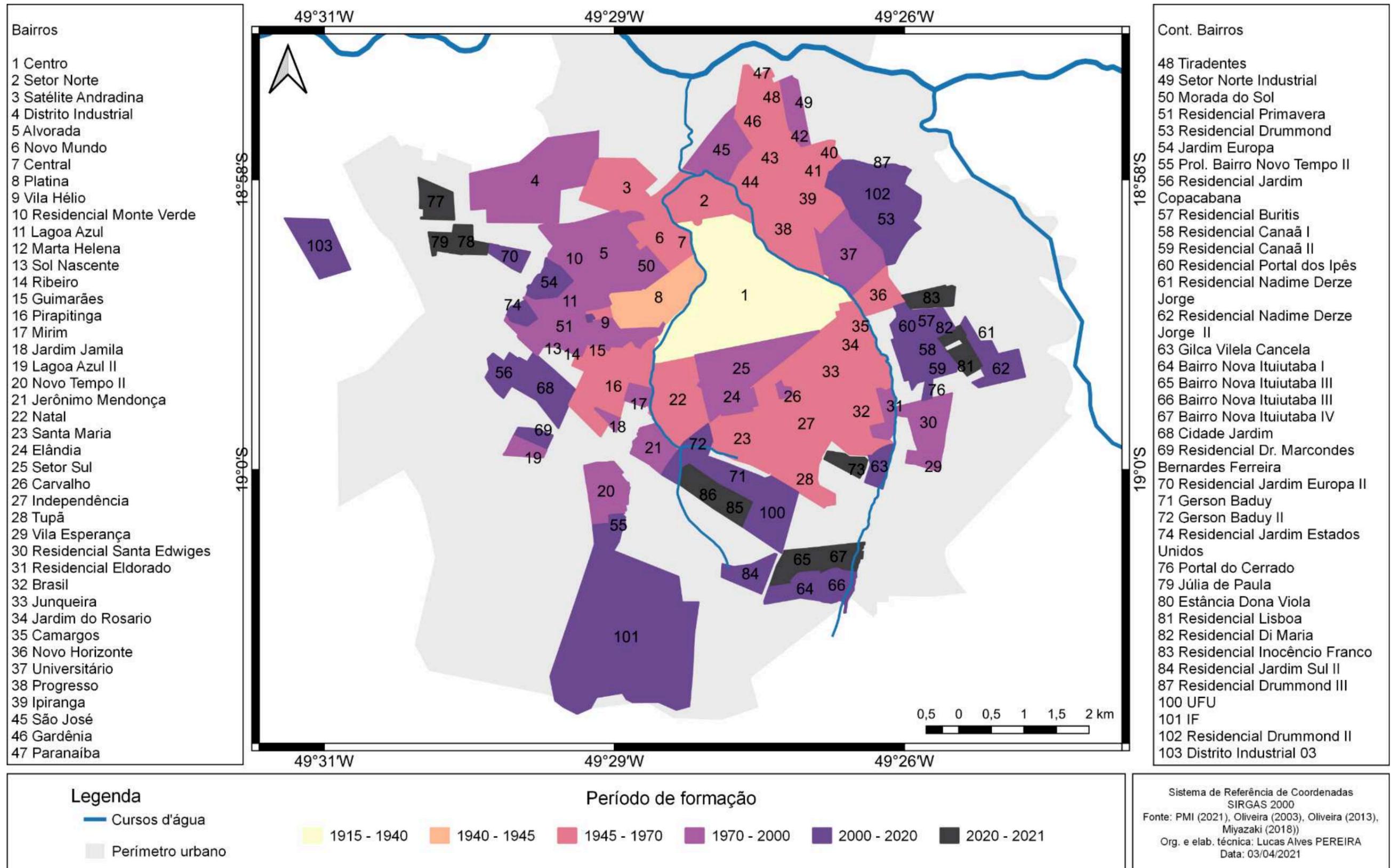
Outro aspecto a ser percebido é que o crescimento relativo da população de indivíduos de origem exterior ao Sudeste, por inferência, pode ser atribuído à presença da UFU, que abriu sua primeira turma no ano de 2006; sendo assim, desde então, atraiu alunos, bem como ocorreu a chegada de professores e técnicos para as funções demandadas. Também houve a instalação da Companhia Nacional de Açúcar e Alcool (CNAA), em 2008, atualmente BP Bunge, ocasionando a chegada de pessoas de fora da região, em busca de emprego na usina.

Sem os dados do censo demográfico que deveria ter ocorrido em 2020, essa afirmação fica comprometida, já que os maiores efeitos da consolidação das respectivas instituição e empresas devem ter ocorrido no final da década de 2010. Porém, nos parece uma boa explicação, tendo em vista que, na composição total, esses números mostram-se pequenos nas duas décadas, demonstrando assim que, historicamente, a migração, excetuando-se o Nordeste, não ocorreu significativamente, em números absolutos, mas, por outro lado, houve expressivo crescimento relativo no período demonstrado.

Assim, os dados apresentados até então, tanto econômicos e populacionais quanto infraestruturais, culminaram em uma dinâmica recente, com tendência à expansão territorial. A cidade de forte influência rural recebeu os impactos recentes da urbanização, como em todo o Brasil, via incentivos à aquisição da moradia. Isso desencadeou forte movimentação no setor de construção civil, como foi corroborado pelos dados apresentados aqui sobre os tipos de estabelecimentos e atividades da população ocupada.

Neste sentido, a morfologia urbana de Ituiutaba adquire novos contornos (Mapa 7). O período compreendido entre os anos 2000 e 2021 foi marcado com a substancial presença de novos conjuntos e loteamentos, preenchendo vazios no tecido urbano, bem como fomentando novas áreas de especulação imobiliária a partir da localização dos lugares urbanizados e das suas respectivas edificações, porém mantendo a característica monocêntrica.

Mapa 7: Ituiutaba, com os respectivos bairros consolidados e em implantação até 2021



Fonte: PMI (2021), Oliveira (2003), Oliveira (2013) e Miyazaki (2018). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

De acordo com Miyazaki (2018), a expansão territorial, entre os anos 1971 e 1990, privilegiou as porções leste e oeste da cidade, ocupando áreas que não geraram descontinuidade dentro do perímetro urbano. “De certa maneira, considerando-se o contingente demográfico da área urbana da época, tinha-se uma configuração territorial contínua e relativamente compacta” (MIYAZAKI, 2018, p. 29). De outra maneira, a partir dos anos 2000 a expansão foi mais difusa e menos coesa, ocupando os limites do perímetro urbano a partir de todos os vetores, excetuando-se o norte, que matinha apenas os bairros de décadas passadas.

Além disso, a estrutura da cidade aponta para uma forte concentração dos estabelecimentos comerciais e de serviços na área central, fato que, associado à dispersão territorial e a localização dos conjuntos habitacionais, revela uma possível ampliação das distâncias e dos tempos de deslocamento da população de mais baixa renda para a realização de muitas práticas cotidianas (MIYAZAKI, 2018, p. 37).

Até os anos 2000, a expansão urbana da cidade de Ituiutaba manifestava-se mais coesa e ubíqua. Porém, com a intensificação da produção do espaço urbano a partir da construção civil, ocorre a dispersão de novos loteamentos e conjuntos.

É a partir do período mais recente que se verifica uma intensificação desse tipo de produção do espaço urbano, pautado na expansão territorial dispersa e descontínua, sobretudo a partir de grandes conjuntos habitacionais para a população de baixa renda, no âmbito do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida - PMCMV. Embora se verifique também a implantação de loteamentos particulares ao longo dos últimos anos, estes são bem menos numerosos do que a ampliação ocorrida por meio dos conjuntos habitacionais voltados para a população de mais baixa renda. [...] Neste contexto, alguns empreendimentos do PMCMV foram implantados em áreas localizadas a mais de cinco quilômetros do centro da cidade (MIYAZAKI, 2018, p. 29).

Considerando o número de habitações destinadas ao PMCMV, Miyazaki (2018) segue, dizendo que

No caso de Ituiutaba, os empreendimentos do PMCMV implementados somente na faixa 1 do programa totaliza 4.111 unidades habitacionais, além de mais 829 [localizadas principalmente nos conjuntos habitacionais Nova Ituiutaba II e IV] previstas e que, por problemas administrativos, ainda não foram concluídas. Pode-se somar a este conjunto as unidades habitacionais que também foram construídas na cidade por meio de outros programas estaduais e federais entre 2007 e 2010. Trata-se de um montante bastante significativo para um município com pouco mais de 97 mil habitantes e 36.874 domicílios na ocasião do último levantamento censitário do IBGE (MIYAZAKI, 2018, p. 30-31).

Podemos melhor diferenciar os conjuntos e loteamentos implantados ou em implantação entre 2000 e 2021 (Quadro 4). Ao todo, foram 14 conjuntos habitacionais e 14 loteamentos,

totalizando 28 novos empreendimentos no período. Destacamos que os conjuntos habitacionais tiveram sua data de origem mais próxima da instituição do PMCMV, ou seja, no início da década de 2000, enquanto os loteamentos são melhor distribuídos temporalmente, ocorrendo, inclusive, a presença de alguns que ainda estão em processo de implantação, como: Gerson Baduy II, Júlia de Paula, Residencial Inocência Franco e Residencial Di Maria.

Quadro 4: Conjuntos e loteamentos consolidados e em implantação até o ano de 2021

Conjuntos	Loteamentos
Residencial Canaã I, Residencial Buritis, Residencial Nadime Derze Jorge II, Residencial Canaã II, Residencial Nadime Derze Jorge, Nova Ituiutaba I, Nova Ituiutaba II (em imp.), Nova Ituiutaba III, Nova Ituiutaba IV (em imp.), Gilca Vilela Cancela Jardim Europa, Residencial Marcondes Bernardes Ferreira, e Residencial Jardim Copacabana.	Residencial Drummond II, Gerson Baduy, Residencial Portal dos Ipês, Cidade Jardim, Residencial Drummond, Gerson Baduy II (em imp.), Jardim Europa II, Portal do Cerrado, Residencial Jardim Estados Unidos, Residencial Jardim Sul II, Residencial Drummond III, Júlia de Paula (em imp.), Residencial Inocência Franco (em imp.) e Residencial Di Maria (em imp.).

Fonte: Nascimento, Miyazaki e Melo (2012); Oliveira (2013), Miyazaki (2018). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

Sobre a lógica do processo de urbanização de Ituiutaba,

Embora a expansão urbana tenha ocorrido nas últimas décadas também por meio de iniciativas particulares, como nos casos dos loteamentos, foram os conjuntos habitacionais que impactaram fortemente na dispersão da cidade e na conformação de descontinuidades territoriais expressivas. Ou seja, por meio de uma política pública habitacional, o poder público promoveu a dispersão territorial descontínua da cidade, num primeiro momento, por meio da produção dos conjuntos habitacionais, e posteriormente estimulando a iniciativa privada na produção de novos loteamentos (MIYAZAKI, 2018, p. 37).

De acordo com Nascimento, Miyazaki e Melo (2012), até o ano de 2012 os conjuntos representativos da faixa I do PMCMV foram: Residencial Buritis, Residencial Tupã, Residencial Canaã I e II, Residencial Copacabana e Jardim Europa. Para este mesmo ano, é possível constatar “que o Portal dos Ipês é o único conjunto construído pelo PMCMV, na cidade de Ituiutaba, para as famílias de poder aquisitivo médio a alto, isto é, que recebem de 6 a 10 salários-mínimos” (NASCIMENTO; MIYAZAKI; MELO, 2012, p. 100). Porém, ainda que a destinação do referido loteamento tenha sido para classes de poder aquisitivo mais alto, sua ocupação demonstra que ocorreu uma mescla entre classes, tendo em vista que é possível,

atualmente (2021), encontrar residências cuja parcela do financiamento equivale, aproximadamente, a 1/3 do salário-mínimo.

Outro caso que merece destaque refere-se ao setor leste da cidade, onde foram implantados cinco conjuntos habitacionais: Buritis, Nadime Derze Jorge I e II, Canaã I e II, que juntos totalizam 2.159 unidades habitacionais. No entanto, a construção destes empreendimentos do PMCMV não ocorreu de maneira territorialmente contínua entre eles, o que levou à configuração de vazios que, posteriormente à ocupação dos conjuntos, passaram a ser loteados e comercializados. Isto demonstra que os interesses imobiliários de diferentes agentes se fazem presentes no processo de expansão territorial e implantação dos conjuntos habitacionais (MIYAZAKI, 2018, p. 33).

Nessa perspectiva, nos vazios e nas vizinhanças dos conjuntos habitacionais citados, atualmente (2021) estão em processo de construção e venda os bairros Residencial Inocência Franco, Residencial Di Maria e Residencial Lisboa; portanto, se aproveitando da localização de área com ocupação previamente estabelecida e que participou do processo de especulação imobiliária.

Como foi dito anteriormente, todos os conjuntos habitacionais criados desde o ano 2000 ocupam áreas delimitadas nas porções oeste, sul e leste da cidade, enquanto os loteamentos estão mais bem distribuídos ao longo das bordas; porém, as áreas mais ao norte do perímetro urbano pouco ou nada foram ocupadas no período recente. Nesse sentido, podemos inferir que a BR-365 ainda é um limitador da expansão urbana da cidade de Ituiutaba.

Para além da implantação de conjuntos como vetores de expansão, o que acabou por dar novas características à cidade a partir da expansão urbana, destacamos, também, neste processo, a instalação da UFU em Ituiutaba, modificando a dinâmica imobiliária, mesmo antes da concretização da instituição, afetando diretamente no mercado e na estruturação da cidade na porção sul. Segundo Oliveira (2013, p. 328), a presença da UFU “foi outro fator que dinamizou as demandas imobiliárias recentes, uma vez que servidores e estudantes, oriundos de cidades distantes de Ituiutaba (MG), buscaram no aluguel a opção inicial para moradia na cidade”.

No entanto,

apesar da tendência de valorização imobiliária do setor sul nos últimos sete anos, a cidade ainda não apresenta uma diferenciação espacial (segregação) por zonas, mas sim por bairros. Exemplo desta dinâmica são os bairros da zona sul, onde, em função da instalação do campus da UFU, o preço da terra e dos imóveis aumentou significativamente, atraindo populações de média e alta renda. Ao mesmo tempo, é uma zona da cidade com significativo percentual de moradias semiadequadas ou inadequadas e com logradouros sem pavimentação, indicando que a cidade está passando por uma mudança em sua lógica imobiliária, ou seja, está sofrendo uma reestruturação (OLIVEIRA, 2013, p. 361).

Considerando a situação do entorno dos logradouros ao longo da estruturação da cidade, tanto por estabelecimentos quanto por indivíduos naturais de Ituiutaba e por migrantes, houve a necessidade de urbanizar os bairros até então instituídos. Assim, desde o final da década de 1970, lentamente as infraestruturas e equipamentos abrangiam cada vez mais o perímetro urbano. Dessa forma, ao ingressar na década de 2000, a cidade já apresentava bons níveis de urbanização. Somado a isso, os novos bairros surgem já equipados com infraestrutura básica, devido à imposição de legislação federal e municipal sobre o parcelamento de solo.

Neste sentido, as características da urbanização da cidade de Ituiutaba podem ser evidenciadas por meio da Tabela 6, que apresenta dados relativos ao Censo no ano 2010²⁸. Sobre os dados infraestruturais e equipamentos urbanos, como iluminação pública (99,62%), arborização (91,69%), esgoto a céu aberto (0,25%) e lixo acumulado (2,07%), estes mostraram-se dentro de parâmetros aceitáveis. No entanto, a identificação dos logradouros (66,29%), calçadas (83,91%), bueiros e boca de lobos (30,68), e, principalmente, rampas para cadeirantes (2,56%), são demonstradas por números deficientes.

Tabela 6: Características do entorno dos domicílios particulares em áreas urbanas com ordenamento regular, em Ituiutaba, no ano de 2010

Características do entorno	Total	Existe	%	Não existe	%
Identificação do logradouro	30664	20326	66,29%	10332	33,69%
Iluminação pública	30664	30549	99,62%	109	0,36%
Pavimentação	30664	28289	92,25%	2369	7,73%
Calçada	30664	25729	83,91%	4929	16,07%
Meio-fio/guia	30664	28188	91,93%	2470	8,06%
Bueiro/boca de lobo	30664	9407	30,68%	21251	69,30%
Rampa para cadeirante	30664	785	2,56%	29873	97,42%
Arborização	30664	28116	91,69%	2542	8,29%
Esgoto a céu aberto	30664	76	0,25%	30582	99,73%
Lixo acumulado nos logradouros	30664	636	2,07%	30022	97,91%

Fonte: IBGE (2021). Org.: Lucas A. Pereira (2021).

²⁸ Entendemos que, devido às características dos conjuntos habitacionais e dos loteamentos particulares, no que tange ao atendimento da legislação para a construção em etapas junto à finalização de infraestruturas básicas, só sendo possível a entrega das residências após as infraestruturas e equipamentos estando presentes, bem como a ausência de ocupações irregulares em Ituiutaba, o que poderia incidir na falta de infraestruturas e equipamentos urbanos, podemos inferir que a diferença entre os dados das características do entorno dos domicílios, do ano de 2010 até 2021, podem se concentrar nas ações privadas, como o provimento de calçada e meio-fio/guia e arborização.

Esses dados indicam que recentemente a urbanização, em Ituiutaba, apresenta índices relativamente aceitáveis, excetuando-se a pavimentação, sobretudo nas periferias, bem como a presença de rampas para cadeirantes. Segundo Oliveira (2013), contraditoriamente, a presença de logradouros sem pavimentação ocorre, majoritariamente, na zona sul da cidade, lugar de maior valorização e prestígio imobiliário, devido à presença da UFU. As rampas, encontradas, sobretudo, nos bairros de surgimento recente e no núcleo central da cidade, vêm lentamente sendo incorporadas. De outra maneira, a falta de calçadas pode ser observada ao longo dos bairros periurbanos, notadamente em terrenos voltados para especulação, ainda que exista legislação que obrigue o proprietário a providenciar cercamento e calçamento da face do lote.

Portanto, podemos observar que, a partir do ano 2000, a dinâmica urbana de Ituiutaba adquire maior complexidade, impactando diretamente e gerando transformações na morfologia urbana, seguindo uma estruturação vinculada a uma forte centralidade, mas com intensa constituição de novos bairros e a instituição da UFU como um forte vetor de crescimento na periferia do tecido urbano.

2.4 Síntese da evolução urbana de Ituiutaba

É possível, como adiantamos, destacar uma periodização para o processo de formação e consolidação de Ituiutaba, com o respectivo impacto na urbanização em quatro etapas, sendo que, em cada um desses momentos, evidencia-se elementos importantes para compreender o espaço e a sociedade ituiutabana, sendo: a formação de um elite local; os primeiros impulsos de urbanização, promovidos pela produção de arroz e a migração; a modernização do campo e o êxodo rural; e os impactos recentes, a partir da intensificação da produção do espaço urbano, loteamentos e conjuntos.

O primeiro deles é representado pelo período que vai da gênese até meados de 1940. Ainda que este período seja o maior, temporalmente, é o menos dinâmico, tendo em vista a lentidão dos processos que se desenvolveram ao longo da consolidação do município. Esse momento diz respeito à formação da elite local, de forte aptidão para a pecuária e pautada no latifúndio. Assim, a propriedade da terra trazia consigo a autoridade e a dominação política, via poder oligárquico.

A compreensão da relação entre o espaço e a dominação política e o poder no Brasil passa pelo entendimento do processo de constituição da propriedade da terra – privada e pública – no marco da transição do Brasil Colonial ao Brasil Republicano, em meados do século XIX. De fato, a institucionalização da propriedade nos padrões da Lei de Terras de 1850 transfere a terra, ao detentor

da sua propriedade, poder, não somente econômico, mas também político. [...] Temos, então, um panorama em que a propriedade da terra significa poder econômico e político, privilégios dentro de uma escala social diferenciada. Mas também temos um panorama em que público e privado se misturam, convivem de forma conflituosa, invadem-se mutuamente, porque, numa sociedade moldada na troca de favor e no clientelismo, não basta a distinção legal para separar ambas as esferas (SOBARZO, 2004, p. 96).

Nesse sentido, a posse da terra é fator fundamental, não apenas para o exercício do poder no local, mas também para controlar a organização do espaço. Como bem nos lembra Carlos (2015), se, em um primeiro momento, o espaço atende a uma organização, sendo que esta é feita pela classe dominante, em um segundo, o espaço passa a ser produzido atendendo a uma lógica capitalista. Em Ituiutaba, primeiramente as terras foram doadas a indivíduos importantes e que ocupariam e protegeriam as terras (rurais). Posteriormente, parte da terra foi doada à Igreja, que organizou o início do espaço urbano, inclusive doando glebas urbanas a terceiros, para que fossem edificadas. Somente na segunda metade do século XX, o poder público passa a ter importância sobre o espaço urbano, regularizando situações e promovendo urbanização dos espaços já ocupados.

Portanto, essa base pré-estabelecida, a qual podemos chamar de substrato material (SOUZA, 2013), determinada pelas formas geográficas herdadas (SANTOS, 2014), condiciona a produção do espaço urbano. Se, desde a gênese e início do século XX, o espaço urbano, em Ituiutaba, tenha apresentado-se eminentemente rural, ao adentrar na década de 1940 é adquirida uma nova dinâmica, sobretudo pelos impactos da cultura do arroz e a respectiva migração de mão de obra, que passa a remodelar a cidade.

Neste marco, podemos atribuir o segundo elemento, uma vez que vida na cidade passa a fomentar a produção de um espaço que seja adaptado à realidade da população local. Ocorre uma divisão nesta produção do espaço urbano: as classes mais baixas ocupam e constroem suas residências de maneira menos ordenada, mas que atendam às suas questões; enquanto a elite constroi galpões para atender às demandas da produção de grãos, bem como suas residências, que marcam com ruptura a paisagem urbana da época.

Com a consolidação da elite rural, o espaço público na cidade manifestava-se restrito a vias de circulação e à praça da Igreja Matriz, pois Ituiutaba apresentava-se mais rural do que urbana. Somente após 1940, com a chegada de migrantes e da população rural de sua microrregião a Ituiutaba, a vida urbana começa a ser animada. Inicia-se a construção de cinema, teatro, sorveterias, lanchonetes, ou seja, espaços de sociabilidade passa a figurar, também, como lazer, bem como abre-se novas praças, circunscritas à área central. Nesse sentido, as

sociabilidades urbanas são intensificadas, pois novas formas são reunidas a novos sujeitos que lhes darão conteúdo.

A cidade concentra e centraliza tudo aquilo que envolve o humano, as sociabilidades e o trabalho. Segundo Lefebvre (2019, p. 19), “a concentração da população acompanha a dos meios de produção. O *tecido urbano* como o conjunto de manifestações de domínio da cidade prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária”. Juntamente a esse processo, a modernização do campo expulsa sua população, devido à incorporação de máquinas, bem como restringe a produção agropecuária a *comodities*. Este é o terceiro elemento, que se iniciou por volta de 1970 e que durou até meados de 2000. Ressaltamos que mesmo possuindo forte aptidão agropecuária, a cidade de Ituiutaba consolidou as atividades relacionadas a comércio e serviços.

Com a chegada desse contingente à cidade, em um curto espaço de tempo, já em meados de 1970, inverte-se as populações do campo e da cidade. A cidade, esse lugar alheio para boa parte dos recém chegados, fomenta novos comportamentos aos sujeitos, mas também recebe as práticas e o tempo do campo. Esse processo dialético ocorre promovendo uma gradação entre os níveis técnicos e tecnológicos, incorporados ao cotidiano. Santos (2014, p. 328), ao tratar das migrações, indica que chegar à cidade, sobretudo à grande, é um processo de (des) reterritorialização, é “deixar atrás uma cultura herdada para se encontrar com uma outra. Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação”. Dessa forma, o espaço concebido essencialmente pelos agentes produtores não coincide com o espaço que é vivido pelos grupos sociais que passaram a integrar o tecido urbano-social de Ituiutaba. Isso pode ser observado pela qualidade da urbanidade, à medida que se distancia do centro, lugar ocupado, principalmente, pelos nativos de Ituiutaba.

Como herança desse período de modernização do campo e êxodo rural, com a intensa chegada de população à cidade, foi deixada a presença de três indústrias basilares para a dinâmica de emprego e reprodução social, sendo a Nestlé, a Usina sucroalcooleira Triálcool (atualmente, CRV) e o Frigorífico (atualmente, JBS), responsáveis por movimentar a economia, não só no município, mas também na microrregião. Ainda, devido às demandas historicamente estabelecidas em Ituiutaba, no que tange ao setor de atividades de comércio e serviços (saúde e educação), “por ser um centro com funções intermediárias na rede urbana do Triângulo Mineiro, Ituiutaba pode ser entendida pela perspectiva analítica da cidade média[...]” (OLIVEIRA, 2013, p. 400 - 401).

Assim, dotada de dinâmica proporcionada pela modernização, mas também possuindo características do campo, esta cidade apresenta seu espaço público das praças, ruas e calçadas

como um amálgama que comporta práticas urbanas, rurais, endógenas e exógenas; é o lugar do homem que procura se adaptar ao tempo rápido, mas também do homem do tempo lento, das sociabilidades no espaço banal (SANTOS, 2001).

A estruturação e a morfologia da cidade de Ituiutaba, ao final de 1990, manifesta o acúmulo desses mais de 25 anos de encontro entre o homem rural e o homem urbano, entre migrantes e nativos, entre as classes que estabeleceram, promovendo diferentes usos *do e no* espaço.

Essa diferenciação social, juntamente à configuração espacial adquirida nas últimas décadas, é metamorfoseada a partir da instituição do PMCMV, que impactou diretamente sobre a estruturação e a morfologia de Ituiutaba, aumentando as distâncias dos novos bairros aos comércios e serviços que estão localizados, sobretudo, na área central da cidade, segregando parte da população. Nesta mesma perspectiva, a apropriação da cidade, enquanto espaço público, manifesta-se limitada. Os espaços qualitativamente mais propícios aos usos tendem a se restringir, também, às áreas próximas ao centro. São criadas versões da mesma cidade para frações diferentes da sociedade local, sendo este o último elemento, considerando grupos e classes diferentes que se apropriaram, diferentemente, de distintos espaços.

Nesse sentido, vemos que a cidade de Ituiutaba tem suas características próprias de evolução e desenvolvimento urbano, trazendo rebatimentos ao espaço público produzido. Essas características não são simplesmente impostas ou desenvolvidas de maneira endógena, sem que sejam influenciadas por elementos globais, como a moda, que se impõe na arquitetura, mas também nas formas de sociabilidade, bem como a técnica e a tecnologia, que também se impõem nas formas de se viver a cidade e seus espaços. Dito isso, no item seguinte apresentaremos os espaços de sociabilidade, resultado do processo de produção do espaços urbano, com os desdobramentos nas formas de espaços públicos.

3. OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE ITUIUTABA: DIFERENTES FORMAS MATERIAIS NA CIDADE

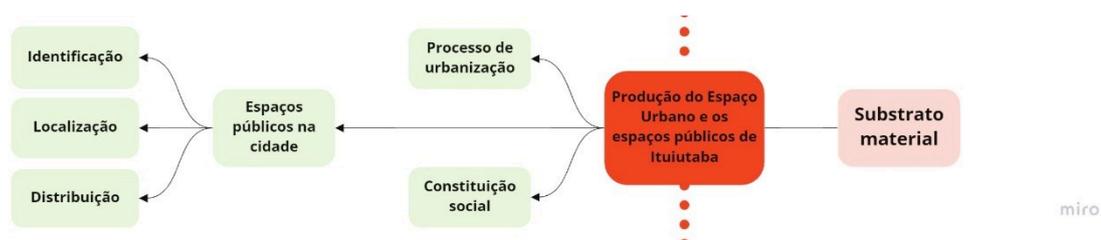
“Mudar o lugar de uma praça é mudar na cidade ou mudar de cidade? E o que é uma cidade? Lugar de uma coisa, lugares de coisas em um conjunto que as contém, lugar de um conjunto, lugares destes conjuntos; relações entre as coisas, entre lugares das coisas, entre os conjuntos que os contém; lugares de pessoas, relações de pessoas com as coisas, com os lugares das coisas, entre elas, entre seus lugares, com os conjuntos que os contém, representações destes lugares, destes conjuntos e de suas relações etc.”

(PAUL-LÉVY, 1983, p. 19 *apud* GOMES, 2014, p. 27).

Tendo realizado a pesquisa exploratória de campo a partir dos trajetos apresentados anteriormente, bem como auxiliada pela pesquisa documental, foram encontradas diferentes categorias de espaços públicos que foram classificados de acordo com a forma e a capacidade de receber o público, conformando formas-conteúdo específicas. Estas, quando consideradas em conjunto, reúnem lugares que fazem parte diretamente daquilo que se conhece como a cidade, a partir das práticas de seus habitantes. Neste sentido, procuramos a identificação, localização e distribuição dos espaços públicos (Figura 11), buscando compreender como apresentam-se na cidade, e, indiretamente, sua configuração na cidade.

Pela pesquisa documental, tivemos acesso ao mapa oficial da PMI, bem como à relação das praças públicas, dos equipamentos comunitários e das áreas verdes (ANEXO I), sendo importantes referências para a construção cartográfica e das atividades de campo. O mapa apresenta todas as praças e os respectivos bairros em que se localizam na cidade de Ituiutaba. Desse modo, os dois instrumentos (pesquisa de campo e mapa) foram importantes guias para a identificação dos espaços públicos na cidade.

Figura 11: Abordagem da identificação dos espaços públicos, em Ituiutaba



Org.: Elaborado pelo autor (2022).

Relembrando as categorias²⁹ indicadas na metodologia deste trabalho, estas estiveram definidas da seguinte forma:

- 1) Espaços públicos de uso comum e atividades correlatas:
 - a) Praças;
 - b) Parques;
 - c) Feiras Livres;
 - d) Pistas de caminhada;
 - e) Campos de futebol, quadras, parquinho infantil e academia ao ar livre;
 - f) Espaços públicos residuais e emergentes – canteiros centrais.
- 2) Ruas:
 - a) As ruas do hipercentro e as ruas periféricas.
- 3) Espaços particulares de uso coletivo:
 - a) Espaços particulares de uso coletivo de lazer;
 - b) Espaços particulares de uso coletivo de consumo (*shopping*).
- 4) Espaços públicos especiais de função social:
 - a) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Sobre as formas consideradas em nossa análise, partimos da premissa de que ainda que o espaço urbano apresente-se fragmentado, ele é articulado (CORREA, 1995) e hierarquizado. Assumimos que isso é refletido, também, nos espaços públicos. Assim, devemos compreender esses espaços a partir de sua forma e grau de (ampla) acessibilidade, que determina sua importância dentro de um conjunto, que, de certa maneira, se relaciona como um sistema, dentro da perspectiva intraurbana.

As diversas formas dos espaços públicos, quando criadas, a princípio, a partir de sua representação, indicam um conteúdo programado que por vezes não se efetiva. O conteúdo que manifesta a realidade social é dado pela prática de apropriação e o uso, mas ainda carecendo de um espaço público. Essa perspectiva apresenta tanto uma temporalidade e espacialidade das formas criadas quanto dos conteúdos (sociais) dados como práticas. Portanto, insistimos no fato de que para a manifestação do espaço público materialmente constituído, é necessário o encontro do lugar, que possibilita o uso e a prática que se realizam pela apropriação como prática. Principalmente nos espaços públicos de uso comum, são criados com a suposta

²⁹ Ressaltamos que este é o momento inicial em que foram identificadas as formas dos espaços públicos que permitem a sociabilidade na cidade de Ituiutaba. Desse modo, à medida que nos aprofundamos por meio das atividades de campo e da pesquisa documental, a intensidade do foco e aprofundamento aparece diferencialmente, de acordo com necessidade de se entender a reprodução da vida através dos espaços públicos.

perspectiva de já nascerem como lugares. Esse encontro entre lugar e uso caracteriza a diversidade das formas-conteúdo.

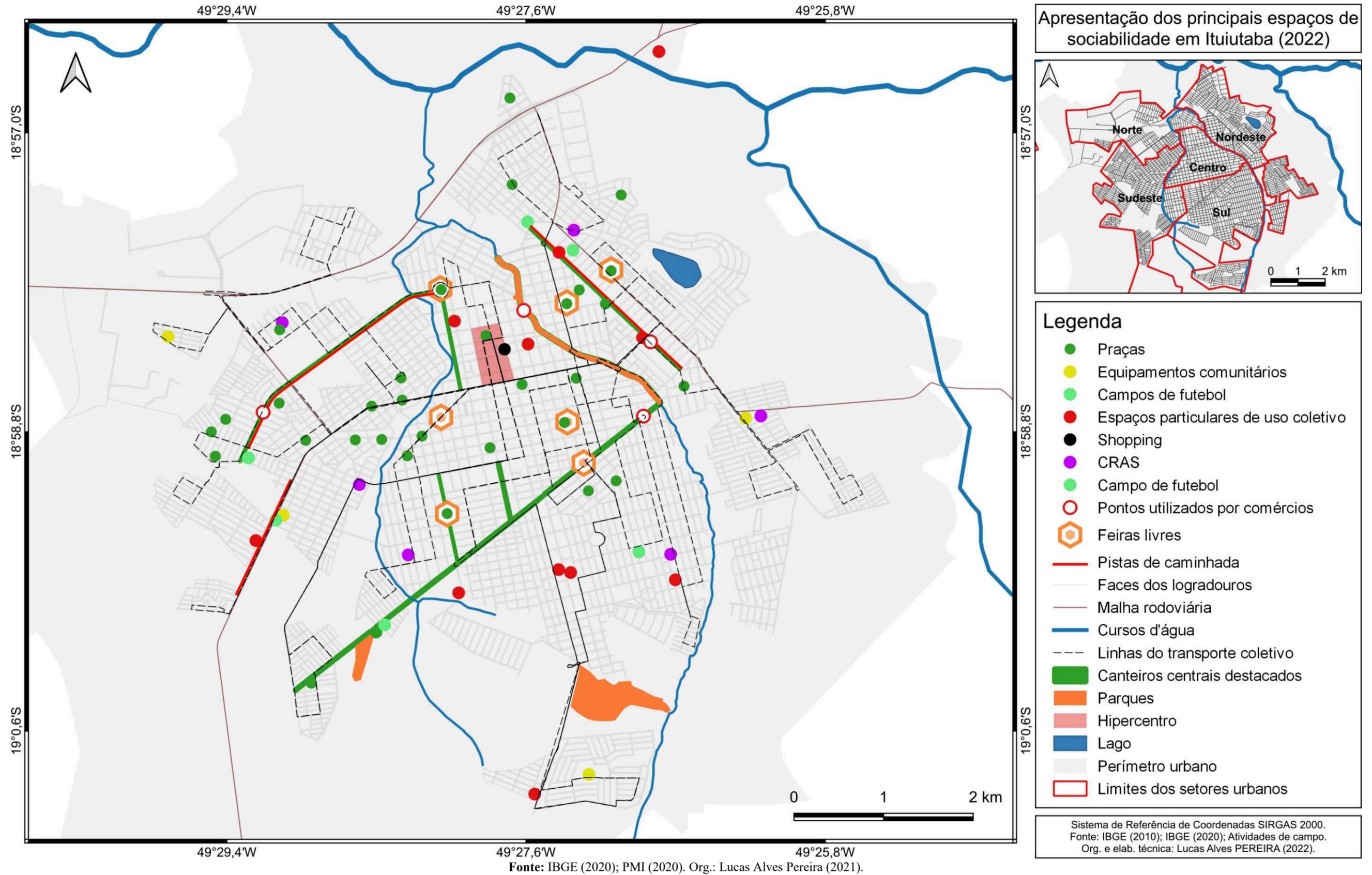
Sobre os espaços públicos de uso comum, além da rua, sobretudo por sua presença indispensável em toda a cidade, parece-nos ser imprescindível considerar as praças e parques, por serem, historicamente, o principal ponto de encontro e terem em sua essência o caráter público como elemento fundamental; e também as feiras, não como forma, mas como atividade que mobiliza o conteúdo público da interação entre as pessoas, realizando-se durante o cotidiano; e o consumo em ruas e praças. Ainda, a partir de estruturas simples, como o calçamento de parte dos canteiros, ou mesmo a apropriação de ruas específicas, sem que tivessem sido concebidas para este uso, foram identificadas as pistas de caminhada. Por fim, os equipamentos comunitários (parquinho infantil e academia ao ar livre), ambos perfazendo, também, base para a interação e o lazer.

Se temos a premissa da fuga das pessoas dos espaços públicos mais diretamente vinculados ao amplo acesso, restringindo suas relações a locais controlados e homogêneos, acreditamos ser necessário considerar, também, os espaços particulares de uso coletivo, aos quais o acesso é mediado por pagamento. Assim, para a cidade de Ituiutaba, identificamos, sobretudo, os espaços particulares de lazer de uso público e os espaço particulares com atividade comercial concentrada de uso público, como o *shopping*.

Por fim, como uma modalidade de espaço institucional que serve à sociabilidade (ainda que regulada), principalmente nas periferias, e a um grupo específico de pessoas que carecem de socialização, identificamos os CRAS como um espaço público restrito a ser considerado, devido ao seu papel juntamente aos bairros em que estão inserido, e também devido à sua importância, principalmente para os idosos, como lugar de socialização e de sociabilidade.

A partir dessas categorias de espaços públicos, considerando a busca documental e as atividades de campo exploratórias, as formas-conteúdo (Mapa 8) públicas, efetiva ou tendencialmente, foram encontradas em Ituiutaba. Complementarmente, por considerar os espaços públicos de uso comum, em sua condição de serem amplamente acessíveis, é elementar observar a capacidade de articulação dos espaços públicos, pela disponibilidade do transporte coletivo público.

Mapa 8: Materialidades do espaço público em espaços de sociabilidades, em Ituiutaba



Após visualizadas em conjunto, podemos seguir diretamente para a apresentação dos componentes do espaço público material na cidade de Ituiutaba, manifestando-se, assim, como plural, na medida em que compreendem os espaços públicos urbanos.

3.1 Praças

O conceito e a forma das praças possuem diversas apresentações, dependendo do local ou de quando se fala sobre elas. No entanto, quando se trata desses espaços a partir de sua instituição formal, da maneira como se inserem dentro das representações do espaço, no contexto público, tende-se a considerá-los a partir das determinações legais, provenientes das prefeituras municipais. Ou seja, são espaços públicos instituídos legalmente a partir da propriedade pública do Estado.

No âmbito científico, para Galender (1992, p. 117), o tratamento conceitual das praças indica que as definições mais generalizadas, em grande medida, limitam-se a defini-las arbitrariamente a partir de elementos genéricos, sendo, então, vinculadas “a uma imagem superada e, portanto, restritiva, na medida em que limita a leitura de novos fenômenos espaciais que ocorrem nas cidades”. A praça, enquanto uma forma, não tem seu conteúdo estático no tempo, carecendo de reinterpretações a partir da prática que se realiza, tanto diretamente quanto das representações que as povoam.

Nesse sentido,

A leitura detalhada do conjunto destes itens é fundamental para o entendimento dos espaços públicos urbanos em suas sutis nuances e variações. A evolução das cidades e sua configuração atual criaram novas demandas e respostas para estas questões que, globalmente, acabam por gerar novas paisagens novos espaços que extrapolam o âmbito da mera definição (GALENDER, 1992, p. 118).

Nessa mesma linha, Robba e Macedo (2010), indicam que, no Brasil, o termo “praça” é bastante abrangente, sendo qualquer espaço dotado de vegetação, como um canteiro central, espaços livres e áreas destinadas apenas ao lazer esportivo. No entanto, a praça deve ser vista a partir de critérios mais específicos, ligados ao contexto em que está inserida, entendendo que a praça, enquanto forma, não tem autonomia. Os sujeitos sociais detêm essa autonomia. Assim, “por ser um dos fragmentos do mosaico espacial que compõe a cidade, a praça está intimamente ligada às questões sociais, formais e estéticas de um assentamento” (ROBBA; MACEDO, 2010, p. 18). Portanto, não se deve observar apenas a forma material (ainda que seja elementar), bem

como a distribuição dos objetos que compõem uma praça, mas o uso social que dá conteúdo a esses espaços-tempos.

Do mesmo modo,

Compreendidas como um sub-espacos do espaco geográfico, todas as praças existentes são praças do presente, a despeito de, algumas, terem sido construídas há séculos. O passado, como prático-inerte, participa do presente, mas é o sistema de ações que ao se realizar caracteriza a praça no tempo presente (QUEIROGA, 2001, p. 59).

Para o mesmo autor, as praças podem ser consideradas como um espaco que tem sua função voltada “essencialmente ao encontro público, um momento da esfera de vida pública. A dimensão pública dos encontros que caracterizam a praça não é única. As praças, como sínteses dos lugares, são específicas, como o são os lugares” (QUEIROGA, 2001, p. 56). Nesta perspectiva, são um “tipo de espaco público voltado à vida pública e função não somente de suas características físicas, como do contexto urbano que pode, ou não, potencializar seu uso público. A praça é índice do lugar” (QUEIROGA, 2001, p. 185-186). Neste sentido, Queiroga (2001) nos traz o conceito de pracialidade como o conjunto de características provenientes das funções das praças, que se espalham para outros espacos públicos da cidade. Nesta perspectiva, o conteúdo que anima a “praça” pode também preencher outros espacos públicos urbanos. O autor segue ainda argumentando que

O sistema de usos realizados nas praças sempre foi diversificado, complexo, por vezes contraditório, mas majoritariamente ligado à esfera de vida pública. Mesmo o comércio, as feiras, os camelôs, ao se instalarem nas praças, possuem um caráter público dado pela ampla acessibilidade ao lugar (relativa, evidentemente, aos diferentes graus de liberdade social de cada período, de cada formação social) [...]. Assim como há pracialidades que se estabelecem em diferentes locais, também existem logradouros públicos denominados como praças que, porém, não apresentam ações da esfera pública capazes de caracterizá-las como tal. É o caso, entre outros, de espacos livres residuais resultantes da implantação de avenidas, de espacos públicos apenas vegetados em bairros de renda alta e baixa densidade habitacional, rotatórias, dentre outros (QUEIROGA, 2012, p. 57-58; 61).

Neste sentido, a pracialidade, condição de realização da praça, se estabelece como prática, o que vai além de sua representação através do espaco concebido. Enquanto sua manifestação na cidade estiver apenas vinculada à forma, é apenas casca vazia, pois o conteúdo das práticas, os usos, são o que garante sua razão de ser, enquanto objeto público.

Como veremos melhor quando tratados os parques, ocorre a deficiência da presença desses espacos em Ituiutaba, pois se manifestam, mas não possuem usos significativos, quiçá insignificantes. Portanto, a praça tem destaque fundamental na dinâmica dos espacos públicos

produzidos pelo PPM. Essa característica aproxima nosso quadro urbano da lógica de produção de espaços públicos formais de pequenas cidades, as quais, conforme Queiroga (2012, p. 93) evidencia, têm por característica marcante não possuírem parques e jardins, que comporão um sistema de espaços livres (de edificação) públicos, cabendo às “praças e a eventuais espaços livres de acesso público do entorno às cidades cumprir esses papéis”.

De outro modo,

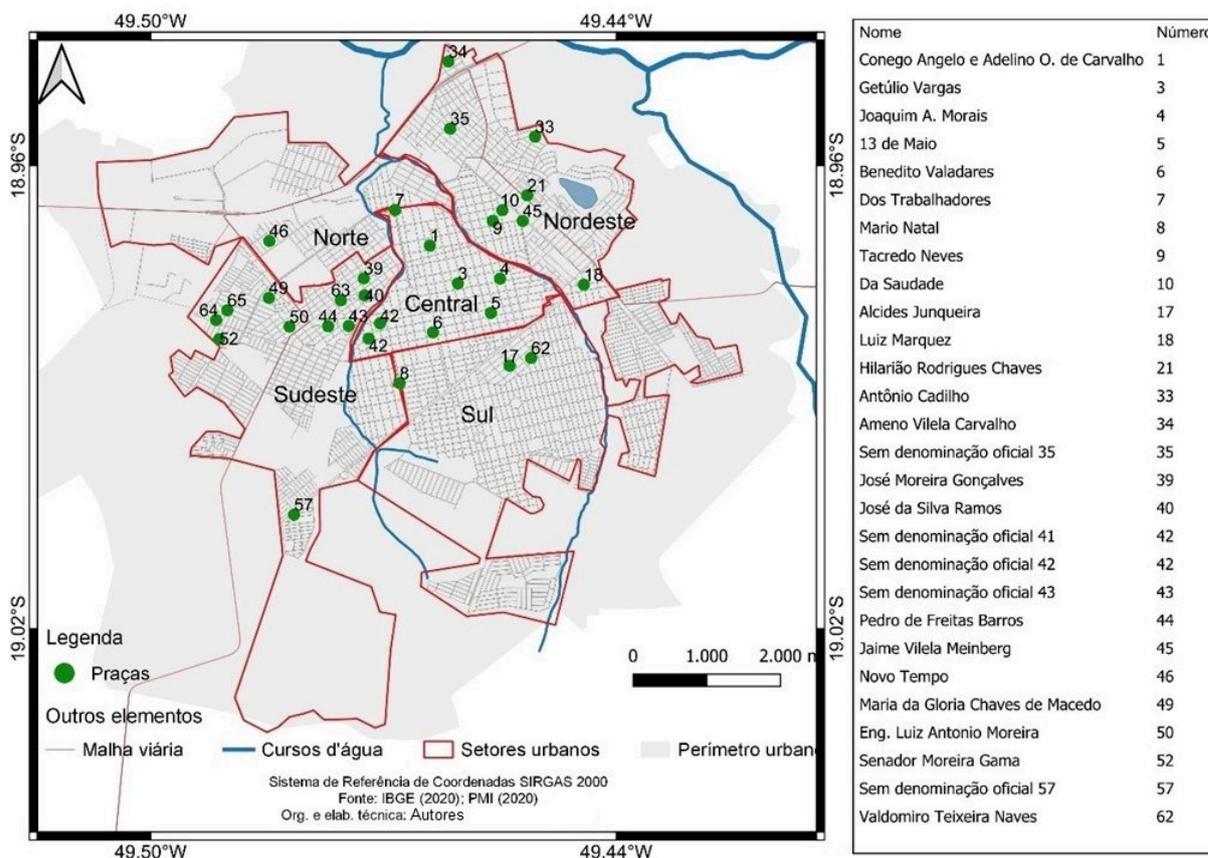
Mesmo quando não se verifica intenso uso público, as praças podem cumprir outros importantes papéis: na dimensão simbólica, para a imagem e memória coletiva sobre a cidade: marcos referenciais em si ou associados a edifícios públicos; - na dimensão físico-ambiental, contribuindo para a drenagem urbana, para um microclima mais ameno, como apoio e alimento para fauna e para a conservação de espécies vegetais pouco frequentes no meio urbano (QUEIROGA, 2012, p. 96).

Assim sendo, as praças são espaços públicos de uso comum polifuncionais que cumprem importante papel social, através do uso irrestrito e da integração dos habitantes, a partir da possibilidade de reunião, e também pela possibilidade de criação da identidade com o lugar, constituindo relevância simbólica. Cumprem também funções referentes a espaços livres de edificação, manifestando benefícios, principalmente ecológicos, que se fazem presentes pelas características entre permeabilidade do solo e vegetação.

Dessa maneira, mais do que a pesquisa documental, as atividades de campo foram necessárias para que fossem encontradas as praças que efetivamente apresentam-se como tal (Mapa 9), a partir da apreensão de seu conteúdo. Ressaltamos que o mapa oficial, ou mesmo a listagem das praças fornecida pela PMI, consideram muitos espaços de reserva institucional, como bens dominicais, enquanto praças. O trabalho de diferenciação e separação entre estes espaços livres e praças foi realizado em Pereira (2019).

Apenas a concepção não determina uma praça, mas sim, os usos encontrados e as relações estabelecidas a partir da base física, sendo esta observada nas atividades de campo. Nessa perspectiva, faremos, a partir deste ponto, a apresentação desses espaços.

Mapa 9: Localização das praças, em Ituiutaba



Fonte: IBGE (2020) e PMI (2020). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

A Praça Ameno Vilela de Carvalho (n.º 34, Mapa 10) se localiza no Bairro Paranaíba. Este bairro possui, ao menos, 50 anos do início de sua ocupação, mas ainda assim não foi totalmente consolidado, apresentando residências semiacabadas, calçadas não pavimentadas e ruas apenas recentemente asfaltadas. As obras na referida praça também são recentes. O lote da praça possui calçamento nas bordas e rampa de acesso; no entanto, não possui nenhum equipamento ou mobiliário. O que foi criado, até então, como o pequeno campo de futebol e alguns bancos (improvisados) em áreas sombreadas, é resultado da intervenção da população do entorno.

Mapa 10: Primeiro grupo de praças de Ituiutaba identificadas como espaços públicos de uso comum



Fonte: IBGE (2020), PMI (2020) e Atividades de campo (2021). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

A Praça Antônio Cadilho (n.º 33, Mapa 10), localizada no Bairro Bela Vista, possui quadra de esportes e academia ao ar livre que incentivam os usos pela população do entorno. Também apresenta mobiliário, calçamento e iluminação satisfatórias. Esse conjunto de “recursos” constitui uma potencialidade de usos esperados em períodos diurnos e noturnos, mostrando-se um importante espaço, se considerado que o bairro está situado na periferia da cidade e não dispõe de espaços de sociabilidade nas proximidades.

A Praça Hilarião Rodrigues Chaves (n.º 21, Mapa 10) está presente no Bairro Ipiranga e ocupa local importante junto a demais instituições, como a Escola Estadual Rotary (ao lado), e próxima à Igreja São Francisco de Assis. Essa localização é referendada também a partir dos equipamentos encontrados, como campo e quadra de futebol e trailer com lanchonete. No entanto, a conservação da praça encontra-se em condições muito ruins, tanto no campo quanto na quadra, bem como nas calçadas do entorno. Ainda, ocorre nessa praça, semanalmente, a realização da Feira dos Produtores e Artesão de Ituiutaba (Feproarti), promovida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

A Praça da Saudade (n.º 10, Mapa 10) fica situada no Bairro Progresso e tem função vinculada ao Cemitério São José, haja vista que inclusive sua toponímia faz esta referência. Normalmente, funciona apenas como lugar de passagem para transeuntes, tendo em vista a falta de mobiliário que permita a permanência de pessoas, ainda que possua sombreamento que proporcione amenidades. Em dias em que ocorrem sepultamentos e no Dia de Finados, o fluxo de pessoas que percorrem a praça e permanecem por algum período, também o número de veículos em seu entorno, intensifica-se, haja vista o uso do estacionamento ao seu redor. Pelo fato de possui zelador, a praça mostra-se bem cuidada.

Praça Tancredo Neves (n.º 9, Mapa 10) localiza-se próxima à Praça da Saudade (100mts) e está inserida no Bairro Progresso. Sua área é ampla e bem distribuída entre calçamento e área permeável. Sendo bem consolidada, apresenta arborização de grande porte, inclusive sombreando, na maior parte da praça. É equipada com diversos serviços, como chaveiro, ponto de táxi, estacionamento (utilizado pelo comércio da Rua 36), quiosque de lanchonete e ainda recebe, semanalmente, a Feira do Sindicato dos Produtores Rurais.

A Praça Jaime Vilela Meinberg (n.º 45, Mapa 10), localizada no Bairro Progresso, se estabeleceu a partir de resíduo da malha viária. Tem disposto em sua área interna a presença de bancos, boa iluminação e relativo sombreamento. Está bem próxima à Escola Estadual Israel Pinheiro (do outro lado da rua), fazendo com que em dias letivos, durante a chegada e saída de

alunos, a praça tenha maior fluxo. No entanto, ainda que elementos que proporcionem a vitalidade da praça, em dias comuns o fluxo se restringe a esparsos transeuntes.

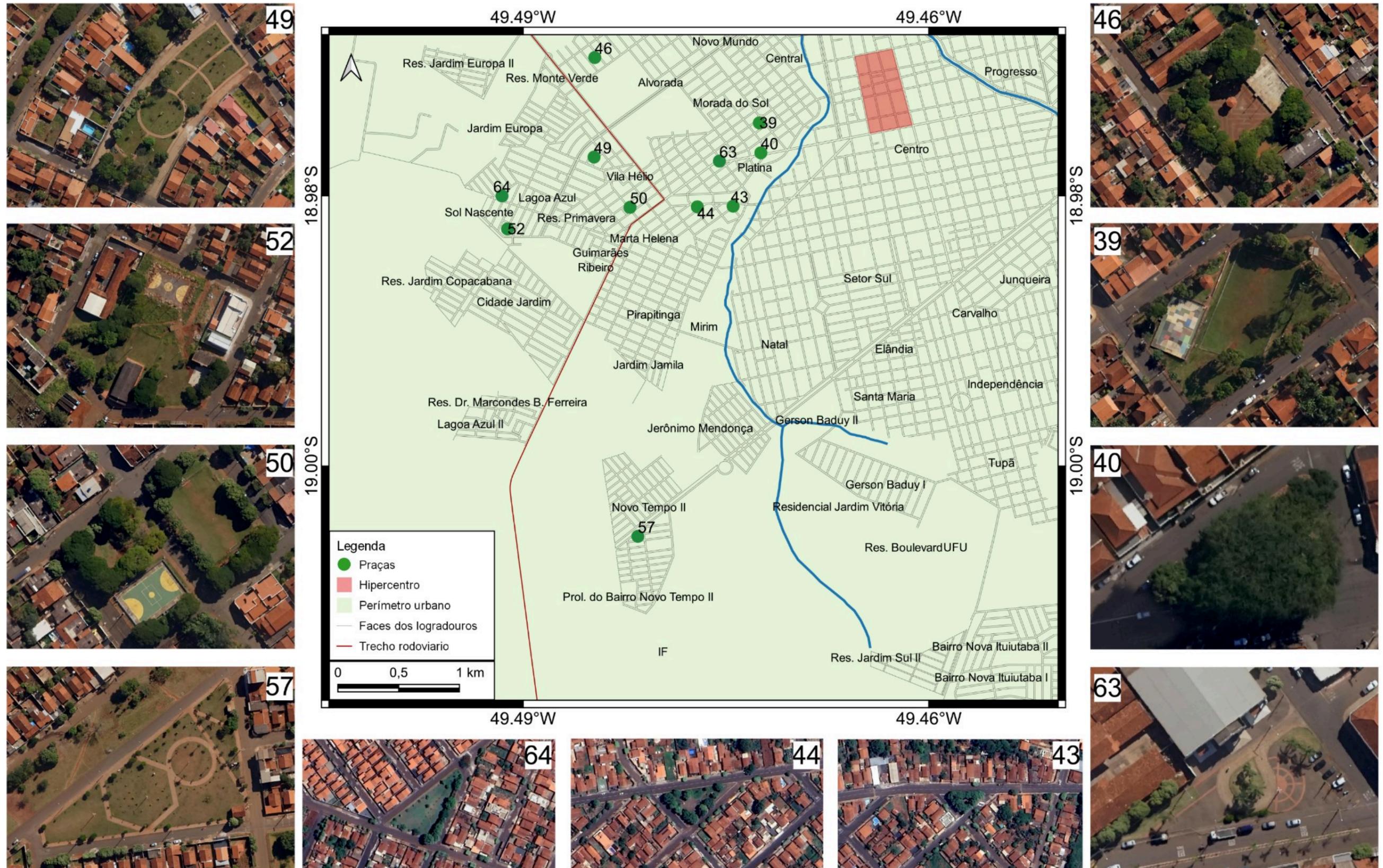
A Praça Luiz Marques (n.º 18, Mapa 10) é uma autêntica praça ajardinada de bairro, estando situada no Novo Mundo. Sua forma quebra o sentido direto do fluxo no interior do bairro em questão, fazendo com que sua presença não seja despercebida. Apresenta boa iluminação e bancos no interior; no entanto, a população do entorno prefere levar suas cadeiras até as calçadas sombreadas da praça, para se sentar à sombra e observar o movimento da rua enquanto conversa.

A Praça Novo Tempo (n.º 46, Mapa 11) está situada no Bairro Alvorada, faz divisa intralote com a Escola Estadual Coronel João Martins, Mitra Diocesana de Ituiutaba, o CRAS e o PSF do bairro. Tem, em sua composição: quadra para prática esportiva (com relevantes sinais de degradação), espaço reservado para quadra de peteca, espaço reservado para parquinho infantil (inutilizável), mesas e bancos de alvenaria (para atividades voltadas para jogos), coreto (vandalizado) e boas condições de amenidades.

A Praça Maria da Glória Chaves de Macedo (n.º 49, Mapa 11), situa-se no Bairro Lagoa Azul I. De inauguração recente, se consideradas as demais praças da cidade, sua estrutura simples mostra-se conservada, apresentando iluminação e bancos suficientemente dispostos, ao longo de sua extensão. Podendo ser considerada uma “praça ajardinada”, a população do entorno utiliza de suas amenidades para se sentar nos bancos ou ainda em cadeiras trazidas de casa, contemplando a paisagem e conversando. Além disso, a população do entorno leva diversos animais domésticos para passeio, ao final da tarde.

As Praças Caiapônia e José Moreira Gonçalves (n.º 39, Mapa 11) foram apresentadas, nesta pesquisa, conjuntamente, devido ao fato de mostrarem relativa contiguidade, separadas apenas um trecho da rua. Ambas estão localizadas no Bairro Platina (segundo bairro mais antigo da cidade). A Praça Caiapônia (dotada de bancos, iluminação e forte presença arbórea e arbustiva) funciona na estrutura intraurbana como uma rotatória que organiza a malha viária. De outra maneira, complementa o espaço da Praça José Moreira Gonçalves – esta, dotada de equipamentos comunitários, como quadra e campo de futebol, coreto, parquinho infantil (deteriorado), academia ao ar livre, bem como lanchonete fixa. Ademais, possui banheiros, ponto de ônibus, iluminação e bancos, satisfatoriamente dispostos.

Mapa 11: Segundo grupo de praças de Ituiutaba identificadas como espaços públicos de uso comum



Fonte: IBGE (2020), PMI (2020) e Atividades de campo (2021). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

A Praça Senador Moreira Gama (n.º 52, Mapa 11) situada no bairro Sol Nascente II, passou por uma significativa transformação recente, que foi abordada em Pereira (2019a), metamorfoseando sua função a partir de mudanças físicas, se constituindo, na atualidade, como uma grande área institucional com resíduos da antiga praça. Ocupando o lugar de quadra de esportes e vasta vegetação rasteira e arbórea e também de diversos bancos espalhados em seu interior, estão presentes a Unidade Básica de Saúde Familiar (UBSF) do bairro, a Igreja Santa Edwiges, a Escola Municipal Clorinda Junqueira, uma creche ainda não finalizada e uma academia ao ar livre.

A Praça Engenheiro Luiz Antônio Moreira (n.º 50, Mapa 11), com localização no Bairro Marta Helena, é composta por dois lotes subdivididos por uma rua. Um destes lotes é ocupado por um campo de futebol com vestiário e banheiros, rodeado por vegetação arbórea e um ponto de ônibus. A estrutura do campo de futebol está deteriorada, sobretudo as cercas que o envolvem. Do outro lado, a praça demonstra marcas de um antigo parquinho infantil que não existe mais, sendo ele rodeado de árvores. Está contida nela, também, uma quadra de futebol. Assim como o campo, a quadra também está deteriorada. No período noturno, um “carrinho de cachorro-quente” utiliza o espaço da praça para realizar suas vendas.

A Praça José da Silva Ramos (n.º 40, Mapa 11), situada no Bairro Platina, possui tamanho restrito; ainda assim, possui, especialmente, dois tipos de usos: circulação, tendo em vista que margeia a Avenida 17, importante eixo da cidade, com o fluxo constante de pessoas e veículos; e, para tanto, a praça possui ponto de ônibus, com movimento significativo; também uso comercial, sobretudo no período noturno, quando dois quiosques de lanchonete comercializam seus produtos. Essa praça possui a expressividade de uma única árvore sombrear praticamente toda sua área, sendo assim, apresenta amenidades que proporcionam usos diários.

A Praça São Judas (n.º 63, Mapa 11) está inserida também no Bairro Platina; tem vínculo direto com a Igreja de mesmo nome. Para tanto, apresenta-se como adro e tem seu funcionamento ligado a questões religiosas, como: casamentos, saídas e chegadas de procissões, “barraquinhas” e festividades da Igreja. No ano de 2020, foi estabelecida no local uma homenagem, em forma de estátua, ao Padre José Maria, pároco da Igreja por mais de duas décadas e figura querida pelos fiéis do bairro.

Em relação às praças localizadas no centro ou em suas proximidades, iniciamos abordando a Praça dos Trabalhadores (n.º 7, Mapa 12), sendo a maior de todas as praças (18.375,77mts²) situadas no centro.

Mapa 12: Terceiro grupo de praças de Ituiutaba identificadas como espaços públicos de uso comum



Fonte: IBGE (2020), PMI (2020) e Atividades de campo (2021). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

Por sua localização e forma, a Praça dos Trabalhadores (n.º 7, Mapa 12) ordena o trânsito de importantes vias que se ligam ao centro de Ituiutaba (Avenida 3 – Avenida Professor José Vieira de Mendonça – e Avenida 14). Possui infraestrutura e mobiliário em condições de uso satisfatórias; tem ainda palco/palanque, academia ao ar livre, rampa de *skate*, quiosque de lanchonete e ampla área calçada em seu centro, que é utilizada aos sábados, pela manhã, como lugar de uma feira itinerante. A composição vegetal cria amenidades sobre os bancos e proporciona bom paisagismo ao local.

A Praça Conego Ângelo Tardio Bruno e a Praça Adelino de Oliveira Carvalho³⁰ (n.º 1, Mapa 12) está localizada no centro da cidade. Enquanto largo, esta foi a primeira praça a ser construída e acompanha a consolidação urbana de Ituiutaba desde os primeiros anos do século XX, quando foi edificada a Igreja Matriz de São José. É conhecida, também, como Praça da Matriz. No ano de 1954, foi construída no local a sede da prefeitura municipal. Em 1963, teve início o projeto de construção da praça, nos moldes conhecidos atualmente. Ainda que o prefeito da época tenha sido destituído com um golpe militar, o prefeito seguinte terminou a obra. Assim, desde então, a praça conta com longos bancos espalhados por toda sua extensão, boa iluminação, boa composição paisagística, estacionamento recuado e fonte. No local, também está inserida a Câmara Municipal de Ituiutaba. Devido à sua centralidade e importância, possui monumentos, sendo uma estátua em homenagem ao padre que nomeia a praça e também um busto que homenageia Moacyr Franco (um relevante artista nascido em Ituiutaba).

Diurnamente, percorre pelas praças uma infinidade de pessoas à procura dos serviços e produtos localizados no centro, o que é intensificado pela presença de um ponto de ônibus que serve como “terminal” na cidade, pois dali saem e chegam ônibus para qualquer parte da cidade. Diariamente, em período noturno, diversas pessoas, famílias e grupos vão até a Praça Adelino de O. Carvalho para consumir os produtos alimentícios dos vários *trailers* e quiosques, bem como usar os brinquedos para as crianças. Aos domingos à noite, também são montadas barraquinhas na Praça Conego Ângelo, buscando, sobretudo, clientes que saem da missa.

A Praça Getúlio Vargas (n.º 3, Mapa 12) foi a segunda a ser constituída na cidade e localiza-se também no centro. Ainda que não possua ponto de ônibus, devido à sua posição centralizada no Bairro Centro, flui por sua área número significativo de pessoas que vão ao centro a trabalho, consumo ou lazer. Entre os anos de 2005 e 2012, a praça passou por reforma, que alterou, sobremaneira, sua composição paisagística, inserindo também novos traçados

³⁰ Consideramos as duas praças em conjunto, pois sua gênese tem vínculo direto e suas funções se complementam.

internos (atualmente utilizados para passeios e caminhadas) e infraestrutura de acessibilidade (como piso tátil e rampas). A composição vegetal, juntamente ao traçado, proporcionam amenidades que são aproveitadas diurnamente pelos transeuntes. Diferentemente da Praça Conego Ângelo e Adelino O. Carvalho, neste local uso cotidiano noturno pouco é verificado.

A Praça Joaquim Antônio de Moraes (n.º 4, Mapa 12), localizada no Centro da cidade, é parte integrante do Terminal (intermunicipal) Rodoviário Fernando Alexandre. Dessa forma, tem sua função vinculada à passagem de pessoas que chegam à rodoviária ou que atravessam a área, indo de uma rua à outra. O ponto de táxi ali construído está abandonado e seu entorno é ocupado diariamente por pessoas que aguardam vistorias veiculares na Polícia Civil. No local, foram encontradas pessoas em situação de rua, bem como vestígios de outras pessoas que ali permaneceram por algum tempo.

A Praça 13 de Maio (n.º 5, Mapa 12) funciona como adro da Igreja São Benedito e localiza-se no Bairro Centro. Com fluxo pequeno de pessoas, os usos mais intensivos se dão com a realização da Feira Itinerante (às quartas-feiras), ocupando o interior da praça com barracas diversas, e também a utilização de parte da área por um bar, ocupando parte significativa com suas mesas. Desde 1951, é oficialmente realizada (RAFAEL, 2018) a apresentação de Ternos de Congada, promovidos pela Irmandade de São Benedito. Esse vínculo do espaço da praça a partir manifestação com a religiosa e a questão Negra ganha materialidade pela presença de monumento de Zumbi de Palmares.

A Praça Benedito Valadares (n.º 6, Mapa 12) está situada no Bairro Centro e divide a quadra (quarteirão) com a Escola Municipal Prefeito Camilo Chaves Júnior. Tem boa composição vegetal e bancos dispostos em seu interior, criando, assim, amenidades para a permanência das pessoas. Os caminhos que a cortam diagonalmente fazem com o fluxo pequeno de pessoas utilize a área para “ganhar tempo” no deslocamento. Semanalmente, recebe maior número de pessoas, que vão até o local para os exames de direção veicular, dessa maneira, aumentando tanto o número de pessoas quanto o de veículos. Ainda, devido à presença de lanchonete que atende até altas horas da madrugada, a praça em questão é destino daqueles que saem de festas.

A Praça Valdomiro Teixeira (n.º 62, Mapa 12) tem sua pequena área (518,72mts²) em formato triangular localizada no Bairro Junqueira. Ao que parece, sua disposição demonstra que é resquício do arruamento e que foi transformada em praça. Em seu interior, encontra-se um quiosque de lanchonete que funciona no período noturno. No local, existe uma árvore de porte muito grande que fornece sombreamento em quase toda sua área, fomentando a permanência das pessoas nos bancos ali dispostos.

A Praça Alcides Junqueira (n.º 17, Mapa 12), também situada no Bairro Junqueira, possui área ampla. Devido a isso e às demandas do bairro, possui campo e quadra de esportes e campo de futebol; parquinho infantil; duas quadras de peteca; academia ao ar livre; mesas para jogos, sob o sombreamento das árvores; e coreto (deteriorado). No local, também é encontrada uma cruz de pelo menos três metros de altura, denotando o simbólico e sua ligação à Igreja Católica.

Finalizando a abordagem sobre as praças do penúltimo recorte, a Praça Mário Natal de Guimarães (n.º 8, Mapa 12) localiza-se no Bairro Natal. No ano de 2015, foram terminadas as obras que requalificaram o local a partir da implementação do Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU). Desse modo, a praça passou a ter biblioteca, salas audiovisuais, salas de aula, rampa de *skate*, academia ao ar livre, parquinho infantil, mesas para jogos, quadra de esportes, e desde 2021, é sede da Fundação Cultural de Ituiutaba. Semanalmente, assim como acontece na Praça Hilarião Rodrigues Chaves (Bairro Ipiranga), ocorre, no local, a realização da Feproarti.

Diferentemente das praças evidenciadas anteriormente, não se pode dizer que as praças do Bairro Residencial Portal dos Ipês (Figura 12) são amplamente acessíveis, devido ao fato de o bairro ter acesso controlado, como será mais bem desenvolvido em seção posterior.

Figura 12: Praças localizadas no Bairro Residencial Portal dos Ipês, em Ituiutaba



Fonte: Google Earth Pro (2022) e Atividades de campo (2021). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

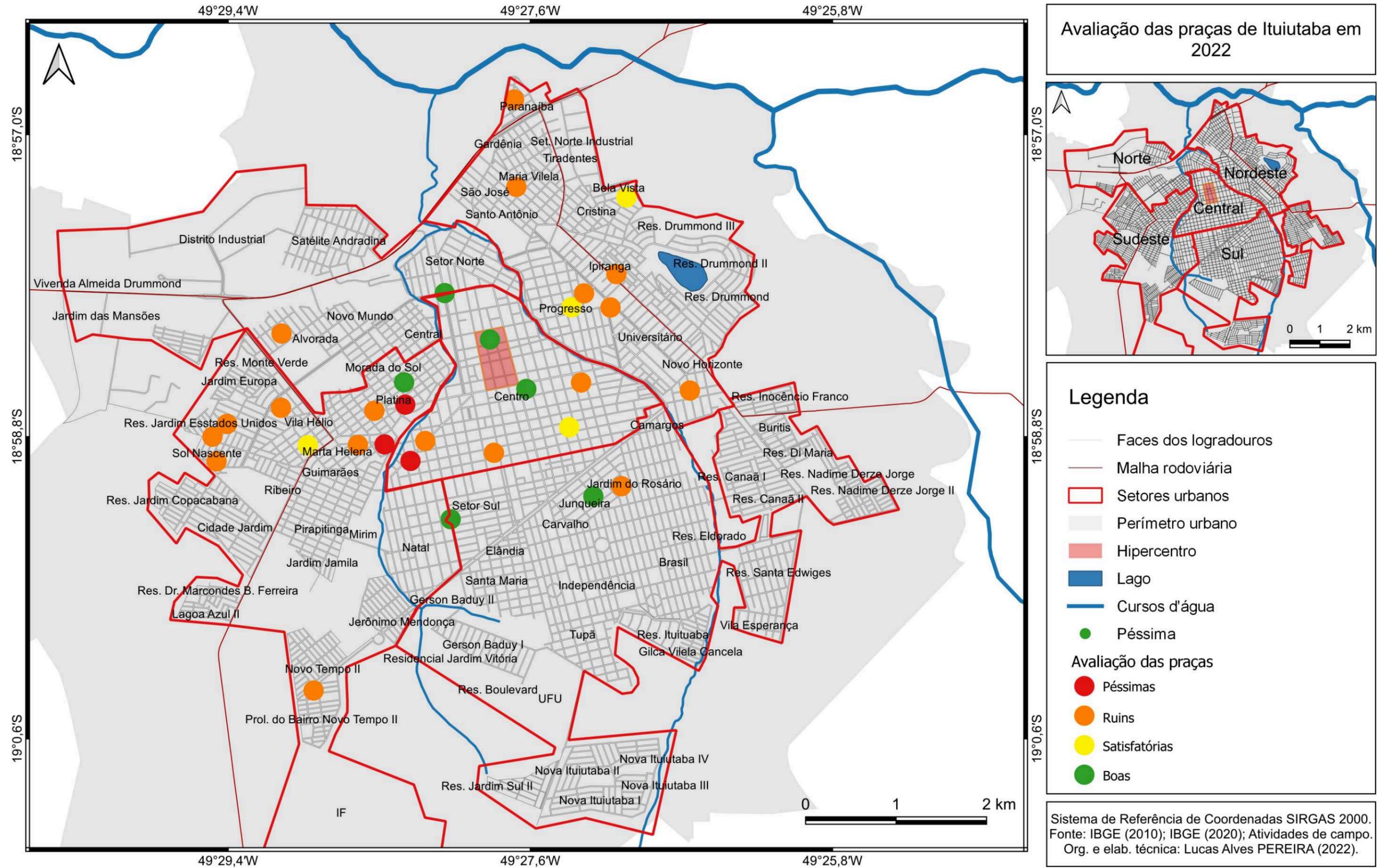
Relativamente menor do que as praças comumente distribuídas pela cidade de Ituiutaba, as praças do Bairro Residencial Portal dos Ipês apresentam-se em maior número do que em qualquer outro bairro, excetuando-se o Centro. Cada uma dessas praças é dotada de equipamentos e mobiliários distintos, sendo padrão a presença de bancos, postes de iluminação de tamanhos médios e baixos, bem como vegetação rasteira, arbustiva e alta. Desse modo, as praças do referido bairro se complementam a partir dos usos diversificados. Na praça mais ao norte, foram encontrados equipamentos para o lazer de crianças de menores idades; na praça ao oeste, o que foi encontrado, tanto em mobiliário quanto em uso, se remete, mais especificamente, ao uso contemplativo, sobretudo pela presença da composição vegetal. A mesma composição foi encontrada na praça a leste, sendo acrescentado um pergolado. De outra maneira, na praça ao sul, além do mobiliário padrão, encontra-se também uma rampa de *skate*, a qual é constantemente usada pelas crianças e adolescentes do bairro.

3.1.1 Avaliação das praças da cidade de Ituiutaba

Tendo sido apresentadas as praças da cidade de Ituiutaba, faz-se necessário avaliá-las visando, sobretudo, compreender como elas apresentam-se qualitativamente, sendo este movimento indispensável para elucidarmos sobre o presente, mas também servindo ao planejamento, em virtude das indicações de fragilidades passíveis de transformações e do desenvolvimento de suas potencialidades. Tivemos como base o estudo realizado por Pereira e Ferreira (2023), que utilizaram como critério (objetivo) avaliativo a realização das funções de uma área verde urbana, sendo entendido por “uma forma espacial (e temporal) que possui características híbridas, como o próprio espaço, sendo dotadas das funções ecológica/ambiental, lazer/recreação, estética/paisagística, social/saúde humana e educação ambiental” (PEREIRA, 2019). Essa forma espacial é predominantemente composta por vegetação, dotada de equipamentos urbanos e comunitários, mobiliário diversificado e composição paisagística.

Desse modo, refinando as funções de maneira que pudessem ser melhores apreendidas objetivamente, foram observados os elementos ambientais (área, cobertura do solo, disposição espacial e densidade da vegetação), social (equipamentos urbanos, equipamentos comunitários e mobiliário diverso), e estético (composição paisagística, conservação, limpeza). A síntese da observação mediada pelos critérios objetivos (Mapa 13) foi traduzida a partir de classes qualitativas que se situaram entre praças “péssimas”, “ruins”, “satisfatórias” e “boas”.

Mapa 13: Praças de Ituiutaba, avaliadas segundo Pereira e Ferreira (2023)



Fonte: IBGE (2020), PMI (2020) e Atividades de campo (2021). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

Assim, foram identificadas três praças qualitativamente classificadas como “péssimas” (9,67%); 16 praças, como “ruins” (51,61%); seis praças, como “satisfatórias” (19,36%); e também seis, consideradas como “boas” (19,36%). Portanto, se consideradas as praças “péssimas” e “ruins” como aquelas que necessitam de intervenção, vemos que são maioria em Ituiutaba, perfazendo 61,28% do total. Isso indica que é necessária uma maior atenção do PPM a esses espaços.

Enquanto parte integrante apenas da materialização do espaço concebido, [...] muitas praças só existem no papel e são desenhadas apenas para compor porcentagens, ao invés de servirem a um pensamento urbanístico que as valorize, fato este que ocorre principalmente nas regiões periféricas (COCOZZA e OLIVEIRA, 2013, p. 28).

É relevante observar que a ausência das praças em algumas porções da cidade de Ituiutaba é um indício de uma característica importante para se avaliar a qualidade de vida da população. Durante a observação dos mapas, é notório que alguns bairros localizados nos setores sul e norte não possuem praças, ainda que sem qualidade. Os setores nordeste e sudeste possuem praças, mas essas carecem de melhorias. Já as praças localizadas em bairros centrais ou em sua proximidade, apresentam-se qualitativamente melhores.

Sobre praças e o centro, nas palavras de Queiroga (2012),

As praças centrais são as mais dinâmicas, conflituosas, carregadas de memória e história, mesmo que, em muitos casos, as municipalidades não cansem de reformá-las, mais do que restaurá-las. São espaços de ampla visibilidade pública, fortemente relacionadas ao entorno e contexto urbano (QUEIROGA, 2012, p. 95).

Nesse sentido, mesmo que não tenha sido abordada a questão apontada pelo autor, é importante que se visualize o quadro geral, visando a promoção de transformações que garantam, mais do que o ganho qualitativo individual, o acesso a espaços de sociabilidade, sobretudo para as frações mais pobres da sociedade. Pensar a integração desses espaços enquanto sistema de espaços livres compõe interessante meio para operacionalizar melhorias aos espaços públicos de uso comum na cidade de Ituiutaba.

Insistimos que os resultados demonstram que é significativa a centralidade das praças mais bem providas de funções ambientais, sociais e estéticas. Esse fato não deve ser entendido como palavra final sobre quais espaços são apropriados pela população, pois ainda que o uso esteja vinculado às condições do lugar, elementos, como a acessibilidade simbólica e física, são indispensáveis para se pensar os espaços públicos de sociabilidade.

3.2 Parques

A partir de variações significativas em distintas cidades brasileiras, os parques apresentam-se em diversos formatos, tamanhos e funções, e mesmo podem ser urbanos ou não. Uma primeira diferenciação, considerando os parques e as praças, é a ampliação de sua função ambiental. Normalmente com dimensões maiores que as praças, os parques contêm elementos significativos que contribuem com as questões ecológicas.

Em sua origem, os parques urbanos são espaços voltados à fruição da paisagem, artifício humano com forte presença de vegetação ou outros elementos que evocam a imagem de natureza (corpos e quedas d'água, movimentação do relevo simulando colinas suaves, ou mesmo dunas naturais). Dessa maneira, constituem-se em espaços livres dialeticamente urbanos, criados para propiciar uma pausa diante do ritmo das cidades, como espaços de contemplação (em movimento) da natureza humanizada ou simplesmente idealizada (QUEIROGA, 2012, p. 97-98).

De outro modo, uma segunda diferença básica ocorre entre parques e praças. Em vários casos, os parques não estão inseridos organicamente na malha urbana, sendo mais afastados das áreas de urbanização mais concentrada ou sendo margeados por rodovias ou avenidas de trânsito muito rápido e intenso, o que dificulta o acesso a eles. Dessa maneira, na maioria dos casos, os parques não fazem parte diretamente do cotidiano diário dos habitantes, ficando mais restritos a visitas esporádicas, que demandam maior tempo.

Se a praça é, conceitualmente, lugar de concentração, de grandes encontros públicos e de identidade com o entorno urbano, o parque é, tipicamente, espaço de dispersão[...]. Os eventos de maior aglomeração nos parques são via de regra mais relacionados ao lazer do que à política. Se ruas e praças se constituem nos principais espaços livres para a realização da esfera pública geral e política, os parques públicos urbanos apresentam características mais favoráveis às práticas de lazer e às atividades físicas, pois, com frequência, também são equipados para práticas esportivas. São espaços mais propícios, portanto, à esfera pública geral enquanto lugar de convívio público em menor densidade, salvo em eventuais apresentações culturais e outras manifestações (QUEIROGA, 2012, p. 97).

Pelas assertivas indicadas, vemos a evidente diferença entre praça e parque, a possibilidade que maiores extensões de área pública podem proporcionar, bem como a reunião em atividades que exigem maior número de pessoas, mas, mesmo os parques possuem diferentes versões. Para a cidade de Ituiutaba, foram encontradas três distintas formas: uma, delimitada como Área de Preservação Ambiental (APA), mais precisamente, como Unidade de

Conservação³¹ de Uso Sustentável; um espaço livre, que atende à forma de Parque Urbano; e um Parque Linear – este último, carecendo de melhor esclarecimento.

Para entendermos melhor sobre em que consistem os Parques Lineares, é interessante evidenciar o que foi indicado por Friedrich (2007). A autora baseia-se em Magalhães (1996), Giordano (2004), Ahern (2007) e Little (1990) para detalhar as características e as funções dos Parques Lineares, sendo: parque contínuo na malha urbana, preservando as estruturas da paisagem e destinadas à conservação, especialmente a natural, agregando-a ao uso humano. Sua continuidade faz importante papel de interligar os fragmentos florestais, mas também os demais espaços livres, incluindo aí os espaços voltados para as atividades de lazer. Desse modo, o parque linear realiza múltiplos propósitos, como os ecológicos, recreacionais, culturais, estéticos. Ainda, podem ser classificados em categorias, a partir de sua aptidão, indo de características para o uso mais passivo (contemplação) ao mais ativo (recreativo).

Tendo em vista a assertiva anterior, ainda que não seja legalmente reconhecido com parque, consideramos o canteiro central da Avenida José João Dib (Mapa 14) como um parque linear. Sua área, com aproximadamente dois quilômetros de extensão, é delimitada pelos Bairros Centro, Universitário, Progresso e Novo Mundo. Seu surgimento está ligado às obras de canalização do Córrego São José, iniciadas no final da década de 1980, com inauguração da primeira etapa em maio de 1996, adquirindo sua configuração atual em 2001.

Ao longo de toda a sua extensão, está disposta uma pista de caminhada com caminhos sinuosos que remetem à vegetação. No ano de 2016, foi instalada academia ao ar livre, e, em 2019, foram construídos no local três quadras de peteca e bebedouro; também foram instalados *parklets* por uma lanchonete que margeia o canteiro, bem como duas áreas com calçamento, utilizadas por uma pizzaria, e um bar que coloca mesas para o uso dos clientes.

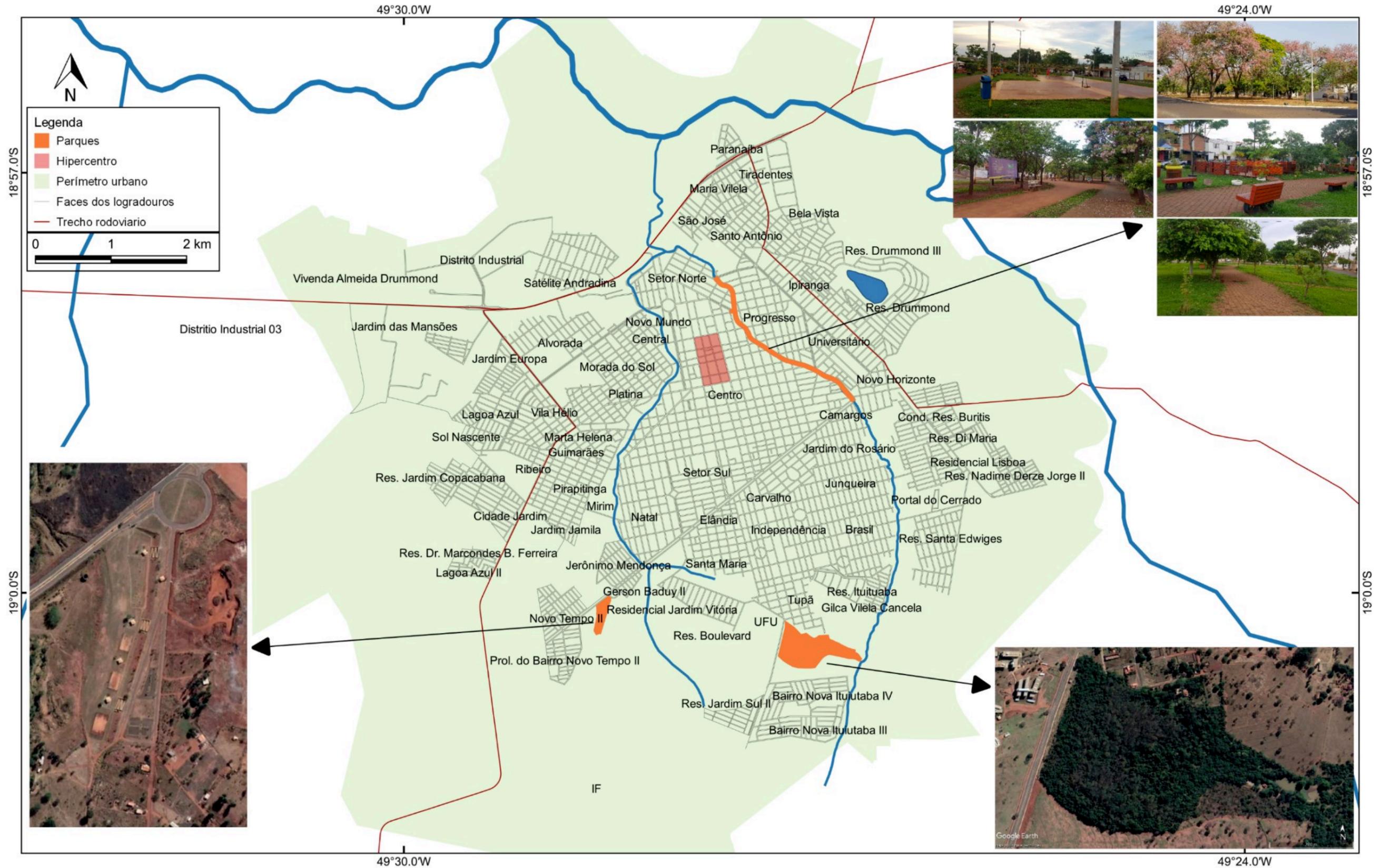
O Parque Petrônio Rodrigues Chaves (Mapa 14), conhecido como Parque do Goiabal, foi instituído pela Lei n.º 1826, de 24 de agosto de 1977, e localiza-se nas imediações do Bairro Tupã. No entanto, apenas em 1986 ocorre sua fundação, e, desde então, o parque seguiu tendo uso relevante da população, sobretudo aos finais de semana, tendo como atrativo o “zoológico”. No início da década de 2000, devido à sua deterioração e à impossibilidade de receber recursos em virtude da falta de plano de manejo, por se tratar de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, o parque foi fechado. Atualmente, tendo ocorrido mudanças em sua classificação

³¹ “O espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. As Unidades de Uso Sustentável têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais” (Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000).

diante da legislação, um plano de manejo vem sendo construído para que, finalmente, o Parque do Goiabal volte a ser acessível à população.

O Centro Turístico Camilo Chaves Neto (Mapa 14), com obra parcialmente terminada em 2016, ocupa área entre os bairros Novo Tempo I e Novo Tempo II. Do projeto inicial, foram entregues o acesso pavimentado, o plantio da vegetação, as quatro quadras poliesportivas (duas de areia), o parquinho infantil, estacionamento e os diversos quiosques que foram submetidos à licitação para iniciativa privada. Mesmo em 2021, o parque não foi aberto ao público de modo efetivo, devido ao fato da não realização da etapa final, sendo esta o preenchimento do lago. Dessa maneira, o também conhecido como “Parque do Povo” está abandonado.

Mapa 14: Parques identificados em Ituiutaba

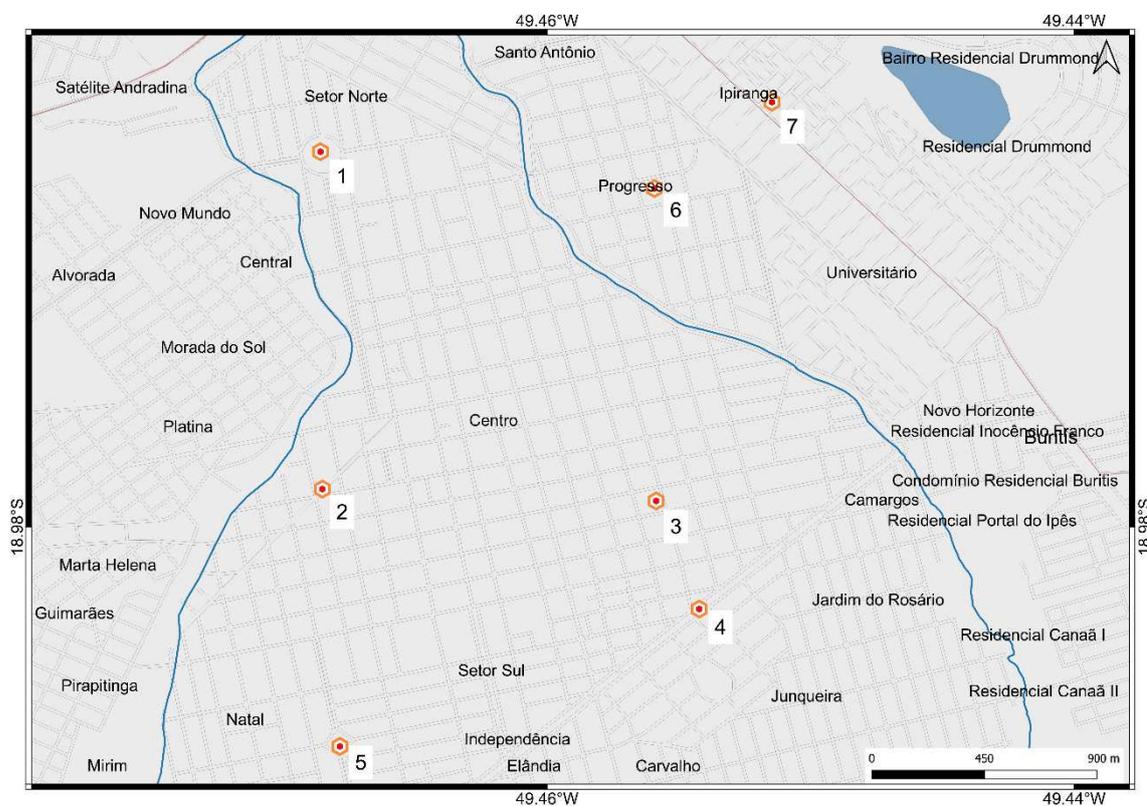


Fonte: IBGE (2020), PMI (2020) e Atividades de campo (2021). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

3.3 Feira públicas

Em relação às feiras livres, de acordo com Queiroga, (2012, p. 130), elas podem “caracterizar a dinâmica de certas ruas, praças, bairros [...], pois se configuram não só como espaços de trabalho, renda, lucro e consumo (domínio das necessidades), mas também de encontros, convívio, cultura e vida pública (domínio da liberdade)”. A cidade de Ituiutaba possui, ao todo, sete feiras (Mapa 15), considerando os lugares onde são realizadas. Desse total, quatro estão vinculadas à Secretaria de Agricultura e Abastecimento: a Feira da Praça dos Trabalhadores (n.º 1, Mapa 15), a Feira da Rua 17A (n.º 2, Mapa 15), a Feira da Praça 13 de Maio (n.º 3, Mapa 15) e a Feira da Avenida Minas Gerais (n.º 4, Mapa 15), sendo estas mais expressivas devido à sua consolidação, quantidade de feirantes e consumidores.

Mapa 15: Localização das feiras livres identificadas em Ituiutaba



Fonte: IBGE (2020), PMI (2020) e Atividades de Campo (2021). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

Dentre as feiras restantes, duas são vinculadas à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social: a Feira da Praça Mário Natal (5), localizada no Bairro Natal; e a Feira da Praça Hilarião Rodrigues Chaves (nº 6, Mapa 15), situada no Bairro Ipiranga. A última das feiras a ser considerada está localizada no Bairro Progresso, mais precisamente, na Praça

Tancredo Neves (nº 7, Mapa 15), e é vinculada ao Sindicato dos Produtores Rurais de Ituiutaba. Cabe ressaltar que todas as feiras acontecem em dias distintos; dessa maneira, atuam de modo a se complementarem.

3.4 Pistas de caminhada³²

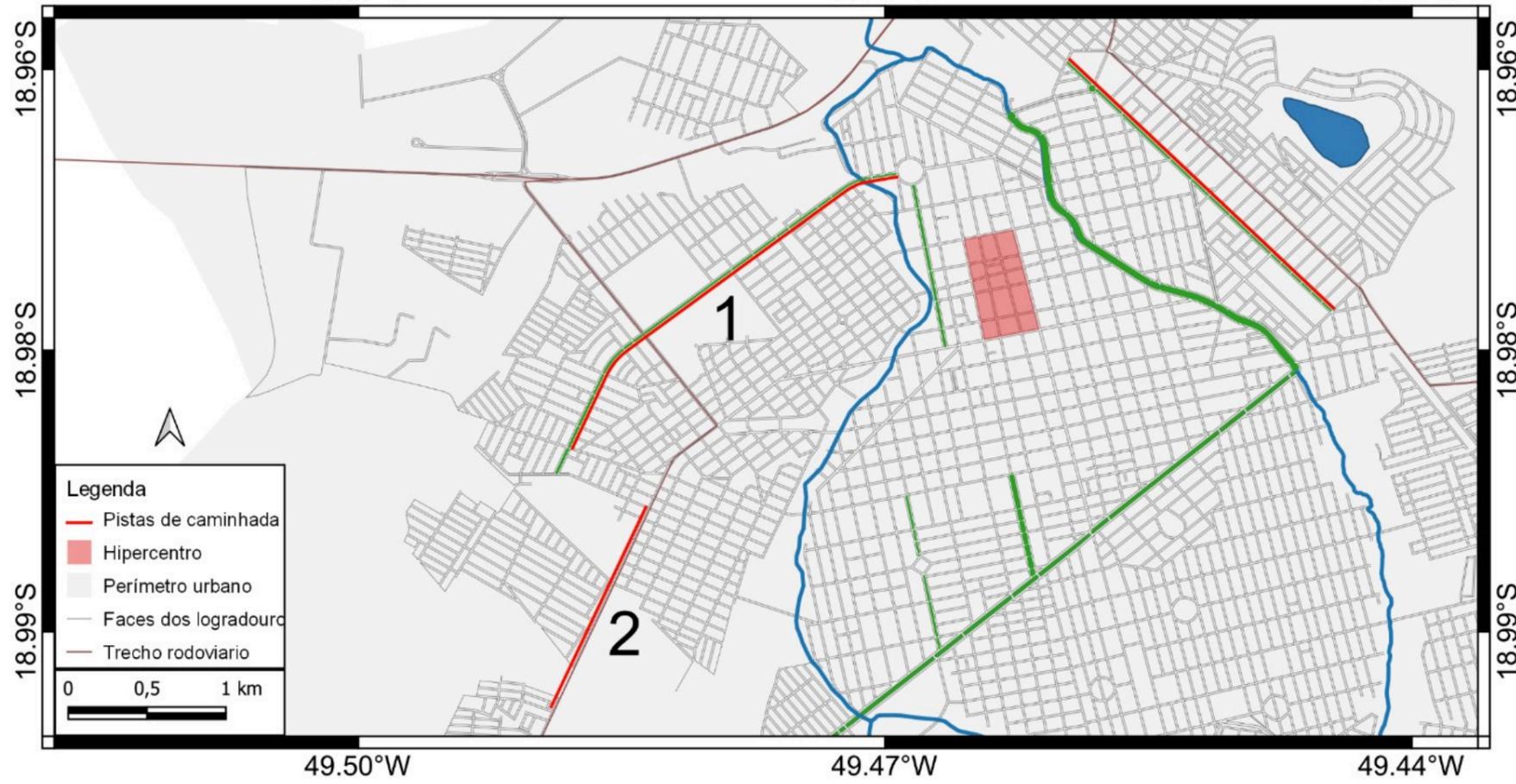
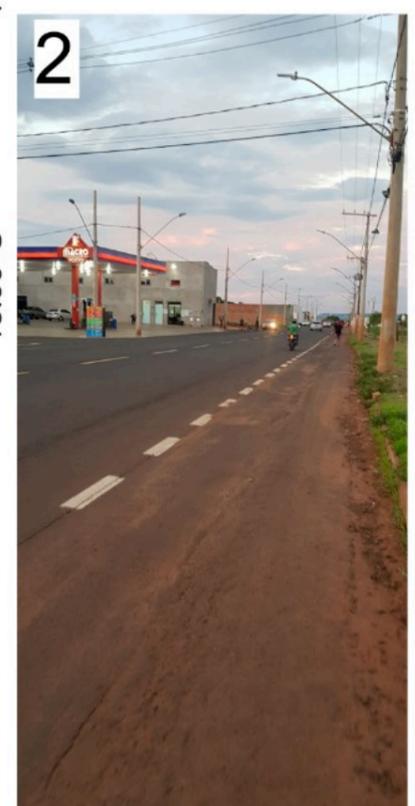
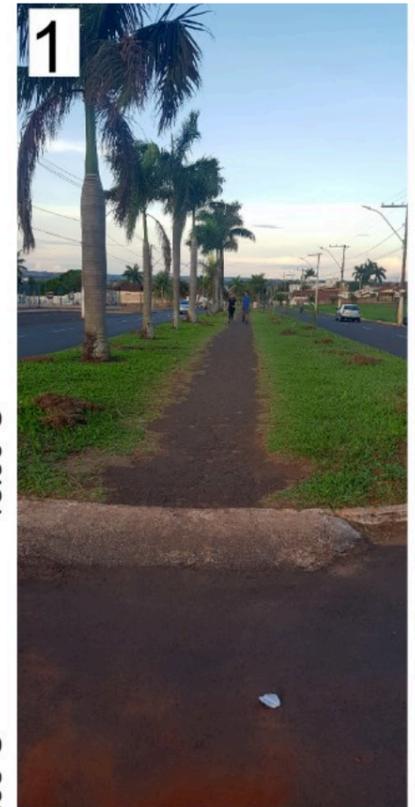
O uso das pistas de caminhadas representa, por vezes, o que se tem disponível para ser realizado no tempo livre, contemplando as interações públicas, ou apenas pessoas em público, sem que haja interação. Ainda assim, é importante espaço de uso ao público livre, pois é acessível amplamente. Ademais, seu uso está inserido dentro da cotidianidade.

A pista de caminhada, na Avenida Professor José Vieira de Mendonça (n.º 1, Mapa 16), tem início a partir da Praça dos Trabalhadores, sendo sua extensão de aproximadamente 3,5 quilômetros, e está confinada dentro dos Bairros Novo Mundo e Alvorada, Lagoa Azul I, Sol Nascente, Cidade Jardim e Residencial Jardim Copacabana, tendo proximidade significativa, também, dos Bairros, Morada do Sol e Central. O calçamento até a Avenida Napoleão Faissol foi feito sobre o canteiro da avenida nos anos finais da década de 1990, com continuação a partir daí e até a Avenida Dr. Adriano Fonseca, em 2022. Ainda que o canteiro central seja estreito (aproximadamente sete metros), a maior parte de sua extensão possui vegetação de porte alto nas bordas, proporcionando sombreamento para a prática da caminhada. De outra maneira, também comporta o fluxo de pessoas que saem a pé do centro da cidade em direção aos bairros mais próximos.

Tratamos como pista de caminhada o trecho da Avenida Paranaíba (n.º 2, Mapa 16) delimitado entre a Avenida dos Boiadeiros, no Bairro Sol Nascente, e a Rua Rosa Branca, no Bairro Cidade Jardim, perfazendo, assim, aproximadamente, 1,2 quilômetros; também tem contato com os Bairros Ribeiro, Guimarães e Pirapitinga. Por ser uma área não formalizada para a atividade física, o local não conta com sinalização ou delimitação para o fluxo de pedestres e bicicletas, não possuindo, ainda, calçadas, em diversas porções. Nesse sentido, as pessoas que procuram o local entram em confronto com o fluxo intenso e rápido de veículos, tendo em vista ser uma via arterial (continuação da Avenida 17) e trecho da Rodovia MG-154. Devido a esta última característica, percorrem a avenida diversos ciclistas que buscam a rodovia para a prática do ciclismo. Assim sendo, pedestres, ciclistas e veículos entram em conflitos diários, durante os usos distintos do percurso.

³² Na figura, está também destacada a pista de caminhada sobre o canteiro da Avenida Geraldo Alves Tavares, no Setor Nordeste. No entanto, encontra-se apenas parcialmente construída, servindo aqui apenas para o registro..

Mapa 16: Pistas de caminhadas identificadas em Ituiutaba



Fonte: IBGE (2020), PMI (2020) e Atividades de campo (2021). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

3.5 Campos de futebol, quadras e equipamentos comunitários

Em se tratando dos campos e das quadras de futebol, estes apresentam-se, em grande medida, como espaços públicos especiais, pois têm seu uso condicionado à reserva (informal ou formal) de horários, ou a alguma outra forma de controle dos usuários, enquanto os equipamentos comunitários, especialmente os parquinhos e academias ao ar livre, podem ser considerados espaços públicos de uso comum.

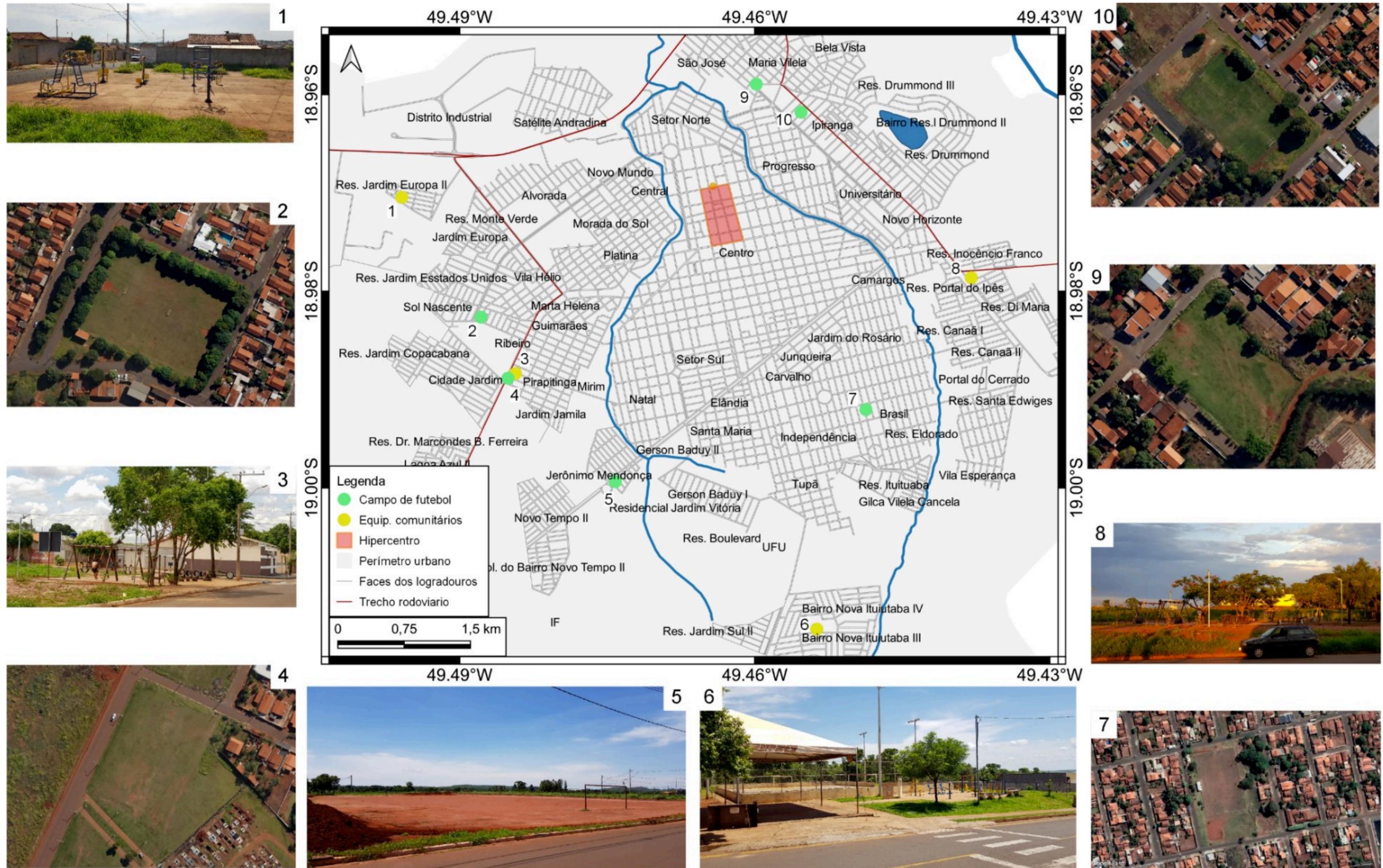
A Praça Professor Laurindo localiza-se no Bairro Sol Nascente. Apesar de ser apresentada como praça no mapa oficial da PMI, o local é representado por um campo de futebol, bem como vestiário. Para tanto, é conhecido como “Campo da Paranaíba” (n.º 2, Mapa 17) ou “Estádio Hélio Andrade de Moraes”. O primeiro nome citado faz referência à empresa Paranaíba Transportes. A empresa foi responsável pelo transporte público por, pelo menos, duas décadas, sendo sua garagem estabelecida em frente ao campo.

No mapa oficial, indicado como praça, no Bairro Pirapitinga, está localizado um campo de futebol (n.º 4, Mapa 17) ocupando espaço livre em frente ao Cemitério Parque da Saudade. No lugar, foram encontradas apenas traves de gols, sendo usado por crianças que praticavam o esporte. O campo em questão está ao lado do lote que seria a Praça Santos Dumont, onde se localiza apenas o espaço livre, com apenas um parquinho infantil na borda.

Em outro espaço livre, denominado na listagem dos espaços públicos da PMI, mas não constante no mapa, está a “área de lazer e recreação”, na quadra confrontada pela Avenida Minas Gerais e a Rua Izabel Gomes Horta (Bairro Jerônimo Mendonça) (n.º 5, Mapa 17). Nesse espaço, como no campo anterior, existem apenas traves de gols, que servem à prática esportiva. De maneira ainda mais precária, não existe grama, sendo o chão de terra batida. Em contrapartida, por não apresentar grandes recursos para a prática, também é o campo de acesso mais irrestrito, não havendo cercamento.

O Campo do Cruzeiro (n.º 7, Mapa 17) está estabelecido no Bairro Brasil e apresenta boas condições do gramado e do alambrado ao redor. Não foram encontrados usos relacionados à prática do futebol durante as visitas, somente algumas crianças “soltado” pipas. Assim como os outros campos de futebol citados anteriormente, este não possui arquibancada. Já nesse espaço, há o cercamento, mas que não inviabiliza o uso pela população. Porém, o uso encontrado é diferente daquele para o qual o espaço foi criado e programado.

Mapa 17: Campos de futebol, quadras poliesportivas e equipamentos comunitários identificados em Ituiutaba



Fonte: IBGE (2020), PMI (2020) e Atividades de campo (2021). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

A Praça João Cinquini, como está nomeada no mapa oficial da PMI, na realidade, é o campo de futebol conhecido como “Campo do Guarani” (n.º 10, Mapa 17) e está localizada no Bairro Ipiranga. O local possui vestiário e banheiros (em situação precária), mas gramado e alambrado em plenas condições de uso. No entanto, apresenta portão trancado, ou seja, o uso ocorre mediante liberação, e foi observado, durante os dias de semana, no período da tarde, quando uma “escolinha de futebol” utilizava o lugar.

Também nomeada como praça, a Praça Doutor David Ribeiro Gouveia (n.º 9, Mapa 17) está situada no Bairro São José. Nesse espaço, não estão disponíveis banheiros ou vestiários, apenas uma torneira de jardim. O gramado tem boas condições, mas não há alambrado, o que possibilitaria maior acesso. No entanto, diferentemente do “Campo do Guarani”, o uso para a prática esportiva é realizado apenas nos finais de semana, sobretudo no domingo, e não obedece a uma liberação ou a organização pré-estabelecida.

Entre os equipados comunitários relevantes encontrados durante as atividades de campo, destacamos: um parquinho infantil (ecológico) recém-construído, no Bairro Pirapitinga (n.º 3, Mapa 17), que foi criado mediante parceria com a SAE (Superintendência de Água e Esgoto de Ituiutaba); uma academia ao ar livre (n.º 1, Mapa 17), no Bairro Jardim Europa II; outra academia ao ar livre, localizada no Bairro Buritis (n.º 8, Mapa 17) – ambos, bairros de baixa renda –; e, por fim, uma quadra poliesportiva (n.º 6, Mapa 17), que serve aos Bairros Nova Ituiutaba I, II, III e IV.

3.6 Espaços públicos emergentes – canteiros centrais

A dinâmica das cidades contemporâneas permite observar diferentes formas de apropriação dos espaços públicos, sobretudo quando os chamados espaços (de usos) públicos (livres) tradicionais (praças, parques, jardins etc.) não se apresentam distribuídos quantitativa e qualitativamente. “Dessa maneira, a flexibilidade, a variabilidade e a complexidade das espacialidades da vida pública são crescentes. [É] equivocado pensar que apenas as formas tradicionais de espaços livres devem dar suporte à esfera pública contemporânea” (QUEIROGA, 2012, p. 62). Queiroga (2012, p. 107) segue, ainda, evidenciando que “os parques e praias recebem cada vez mais pessoas para a prática de atividades físicas, o mesmo acontecendo em ruas e canteiros centrais de determinadas avenidas, que são utilizadas para caminhar, correr e andar de bicicleta”.

Nesta perspectiva, dentro da categoria dos espaços públicos de uso comum, incorporamos os canteiros centrais como espaços públicos emergentes (também contingentes). Tendo isso em vista, os canteiros centrais, a depender de suas respectivas configurações, podem surgir como importantes lugares que preenchem as lacunas dos espaços públicos formais. De tal modo, como foi apresentado a respeito dos parques, o canteiro, a partir do uso espontâneo, ou mesmo sendo via planejamento, pode tornar-se um parque linear.

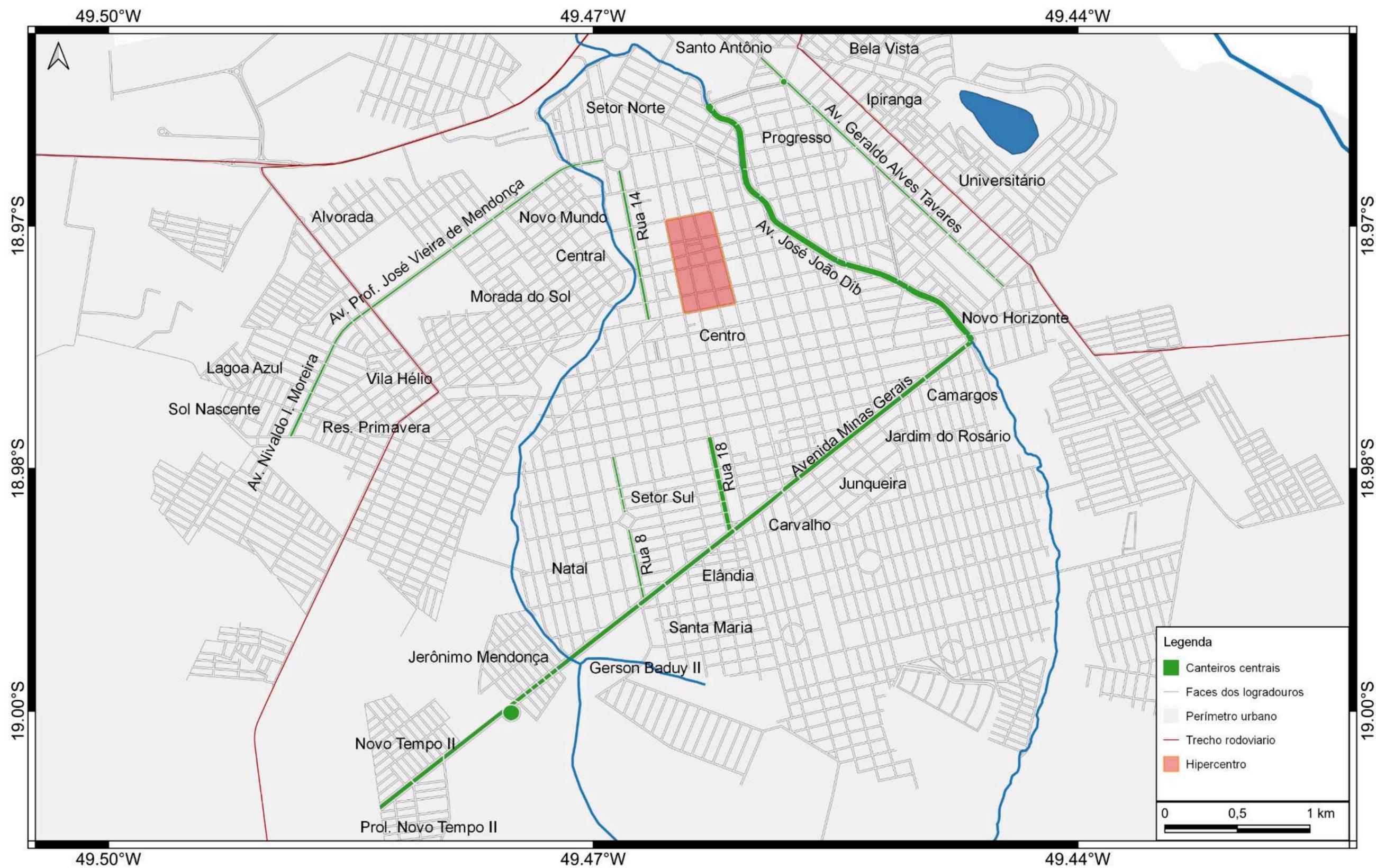
Com olhar mais amplo sobre as relações entre sistemas de objetos e sistemas de ações que caracterizam os espaços de apropriação pública, abrem-se possibilidades para a proposição de outros arranjos e sistemas espaciais que possam desempenhar o papel de tipos tradicionais de espaços públicos (parques, praças, ruas etc.) de modo bastante satisfatório, bem como propiciar novas formas de convívio na esfera pública geral, ultrapassando os tipos tradicionais de espaços livres públicos (QUEIROGA, 2012, p. 62).

O urbano e a cidade, em sua complexidade contemporânea, implicam em novas maneiras de apropriação, que, mesmo não sendo novas, apresentam-se como possibilidade de incorporação à dinâmica dos espaços públicos. O lazer passivo e ativo, mesmo o comércio em pequena escala (consumo popular), reinventa os espaços livres dos canteiros, fazendo com que estes deixem de existir apenas enquanto elemento ordenador do trânsito.

Esses canteiros centrais, originalmente integrantes exclusivos do sistema de circulação, são agora híbridos, pois participam do sistema de convívio e lazer. Basta uma calçada contínua, em meio aos gramados e à arborização viária para propiciar caminhadas e corridas. Da observação dessa demanda e apropriação, surgiram espaços públicos mais equipados, verdadeiros parques lineares envolvidos por circulação veicular. [...] Esses e outros espaços híbridos tão comumente encontrados em cidades brasileiras revelam boa estratégia de aproveitamento de recursos. Espaços meio- praças, meio-parques, meio-jardins, meio-canteiros, meio-avenidas, viabilizam a apropriação pública para convívio, lazer e atividades físicas (QUEIROGA, 2012, p. 107).

Desse modo, considerando os canteiros centrais que proporcionam usos efetivos ou em potencial, na cidade de Ituiutaba, a partir das atividades de campo exploratórias, foram encontrados sete canteiros (Mapa 18) que se destacam por sua extensão e largura, ou seja, por suas potencialidades, bem como pelo uso encontrado em campo, cumprindo, assim, funções ambientais, sociais e estéticas e que, na maioria dos casos, tem aproveitamento espontâneo do entorno.

Mapa 18: Principais canteiros centrais identificados em Ituiutaba



Fonte: IBGE (2020), PMI (2020) e Atividades de campo (2021). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

Os canteiros localizados foram: Avenida Nivaldo Inácio Moreira (bairros Lagoa Azul e Sol Nascente), com continuação na Avenida Professor José Vieira de Mendonça (bairros Alvorada, Morada do Sol, Central e Novo Mundo); Rua 14 (Bairro Centro); Avenida José João Dib (bairros Centro, Progresso, Universitário e Novo Horizonte), que por nós foi considerado Parque linear; Avenida Geraldo Alves Tavares (bairros Progresso, Ipiranga e Universitário); Avenida Minas Gerais (bairros Centro, Natal, Jerônimo Mendonça, Novo Tempo II, Prolongamento do Novo Tempo II, Gerson Baduy II, Santa Maria, Elândia, Carvalho, Junqueira, Jardim do Rosário e Camargos), sendo o maior em extensão e largura, com grande potencialidade, como foi abordado por Pereira (2016); Rua 18 (bairros Setor Sul e Centro); Rua 8 (bairros Setor Sul e Natal), atravessando a Praça Mario Natal.

3.7 As ruas

Como vimos durante a abordagem dos estudos empíricos na primeira seção, Ferreira (2002) elucida sobre a potencialidade e a fragilidade das ruas enquanto espaços públicos na cidade. As praças, os parques e os equipamentos públicos são pontualmente localizáveis, por vezes tendo vínculo frágil entre si. Apenas os canteiros centrais com condições de exercer funções de uso público livre, os quais estão diretamente vinculados às ruas, podem integrar um sistema de espaços públicos. Neste sentido, as ruas perfazem importante função integradora do tecido urbano, ao proporcionar condições de mobilidade, não apenas entre os espaços e públicos, mas entre os espaços privados e públicos, apresentando-se, também, então, enquanto mediadoras da vida privada e vida pública.

As ruas manifestam-se, assim, também, como palco para a realização da vida pública, por apresentarem, na contemporaneidade, função formal prioritariamente voltada para a circulação, outros usos (fixos) emergem por espontaneidade. Evidentemente, esses usos têm como referência o baixo ou o alto fluxo de veículos e de pessoas. Crianças jogando futebol e realizando outras brincadeiras, impreterivelmente, só podem ocupar ruas periféricas, de baixo fluxo. Vendedores ambulantes, artistas e artesãos ocupam as calçadas das áreas centrais, devido ao fluxo mais intenso.

Os usos encontrados nas diferentes calçadas serão tratados mais adiante. Neste momento, apresentaremos as ruas que compõem o hipercentro (Mapa 19), especialmente por estas contemplarem o maior fluxo de veículos e de transeuntes e pela concentração dos habitantes. Inclusive, essa área foi demarcada a partir do Plano de Mobilidade de Ituiutaba (Lei n.º 4.507, de 06 de julho de 2017).

Mapa 19: Ruas do hipercentro e “Calçadão”, em Ituiutaba



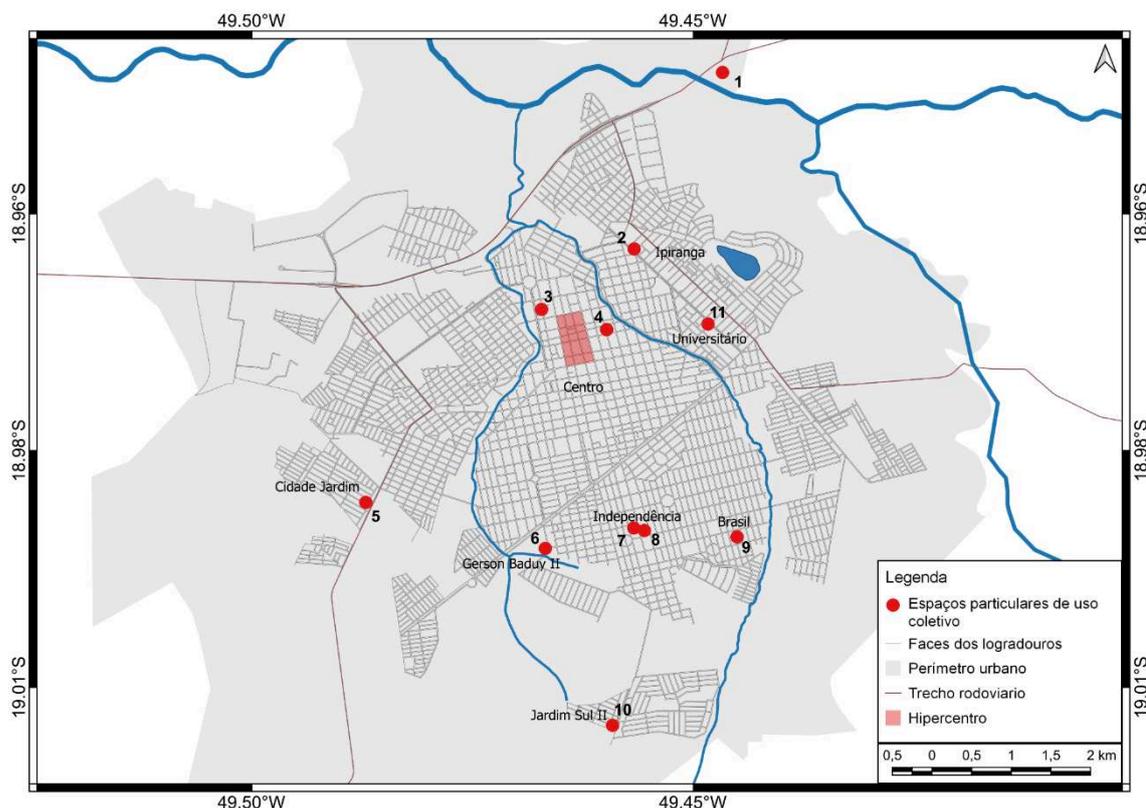
Fonte: IBGE (2020), PMI (2020) e Atividades de campo (2021). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

O hipercentro contempla um setor importante, considerando a oferta de comércio e serviços, particulares e públicos, formando um retângulo entre a Avenida 7, Rua 24, Avenida 17 e Rua 20. Dentre as formas dos espaços públicos de uso comum, destacam-se, na área, as praças Cônego Ângelo Tardio Bruno e Adelino de Oliveira Carvalho, bem como o Calçadão da Avenida 15 (entre as Ruas 20 e 22). Essas praças têm forte representação para a cidade, sobretudo por fazerem parte da fundação de Ituiutaba e por conterem, atualmente, a Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal, sendo também as praças de maior fluxo e uso diário e noturno. Já o Calçadão, ainda que tenha também prédios residenciais e comerciais, tem forte aptidão comercial para lojas, bem como é aproveitado por diversos vendedores ambulantes, artesãos e artistas.

3.8 Espaços particulares de uso coletivo para o lazer

Ainda que não seja foco prioritário de nosso objetivo, devemos considerar os usos dos espaços particulares de uso coletivo de lazer (Mapa 20). Devemos interpretá-los dentro da dinâmica de uso, ou mesmo do não uso dos espaços públicos de uso comum para o lazer.

Mapa 20: Espaços particulares de uso coletivo de lazer



Fonte: IBGE (2020), PMI (2020) e Atividades de campo (2021). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

Neste sentido, essas duas categorias apresentam-se diferencialmente no tempo cotidiano dos habitantes da cidade. Eles podem se manifestar enquanto lugares concorrentes, dos quais os indivíduos selecionam uma categoria em detrimento da outra, a depender dos grupos e das condições financeiras em que estão inseridos. De outro modo, podem ser complementares, a partir, sobretudo, da inserção dos indivíduos em grupos diferentes, perfazendo momentos distintos do cotidiano.

Assim, em Ituiutaba, de maneira mais expressiva, são encontrados três clubes recreativos, contendo diversos equipamentos, como quadras, campos, piscinas etc., sendo: o Clube de Campo Beira-rio” (n.º 1, Mapa 20), inaugurado em 1981 e localizado às margens do Rio Tijuco; o Ituiutaba Clube Sociedade Esportiva e Recreativa (n.º 8, Mapa 20), fundado em 1970 e situado no Bairro Independência; e, por fim, neste mesmo bairro é encontrado o Clube da Associação Atlética Banco do Brasil (AABB) (n.º 7, Mapa 20). Este último, exprime o maior vínculo a um espaço particular de uso público e a um determinado grupo de usuários.

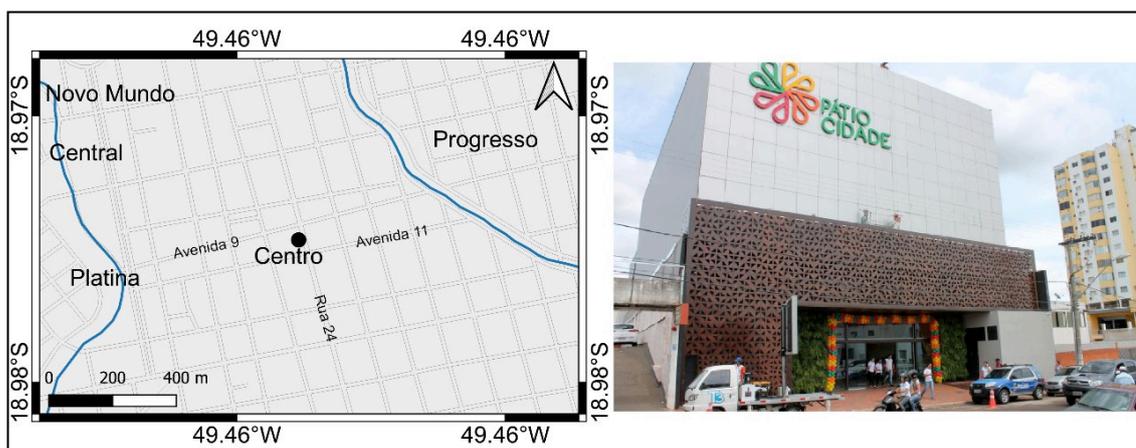
A cidade apresenta também sete quadras esportivas particulares espalhadas pela cidade, sendo: uma, no Bairro Ipiranga (n.º 2, Mapa 20); duas, no Bairro Centro (n.ºs 3 e 4, Mapa 20); uma, no Bairro Cidade Jardim (n.º 5, Mapa 20); uma, no Bairro Gerson Baduy (n.º 6, Mapa 20); uma, no Bairro Brasil (n.º 9, Mapa 20); uma, no Bairro Residencial Jardim Sul II (n.º 10, Mapa 20); e, mais recentemente, uma, no Bairro Universitário (n.º 11, Mapa 20). Dessa maneira, perfazem, juntamente aos demais espaços particulares de uso coletivo, outros espaços de sociabilidade mais restrita.

3.9 Espaços particulares de uso coletivo para o consumo (*shopping center*)

Outro espaço particular de uso público vem adentrando, cada vez mais, a vida da população urbana. Se antes, penetravam entre os espaços de sociabilidade das grandes cidades, atualmente, apresentando portes e versões diferentes, adentram nas cidades médias, e, inclusive, algumas cidades de porte médio. Os *shoppings*, como templos do consumo, apresentam-se dentro de uma categorização própria dos espaços particulares de uso coletivo, manifestando o consumo enquanto atividade recreativa. O uso desses lugares, em grande medida, conota *status* aos usuários, demarcando fronteiras simbólicas que funcionam como restrições, indo além das questões financeiras que implicam na capacidade de consumo que também perfazem limitadores do uso, e, por conseguinte, de usuários.

Em Ituiutaba, sua própria versão de *shopping* foi inaugurada em 2015: a galeria, situada na Rua 24 entre as Avenidas 11 e 9 (entrada principal) no Bairro Centro, é denominada “*Shopping Pátio Cidade*” (Mapa 21), sendo construído em três pisos. O investimento no empreendimento foi realizado por um grupo de empresários locais que visou abarcar uma demanda de pessoas que não viam na cidade locais propícios para o lazer e consumo.

Mapa 21: Espaço particular de uso coletivo voltado para o consumo (Shopping)



Fonte: IBGE (2020), PMI (2020) e Atividades de campo (2021). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

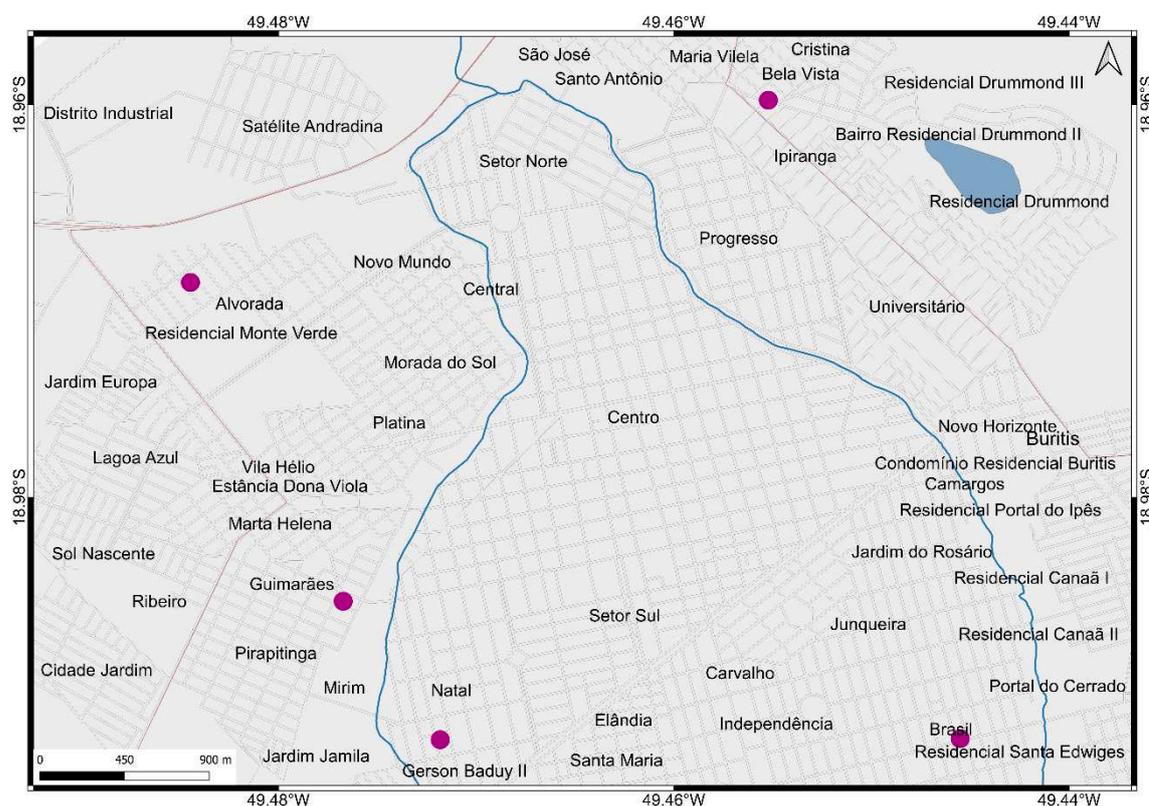
A estrutura interna do *shopping* está disposta de maneira a proporcionar a saída e a chegada, também, pela Rua 22 (entrada secundária) – neste caso, tendo que percorrer o interior das “Casas Bahia”. O *shopping* conta com salas de cinema, e outros comércios que, desde sua inauguração variaram, como escola de idiomas, agência de turismo, joalheria, faculdade de ensino a distância, lojas de vestuário e algumas franquias (Bob’s e Brasil Cacau), que permanecem junto à praça de alimentação, com demais lanchonetes e choperia. Ressalta-se ainda a presença de uma unidade de atendimento da Receita Federal, conforme verificado em 2019.

3.10 Espaços públicos especiais com função social – sociabilidade para idoso(a)s: CRAS

Dentre as categorias dos espaços públicos, mais especificamente, alguns espaços públicos especiais são fundamentais para determinados segmentos da sociedade, principalmente por ofertarem serviços voltados para a garantia da integração à sociedade, esses espaços vão além, promovendo atividades que proporcionam a socialização. Nessa perspectiva, o CRAS cumpre enorme função e transforma-se em espaço de sociabilidade para os idosos.

Tratando-se de um importante espaço de sociabilidade pública, foram considerados os CRAS (Mapa 22) da cidade de Ituiutaba. Conforme abordado por Pereira e Loboda (2019, p. 106), foi possível observar “que grande parte dos usuários cotidianos são idosos, participando das mais variadas atividades como dança, ginástica aeróbica, acompanhamento médico, social e grupos diversos que desenvolvem práticas produtivas voltadas ao artesanato”. Sendo assim, ainda que não nos aprofundemos a respeito das atividades desenvolvidas, até mesmo por serem, de certa forma, programadas, é interessante admitirmos esta forma como complementar às demais.

Mapa 22: Espaços públicos especiais de função social para idoso(a)s - CRAS



Fonte: IBGE (2020); (PMI, 2020); Atividades de campo (2021). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

Procuramos considerar, em nosso trabalho, os CRAS, sobretudo por abarcarem a periferia da cidade. Desse modo, estão localizados nos seguintes bairros: Bairro Alvorada, Bairro Buritis, Bairro Pirapitinga, Bairro Natal e Bairro Brasil. Assim, a característica periférica do CRAS corrobora com sua importância, pois, tendencialmente, essas frações da cidade são aquelas que apresentam menores números de espaços de sociabilidade.

3.11 Distribuição dos espaços públicos: rendimento domiciliar e faixas etárias

Tendo visto os espaços públicos a partir das categorias e formas encontradas na cidade, podemos observar o quadro de maneira ampla. Objetivamos colocar os espaços públicos identificados nesta pesquisa junto à realidade urbana de Ituiutaba, especialmente em relação à localização, distribuição dos espaços e a variável rendimento domiciliar por setores censitários (Mapa 23). Devido ao atraso da realização do Censo 2020, pelo IBGE, foram considerados os dados do último censo (2010).

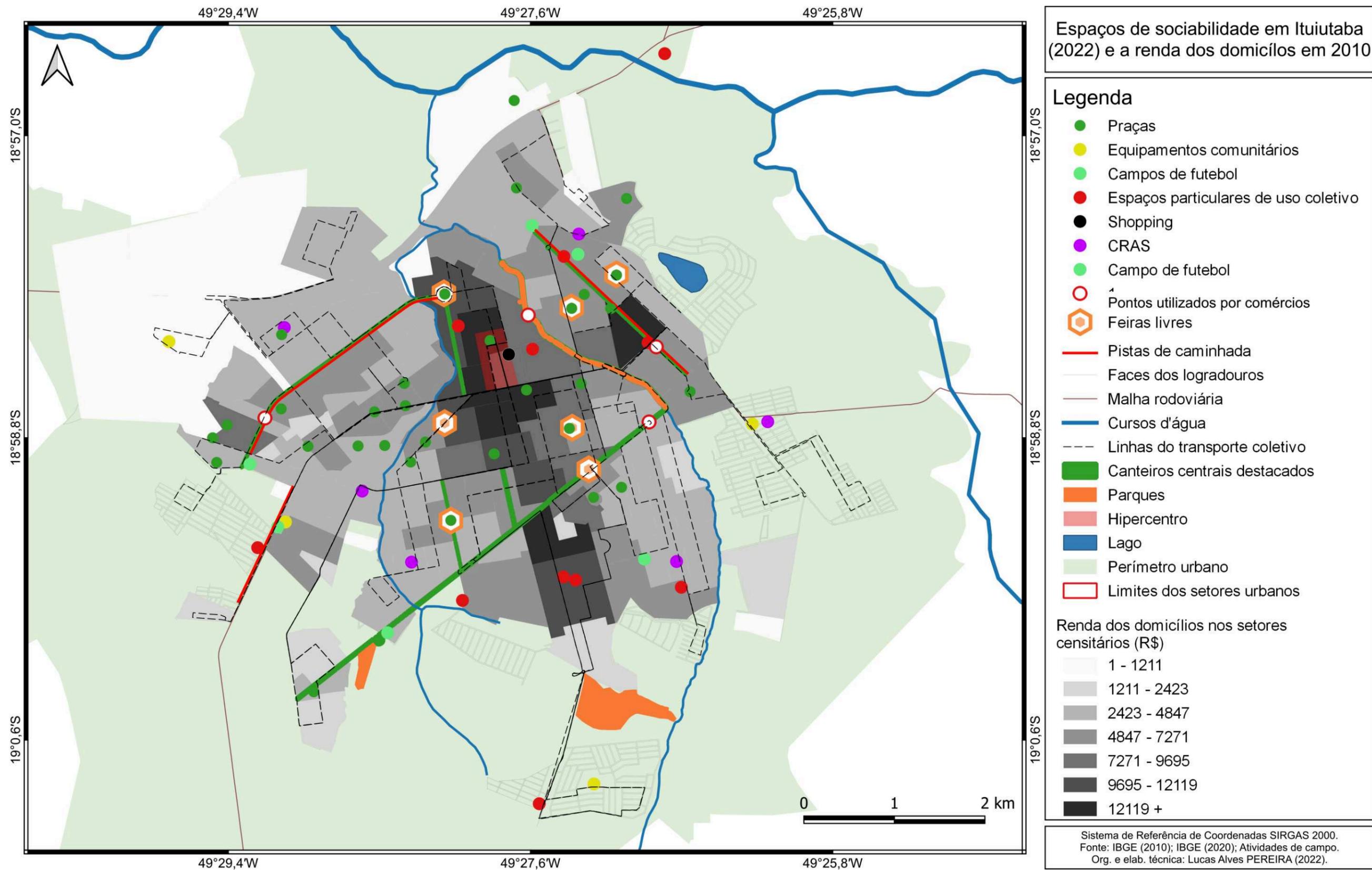
Em se tratando dos usos dos espaços públicos na cidade, a renda é um elemento importante para compreender a possibilidade de apropriação de distintos espaços, principalmente se consideramos os espaços particulares de uso coletivo. De outra maneira, classes de maior poder aquisitivo podem se deslocar com facilidade pela cidade, tendo a possibilidade de escolher os espaços a serem usados, bem como usar, por meio do consumo, espaços particulares de uso coletivo.

Já no caso dos grupos de menor poder aquisitivo, menos dependentes do automóvel particular, a apropriação está mais relacionada ao corpo e aos sentidos: sair de casa e caminhar até a padaria, a bar ou a quitanda do bairro, até a praça, até a casa da vizinha; ou crianças que mais frequentemente brincam nas ruas. Quando esses grupos se deslocam, por exemplo até o centro, utilizam transporte coletivo, que também significa uma apropriação modificada pela velocidade, mas o ônibus é uma instancia de contato com outros, com a possibilidade de uma troca de informações, de falar e de escutar (SOBARZO, 2004, p. 152-153).

Ao observar a renda domiciliar nos setores, fica evidenciada uma faixa de maior renda³³, compreendendo frações dos bairros Setor Norte, Centro e Independência, também apresentando-se em fração do Bairro Universitário. Nessas porções, a renda passa de dez salários-mínimos, sendo outras, nos arredores, com renda entre oito e dez salários-mínimos. Na faixa central, são contempladas diretamente ou nas imediações, por espaços públicos diversos, inclusive pelas praças mais bem avaliadas. Diferentemente, o Bairro Universitário é contemplado apenas por uma praça (avaliada como ruim), o canteiro central e um espaço público (de lazer) particular. Ainda, torna-se mais emblemática a fração do Bairro Independência, sendo contemplada apenas por espaços públicos (de lazer) particulares. Podemos inferir que a porção central de maior renda contém a diversidade dos espaços públicos, sobretudo pela centralidade, bem como pelo período de formação e de consolidação da cidade.

³³ As categorias de rendimento/renda alta, média e baixa dos domicílios foram utilizadas, aqui, simplesmente como auxiliar para a exposição dos dados, não atendendo às categorias padrão.

Mapa 23: Espaços de sociabilidade e a renda dos domicílios em Ituiutaba



Fonte: IBGE (2020), PMI (2020) e Atividades de campo (2021). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

Por outro lado, nas demais porções de alta renda os espaços públicos se reduzem em quantidade e qualidade. Isso pode ser interpretado pelo fato de serem dispensáveis para esta camada da sociedade local, na medida em que os habitantes ali localizados demandam outros tipos de espaços em sua proximidade. Melhor dizendo, considerando as possibilidades que essa fração da sociedade tem disponível, seria mais interessante não ter espaços públicos na proximidade, com exceção de possíveis parques, que, por externalidade, valorizam o imóvel.

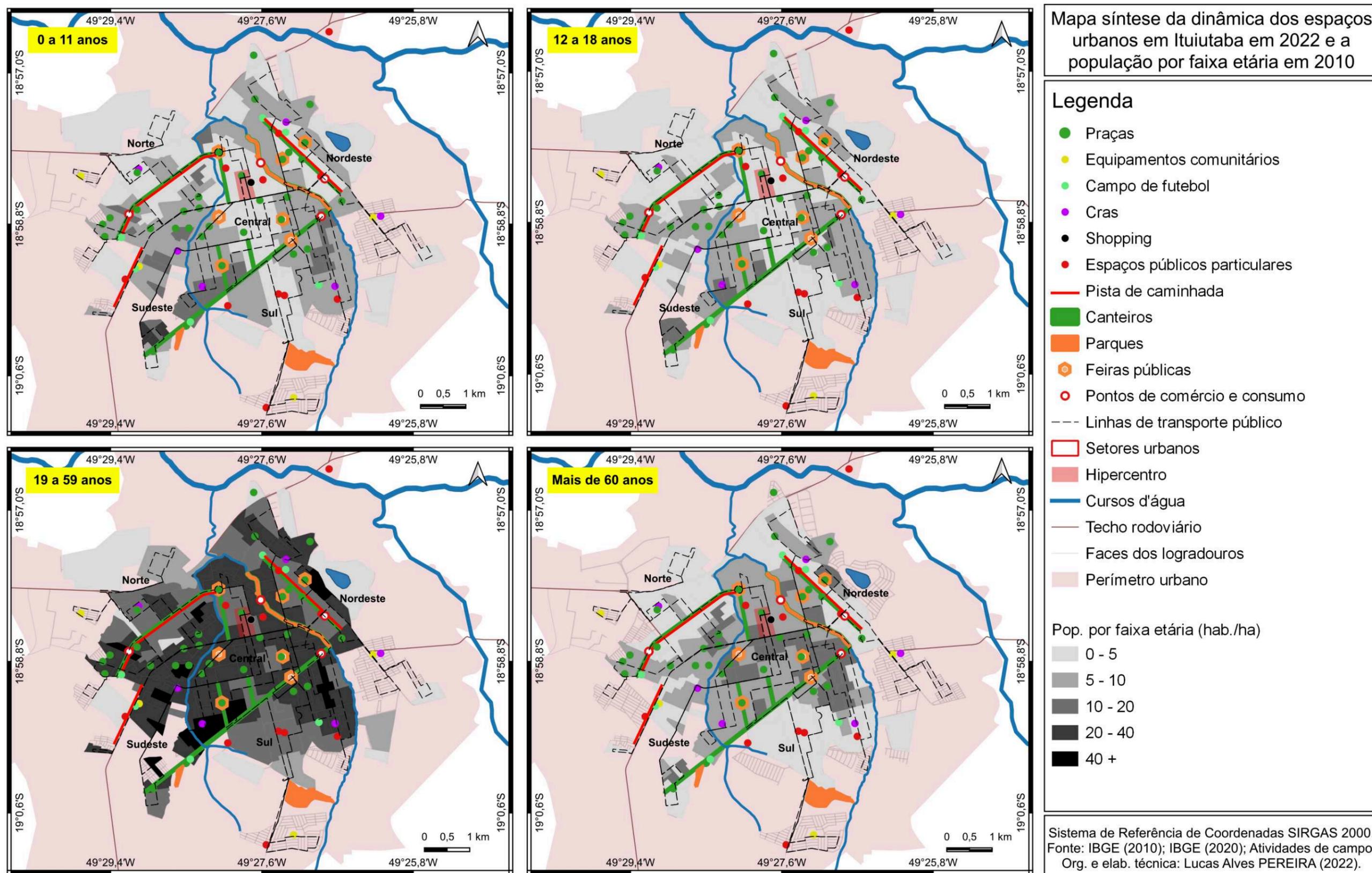
Com maior quantidade, estão distribuídas, ao longo de toda a cidade, as classes de rendimento entre dois e quatro salários. Ocorrendo em menor medida, se comparados à anterior, apresentam-se domicílios com rendimento entre quatro e seis salários-mínimos – essas duas categorias sendo consideradas como médias. Nelas, os espaços públicos, especialmente das praças, está presente, principalmente, nas frações dos bairros Lagoa Azul, Alvorada, Platina, Junqueira, Novo Horizonte, São José, Bela Vista e Natal. Já para as frações do Bairro Santa Maria, foram encontrados apenas espaços públicos (de lazer) particulares e um campo de futebol. Vê-se, então, a carência de espaços públicos em diversidade, mas, sobretudo, em qualidade nos bairros dessa classe de renda que se situam no Setor Sul.

Por sua vez, domicílios com rendimento baixo, menores que um salário, não foram encontrados. Aqueles entre um e dois salários estão situados em frações, principalmente, dos bairros Lagoa Azul II, Pirapitinga, Sol Nascente, Vila Hélio, Jardim do Rosário, Santa Edwiges, Carvalho e Tupã. Neles, vemos, com nitidez, que à medida que a renda vai diminuindo, reduz-se também a quantidade e diversidade dos espaços públicos. Demonstrativamente, dentre esses bairros, apenas o Bairro Novo tempo possui uma praça.

Por fim, os setores periféricos, que são produto da expansão urbana recente, por esse motivo, não estão representadas no Censo 2010. Considerando que maioria destes são bairros de menores rendas, e principalmente, por ocuparem a periferia, os espaços públicos identificados nesta pesquisa, tendem a se reduzir ainda mais. Excetuando-se os equipamentos públicos identificados pelas academias ao ar livre; a quadra pública, no Bairro Nova Ituiutaba II; o CRAS, no Bairro Buritis; e a quadra particular, no Bairro Jardim Sul, nada mais foi encontrado, evidenciando o desequilíbrio na quantidade, qualidade e diversidade da distribuição dos espaços públicos na cidade de Ituiutaba.

Faz-se necessário trazer a espacialidade dos espaços públicos de Ituiutaba em sua relação, também, com as faixas etárias (Mapa 24), no sentido de compreendermos as questões vinculadas aos possíveis usos e usuários, mais especificamente, as características do contingente do entorno, bem como para pensarmos objetiva e assertivamente as implantações e intervenções que podem qualificar áreas deficitárias.

Mapa 24: Espaços de sociabilidade e a faixa etária dos habitantes em Ituiutaba



Fonte: IBGE (2020), PMI (2020) e Atividades de campo (2021). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

De forma geral, entendemos que os brinquedos e parquinhos infantis, que se apresentam como equipamentos públicos, são utilizados pelas crianças. As praças, parques e ruas são amplamente utilizadas por todas as faixas etárias, enquanto as feiras livres, pistas de caminhada, campos de e quadras de futebol e equipamentos públicos (academia ao ar livre), espaços particulares de uso coletivo para o lazer e consumo, são utilizados pelas faixas acima de 19 anos. Por fim, os CRAS são predominantemente utilizados pelos idoso(a)s

Considerando a densidade de crianças de 0 a 11 anos de idade, fica destacado, de maneira mais expressiva, o Bairro Novo Tempo II, com frações contendo entre 20 e 40 crianças por hectare, o que é agravado pela presença de apenas uma praça nas imediações. Destaca-se também a densidade entre 10 e 20 crianças por hectare nas frações, ainda dos bairros Novo Tempo II, Jerônimo Mendonça, Natal, Setor Sul, Pirapitinga, Marta Helena, Lagoa Azul I, Central, Setor Norte, Jardim do Rosário e Junqueira, apresentando, na maioria dos casos, déficit de espaços propícios ao lazer de crianças.

Para os bairros com maiores densidades de adolescentes – faixa etária entre 12 e 18 anos – observamos um comportamento semelhante aos das crianças, com certa desconcentração nos setores censitários centrais da cidade, tendo maior concentração entre 10 e 20 adolescentes por hectare, nas frações dos bairros Novo Tempo II, Natal, parte extremo-sul do Centro e Junqueira.

Ponderando a faixa etária entre 19 e 59 anos como demanda para os espaços citados anteriormente, destacam-se, tendo densidade com mais de 40 habitantes por hectare, frações dos bairros Novo Tempo II, Jerônimo Mendonça, Natal, Setor Sul, extremo sul do Centro, Junqueira, Jardim do Rosário, Ipiranga, Novo Mundo, Lagoa Azul I, Marta Helena e Pirapitinga.

Com população absoluta menor do que as outras classes, deste modo, apresentando também menores densidades, chegamos aos idoso(a)s com idade superior a 60 anos, que se destacam com densidade entre 10 e 20 idoso(a)s por hectare, em frações dos bairros Novo Tempo II, Centro, Brasil, Junqueira, Jardim do Rosário, Universitário, Progresso, Ipiranga, Alvorada e Novo Mundo.

Verificando as faixas de renda e de idade, chama a atenção a diferenciação entre as áreas mais próximas e mais distantes do centro da cidade. Para as classes de rendimento, tanto as mais altas quanto as mais baixas se veem imersas em uma urbanidade restringida pela ausência dos espaços públicos. Evidentemente, enquanto a classe mais alta se resguarda do convívio em seus espaços privados, as mais baixas são compulsoriamente restringidas. Enquanto, considerando a idade, as áreas menos densas de crianças e adolescentes concentram a

diversidade de espaços públicos de uso comum qualitativamente melhor, como é evidenciado no centro.

De maneira objetiva, apresentamos os espaços públicos identificados em Ituiutaba, bem como foram localizados e apresentada sua distribuição. Tivemos, como referência, além da conceitualização teórica, os estudos empíricos demonstrados anteriormente, juntamente aos conceitos empregados. Verificando a complexidade da contemporaneidade urbana, faz-se necessário procurar espaços públicos que vão além dos tradicionais, tendo em vista que fazem parte significativa da vida dos habitantes.

Para tanto, procuramos abordar, também, espaços públicos que se apresentam dentro da diversidade que compreende usos e práticas que tendem a ser mais restritas. Propomos, então, vislumbrar os espaços públicos a partir da concorrência e complementaridade entre espaços públicos de uso comum público livre, espaços públicos especiais e espaços particulares e uso público. Isso ocorre na medida em que estes espaços adentram, diferencialmente, nos diversos estratos da sociedade, considerando, sobretudo, renda e idade.

Visto a abordagem científica dos espaços públicos, foi verificado como ocorre a inserção do espaço público dentro da dimensão do espaço concebido (cientificamente), ao mesmo tempo em que esse percurso nos forneceu parte do arcabouço teórico-instrumental para a apreensão dos espaços públicos. Posteriormente, abordamos o histórico de urbanização da cidade de Ituiutaba, observando a construção do substrato material, compreendendo melhor o quadro urbano. Em seguida, identificamos os espaços públicos que se apresentam na contemporaneidade de nosso quadro empírico, indicando certa complexidade para a apreensão desses espaços, separando-os em três categorias que, por sua vez, remetem a um nível de acessibilidade e desdobram-se em formas-conteúdo que vão além da acessibilidade e encontram, no uso, o conteúdo.

Adentraremos, ainda mais, na produção e reprodução dos espaços públicos na cidade. Porém, antes, retomaremos a alguns balizamentos teóricos acerca da (re)produção do espaço, evidenciando as dimensões que a compõem. Procuramos, nesta frente, encontrar subsídios para a interpretação da (re)produção dos espaços públicos urbanos, manifestando a tese que busca um movimento de teor qualitativo.

4. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E OS ESPAÇOS PÚBLICOS: ELEMENTOS TEÓRICOS

“Quanto maior o estranhamento e menores as possibilidades de uma adaptação inconsciente, mais os sentidos são despertados para a verdade que esconde objetivos e relações sociais”
(SANTOS, 2014b, p. 81).

Quando se percebe o estranhamento do espaço socialmente produzido – aquele em que participa a sociedade inteira –, mais possibilidades de transformação, de produção de um outro espaço se vislumbra. Do mesmo modo, quanto mais desencontros ocorrem na produção e reprodução dos espaços públicos, tornando-os apenas exterioridade, como algo vazio na cidade, imerso na monumentalidade e paisagens bucólicas, restrito a poucos cidadãos e em poucas localizações, mais uma outra forma e conteúdo de espaço público emerge na cidade, sobretudo quando observados conjuntamente. A percepção desse desencontro permeia tanto a prática quanto a teoria; portanto, perpassa pela construção teórica por meio das práticas, ressaltando que estas mediam as representações, científicas, do senso comum, permeando a vida.

Tomamos o espaço urbano socialmente produzido como complexo e repleto de interesses e usos distintos. Assim, representações e práticas tendem a ser difusas, mas que, no conjunto, manifestam a reprodução da vida na cidade como reprodução das condições de produção capitalista. Nesta perspectiva, na contemporaneidade, os interesses econômicos predominam na produção do espaço urbano, mas estes não são os únicos, enquanto representação e prática – resistem espaços residuais e de resistência.

A dialética, como processo de determinações e possibilidades, de imposição e resistência, de criação e transformação, pode ser observada no urbano, e, por conseguinte, no espaço público. Neste sentido, colocando o processo da produção do espaço nos termos preconizados por Lefebvre, o que é concebido, e representado como tal, é de responsabilidade de uma classe (política) que se assenta historicamente na função de ordenar a cidade, em nome do bem comum. Essa prática atua conformando as sociabilidades e usos. Porém, também por vezes, as sociabilidades e usos vão de encontro a esse ordenamento, indicando outros caminhos, além daqueles propostos.

Os usos que proporcionam sociabilidades contemporâneas em espaços públicos perpassam pela intensificação dos elementos que incorrem na alienação da cidade para seus habitantes, reduzindo o horizonte de apropriação. Por consequência, ocorrem a perda do habitar pela fragmentação das horizontalidades, o contato condicionado pela distância “segura”, a

territorialização de grupos homogêneos e a impossibilidade de se apropriar de um espaço que seja comum a todos pela inacessibilidade econômica e/ou geográfica.

As condições impostas fazem com que [o] “cidadão se [mova] num espaço concreto e prático cada vez mais reduzido, o uso se esvazia e se limita onde os novos objetos entram na vida cotidiana realizando a alienação” (CARLOS, 2017, p. 41). Assim, a cidade não é vivida integralmente, mas apenas aos pedaços, rompendo com a possibilidade integração do habitar e a sociabilidade cotidiana, onde, indispensavelmente, participam os espaços públicos. Esses elementos participam a da construção do estranhamento entre habitante e a cidade.

Sobre o habitar,

ele implica a criação de uma realidade humana como realização da vida em suas potencialidades. Nesse sentido, podemos pensar que se trata do homem e do espaço da vida do homem como finalidade e não como mediação de interesses alheios à realização da vida humana (PÁDUA, 2019. p. 482).

Sendo acessado diferencialmente, manifestando as desigualdades, sobretudo a partir da propriedade que configura tanto os espaços privados quanto os espaços públicos, pensamos o espaço urbano enquanto imanente à produção social, participando diferentes agentes que possuem poderes assimétricos, influenciando diretamente a disposição dos objetos (delimitados aqui pelos espaços públicos), bem como no acesso e usos destes mesmos objetos, usos que dão conteúdo ao objeto (forma).

A forma manifesta uma vontade, um objectivo, uma organização política, um conceito e um significado, mesmo que alienado do que ela está reproduzindo no momento em que se concebe. A forma não existe por si só, mas comporta uma série de objectos materiais e imateriais, assim como um conjunto de acções que são determinantes na sua projecção urbana e no modo como as pessoas se apropriam dos espaços. A apropriação efectua-se pela e na forma dos espaços públicos, conduzida pelas suas componentes. Cada pessoa encontra entre os diferentes objectos e acções, uma configuração que lhe confere uma identidade, um gosto particular, que vai fazer com que se aproprie do espaço. É nesse momento que o espaço se torna num lugar, único e intransponível, porque têm um valor identitário, tem uma estrutura organizacional e social. Considerando o espaço público o lugar por excelência da cidadania, do encontro e também como pontos estruturantes da malha urbana, definidos por uma tipologia própria, a forma aparece como a determinação do que é e representa o espaço público, e como a sua vivência o transforma num lugar específico (NARCISO, 2008, p. 58).

Ao serem considerados a partir do atributo (conteúdo) qualitativo “público”, implicam que tenham, em tese, possibilidades de serem usados amplamente por todos na cidade. Porém, esse quadro é complexificado pela questão da propriedade, mesmo pública, que envolve a relação do ordenamento, controle, planejamento e gestão do espaço público. Ressalta-se que o

acesso, ao pensar a cidade, é tão restrito quanto ou mais restrito que o acesso físico. Tendo em vista esses pressupostos, podemos questionar o quanto um espaço público é realmente público, desde sua concepção.

Dessa maneira, enquanto a produção do espaço urbano é conjuntamente realizada por todos os agentes, cada um com maior ou menor preponderância, a depender dos objetos produzidos, bem como os respectivos interesses, a propriedade (mesmo pública) tem influência nas formas de apropriação e dominação desses espaços.

Os espaços particulares de uso coletivo, das mais diversas formas, proporcionam a problematização do acesso ao objeto enquanto propriedade, mediante capital suficiente para o uso e mesmo a aquisição. De outra maneira, observando o Estado como criador de espaços públicos, mediador da sociedade e suas relações nestes espaços, ele diferencialmente proporciona uma problematização acerca das condições em que são produzidos pelo Estado, mais efetivamente, devido à escala de atuação, pelo PPM.

Considerando a produção dos espaços públicos de uso comum, ocorre a apropriação diferencial (CARLOS, 2014), criando contradições, e, por conseguinte, estranhamentos, que por vezes se manifestam a partir da contestação e da reversão do sentido de determinados lugares, bem como de determinadas posturas e normas. A imposição de usos programados como determinação faz-se a partir do poder, que se realiza, principalmente, pelo ordenamento normativo pelo PPM, desdobrando-se nos elementos físicos e sociais. Essa determinação perpassa (como dito) pela questão da propriedade pública do solo urbano pelo Estado, como fundamental para a normatização impositiva.

No plano do local e da vida cotidiana e sob o signo das metamorfoses do processo de produção material, a vida se reorganiza, as relações sociais se restabelecem submetidas, cada vez mais, à normatização e à organização segundo uma ordem fortemente burocratizada e preenchida por repressões e coações imperceptíveis. Neste nível também se entrecruza uma ordem invadida pelo global que se impõe de forma violenta (CARLOS, 2017, p. 39).

Nesta perspectiva, sob a égide da garantia do bem comum, mais propriamente do bem-estar comum, o Estado tem função determinante, enquanto agente produtor dos espaços amplamente públicos, mas, principalmente, como mediador do processo em que os espaços públicos urbanos são concebidos e materializados na urbe, já que, mesmo os particulares, que seguem uma lógica diferente de produção, pautada no mercado, tenderiam a ter que passar pelo seu crivo, mais propriamente, resguardando o interesse comum. Sendo assim, o papel do Estado é fundamental para que entendamos como os espaços públicos se manifestam na cidade

contemporânea, a partir de sua influência na concepção, determinação e criação das condições de produção desses espaços, ou ainda, na ausência do Estado nesta produção, deixando que as iniciativas de capital privado ofertem espaços que antes tinham funções inerentemente públicas; também, usos pela sociedade que não foram preconizados aprioristicamente pelo Estado.

Como foi observado ao longo da primeira seção desta tese, em que foi demonstrada a concepção científica acerca do espaço público aplicada no tratamento da materialidade em algumas cidades brasileiras, ficou evidente a preponderância do Estado, mostrando-se como instituição determinante para a constituição, regulação e mediação dos e nos espaços públicos urbanos. As teses também demonstram algumas formas comuns historicamente estabelecidas, sendo elas as praças, jardins, parques e seus derivados. Essas formas congregam, em sua natureza, a categoria estabelecida atualmente como área verde urbana – uma representação do espaço público que se baseia em um espaço concebido, principalmente a partir da reunião de funções produzidas historicamente, mostrando-se como aperfeiçoamento ideal do espaço público aberto, relacionando elementos transversais: estético, recreativo, cultural e social.

Sabe-se que a questão da propriedade, anteriormente ao capitalismo, mostrava-se restringida à apropriação. No entanto, com o capitalismo, junto à propriedade privada, cria-se a propriedade do Estado, em favor dos bens-comuns. Neste sentido, desde então, os espaços públicos urbanos, enquanto concebidos pelo Estado, são instrumentalizados a partir de argumentos vinculados às premissas do melhor funcionamento da cidade. Essa perspectiva é pautada, sobretudo, pelo caráter higienista que se torna presente desde as transformações em Paris, no século XVIII, pelo Barão Hausmann.

O tema higiene dominou grande parte do debate urbanístico internacional no final do século XIX. Foi fruto do surgimento da grande cidade, marcada em seus primórdios por precaríssimas condições de saneamento e assolada sistematicamente por epidemias (ROLNIK, 1997, p. 37).

A partir de então, com diferentes magnitudes, em seus respectivos impactos, modificações físicas, provenientes de códigos e posturas, o poder público municipal procura organizar os usos nos espaços públicos urbanos, incidindo, inclusive, sobre determinados espaços particulares de uso coletivo. As sociabilidades recebem também orientações de posturas. Nesse sentido, não apenas se controla a estrutura física dos espaços públicos, mas também os comportamentos.

O ordenamento, as funções, enquanto elementos transversais, o caráter higienista e os costumes fundamentados no controle do espaço físico a partir dos usos, têm, então, relação

direta com a concepção dos espaços públicos urbanos pelo Estado, vinculando-se à condição de produção do espaço público contemporâneo. De maneira complementar, o Estado atua também interferindo sobre o privado, tanto na propriedade quanto na privacidade, sendo isso realizado com base no bom funcionamento e a garantia da segurança dos habitantes.

Ainda, o Estado, enquanto mediador, atua em transformações nos espaços públicos urbanos com base em uma espécie de participação indireta dos habitantes. Neste sentido, na escala local, os vereadores colocam demandas de interesse público, sobretudo sugeridas pela população, o que, além de indicar uma pretensa participação nas transformações dos espaços públicos, demonstra que, para parte dos habitantes, a cidade não é apenas externalidade, apaziguando insatisfações que são mediadas pelos vereadores, dessa forma, conferindo-lhes capital político a partir da resolução das demandas no âmbito pessoal, perpetuando o patrimonialismo nas relações públicas e privadas.

Excetuando-se o momento em que a população procura participar dos caminhos decisórios da produção dos espaços públicos, o espaço que se produz formalmente, por vezes não é incorporado socialmente mediante práticas de apropriação. Sobre ele, a sociedade projeta, ou ao menos insinua sua posição quanto a isso, reinvestindo de significado determinados lugares, bem como promovendo modificações físicas que reconstituem sua parcela na cidade. Assim, novos valores de uso são produzidos a partir da apropriação, ainda que de maneira suscinta e restrita, contestando os caminhos ordenados pela produção institucional dos espaços públicos na cidade, evidenciando sua manifestação desigual e desequilibrada.

Os sistemas de espaços livres urbanos [tratados enquanto espaços públicos] são claros exemplos da diferença entre o espaço concebido, o percebido e o vivido, que compõem a tríade lefebvriana. O espaço proposto pelos técnicos (espaço concebido) isoladamente, idealiza sua futura apropriação, ainda que por vezes de maneira equivocada, pois o espaço livre vivido se transforma, transgredindo planos inicialmente estabelecidos pelo Estado e pelos agentes imobiliários (QUEIROGA, 2012, p. 132).

Alteram-se, assim, determinadas formas que passam a atender a demandas³⁴ vinculadas ao uso, modificando significativamente, ou pouco afetando, a paisagem ou a configuração territorial, tendo seus efeitos a depender da perspectiva do impacto na acumulação e/ou circulação de capital, mas também na vida dos habitantes. O movimento, caracterizado pelas dinâmicas dos usos e o cotidiano, em sua relação direta com o habitar a cidade, congrega os

³⁴ Interpretarmos a “demanda” como a ação de buscar algo, indo além da necessidade físico-biológica da reprodução social.

momentos que se alternam entre público e privado, caracterizando as representações e práticas contemporâneas.

Na contemporaneidade, em se tratando dos espaços públicos na América Latina, enquanto condição de urbanidade sendo inerente ao habitar, os novos conteúdos

se transformam e se ressignificam muito rapidamente. Desse modo, um espaço público, um público, uma opinião pública ou até um serviço ou bem público são coisas que certamente mudam de forma muito “natural” e muito objetiva, a partir das determinantes políticas, ideológicas, sociais e culturais que ditam as transformações da cidade. Por essa razão, falar hoje de espaço público é falar de um conceito altamente idealizado e polissêmico, já que depende do autor, do governo e do momento em que se construiu. No entanto, ao mesmo tempo, parece ser um conceito no qual se inclui toda a cidade exceto habitação que é privada (RAMIREZ; NARCISO, 2017, p. 135).

Para tanto, as transformações das representações e práticas *nos* e *a partir do* espaço público apresentam temporalidades e espacialidades distintas, fortemente vinculadas às condições impostas pelas diferentes formações socioespaciais. O espaço público é, portanto, percebido e vivido de maneiras diferentes em cada lugar, a cada tempo. Sendo assim, enquanto esfera, apresenta-se como categoria trans-histórica; enquanto materialidade, carrega consigo a historicidade de sua produção.

Um alerta é necessário, antes de ingressarmos na abordagem da (re)produção dos espaços públicos em nosso quadro urbano. As ideias, noções e conceitos de Henri Lefebvre, principalmente a respeito da produção do espaço e seus desdobramentos, podem ser encontradas em diferentes arcabouços teóricos, tendo sido utilizadas diferencialmente a partir do objetivo pesquisados; sendo assim, é indispensável que se atribuam metodologias próprias, para distintas abordagens.

Por um lado, em uma visão humanista e cultural, que procura vincular as representações a perspectivas que tendem à uma fenomenologia que exila a intersubjetividade entre sujeito e objeto, incidindo no subjetivismo exacerbado, bem como em um idealismo pragmático, por vezes se aproxima de uma geografia do comportamento que pouco contribui à ciência geográfica. Essa visão acabou por ser rechaçada por Serpa (2005; 2014) ao elucidar sobre as possibilidades de apropriação das representações sociais para o estudo das ações da sociedade, tendo como metodologia relevante as cartografias sociais e sua relação intrínseca com os espaços de representação, sendo essa abordagem muito interessante aos estudos geográficos,

sobretudo por produzir o conhecimento autônomo do espaço urbano a partir da interpretação do espaço vivido³⁵ pelos sujeitos.

De outra maneira, temos uma geografia social pautada na crítica do cotidiano e da produção do espaço urbano, procurando reunir, em sua análise, a crítica da intrusão normativa do estado e dominação econômica do capital por meio de seus agentes, sendo isto fundamental para a reprodução das relações de produção. Essa vertente procura encontrar como os processos capitalistas infiltram e percolam o cotidiano como lugar de expropriação e regulação. Deteremo-nos, aqui, de maneira mais aprofundada, na segunda perspectiva, sobretudo em compreender as condições de produção dos espaços públicos urbanos que o Estado impõe sobre a sociedade e as práticas que confirmam ou reagem a essas condições.

As proposições de Lefebvre levam ao conhecimento, no plano histórico, da produção do espaço como o momento do qual o capitalismo, para se expandir, busca totalizar os diferentes momentos de realização da vida, através da reprodução das relações sociais de produção e da própria produção do espaço, abrangendo o domínio do cotidiano, a partir da ampla ação do Estado (ALVAREZ, 2017, p. 64).

As óticas são distintas, devido a interpretações próprias, que visam, principalmente, a necessidade de entendimento de fenômenos e análises diferentes. Em certa medida, as concepções não se anulam, se complementam e ajudam a explicitar de maneira mais assertiva a produção do espaço urbano, sobretudo considerando a reprodução social na contemporaneidade. Tendo isto em vista, a potência das noções e conceitos lefebvrianos é proveniente da ampla perspectiva que a produção do espaço proporciona, sendo esta material (das formas e estruturas), “também da vida, de cultura, do modo de ser urbano” (ALVES, 2019, p. 552), sendo assim, passível de ser apropriada para interpretar a (re)produção dos espaços públicos na cidade.

4.1 A produção do espaço e os espaços públicos na cidade: da instrumentalização à apropriação

Reiteramos que buscamos uma abordagem acerca da produção do espaço urbano, compreendendo sua articulação a partir das dimensões do concebido/representações do

³⁵ Os espaços vividos, como lugares apropriados pelos habitantes, podem proporcionar a desalienação, pela ruptura do espaço urbano apenas como exterioridade, como não participação direta em sua produção. Ainda que esses lugares sejam produzidos em breves aberturas, implicam em contra-condutas às normas, mesmo que efetivamente denotem pequenas modificações na cidade.

espaços-vivido/espacos de representação-percebido/práticas [socio]espaciais³⁶. De acordo com Schmid (2012), concebido, vivido e percebido dizem respeito às dimensões dos sujeitos, enquanto representações e práticas fazem referência às formas; ambas as dimensões se relacionam processualmente.

Reiteramos que o conceito de produção manifesta uma dupla determinação: *strictu sensu* e *latu sensu*. A primeira diz respeito a produção especificamente, ao processo de produção de objetos, ou seja, um mundo objetivo. A segunda, encaminha a produção do próprio homem. Logo, é referente ao processo de produção das relações sociais, de uma cultura, de uma ideologia, de um conhecimento (CARLOS, 2019).

A produção contempla, portanto, a dimensão da forma (objeto) e dos sujeitos. Tendo em vista o que foi exposto, são produzidos objetos de um amplo espectro, tendencialmente para atender a determinadas demandas, necessidades que se impõe para a reprodução das relações de produção, para a reprodução do modo de vida que se realiza na contemporaneidade, sob os marcos da cidade.

De acordo com as delimitações de nossa abordagem, são produzidos, então, ruas, praças, parques e demais espaços públicos (restritos de uso público e particulares de uso público) urbanos que carregam consigo um quadro objetivo, proporcionando a possibilidade de observação destes lugares a partir das práticas socioespaciais e sua relação entre si, com a cidade, com os habitantes. O espaço é assim percebido através das práticas, dos usos. Insistimos que uma prática socioespacial é um momento que media as representações manifestas sobre e sob o espaço. As práticas tornam tangíveis o espaço concebido e o espaço do mundo vivido.

Por outro lado, ao produzir também o próprio Homem, a produção (como indicado) se remete a um quadro de processo de subjetivação referente à produção. Para tanto, acrescentando ao que foi evidenciado por Carlos (2019), são produzidas representações que são imanentes aos espaços³⁷.

Las representaciones del espacio estarían penetradas de un saber (una mezcla de conocimiento e ideología) siempre relativo y en curso de transformación. Serían, pues,

³⁶ Tratando da presença dos conceitos, ideias e noções de Henri Lefebvre, Benach (2017, p. 19) indica que “o preço por passar de um ‘relativismo isolamento’ a um ‘relativo estrelato’ tem sido, é claro, a eliminação das partes mais incômodas e, especialmente, um esquecimento dilacerante do ‘espaço vivido’, subsumido ao ‘espaço concebido’ e ao ‘espaço percebido’”. Para tanto, ainda que fragilidades em relação ao espaço vivido, e os espaços de representação, possam aparecer ao longo de nosso percurso, sobretudo pela escassez de atos de maior radicalidade, tendo em vista a consideração da tríade, pensamos ser indispensável a articulação dos três termos. Por vezes, o espaço vivido pode aparecer como contingente. Ainda, deve-se observá-lo no conjunto das apropriações que reconfiguram o estatuto público da produção do espaço urbano.

³⁷ Indicamos “espaços”, no plural, devido ao fato de serem produto de subjetividades diferentes, tanto individual quanto coletivamente. Pensando sobre o espaço urbano, este apresenta contornos distintos, se o pensarmos a partir da ciência, da política, da arte ou de um habitante.

objetivas, aunque susceptibles de ser revisadas. ¿Son ciertas o son falsas? La cuestión no parece tener siempre un sentido definido. ¿La perspectiva es verdadera o falsa? Seguramente abstractas, las representaciones del espacio integran sin embargo la práctica social y política: las relaciones establecidas entre los objetos y los individuos en el espacio representado están subordinadas a una lógica que tarde o temprano les hace estallar debido a su incoherencia³⁸ (LEFEBVRE, 2013, p. 100).

A entrada das representações na prática social e na política interpenetram em um espaço social, portanto, socioespacial; se dá, em grande medida, pelo caráter das ações sobre um mundo comum – objetivamente, cindindo ou criando limites para os laços de convívio e sociabilidade³⁹; subjetivamente, pela circulação de afetos, a partir do caráter simbólico, modifica, inibe, restringe também o convívio e a sociabilidade.

O processo de produção do espaço urbano é, assim, contraditório em sua prática material, sendo a prática o meio pelo qual o espaço é produzido em sua materialidade, tendo como matriz um espaço que é concebido, mas que incide sobre vivido, manifestando-se no espaço banal das cidades. O espaço concebido é subjetivação que é objetivada em um mundo comum a partir de elementos heterônomos, atualmente capitalistas, bem como o espaço vivido faz-se subjetividade a partir também do mundo comum e a relação com o sujeito, quando investe o espaço que é vivido de significações outras, portanto, se objetivando, mas, por heterotopias, lugares outros.

Essas relações implicam observar seus desdobramentos urbanos em sua dinâmica cotidiana. Para tanto, compreendem as relações entre as formas (objetos) privadas e públicas, os usos que baseiam a sociabilidade urbana, provendo conteúdos, perpassando pelo processo de apropriação do espaço público nos momentos de realização da vida cotidiana. Essas relações passam a qualificar a urbanidade, na medida em que se remetem ao processo fundador da cidade: a reunião e a troca, em amplo sentido.

Presente na realização da vida, sobretudo urbana, notadamente no cotidiano, o fato de a ideologia delinear os contornos da produção do espaço público, como antecipado anteriormente, é tratado por Delgado e Malet (2007) e Delgado (2014) ao indicar que o espaço público, nos moldes em que é instituído, implica uma idealização da sociedade. Para o autor,

³⁸ Tradução do autor: “As representações do espaço seriam penetradas de saber (conhecimento e ideologia misturados) sempre relativo e em transformação. Elas seriam, portanto, objetivas, embora possam ser revistas. Verdadeiras ou falsas? A questão não tem sempre um sentido definido. A perspectiva é verdadeira ou falsa? Abstratas, com certeza, as representações do espaço entram na prática social e política, as relações estabelecidas entre os objetos e as pessoas no espaço representado dependendo de uma lógica que os faz, cedo ou tarde, explodir porque incoerentes” (LEFEBVRE, 2013, p. 100).

³⁹ Convívio e sociabilidade podem ocorrer paralelamente. Enquanto o segundo termo depende realização do primeiro, o segundo pode existir sozinho. Conviver ocorre sem que haja comunicação, troca, sem uma experiência compartilhada. Sociabilidade diz respeito à intersubjetividade, à troca, ao fato de afetar e ser afetado em uma relação social.

sua concepção é descolada das demandas da sociedade, e, em certa medida, pode ser observada quando é objetivada no mundo material. Esse fato ocorre, especialmente, pela sobreposição do espaço concebido ao espaço do vivido⁴⁰. Assim sendo, o uso heterônomo de um conjunto de ideias dominantes se realiza como instrumento de reprodução das relações de produção vigentes, incidindo diretamente sobre o espaço público.

No que tange à relação entre ideologia e representação,

se, por um lado enfatiza que representação não é necessariamente ideologia, por outro, afirma que é impossível a vida sem representação, que as representações são formas de comunicar e reelaborar o mundo, aproximações da realidade que, no entanto, podem substituir o mundo vivido (SERPA, 2014, p. 488).

Essa substituição do vivido pelo concebido é, em grande medida, a perspectiva adotada para que se mantenha o caráter ideal do espaço público urbano, tendendo ao descolamento da realidade, sendo concebido a partir da premissa de que todos participam e a acessam em igualdade, sendo isso garantido por um Estado detentor dos meios de realização da cidadania pelo acesso, inclusive do solo urbano público, como condição da estruturação dos bens e serviços públicos.

Sobre esta perspectiva, Santos (2014b), em crítica à cidadania brasileira, assevera que o cidadão brasileiro apenas realiza esta condição dependendo de sua localização na cidade, ou seja, a cidadania é espacialmente localizável. De modo complementar, são mantidas também as características que caracterizam um confinamento do convívio em espaços apartados da vida cotidiana, espaços que ocorrem como exceção, como uma cidadania de condomínios. Estes condomínios se desdobram em outros espaços em que a forma determina o conteúdo, como loteamentos fechados e similares. Ocorre, então, uma espécie de determinismo supostamente público e a favor da “comunidade”, mas em realidade, privatista, dando pouca margem à abertura, que ainda é protegida por códigos e fronteiras.

O planejador que busca, exclusivamente na racionalidade pura, delimitar a otimização dos usos, especificando rigidamente os lugares, incorre, assim, desumanizar o espaço público, ceifando as possibilidades e fortalecendo as determinações.

Una representación del espacio ha podido mezclar la ideología y el conocimiento en el seno de una práctica (socio-espacial). Así, de forma típica, sería el caso de la perspectiva clásica. Asimismo, en la actualidad, sería el caso del espacio de los planificadores, el de la localización que atribuye a cada actividad un lugar concreto. La ideología y el saber mal discernibles entran en el concepto más amplio de representación, que suplanta desde ese momento al de ideología. Dicho concepto puede servir de instrumento (operativo) para el análisis de los espacios, e igualmente

⁴⁰ Este aspecto será observado ao longo da exposição dos elementos empíricos relacionados à edificação, forma e normatização dos espaços público urbanos.

para el análisis de las sociedades que los han generado y que se reconocen en ellos⁴¹ (LEFEBVRE, 2013, p. 103).

Portanto, considerando o espaço concebido pelo Estado em seus desdobramentos escalares, especialmente o PPM, como realização de um poder local, ao ser representado a partir de sua concepção, as materializa por práticas que ganham objetividade, sendo provenientes de uma abstração que isola a forma do conteúdo, ou seja, pensa-se um espaço para um uso determinado⁴², antes mesmo que o uso social qualifique o atributo do conteúdo.

A representação, que tem como objeto as formas no espaço, é ambivalente; sendo assim, é também vivida, e não apenas concebida. Neste processo, considerando a sequência *concebido – representação do espaço → vivido – espaços de representação*, ocorrem as contradições entre o que sai da abstração de um espaço absoluto e cai no mundo da vida, experienciado ao seu modo pelos sujeitos. Considerando essa lógica, um espaço amplo (no sentido de afetar a todos), produzido subjetiva e objetivamente através de uma racionalidade científica e política, que se manifesta no planejamento, que se diz saber, é transposto à coletividade, ao mundo comum, portanto, público, se considerado que afeta a todos. Neste segundo momento, ao ser vivido individualmente (afetando o privado, o corpo) ou mesmo por grupos, é ressignificado e convertido também em representação, sendo não mais apenas a materialização de um espaço concebido pela lógica, mas o espaço do mundo da vida penetrado pelas demandas reconhecidas e não reconhecidas. Modifica-se objetivamente estes espaços, transformando-os em lugares que remetem à necessidade do habitar e da cidade como lócus da reprodução da vida.

Quizás sea preciso ir más allá y admitir que los productores del espacio han actuado siempre de acuerdo con una representación, mientras que los «usuarios» han experimentado pasivamente lo que les ha sido impuesto, más o menos insertado o justificado en su espacio de representación⁴³ (LEFEBVRE, 2013, p. 102).

Assim, o espaço, concebido como vinculado ao saber, ao se objetivar, adentra na cidade, por vezes não encontrando resistência, sendo ajustado e ajustando o espaço do mundo vivido. Neste sentido, os espaços de representação, enquanto reunião do momento(-evento) e do lugar,

⁴¹ Tradução do autor: “Uma representação do espaço pôde misturar ideologia e conhecimento no interior de uma prática (sócio-espacial). Assim, tipicamente, a perspectiva clássica. Do mesmo modo, hoje em dia, o espaço dos planejadores, aquele da localização que atribui a cada atividade um lugar pontual. [...] A ideologia e o saber, mal discerníveis, entram no conceito mais amplo de representação, que suplanta desde logo o de ideologia. Esse conceito pode servir de instrumento (operatório) para a análise de espaços, assim como de sociedades que os geraram e se assenhorearam deles” (LEFEBVRE, 2013, p. 103).

⁴² Considerando também que a participação da sociedade, para se pensar os espaços urbanos, é restrita e escassa.

⁴³ Tradução do autor: “Talvez seja necessário ir mais longe e admitir que os produtores do espaço sempre agiram segundo uma representação, enquanto os “usuários” experimentaram passivamente o que lhes foi imposto, mais ou menos inserido ou justificado em seu espaço de representação” (LEFEBVRE, 2013, p. 102).

possuem grandezas de radicalidade que variam a partir da capacidade dos sujeitos ao agenciar suas demandas, de transformar o espaço em que vivem, especialmente no seu cotidiano.

Ademais,

cada agente de la producción de espacio tiene sus representaciones: el promotor, el banquero, la autoridad administrativa o política, el urbanista, el planificador, el comerciante, el propietario de terreno, etcétera. Incluso "el usuario". Cada miembro de un grupo capaz de intervenir y de formular exigencias (cuantitativas o cualitativas) también posee sus representaciones del espacio, del habitat, de la circulación, etcétera. Cree mirar y se representa⁴⁴ (LEFEBVRE, 1980, p. 247).

Neste sentido, a pluralidade acerca das representações é destacada. Porém, aquelas de cunho social, provenientes do reconhecimento das ausências, da falta de um espaço que lhes cabe, fundamentam um campo de observação sensível onde são demonstrados nos espaços públicos de amplo acesso – como as ruas e praças – os vestígios e marcas que identificam, no conjunto, um engajamento na apropriação desses espaços.

O processo de totalização do modo de vida urbano, caracterizado pela reprodução das relações de produção como fato histórico no capitalismo, enquanto dispersão do urbano e mercadorização dos mais diversos espaços como representação, procura dobrar o mundo do vivido ao concebido, desejando, assim, inculcar nos indivíduos ideias e comportamentos hegemonicamente estabelecidos, desdobrando-se amplamente em todas as esferas da vida, a partir, principalmente, da ação sobre o cotidiano no espaço urbano, e, por conseguinte, também sobre espaços públicos.

Sabe-se que todos, individual e/ou coletivamente, concebem o espaço, portanto buscam representar abstratamente o espaço a seu modo. No entanto, no mundo em que vivem, a concepção dominante materializa primeiramente o espaço, que se manifesta a partir de uma espécie de econometria que dá caráter racional, pretensamente intelectual, politicamente, através da ocupação do Estado pela classe dirigente. Neste sentido, a concepção e representação do espaço, pelo Estado, considera o espaço urbano como palco de suas intervenções, ainda na contemporaneidade, podendo se ausentar e transferir sua responsabilidade à iniciativa econômica privada, tendo como premissa o bem-comum, mas que, mormente, não se realiza como tal.

⁴⁴ Tradução do autor: “Mas cada agente da produção do espaço tem suas representações: o incorporador, o banqueiro, a autoridade administrativa ou política, o urbanista, o planejador, o comerciante, o latifundiário etc. Mesmo ‘o usuário’. Cada membro de um grupo capaz de intervir e formular demandas (quantitativas ou qualitativas) também tem suas representações de espaço, habitat, circulação etc. Ele acha que se parece e se representa” (LEFEBVRE, 1980, p. 247).

Se os espaços de representação contêm os espaços percebidos e vividos dos diferentes grupos e classes sociais, é certo que eles contêm e expressam também as lutas e conflitos dos diferentes grupos e classes pelo domínio das estratégias de concepção desses espaços. Todos os habitantes do espaço urbano têm seu sistema de significações ao nível ecológico, expressando de suas passividades e de suas atividades. Já os arquitetos (paisagistas e urbanistas) parecem ter estabelecido e dogmatizado um conjunto de significações, elaboradas não a partir do percebido e do vivido pelos habitantes da cidade, mas a partir do fato de habitar, por eles interpretado (SERPA, 2005, p. 225-226).

Não apenas arquitetos e urbanistas, enquanto agentes técnicos, mas os agentes políticos são responsáveis pela condução da produção do espaço urbano. Para tanto, os espaços públicos produzidos também deste modo, contemplam apenas visões particulares. Sendo assim, estes mesmos lugares, que deveriam ser considerados como meio do processo de sua própria produção, são desprezados enquanto tal. A concepção, que se realiza como representação, parte, então, de elementos, a priori, idealizados a partir da moda ou provenientes de modelos externos.

O conhecimento, que envolve a produção do espaço, aqui detido sobre o espaço urbano em seu desdobramento público, deve considerar, do mesmo modo que a cidade, os espaços públicos como condição, meio e produto de sua própria produção, observado o movimento processual das três dimensões, tanto dos sujeitos quanto das formas.

El conocimiento cae en una trampa cuando parte de las representaciones del espacio para estudiar la «vida» reduciendo lo vivido. La conexión, fragmentada e insegura, entre las representaciones elaboradas del espacio y el espacio de las representaciones es el objeto del conocimiento, «objeto» que implica explica un sujeto, aquel en quien lo vivido, lo percibido y lo concebido (lo sabido) se encuentran en una práctica espacial⁴⁵ (LEFEBVRE, 2013, p. 271).

Existe, portanto, do mesmo modo que ocorre com as representações do espaço uma prática espacial do Estado sobre os espaços públicos, também uma prática espacial da sociedade, esta última, socioespacial. Cabe insistir que esse movimento, que vai do concebido ao vivido, é mediado pelo espaço percebido, em suas respectivas práticas, sendo assim composto pelas práticas socioespaciais. Essas dimensões fazem parte de um mesmo processo, que se realiza dialeticamente, estando sempre em constante contato e conflito. Objetivando manter uma pretensa racionalidade e organização, o espaço concebido, ao ser instrumentalizado, busca dominar frações específicas do mundo da vida na cidade, agindo

⁴⁵ Tradução do autor: “O conhecimento cai numa armadilha tão logo parte das representações do espaço para estudar a ‘vida’ reduzindo o vivido. A conexão entre as representações elaboradas do espaço e os espaços de representação (com seus suportes), conexão fragmentada e incerta, esse é o objeto do conhecimento, ‘objeto’ que implica-explica um sujeito, no qual o vivido, o percebido, o concebido (o sabido) se reencontram numa prática espacial” (LEFEBVRE, 2013, p. 271).

preponderantemente nos espaços públicos, tendo em vista ser o domínio legitimado das manipulações do Estado sobre a cidade.

Ao serem instrumentalizados os espaços públicos, fazendo parte espaço urbano, que é hierarquizado, fragmentado e articulado, também manifesta uma diferenciação socioespacial. Neste processo, manipulam-se as representações, em favor de uma ordem estabelecida, apresentando sua própria racionalidade.

Que el estallido de las referencias liberó a las representaciones de todo “control” racional (eso es lo que significa sin duda una fórmula que se ha vuelto frecuente: la “Liberación del significante”); que esa “liberación” tiene como consecuencias la posibilidad de que las instituciones estatales y los poderes políticos manipulen las representaciones⁴⁶ [...] (LEFEBVRE, 1980, p. 177).

Nesse sentido, as representações do Estado acerca dos espaços públicos raramente possuem vínculo direto com o lugar em que são produzidos, mas sim, de uma ideia e uma forma que remetem ao bom e moderno espaço público, como síntese da relação entre o público e o privado em favor do bem(estar)-comum. Se, em tese, essa idealidade parece fundamentar um bom funcionamento, na prática, por desconsiderar as características do local e seu entorno, perde-se sua capacidade agregadora da coletividade em torno do espaço público. Sendo assim, a manipulação, que conforma as representações do espaço, ao se materializar na cidade, em grande medida, manifesta uma forma descolada do conteúdo, por vezes contraditória, sendo assim, ausência que incide sobre o cotidiano.

Hay que decir y repetir que la organización de la vida cotidiana representa una organización y una disciplina de la ausencia. De tal modo que lo político, con sus representaciones e implicaciones – el Estado y el hombre de Estado, la coacción, la guerra – parece ser la única presencia: cuando no es sino simulación, ausencia suprema⁴⁷ (LEFEBVRE, 1980, p. 187).

Muitas vezes desconsiderando a participação da sociedade, os espaços públicos produzidos pelo Estado passam, então, a ser aqueles em que são implantados, organizados, distribuídos a partir de lugares em que a política é preterida, reservando a outras esferas e lugares à presença da política. Resta, assim, aos espaços públicos serem funcionalmente dotados de capacidades que fomentem usos não políticos. Como produto, tem-se espaços

⁴⁶ Tradução do autor: “Que a explosão de referências libertou as representações de todo ‘controle’ racional (é o que sem dúvida se entende por uma fórmula que se tornou frequente: a ‘libertação do significante’); que esta ‘libertação’ tem como consequências a possibilidade de as instituições estatais e os poderes políticos manipularem as representações” (LEFEBVRE, 1980, p. 177).

⁴⁷ Tradução do autor: “Deve-se dizer e repetir a organização da vida cotidiana representaria uma organização e uma disciplina da ausência, de tal modo que o que o ‘político’, com suas representações e implicações – o Estado e seu representante, a coação, a guerra - parece ser a única presença, quando é, em realidade, nada mais que simulação, ausência suprema” (LEFEBVRE, 1980, p. 187).

públicos esterilizados, pensados em lógicas quantitativas e por demais abrangentes. Os espaços públicos pouco contemplariam a diferença, fortalecendo a homogeneidade e o valor de troca, por serem pensados para atender a demandas mais econômicas (principalmente por valorizar, diferencialmente, o solo urbano) do que sociais.

Em contrapartida, após o produto materializado na urbe, a realidade local procura, nas aberturas, meios de apropriação que enunciam sua presença na cidade. A abertura se dá a partir da obra como produto qualitativo. Esta, em essência dotada de valor de uso, corporifica a vontade dos indivíduos enquanto transformação qualitativa da cidade, sobretudo das frações urbanas que são transmutadas em lugares apropriados, os redutos do mundo da vida. Isso implica em considerar o habitante, não como cidadão consumidor, como se os espaços públicos fossem produzidos, ofertados e acessados em razão das condições econômicas e culturais, mas sim, pautados nas possibilidades de uso, indo do determinado para o possível.

Faz-se necessário também tomar como ponto nevrálgico a condição do usuário como participante da produção dos espaços públicos, concebendo-os à sua maneira, desse modo, pela prática, produzindo seus próprios espaços de representação em uma dimensão pública. Esses lugares, enquanto frações apropriadas do espaço urbano, em sua dimensão pública, seriam, assim, não replicáveis em essência, pois sua natureza não seria mais vinculada ao ideal político estabelecido, mas sim, à capacidade transformativa dos habitantes em cada lugar, aproximando-os da “obra”.

O caráter unificador da obra é delimitado pelo encontro da forma e o conteúdo, que é imbuído socialmente, de maneira distinta da manipulação da representação do espaço e sua imposição ao mundo da vida. “As obras definiriam uma presença na ausência” (SERPA, 2014, p. 490). Nesse sentido, a obra, enquanto objeto e forma que dispõe de conteúdo social desprendido do circuito das mercadorias, pode, então, desalienar o habitante em sua relação com a cidade, reunindo-os na constituição do habitar. De outro modo, a cidade, enquanto forma, sem seu conteúdo que é social e dado pela apropriação, se realiza como ausência.

¿La presencia? Siempre se da en una forma, y sin embargo la forma, tomada separadamente, es hueca, por lo tanto ausencia. Tomado por separado el contenido es informe, por lo o ausente. Forma y contenidos separados son fugas de la presencia. Ésta supone e implica un acto: el acto poético⁴⁸ (LEFEBVRE, 1980, p. 255-256).

A *poiesis*, como ato criador, resulta na obra e reúne o habitante e o habitar. Nesta perspectiva, a produção se configura, então, como “produção de obras e produção de relações

⁴⁸ Tradução do autor: “A presença? É sempre dado em uma forma, mas a forma, tomada separadamente, é oca, portanto, ausência. Tomado separadamente, o conteúdo é informe ou ausente. Forma e conteúdo separados são fugas de presença. Isso pressupõe e implica um ato: o ato poético” (LEFEBVRE, 1980, p. 255-256).

sociais” (LEFEBVRE, 2001, p. 53-54). Em se tratando dos espaços públicos em seu caráter apropriado, tanto a obra, enquanto objeto, quanto as relações sociais, como conteúdo, são indissociáveis para sua efetivação. Também o espaço público é imprescindível para essa realização, tendo em vista que a potência da simultaneidade (da sociabilidade na diferença, do dissenso e a atualização constante dos indivíduos, mediante o contato) é determinante para o ato criativo coletivamente.

Tendo visto o Estado enquanto produtor preponderante dos espaços públicos e, por outro lado, os usuários, que mormente encontram esse espaço já estabelecido, sendo assim, determinados, procurando, nas aberturas, formas de apropriação distintas das que foram propostas, qual seria o caminho para a produção dos espaços públicos? Seriam produzidos fora do escopo do Estado? A retomada da discussão do “comum” como prática instituinte, o ato de pôr em comum um espaço, é cada vez mais presente, evidenciada, sobretudo, pela busca da autonomia e autogestão como fundamento e realização. Ainda que abarcando nuances distintas, essas perspectivas podem ser encontradas em Dardot & Laval (2014), Hardt & Negri (2019), Harvey (2014) e em Tonucci Filho (2017), e mesmo em algumas interpretações, a partir de Lefebvre, sobre desdobramentos a respeito do direito à cidade. Porém, considerando a realidade local estudada, pouco poderíamos elucubrar sobre essas questões, neste momento.

Procuramos nas seções seguintes, primeiramente, reunir alguns elementos de maior peso sobre a primeira dimensão; a saber: como o Estado concebe os espaços públicos a partir do PPM, parte-se da abstração, após, à instrumentalização e materialização dos espaços público. Posteriormente, abordamos a apropriação, sendo caracterizada por práticas que, se delimitadas em conjunto, denotam espaços de representação que proclamam a presença dos habitantes na cidade, constituindo momentos, enunciando nos espaços públicos a abertura do que é concebido pelo Estado, ou ainda, reafirmando as determinações nos espaços públicos. Ao final, encaminhamos para o caráter mediador do espaço percebido das práticas cotidianas (que será abordado na sétima seção), sendo o conjunto dos espaços públicos o elemento fundante da vida cotidiana na cidade como condição do habitar.

A partir do acesso inicial do indivíduo ao habitar (condição de sua reprodução) como ponto de fixação no espaço, articulam-se e constroem-se outros lugares capazes de responder à satisfação das necessidades imperativas da realização do sujeito: as realizações casa/rua, espaço privado/espaço público, lugar de trabalho e lugar de lazer, e, num plano mais vasto, o bairro e a metrópole etc. É nesse sentido que o espaço criado enquanto condição, meio e produto da reprodução social revela uma prática que é socioespacial (incluindo o tempo da ação) (CARLOS, 2017, p. 34).

Devido ao entrelaçamento das representações e práticas *do e no espaço*⁴⁹, o encontro dessas dimensões ocorre constantemente. As práticas surgem enquanto mediadoras, acrescentando sua participação na tríade, reconstituindo e evidenciando a contradição entre os momentos da tríade (concebido e vivido). Da mesma forma, os elementos do espaço vivido (por vezes, contingentes) emergem para complementar o caráter explicativo da tríade. Dos espaços de representação, é tomado emprestado seu caráter intrínseco à vivência urbana, as pequenas ações que representam o mundo da vida.

Essa complexidade é proveniente dos elementos da reprodução social, atualmente se desenvolvendo em todas as esferas e espaços-tempo da vida, não se restringindo às condições de reposição das demandas das forças produtivas. O amplo espectro de representações e práticas que incidem no modo de vida urbano, bem como na cidade materialmente constituída, impacta diretamente sobre a composição dos espaços públicos, caracterizando particularidades, sobretudo pela surgência de espaços mistos e fragmentados, ou, como foi evidenciado por Sobarzo (2004), os “espaços segmentados”, por nós tratados através da diferenciação a partir da acessibilidade.

Neste movimento, ocorre a tentativa de imposição de modelos exógenos e hegemônicos, por parte do Estado e dos agentes, que o invadem e o influenciam. Neste percurso, visam aumentar as maneiras de conformar a sociedade a partir de um espaço produzido à maneira que produzam, também, as condições da reprodução das relações de produção. Esse movimento tende a erodir as horizontalidades de ordem próxima, estas, sendo as relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, as relações destes grupos e entre eles (LEFEBVRE, 2019, p. 52). A prática, enquanto mediadora, evidencia na cidade a ordem próxima e a ordem distante. Esta última, é a

ordem da sociedade regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um conjunto jurídico formalizado ou não, por uma ‘cultura’ e por conjuntos significantes. A ordem distante se institui nesse nível ‘superior’, isto é, neste nível dotado de poderes. Ela se impõe. Abstrata, formal, supra-sensível e transcendente na aparência, não é concebida fora das ideologias (religiosas, políticas). Comporta princípios morais e jurídicos. Esta ordem distante se projeta na realidade-prático-sensível. Torna-se visível ao se inscrever nela. Na ordem próxima, e através dessa ordem, ela persuade, o que completa seu poder coator. Ela se torna evidente através da imediatez (LEFEBVRE, 2019, p. 52).

Assim sendo, a ordem distante induz a produção de espaços à sua maneira, procurando, na mediação das práticas que tornam materiais as suas espacialidades, compor um mundo da

⁴⁹ Ocorrem primeiramente nos espaços, estruturando-os, configurando-os, evidenciando sua passividade; posteriormente, a partir dos espaços como determinações; desse modo, tendo participação ativa.

vida arrefecido, subserviente ao espaço concebido. Nesta perspectiva, os espaços públicos são instrumentalizados para a realização deste processo. Cabe ressaltar que os contornos em que se desdobram essa relação apresentam-se diferentemente, a partir das escalas das cidades, tendo maior ou menor intensidade e efeito.

A marca do poder do Estado em cidades de menor porte pode ser pouco percebida, estando inscrita em espaços públicos, nas práticas mais banais e singelas, mesmo pela dimensão física destes espaços, ordenadas a partir da constituição de uma forma que orienta o uso. Ademais, a ausência de espaços públicos, sobretudo pelo argumento de escassos recursos⁵⁰, pauta um espaço urbano desigual a partir da constituição de espaços não apropriáveis. Sendo assim, o espaço público é concebido enquanto ausência, como instrumental para a manutenção de uma organização.

A determinação dos lugares que recebem os recursos (esparcos) ganha a notoriedade de representar a imagem da cidade. Nesse sentido, se justifica a diferenciação.

A seletividade espacial dos investimentos contrasta, pelo contrário, com um discurso urbano que tende a universalizar as políticas e destacar o benefício comum dos investimentos. O neoliberalismo se sustenta, também, em um eficaz arcabouço ideológico que define as soluções possíveis que sempre contempla a cidade como o palco para representá-las [...] Em definitivo, não apenas é muito claro que o impacto das políticas não incide de forma uniforme sobre a paisagem urbana, mas se torna mais evidente como a reorganização espacial da cidade é o fundamento e o mecanismo para a mobilização das estratégias políticas neoliberais (BENACH, 2017, p. 20-21).

Neste processo, considerando o atual momento, em que a imagem de cada cidade pode fazer parte preponderante do arsenal concorrencial em busca de atrativos, em diversas escalas de cidade, as obras públicas em torno de espaços públicos centralizados, monumentais e turísticos funcionam como ativos. Assim, o espaço público aparece como representação de um espaço vinculado ao capital, utilizado em discursos publicitários, dos quais o *citymarketing* faz parte.

Este processo de mercadorização, que busca se totalizar enquanto espacialidade, tem por característica a homogeneidade. Esta, é pautada pela concepção de um espaço público acessível, desde que conformado a uma ordem e que viabilize a fluidez de capital, sobretudo no entorno, promovido pela externalidade oferecida pelo espaço público do parque, da praça, sendo garantido pela permanente vigilância que incide em diversos momentos e lugares da vida.

⁵⁰ Segundo Benach (2017, p. 20), sobre o direcionamento de investimentos para lugares específicos, encaminhando prioridades que intensificam a desigualdade, “[...]talvez isso seja mais claro em momentos de contração dos orçamentos públicos, quando a concentração de determinados projetos, em determinadas áreas, é mais evidente do que nunca, por trás do alibi da necessidade de lançar projetos para reativar as expectativas econômicas urbanas”.

A homogeneidade se caracteriza pela fabricação de elementos sociais/materiais e de métodos de gestão, controle, vigilância e de comunicação sobre toda a vida socioespacial. Essa fabricação/controle impera na vida cotidiana de modo que, para maior parte da população, essas formas/materialidades passam a ser sinônimos de modernidade e segurança, e são muito pouco questionadas. “Sorria você está sendo filmado”! Essa mensagem, presente em elevadores e edifícios, ruas, agências bancárias e supermercados, entre outros lugares, em vez de ser perturbadora, pois indica/avisa que se trata de uma forma de vigilância e controle dos corpos, passa a ser entendida como modo de proteção contra a violência urbana, que existe, sim, mas que não é o elemento único da vida urbana, ainda que midiaticamente essa ideia seja insistentemente reforçada (ALVES, 2019, p. 555).

A homogeneidade proveniente de espaços públicos reproduzíveis, ao ser verticalizada pela classe dirigente é assimilada ou contestada, utilizando distintas ações, que manifestam um espaço de representação a partir do espaço vivido.

As transformações espaciais ocorridas por meio da produção e/ou reprodução espacial implicam e, simultaneamente, são resultados de processos socioespaciais em que há rupturas, mas também permanências. [...] Nesse sentido, ao falar nos processos de ruptura, a reprodução socioespacial supõe uma apropriação do espaço preexistente pela qual penetram modificações lentas na espacialidade consolidada até o ponto de ruptura, quando então há transformações, muitas vezes muito radicais, a ponto de não mais se perceberem as antigas lógicas que constituíam os espaços de outrora, com a criação de espaços com conteúdos aparentemente muito diferentes dos anteriores (ALVES, 2019, p. 553).

Como dito anteriormente, as apropriações realizadas pelos habitantes do espaço preexistente podem não gerar modificações radicais, tornando o espaço do habitar apenas próprio àqueles que dele fazem seu uso, sobretudo no entorno de suas residências, no uso banal. No entanto, se consideradas como um movimento de recondução dos espaços públicos à sua natureza como espaço comum, que vai além da propriedade, ou ainda a mudança da condição pública para a criação e limites de uso, essas práticas, em conjunto, manifestam, em sua espacialidade dos espaços públicos, espaços de representação da sociedade local.

As ações nem sempre têm seu cunho político manifestado de maneira explícita, mas reorientam o conteúdo de determinadas formas, tornando agradável os momentos de lazer, convívio, também do ócio, ou seja, uma demanda pelo espaço público enquanto “obra”, no termo lefebvriano. Para tanto, em um primeiro golpe de vista, a composição de lugares na cidade pode fazer parte de um processo de constituição de espaços de representação, que tem como conteúdo não apenas a política, mas a identidade, a classe, e, mais ainda, sua posição na cidade, considerando-a como espaço desigual.

Essas ações surgem em contraposição ao espaço concebido formalmente, antes mesmo de materialmente constituído, pois o regime de propriedade já determina as condições e os usos. Ao manifestar uma vontade política, o espaço é concebido por aqueles que supostamente

dispõem de conhecimento e de meios de ordená-lo e normatizá-lo visando o bem-comum da coletividade.

Tido como aquele de domínio abstrato, o espaço concebido se materializa pela representação, considerando os pressupostos de Lefebvre. Ainda que possa parecer, essa dimensão não antecede a tríade, pois também sofre a influência das outras duas dimensões, ao passo que sempre que observado o início de cada uma, tem-se apenas momentos que são negados, mas também conservados, no momento seguinte. Isto pode ser visto tanto nas formas, como atribuído o caráter de palimpsesto à paisagem por Santos (2014b), quanto nos sujeitos, proporcionando situações. Segundo Serpa (2020, p. 439), “[uma] situação é o somatório de muitas informações e experiências adquiridas, traduzidas em relações que podem ser mais ou menos estáveis”. É o conjunto dessas relações que contribui para a constituição de situações.

O espaço concebido é pretensamente proposto pela classe dirigente que conduz as representações que verticalizam a vontade dessa fração da sociedade, fazendo-o com base em uma vontade política que diz ser representativa. “Trata-se do espaço planejado, instituído, aquele das normas técnicas (que são apresentadas como apolíticas), ou seja, um espaço que normatiza o que os cidadãos podem ou não fazer [...]” (ALVES, 2019, p. 556). No entanto, a normatização dita também onde e quando fazer, e, ainda mais, o como fazer.

Sendo assim, se utiliza também de instrumentos burocráticos para emaranhar o habitante em um comportamento controlado, sobretudo a partir de imposições espaciais. Assim, a classe dirigente organiza tanto a produção do espaço da cidade enquanto estrutura, influenciando e sendo influenciada pelos espaços públicos, por conseguinte, o cotidiano dos habitantes através dos usos possíveis, aqueles programados que buscam conter nestes mesmos espaços, também o inesperado.

Sobre o espaço urbano, o Estado, em suas distintas escalas, faz-se presente como gestão, bem como instituição legítima, que pensa e planeja a cidade.

O planejamento é o modo de ser do Estado sobre o espaço. E, portanto, não consideramos o planejamento um conceito e uma prática trans históricos. Ele envolve um Estado que se estrutura como planejador numa sociedade determinada, visando à sua reprodução, o que supõe não apenas a elaboração de planos (diferentes tipos), mas a criação de uma tecnocracia e de uma miríade de políticas expressas em normas, leis, instituições, órgãos, que se articulam na execução parcial ou total desses planos (ALVAREZ, 2019, p. 68).

Alvarez (2019, p. 68) indica também que ao envolver o Estado e sua condição, o “urbanismo foi se construindo, assim, como um discurso [concepção/representação] e uma

prática a partir dos quais se intervém nas cidades e/ou se formula a construção de novas”. Essa prática se dá, sobremaneira, nos espaços públicos, devido ao vínculo de sua propriedade.

Lefebvre aponta que o urbanismo constitui uma ilusão e uma ideologia, [portanto, faz parte da representação,] já que os urbanistas não partem das práticas urbanas [dos habitantes] para desvendar da cidade, mas de uma representação da cidade, negando-a como produto social e negando, portanto, seus conteúdos. Por meio do discurso tecnocrático, disseminam a impressão de que são realmente capazes de controlar a cidade, especialmente o que é considerado nefasto nela (a sujeito, as doenças, a degradação, o trânsito), criando o novo, o belo e promissor (ALVAREZ, 2013, p. 116-117, [sic]).

O espaço urbano é, desse modo, instrumental a partir de sua manipulação pelo Estado na figura dos “homens de Estado”, indivíduos e grupos que, a partir de discursos estadocêntricos, conduzem a cidade via planejamento e gestão, juntamente ao conjunto de códigos e normas que os sustentam. De acordo com Lefebvre (2019),

hoje as classes dominantes se servem do espaço como de um instrumento. Instrumento para vários fins: dispersar a classe operária, reparti-la os lugares prescritos; organizar os fluxos diversos suborganizando-os às regras institucionais; subordinar, por conseguinte, o espaço ao poder; controlar o espaço e reger, tecnocraticamente, a sociedade inteira, conservando as relações de produção capitalista (LEFEBVRE, 2019, p. 145).

Este espaço concebido busca, por meio de sua instrumentalização difusa, fazer-se hegemônico como representação enviesada por ideologia, reconfigurando a ideia de espaços públicos urbanos, bem como sua materialização nas formas. “O espaço foi formado, modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente, o espaço é político e ideológico. É uma representação literalmente povoada de ideologia” (LEFEBVRE, 2019, p. 60). Nesta perspectiva, com base em comportamento individualistas, espaços públicos especiais pululam na cidade contemporânea, manifestando como conteúdo a segregação.

Se partimos da ideia de que o espaço é político, ele depende (assim como sua teoria e sua ciência) de uma dupla crítica, ela própria política: a crítica da direita e a crítica de esquerda. A crítica da direita é, grosso modo, uma crítica da burocracia, das intervenções estatistas, na medida em que tais intervenções perturbam a iniciativa “privada”, ou seja, os capitais. Do mesmo modo, a crítica de esquerda é uma crítica da burocracia e da intervenção estatista, na medida em que essa intervenção não considera, ou considera mal, os usuários, a prática social, quer dizer, a prática urbana (LEFEBVRE, 2019, p. 62).

Essas manifestações nos projetos e normas (expressas e/ou tácitas) materializam formas urbanas que atendem a uma concepção de espaço público (global) que normalmente está deslocada de onde se inserem, como é exemplificado por Maricato (2002) ao lembrar a frase de Francisco de Oliveira, indicando a questão problemática das “ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias”. A transposição de modelos espaciais, arquiteturais e de ideias exógenas

permeia a maneira como o espaço concebido e suas representações se manifestam em cada cidade (enquanto lugar), bem como ele é recebido pela sociedade local.

Cabe ressaltar que a classe dirigente que procura se ocupar dos encaminhamentos formais e informais da cidade, predominantemente é encarnada no “poder público”. Mormente, a configuração da classe dirigente é composta pela elite econômica, ocupada direta ou indiretamente (na maioria dos casos). O poder público, enquanto corpo da vontade pública, na figura do Estado, atua como instituição mediadora dos interesses dos indivíduos e da coletividade, é ocupado (como dito anteriormente) pela classe dirigente oriunda da divisão do trabalho e correspondente estrutura social (HARVEY, 2005).

Os agentes com interesses econômicos portadores de capitais financeiros são os mais decisivos na cidade, mas também aqueles de capital escolar e cultural buscam se fazer ouvidos e influenciar as decisões na política local, enquanto outra parcela menos favorecida procura, em sua representatividade democrática, ter sua participação efetivada indiretamente. Assim, interesses individuais e coletivos estão permanentemente em conflito.

A concepção a respeito da estrutura política e a divisão do trabalho é apresentada primeiramente em Marx e Engels (1932), ao indicarem que

A divisão do trabalho implica ainda a contradição entre o interesse do indivíduo singular ou da família singular e o interesse coletivo de todos os indivíduos que se relacionam entre si; mais ainda, esse interesse coletivo não existe apenas, digamos, na ideia, enquanto “interesse universal”, mas sobretudo na realidade como dependência recíproca dos indivíduos entre os quais é partilhado o trabalho. [...] É precisamente esta contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que faz com que o interesse coletivo adquira, na qualidade de Estado, uma forma independente, separada dos interesses reais do indivíduo e do conjunto e tome simultaneamente a aparência de comunidade ilusória [...] (MARX; ENGELS, 1932, p. 223-229).

Seguindo o caráter ideal do Estado enquanto abstração, para o seu pleno funcionamento o Estado deve possuir vontade política que emana da sociedade.

Se essas ideias dominantes têm de ganhar aceitação como representantes do “interesse comum”, precisam ser apresentadas como idealizações abstratas, como verdades eternamente universais. Assim, essas ideias devem ser apresentadas como se tivessem uma existência autônoma. As noções de “justiça”, “direito”, “liberdade” são apresentadas como se tivessem um significado independente de qualquer interesse de classe específico. O relacionamento entre as ideias dominantes e a classe dirigente se torna opaco por uma separação e uma idealização que, por sua vez, apresenta a possibilidade de criar uma contradição adicional. Depois que a moralidade se universaliza como “verdade absoluta”, por exemplo é possível para o Estado, e mesmo para todo o modo de produção, ser julgado imoral [...] (HARVEY, 2005, p. 79-80).

Em geral, Marx e Engels (1970, p. 65 *apud* HARVEY, 2005, p. 79) sustentam que a classe dirigente “domina também como pensadora, como produtora de ideias, e regula a

produção e distribuição de ideias de sua época: assim, suas ideias são as ideias dominantes da época”. Também é incluída à classe dirigente os intelectuais que, de alguma forma, fornecem discursos, noções e conceitos que permeiam uma visão de mundo que procura orientar a ética e a estética do mundo atual. Nesse sentido, “especificamente, os interesses de classe são capazes de ser transformados num ‘interesse geral ilusório’, pois a classe dirigente pode, com sucesso, universalizar suas ideias como ‘ideias dominantes’” (HARVEY, 2005, p. 79). Essas características impõem, também, ao espaço público, as condições de sua criação pelo Estado.

O espaço urbano, por conseguinte, os espaços públicos produzidos politicamente restritos a partir do Estado e os interesses que o consubstanciam,

depende de interesses divergentes e de grupos diversos que, no entanto, encontram uma unidade no Estado. Ele depende de um comando e de uma demanda que podem não ter relação e que, contudo, encontram um denominador comum sob a predominância deste ou daquele interesse” (LEFEBVRE, 2019, p. 51).

O Estado, enquanto agente produtor do espaço, é povoado por diversos interesses, mas regido por uma classe que pensa o urbano pelo viés da acumulação e da circulação de capital, incorrerá, sem maiores desvios, em contradições, sobretudo pela condição da ampla produção do espaço urbano, mas ocorrendo a parcialidade do reinvestimento da riqueza produzida na promoção de espaços que sirvam a toda a sociedade.

As contradições do espaço não advêm de sua forma racional, tal como ela se revela na matemática. Elas advêm do conteúdo prático e social e, especificamente, do conteúdo capitalista. Com efeito, o espaço da sociedade capitalista pretende-se ser racional quando, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas. Assim, ele é simultaneamente global e pulverizado. Ele parece lógico e é absurdamente recortado. Essas contradições explodem no plano institucional. Nesse plano, percebe-se que a burguesia, classe dominante, dispõe de um duplo poder sobre o espaço; primeiro, pela propriedade privada do solo, que se generaliza por todo o espaço, com exceção dos direitos das coletividades e do Estado. Em segundo lugar, pela globalidade, a saber, o conhecimento, a estratégia, a ação do próprio Estado. Existem conflitos inevitáveis entre dois aspectos, e notadamente entre o espaço abstrato (concebido ou conceitual, global e estratégico) e o espaço imediato, percebido, vivido, despedaçado e vendido. No plano institucional, essas contradições aparecem entre os planos gerais de ordenamento e os projetos parciais dos mercadores de espaço (LEFEBVRE, 2019, p. 55).

Essas contradições do espaço precisam ser complementadas de acordo com as características da contemporaneidade. Sob o neoliberalismo como forma de gestão da cidade, e, especialmente, dos indivíduos, o modelo vigente organiza a forma urbana a partir das lógicas econômicas cada vez mais baseadas na propriedade privada, e de uma razão baseada simplesmente no cálculo econômico. Esse modelo organiza, também, a oferta de bens e serviços, mesmo os básicos também privados, impactando diretamente sobre a distribuição e

localização das atividades que são pautadas em lógicas espaciais de mercado; bem como a maneira de acesso via pagamento, deste modo, aos moldes de um consumidor. O neoliberalismo também influencia o modo de vida na cidade, especialmente a partir de subjetividades que caracterizam a forma de habitar a cidade, pautando-a a partir de diretrizes individualistas, sendo o medo o afeto sempre presente e que conduz a práticas cotidianas mais restritivas.

Grande parte dos trabalhos que relacionam a cidade contemporânea a uma perspectiva neoliberal de intervenções e organização⁵¹ evidencia a estrutura que caracteriza a participação e/ou ausência do Estado. Os pesquisadores do tema identificam também o avanço irrestrito do mercado aos diversos espaços, pautando a cidade na expropriação da terra urbana, com a intensa retirada de capitais com base no valor da terra e processos como a especulação e valorização por externalidades. Pode fazer parte deste processo de valorização a utilização da presença e ausência de espaços públicos, ocasionando mudanças de dinâmicas intraurbanas a partir de processos de *gentrification*.

Porém, deve-se ter no campo de visão dos pesquisadores, que a racionalidade neoliberal cria indivíduos com novas subjetividades, com novas demandas de consumo, de espaços para uma socialização condizente com esse novo indivíduo; ainda, como se ordenam e organizam estes espaços, impreterivelmente como enclaves. Sob esta lógica, as tecnologias têm participação preponderante e estratégica para a vigilância, que atua junto à normatização.

A normatização e o ordenamento que vêm expressos nos códigos e leis não são os únicos mecanismos de regulação. Uma norma global e que busca ser hegemônica penetra na formação das subjetividades, orientando comportamentos e condutas que passam a participar do imaginário urbano e sobre os espaços públicos. Neste sentido, as representações são povoadas pela visão de mundo que procura conservar a positividade do espaço proveniente do campo ideal, da pretensa relação simétrica de poder, sendo oriundas de um mundo mitificado, onde o conflito é apresentado como algo que deve ser silenciado e afastado.

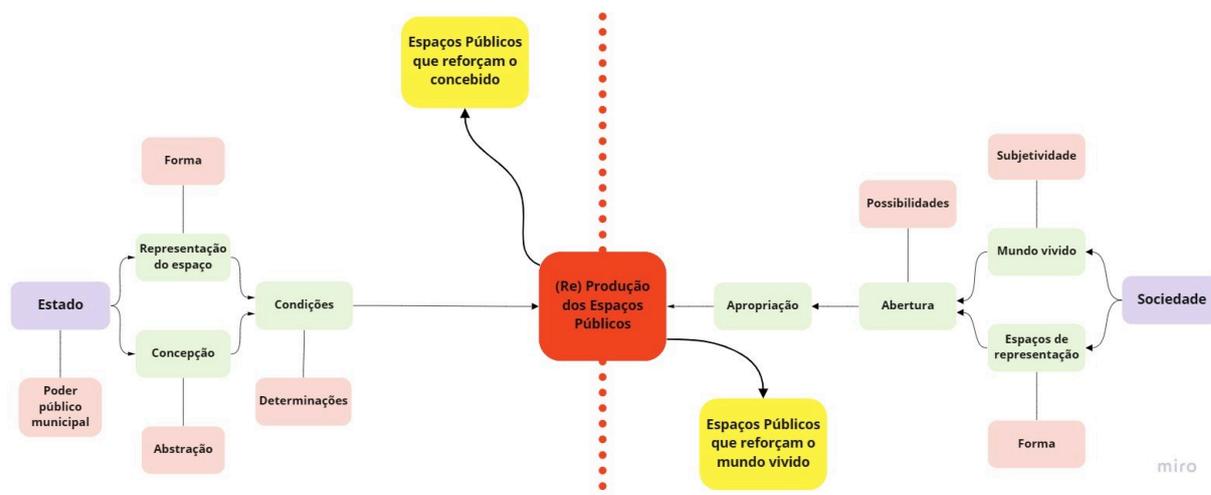
Em um caminho linear, os espaços públicos passam a ser pensados a partir de funções apolíticas e que procuram desempenhar, supostamente incrementando a qualidade de vida da população através do lazer e da estética, bem como de sua utilização para preservação dos elementos naturais, mesmo as questões sociais desempenhadas apresentam-se mais parecidas com a oferta a um consumidor, e não a um cidadão.

⁵¹ Que, por vezes, se apresenta como uma ilusão de desorganização.

4.2 Considerações finais sobre os elementos teóricos da produção do espaço e dos espaços públicos

Em síntese que encaminha para nossa proposta (Figura 13) do que foi discutido até aqui, sobre a relação entre as influências do Estado e da sociedade, em geral, na produção dos espaços públicos, consideramos os espaços públicos de uso comum como a categoria mais amplamente acessível, desse modo, a mais importante, e também os espaços públicos especiais, aos quais daremos menor importância por cumprirem funções muito objetivas e restritas, conformando espaços controlados⁵². São produzidos espaços públicos urbanos formais (de uso público e restritos), criados a partir das atribuições do Estado, ainda enquanto principal responsável por espaços de sociabilidades coletivas, aplicando a estes e à cidade, como um todo, um ordenamento proveniente do conjunto normativo que funciona como condição da criação dos espaços públicos formais que se apresenta como determinação.

Figura 13: Abordagem sobre a (re)produção dos espaços públicos



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Na ausência do Estado, este não suprindo as demandas, criam-se espaços particulares de uso coletivo, sobretudo pela necessidade de funcionar apenas a determinadas frações sociais, sendo acessados mediante pagamento, ou seja, o cidadão, de maneira mais extrema, se transforma em consumidor. Também, na ausência do Estado, este não produzindo ou apresentando espaços públicos formais deficientes, a sociedade local, a partir da apropriação

⁵² Sobre a relação entre o recuo do público para o restrito, no que tange aos espaços público, ver Pereira (2019), que trata da evolução das edificações públicas sobre uma praça em Ituiutaba.

que incide sobre as aberturas, portanto, no eixo das possibilidades, produz lugares públicos urbanos, mediante o uso e transformações subjetivas e objetivas das formas e dos conteúdos.

Nesse sentido, considerando a produção das três categorias, vão se manifestar espaços públicos que reforçam o espaço concebido ou que reforçam o espaço vivido. Isso ocorre na medida em que o acesso e a consequente apropriação se realiza. A relação entre a criação de espaços particulares públicos e o Estado se dá de acordo com a não contemplação da demanda da sociedade por espaços de sociabilidade, ou por ausência ou por serem induzidos pelo movimento da mercadorização dos objetos públicos de sociabilidade, acentuados pela publicidade.

Nesta (re)produção, onde o Estado, na forma do PPM, apresenta-se de maneira mais explícita e amplamente na cidade a partir dos espaços públicos de uso comum de maior impacto, pouco se tem feito em Ituiutaba, em relação à implementação de grandes e médios projetos que alterem significativamente a cidade, salvo a construção do Centro Turístico Camilo Chaves Neto, tendo, assim, como foco, espaços fisicamente menores e equipamentos que atendem a menores contingentes. Porém, pode-se tomar como ponto de observação dos encaminhamentos da política local na forma de leis, códigos, planos e indicações dos vereadores na Câmara Municipal, um conjunto de ideias e normas que fazem parte de um ordenamento do presente, mas também um projeto de cidade, impactando diretamente nos espaços públicos.

Ressalta-se que a norma legal tem seu próprio tempo; portanto, sua importância é relativa. No entanto, ainda assim, demonstra uma vontade política que caracteriza um interesse público emanado da sociedade local, ou um interesse privado, proveniente tanto da sociedade civil quanto da classe política, que se realiza paralelamente à vontade enunciada pela sociedade local.

Os representantes políticos, supostamente, se apegam a questões sociais, bem como a questões morais pautadas na propriedade, que procuram orientar a maneira como é dirigida a partir do espaço concebido, e, por conseguinte, as representações do espaço. No entanto, em grande medida, é verificado que, efetivamente, os interesses econômicos superam os demais. Como contradição, ao se dissociar das demandas sociais, o elemento econômico quer dizer mais sobre a organização dos espaços e sua configuração, do que um componente que incorreria na justiça espacial ao promover acesso aos espaços públicos. Paralelamente, pela ausência da política e fortalecimento de discursos morais, o vínculo entre propriedade e individualidade se traduz, também, na segurança como imperativo.

A segurança passa a ser encarada como individual, referindo-se especialmente à propriedade privada (da casa, do carro e também de objetos, que se transformam em próteses

dos indivíduos). Assim, a vigilância toma conta das atenções dos espaços em escalas menores e dos fluxos que ali ocorrem. Estes espaços públicos urbanos são as praças, largos, adros etc., mas, principalmente, as ruas.

Neste sentido, considerando os diversos contextos de atuação do PPM na produção de espaços públicos, bem como sua atribuição, que deveria ser de promotor de espaços de sociabilidade (espaços públicos de uso comum) com distintas formas⁵³, ele deveria buscar, por um lado, reunir uma visão que congregaria a pluralidade, por outro, tenderia a empregar, de forma ótima, os recursos financeiros e técnicos.

De um conjunto de experiências contemporâneas, pode-se observar que as previsões econômicas e os poderes estatistas raramente vislumbram a utilização ótima dos recursos, da técnica e dos meios fornecidos pelas ciências. Eles só os empregam quando incitados e obrigados pela opinião, pela urgência, pela contestação (desde que ela possa se exercer). Por quê? Por motivos orçamentários e financeiros, ou seja, “econômicos”. Esses motivos escondem razões mais profundas. Os poderes têm sua estratégia, os aparelhos têm seus interesses, que muito frequentemente relegam ao segundo plano essas questões essenciais (LEFEBVRE, 2019, p. 132).

Nesta perspectiva, procuramos, na seção seguinte, encontrar a concepção e representação dos espaços públicos a partir de sua manifestação enquanto ideia, projeto e norma produzida pela classe dirigente que ocupa o Estado, figurado no PPM, também em sua materialização a partir das práticas realizadas, buscando compreender como o PPM entende a condição e as funções dos espaços públicos, bem o modo como ele busca viabilizar sua materialização e seu funcionamento. Para tanto, observamos o processo de verticalidade da produção dos espaços públicos.

Por outro lado, na seção posterior, adentraremos no espaço vivido e nos respectivos possíveis espaços de representação. Esses espaços foram apreendidos a partir da manifestação de elementos próprios da apropriação da cidade. Apresentam-se, então, como lugares públicos que fazem parte do habitar.

Por vezes, estes lugares apresentam demandas que se materializam no espaço, propondo novas formas e relações. Estas intervenções transformam espaços em sua dimensão material e imaterial, carregando consigo aquilo que pode ser tomado emprestado da ideia de “evento”, de Milton Santos (2014). Sobre esse aspecto, podemos indicar que o espaço público é um importante palco e meio dos eventos.

Se considerarmos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo. Mas o evento também pode ser o vetor das possibilidades existentes em uma formação social, isto

⁵³ Pensamos que a sociabilidade não é a função dos espaços públicos, mas sim, a sua condição; enquanto as funções seriam: lazer, cultura e estética. São esses os elementos transversais que se configuraram como valores de uso.

é, num país, ou numa região, conjunto circunscrito e mais limitado que o mundo (SANTOS, 2014, p. 144).

O evento, em certas ocorrências, surge a partir de um outro e desencadeia também novos eventos; ele surge como resistência ao novo, por mais paradoxo que possa parecer, pois, ainda assim, condiciona uma nova situação; mas também, surge como aquilo que rompe com o preestabelecido, pois o evento sempre traz algo novo. Quando sua natureza é social⁵⁴, o evento pode aparecer como representação, modificando não apenas a materialidade. Para Santos (2014, p. 160), o evento realiza “a totalidade na particularidade, viver plenamente e ativamente essa particularidade e assim contribuir para a permanência do todo, deixando renascer com novas características”. Ademais, cada evento é um fruto do Mundo e do Lugar, ao mesmo tempo (SANTOS, 2014). Assim,

É apenas nesse sentido que se pode dizer que um evento é uma causa de outro evento. De fato, só a totalidade em movimento cria novos eventos. Mas a totalidade em movimento também inclui as ações tornadas possíveis em um lugar particular, a partir do qual acabam por influenciar outros lugar. E as ações não são indiferentes à realidade do espaço, pois a própria localização dos eventos é condicionada pela estrutura do lugar. [...] Os eventos operam essa ligação entre os lugares e uma história em movimento. A região e o lugar, aliás, definem-se como funcionalização do mundo e é por eles que o mundo é percebido empiricamente (SANTOS, 2014, p. 160; 165).

Entre causa e efeito, os eventos permitem ser pensados como integrantes do processo de totalização.

Le rapport de cause à effet n’exprime que d’une façon incomplète, fragmentaire, unilatérale, la réalité et son mouvement. Le réel s’offre à l’analyse comme un enchevêtrement de rapports, de causes et d’effets. Chaque cause renvoie à une autre cause; tout effet devient cause à son tour. La cause apparaît comme effet et l’effet comme cause. Enfin et surtout l’effet réagit sur la cause et inversement. La cause ne s’éteint pas dans l’effet comme dans la causalité formelle (aristotélicienne). Le rapport de cause à effet saisit donc plus ou moins profondément une connexion. Cause et effet ne sont que des moments de l’interdépendance universelle. Et nous passons ainsi de la causalité à la réciprocité d’action ou action réciproque. ‘L’action réciproque se présente d’abord comme causalité réciproque de substances présumées, se conditionnant l’une l’autre, chacune étant par rapport à l’autre active et passive’. Mais ensuite ces substances ‘présupposées’ perdent leur indépendance et leur extériorité apparentes. L’extériorité de la cause et de l’effet disparaît devant la pensée pour laisser apparaître une unité et une diversité internes: une totalité, dont la relation causale n’était, qu’une première expression pour l’analyse⁵⁵ (LEFEBVRE, 1955, p 63-64).

⁵⁴ O evento, em sua natureza social, pode ser demonstrado em espaços públicos, como na Praça Tahrir e Praça da Paz Celestial; produziram grandes impactos, não apenas na sociedade local, mas no mundo todo; devido a isso, tem importância extrema. Entretanto, trataremos mais propriamente das transformações e usos dos espaços públicos no contexto cotidiano banal.

⁵⁵ Tradução do autor: “A relação de causa e efeito expressa apenas de forma incompleta, fragmentária, unilateral, a realidade e seu movimento. O real se oferece à análise como um emaranhado de relações, causas e efeitos. Cada causa refere-se a outra causa; todo efeito se torna causa por sua vez. A causa aparece como efeito e o efeito como causa. Finalmente e acima de tudo, o efeito reage sobre a causa e vice-versa. A causa não se extingue no efeito como na causalidade formal (aristotélica). A relação de causa e efeito, portanto, apreende uma conexão mais ou

Em grande medida, o eixo concebido-verticalidade hegemônico diz respeito à determinações socioespaciais que permeiam o tecido social nas cidades, promovendo a heteronomia nos espaços públicos urbanos, enquanto o eixo vivido-horizontalidade-lugar/território reorienta, ou ao menos procura reorientar a norma, se realizado a partir do elemento político, mas também faz-se encrustar por meio da constituição da apropriação diferencial dos espaços públicos urbanos.

Como dito anteriormente, o evento pode ser de natureza social; por conseguinte, pode adquirir o caráter de representações. Insistimos que sendo estas uma forma de “comunicar e reelaborar o mundo, aproximações da realidade que, no entanto, não podem substituir o mundo vivido. É justamente quando o vivido é substituído pelo concebido que a representação se torna ideologia” (SERPA 2014, p. 487).

Mormente, os estudos que consideram as representações do espaço e os espaços de representação são realizados tendo como recorte empírico, cidades com alta dinâmica econômica e/ou demográfica. O principal motivo é que nestes espaços se desdobram processos de maior porte transformativo, sendo sua ocorrência mais radical, ao passo que nosso quadro urbano nos colocará limitações e desafios. No entanto, a relação entre as escalas Global e Local, com os respectivos elementos da totalidade e do lugar pode nos auxiliar na apreensão das características e manifestações do espaço concebido e vivido.

Tendo como base o urbano como modo de vida, e a cidade como concretude, os espaços públicos, na contemporaneidade, possuem, além de muitas outras, três características relevantes para pensarmos a dinâmica em que ele se insere: ele é o lugar onde estão manifestadas as sociabilidades da sociedade, em conjunto, ou seja, a cena pública, um quadro observável; as relações articuladas no conjunto de indivíduos privados, incorporando a vivência a partir de espaços comuns tidos como públicos, por conseguinte, a experiência, constituindo uma experiência pública dos sujeitos⁵⁶, sendo a marca da sociabilidade a partir do contato público. Também é o lugar onde o controle pode ser exercido de maneira mais justificada, tendo em vista a procura de uma ordem que se preste à melhoria do bem-estar de todos, um ordenamento

menos profunda. Causa e efeito são apenas momentos de interdependência universal. E assim passamos da causalidade à reciprocidade da ação ou ação recíproca. ‘ação recíproca se apresenta primeiro como causalidade recíproca de substâncias pressupostas, condicionando-se umas às outras, sendo cada uma em relação à outra ativa e passiva’. Mas então essas substâncias ‘pressupostas’ perdem sua aparente independência e exterioridade. A exterioridade de causa e efeito desaparece diante do pensamento para revelar uma unidade e diversidade interna: uma totalidade, da qual a relação causal foi apenas uma primeira expressão para análise” (LEFEBVRE, 1955, p 63-64).

⁵⁶ Utilizamos o termo “sujeito” devido ao fato de que quando colocados em conjuntos, os indivíduos, ainda que involuntariamente, enquanto ação contingente, tendem a afetar o(s) outro(s), portanto, tornam-se ativos, ou seja, sujeitos. Enquanto a ação como um evento afeta apenas o meio privado, o agente persiste apenas como indivíduo.

da sociabilidade em virtude do ganho coletivo. Neste último ponto, o Estado, como mediador entre indivíduos e sociedade, visando estabelecer o bem-estar de todos, planeja e gere o espaço urbano a partir do controle que lhe é atribuído e legitimado. Nesse sentido, a este ponto nos deteremos, na próxima seção.

5. DINÂMICA DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO – O PODER PÚBLICO MUNICIPAL: AS CONDIÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO FORMAL

“Nas cidades e nos seus lugares, mais especificamente, que os direitos, sob a forma de leis, aparecem de forma palpável e contraditória, decodificando-se em normas e posturas que regem a vida urbana”
(OLIVEIRA, 2014, p. 177).

Enquanto propriedade do Estado, os espaços públicos são funcionalizados, controlados (fiscalizados) e vigiados pelo PPM. Seu poder é manifestado através da normatização que se realiza pelo ordenamento, tendo a intenção de garantir os direitos urbanos⁵⁷ a partir dos espaços públicos. Essas são premissas que surgem como condição de sua produção. Parte-se de um espaço público ideal (arquetípico), que é o “lugar de todos” e “acessível” ao cidadão; portanto, o Estado deve atuar, conferindo a esses espaços algumas funções demandadas, sobretudo, provenientes dos usos e incorporadas historicamente.

A normatização e ordenamento ocorrem, também, como garantia de manutenção de um espaço salubre, especialmente partindo de perspectivas do ambiente físico que buscam coibir a conturbação, no limite extremo, promovendo o caráter higienista. O Estado procura garantir, normatizar, orientar e restringir também determinadas formas de sociabilidades, visando estabelecer uma defesa à moralidade, afetando diretamente os costumes. Assim, o Estado tem papel sobre a estrutura urbana como definidor das funções das formas públicas, e também sobre o direcionamento dos usos e da maneira em que as relações são desenvolvidas nesses lugares.

A postura do Estado deriva da pretensa concepção de garantidor da vida em sociedade, tratando dos espaços públicos a partir da promoção (criação, manutenção e facilitação de acesso) de espaços de sociabilidade, justificando-as com o argumento da igualdade e de uma melhor organização dos espaços e da vida urbana. Por vezes, procura bases no “bem-estar público”, na qualidade de vida, e até mesmo na ordem social. De acordo com a Constituição Federal (CF), também indicado no Art. 97 da Lei Orgânica Municipal de Ituiutaba (LOMI), a “ordem social tem por base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais” (art. 193, da CF/88) (BRASIL, 1988, n.p.).

⁵⁷ “Na América Latina, o espaço público como um direito esteve presente em discursos de diferentes origens por um lado, nos princípios do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos (ONU- Habitat), o qual se orienta pela busca dos direitos humanos e dos cidadãos e enquadra essa postura a partir da prerrogativa do usufruto equitativo das cidades, dentro dos princípios de sustentabilidade e justiça social, considerando o direito à habitação, ao transporte e à mobilidade públicos, à cultura e ao lazer” (RAMIREZ; NARCISO, 2017, p. 134).

Dos direitos urbanos que mais interessam à nossa proposta, participam, principalmente, o acesso ao “lazer”, ao “meio ambiente” e à “cultura”. Consideramos que a partir da Constituição Federal, com a instituição do Plano Diretor, a atribuição municipal ganha destaque na promoção e garantia desses direitos. A partir de então, o PPM procura a realização do lazer, da cultura e meio ambiente saudável, principalmente a partir dos espaços públicos. Para tanto, a escala local é indispensável para o entendimento entre a realização destes direitos e o ordenamento dos espaços públicos.

A partir da procura em apreender o conjunto formal normativo e ordenador, vinculado aos espaços públicos de Ituiutaba, tendo como finalidade encontrar o espaço público concebido e representado, deparamo-nos com dois segmentos específicos. O primeiro, diz respeito às leis voltadas para o ordenamento da cidade como um todo, e dele podem ser apreendidos elementos que implicam as formas de controle e os contornos verticais sobre os espaços públicos. O segundo segmento está vinculado a questões mais imediatas e dinâmicas, tendo em vista que são enunciadas pelos vereadores através das indicações à Câmara, por vezes, tendo origem na vontade da população.

Dessa maneira, foram observados os seguintes documentos:

- Lei Orgânica Municipal de Ituiutaba (LOMI) – Atualizada em 2020;
- Lei n.º 309, de 29 de janeiro de 1955 – Código de Posturas Municipais (CPMI);
- Lei n.º 1363, de 10 de dezembro de 1970 – Institui o Plano Diretor Municipal de Ituiutaba (PDMI) e dá outras providências;
- Lei Complementar n.º 63, de 31 de outubro de 2006 – Institui o Plano Diretor Municipal de Ituiutaba e dá outras providências;
- Lei Complementar n.º 153, de 13 de julho de 2018 – Institui o Plano Diretor Municipal de Ituiutaba e dá outras providências;
- Lei n.º 4.507, de 06 de julho de 2017 – Institui o Plano de Mobilidade Urbana de Ituiutaba (PMUI) e dá outras providências;
- Atas da Câmara Municipal de Ituiutaba (CMI): 565 atas. Indicações dos vereadores: 378 indicações aceitas; e
- Leis de afetação/desafetação: 140 documentos.

Segundo o Art. 29, da CF/88, o “Município reger-se-á por lei orgânica” (BRASIL, 1988, n.p.), sendo, então, a mais abrangente e genérica, orientada para garantir que determinadas obrigações sejam assumidas pelo município, contemplando os bens municipais e o interesse público. Os Código de Posturas Municipais são derivados, sobretudo, da medicina social e

voltados para a garantia das condições salubres, padrões físicos e sociais, e a regulamentação dos usos dos espaços que fundamentam uma espécie de controle social. Os Planos Diretores Municipais são instrumentos voltados, especificamente, para o planejamento, tendo sua base legal no Estatuto da Cidade, através da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001. Neles, é desenvolvido um conjunto de diretrizes que visa o pleno desenvolvimento do município, com princípios centrados no bem comum. Por fim, procurando observar a dinâmica mais imediatista da política municipal, mais precisamente, aquelas vinculadas aos espaços públicos, encontramos, nas indicações à CMI, intenções próprias dos vereadores ou em agenciamento de demandas dos habitantes, possíveis intervenções, bem como a ideia que se tem sobre os espaços públicos.

Observando o conjunto de normas, códigos e leis vinculados ao espaço público de Ituiutaba, foram delimitados quatro elementos marcantes que se impõem como condição de produção dos espaços públicos pelo PPM, sendo: a) um ordenamento, que indica a atribuição de espaços públicos vinculados diretamente à propriedade específica do Estado; b) os elementos históricos, que surgem como funções que se sedimentaram, influenciando o planejamento e a gestão, sobretudo de praças, jardins e parques; c) o controle do espaço físico, a partir dos usos e a referência aos costumes como controle da sociabilidade, implicando, inclusive, na circulação; e d) a questão da segurança e vigilância, que irradia, principalmente, a partir do centro.

Salientamos que o recorte nas fontes para o tratamento em nosso texto foi feito com base na articulação entre o que é indicado nas normas, códigos e leis, e sua relação direta ou possível com os espaços públicos.

5.1 Espaços públicos como propriedade do Estado

Como adiantado brevemente em nossa Introdução, o espaço público, em sua dimensão concreta, no que tange à propriedade e à gestão, acaba por ser um espaço de posse privada do Estado, através do controle dos bens públicos. Ou seja, o Estado usa de sua condição enquanto proprietário de áreas urbanas para ordenar os espaços públicos da cidade, e, por conseguinte, os usos. Portanto, parte-se desta primeira condição.

De acordo com a CF/88, de maneira geral.

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento

das funções da cidade e seus bairros, dos aglomerados urbanos e garantir o bem-estar de seus habitantes (Art. 182, da CF/88) (BRASIL, 1988, n.p.).

Nessa perspectiva, o espaço urbano, como derivado do espaço no amplo sentido, participa de um sistema de objetos e um sistema de ações em que o PPM baseia sua condição de “proprietário”, determinando localizações dos bens públicos abertos e fechados, com distintas funções, procurando articulá-los à cidade, realizando sua função de garantidor dos direitos ditos urbanos, desse modo, tendo papel fundamental na estruturação da cidade, a partir de sua condição de proprietário de terra urbana.

A perspectiva do direito de propriedade, nos termos da propriedade pública, é encontrada em Dardot e Laval (2017) e desenvolvida de maneira aprofundada por Alves (2015a; 2015). Ambos reconstroem os fundamentos da propriedade privada e o Estado com base em Locke⁵⁸, Rousseau⁵⁹ e Bentham⁶⁰; tendo como foco a propriedade pública e sua relação com o Estado Liberal (burguês), com os respectivos desdobramentos na economia política, elucidados em diversas obras de Marx⁶¹ e seu continuadores, chegando a um terceiro termo: a propriedade comum.

Segundo Dardot e Laval (2017, p. 273), considerando o Direito Romano como a base para propriedade pública, esta “tem uma relação dupla com o ‘privado’: de garantia interna, no caso da ‘posse’ privada dos plebeus [áreas de uso coletivo], e de exterioridade negativa, no caso da propriedade privada exclusiva dos patrícios [áreas próprias a venda/conceção]”. Nesta perspectiva, se divide um estamento que pode apenas se apropriar, usando partes da propriedade pública e outra que detém o *ager publicus*⁶². Tem-se, assim, um primeiro ordenamento do espaço público, a partir da propriedade da terra.

Partindo ainda do Direito Romano, Dardot e Laval (2017, p. 278, grifo do autor), apoiado no texto de Yan Thomas (2002), indica a evidente distinção entre “o que é da esfera da ‘propriedade da cidade’ daquilo que é da esfera do ‘uso público’. Essa distinção ocorre *dentro* do próprio espaço público, e é isso que a torna importante”. No primeiro caso, o Estado tem o poder de dispor, à sua conveniência, a distribuição, seja por venda ou cessão de propriedades públicas. No segundo caso, o que fundamenta o uso público é a destinação de espaços que

⁵⁸ Principalmente em Locke (1994).

⁵⁹ Sobretudo em Rousseau (2001).

⁶⁰ Essencialmente em Bentham (1962).

⁶¹ Principais referências utilizadas por Alves (2015a; 2015) para a crítica da propriedade privada: Marx (2007); Marx (2013); Marx & Engels (1997). Para a crítica da propriedade pública em Alves (2015a; 2015) são utilizadas, principalmente: Hardt (2014); Hardt & Negri (2000); Hardt & Negri (2005); Hardt & Negri (2009). Também foram indicados Dardot e Laval (2017).

⁶² Terras pertencentes ao Estado.

compõem a constituição da cidadania como acesso ao urbano; neste ponto, a propriedade pública destes espaços dá lugar à destinação por afetação destes espaços.

O que nos interessa são os espaços da segunda categoria apresentada. Sobre eles, o Estado busca proporcionar condições de acessibilidade geral, mas acaba por reunir a contradição, que permanece desde o primeiro momento em que foi ordenado, a partir da diferenciação entre as duas categorias. O espaço público é apropriado por uma fração da sociedade a partir de um relativa posse garantida pelo direito de uso (coletivo) enquanto cidadão; a outra, detém sua propriedade. Esta última, representada pela classe política, que ocupa o Estado, atuando como proprietário dos espaços públicos.

Esta relativa posse garantida pelo direito de usar ocorre, pois, Segundo Alves (2015a, p. 261), a partir da “a mesma forma jurídica da propriedade privada acompanha a propriedade pública”. Nesta perspectiva,

a propriedade privada ou o direito de propriedade privada constitui-se como um regime político, social e econômico que para funcionar realiza um fetiche de atribuir, ora ao sujeito, ora a coisa, poderes especiais de exclusão e de equivalente disponibilidade à troca. Em síntese, a propriedade encontra seus fundamentos em um processo de alienação do trabalho objetivado e de constituição de sujeitos proprietários e de sujeitos despossuídos (ALVES, 2015a, p. 266-267).

O Estado se encarna na figura de proprietário, enquanto os habitantes se realizam enquanto despossuídos. O direito de propriedade, mesmo enquanto propriedade pública, implica limites vinculados, principalmente no caráter decisório de atribuição de função, perpassando pela participação nos encaminhamentos dos espaços públicos. Ressaltamos que existem mecanismos de participação e de consulta, mas que, em grande medida, ainda são precários ou insuficientes.

Seguindo seu desenvolvimento sobre os fundamentos da propriedade, Alves (2015; 2015a), indica que tanto a propriedade privada quanto a propriedade pública têm suas bases elementares em um direito complexo, absoluto, perpétuo e exclusivo. Complexo, por apresentar-se relacionado ao conjunto de outras faculdades, como a de usar, fruir, dispor e reaver a coisa (objeto); a natureza absoluta, que implica que o proprietário faça uso de seus poderes sobre o objeto da maneira mais extensa possível; perpétuo, devido a, uma vez constituído o direito de propriedade, torna-se estável no tempo *ad infinitum*, resguardando sua decisão na mudança de sua natureza, no caso de público e a intervenção do Estado em propriedades privadas em casos excepcionais; e exclusividade como um elemento que permite a exclusão dos demais indivíduos não proprietários (ALVES, 2015; 2015a). Este último, é mais

característico da propriedade privada, mas também presente na pública, pelo fato de que o Estado, visando um suposto bem-comum, age em favor de interesses privados.

Assim,

Ao examinar o direito de propriedade privada anotamos que o sujeito-proprietário detém poderes especiais de usar, fruir, dispor e reaver sua coisa com a máxima liberdade, de modo perpétuo e de forma exclusiva. Ora, atributos de um direito complexo, absoluto, perpétuo e exclusivo são totalmente integrados à defesa da propriedade pública, seja essa classificada como “bens de uso comum”, “bens especiais” ou “bens dominicais” (ALVES, 2015a, p. 274).

Evidenciando os elementos da propriedade privada e sua relação com os bens públicos, traduzido como a afetação pelas finalidades, sendo os “bens de uso comum”, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças” (CF, art. 99, I) (BRASIL, 1988, n.p.), Alves (2015a; 2015) argumenta que essa categoria denota os bens abertos, plenamente acessíveis à população, porém, emergindo situações em que o acesso se torna restrito, ou mesmo inviabilizado, ocorrendo por meio de práticas banais por parte do poder público, fazendo o elemento de exclusividade manifestar-se como prática, quando o Estado delibera sobre os usos e a fruição destes bens.

Por outro lado, temos os “bens de uso especial” (CF, art. 99, II), “tais como edifícios ou terrenos destinados a serviços ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias” (BRASIL, 1988, n.p.). Considerando os bens de uso especial, “se mantém os atributos principais da forma jurídica de propriedade privada: exclusividade e perpetuidade para usar e fruir por parte de seu sujeito proprietário, no caso, o Estado” (ALVES, 2015a, p. 275).

Por fim, os “bens dominicais” (CF, art. 99, III) são aqueles “que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades” (BRASIL, 1988, n.p.). Nesta categoria se enquadram os bens não afetados para uma finalidade determinada, podendo ser destinados de acordo com as necessidades públicas, mas que acabam, por vezes, se tornando reservas institucionais espalhadas na cidade.

Claramente, há uma divergência na tradição dos bens dominicais sem uso, o que violaria o princípio constitucional da função social da propriedade (CF, art. 5º, XIII). De todo modo, mantém-se o entendimento de que certos bens públicos são reservados para uso futuro. Para isso, seria necessário, mais uma vez, manter seus atributos de exclusividade e perpetuidade. E, de forma mais gravosa, o poder geral de exclusão impedem seu apossamento e usucapião (CF, art. 183 §3º, art. 191, par. único). A propriedade pública adquire caráter instrumental e uma racionalidade econômica (ALVES, 2015a, p. 275).

Sobre as categorias dos bens públicos sob a égide do Estado, a partir da destinação por afetação, identificamos que aqueles que possuem uma abertura à possibilidade são os de uso comum, pois são (em tese) dotados de plena acessibilidade, se inserindo aí as ruas, parques e praças, largos etc. Seguindo Dardot e Laval (2017), indicamos que, mesmo regido por configurações e funções estabelecidas, os bens públicos de uso comum são passíveis de apropriação pelo uso, enquanto direito, ou seja, realmente vividos pelos habitantes, portanto, passíveis à abertura para a apropriação além do existente entre o controle total pela propriedade e a possibilidade pelo uso. Já os bens dominicais e bens especiais, são as propriedades da cidade, ou seja, seu regime de afetação inviabiliza a espontaneidade e a emergência de um espaço, que possa ser apropriado, sendo estes restritos, no caso dos bens especiais, e bloqueados ao uso, enquanto bens dominicais, até mesmo por raramente possuírem equipamentos ou edificações.

Sobre as finalidades das categorias de afetação dos bens públicos, Alves (2015a, p. 275) conclui que “do exposto, portanto, assentamos que os bens públicos reeditam o regime de propriedade privada em todos os seus principais atributos que convergem para o poder geral de exclusão”. Ainda, tendo como referência Carol Rose (1986), vai além, indicando que a propriedade pública é uma contradição em si, sobretudo pelo fato de que público, enquanto propriedade, limitaria o acesso irrestrito ao uso (ALVES, 2015a; 2015), que, sob mediação do Estado, apresenta-se limitador e excludente.

Para tanto, observadas as categorias de afetação dos bens públicos, evidenciamos que eles podem influenciar a estrutura intraurbana, atendendo ao espaço concebido pelo Estado em seu caráter instrumental. Segundo a LOMI (Art. 10, 2020), a “administração dos bens municipais compete ao Prefeito Municipal, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles empregados nos serviços desta” (ITUIUTABA, 2020, n.p.). Ainda, ocorrendo a sanção do Prefeito, cabe à Câmara Municipal dispor sobre os bens de domínio público (Art. 20, inciso V, 2020), por meio destes, agindo como PPM responsável pela destinação dos bens públicos, orientam a edificação e distribuição dos espaços públicos.

Sobre a destinação por afetação, a PMI considera que:

Art. 11 - A afetação ou desafetação de bens municipais depende de lei.

Art. 12 - A alienação de bens municipais, subordinada à comprovação de interesse público, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas (Lei Federal N° 8.666, art. 17):

I - quando IMÓVEIS dependerá de autorização legislativa e licitação, dispensada esta somente nos casos de: [doação, permuta, investidura e venda⁶³].

Art. 15 - A CONCESSÃO administrativa de bens municipais, de uso especial e dominicais, depende de lei e de licitação, e se fará mediante contrato por prazo determinado, sob pena de nulidade do ato.

⁶³ Servindo para a garantia da função social da propriedade e da regularização fundiária.

§ 1º - A licitação poderá ser dispensada nos casos permitidos na legislação aplicável.

§ 2º - A permissão que poderá incidir sobre qualquer bem público, se fará a título precário e por decreto.

§ 3º - A autorização que poderá incidir sobre qualquer bem público, será objeto de portaria, para atividades ou usos específicos e transitórios, por prazo nunca superior a 90 (noventa) dias.

§ 4º - A autorização para aproveitamento de terrenos baldios, de uso comum ou dominical, com culturas temporárias, se fará a título precário por Portaria, com prazo não superior a dois anos, podendo ser renovado. Alteração dada pela Emenda à Lei Orgânica do Município de Ituiutaba n.º 06, de 15 de dezembro de 1993 (ITUIUTABA, 2020, n.p.).

Para tanto, vemos que, a partir da afetação, ainda que procure atender à função social da propriedade, existem meios de modificação da destinação, mesmo dos bens de uso comum, mantendo a condição de serem inalienáveis. Dessa maneira, podemos atribuir que os meios de modificação da destinação fazem parte do papel ordenador do Estado, controlando o uso do solo público. Neste sentido, à medida que participa, promovendo a redução do espaço público de uso comum, o Estado faz parte do movimento de retração do espaço público, de maneira mais ampla.

Considerando a possibilidade de mudança da destinação dos espaços públicos, foram observados 140 textos, entre leis e projetos de leis, que abordavam, especificamente, processos de desafetação. Em grande medida, esses textos tratavam da mudança dos bens dominicais, atribuindo-lhes funções ainda não estabelecidas. Evidenciamos que essas áreas poderiam vir a servir como áreas de uso comum, sendo, assim, espaços públicos na forma de praças e parques. Do mesmo modo, em menor medida são encontradas áreas de uso comum que tiveram sua destinação modificada, integral ou parcialmente, configurando a redução dos espaços públicos de sociabilidade.

Para efeito demonstrativo dessas modificações nos espaços públicos existentes em Ituiutaba, podemos citar algumas mudanças. O primeiro dos casos é a destinação da área verde, no Bairro Buritis, em 2015, quando

Desafeta de sua destinação de área verde e afeta em bem de uso institucional a área urbana que indica e dá outras providências.

Art. 1º. Fica desafetado o lote de número 1A, destinado a área verde, com área de 11.972,24m², [...] no Bairro Buritis [...].

Art. 2º. Como consequência do disposto no artigo anterior, fica o Cartório do Registro de Imóveis da Comarca, que jurisdiciona o setor em que se situa o imóvel objeto da desafetação desta lei, autorizado a proceder à afetação do mesmo como área institucional, destinada: À implantação de um (01) CRAS – Centro de Referência de Assistência Social no Bairro Buritis, nesta cidade; À implantação de uma Escola, uma Farmácia de Minas, uma Unidade Básica de Saúde e uma Academia de Saúde (LEI N.º 4.379, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015) (ITUIUTABA, 2015, n.p.).

Observa-se que a mudança busca atender a demandas sociais, com a implantação de serviços de educação, saúde e lazer (também direitos urbanos). Não se pode contestar a necessidade destes equipamentos, muito menos a diferença qualitativa que estes fazem onde estão inseridos, sobretudo quando localizados em bairros com população com menor renda. Porém, devemos inquirir a substituição de um espaço pelo outro, sabendo que, por lei, deveria existir reserva de área para ambas as formas públicas.

Situação similar ocorre também na Praça Senador Moreira da Gama, que, desde 2012, vem sofrendo mudanças em sua configuração interna⁶⁴. Por efeito de lei, que

Desafeta de sua destinação de imóvel reservado para áreas verdes e Praça Senador Moreira da Gama, e dá outras providências

Art. 1º. Ficam desafetadas, de sua finalidade de bem público de uso especial destinado a áreas verdes, e de uso comum do povo consistente na Praça Senador Nogueira da Gama, as áreas urbanas com as seguintes identificações: GLEBA 01 [...]; GLEBA 02 [...]; GLEBA 03 [...]; GLEBA 04 [...].

Art. 2º. Como consequência dos disposto do artigo anterior, [...] [a] inscrição do mesmo como dominical, na forma do artigo 99, inciso III, do Código Civil, para a finalidade de aproveitamento particular.

Art. 4º As áreas objeto da desafetação da presente lei terá destinação escolar, dentro do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação – PROINFÂNCIA (LEI N.º 4.157, DE 06 DE JUNHO DE 2012, p. 1-2).

Desafeta de sua destinação de imóvel reservada para áreas verdes e Praça Senador Moreira da Gama, e dá outras providências (LEI N.º 4.698, DE 23 DE DEZ. DE 2019 p. 1) (ITUIUTABA, 2019, n.p.).

As frações internas foram sendo alteradas (Figura 14) em sua destinação, de modo que pudesse ser possível a reconfiguração do espaço interno da praça. Nota-se, com facilidade, que a área em questão foi tendo seu espaço de uso comum reduzido à medida que os espaços públicos especiais foram abarcando a maior parte do lote. No momento, o espaço de uso comum está restrito apenas à academia ao ar livre localizada na porção sudeste da Praça Senador Moreira da Gama.

⁶⁴ De maneira mais aprofundada, este processo foi tratado em Pereira e Loboda (2019a).

Figura 14: Imagens aéreas da Praça Senador Moreira da Gama, em Ituiutaba, entre 2006 e 2021



Fonte: *Google Earth Pro* (imagens históricas) (2022). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

A Indicação n.º 436, de 2015, do Vereador Mauro Gouveia Alves, buscou, a partir de solicitações dos habitantes do entorno, modificar a dinâmica de transformação da praça, demonstrando certa contradição entre a prática da Prefeitura e algumas demandas da população do entorno. O texto da referida indicação solicita que se estude

a possibilidade [...] de construção de um parque recreativo com brinquedos adequados na Praça Senador Nogueira da Gama [...]. Trata-se de um pedido feito a mim pelos moradores daquela localidade, segundo estes o referido parque seria de enorme ajuda para diversão das crianças daquele local (sic) (INDICAÇÃO N.º 436, 2015, DE AUTORIA DO VEREADOR MAURO GOUVEIA ALVES) (CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA, 2015, n.p.).

Em outra situação, em que a PMI atua enquanto proprietária dos bens públicos, promove-se a mudança de destinação de outra área, porém, nessa situação, visando a regularização fundiária e área de ocupação irregular em bem público. Com esse objetivo,

Desafeta de sua finalidade de área verde denominada Praça Ipiranga, do Bairro Independência desta cidade, e dá outras providências.

Art. 1º. Fica desafetada de sua finalidade de bem público de uso comum do povo a Praça Pública denominada Praça Ipiranga [....].

Art. 2º. Como consequência dos disposto do artigo anterior, [...] [a] inscrição do mesmo como dominical, na forma do artigo 99, inciso III, do Código Civil, para a finalidade de aproveitamento particular (LEI N.º 4.389, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015, p. 1) (ITUIUTABA, 2015, n.p.).

Como pode ser verificado em registo de imagem aérea no ano de 2014 (Figura 15), a área reservada para a Praça Ipiranga já encontrava-se ocupada por moradias; portanto, faz-se legítimo o processo de regularização fundiária, em 2015, evidentemente, se atendidos os requisitos necessários. Quando observado o ano de 2022, a área já encontra-se dotada de todos os equipamentos públicos urbanos.

Figura 15: Imagens aéreas e da paisagem da antiga área reservada para a Praça Ipiranga, em Ituiutaba, em 2014 e em 2022



Fonte: *Google Earth Pro* (imagens históricas) (2022). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

Retrocedendo no tempo, em outra ocasião de mudança de destinação, no ano de 1987, também por efeito de lei, modifica-se a destinação de área vinculada a questões ambientais, tendencialmente para uso comum. Na ocasião, objetivando promover um loteamento a partir de terras públicas, ocorreu a mudança

de sua destinação de área de terrenos que especifica e dá outras providências.

Art. 1º. Fica desafetada, da finalidade de Zona Especial de Proteção Paisagística e Reserva para Bosque, a área de terrenos do Patrimônio Público Municipal, com as seguintes características: [...] com área de 32.153,75m² [...].

Art. 2º. A área de terrenos referida no artigo anterior se destinará, por força desta lei, preliminarmente, a fins de loteamento e venda, em concorrência ou hasta pública, a terceiros interessados, com preferência absoluta para os atuais ocupantes de lotes da área desafetada pela Lei n.º 2.412, de 20 de março de 1986, cabendo à Prefeitura por seus órgãos competentes, estabelecer a forma e as condições de realização do mencionado loteamento (LEI N.º 2.421, DE 30 DE ABRIL DE 1987) (ITUIUTABA, 1987, p. 1).

Novamente, é utilizada a regularização fundiária como objetivo, pois a área pública, até então, já encontrava-se ocupada na segunda metade da década de 1980. Porém, neste momento, abriu-se a possibilidade de aquisição por outras pessoas que ainda não ocupavam a área. Observando a imagem aérea datada em 2022 (Figura 16), nota-se a urbanização e consolidação atual da área. Ressalta-se que a área ocupa, atualmente, intermédio entre a UEMG e parte do parque linear, na Avenida José João Dib.

Figura 16: Imagens aérea de 2022, como limites aproximados da área desafetada em 1987, no Bairro Universitário, em Ituiutaba



Fonte: *Google Earth Pro* (2022). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

Tendo visto o que se tornou a área em questão a partir de sua destinação, é importante ressaltar o poderia ter sido, de acordo com a finalidade de sua reserva, sendo a Zona Especial

de Proteção Paisagística e Reserva para Bosque, e seu desdobramento na forma de centros de tempo livre, ou seja, espaços públicos de uso comum, servindo à população.

Em mais uma situação demonstrativa, outra área reservada para construção de uma praça teve sua destinação alterada para servir à outra função. Neste caso, passa-se a uma entidade privada de utilidade pública. A partir de 1994, a área é destinada ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). A lei

Desafeta de sua destinação de área reservada para logradouro público o imóvel que menciona e dá outras providências.

Art. 1º. Fica desafetada de sua destinação de área reservada para construção da PRAÇA CAPITÃO JERÔNIMO MARTINS, no Bairro Novo Mundo, o imóvel urbano contendo a seguinte descrição: “Imóvel urbano destinado à construção da Praça Capitão Jerônimo Martins, contendo a área total de 3.600,00m² [...]”.

Art. 2º. Como consequência dos disposto do artigo anterior, [...] autorizado à inscrição do mesmo como dominical, na forma do artigo 66, inciso III, Código Civil, para a finalidade de aproveitamento na construção de uma unidade do SENAC (LEI N.º 3.023, DE 24 DE MARÇO DE 1994, p. 1) (ITUIUTABA, 1994, n.p.)

Por fim, das situações demonstrativas selecionadas, temos a alteração da destinação de pequena área reservada para a implantação de equipamentos comunitários, localizada no Bairro Ipiranga. Ressaltamos que, atualmente, nas proximidades da área em questão, não existem equipamentos comunitários ou algo semelhante. Por efeito de lei,

Desafeta de sua destinação de imóvel reservado para equipamentos comunitários a área urbana que menciona e dá outras providências.

Art. 1º. Fica desafetada, de sua finalidade de bem público de uso especial destinado a equipamentos comunitários, a área urbana [...] resultando uma área de 508,79m².

Art. 2º. Como consequência dos disposto do artigo anterior, [...] proceder à inscrição do mesmo como dominical [...] para a finalidade de aproveitamento particular.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar à RIT – Rede Internacional de Televisão, o imóvel objeto de desafetação desta lei, para ser instalados equipamentos de radiodifusão, bem como outras edificações da mesma atividade da donatária (LEI N.º 4.116, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011) (ITUIUTABA, 2011, p. 1).

Cabe ressaltar que a instituição RIT, vinculada à Igreja Internacional da Graça de Deus, trata-se de uma instituição de interesse público, e devido a isso, recebeu a área em questão. No lote recebido pela instituição, ainda permanece uma torre de transmissão, sendo o lote todo murado e as calçadas sem pavimentação, o que inviabiliza, inclusive, a circulação de pedestres. De todo modo, chama a atenção a destinação da área, demonstrando complexidade entre os interesses públicos e privados mediados pelo PPM, em que pese, inclusive, a contradição entre os interesses vinculados à presença e uso de espaços qualificados.

Além das situações demonstradas, existem várias outras ocasiões semelhantes em leis e projetos de leis, em que os bens do Estado são modificados em sua destinação. No mais, as mudanças de destinação procuram modificar e/ou adequar sua destinação de acordo com as

necessidades imediatas, rompendo o vínculo entre planejamento e gestão, priorizando apenas o presente. Sobre este fato, a justificativa recorrente das prefeituras, de maneira geral, está centrada na falta de recursos para implementação dos projetos, principalmente de praças e parques. Esse movimento, quando abrange a manipulação dos espaços de uso comum, afasta o PPM de seu comprometimento em fornecer espaços públicos com acessibilidade mais ampla.

A concepção do Estado a respeito do espaço público permanece centrada no caráter instrumental, porém realizado, principalmente, no curto prazo, efetivada a partir da manipulação desses espaços com base na propriedade privada do solo público. Isto porque a população é pouco ou nada ouvida, considerando as modificações da destinação de espaços públicos, que podem transformar seu cotidiano.

A implementação de novos equipamentos confere ao espaço urbano, considerando sua relação entre bairro e cidade, uma nova estrutura. Portanto, uma nova configuração territorial, que atualiza a anterior, remodela os fluxos a partir dos fixos. A dinâmica dos espaços públicos também se modifica, criando espacialidades novas no cotidiano dos habitantes, que passam a ser incorporadas.

Para tanto, considerando a função do poder público em atender aos direitos de acesso ao lazer, ao meio ambiente e a cultura, pensando que seria tanto mais bem atendido se acessível a todos e a todo momento, a destinação para bens de uso comum representaria a possibilidade do compartilhamento da posse dos espaços públicos entre a população e o Estado, perfazendo, assim, elemento fundamental do habitar.

Para tanto, o controle a partir da propriedade pública do espaço, considerando que é função do Estado qualificar o ambiente urbano a partir de espaços públicos, torna-se ambivalente, pois o PPM, ocupado por apenas frações da sociedade, determina como, quando, onde e quais bens públicos são ativados ou desativados como espaços públicos de uso comum. Dessa maneira, o controle sobre as formas a partir da propriedade influencia significativamente a cidade, bem como sua dinâmica.

Tendo visto a respeito da destinação da propriedade do solo público urbano, é possível observar que os bens de uso comum e os bens especiais tendem a ser, em tese, receptáculo de funções que passam a atender às demandas sociais (saúde, lazer, cultura etc.) e ambientais. Essas funções passam, assim, a serem transversais no espaço público, ocorrendo em maior ou em menor intensidade, a depender do uso e do lugar em que se inserem. Em cidades do porte de Ituiutaba, e a partir de nosso recorte teórico, observaremos aquelas que se são destinadas a se realizar nas praças, parques e jardins.

5.2 As funções e usos concebidos para os espaços públicos de uso comum: o estético, o lazer (recreação), o cultural e o social

A transversalidade ocorre na medida em que os direitos se realizam por funções que atravessam distintos espaços públicos com formas diferentes, sendo acionados pelo PPM para atender às demandas de urbanidade. Essas demandas tendem a ser respondidas pela oferta de espaços e de equipamentos para os habitantes. A respeito das atribuições municipais na promoção desses direitos considerados urbanos, estes são encontrados na LOMI e, principalmente, no PDMI, indicando, em grande medida, a transversalidade, em certos espaços públicos.

O PPM, tendo a propriedade dos espaços públicos, os concebe a partir de funções que estão vinculadas, principalmente, à produção histórica, mas também à cidadania e, sobretudo, aos direitos constitucionais. Nesta perspectiva, o PPM busca uma racionalidade em suas ações. A partir, principalmente, do conjunto de diretrizes do PDMI, os espaços públicos são direcionados, em certa medida, ao atendimento das demandas do cidadão, sendo apresentados a partir dos direitos sociais ao lazer, cultura e meio ambiente, por meio de lugares que proporcionem o bem-estar dos habitantes. Estas funções passam a ser distribuídas em distintos espaços públicos.

Em nosso quadro urbano, nota-se que essa preocupação surge no primeiro PDMI, realizado no ano de 1970, em que fica estabelecida a preocupação com as “áreas públicas para fins paisagísticos e da preservação da paisagem natural” (ITUIUTABA, 1970, p. 92). No referido PDMI, evidencia-se a relação entre os elementos estéticos e ecológicos, proporcionando uma paisagem urbana que seja aprazível e carregada de valores que remetam a uma “boa sociedade”. Especificamente em seu Art. 199, o dispositivo trata da obrigatoriedade da reserva de áreas para assegurar o equilíbrio ecológico e proporcionar o lazer à população.

Como dissemos, o PPM compreende sua atribuição, sobretudo pensando um espaço público urbano a partir de características funcionais. Para tanto, faz-se necessário “planejar áreas públicas para fins paisagísticos de forma a dar-lhe um tratamento que obedeça a critérios paisagísticos, estéticos e funcionais” (ITUIUTABA, 1970, p. 93). A junção dos elementos relacionados ao meio ambiente e ao lazer, tão logo se unem, compondo o conteúdo programado dos espaços públicos, entretanto, se manifestando como projeto.

Neste sentido,

Art. 201 – As áreas públicas para fins paisagísticos deverão desempenhar função primordial na composição harmoniosa da paisagem de Ituiutaba e no atendimento das necessidades de recreação e de lazer da comunidade.

Parágrafo único – Para atendimento das exigências do presente artigo, é obrigatório que se dê atenção especial para os seguintes aspectos relacionados com as áreas públicas para fins paisagísticos:

II – Localização urbanisticamente adequada dentro e em torno da estrutura urbana; dimensionamento compatível com as necessidades vitais do aglomerado humano de cada bairro em particular e da cidade em geral; interrelação, tratamentos, equipamentos e usos que atendam plenamente às suas funções, considerados em conjunto os aspectos paisagísticos, ecológicos e funcionais (ITUIUTABA, 1970, p. 94).

O que é referido no inciso II é resgatado no Art. 209, sendo complementado em seu Parágrafo Único:

Para atendimento das exigências do presente artigo, as áreas públicas paisagísticas deverão ser relacionadas com as vias públicas, os passeios e as edificações de forma a dar ao logradouro, no seu conjunto, aspectos paisagísticos dinâmicos, que atendam às necessidades comunicativas e expressivas, tanto técnicas como humanísticas (ITUIUTABA, 1970, p. 99).

Mesmo em áreas construídas, preza-se a harmonia proveniente das funções estéticas e funcionais. Esse aspecto é encontrado no Art. 281, do PDMI, que indica que o planejamento deve ser priorizado para organizar os objetos, sobretudo “estátuas, hermas e quaisquer outros monumentos”, de maneira a permitir a circulação, considerando também o revestimento esteticamente padronizado (ITUIUTABA, 1970, p. 141). Soma-se, então, às funções anteriores, o elemento estético.

Dessa maneira, como observamos, ainda que brevemente, a função ambiental (ecológica e estética), função de lazer e função recreativa, são objetivos explícitos, adentrando no planejamento dos espaços públicos. Entretanto, no PDMI de 1970, ainda não se tem a ênfase nos elementos culturais, fato que vai ocorrer apenas a partir do PDMI de 2006.

Tendo em vista os critérios adotados ao planejamento das áreas citadas, especialmente os espaços públicos de uso comum, essas diretrizes podem ser remetidas ao que é amplamente discutido, atualmente, sobre o conceito de “áreas verdes urbanas”⁶⁵: sendo aqueles espaços livres dotados de funções que gravitam em torno dos elementos ecológicos, estéticos, de lazer e social (neste último, incluídos os elementos culturais e de educação não fornecidos a partir do mercado), sendo, portanto, espaços multifuncionais.

⁶⁵ Para maior aprofundamento sobre o conceito de Áreas Verdes urbanas, consultar: Pereira (2019); Pereira e Ferreira (2022); Pereira e Loboda (2022) Mazzei e Colesanti (2007), Lima *et al.* (1994), Bucheri e Nucci (2006), Nucci (2008), Cavalheiro e Del Pichia (1992), Loboda (2003), Loboda e De Angelis (2005); Bucheri e Tonetti (2011), Bargas e Matias (2011), Benini (2009), Milano (1990), Oliveira (1996).

Podemos observar, a partir de Pereira (2019) e de Loboda e De Angelis (2005), que as áreas verdes urbanas destacam-se, na contemporaneidade, em cidades de diversos portes, reunindo o conjunto de características que foram incorporadas ao logo do tempo e da produção dos espaços públicos abertos. Neste sentido, as áreas verdes urbanas se manifestam a partir de diversas formas, mas principalmente como parques, praças e jardins, sendo seu conteúdo projetado a partir da infraestrutura básica que ela contém, como mobiliário, vegetação e equipamentos.

Sobre esse acúmulo de temporalidades, se tomarmos como exemplo a praça na cidade ocidental enquanto princípio formador do espaço público, sua origem se aproxima da presença da *Ágora* grega (naquele momento, com forte conotação política), lugar “privilegiado” onde o homem público efetiva sua participação política nas decisões sobre os encaminhamentos da *polis*. Este lugar constitui a esfera pública pela dimensão imaterial, mas também material, a partir de sua configuração, sendo dotado dos elementos naturais que complementam as condições de uso político. Nessa perspectiva, segundo Spirn (1995, p. 45), os “filósofos da antiga Atenas reuniam seus discípulos em jardins arborizados”; no entanto, essa característica perfaz elemento secundário, pois o principal objetivo era o debate, o que remetia à função política.

Em um segundo momento, na sociedade feudal, a praça medieval adquire uma conotação comercial, sobretudo pela presença das feiras, transferindo o elemento político, que denotava o controle das decisões da *polis*, que passou a ser centralizado na figura do rei e sua cidade fechada. Até então, os elementos da natureza fazem-se ser vistos apenas como composição da paisagem, como elementos passivos.

No terceiro momento, a praça ajardinada passa a ter maior presença na urbe, sendo significativo para este movimento o Renascimento. Não somente a praça, mas jardins e formas similares voltadas para o elemento estético, passam a permear a cidade, buscando compor uma paisagem. Destacam-se, também, os parques, sendo estes compostos como quadros artísticos que caracterizavam uma paisagem harmoniosa, com base nos elementos naturais. Faz-se necessário indicar que, desde então, o ajardinamento dos espaços públicos abertos passa a fazer parte significativa destes lugares.

Nota-se que, devido às características da esfera pública, não se pode dizer que a política foi extinta da praça devido à função comercial ou estética, mas sim, que o campo decisório mudou de lugar e de figura, deixando latente, entre os habitantes, a demanda suprimida de sua manifestação, que melhor seria apresentada em meados do século XVIII, pela classe burguesa ocupando espaços particulares de uso coletivo, como os cafés.

No quarto momento, delimitado a partir do século XIX, a praça estabelecida até então, perde seu *status* de lugar das trocas, sendo as trocas encaminhadas a lugares fechados, mas também, à rua. A praça ajardinada se mantém como lugar da natureza na cidade. Neste momento, a classe burguesa e a indústria impõem características permanentes ao espaço urbano. Outra característica desse momento é a surgência de lugares próprios para o uso do tempo livre dos habitantes, principalmente de trabalhadores, como compensação pela jornada de trabalho. Portanto, nesse momento, as práticas de lazer ativo em espaços agregam nova função, principalmente aos parques, mas também às praças.

Evidentemente, esse movimento não se realizou completamente no Brasil, apresentando temporalidades distintas na assimilação das novas funções. Em síntese, considerando a praça ajardinada, seu surgimento

é um marco na história dos espaços livres urbanos brasileiros, pois altera a função da praça da cidade. O mercado foi transferido para edificações destinadas a atividades comerciais; as demonstrações militares de poder perdem força no Brasil republicano não acontecem mais nos largos e campos, deslocando-se para as grandes avenidas. Assim, a praça-jardim deixa de ser – como eram, no período colonial, o largo, o terreiro e o adro da igreja – o palco da vida mundana e religiosa, civil e militar da cidade. Praça agora é um belo cenário ajardinado destinado às atividades de recreação e voltado para o lazer contemplativo, a convivência da população e o passeio (ROBBA; MACEDO, 2010, p. 28-29).

Desde a década de 1940, segundo Macedo (1995), ocorre a incorporação de equipamentos que fomentam o lazer ativo e a modificação da composição vegetal das praças, passando a priorizar espécies nativas. Suprimem-se, então, “os motivos pitorescos, como fontes e esculturas neoclássicas” (MACEDO 1995, p. 26). Essas transformações manifestam-se diferencialmente nas mais diversas cidades, sendo mais bem percebidas nas praças de origem mais recente.

Inserimos, neste movimento de transformações dos espaços públicos da categoria de praças e parques, a incorporação da função social a partir da instituição de equipamentos e atividades que visam integrar a população por meio da socialização, educação, artes, lazer, ou seja, a promoção de condições de integração social e humana, sendo, inclusive, considerados como direitos em diversas sociedades, como os preconizados pela CF de 1988.

Mesmo que existam algumas simplificações na exposição do processo de transformações da praça ocidental, ela permite-nos evidenciar que as funções que integram essas formas não foram totalmente perdidas durante o movimento histórico. De maneira dialética, a função que remetia a um uso anterior foi negada, assimilada e subsumida, em certa medida. Para tanto, o que temos hoje, no que tange à praça, enquanto forma concebida, é uma

representação abstrata de algo que permita oferecer a totalidade de sua produção histórica. Neste sentido, as áreas verdes urbanas, do modo em que as admitimos, são, possivelmente, a representação mais bem acabada desse acúmulo de tempos nas praças.

Essa produção histórica, que culmina em diversas funções, pode ser evidenciada ao se tratar da consideração do PPM, em 1970. Na perspectiva da PMI, os centros de tempo livre, são entendidos como

Art. 202 – As áreas discriminadas como zona especial de Bosque e Parque Municipal de proteção paisagística, obedecidas as restrições estabelecidas nos artigos 111 e 113 respectivamente, deverão ser destinadas à implantação de centros de tempo livre, recebendo tratamento paisagístico adequado, com prevalência de cobertura arbórea, preferencialmente natural.

§ 1º – Nos centros de tempo livre poderão ser implantados: equipamentos relativos e atividades culturais e recreativas, em espacial para práticas de esportes ativos; teatros ao ar livre, parques infantis, viveiros, restaurantes, bares, jardim botânico, jardim zoológico, estacionamentos e pontos de ônibus para embarque e desembarque de passageiros (ITUIUTABA, 1970, p. 94 - 95).

Os centros de tempo livres reúnem a possibilidade de encontro das funções ecológicas, estéticas, de lazer, social, educacional e cultural a partir da manutenção e implantação de equipamentos que as sustentem. Dessa maneira, dependem da mobilização de recursos financeiros e técnicos, saindo dos espaços públicos concebidos para a representação, materializando um espaço multifuncional.

Considerando o lazer, buscando atender a essa função nos espaços públicos, uma citação é encontrada na LOMI (2020) e se repete, de maneira aproximada, no PDMI (2018). Segundo a LOMI,

Art. 116 - O Município incentivará o lazer, como forma de promoção social, especialmente mediante [CF-217-§3º]:

I - reserva de espaços verdes ou livres, nunca inferior a 12 (doze) metros quadrados por habitante, em forma de parques, bosques e jardins, como base física da recreação urbana;

II - construção de equipamento de parques infantis, centro de juventude e edifícios de convivência comunal;

III - aproveitamento e adaptação de rios, vales, colinas, montanhas, lagos, matas e outros recursos naturais como locais de passeio e distração (ITUIUTABA, 2020, p. 32).

São destacados os espaços públicos como espaços verdes e livres, parques, bosques, jardins, centro de juventude, edifícios de convivência comunal e parques lineares. Insistimos que essas formas são o depositório, também, das demais funções citadas ao longo deste item. Neste sentido, esses espaços recebem suposta atenção do PPM, que lhes atribuem importância para os princípios orientadores da Política Municipal de Esporte e Lazer. Essa perspectiva do PPM é demonstrada a partir da determinação da indicação da:

- I – a equidade na distribuição dos equipamentos de esporte e lazer;
- II. a promoção da saúde por meio de projetos e ações de prevenção;
- III. a integração social a partir do fortalecimento dos vínculos comunitários (LEI COMPLEMENTAR N.º 153, DE 13 DE JULHO DE 2018) (ITUIUTABA, 2018, n.p.).

Podemos inferir que a PPM organiza seu projeto de “equidade na distribuição” fazendo uso da propriedade pública do solo urbano, construindo espaços propícios ao lazer, com distribuição equilibrada de acordo com as demandas. No entanto, como pode ser observado na seção em que tratamos da organização e distribuição, os espaços públicos com maior qualidade (considerando a realização das funções), tendencialmente se localizam nas áreas mais centralizadas, bem como aqueles que foram implantadas em períodos mais antigos.

O lazer se vincula à “promoção da saúde” através de ativação dos espaços construídos e da mobilização e incentivo de práticas esportivas, por fim, gerando também “integração social” a partir do convívio. Esse encadeamento que se dá a partir do lazer, enquanto princípio de promoção da saúde, desenvolvimento humano e integração social, é evidenciado no PDMI de 2018, ocorrendo, por meio dele, a manifestação das diretrizes a serem seguidas.

Art. 50. Para consecução da Política Municipal de Esporte e Lazer, deverão ser observadas as seguintes medidas e ações:

- IV. criar políticas específicas para a promoção do esporte e do lazer das populações em situação de vulnerabilidade social e dos moradores dos bairros localizados nas áreas de integração prioritárias identificadas no mapa síntese;
- VI. promover atividades de esporte e de lazer para a população com deficiência e para os idosos;
- VIII. promover atividades contínuas de recreação e de esportes para dinamizar as praças e parques, considerando a diversidade de públicos e de interesses;
- IX. realizar torneios esportivos interbairros, nas diversas modalidades esportivas, promovendo a integração dos moradores;
- X. qualificar e realizar manutenção periódica de todos os equipamentos esportivos e de lazer existentes, envolvendo a comunidade na preservação desses equipamentos por meio de ações educativas;
- XI. revitalizar os espaços públicos municipais como praças e parques, tornando-os espaços de referência para a prática esportiva e para o lazer da população;
- XII. implantar novos equipamentos para a promoção do esporte e do lazer, em especial nos bairros localizados nas áreas de integração prioritárias de acordo com o mapa síntese deste Plano Diretor;
- XIII. garantir a diversidade dos equipamentos públicos de esportes e de lazer buscando fomentar diferentes modalidades esportivas;
- XIV. utilizar a estrutura do Ginásio Poliesportivo e do Estádio Municipal para a realização de projetos sociais associados ao esporte;
- XV. fortalecer as atividades realizadas no Centro de Artes e Esportes Unificados – CEU do bairro Natal, observando a viabilidade de implantação de outros centros em diferentes bairros do município;
- XVI. incentivar a revitalização e reestruturação do Centro Turístico Camilo Chaves, fortalecendo seu viés esportivo e cultural, buscando a implantação de uma arena ao livre, pista de caminhada, academia ao livre, quadras poliesportivas, pista de skate, dentre outros equipamentos, além de promover a arborização adequada (LEI

COMPLEMENTAR N.º 153, DE 13 DE JULHO DE 2018) (ITUIUTABA, 2018, n.p.).

Tendo em vista as diretrizes selecionadas para a consecução Política Municipal de Esporte e Lazer, evidencia-se a relevância que parques e praças adquirem para a realização das diretrizes, saindo, assim, da perspectiva genérica e ampla da Zona Especial de Bosque, do Parque Municipal de Proteção Paisagística e dos Centros de Tempo Livre (PDMI, de 1970), que não são encontrados atualmente na legislação, fundamentando o lazer em espaços públicos a partir das praças e parques.

Para o meio ambiente, destacamos o Art. 119, que delimita que

Cabe ao Poder Público Municipal, através de seus órgãos de administração direta indireta e fundacional (CF- 225):
XVII - implantar, preservar e recuperar a vegetação nas áreas urbanas, segundo critérios definidos em lei (ITUIUTABA, 2020, p. 2-3).

Também destacamos o Art. 117, que indica que

Todos têm direito ao meio ambiente natural e ecologicamente saudável, bem de uso comum do povo e essencial à adequada qualidade de vida, impondo-se a todos e, em especial, ao Poder Público Municipal, o dever de defendê-lo, preservá-lo, para o benefício das gerações atuais e futuras (CF-225) (ITUIUTABA, 2020, p. 33).

Para a realização, tem-se o Art. 25, que traz o seguinte:

Art. 25. Para a consecução da Política Municipal de Desenvolvimento ambiental deve ser observadas as seguintes diretrizes:
VII. incentivar a implantação de parques municipais ao longo dos recursos hídricos, especialmente aqueles inseridos no perímetro urbano, objetivando a conservação dos leitos naturais e das matas ciliares;
XV. promover a requalificação do Parque do Goiabal (PDMI, LEI COMPLEMENTAR N.º 153, DE 13 DE JULHO DE 2018) (ITUIUTABA, 2018, n.p.).

Devido à extensão em área, os parques passam a ter prioridade na promoção de lugares em que o ambiente natural esteja inserido na cidade e naquele que permita o uso e benefícios diretos e indiretos para a população. Neste sentido, o Parque do Goiabal se destaca pela vegetação presente e se enquadra como Área de Proteção Ambiental (APA), o que inviabiliza o seu uso, reforçando sua função ecológica. Ao longo dos últimos anos, ocorreram tentativas de reativação do parque em questão, porém essas tentativas esbarram nas características estruturais, principalmente nas do entorno, devido ao fato de ter que ser respeitada a área de amortecimento, para que possa ser realizado o plano de manejo.

Em se tratando da relação entre os espaços públicos e as funções culturais com os objetos do patrimônio público, evidenciamos os princípios da Política Cultural, no Art. 112, que traz o seguinte: “O Município garantirá a todos pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura municipal a apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais (CF-215)”.

Para o atendimento dos princípios voltados às questões culturais e sociais, destaca-se o Art. 46, do PDMI de 2018, com as principais diretrizes (de acordo com nosso recorte). No artigo em questão, é evidenciado como fundamental:

- IV. garantir a livre manifestação das culturas populares tradicionais e contemporâneas, respeitando sua diversidade e especificidades;
- XV. implantar espaços culturais diversificados nos diferentes setores da cidade, com prioridade para os bairros localizados no anel periférico urbano, especialmente nas áreas de integração prioritárias definidas no mapa síntese deste Plano Diretor;
- XVI. promover a integração de todos os espaços culturais por meio da criação de um circuito itinerante, com agenda cultural definida;
- XVII. incentivar que os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS desenvolvam atividades culturais bem como cursos e oficinas de produção artística;
- XVIII. garantir a ocupação dos espaços públicos municipais a partir do oferecimento constante de atividades culturais e artísticas diversificadas;
- XIX. fomentar a criação do Passeio Cultural na área central, conforme identificada no mapa síntese, revitalizando e requalificando os espaços das praças e do Museu Antropológico de Ituiutaba – MUSAI, a fim de promover ações culturais que valorizem a história do município e promovam a identidade cultural e de patrimônio;
- XXI. revitalizar o Museu Antropológico de Ituiutaba – MUSAI, a partir da organização da organização de exposições, cursos e oficinas, aumentando os índices de visitação (PDMI, LEI COMPLEMENTAR N.º 153, DE 13 DE JULHO DE 2018) (ITUIUTABA, 2018, n.p.).

De maneira diferente das outras funções, que, pelo empenho do poder público municipal se realizariam através da simples dotação de espaços distribuídos pela cidade, a função cultural carece de incentivo à realização de atividades específicas e que manifestem, sobretudo, elementos da cultura local. Nesta perspectiva, a função cultural demanda uma articulação entre Estado e os habitantes, configurando um momento de apropriação do espaço, remetendo à promoção de lugares qualificados. No entanto, deve ser ressaltado, que enquanto determinação a partir da produção dos espaços públicos, essas manifestações devem ser aprovadas de maneira tácita ou expressa pelo PPM.

Em outra vertente, reunido elementos culturais e econômicos de ordem local, procura-se estimular, através do uso dos espaços públicos urbanos, o desenvolvimento de feiras populares. Para tanto, no Art. 16, do PDMI de 2018, estas atividades implicam a consideração das “potencialidades locais e regionais” (Lei Complementar n.º 153, de 13 de julho de 2018). As feiras, tendo o foco nos produtos alimentícios ou de artesanatos, além de ruas específicas, acabam por também se estabelecerem em algumas praças da cidade. A princípio, elas se

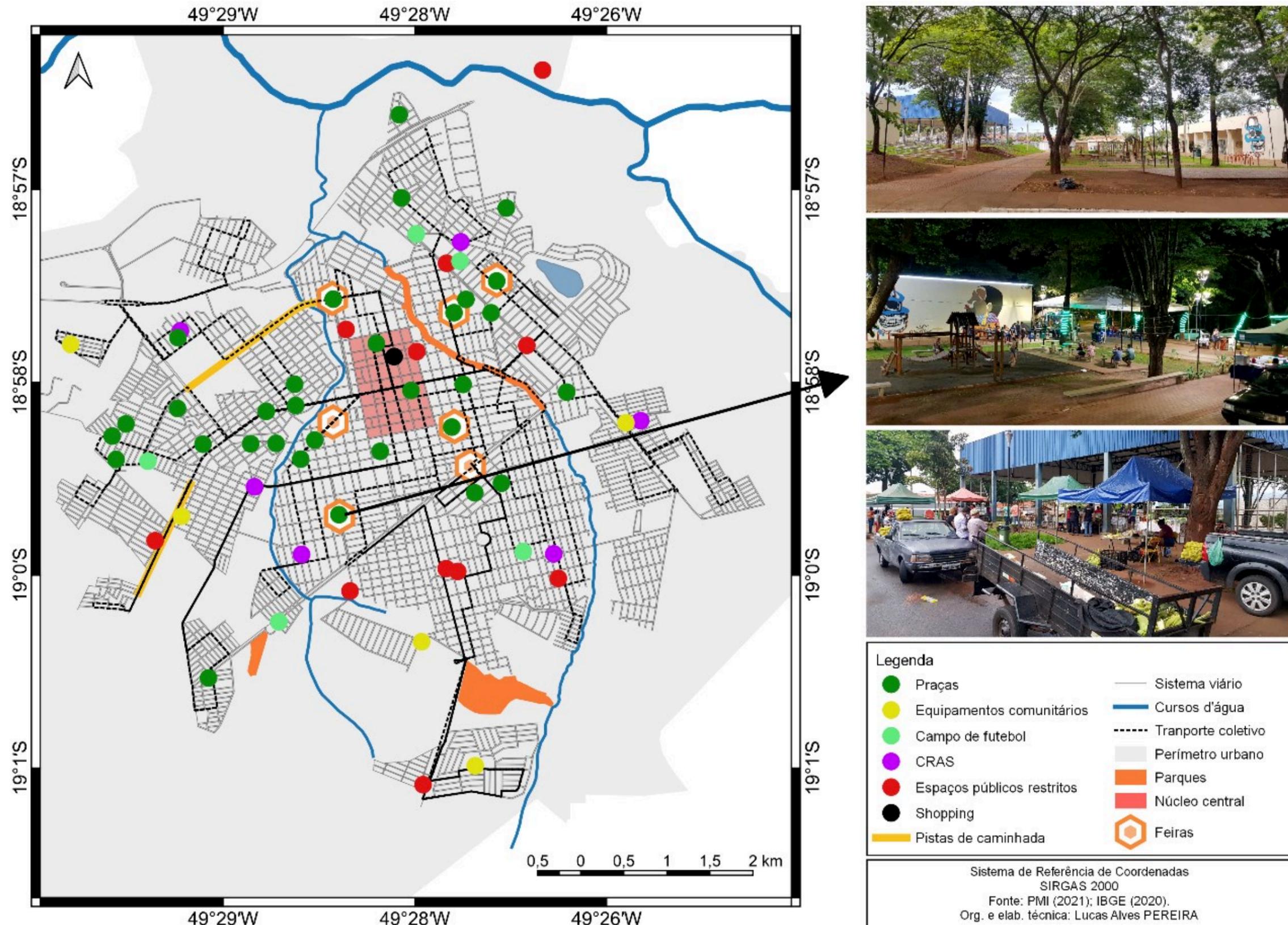
localizavam prioritariamente nas ruas; porém, com a pandemia do Coronavírus, quando puderam voltar a realizar-se, à medida que a disseminação do vírus foi reduzida, foram alocadas nas praças, para que melhor fossem seguidos os protocolos de enfrentamento à pandemia. No entanto, mesmo com condições melhores, a maioria das feiras não voltou às ruas, em nossa perspectiva, pelo fato de melhor aproveitar o espaço, bem como por proporcionar melhores condições de circulação dos usuários.

A pluralidade que compõe a representação dos espaços públicos remete a um caráter ideal que preza pela harmonia de usos e funções, contando com a plena socialização dos habitantes. Definem-se, assim, usos programados a partir da representação desse espaço concebido e fundamentando em práticas espaciais do Estado, construindo e distribuindo espaços públicos diferencialmente pela urbe.

De maneira emblemática, especificamente em nosso quadro urbano, a forma mais bem acabada, com base no caráter multifuncional, é representada pelo CEU, podendo ser definido como uma praça pública aberta à comunidade que conta com um conjunto de edifícios de múltiplos usos, incluindo biblioteca, cineteatro, laboratório multimídia (inicialmente chamado de telecentro), duas salas multiuso, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), parquinho infantil, pista de skate, quadra poliesportiva, e pista de caminhada, além de áreas de lazer e convivência. No ano de 2019, sua categorização foi modificada para “pracinhas da cultura”, porém mantendo ainda a mesma estrutura.

Em Ituiutaba, o CEU está inserido na Praça Mario Natal (Mapa 25), localizada no Bairro Natal. No local, estão contidos diversos equipamentos educacionais (salas de aula e biblioteca), recreativos (quadra, brinquedos, academia e pista de *skate*) e culturais, como sala audiovisual. Além disso, atividades e eventos são desenvolvidos, semanalmente. Também existe a presença de elementos que perfazem funções ecológicas, ambientais e estéticas, como vegetação de distintos portes e composição paisagística junto às edificações.

Mapa 25: Praça Mário Natal, no Bairro Natal, em Ituiutaba



Fonte: PMI (2016). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

Insistimos que todos os espaços públicos, enquanto bens de uso comum, em grande ou em pequena medida, servem para o cumprimento das funções estabelecidas. As demais praças e parques de Ituiutaba demonstram essas características fundamentalmente vinculadas a áreas verdes urbanas⁶⁶. Esses indicativos podem ser evidenciados a partir da LOMI e do conjunto de diretrizes do PDMI. Nesse sentido, são provenientes de uma concepção de espaços públicos produzidos, a princípio, como projeto, e que tem sua representação na forma que busca congrega funções que remetem aos direitos urbanos dos cidadãos.

Conclui-se, neste item, que os espaços públicos, enquanto propriedade privada do Estado, ao serem materializados a partir da concepção de realizador de funções que foram estabelecidas historicamente, sendo elas vinculadas a uma espécie de direito à cidade, procuram dar continuidade ao caminho da produção da sociabilidade pública mediada pelo Estado, através da produção dos espaços que lhe são pertinentes. No entanto, reunindo as características de distribuição quantitativa e qualitativa, ocorre a diferenciação dos lugares, sobretudo pelo fato de que nem toda a cidade é servida de espaços propícios a usos que proporcionariam o bem-estar urbano. Sendo assim, apresenta-se apenas como representação que não se realiza na prática.

5.3 O controle dos usos no espaço físico e a referência aos costumes como controle da sociabilidade

A concepção e a respectiva representação dos espaços públicos, em sua relação com o bem-estar, também está intimamente vinculada ao caráter moderno das cidades, ou seja, o espaço urbano deve ser funcional, esteticamente apresentável e organizado. A desordem que a diversidade de pessoas e usos em constante movimento proporciona, necessita ser controlada, em virtude da promoção e proteção do funcionamento ótimo da cidade, bem como da imagem que a desorganização projeta sobre o lugar. Neste caminho, tendo como objeto de intervenções, principalmente os espaços públicos amplamente abertos (no que diz respeito à acessibilidade), especialmente as ruas, sobretudo as mais centralizadas, são foco do conjunto normativo e da respectiva fiscalização dos usos.

⁶⁶ Em estudos realizados em 2018 (PEREIRA, 2019), foi identificado e caracterizado as áreas verdes urbanas, bem como os espaços livres com finalidade de reserva institucional, se desdobrando apenas em bens dominicais. Bem como em 2022, as praças foram avaliadas a partir das funções também designadas aqui.

Nesta perspectiva, o PPM rege a cidade de Ituiutaba, principalmente através do CPMI, por Lei n.º 309, de 29 de Janeiro de 1955, atualizada pela Lei n.º 1.363, de 10 de dezembro de 1970. Seu escopo pode ser delimitado pelo Art. 2º, indicando que

Este código tem como finalidade instituir as normas disciplinadoras da higiene pública, do bem-estar público, da localização e do funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, bem como as correspondentes relações jurídicas entre o Poder Público Municipal e os municípios (ITUIUTABA, 1970, n.p.).

Ressaltamos que a normativa regulamenta tanto os espaços públicos no amplo espectro (de uso comum, especial e dominical) quanto espaços privados edificados ou não. No entanto, em ambos os casos, a norma é instaurada no privado, sendo o indivíduo ou o estabelecimento diretamente afetado. Dessa maneira, o Estado utiliza-se de sua função de mediador, aqui complementada como fiscalizador, prezando pelo bom funcionamento da cidade. O controle tende a ocorrer como individualizado, em virtude, supostamente, do ganho coletivo.

A partir do bom funcionamento da cidade e das condições qualitativas do bem-estar social, um importante desdobramento é encontrado na perspectiva sanitária. Em linhas gerais, segundo o Art. 5º, da Lei n.º 1.362/70: “Compete à Prefeitura zelar pela higiene pública visando a melhoria do ambiente e a saúde e o bem-estar da população favoráveis ao seu desenvolvimento social e ao aumento da expectativa de vida” (ITUIUTABA, 1970, p. 1). Essas atribuições fazem parte da herança higienista brasileira, fundamentando as reformas urbanas do século XIX e XX, no Brasil, com implicações diretas no controle social.

As implicações entre a interface público e privado tornam-se evidentes no Art. 65, do CPMI de 1955 (Lei n.º 309, de 29 de janeiro de 1955), ao indicar que os “divertimentos públicos, para os efeitos deste Código, são os que se realizarem nas vias públicas, ou em recinto fechado, de livre acesso ao público, mediante pagamento, ou não, de entrada” (ITUIUTABA, 1955, n.p.). Para tanto, com base em nossa consideração os espaços públicos de uso comum e espaços particulares de uso coletivo são afetados pela lei, não somente em usos realizados nos espaços públicos de uso comum, o PPM, por força de lei, adentra também nas habitações e nos comércios, em geral, para fiscalizar as condições sanitárias. Neste sentido, há um controle amplo que visa o bem-estar, mas que também pode ser instrumentalizado como condutor de intenções diversas da classe que ocupa o PPM.

No conjunto, os artigos do CPMI tratam das questões relacionadas à higiene, limpeza, organização e funcionamento para o uso. Destacando nosso tema, no CPMI de 1955 (Lei n.º 309, de 29 de janeiro de 1955), as implicações públicas se davam principalmente a partir da “Higiene e Saúde”, “Costumes, Segurança e Ordem Pública” e as “Feiras Livres” (Quadro 5).

Neste momento, ainda com pequenos efeitos do aumento populacional, considerando os espaços públicos, o CPMI centra-se em elementos que buscam consolidar um espaço urbano limpo esteticamente e ordenado fisicamente, orientando também os costumes e a ordem nas condutas, bem como pretendendo a segurança na circulação das calçadas e ruas.

Quadro 5: Conteúdo destacado sobre os espaços públicos e as atividades em público contidas no CPMI (Lei nº 309/55)

Título	Capítulo	Seção
Parte Primeira – Das Posturas em geral		
III – Da Polícia de Higiene e Saúde.	II - Da higiene das vias públicas.	
IV – Da Polícia de Costumes, Segurança e Ordem Pública.	I – Dos costumes e da tranquilidade dos habitantes e dos divertimentos públicos.	I – Da moralidade e do sossego públicos.
		II – Da mendicância.
		III – Dos divertimentos públicos.
	II – Da Segurança e Ordem Pública.	III – Das vias e logradouros públicos.
		IV – Do empachamento.
		VI – Dos tapumes e fechos divisórios.
		VII – Do trânsito público.
Parte Segunda – Dos serviços de utilidade pública		
VIII – Das Feiras Livres.		

Fonte: PMI, Lei n.º 309, de 29 de janeiro de 1955. Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

Pelo fato de ser suprimido no CPMI de 1970 (Lei n.º 1.363/70), um destaque deve ser feito à respeito da mendicância, contida no Capítulo I, “Dos costumes e da tranquilidade dos habitantes e dos divertimentos públicos”, apresentado nos seguintes artigos, da forma transcrita a seguir:

Art. 62 – Nenhum indivíduo poderá pedir esmolas sem apresentar o cartão de identidade fornecido gratuitamente, pela Prefeitura ou autoridade policial, aos que forem inscritos em livro próprio da municipalidade ou da delegacia policial.

Art. 63 – Só será feita a inscrição de mendigos naturais do Município ou que nêles tenham residência há mais de dois anos.

Parágrafo único – Feita a inscrição, será fornecido ao mendigo o cartão de identidade a que se refere o art. 62.

Art. 64 – Será encaminhado à autoridade policial todo indivíduo que fôr encontrado a mendigar sem estar inscrito pela forma indicada nos artigos anteriores.

Parágrafo único – considerado mendigo, será devidamente inscrito, salvo se não fôr natural do Município ou neste não residir há mais de dois anos, hipótese em que será

reconduzido à sede do município de sua naturalidade ou de onde haja precedido (ITUIUTABA, 1955, n.p.).

Controla-se, assim, a presença dos indesejados, através do mecanismo de registro. Sem maiores especificações no código, torna-se contraditória a comprovação de residência no ato de funcionamento do CPMI, sendo as pessoas que se encontravam em situação de rua há mais de dois anos anteriores a 1955, não poderiam comprovar serem habitantes de Ituiutaba. Para tanto, os que não se encaixavam eram conduzidos à outra cidade.

Para o CPMI de 1970 (Lei n.º 1.363/70), destacando suas implicações nos espaços públicos e atividades em público (Quadro 6), verificamos os três eixos principais, sendo: a “Higiene Pública”, o “Bem-Estar Público” e a “Localização e do Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais, Prestadores de Serviços ou Similares”. A atualização do conteúdo do CPMI de 1955 encontrado no CPMI de 1970 busca compreender as transformações da cidade de Ituiutaba. Entre 1955 e 1970, ocorreu acréscimo significativo de habitantes urbanos, especialmente pela inversão do maior número da população rural para a população urbana, adensando a cidade em curto período, gerando maior complexidade na ocupação do solo urbano. Para tanto, além dos elementos tratados no CPMI de 1955 (Lei n.º 309, de 29 de janeiro de 1955), são incorporados novos, que denotam, sobretudo, a preocupação com a paisagem urbana.

Quadro 6: Conteúdo destacado sobre os espaços públicos e as atividades em público contidas no CPMI (Lei n.º 1.363/70)

Título	Capítulo	Seção
II - Da Higiene Pública.	II - Da Higiene dos Passeios e Logradouros Públicos.	
	VIII - Da Higiene da Alimentação Pública.	X - Dos Vendedores Ambulantes de Gêneros Alimentícios.
III - Do Bem-Estar Público.	II - Da Moralidade Pública.	
	III - Da Comodidade Pública.	
	IV - Do Sossego Público.	
	V - Do Controle de Divertimento e Festejos Públicos.	I - Dos Divertimentos e Festejos Públicos.
	VI - Da Defesa Paisagística e Estética da Cidade.	II - Da Preservação do Tratamento Paisagístico e Estético das Áreas Livres dos Lotes Ocupados por Edificações Públicas e Particulares. III - Da Defesa da Arborização e dos Jardins Públicos.

		IV - Da Defesa Estética dos Logradouros durante os Serviços de Construção de Edificações.
		V - Da Ocupação de Passeios com Mesas e Cadeiras.
		VI - Da Localização de Coretos e Palanques nos Logradouros.
		VII - Da Instalação Eventual de Barracas nos Logradouros.
		VIII - Da Exploração ou Utilização dos Meios de Publicidade e Propaganda nos Logradouros.
	VII - Da Preservação Estética dos Edifícios.	
	VIII - Da Utilização dos Logradouros Públicos.	I - Dos Serviços e Obras nos Logradouros Públicos.
		II - Das Invasões e das Depredações nos Logradouros Públicos.
		III - Da Defesa dos Equipamentos dos Serviços Públicos.
IV- Da Localização e do Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais, Prestadores de Serviços ou Similares.	V - Do Exercício do Comércio Ambulante.	
	VI - Do Funcionamento de Casas e Locais de Divertimentos Públicos.	II - Dos Cinemas, Teatros e Auditórios.
		III - Dos Clubes Noturnos e Outros Estabelecimentos de Diversões.
		IV - Dos Salões de Bailes e dos Ensaios nas Sociedades Carnavalescas.
		V - Dos Circos e dos Parques de Diversões.
		VI - Da Localização e do Funcionamento de Bancas de Jornais e Revistas.

Fonte: PMI, Lei n.º 1.363, de 10 de dezembro de 1970. Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

As normas continuam tendo foco de aplicação nas ruas, calçadas e estabelecimentos que recebem o público. Nos estabelecimentos, para além do conteúdo voltado para a organização do atendimento e as condições sanitárias e de higiene, o código estabelece que a fiscalização deve também compreender os costumes, a moral e o sossego público. Nas ruas e calçadas, deve ser prezado pela defesa do patrimônio público e arborização, perfazendo a preocupação estética. Insere-se também a função de polícia, para além de normatizar os vendedores ambulantes, também fiscalizar. Esse elemento não estava no CPMI de 1955.

O controle dos usos na cidade é parte significativa do processo que configura a distribuição dos distintos espaços nas cidades, servindo no presente para se estabelecer uma cidade no futuro; portanto, faz parte do planejamento e gestão urbana. De maneira mais abrangente, é função do zoneamento delimitar as áreas, enquanto o código de posturas

normatiza e cria mecanismos de fiscalização das condições destes usos, agindo mais pontualmente sobre situações específicas, inclusive criando as bases para a fiscalização.

Em se tratando de Ituiutaba, com processo de fundação datado no início do século XIX, como foi exposto na segunda seção, a forma com que foi desenvolvida a partir de um núcleo central evidencia, significativamente, uma vontade de organização, se compreendido o traçado geométrico em formato de “tabuleiro de xadrez”. Sendo assim, tem-se uma matriz que orienta o planejamento e gestão, que é complementado pelo CPMI de 1955 (Lei n.º 309, de 29 de janeiro de 1955) e atualizado pelo CPMI de 1970 (Lei n.º 1.363, de 10 de dezembro de 1970). Diante do que foi exposto, vemos, principalmente através dos quadros que apresentam o escopo dos CPMI, a intenção de fiscalizar a cidade, e, neste sentido, também os espaços públicos, especialmente nas ruas e calçadas, agindo por meio de polícia administrativa, que atua, principalmente, no domínio individual.

5.3.1 A garantia à circulação: ruas e calçadas

Ao versar sobre a cidade de São Paulo do final do século XIX, remetendo às transformações urbanas, Rolnik (1997, p. 35) evidencia que a nova configuração da rua se apresentaria “como cenário onde poderia se desenrolar uma nova vida pública. Cenário geometricamente construído, regular e simétrico, que se opõe à irregularidade das alturas, saliências, reentrâncias e zonas de indefinição entre o dentro e o fora da cidade colonial”.

Tratando diretamente do espaço público, o logradouro público (ruas e calçadas) ganha destaque como peça-chave para o controle social. Diferentemente dos espaços dotados de funções programadas, como as áreas verdes urbanas, que por ter previamente uma função, já surgem dotadas de um registro normativo (por vezes, subentendido), a sociabilidade na rua, como lugar do inesperado, em mais alto grau, deve ser contida, para que seja evitado o conflito no uso, sobretudo, fomentando a plena circulação.

Novamente, tendo como referência a São Paulo do século XIX,

tem-se também nesse momento um conflito histórico – jamais resolvido – entre a apropriação da rua como espaço de circulação e todos os demais usos, automaticamente excluídos. O conflito teve uma primeira manifestação no expurgo da atividade da quitanda – prática corrente de venda de produtos em banquinhas, esteiras ou tabuleiros nas ruas – pela Câmara Municipal, autoridade encarregada da gestão da cidade. Retirar quem atrapalhava o trânsito para finalmente regularizar o tráfego, por meio de reformas e alargamentos iniciados na virada do século, foi uma das estratégias adotadas para a captura do espaço da rua – antes destinado a uma multiplicidade de usos – ao uso exclusivo dos meios de circulação (ROLNIK, 1997, p. 31-32).

Ademais,

A preocupação com a fluidez no trânsito nas ruas e o impedimento de outros usos também se mostrou presente na proibição de colocar quaisquer objetos para fora ou pendurados nas portas, em ter animais atados às portas, janelas e argolas ou a colocação de madeiras, andaimes ou materiais de construção na frente das casas (ROLNIK, 1997, p. 33).

Em certa medida, no que tange às proibições e à fiscalização, o que ocorreu na São Paulo do final do século XIX, posteriormente se disseminou, também estando presente em grande número de cidades, pautando o conteúdo do CPMI de Ituiutaba, tanto em 1955 quanto em 1970. Pode-se inferir, então, que certo tipo de ordenamento do espaço urbano age, independentemente das escalas das cidades, seguindo uma espécie de modelo de cidade a ser perseguida, excluindo usos que conflitariam com a imagem da cidade organizada e limpa.

Não faz-se, aqui, a defesa do desordenamento total, incidindo, então, na não garantia dos espaços públicos pela falta de termos colocados ao comum, pela difusão de iniciativas e interesses que findariam em usos puramente privados. O fato de existir um conjunto normativo para os usos nos espaços faz-se necessário. No entanto, o que demonstram as experiências históricas é que, por diversas vezes, esse conjunto normativo serve para fundamentar uma espécie de higienismo e controle social, que teve suas formas mais extremas sido deixadas no passado, mas que perduram nos interstícios de variadas políticas públicas na cidade. Procuramos salientar que um ordenamento exacerbado produz ambientes homogêneos, inibindo certas formas de convívio que podem qualificar as sociabilidades.

A respeito da diversidade e do possível conflito, especialmente nas ruas, Jacobs (2014) argumentava, em meados do século passado, sobre a necessidade de reinterpretação da problemática de se produzir um espaço urbano *clean*, totalmente ordenado a partir de edificações com formas e funções específicas, padronizadas, trazendo a monotonia à rua, formalizando-a e consolidando-a como simples espaço de circulação.

Uma situação proveniente da dialética da produção social da rua, um dos mais complexos espaços públicos urbanos, refere-se à questão da circulação. O espaço urbano, produzido sob os moldes do capital, faz com que a estrutura urbana proporcione (em tese) a rápida circulação de pessoas, bens e capitais, fomentando lugares apenas de passagem. Por outro lado, a disposição física dos objetos que articulam estes fluxos tende a apresentar centralidades, recrudescidas ao logo da evolução intraurbana, manifestando a concentração em público dos elementos (objetos e relações) que compõem a intensificação da sociabilidade urbana.

Tendo em vista a perspectiva anterior, considerando a fixidez de objetos que, em sua centralidade, polarizam fluxos, os espaços públicos, sobretudo as ruas nos centros das cidades de portes maiores, manifestam as mazelas do capitalismo; em grande medida, expõem a miséria da população, bem como os efeitos da conturbação. A produção de espaços a partir da intensificação da circulação produz o oposto: o alto fluxo de pessoas proporciona maior visibilidade constante; assim, passa, então, a ser fixada grande diversidade de signos, pessoas e objetos, sobretudo, de pessoas em situação de rua, a quem acaba restando pedir, para sobreviver. De tal modo, também pelo alto fluxo de circulação, ocorre a intensificação da publicidade, que se fixa, justapondo-se na paisagem, buscando atrair os olhares.

Cria-se, assim, uma dicotomia

entre espaços públicos e circulação urbana [que pode ser visualizada em três dimensões:] Em termos físicos, ela se traduziria na oposição entre lugares e redes, entre fixos e fluxos, entre praças e vias. Com relação à dimensão política, tal dicotomia estaria associada à expansão dos espaços das massas e ao desaparecimento da esfera pública, traço político essencial dos espaços públicos. No que tange à construção de uma esfera de sociabilidade, haveria uma oposição entre espaços de permanência e de deslocamento, entre espaços de apropriação e identidade comunitária e espaços de circulação rápida e anonimato (PINTO; RIBEIRO, 2016, p. 173).

O conjunto normativo procura ordenar os usos da cidade considerando esta dicotomia: movimento e fixidez, conduzindo a uma organização que privilegia a circulação nos espaços públicos, sobretudo nas ruas e calçadas. Em se tratando do logradouro público, isso é exemplarmente encontrado desde o Art. 134, do CPMI de 1955, bem como é rerepresentado também no CPMI de 1970. Assim,

É proibido embarçar ou impedir por qualquer meio o livre trânsito nas estradas e caminhos públicos, bem como nas ruas e praças e passeios da cidade, vilas e povoados do Município.

Parágrafo único – Compreende-se na proibição deste artigo o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção, nas vias públicas em geral (ITUIUTABA, 1970, n.p.).

O Art. 118 indica que “[o]s estabelecimentos comerciais não poderão ocupar, com mesas e cadeiras, parte do passeio correspondente à testada do edifício” (ITUIUTABA, 1970, n.p.). No entanto, em outro artigo do CPMI de 1970, a questão da ocupação das calçadas é relativizada, sendo:

Art. 233 – A ocupação de passeios com mesas e cadeiras, por parte de estabelecimentos comerciais, só será permitida quando forem satisfeitos os seguintes requisitos:

I - apresentarem bom aspecto estético;

II - ocuparem, apenas, parte do passeio correspondente à testada do estabelecimento para o qual foram licenciadas;

III - deixarem livre, para o trânsito público, uma faixa de passeio de largura não inferior a 2,00m (dois metros);

IV - distarem as mesas no mínimo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) entre si.

Parágrafo único – O pedido de licença deverá ser acompanhado de uma planta do estabelecimento, indicando a testada, a largura do passeio, o número e a disposição das mesas e cadeiras (ITUIUTABA, 1970, p. 72).

A ocupação da calçada também é regida pelo Art. 362 do mesmo dispositivo, que indica que “[é] proibido expor mercadorias do lado de fora de estabelecimento comercial, sob pena de multa” (Lei n.º 1363, de 10 de dez. de 1970) (ITUIUTABA, 1970, n.p.). As restrições ocorrem também com as barracas, como apontado no Art. 236, indicando que “poderá ser permitido o licenciamento que possibilita o uso parcial das calçadas e logradouros públicos para instalação de barracas, mesas e cadeiras para fins comerciais, mediante autorização junto ao órgão municipal competente” (Lei n.º 1363/70), mas relativizadas, seguindo no Art. 237, segundo o qual:

As barracas permitidas de serem instaladas, conforme as prescrições deste Código e mediante licença da Prefeitura, solicitada pelos interessados, deverão apresentar bom aspecto estético.

§ 1º - As barracas de que trata o presente artigo deverão obedecer às prescrições técnicas estabelecidas pela Prefeitura, não podendo ter área inferior a 6,00m (seis metros quadrados).

§ 2º - Na instalação de barracas deverão ser observadas as seguintes exigências:

a) – ficarem fora da faixa de rolamento do logradouro público e dos pontos de estabelecimentos de veículos;

b) – não prejudicarem o trânsito de veículos;

c) – não prejudicarem o trânsito de pedestres, quando localizados nos passeios;

d) – não serem localizados em áreas ajardinadas;

e) – serem armadas a uma distância mínima de 200m (duzentos metros) de templos, hospitais, casas de saúde, escolas e cinemas (ITUIUTABA, 1970, n.p.).

Por alteração da lei, no Art. 362, com nova redação tramitando, passando à seguinte:

Poderá ser permitido aos estabelecimentos comerciais, já instalados com alvará de funcionamento expedido, ou que venham a instalar-se no Município, o uso do passeio público fronteiro ao estabelecimento, para colocação de materiais, produtos, mercadorias, mesas, cadeiras, equipamentos ou expositores, desde que obedecidas a seguintes condições:

I – a instalação de materiais, produtos, mercadorias, mesas, cadeiras, equipamentos ou expositores nos passeios não poderá bloquear, obstruir ou dificultar o acesso de veículos, o livre trânsito de pedestres, em especial de deficientes físicos, nem a visibilidade dos motoristas, nas confluências das vias;

II – qualquer que seja a largura da calçada, dever-se-á respeitar a faixa mínima de 1,10m (um metro e dez centímetros), para permitir o livre e seguro trânsito de pedestres;

III – Os serviços nas calçadas e nos logradouros público poderão estender-se até o horário de fechamento do estabelecimento (INDICAÇÃO N.º 389, DE 2021, DE

AUTORIA DA VEREADORA JOLIANE MOTA) (CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA, 2020, n.p.).

Vemos, então, uma atualização para novas formas de uso, mas que, em grande medida, se desdobra na privatização das calçadas pelos estabelecimentos comerciais. Isso pode ser visto em Silva (2014; 2017), ao tratar da acessibilidade e mobilidade nos logradouros públicos e estabelecimentos comerciais, principalmente no núcleo central de Ituiutaba, encontrando impedimentos para que se realize a circulação de pedestres. Algumas privatizações das calçadas também foram encontrados nas atividades de campo, como será demonstrado na próxima seção.

Esta característica, voltada para a circulação, evidencia outra postura do PPM, procurando priorizar o uso do carro⁶⁷. Exemplarmente, podemos destacar duas situações encontradas nas indicações dos vereadores à CMI: a primeira, é a Indicação n.º 95, de 2017, de autoria do Vereador Wellington Arantes Muniz de Carvalho (Batuta), que manifesta que se “estude a possibilidade da construção de um estacionamento para o Hospital São José, cedendo uma parte que não é utilizada pelo Museu Antropológico de Ituiutaba (MUSAI)”.

O MUSAI (Figura 17) aparece no último Plano Diretor (Lei Complementar n.º 153, de 13 de julho de 2018) como lugar privilegiado para o desenvolvimento de atividades culturais, sendo necessário sua requalificação e revitalização, demandando atenção do PPM. O mesmo lugar também aparece na composição das diretrizes da política cultural, com a promoção de atividades que proporcionem a sociabilidade e o valorizem como Patrimônio Público de Ituiutaba.

⁶⁷ “O Trânsito entra no meio das funções sociais e se classifica em primeiro lugar, o que resulta na prioridade dos estacionamentos, das vias de acesso, do sistema viário adequado [...]. Concebe-se o espaço de acordo com as pressões do automóvel [Objeto-Rei]. O Circular substitui o Habitar, e isso na pretensa racionalidade técnica. É verdade que, para muitas pessoas, o carro é um pedaço de sua “moradia”, até mesmo o fragmento essencial” (LEFEBVRE, 1991, p. 110-111).

Figura 17: Museu Antropológico de Ituiutaba (MUSAI), em 2022



Fonte: *Google StreetView* (2022).

Outra indicação (n.º 39), também de 2017, novamente de autoria de Vereador Wellington Arantes Muniz de Carvalho, demanda que

seja realizada a construção de estacionamento em parte do canteiro central da Rua 14, no trecho compreendido entre as Avenidas 15 e 17, consoante a sugestão contida no croqui [...]. Considerando que o local indicado para a construção do estacionamento conta com espaço apropriado, onde o canteiro pode ser cortado para esta finalidade, ficando o restante da grama para abrigar as árvores que lá existem e para absorver as águas pluviais [...]. Segue, ainda abaixo-assinado contendo 111 assinaturas de cidadãos ituiutabanos que solicitam, juntamente com este Vereador, a realização deste investimento para propiciar melhorias das condições de trânsito e de vida da população e comércio local (INDICAÇÃO N.º 39, DE 2017, DE AUTORIA DO VEREADOR WELLINGTON ARANTES MUNIZ DE CARVALHO) (CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA, 2017, n.p.).

O trecho mencionado na citada indicação é composto pelo canteiro central da Rua 14 (Figura 18) e faz parte do centro de Ituiutaba. No entanto, de acordo com PMUI de 2017, o referido trecho esteve fora dos limites do “hipercentro”, ou mesmo do “núcleo central”, não demandando atenção especial a partir do estudo realizado; por conseguinte, possui fluxo de veículos de menor intensidade, se comparado a outras áreas. Ao que parece, mesmo identificando a vontade pública a partir do “abaixo-assinado”, a indicação em questão busca atender aos anseios do comércio, reduzindo a importância que o canteiro tem sobre os elementos paisagísticos e, principalmente, ecológicos.

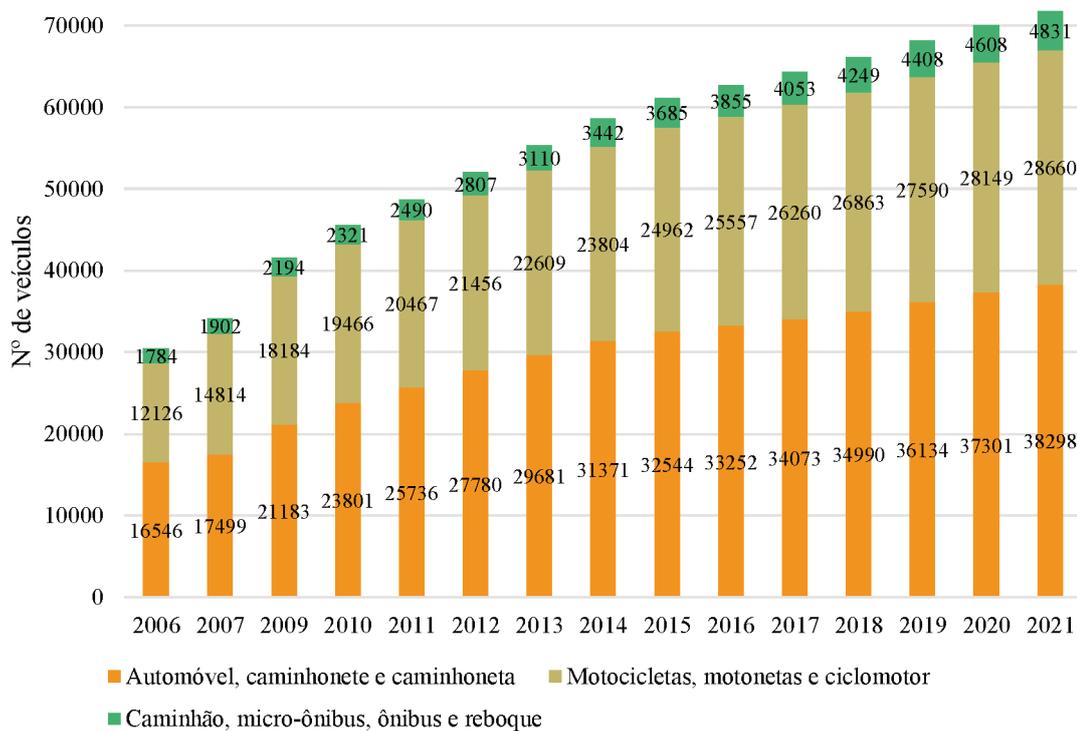
Figura 18: Canteiro Central da Rua 14, em Ituiutaba, por imagem aérea, foto da paisagem e projeto de intervenção



Fonte: Atividades de campo (2022), *Google Maps* (2022) e Indicação n.º 39, da Câmara Municipal de Ituiutaba (MG) (2017). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

Tratando das questões que envolvem a mobilidade, ressalta-se que o PMUI (2017) foi realizado a partir das diretrizes de priorizar a circulação a pé, estimulando o transporte não motorizado, com o uso de bicicletas, bem como garantir o transporte coletivo de qualidade, integrado e eficiente, democratizando também o uso das vias e estacionamentos por meio de políticas de circulação e estacionamento (Lei n.º 4.507/17). Ressalta-se que enquanto diretrizes, as orientações do PMUI devem funcionar em consonância com o planejamento urbano da cidade, como um todo, indo além das questões que envolvem apenas a circulação de veículos e pessoas..

Considerando a prioridade do transporte não motorizado no PMUI (2017), isso vai de encontro ao crescimento da frota de veículos motorizados, tendo por base a frota de veículos em Ituiutaba no período compreendido entre 2006 e 2021 (Gráfico 7). Em 2006, o número dos principais veículos foi registrado em 30.566, sendo que, para o ano 2021, contava com 71.789 veículos motorizados. Neste sentido, houve um acréscimo de 134,87%, ao longo do período, com média de 9,63% ao ano. Segmentando as classes dos principais veículos, o grupo formado por caminhões, micro-ônibus, ônibus e reboque aumentou em 170,80%; o de motocicletas, motonetas e ciclomotores aumentou 136,35%; e os automóveis, caminhonetes e caminhonetas, cresceu 131,46%.

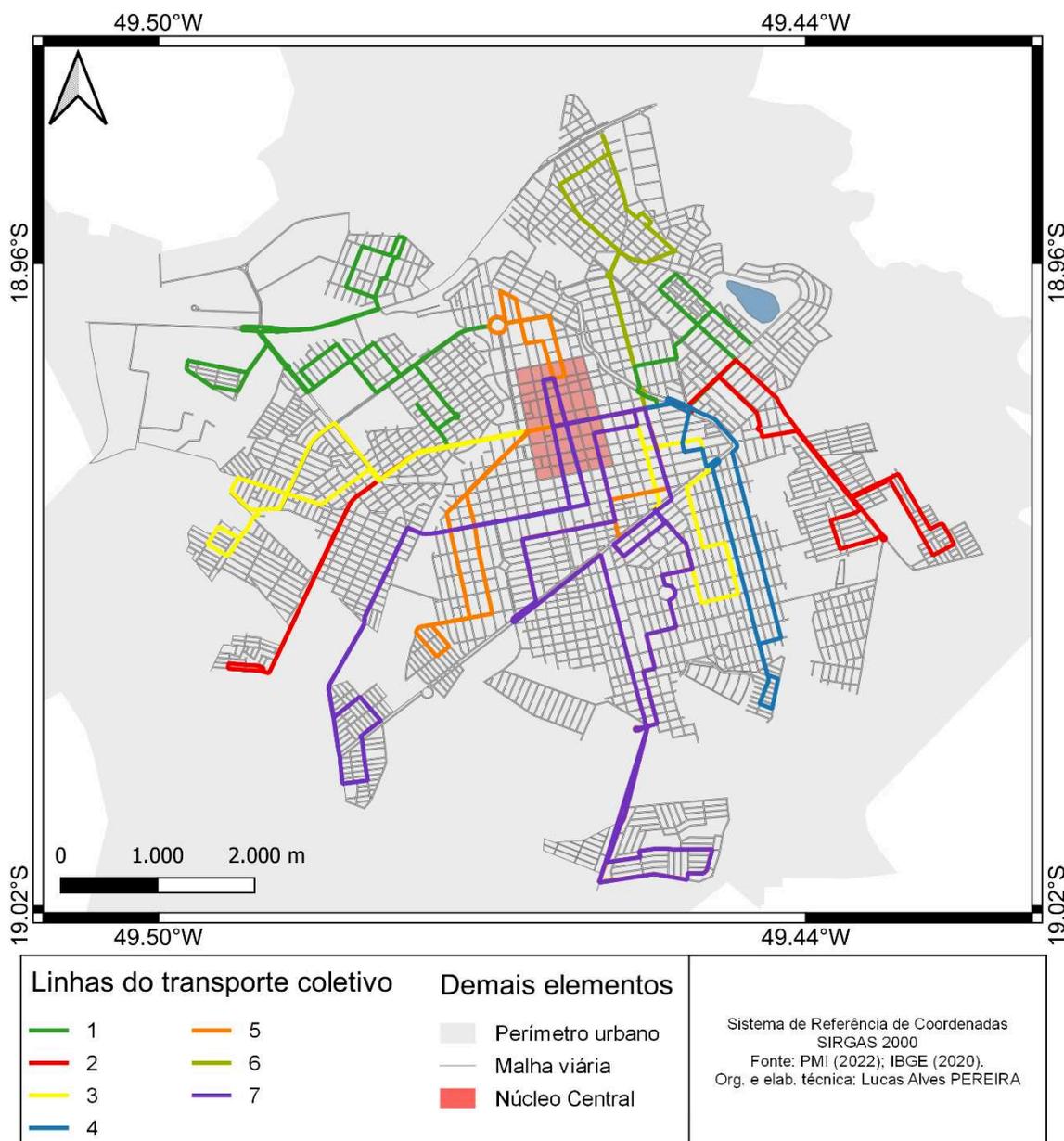
Gráfico 7: Frota de veículos, em Ituiutaba, entre 2006 e 2021.

Fonte: Ministério da Infraestrutura, Secretaria Nacional de Trânsito – SENATRAN (2021).

Vemos, então, que devido ao crescimento das diversas categorias de veículos no período compreendido, o imperativo da circulação faz-se presente, tornando-se uma demanda. Porém, esse aumento foi acompanhado apenas da preocupação de promover melhores condições para circulação de veículos motorizados. Deixa-se de lado a prioridade do veículo não motorizado, como preconizado pelo PMUI de 2017, tendo pouco empenho do PPM em estabelecer as devidas políticas de circulação para além de veículos motorizados. Dessa maneira, políticas públicas voltadas para a circulação a pé ou pelo uso de bicicletas permanecem pouco difundidas.

Sendo fundamental para a circulação e acesso à cidade, por conseguinte aos espaços públicos, o transporte coletivo ainda é realizado de forma não integrada, sendo feito por meio de sete linhas (Figura 19), tendo, em grande medida, o núcleo central como destino. Isso ocorre de tal modo, que todas as linhas percorrem as mesmas ruas ao adentrar no Bairro Centro. Evidenciamos que algumas linhas contemplam a situação bairro – centro – bairro, porém apenas para bairros específicos. Para tanto, a falta de integração do transporte coletivo inviabiliza significativamente a mobilidade de habitantes residentes em bairros mais distantes do centro.

Figura 19: Linhas do transporte coletivo urbano de Ituiutaba, em 2022



Fonte: PMI (2022). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

Como pouco (ou nada) tem sido feito, o trabalho realizado por Silva (2017) ainda é representativo das condições do transporte coletivo público em Ituiutaba. Pelo autor, foi identificado que, mesmo que, aparentemente, as linhas quase contemplem a cidade como um todo, as distâncias entre horários e a integração tornam o transporte coletivo deficiente, portanto inviável para grande parte dos habitantes, demonstrando que a relação entre transporte público e espaços públicos pode ser compreendida também como deficiente, fragmentando o tecido urbano.

Em relação aos elementos mais significativos, como a política da circulação a pé, de ciclovias para o transporte via bicicletas, bem como a integração e qualificação do serviço de transporte coletivo, nada foi realizado. Dessa maneira, vemos que o direito ao acesso e, principalmente, à circulação, como premissa para o ordenamento, acaba por privilegiar a utilização de veículos motorizados. Isso pode ser demonstrado, sobretudo, pelo fato de que o PMUI foi aprovado em 2017, mas ainda hoje nada foi implementado.

Tendo em vista que foi argumentado, os prazos de execução, que vão de três a 15 anos; indo do curto prazo, para as modificações no hipercentro, e irradiando para o restante da cidade com maior tempo para a execução das alterações. Após o período de cinco anos, sem que obras ou políticas públicas tenham sido desenvolvidas, foi retomado o debate acerca de sua implementação, sendo rediscutido na Câmara, em 2022, com as considerações sobre o que é possível realizar com imediatez, contemplando elementos básicos do que foi aprovado. No entanto, no curto período posterior à intensificação do debate, novamente nada foi verificado em relação à implementação do PMUI de 2017.

Neste sentido, considerando as ruas como espaço público, vemos que o imperativo do movimento no mundo contemporâneo cria a demanda de fluxo constante, realizada através de veículos motorizados particulares. Se consideramos que toda produção responde a uma demanda, as ruas são produzidas respondendo às demandas da circulação, sendo que o PPM se orienta a atender essa demanda destacando seu foco de intervenção, principalmente pela divulgação das obras, como poderá ser observado mais adiante.

5.4 A questão da segurança e a vigilância

Por fim, sobre os elementos que são impostos como condição da produção do espaço público formal compondo o conjunto normativo que se desdobram em representações dos espaços públicos pelo Estado, aqui delimitado pela figura do PPM, a segurança e a vigilância se constituem, atualmente, como a principal condição que tende a incentivar o uso e a sociabilidade em espaços públicos. Indicamos que segurança e a vigilância ocorrem de maneira ampla, em bens públicos, bens privados e nos corpos.

Dessa forma, a segurança vem alicerçada como direito público, sobretudo a partir da Constituição Federal, no Art. 144, que preconiza que

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio,

sob a égide dos valores da cidadania e dos direitos humanos, através dos órgãos instituídos pela União e pelos Estados (BRASIL, 1988, n.p.).

Sendo ambivalentes, a segurança e a vigilância são buscadas para da proteção tanto de indivíduos quanto de objetos, ocorrendo nos termos da propriedade, e, não diferentemente, acontecendo também sobre a propriedade dos bens públicos. Dessa maneira, a LOMI determina, em seu Art. 17, o seguinte:

Art. 17. É da competência do Município, em comum com a União e o Estado (CF-23):

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

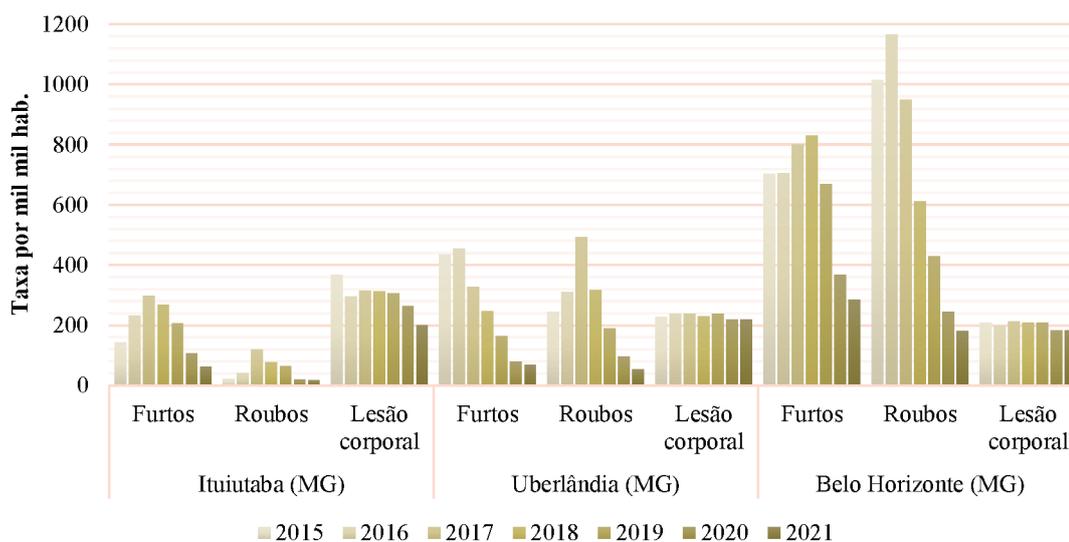
IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural (ITUIUTABA, 2020, n.p.).

Por outro lado, é encontrado, no PDMI de 2018, a partir do Art. 44, inciso I, a revitalização e “a manutenção contínua dos espaços públicos como praças, academias ao ar livre, parques, entre outros” como meio de garantir a segurança dos usuários. Vemos, nesse caso, que a segurança a partir da manutenção está vinculada a duas formas: a primeira, sendo a segurança física ao utilizar equipamentos e mobiliários; a segunda, por manter a infraestrutura em condições que permitam o uso, como no caso da iluminação, que está intimamente ligada à segurança.

Indo além da proteção dos bens públicos e da segurança “no uso”, o ponto principal é a normatização vinculada à proteção do indivíduo privado em relação ao público, adquirindo, na contemporaneidade, contornos extremos. Dessa maneira, a segurança, acompanhada da vigilância sobre a propriedade pública, também sobre o domínio privado da vida, é a tônica da urbanização das últimas três décadas, produzindo novos espaços e novas sociabilidades, referenciadas no medo e em imaginários de insegurança permanente. Neste sentido, a segurança e a vigilância são colocadas como condição, tanto para a construção quanto para o uso dos espaços públicos.

Contextualizando a situação a partir da criminalidade, elemento este indispensável para a criação do imaginário que intensifica a segurança e a vigilância, tendo por base os dados de segurança pública relacionados a furtos, roubos e lesão corporal de cidades com distintas escalas no estado de Minas Gerais, sendo, Ituiutaba, Uberlândia e Belo Horizonte, entre os anos 2015 e 2021 (Gráfico 8), podemos observar que as taxas dos “crimes de rua” por 100 mil habitantes apresentam oscilação nas três cidades, porém demonstrando quedas, no período selecionado.

Gráfico 8: Número de furtos, roubos e lesão corporal, em Ituiutaba (MG), Uberlândia (MG) e Belo Horizonte (MG), entre 2015 e 2021 (taxa por mil hab.)



Fonte: Armazém SIDS - Data da extração dos dados: 07/03/2022. Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

Considerando o período citado, o ano de 2021 representa queda, se considerado o período inicial. No ano final do período compreendido em análise, as taxas por 100 mil habitantes mostravam-se da seguinte maneira: Ituiutaba é a cidade que apresenta números menores, delimitados em 62,37, porém aproximados da cidade de Uberlândia, onde foram registrados 67,37 casos, sendo muito superiores os dados de Belo Horizonte, com 285,02 registros. De tal modo, em 2021, em Ituiutaba, foram registrados 17,01 casos de roubos; 53,21 roubos em Uberlândia e 181,14 em Belo Horizonte; por fim, os registros de lesão corporal estiveram situados em 200,34, em Ituiutaba; para Uberlândia, foi de 219,64; e 183,74, em Belo Horizonte.

Em que pese a gravidade da situação pandêmica vivida entre os anos de 2020 e 2021, implicando na redução drástica da circulação de pessoas, e, por conseguinte, no esvaziamento das ruas, fato é que essa característica colaborou também para a redução da criminalidade em espaços públicos.

Outro dado relevante, relacionado à segurança pública, é o número de homicídios (na taxa sobre mil hab.) nas mesmas cidades (Tabela 7), que também apresenta queda, se compreendido o período entre 2012 e 2021. Neste intervalo, o município de Ituiutaba vai de 10,16 para 3,78 registros; Uberlândia sai de 27,44 para 3,96 registros; e Belo Horizonte teve queda de 34,23 para 10,67. Cabe destacar que, neste processo de queda, em Ituiutaba, no ano de 2020, foram registrados 11,40 casos, destoando do movimento de decréscimo seguido até então.

Tabela 7: Homicídios consumados em Ituiutaba (MG), Uberlândia (MG) e Belo Horizonte (MG), entre 2012 e 2021 (taxa por mil hab.)

ANO	Taxa por 100 mil hab.		
	Ituiutaba (MG)	Uberlândia (MG)	Belo Horizonte (MG)
2012	10,16	27,44	34,23
2013	16,66	23,20	35,17
2014	16,55	19,09	30,83
2015	15,48	17,51	24,22
2016	10,58	13,14	24,39
2017	7,65	15,37	21,75
2018	8,65	9,07	16,55
2019	7,64	8,39	14,61
2020	11,40	4,43	13,44
2021	3,78	3,96	10,67

Fonte: Armazém SIDS - Data da extração dos dados: 07/03/2022. Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

Os dados citados por meio da Tabela 7 demonstram que, em certa medida, ambos os tipos de crimes sofreram redução, ao longo da última década. Porém, os arranjos sociotécnicos⁶⁸ de securitização e vigilância, tanto em ambiente público quanto em ambiente privado, em espaços abertos e fechados, têm aumentado de maneira expressiva. Esse movimento é impulsionado, sobretudo, pelo imaginário da insegurança e do medo.

É notório que o espaço público é sinônimo de insegurança física, mais precisamente, pela presença do desconhecido, de um “outro” como potencial agressor, mas também da violação da propriedade dos objetos pela violência. Nesse sentido, a securitização e vigilância surgem, invariavelmente, como os únicos caminhos para promover condições de bem-estar, de usos na cidade, inclusive a circulação. A segurança e vigilância se transformam em uma demanda patente nas mais diversas escalas de cidade, empregando mais ou menos tecnologia, bem como menor ou maior articulação com outros setores públicos e privados, adentrando na lógica das *smart cities*⁶⁹.

Tendo as premissas da securitização e a vigilância nos espaços públicos, Firmino (2018) busca exemplos de práticas na América Latina, nos Estados Unidos e na Europa, para demonstrar a intensificação de estratégias de securitização e controle a partir do suporte de certos arranjos sociotécnicos. Dessa maneira, o autor explora a

⁶⁸ Termo utilizado por Firmino (2018).

⁶⁹ De maneira genérica e sem maior movimento crítico, o termo pode ser empregado pela reunião ideal de tecnologia, práticas e atores que, em cooperação, buscam promover dinamismo e desenvolvimento territorial das cidades.

problematização da existência de porções demarcadas do espaços, territórios, e às relações presentes em sua constituição a partir de arranjos sociotécnicos específicos de nossos tempos, caracterizados pelo uso de tecnologias – e talvez, de forma mais preponderante, de práticas – de vigilância e securitização. Parte do argumento usado para explicar alguns desses arranjos sociotécnicos considera a coexistência de diferentes associações entre tecnologias (e práticas) de vigilância e securitização e as maneiras pelas quais o espaço é produzido, transformado e organizado (FIRMINO, 2018, p. 70).

Nesta perspectiva, “centros de controle aparecem, assim, como a imagem mais forte e representativa de um tipo de gestão característica de um modelo de cidade inteligente, centralizador e eficiente” (FIRMINO, 2018, p. 70). O autor cita como exemplo o Centro Integrado de Controle e Comando (CICC), do Rio de Janeiro, que se dedica a questões de segurança. Para o caso exemplificado, o CICC atua juntamente ao Centro de Operações Rio (COR), que controla “diferentes atividades e aspectos da rotina diária da cidade do Rio de Janeiro, do controle de tráfego ao acompanhamento das condições climáticas, ao monitoramento de redes sociais, de deslizamentos de terra etc. (FIRMINO, 2018, p. 73). Essa estrutura é considerada como um arranjo sociotécnico, em que coexiste “diferentes associações entre tecnologias (e práticas) de vigilância e securitização e as maneiras pelas quais o espaço é produzido, transformado e organizado” (FIRMINO, 2018, p. 70).

Para a cidade de Ituiutaba, desde meados de 2014, simbolicamente, a cidade acompanha esse movimento de intensificação da vigilância, a partir de um arranjo sociotécnico que contempla o hipercentro, e, mais recentemente, o entorno das escolas públicas municipais (Figura 20). O projeto Olho Vivo surgiu para atender à demanda da população, bem como para apoiar a vigilância do trânsito, buscando, por meio de câmeras situadas nos cruzamentos do hipercentro, realizar o monitoramento das ruas, de maneira ampla, contemplando o trânsito, os transeuntes e as fachadas dos estabelecimentos comerciais. Sobre este equipamento, o PDMI de 2017, procura, por meio das diretrizes para a consecução da segurança pública, incentivar e desenvolver sua utilização.

Figura 20: Equipamentos de vigilância utilizados pelo Poder Público Municipal nos projetos Olho Vivo e o Centro Integrado de Controle e Comando, em Ituiutaba



Fonte: Ascom Ituiutaba (2014) (recorte superior direito); Rede Social (*Instagram*) da PMI (2022) (demais recortes). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

Já o monitoramento das câmeras localizadas no entorno das escolas públicas municipais, é feito a partir de *totens* dotados de diversos recursos para resposta a possíveis crimes. O acompanhamento é “realizado pelo CICC de Ituiutaba, instalado na sede do 54º BPM (Batalhão da Polícia Militar), onde os dados de monitoramento serão compartilhados com as forças de segurança” (PMI, 2022). Sobre as funções dos *totens*, estes possuem:

- Botão de emergência para ser acionado pela população em casos de emergência, diminuindo o tempo de resposta a situações de risco;
- Mensagens de Áudio com reprodução automática de mensagens de áudio pré-gravadas, inclusive para divulgação de campanhas educativas;
- Intercomunicação, canal de comunicação direto com a autoridade de segurança;
- Comunicador de Alta Intensidade, sistema de áudio de alta intensidade para que a autoridade de segurança se comunique com os cidadãos e suspeitos no ambiente monitorado;
- Câmeras 360, conjunto de câmeras para gravação e transmissão de imagens 360° em tempo integral;
- Blindagem, estrutura é resistente ao disparo de armas de fogo de pequeno calibre e tentativas de vandalismo;
- Sirene e Giroflex, sistema que potencializa sua presença;
- Sensor de vandalismo, detecção automática de vandalismo com acionamento da Sirene e da autoridade de segurança;
- Câmera Speed Dome, que possibilita a captação de imagens de longa distância e permite o controle pelo operador;
- Análise Inteligente de Vídeo, que detecta situações de risco automaticamente. O recurso possibilita analisar automaticamente a imagem

capturada para detectar situações de risco e realizar outros controles (PMI, 2022, n.p.).

Observa-se que o interesse em torno da vigilância está centrado, principalmente, nas indicações e nos requerimentos na CMI que procuram ampliar o alcance da vigilância nos espaços públicos, na medida em que direcionam a algumas praças da cidade a possibilidade de recebimento dos equipamentos de vigilância, tendo, inclusive, a seguinte justificativa:

Praça Pública é um local para a convivência, para a prática de esportes e lazer, com a presença de adultos, jovens e crianças. Praça pública é local de se reunir amigos, famílias, namorados, crianças para a prática de atos saudáveis. Mas infelizmente, nos dias de hoje, o que temos visto é algo totalmente contrário. Nossas praças estão desertas devido à insegurança. Tornou-se um local perigoso e algumas verdadeiras bocas de fumo. Local destinado ao uso de drogas, restringindo assim o direito e a liberdade da população de bem em frequentar as praças, devido à falta de segurança. [...] Assim sendo, solicitamos ao executivo, a implantação de câmeras de monitoramento, (Olho Vivo), como a exemplo as praças Getúlio Vargas e Cônego Ângelo, que dispõem do equipamento e que são vistas como praças seguras. A eficácia do equipamento já é vista com a redução da criminalidade nos setores que dispõem do equipamento e inibem a presença de indivíduos mal intencionados, atos de vandalismo e usuários de drogas, pois auxiliam no trabalho da polícia e trazem aos cidadãos de bem maior segurança (INDICAÇÃO N.º 155/2018, 10 DE ABRIL DE 2018, DE AUTORIA DO VERERADOR JOSÉ DIVINO DE MELO) (CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA, 2018, n.p.).

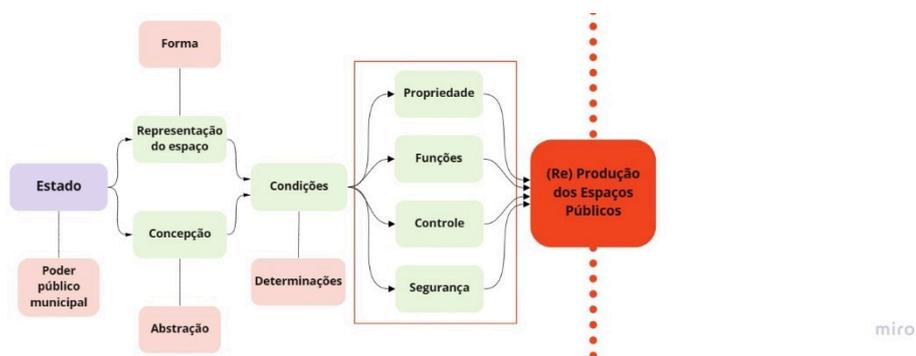
Indo de encontro ao que foi indicado pelo vereador José Divino de Melo por meio da citada indicação, Santos e Magrini (2019) informam, a partir de dados sobre Ituiutaba coletados no Armazém de dados do Sistema Integrado de Defesa Social do Estado de Minas Gerais (SIDS), que o maior número de furtos, bem como de homicídios, ocorre no Bairro Centro. Sendo este bairro a área com maior abrangência do “Olho Vivo”, isso contradiz as informações que alegam que simplesmente por possuir o equipamento, o lugar faz-se mais seguro. No nosso entendimento, da mesma forma que é elucidado por Jacobs (2014), a rua, por conseguinte, os espaços públicos, fazem-se seguros ao serem utilizados, ao reunirem, constantemente, um contingente de pessoas que estejam presentes de maneira a inibir usos ilícitos. Evidentemente, necessita-se ter, inicialmente, condições mínimas de segurança, para que se adentre esses espaços.

A indicação citada evidencia, de maneira exemplar, o imaginário da insegurança e o medo, juntamente à necessidade de implantação de arranjos sociotécnicos em espaços públicos, para que estes possam desempenhar suas funções, bem como garantir uma sociabilidade boa aos “cidadãos de bem”. Fato é que que não se pode negar a insegurança real, porém, a representação dos espaços públicos, na contemporaneidade, perpassa por conotá-los como o grande risco na cidade.

5.5 Considerações finais sobre o ordenamento como condição

Ao longo desta seção, procuramos demonstrar alguns elementos basilares tomados como condições que atuam como determinações sobre os usos e as sociabilidades. Essas condições dão conteúdo ao espaço concebido para os espaços públicos, tornando-se concretas em representação a partir da normatização e ordenamento, produzindo os espaços públicos formais invariavelmente sob essa lógica. Em síntese (Figura 21), o PPM reúne a concepção como condição (propriedade, funções, controle, segurança) e a representação dos espaços públicos formais pelas leis, ou seja, forma jurídicas, que, reunidas, promovem um ordenamento concreto dos espaços públicos.

Figura 21: Abordagem das condições determinantes na produção dos espaços públicos



Fonte: Lucas Alves Pereira (2022).

Em grande medida, ao observamos esse conjunto normativo para o quadro urbano selecionado, tem-se quatro elementos ordenadores. O primeiro deles, a propriedade como elemento básico, devido ao fato de ser a condição fundamental para a manipulação do espaço de posse do Estado, visando o bem-estar comum a partir da maneira em que funcionaliza estes espaços. As funções são o segundo elemento a ser considerado, influenciando, de maneira determinante, os usos a partir de premissas provenientes da produção histórica desses espaços, inclusive em períodos anteriores ao próprio Estado, determinando diretrizes para o planejamento e gestão que, por vezes, se realizam pragmaticamente. Tendo a propriedade do solo público e as funções a serem realizadas, o elemento seguinte se trata do controle mais direto sobre os espaços e as respectivas condutas, incluindo a preocupação com a circulação, que ascende como fundamental na cidade contemporânea. Por fim, também essencial na contemporaneidade e que surge cada vez mais presente no conjunto normativo, especialmente a partir das indicações dos vereadores, como quarto elemento ordenador, a segurança e

vigilância tomam conta do debate acerca da garantia da sociabilidade, incorporando ao discurso a necessidade e equipamentos sociotécnicos.

Tendo visto como se manifestam as condições de produção dos espaços públicos formalmente constituídos, podemos, a seguir, apreender como estes espaços, individualmente e no conjunto, são apropriados, resignificando ou apenas confirmando sua concepção, elevando, assim, espaços públicos a lugares públicos que são compartilhados, demonstrando a capacidade que os habitantes (ao menos, uma fração destes) têm de transformar a subjetividade urbana advinda das condições impostas pelo Estado, produzindo um mundo vivido, bem como modificações objetivas nos espaços públicos, reordenando sua concepção formal.

6. DINÂMICA DE (RE)PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS – ENTRE O FORMAL E O INFORMAL: DEMANDAS, USOS E MANIFESTAÇÕES

“[Indica a] construção da fonte luminosa e revitalização da Praça Cônego Ângelo – Tal indicação motiva-se no fato de proporcionarmos o resgate, destes, que já foram pontos de encontro da sociedade Tijucana em épocas outrora, por onde circulavam famílias em busca de um lugar aprazível e bonito para se reunirem com os amigos. Portanto, visando atender os anseios de nossa população, solicito aos nobres vereadores que aprovelem a presente indicação, e que imediato o Poder Executivo Municipal tome as providências necessárias, para realização desta valorosa obra”

(INDICAÇÃO N.º 93, DE 2018, DE AUTORIA DO VEREADOR WELLINGTON ARANTES MUNIZ CARVALHO) (CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA, 2018, n.p.).

Partindo da citada indicação do Vereador Wellington Carvalho, observamos como os espaços públicos influenciam, a partir de sua representação, a produção do espaço urbano. Neste quesito, grande peso é dado às características que remetem à sociedade local, tendo em vista os elementos de sua formação e consolidação que auxiliam na construção da identidade local. Para tanto, a partir dessa epígrafe, evidenciamos a possibilidade, a partir de uma obra de caráter estético, da busca pelo retorno a um tempo que por memória é romantizado, vivido por parte da população, que demanda transformações que remetem à sua própria visão de espaços públicos, convergindo com o que foi concebido e representado.

Insistimos que toda produção humana está vinculada direta ou indiretamente a uma demanda, buscando responder a uma necessidade biológica, psicológica ou social. Essa demanda pode ser orgânica ou induzida, tendo em vista os sujeitos envolvidos na produção do objeto em questão. A demanda não é unívoca; assim sendo, apresenta-se, na pluralidade social, como demandas econômicas, políticas, culturais, religiosas, recreativas etc., sendo sua satisfação intermediada tanto pelo poder público⁷⁰ quanto, atualmente abarcando cada vez mais, todas as esferas da sociedade, pela iniciativa privada⁷¹, em distintos espaços.

Devido ao nosso interesse, procuramos investigar como essa demanda apresenta-se a partir de práticas centradas nos espaços públicos, especialmente nos espaços públicos de uso comum, conotando uma representação desses espaços a partir da sociedade local, em seu conjunto. Desse modo, consideramos não simplesmente a prática em ato, mas também as

⁷⁰ Que busca a atender aos direitos ditos urbanos, indicados especialmente na CF. Para tanto, não tenderia a atender aos desígnios do mercado, estabelecendo políticas sociais e espaços que visem integrar o habitante e a cidade.

⁷¹ Nesse caso, a demanda é vinculada ao mercado; dessa maneira, é atendida na medida em que o lucro possa ser contabilizado por quem a oferta.

representações dos espaços públicos, dando encaminhamentos para o entendimento pelos habitantes.

Em se tratando das práticas em espaços públicos, no atual momento os recursos de sua produção podem envolver também, tanto a iniciativa privada (para aproveitamento econômico) quanto a pública. Entretanto, independentemente de onde venham os recursos, em sua realização, participam o Estado e a sociedade, em um jogo constante entre o que é concebido, representado e manifestado pelas práticas dos agentes que mobilizam os recursos para objetificação das formas, e a outra fração, que usa, se apropriando ou não do que foi concebido, representado e objetificado. No entanto, neste segundo momento, a sociedade pode reinvestir de significado social, já que esse espaço colocado materialmente é também vivido, também representado e dinamizado pelas práticas socioespaciais que mobilizam a interface entre o público e o privado, tanto da forma material percebida quanto da subjetividade produzida ao viver os respectivos espaços, e em seu conjunto, a cidade. Nesta perspectiva, retira-se a esterilidade dos espaços públicos, quando restritos a uma concepção distante do lugar em que se inserem.

Novamente, retomamos o que é indicado por Schmid (2012), sobre as dimensões da produção do espaço: um dimensão referente ao Homem, melhor dizendo, ao sujeito, individual ou coletivo, sendo delimitada pelo concebido-vivido-percebido; e outra dimensão, relacionada à forma, à paisagem e os objetos, dinâmicos e estáticos e que se manifestam pela representação do espaço, espaços de representação e práticas espaciais – estas últimas, atualizadas para socioespaciais, quando incidem na apropriação social. Neste sentido, por contemplar ambas as dimensões, entendemos o lugar e o território⁷² à maneira como são indicados por Serpa (2005), bem como são tratados pela geografia – como conceitos capazes de reunir a junção entre concebido e a representação do espaço a partir de territorialidades muitas vezes apresentadas em espaços públicos formais; vivido e representações do espaços, por lugaridades em frações do espaços urbano; e a dinâmica das interrelações, a partir do percebido e as práticas socioespaciais em sua cotidianidade.

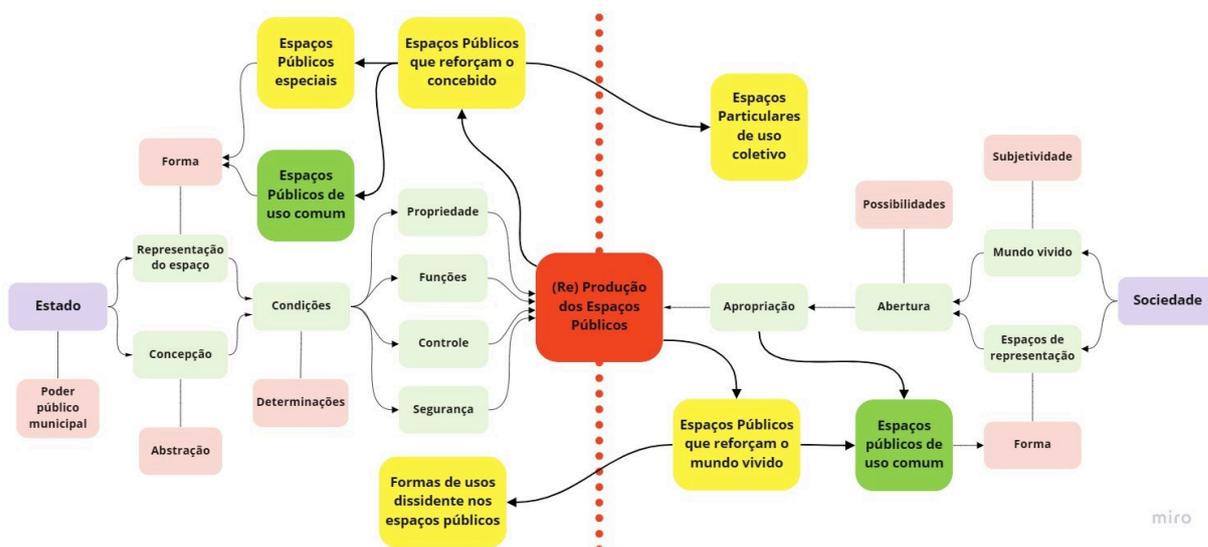
Tentando demonstrar a complexidade e implicações da produção dos espaços públicos, temos, por um lado, como referência, a participação do Estado, figurado como o PPM, e a sociedade, por outra frente, circunscrita em representações e ações individuais⁷³ ou coletivas, atuando sobre os espaços públicos formais propostos, inscrevendo sobre as formas, as marcas

⁷² Para Serpa (2014), lugar e território configuram-se como formas de ser e estar no espaço; por conseguinte, são maneiras em que a sociedade cria significados e produz espaços.

⁷³ A representação que se tem deste espaço, configura a ação. Portanto, é indissociável.

das respectivas apropriações. Propomos a observação da Figura 22, por meio da qual buscamos ilustrar os desdobramentos da relação citada.

Figura 22: Abordagem da produção dos espaços públicos a partir das relações entre Estado e sociedade



Fonte: Lucas Alves Pereira (2022).

Como vimos anteriormente, o Estado cria, a partir de condições determinadas, a realização formal dos espaços públicos. Essas condições são provenientes da própria produção histórica da sociedade. Por outro lado, os espaços públicos formais são vividos ao serem apropriados, enquanto práticas que transformam e vinculam os espaços de representação aos habitantes, cada espaço e cada habitante, diferencialmente, a partir de suas demandas.

Esses espaços são distribuídos, funcionalizados, controlados, vigiados, e ainda apresentam-se diferencialmente na cidade. Sendo assim, já neste primeiro momento, a produção não atende a todas as demandas sociais, pois não se apresenta acessível (no sentido amplo). Isso acarreta a dependência do local em que cada habitante reside, pois os espaços da cidade não são vividos como um todo, sobretudo pela fragmentação do tecido urbano. Desse modo, pode-se encarar essa questão como política, pois denota a vontade do Estado ao encaminhar seus recursos técnicos e financeiros apenas a algumas frações da cidade.

Também, pode ser encarada como política a ausência do Estado no que tange a promover e qualificar espaços públicos, de modo, que em sua depreciação, adentram no cotidiano dos habitantes os espaços particulares de uso coletivo, cada vez mais disseminados nas mais diversas escalas de cidade. Sabe-se que este fenômeno não é novo, pois, desde o início

e consolidação do capitalismo, espaços particulares passam a contemplar a sociabilidade e, inclusive, a política, como é evidenciado com a mudança estrutural da esfera pública burguesa.

Quando o espaço público formal é acessado, são realizadas apropriações que sinalizam a satisfação das demandas, pois vão ao encontro dos espaços formalmente produzidos, a partir de espaços públicos que atendem aos anseios da população local⁷⁴, e, nessa perspectiva, reforçam o espaço concebido, mas imbuindo de representação, a partir de sua presença. De outro lado, podem surgir pequenas práticas que subvertem as condições impostas pelo Estado na produção destes espaços. Essas práticas, ou esses atos, podem tendem a alterar os espaços, públicos de maneira a torná-los apropriados para o uso, encontrando, na abertura, a possibilidade de apropriações que vão além dos usos programados.

Em ambos os casos, as práticas reinvestem de significado a representação, transformando o espaço alienado em espaço apropriado. No primeiro, o espaço produzido a partir das condições imposta ganha conteúdo social, retirando-o a forma vazia e estéril. No segundo, isso ocorre de maneira mais explícita, pelo uso que dá conteúdo próprio, e modificando, também, detalhes significativos da forma, produz-se lugares públicos urbanos.

Diferentemente da produção de lugares reproduzíveis como mercadoria, essas frações do espaço são tornadas próprias àqueles que diretamente fazem uso delas, e, para estes, têm valor de uso. A representação, neste caso, ao ser mediada pela prática, adquire, então, a qualidade da obra. Nessa perspectiva, como demanda, espaços públicos, como a rua, a praça, o parque, ou mesmo aqueles não estruturados, e permanecendo como bens dominicais, não funcionalizados pelo Estado, são apropriados. Tendo isso em vista, essas apropriações carregam consigo, ainda que não como objetivo evidente, a natureza política da luta por um espaço que, ao mesmo tempo que é público, também é tornando próprio, mas sem inviabilizar outras apropriações, pois o simples uso não domina o espaço ou outros usuários.

Sobre as apropriações que subvertem a formalidade estabelecida institucionalmente, novamente nos encontramos com a linha tênue, indicando as complicações ao se estudar o espaço e suas representações. Além dos estudos mais direcionados a partir de metodologias mais vinculadas à fenomenologia – como a cartografia social, citada anteriormente –, deparamo-nos com a possibilidade do estudo das representações através de ativismos e de grupos sociais, em suas espacialidades. Nestes casos,

as representações sociais – que, no caso de imagens espaciais e discursos fortemente espacializados e espacializantes, merecem ser denominadas *representações sócio-*

⁷⁴ Deixemos explícito que diversos espaços públicos produzidos pelo Estado, especialmente aqueles em que a população, em geral, participa de sua elaboração, atendem e são incorporados à vida cotidiana dos habitantes.

espaciais, [...] participam dos processos de organização simbólico-discursiva da realidade social (ou melhor, sócio-espacial); elas nos envolvem, influenciam nossas reações no cotidiano e modelam o senso comum, ao mesmo tempo em que se acham imersas no cotidiano e no senso comum. As representações são um campo de disputa simbólica, e as 'significações imaginárias sociais' que tão amiúde, nelas se acham reificadas ou diluídas, são, simultaneamente, também as 'armas' simbólico-discursivas dessas contentas. Resignificar espaços é resignificar relações sociais e grupos sociais, e vice-versa. O que está em jogo é, no caso de conflitos sociais, aquilo que é legítimo e aquilo que não é, aquilo que é justo e aquilo que não é, tendo, no limite, implicações quanto ao que passará ou não a ser (ou deixará de ser) legal, ou aquilo que deverá ser eliminado ou perseguido ou, pelo contrário, tolerado e até, quem sabe, saudado (SOUZA, 2014, p. 160, grifos do autor).

Ainda que, em nossa perspectiva, não consideremos grupos sociais específicos, pois exigiria, inclusive, metodologias mais diretamente aplicáveis a esses casos, podemos apreender que imagens e discursos sociais são mediados pela percepção de seu espaço e imbuídos em suas práticas, que se transformam em vivências e em experiências urbanas, a depender do impacto que causam na vida dos habitantes e no processo de subjetivação entre habitante e cidade.

A vivência vincula-se à percepção, ao imediato; enquanto a experiência diz respeito a um processo cognitivo. Rememoremos: o espaço percebido refere-se às práticas socioespaciais, sendo assim, os espaços de representação, mais do que a vivência, referem-se à experiência que perpassa por processos cognitivos que interpretam o mundo, a cidade (SERPA, 2005), proporcionando um conjunto referencial próprio para a ação, que modifica o estatuto dos espaços urbanos, sobretudo proveniente da experiência a partir da vida em sociedade, totalizada pela urbanidade. Para tanto, vivência e experiência modificam as relações entre a sociedade e os espaços públicos, apresentando-se como camadas articuladas; a vivência pela percepção, sendo mais superficial, enquanto a experiência se aprofunda.

Tendo em vista o que foi exposto anteriormente, bem como a partir do que foi encontrado em nosso quadro urbano, reforçamos nossa postura em considerar o movimento de pequenas e diversas apropriações dos espaços públicos produzidos pelo Estado como práticas difusas e sem uma organização evidente, mas que representam a perspectiva social sobre estes mesmos espaços públicos. Individualmente, as práticas encontradas apresentam perspectivas que se demonstram fragmentárias, mas importantes ao planejamento local, por evidenciarem carências e demandas. No conjunto, demonstram os espaços públicos no processo de totalização, ao evidenciarem as relações de sua reprodução social.

Neste caso, partindo de elaborações mediadas pelo mundo percebido, podemos delimitar os espaços de representação em espaços públicos, como produto de demandas sociais que visam tornar apropriadas, frações de espaços públicos ao espaço vivido, rompendo com a externalidade e a verticalidade do espaço concebido e representado como tal. Neste sentido,

enquanto demanda, são articulados como opostos à visão institucional dominante dos espaços públicos.

Não deve ser preciso dizer que está longe de mim pretender ignorar as prerrogativas legais e privilégios fáticos de que o Estado dispõe enquanto planejador: promulgação de leis (planos diretores, zoneamentos, legislação urbana/urbanística federal e estadual etc.), recursos para investimentos em larga escala, monopólio (legal) da violência, poder (legal) de polícia. É claro que o Estado, por tudo isso, é e permanece sendo uma instância crucial do planejamento (e de gestão) das cidades. Daí, contudo, a assumir, implicitamente (e irrefletidamente) que os movimentos sociais apenas reagem (denunciam e protestam), isto é, que não têm capacidade de agir proativamente (concebendo projetos alternativos/contraprojetos, contraplanos), vai uma grande distância (SOUZA, 2014, p. 150).

Dessa maneira, passemos, neste momento, para a transição do espaço produzido pelo PPM para o espaço percebido e vivido pela população local de modo a reproduzi-lo. Esse espaço público percebido e vivido pela população apresenta-se campo de manifestações e usos que enunciam a abordagem da sociedade sobre a cidade, não apenas como exterioridade, objeto alienado. Procuramos, nesta abordagem, evidenciar algumas situações demonstrativas, de modo que estas apresentem algumas características interessantes para se pensar os espaços públicos em cidades com perfil de Ituiutaba, bem como os elementos para se entender a dinâmica de reprodução social dos espaços públicos, de maneira geral. Temos conhecimento e respeitamos os limites impostos pelo quadro urbano selecionado, a cidade de Ituiutaba.

6.1 Vontade política e a cidade de Ituiutaba: desdobramentos dos interesses segmentados e localizados sobre os espaços públicos

Veremos, inicialmente, como a população local participa da elaboração ou gestão dos espaços públicos produzidos pelos Estado. Esse aspecto é importante, pois suas demandas e manifestações carregam consigo a representação que se tem deste espaço, confirmando ou confrontando o concebido. Ademais, os três próximos itens demonstram a maior utilização da esfera pública, mas tendo como objeto o espaço público material. Na primeira, indiretamente, junto ao poder decisório da CMI, sendo um primeiro momento entre a transição da oferta do espaço público produzido e as considerações a partir dos usos; na segunda, a partir de redes sociais, onde alguns habitantes manifestam suas opiniões e posturas diante da produção dos espaços públicos da cidade; enquanto na terceira, os espaços públicos de maior monta e expressão são tomados a partir de uma suposta demanda e utilizados politicamente. Desse modo, acreditamos que essas perspectivas evidenciam elementos da representação do espaço ou possibilidades de insurgência de espaços de representação.

6.1.1 As indicações à Câmara Municipal de Ituiutaba

De maneira a apreender as demandas das população acerca dos espaços públicos, um dos instrumentos institucionais de incorporação das manifestações da população, sendo individuais e coletivas, é encontrado nas indicações dos vereadores à CMI⁷⁵. Nessas indicações, pode ser evidenciada a maneira com que os habitantes, a partir de suas demandas, procuram delimitar os respectivos espaços vividos cotidianamente, principalmente em sua dimensão pública do espaço material, denotando sua vontade política acerca dos espaços públicos urbanos.

Ressaltamos que todos concebemos um espaço público a ser vivido, e, por conseguinte, representamos um primeiro momento deste espaço público, até então abstrato, e que manifesta nossos desejos. No entanto, devido às configurações provenientes de suas atribuições e responsabilidades, o Estado, na figura do PPM, assume o papel de agente preponderante para a produção material dos espaços públicos. De outra maneira, quem realiza a vida sobre estes espaços são os habitantes. Sendo assim, a produção desses espaços, expressa, a partir da esfera pública – componente tanto de espaços públicos urbanos quanto espaços públicos institucionais –, suas demandas acerca da cidade. Essas demandas podem ser interpretadas como concernentes a uma vontade política. Nessa situação, demanda e vontade política se aproximam.

Ao avaliar o léxico dos planejadores e gestores, Souza (2014, p. 153, grifo do autor), dentre outros termos, indica “*vontade política*” como uma “típica visão voluntarista, que ‘fulaniza’ as explicações dos problemas sócio-espaciais, ignorando ou subestimando o condicionamento exercido pelas estruturas profundas”. Ou seja, a vontade política, colocada neste contexto, evidenciaria certos mascaramentos dos motivos das mudanças e permanências. Principalmente, a vontade política, serve como base de uma suposta legitimação de demandas da sociedade, tendo em vista a escala de nosso recorte, as demandas da população local. Essas demandas são sistematicamente mediadas pelos vereadores, através das indicações à CMI. Desse modo, as indicações podem ser entendidas como ambivalentes, carregando tanto interesses dos próprios vereadores quanto da população que a eles demanda.

De acordo com o Regimento Interno da CMI, “indicação é a proposição na qual o vereador sugere às autoridades municipais temas de interesse público” (Regimento Interno da

⁷⁵ Outra maneira pela qual a população procura colocar suas demandas nas pautas políticas municipais, segundo a LOMI, se dá por meio de “normatização da iniciativa popular e projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade, de vilas ou bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado” (ITUIUTABA, 2020, n.p.).

CMI, Resolução n.º 583, de 1º de abril de 1992). Para tanto, as indicações ocorrem por meio de constatações de demandas diretas percebidas pelo próprio vereador, ou indiretas, por meio da procura dos habitantes que percebem carências no espaço em que vivem. Sobre os conteúdos dessas indicações, vão de pequenas modificações e reparos sobre objetos urbanos à sugestão de estudos a serem elaborados, fundamentando projetos de maior mobilização de recursos financeiros e técnicos.

A partir da leitura das Atas da CMI referentes ao período selecionado (2015-2021), totalizando 565 atas, foram encontradas 378 indicações direta ou indiretamente vinculadas aos espaços públicos da cidade de Ituiutaba. Essas foram aceitas pelos demais vereadores e encaminhadas para o estudo e análise de viabilidade e realização. Para melhor efeito demonstrativo (Quadro 7), essas indicações foram delimitadas em um quadro, com sete classes por tema, contemplando também os respectivos tipos e objetos.

Quadro 7: Indicações à Câmara Municipal de Ituiutaba, vinculadas aos espaços públicos, entre 2015 e 2021

Quant.	Tema	Tipo de solicitação	Objetos
190	Implantação qualificada	Instalação de equipamentos comunitários	Parques; praças; academias ao ar livre; Pistas de caminhada; quadras esportivas; rampas de <i>skate</i> ; fontes de águas
		Instalação de mobiliário para o uso público ativo	
50	Implantação de infraestrutura	Instalação de equipamentos urbanos e infraestruturais para o uso público	Banheiros; bancos; vegetação; cercas; alambrados; pavimentação; iluminação; vestiários; rampas de acesso, equipamentos de acessibilidade
99	Manutenção e paisagismo	Limpeza e manutenção do mobiliário e equipamentos existentes	Ruas parques; praças; Academias ao ar livre; Pistas de caminhada; quadras esportivas
		Manutenção da vegetação	
		Cuidados estéticos	
5	Segurança	Instalação de equipamentos sociotécnicos de segurança e vigilância	Olho vivo; câmera em ruas e praças
24	Mobilização	Promoção de atividades e eventos	Lazer, saúde, educação; praças; parques.
4	Gestão	Transferência de responsabilidades sobre determinados espaços	Parques
6	COVID	Permissão de realização de atividades	Feiras, academias (abertas e fechadas), pistas de caminhada

Fonte: CMI (2022). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

O primeiro, dos temas, totalizando 190 indicações, refere-se à implantação de novos espaços, principalmente em áreas já reservadas para este fim, bem como de mobiliários que proporcionem o uso ativo. Desse modo, esse tema tem como objeto a implantação, especialmente de parques, praças, academias ao ar livre, pistas de caminhada, quadras esportivas, rampas de *skate*, fontes de águas e chafarizes.

O segundo tema, com 50 indicações, está delimitado na implantação de infraestrutura, como equipamentos urbanos e de infraestrutura básica para o uso público. Refere-se, portanto, à constituição de condições mínimas de urbanismo, como banheiros, bancos, vegetação, cercas e alambrados, pavimentação, iluminação, vestiários, rampas de acesso e equipamentos de acessibilidade.

Já para o terceiro tema, foram encontradas 99 demandas relacionadas à manutenção e paisagismo. Sendo assim, implicam a garantia de uso a partir das condições apresentadas pelo mobiliário e pela infraestrutura, como limpeza e tratamento do mobiliário e equipamentos existentes; manutenção da vegetação, condizente com os diferentes portes apresentados; cuidados estéticos considerados a partir dos elementos paisagísticos, na composição geral dos itens deste tema. São objetos dessas demandas os espaços públicos, de maneira geral.

No quarto tema, foi verificada a referência à segurança, desdobrando-se em cinco indicações que remetem, especialmente, ao Projeto Olho Vivo. Como evidenciado anteriormente, esse projeto tem como função fazer a vigilância no hipercentro da cidade de Ituiutaba a partir de câmeras de vídeo que ficam localizadas nos cruzamentos de ruas e avenidas. As indicações desse tema reúnem demandas que buscam ampliar a quantidade de câmeras no centro da cidade, bem como ampliar a área de abrangência, fazendo uso dessa vigilância também em algumas praças da cidade.

Para o quinto tema, observamos a mobilização de recursos municipais para a promoção de atividades que ativem os espaços públicos urbanos. São demandadas atividades e eventos culturais, educacionais, recreativos que mobilizem a população a fazer uso das praças e parques da cidade, criando, assim, momentos que modifiquem positivamente a dinâmica cotidiana dos espaços em questão, atraindo maior número de pessoas.

O sexto tema diz respeito à gestão de espaços públicos urbanos específicos, sendo encontrado em quatro indicações. No caso de Ituiutaba, essas demandas estão vinculadas, sobretudo, ao Centro Turístico Camilo Chaves Neto. Devido ao relativo abandono dessa área, indica-se que seja repassada a gestão, com as devidas responsabilidades e possibilidades de exploração dos quiosques, para outras organizações de interesse público.

Por fim, com seis indicações, estão delimitadas as demandas relacionadas às interdições, impostas pelos decretos⁷⁶ instituídos em razão do controle da disseminação do Coronavírus. Essas indicações fazem relação, mais propriamente, com alguns grupos da sociedade local. Os comerciantes que atuam em feiras, outros que são proprietários de academias particulares, empresários do setor de festas e entretenimento; também por usuários de espaços públicos, como academias ao ar livre e pistas de caminhada. Esses grupos, em larga medida, solicitaram certa flexibilização do uso dos espaços públicos de uso comum e espaços particulares de uso coletivo.

Considerando os agentes envolvidos politicamente nas indicações, os vereadores e a população exercendo sua condição individual e coletiva de cidadão, vemos o primeiro momento de transição entre o que é concebido e representado como condição para os espaços públicos e o que é vivido e representado pela sociedade local. Essa relação entre concebido e percebido mediada pelos vereadores carrega, portanto, a institucionalidade do espaço público formal, e nestes termos, a sociedade se limita a delimitar suas ações e demandas aos meios institucionais.

Ressaltamos que, para além dos sete temas, as solicitações tendo como objeto as ruas apenas enquanto espaço de circulação contabilizaram mais de 250 indicações, nas 565 atas. Essas indicações estão centradas, principalmente, na manutenção asfáltica, ponderando as ruas a partir do uso por veículos, como poderá ser verificado posteriormente, de maneira mais demonstrativa, a partir de cobranças em redes sociais.

Os sete temas delimitados a partir das indicações encontradas demonstram os contornos em que as condições de produção formal dos espaços públicos encontram a impassividade dos usuários, pela ausência do PPM em prover quantitativa e qualitativamente estes espaços. Para tanto, por parte da sociedade, mesmo absorvendo a representação do espaço realizada pelo PPM, são indicadas as deficiências e lacunas a partir destes espaços produzidos.

As indicações perfazem interessante instrumento para a apreensão dos espaços públicos, a partir de espaços que são vividos, que, em grande medida, fazem parte do cotidiano dos habitantes, sendo submetidas demandas a partir da experiência. Sendo assim, podem ser delimitadas aquelas representações que vão ao encontro do espaço estabelecido hegemonicamente, dessa maneira, pouco ou nada contrários ou subversivos, situando-se apenas nas carências e a partir delas, propondo que o próprio Estado realize o aperfeiçoamento, especialmente em relação à implantação d manutenção dos equipamentos existentes, inclusive de infraestrutura e circulação, como o asfaltamento e sinalização. A relação é, assim, pouco

⁷⁶ Entre 2020 e 2021, de maneira ampla, ao todo, foram encontrados 66 decretos relacionados ao Coronavírus.

contestatória e delimitada dentro das mesmas “regras do jogo”, mediadas pelo PPM. Porém, evidencia-se que, mesmo assim, a população utiliza os meios disponíveis para participar da dinâmica dos espaços públicos, além de sua função de usuário.

6.1.2 As redes sociais e o engajamento digital participativo

Na contemporaneidade, manifestações das mais diversas podem ser encontradas no mundo digital da internet. Por conseguinte, não diferentemente, são identificadas as demandas da sociedade local acerca dos espaços públicos da cidade, carregando assim a abordagem, sua concepção e suas representações. Nessa dinâmica, as redes sociais ganham destaque por promoverem uma espécie de diálogo direto com a PMI.

Em Ituiutaba, desde 2020⁷⁷ destaca-se o perfil mantido na rede social *Instagram*, alimentado diariamente com informações sobre projetos, obras e decisões da PMI, nos mais diversos assuntos, funcionando, por vezes, como uma espécie de “prestação de contas” à população. Nessas postagens⁷⁸ (com a função de comentários) abertas a qualquer um, por vezes a população se manifesta sobre o assunto específico ou se aproveita da oportunidade para demandar outros temas, outros objetos. Dessa maneira, apresentamos algumas situações demonstrativas em que ocorrem interações com demandas da população, evidenciando uma representação possível sobre os espaços públicos.

As obras relacionadas à manutenção das vias destacam-se, tanto nas postagens quanto no envolvimento da população. A Figura 23 refere-se à postagem de 11 de abril de 2022, tendo por conteúdo um vídeo⁷⁹ (que tem o total de 42 segundos) relacionado a diversas obras de manutenção das vias, como implantação e reparo do asfaltamento e sinalização. De certa forma, este e outros vídeos com conteúdo relacionado perfazem uma espécie de resposta da PMI a cobranças informais da população.

⁷⁷ No ano de 2020, as postagens sobre as medidas de enfrentamento do Coronavírus ocuparam, sobremaneira, o “perfil” da PMI.

⁷⁸ Pelo termo “postagem”, nos referimos ao conteúdo digital, vinculado a um perfil ou página digital em redes sociais hospedadas na internet.

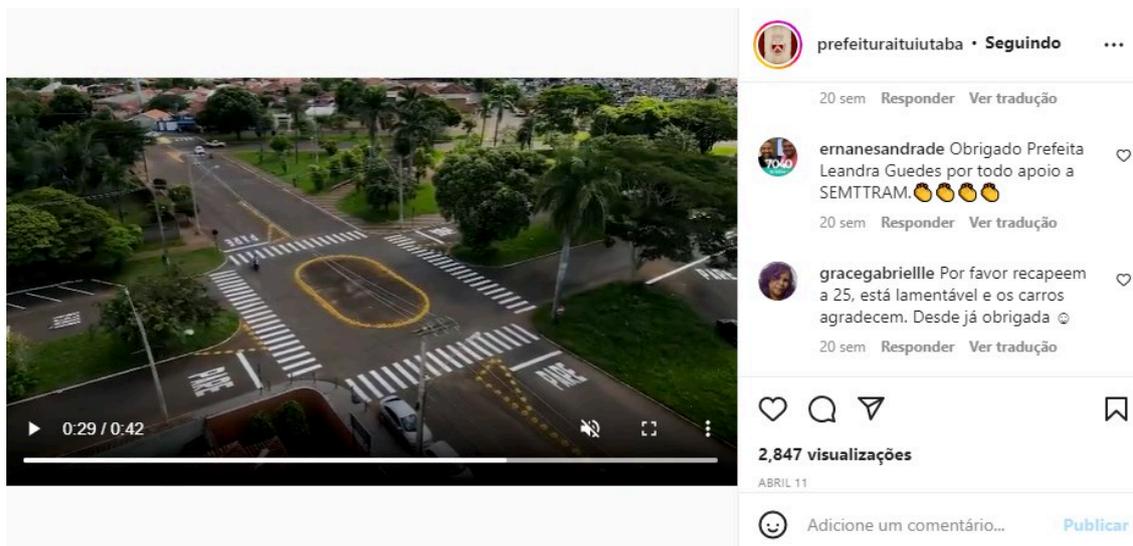
⁷⁹ Detalhes da postagem: “SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO 

A equipe da Secretaria de Trânsito segue em RITMO ACELERADO com as ações de revitalização em ruas de áreas escolares de nossa cidade! .

 Na última sexta (8), o trabalho foi realizado nas proximidades da Escola Municipal Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva, no Centro.

 Hoje o trabalho segue nos locais próximos à Escola Municipal Manoel Alves Vilela, no Bairro Pirapitinga. Paralelamente, as equipes da Secretaria de Obras estão empenhadas com o trabalho de recapeamento em diversas ruas e bairros do município!”

Figura 23: Postagem da Prefeitura Municipal de Ituiutaba, em junho de 2021, sobre a manutenção de sinalização de trânsito e asfaltamento

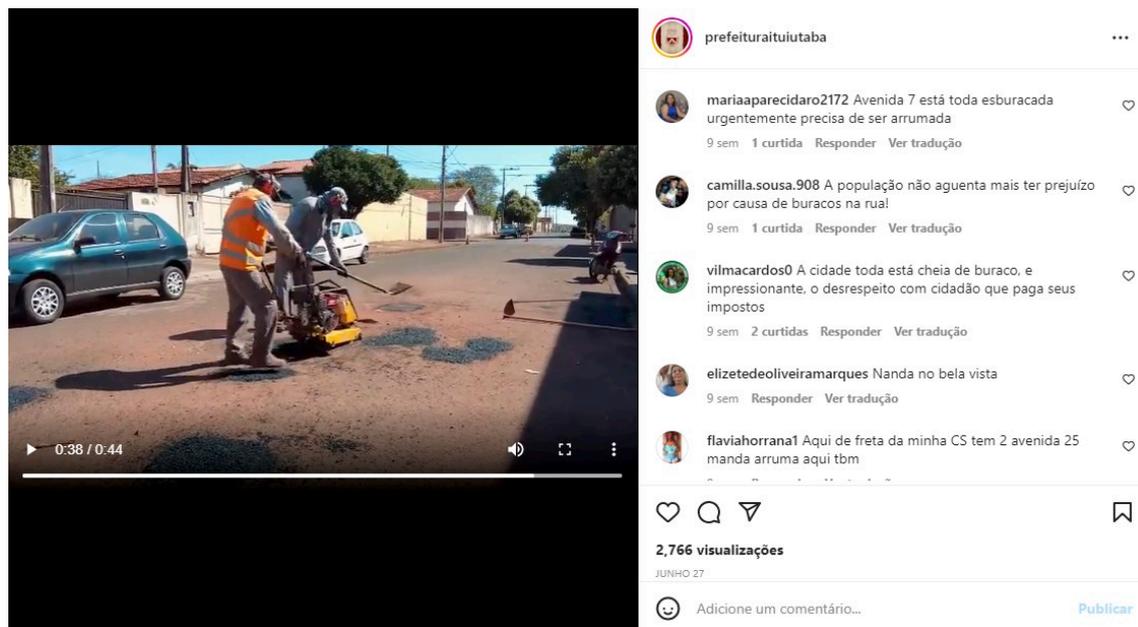


Fonte: *Instagram* da PMI (2022).

Na postagem apresentada por meio da Figura 23, é possível observar, além do vídeo, a interação dos habitantes com relação ao seu conteúdo. Na primeira, há um agradecimento à prefeita, pelo apoio à Secretaria de Trânsito e Transportes da cidade. No entanto, maior destaque deve ser dado à segunda interação, que apresenta a seguinte demanda: “Por favor recapeem a 25, está lamentável e os carros agradecem [...]”. Nessa interação, nos chama a atenção a indicação dos carros como sendo sujeitos, personificados, devido ao fato de agradecerem. Ainda que possa ser interpretada como uma figura de linguagem, visando alcançar efeitos abrangentes, a personificação do objeto demonstra a preponderância dos veículos automotores sobre as outras formas de circulação.

Seguindo com a importância dada às ruas como espaços de circulação, outro aspecto relevante encontrado nas interações são aqueles que demonstram o descontentamento pelo não cumprimento das atribuições do PPM, inclusive causando prejuízos econômicos (Figura 24). Na postagem contendo um vídeo (com 44 segundos) relacionado ao trabalho de recapeamento, destacamos a interação de uma habitante que relata: “A população não aguenta mais ter prejuízo por causa de buracos na rua”. Outra interessante interação é indicada pela posição enunciada por outro perfil: “A cidade toda está cheia de buraco, e impressionante, o desrespeito com cidadão que paga seus impostos”.

Figura 24: Postagem da Prefeitura Municipal de Ituiutaba, em junho de 2021, sobre obras de manutenção asfáltica



Fonte: Instagram da PMI (2022).

Em ambos os casos, podemos evidenciar a nítida percepção de que o PPM é responsável direto pela situação em que se encontram as ruas, que são interpretadas como espaços de circulação, indicando, ainda, uma problemática na relação em que são colocadas as demandas, principalmente no segundo caso, onde se aproxima da noção de cidadania pautada simplesmente no pagamento de impostos.

A preponderância do veículo sobre as outras formas de uso das ruas é encontrada novamente em outra postagem (Figura 25), que, por sua vez, trata das condições de instalação de *parklets* nas ruas⁸⁰. As informações detalhadas tratam do decreto que regulamenta os

⁸⁰ Detalhes da postagem: “SAIBA COMO PODEM SER INSTALADOS OS PARKLETS NO PERÍMETRO URBANO!

A prefeita Leandra assinou um decreto que regulamenta a aprovação e a implantação de parklets no perímetro urbano!

MAS O QUE É PARKLET? 😊

É a ampliação do passeio público sobre área do sistema viário, geralmente, em local antes ocupado pela faixa de estacionamento.

👉 Os parklets são providos de estrutura e equipamentos como bancos, cadeiras, floreiras, guarda-sóis, mesas, paraciclos, entre outros, que visem à RECREAÇÃO, o LAZER, a convivência dos cidadãos e o fortalecimento da função social do espaço urbano como local de encontro! 😊

▶ Com o decreto vigente, a administração pública poderá instalar parklets ou aprovar a sua implantação, por meio de análise do projeto e permissão de uso por parte da Secretaria Municipal de Planejamento e Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana.

▶ As estruturas serão plenamente ACESSÍVEIS ao público, sendo PROIBIDA a utilização exclusiva pela pessoa que o mantém, incluindo mecanismos de reservas, publicidade, propaganda e a exposição de mercadorias. Também deverão ser respeitadas as normas de ACESSIBILIDADE universal vigentes.

A matéria completa com mais informações e com o decreto na íntegra você encontra em nosso site no link na Bio.”

equipamentos, tanto pela iniciativa privada quanto da instalação pela PMI. Ainda assim, as interações situaram-se o entorno da crítica sobre a possibilidade da PMI se envolver nas implantações.

Figura 25: Postagem da Prefeitura Municipal de Ituiutaba, em Fevereiro de 2021, sobre decreto que regulamenta a aprovação e a implantação de parklets



Fonte: Instagram da PMI (2022).

No primeiro momento, a possibilidade de se ter *parklets* está explicitamente ligada à perda de vagas de estacionamento, devido ao fato da existência da cobrança da “Área Azul” no hipercentro. A questão colocada como: “E vão pagar a vaga por hora como pagamos? pq já está difícil vagas no centro”, de tal forma, desvincula-se o objetivo dos *parklets*, voltado para criação estruturas de socialização, mesmo um lugar de amenidades para o descanso, podendo ser utilizado, inclusive, para o uso nos comércios, para voltar-se ao protagonismo da circulação por meio de carros, incluindo aí, novamente, a questão do pagamento como elemento base para o uso.

Seguindo com outras duas interações, também interpretando que a instalação dos *parklets* será realizada pela PMI, estas são direcionadas à ponderação sobre a questão de outras intervenções, em outros locais. A segunda interação centra-se em sugerir a criação de uma área no canteiro central da Avenida Minas Gerais, dotando-o de infraestrutura e equipamentos voltados para o lazer ativo. Na terceira interação da postagem, retoma-se a questão da função da rua como espaço de circulação e estacionamento de veículos, indicando direcionar as

intervenções para o cuidado com as praças que, de acordo com a habitante, “estão abandonadas”.

Em contrapartida, o tratamento das praças aparece em postagem (Figura 26) que tem por conteúdo informar sobre o cuidado de limpeza e poda da vegetação, realizado pelo Setor de Parques e Jardins, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos da PMI⁸¹. Através de breve vídeo e de duas imagens, são informadas algumas ações na Praça Cônego Ângelo e no canteiro central da Rua 14. Tão logo, uma habitante da cidade argumenta o seguinte: “Terrenos baldios com mato alto. a av Minas Gerais tb cheia de pragas atrapalhando a visibilidade...Ituiutaba está uma cidade SUJA!! A limpeza em canteiros e praças deixam a desejar”, indicando o seu descontentamento com o cuidado das áreas menos centralizadas.

Figura 26: Postagem da Prefeitura Municipal de Ituiutaba, em fevereiro de 2021, sobre os serviços de manutenção realizados em alguns espaços públicos



Fonte: Instagram da PMI (2022).

Por outro lado, é elucidativa a imagem que faz referência à Igreja, junto à fonte da praça mais antiga e simbolicamente a mais representativa. Em certa medida, essa imagem remete à demonstração do cuidado a partir daquilo que simboliza a construção da identidade de Ituiutaba.

⁸¹ Detalhes da postagem: “Os serviços feitos pelas equipes do Setor de Parques e Jardins da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Ituiutaba estão A TODO VAPOR no trecho da Rua 14, entre Avenidas 3 e 17!

👉 Nesta sexta-feira (18), o trabalho também foi realizado na Praça Cônego Ângelo (Praça da Prefeitura)

👉 Toda a extensão passa por limpeza e recebe os serviços de poda e jardinagem.

⚠️ Vale ressaltar a importância de manter os ambientes como os canteiros centrais das vias sempre limpos, optando sempre pelo descarte correto do lixo e pelo respeito ao nosso meio ambiente!”

Nesta perspectiva, diversas interações são positivas, reafirmando as premissas da concepção do espaços públicos vinculados a uma imagem da cidade.

Por outro lado, a interação de um dos perfis indica a problemática para além da das questões do cuidado da praça central. Trata-se, então, da falta de manutenção da vegetação no canteiro central da Avenida Minas Gerais, alegando que atrapalha a visibilidade, o que podemos inferir ser sobre o trânsito e circulação de veículos. Expõe, também, que as praças, de maneira geral, estão sujas.

Outra demanda recorrente da população, a reabertura do Parque do Goiabal, é encontrada em postagem⁸² de janeiro de 2021 (Figura 27). A postagem é composta por três imagens, onde o destaque é dado à presença dos Secretários de Planejamento Urbano e de Desenvolvimento Econômico no local. Contextualizando, a imagem foi feita logo nos primeiros dias após da posse do novo quadro político eleito. Nesse sentido, procura apontar para o atendimento da demanda recorrente. No entanto, ainda hoje não houve mudanças nas condições do parque, não sendo permitido o acesso da população.

Figura 27: Postagem da Prefeitura Municipal de Ituiutaba, em janeiro de 2021, sobre presença do poder público municipal no Parque do Goiabal



Fonte: Instagram da PMI (2022).

A interação destacada indica as características que o parque em questão deve assumir, bem como identifica, no “parque do sabiá em Uberlândia!”, uma referência, um modelo a ser

⁸² Detalhes da postagem: “Dia 06 de Janeiro de 2021, a Prefeitura de Ituiutaba por meio do secretário Municipal de Planejamento Hélio Carlos e do secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico Mário Jacob Jr, fizeram uma visita ao Parque do Goiabal.

O Compromisso da atual gestão é reativar o parque, que carece de segurança, conservação e principalmente função social, para proporcionar o turismo ecológico e lazer da população de Ituiutaba.”

seguido. É importante ressaltar que são colocados, pelos habitantes, atributos qualitativos, em contraposição a supostos comportamentos provenientes de um “lugar de bebida alcoólica, etc.”. Podemos indicar que isso remete a comportamentos ditos “padrões”, pois, mesmo no parque localizado em Uberlândia é possível comercializar e consumir bebidas alcoólicas. Para tanto, é possível inferir que o modelo apresenta-se mais como ideal do que como realidade, tendo como fundamento impedir comportamentos, evitar pessoas, uma demofobia, espécie de medo do “povão”.

Por fim, em postagem⁸³ da PMI datada em 18 de fevereiro de 2021 (Figura 28), é comunicado o resultado da ação de fiscalização a partir de denúncias de aglomeração de pessoas durante o decreto que determinou medidas de enfrentamento ao Coronavírus. A imagem destacada remete ao canteiro central da Avenida José João Dib, segmento utilizado pelo comércio do entorno próximo, especialmente em área reservada a *parklets*, mesas e cadeiras.

⁸³ Detalhes da postagem: “As equipes da Central de Fiscalização Covid-19 tiveram bastante trabalho durante a última quarta-feira, 17, primeiro dia de vigência do novo decreto em Ituiutaba que aumentou as restrições para conter a aceleração da Pandemia e diminuir os impactos causados nas unidades de Saúde por conta do grande número de pacientes do Município e da região hospitalizados acometidos com a doença, apresentando sintomas leves, moderados e graves.

Os fiscais da Covid-19 atenderam durante as ações, que iniciaram pela manhã, 85 denúncias diversas feitas pela população. As ações de fiscalização resultaram no fechamento de estabelecimentos que não estão autorizados ao funcionamento pelos próximos dez dias; na dispersão de aglomerações de pessoas em agências bancárias; na dispersão de aglomerações de pessoas na Avenida José João Dib e em ruas do Bairro Alcides Junqueira; além da lavratura de notificações de advertência.

A Central atua com 33 fiscais, entre servidores contratados e efetivos disponibilizados pelas secretarias da Prefeitura de Ituiutaba. Os setores que apresentaram maior incidência de problemas durante as ações realizadas ontem, 17, foram os bancos, por conta das filas, e parte dos lojistas, que não estão autorizados a prestarem atendimentos e insistiram em permanecerem abertos. O trabalho teve o apoio de equipes da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG.

As ações da Central de Fiscalização Covid-19 continuam nesta quinta-feira, 18, e irregularidades como aglomerações e o descumprimento de determinações legais podem ser denunciadas pelos telefones (34) 99859-4344, (34) 99781-4959, (34) 99856-4546 e (34) 99776-4647”.

Figura 28: Postagem da Prefeitura Municipal de Ituiutaba, em fevereiro de 2021, sobre a fiscalização de aglomerações durante a pandemia de Coronavírus



Fonte: Instagram da PMI (2022).

Considerando a quantidade média de interações nas postagens da PMI, essa, em especial, obteve ampla repercussão, recebendo críticas, questionamentos e sugestões, dividindo as opiniões de quem prestou a manifestá-la. Em grande medida, o apoio fez parte de boa parte das interações, indicando a compreensão das limitações impostas pelo período pandêmico. Por outro lado, como ocorreu em outras formas de manifestação pela cidade, os habitantes envolvidos em atividades comerciais posicionaram-se criticamente contra as medidas restritivas.

No caso do uso de espaços públicos de uso comum abertos ou espaços particulares de uso coletivo, tiveram sua dinâmica alterada durante decretos mais rígidos sobre a quantidade de pessoas reunidas e a respectiva fiscalização. Os encontros de grupos passaram, então, a ser realizados em espaços fechados das casas, como forma de reunião sigilosa, impondo dificuldades de serem fiscalizados. Sobre esta questão, vemos claramente a problemática da ordem e controle sobre o espaço público urbano⁸⁴, ao mesmo tempo em que é campo da liberdade.

⁸⁴ Não questionamos as medidas de enfrentamento ao Coronavírus; pelo contrário, acreditamos que todas as ações racionalizadas para a prevenção da infecção deveriam ser aplicadas.

Vemos, então, além do que foi identificado como uma espécie de participação que busca na formalidade da produção dos espaços públicos, por meio das indicações, que demonstraram as demandas da sociedade local de maneira formal, que o posicionamento da população acerca dos espaços públicos da cidade, através das redes sociais, indica suas demandas, na medida em que a PMI atuava diretamente nos espaços públicos, dessa maneira, fazendo valer as condições de sua produção formal.

Assim, tendo como referência a sociedade local, observamos os contornos de sua representação sobre os espaços públicos, novamente, com maior aproximação àquela percepção do espaço público como um espaço de circulação, carecendo de atenção especial neste quesito. E, em menor medida, aparecem os espaços públicos tradicionais, como as praças e parques sendo considerados, sobretudo, a partir de quesitos estéticos. Dessa maneira, circulação e estética, até aqui, fundamentam uma representação da sociedade local.

6.1.3 Os espaços públicos concebidos e o uso político

A produção dos espaços públicos constituídos formalmente, como haveria de ser, parte, essencialmente da propriedade e de recursos (técnicos e financeiros) públicos. A partir disso, a manipulação de sua representação é recorrente e estrategicamente utilizada pela classe política. Esse fato tem longa trajetória histórica na urbanização brasileira, sobretudo nas cidades de menores portes, inclusive, imbuindo de significado determinados espaços, que, de maneira formal ou informal, recebem o nome do político “bem feitor”, como pode ser tratado a partir de estudos sobre a toponímia.

Em contrapartida, mesmo com o uso político, o conjunto de obras que contemplam espaços públicos pode caracterizar um período socialmente qualificado da cidade; nesse sentido, também trazem ganhos à sociedade local. No entanto, quanto mais restringido apenas ao caráter institucional, enquanto parte da representação do espaço concebido, estes espaços públicos demonstram, ainda mais do que a racionalidade, apenas a sua instrumentalização política. Poderíamos incluir esta perspectiva junto à produção do espaço público, diretamente relacionado às condições que são imputadas pelo Estado, tratadas na seção anterior. No entanto, acreditamos que esse uso faz parte da reprodução dos espaços públicos, ao passo em que estes, em parte ou no todo, acabam ocupando a cidade e recebendo algum tipo de uso.

Vimos, em momento anterior, que o asfaltamento das vias e a manutenção dos elementos estéticos fazem parte significativa das demandas populares, bem como da atenção dada pela PMI. No entanto, algumas obras para a construção de espaços públicos tomaram a

atenção da população da cidade de Ituiutaba na história recente, sendo incorporadas ao imaginário urbano da sociedade local. Dentre estas, devido ao porte e aos recursos empregados, podemos citar: o conjunto de intervenções no Córrego São José e avenida José João Dib, culminando em um parque linear; o Centro Turístico Camilo Chaves Neto; e o Estádio Municipal Júlia do Prado.

O Córrego São José e a Avenida José João Dib, ao longo da história de Ituiutaba, receberam, de maneira concomitante, diversas intervenções datadas a partir do início da década de 1990, como indicamos anteriormente. Considerando as intervenções ao longo do processo, podemos classificar três momentos característicos, sendo aproveitados, cada um destes, pela classe política. Dos três, caracterizamos os dois iniciais como infraestruturais, e o terceiro como aquele que dá contornos de parque linear à área.

No primeiro momento, estão delimitadas as obras de cobertura da porção média inserida no perímetro urbano do Córrego São José, consolidando o canteiro central, iniciado a plantio da vegetação, iluminação alta e pavimentação central. O segundo momento, pela realização da canalização à jusante do córrego, constituindo apenas área de vegetação e com alto declive. O último momento é delimitado a partir da implementação de melhorias no tratamento paisagístico, da pavimentação, da iluminação em diversas alturas, implantação de mobiliário e equipamentos, por conseguinte, acompanhado de usos voltados para o lazer ativo e passivo, este último, ocorrendo devido à consolidação da vegetação.

O período de maior destaque é delimitado durante os mandatos dos prefeitos Públio Chaves e Luiz Pedro Corrêa do Carmo (2009-2016), este último, responsável por “entregar à população” (Figura 29) o espaço público em questão, ao final, recebendo, das “mãos do prefeito”, a academia ao ar livre, marco do fim das obras de qualificação implementadas nesta gestão.

Figura 29: Participação do prefeito, vereadores e outros funcionários públicos em inauguração de obras na Avenida José João Dib, em Ituiutaba, em 2014



Ituiutaba inaugura academia ao ar livre e obras da canalização do São José

Nossos Municípios

13 De Maio De 2014

Fonte: Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba (AMVAP) (2014).

No ano anterior, em 2015, da mesma forma, o Centro Turístico Camilo Chaves Neto foi inaugurado pelo prefeito Dr. Luiz Pedro. Nessa ocasião, foram reunidos diversos membros eleitos da política local e estadual (Figura 29). As palavras do prefeito foram as seguintes:

Depois de muita luta e de muito trabalho estamos entregando mais esta importante obra para nossa população. É um sonho, que começou ainda com o Camilo Chaves e com o ex-prefeito e amigo, Públio Chaves e que hoje tenho a oportunidade de entregar (PORTAL TUDO EM DIA, 2015, n.p.).

Ressalta-se que o nome dado ao parque refere-se ao irmão do prefeito que iniciou as obras (Públio Chaves), sendo homenagem direta à sua família. No entanto, ao ter sérios problemas de saúde, Público Chaves foi substituído pelo vice-prefeito, Dr. Luiz Pedro, figura ao lado (direito) da placa (Figura 30), momento em que o evento de inauguração foi registrado pelo jornal local.

Figura 30: Inauguração do Centro Turístico Camilo Chaves Neto, em Ituiutaba, em março de 2015



Fonte: Portal Tudo em Dia (2013). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

A população, em festa, também fez-se presente, entusiasmada com a novidade e com a possibilidade de a cidade ter um lugar com as características do parque, espaço ausente na cidade, até então. Nos anos seguintes, a animação deu lugar à frustração e ao esquecimento, à medida que o parque não ia sendo incorporado pelos habitantes, sobretudo, pelo não cumprimento do projeto em sua totalidade. Sem o lago, seu principal atrativo, mesmo com equipamentos e mobiliário diversos, o parque (Figura 31), está sendo subutilizado, e em visitas entre 2018 e 2022, raramente foi possível encontrar pessoas no local.

Dentre os usos encontrados, esparsos e momentâneos, algumas crianças brincavam nas quadras ou andavam de bicicleta nas ruas do estacionamento. De maneira mais significativa e que contribui para o afastamento da população, segundo relatos, a área, não raramente, é utilizada no período noturno por pessoas que se reúnem, fazendo uso de práticas que colaboram para o declínio da imagem do parque para a população.

Figura 31: Centro Turístico Camilo Chaves Neto, em Ituiutaba, em 2021



Fonte: Atividades de campo (2021). Autor: Lucas Alves Pereira (2021).

Por fim, o Estádio Júlia de Pádua, iniciado em 2012 e não finalizado até então (2023), foi pensado desde a ascensão do time local, ocorrida nos anos anteriores a 2010. No entanto, antes mesmo do início de sua construção, houve a mudança do time para a cidade de Varginha (MG), em 2011. A previsão inicial era de conclusão e inauguração em 2014, antes da Copa do Mundo que viria a ser realizada no Brasil.

Os recursos iniciais vieram da PMI e do Ministério dos Esportes; também, segundo divulgação publicitária, recebeu mais aproximadamente R\$5.000.000, em 2021, provenientes de emendas parlamentares. Os recursos vieram do deputado Welinton Prado, sendo ele filho de Júlia de Pádua, nome que o estádio receberá ao ser finalizado.

Durante o acompanhamento de reuniões da CMI, foi possível constatar todo imbróglio em torno, tanto desta obra quanto do Centro Turístico. Em ambas, supostamente parece ocorrer a falta do desenvolvimento técnico correto das obras. Ainda distante de seu término, em 2022, um grupo de vereadores se reuniu em visita às obras do estádio (Figura 32), com o objetivo de “fiscalizar” seu andamento. Na ocasião, a visita foi noticiada e integrada ao discurso do PPM, que fez ressoar a “gestão responsável com o dinheiro público”, fazendo o compromisso de entrega do estádio.

Figura 32: Estádio Júlia de Pádua e visita dos vereadores ao local, em Ituiutaba, em 2021



Fonte: Atividades de campo (2021); *Google Earth Pro* (2022); Jornal (online) Regionalzão (2022). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

Devido ao envolvimento de maiores recursos técnicos e financeiros, em virtude do porte e do impacto na cidade, as três obras fizeram parte significativa do envolvimento político na produção do espaço público em Ituiutaba. Essas obras demonstram o uso político e instrumental sobre os espaços públicos. Sobre os espaços em questão, a respeito das intervenções, sequer foram encontrados registros da participação popular para consulta ou sugestões. Essas obras sobre espaços públicos demonstram sua produção a partir da lógica do espaço concebido.

O canteiro central da Avenida José João Dib é produto de intervenção sobre o Córrego São José, manifestando a transformação de um espaço natural e que não prioriza a construção de um espaço público, mas que com o tempo foi adquirindo usos que o configuram como tal, e a partir desta percepção, a classe política direciona sua atenção, realizando as intervenções que o qualificam. Em relação ao parque, evidenciamos o planejamento que diz racional, mas cria espaços desvinculados da cidade nas dimensões materiais e simbólicas, sendo sua produção pautada em interesses políticos. Esta característica também é encontrada na construção do estádio, que sequer foi finalizada, e quando o for, não estará atendendo a uma demanda advinda da sociedade.

6.2 Os usos que integram o habitante e o habitar a partir dos espaços públicos

Na realização do processo de produção do espaço urbano, em sua dimensão do mundo vivido, considerando o habitar na cidade a partir da interface entre o privado e o público enquanto esferas, temos, como sujeitos, o cidadão e a sociedade. Nesta situação, os sujeitos e grupos participam, tanto confirmando o concebido em sua prática pelo uso quanto pela ausência de usos. Porém, também ocorrem usos que demandam uma outra perspectiva para os espaços propostos. Especificamente, por essas práticas sobre os espaços urbanos, em especial, os públicos, é enunciada a presença da sociedade na cidade.

Após inicialmente ser produzido pelo PPM, conferindo-lhe uma forma, os encaminhamentos da reprodução e o respectivo conteúdo são dados socialmente, em conformidade com a forma projetada, ou superando-a pela imposição de conteúdos que manifestam a inconformidade com este espaço público pré-estabelecido, ou mesmo surgem, ativamente, manifestações políticas, artísticas, culturais e religiosas, bem como pelo lazer ativo programado ou não pelo PPM.

Ao longo do que foi exposto sobre a postura do Estado na construção formal do espaço público, vimos, então, as condições de sua produção: são criadas formas, como as ruas, praças parques etc. que visam atender a funções formais instituídas como tal. O conteúdo dessas formas, sendo preenchido pelos usos, demonstra a efetividade da produção formal do espaço público, mas também podem ser apresentados novos conteúdos vinculados a estes espaços, sobretudo a partir da abertura encontrada pela sociedade, ativando sua participação.

Este conteúdo demonstrado pelos usos, remetendo às práticas cotidianas, é então evidenciado pela ambivalência entre o concebido (formal, institucional, técnico e burocrático) e o vivido, como socialmente usado, agindo a partir da contingência dos espaços públicos, irrompendo em manifestações que emergem, denotando a participação efetiva da sociedade na cidade.

Demonstramos como esse espaço público, a partir da produção formal, passa a ser produzido também pela sociedade, por meio das demandas colocadas junto à classe política a partir de mecanismos formais, bem como pelo uso das redes sociais (informais). Ingressando nos usos, iniciando pelo uso político realizado pelo PPM, vimos como se manifestam algumas preocupações da classe política com os espaços públicos na cidade, fortalecendo o caráter preponderante do Estado na produção, inclusive reforçando os elementos do espaço público por ele concebido.

O espaço público, ocorre, então, a partir da (re)produção formal e informal, de usos esperados e inesperados, ordinários e extraordinários, sendo uma base para a sociabilidade, em que participam constantemente a sociedade, os habitantes. Essas práticas ocorrem em uma linha tênue, na ambivalência e contradição entre o concebido e o vivido, não apenas manifestando a reprodução da condição de sua produção, mas a partir da abertura que é preenchida pelo uso social e político, confrontando ou reforçando a condição de sua produção. Proporcionadas pelo caráter contingente destes espaços, manifestações da sociedade permeiam a espacialidade espaços públicos na cidade, sendo diferenciadas, sobretudo, a partir das escalas de impacto no cotidiano. Sendo assim, podem ser consideradas como eventos momentos diferenciais que podem desencadear novas percepções sobre os espaços públicos, bem como sobre a sociabilidade urbana.

6.2.1 Manifestações políticas

De acordo com a CF, em seu Art. 5º, inciso IV, “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”, também em seu Art. 220, assevera que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição” (BRASIL, 1988, n.p.). Neste sentido, é preconizada a impossibilidade de restrições, porém, deixando em aberto os espaços a serem utilizados para manifestações, indo de espaços digitais, fechados, abertos, mas essencialmente dotados da esfera pública.

Na contemporaneidade brasileira, até então é desconhecido que em alguma cidade tenha sido criado um espaço público aberto e materialmente constituído que tenha como principal função e objetivo a manifestação política dos cidadãos (como ocorreu com a *Ágora*⁸⁵, com todas as ressalvas). Neste viés, o espaço público contemporâneo é interpretado por nós como contingente, e as manifestações políticas passam a ser evidenciadas em distintos espaços públicos nas cidades, a partir da emergência das demandas. A rigor, elas são estabelecidas de acordo com a necessidade de visibilidade, ou ainda diretamente relacionadas ao objeto da demanda que gerou a manifestação.

⁸⁵ Mesmo que este espaço aberto não tenha sido reconhecido atualmente, acreditamos que o espaço público contemporâneo é mais receptivo para as demandas, e mesmo para a participação mais diversa da população. Se o espaço público decisório se institucionalizou, não sendo amplamente acessível, restringindo a participação democrática pela representatividade, houve profusão das temáticas colocadas em público geral, se alargando e aprofundando, à medida que a liberdade de exposição das ideias foi assegurada.

Portanto, sobre a relação entre manifestações políticas e os espaços públicos, podemos caracterizar, entre aquelas que efetivamente têm como foco o objeto em questão, também outras, que se utilizam de espaços públicos destacados – mormente, aqueles que exercem centralidade e visibilidade – para colocar a um maior público as demandas de toda ordem, não estando diretamente relacionadas ao lugar da manifestação.

Acrescenta-se a estes tipos, o elemento complementar constituído pela internet: as mídias e redes sociais. Em nosso quadro, estas atuam como espaço (digital) de diálogo crítico com referência à atuação do PPM sobre os espaços públicos em Ituiutaba (como foi possível verificar com a abordagem acerca das redes sociais); bem como também funcionam como espaço de articulação das pautas, organização das ações que se realizarão em espaços materiais, também para a exposição do conteúdo crítico, manifestado a partir de intervenções sobre o espaço.

Em caso que retrata a complexidade contingente em espaços públicos, de maneira demonstrativa, citamos o ocorrido na Praça dos Trabalhadores (Figura 33), localizada nos limites do Bairro Centro. Retomamos, neste ponto, elementos que caracterizam a produção do espaço público, envolvendo principalmente o PPM, bem como a sociedade, ao fazer uso, encarregando-se de reproduzi-lo, sendo: o papel das redes sociais para o posicionamento e uma espécie de representação, fazendo dos espaços públicos na cidade; o lugar da apresentação das demandas, bem como as pequenas intervenções que tornam o espaço apropriável ao uso, porém não se restringindo aí, mas orientando a intervenção como crítica das ações do PPM.

Figura 33: Obra na Praça dos Trabalhadores, interação e intervenção da sociedade local de Ituiutaba



Fonte: Instagram da PMI (2021). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

Considerando a dinâmica entre infraestrutura, equipamentos e uso, em setembro de 2021, por meio da Secretaria de Obras, a PPM realizou a melhoria e extensão da pavimentação do entorno da rampa de *skate*. Do mesmo modo que foi feito em diversas obras, a prefeita de Ituiutaba foi até o local para fiscalizar o melhoramento, sendo esse fato divulgado em rede social da PMI, tendo aproveitamento político pela imagem de realizadora de obras públicas. Esse fato aproxima-se, então, também do que foi abordado anteriormente, sobre o uso político das obras em espaços públicos.

Dentre comentários realizados na postagem, destaca-se a sugestão de criação de uma praça contendo diversos equipamentos esportivos, mas, principalmente, os usuários da rampa de *skate* manifestando agradecimento pela obra realizada. No entanto, pouco tempo depois, no início de 2022, foi divulgado, por um habitante de Ituiutaba, que, por iniciativa dos usuários, foi realizada a construção de uma pequena rampa, dando melhores condições de uso ao equipamento.

Na Praça Cônego Ângelo, no segundo semestre do ano 2000, outra manifestação ocorreu (Figura 34), envolvendo a PPM enquanto agente do problema, porém tendo como sujeitos o grupo de comerciantes do setor de festas, eventos e diversões, que teve suas atividades impactadas em virtude das restrições impostas pelos decretos de enfrentamento ao Coronavírus. Na ocasião, esses sujeitos expuseram os problemas econômicos enfrentados pelo setor devido à impossibilidade de realizar seus respectivos trabalhos.

Figura 34: Manifestação política na Praça Cônego Ângelo, em Ituiutaba, em 2020



Fonte: Regionalzão (2020).

O local selecionado para a manifestação cumpre o objetivo de impactar no cotidiano dos transeuntes, mas também, devido ao fato de as sedes da PPM e da CMI estarem situada na praça em questão. Os manifestantes relacionam, então, seu protesto à instituição que, pelo entendimento do grupo, criou os problemas que acometem o setor. Dessa maneira, os manifestantes procuram ser vistos pela população, em geral, mas, especialmente, pelo poder público, representado pelas edificações institucionais. O objeto do problema não é propriamente o espaço da manifestação, mas o agente do problema é representado pela PPM.

De outro modo, envolvendo sujeitos distintos dos anteriores, um grupo de manifestantes favoráveis ao agronegócio, especialmente à pecuária, em janeiro de 2022, utilizou a calçada e a Rua 22, em frente ao Banco Bradesco (Figura 35), manifestando repúdio à peça publicitária do banco que teve como escopo a diminuição do consumo de proteína animal. Um “carro de som” e uma tenda foram colocadas no local, onde foi servido churrasco a quem se interessasse. Sob responsabilidade do Sindicato dos Produtores Rurais de Ituiutaba, a faixa estendida na tenda indicava a indignação, com os seguintes dizeres: “A carne brasileira alimenta o Brasil e o Mundo. Respeite a nossa pecuária”.

Figura 35: Uso da Rua 22 (Centro) para manifestação em favor do agronegócio, em Ituiutaba, em 2021



Fonte: Perfil do Instagram “ituiutabadepre” (2021). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

Em que pese a leitura distorcida dos manifestantes, especialmente ao interpretarem a publicidade como um ataque à produção de gado, desconsiderando o debate acerca das questões ambientais envolvidas, os participantes buscaram, especificamente, a localização em frente ao

banco para se fazerem vistos e ouvidos. Ao ser realizado na rua, o impacto causado pela aglomeração proporcionou maior visibilidade, sobretudo por modificar a rotina dos transeuntes, gerando uma pequena ruptura no cotidiano daqueles que por ali passaram.

Dentre três manifestações políticas demonstradas anteriormente, a primeira possui menor proximidade com o agente, porém relacionando-se diretamente ao objeto do problema, ou seja, a falta de condições mais adequadas para o uso; enquanto a segunda, ocorreu na rua; e a terceira, na praça, diferentemente, não tem o espaço público material como objeto do problema, mas se utiliza dele no sentido de sua esfera de publicidade e acessibilidade, bem como da proximidade com o agente do problema. Cabe ressaltar também que a comunicação digital fez parte da organização e da divulgação das ações, nos três tipos.

Por fim, vemos um caso que não possui proximidade com espaço público enquanto objeto do problema, ou mesmo proximidade com o agente do problema. Em outubro de 2019, ocorreu a manifestação intitulada “Mulheres Contra o Fascismo”, tendo trajeto iniciado na Praça Getúlio Vargas (Figura 36) e findando junto à CMI e à sede da PMI, na Praça Cônego Ângelo. A ação compreendeu não apenas as praças, mas as ruas abarcadas no caminho selecionado. Neste sentido, o que vemos, neste caso demonstrativo, é a articulação dos espaços públicos locais para o agenciamento de demandas que são globais.

Figura 36: Preparação para manifestação política na Praça Getúlio Vargas, em 2020



Autora: Vanessa Alves dos Santos (2019).

Para Magalhães (2013), as ações políticas, ao se apropriarem da qualidade pública do espaço, buscam expor suas ideias de forma a não as manter restritas apenas a segmentos

reservados da vida social. Fazendo parte da modernidade, diversos momentos importantes da história foram contados e cantados a partir das praças nas cidades. O espaço público, ainda que carregue as características de seu tempo, como a influência das tecnologias de comunicação, enquanto componente essencial da manifestação e participação política nos caminhos da sociedade, permanece indispensável. Manifestações, protestos, atos, ações em espaços públicos, ao se apropriarem, sobretudo, de sua esfera pública, possuem escalas que articulam os sujeitos envolvidos, o objeto e o agente do problema. Tanto o objeto quanto o problema podem possuir (ou não) proximidade com o espaço em questão; porém, a qualidade pública desse espaço é indispensável para que se realize o objetivo das demandas dos sujeitos. Ademais, é imperativo a comunicação digital, na contemporaneidade, mediando as manifestações políticas, mesmo findando no espaço material. Estas, se manifestam como efeito ampliador da esfera pública do lugar, articulando local e global.

6.2.2 *Manifestações artísticas, culturais e religiosas*

Além de manifestações políticas, outros tipos de manifestações se inserem no cotidiano da população local, gerando, de maneira distinta, momentos de inflexão a partir do contato com o novo, o diferente, o outro. Necessariamente pelo qualitativo público, tanto do espaço material quanto da esfera em que indivíduos e grupos estão inseridos, também os movimentos artísticos, culturais e religiosos são capazes de apresentar perspectivas que vão além do mundo do trabalho e da mercadoria que permeia o cotidiano.

Pela perspectiva dos elementos artísticos e culturais, os efeitos da centralidade realizada pelo espaço público são realizados, em grande medida, em Ituiutaba. As praças mais centralizadas, além de terem os efeitos do fluxo diário exercido pelo comércio e pelos serviços ofertados durante o dia, normalmente tendem a receber eventos e atividades mais expressivas. Ademais, no período noturno a cotidianidade dessas praças é manifestada pelo comércio de produtos alimentícios em “barraquinhas”, com maior presença de público aos finais de semana, sobretudo após a saída das pessoas da missa na Igreja São José.

Pela presença mais ativa de público, se comparada aos outros espaços da cidade, ocorre, então, que, preponderantemente, os eventos e as atividades acontecem na Praça Cônego Ângelo (Figura 37) e, também, em menor medida, na Praça Getúlio Vargas – ambas localizadas no núcleo central. De certa maneira, podemos observar que as atividades que são organizadas buscam o maior público, inserindo-se no cotidiano dos usuários, e por apresentarem uma

proposta diferente dos fluxos diários, bem como do consumo noturno, quando ocorrem, é tanto quanto diferencial, rompendo com a linearidade cotidiana.

Figura 37: Usos na Praça Cônego Ângelo (Centro), em Ituiutaba, em 2021



Fonte: Atividades de campo (2019; 2021). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

Nas principais praças da cidade – como foi dito, nas praças centrais – vez ou outra ocorre, desde apresentação de artistas locais ou externos, também mostras e exposições, como, no caso registrado (Figura 37), de veículos antigos. Os eventos são realizados, sobretudo, pelo Conservatório Municipal de Música, pelo SESI, pela PMI e por demais grupos organizados, sempre com a anuência do PPM.

Em geral, considerando a idade, o público participante é diverso, reunido famílias e casais. O que chama a atenção é o fato de que, mesmo sendo destino de todas as linhas de transporte público, pouco ou nada foi observado de pessoas chegando ou saindo dos ônibus, sendo utilizado carros e motos, e em menor medida, a pé. Desse modo, é patente a condição dos eventos realizados, configurando a praça como um espaço público segmentado.

Outro espaço público de grande circulação que recorrentemente é utilizado para atividades artísticas e culturais encontra-se no Calçadão da Avenida 15⁸⁶, em Ituiutaba (Figura 38). Diferentemente da Praça Cônego Ângelo, no Calçadão as atividades são mais efêmeras e de menor porte, mas, devido ao impacto, por vezes, são mais significativas. Devido à área possuir fluxo constante e ter dimensões menores, semelhantes à de uma rua, os transeuntes, em

⁸⁶ É salutar evidenciar, que tanto no Calçadão da Avenida 15 quanto na Praça Cônego Ângelo Tardio Bruno, ocorrem, sistematicamente, a promoção de campanhas e atividades de utilidade pública voltadas para a sensibilização de temas importantes e latentes na sociedade.

diversos momentos em que ocorrem as intervenções, não podem evitar de ter o contato direto com as atividades realizadas.

Figura 38: Manifestações artísticas e cultural no Calçadão de Ituiutaba, em 2021



Fonte: Atividades de campo (2022). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

De tal modo, os transeuntes (muito diversos) não podem evitar de se deparar com as manifestações ali ocorridas, também devido ao fato de que estas acontecem, especialmente, em horários comerciais e em datas comemorativas, como no caso registrado, sendo intervenção da Fundação Cultural de Ituiutaba (FCI) para o Dia das Mães, dessa maneira, aproveitando-se do intenso fluxo de pessoas que procuram o comércio do centro para realizar suas compras.

Vemos, nas duas demonstrações anteriores, as manifestações artísticas e culturais sendo realizadas de modo que usufruam da centralidade da cidade. De outra maneira, o que ocorre com as atividades realizadas também pela FCI, na Praça Mário Natal (Figura 39), faz com que, pela frequência, seja exercida a centralidade do espaço público, em si. Com manifestações artísticas e culturais acontecendo semanalmente desde no período de arrefecimento da pandemia, a praça passou a reunir regularmente, às quartas-feiras, atividades artísticas e culturais. Ainda, as atividades seguiam, na maioria das vezes, acompanhadas de “barraquinhas” de comidas populares e artesanatos.

Figura 39: Manifestação artística e cultural na Praça Mário Natal, em Ituiutaba, em 2021



Autor: Lucas Alves Pereira (2021).

As atividades realizadas na praça recebem a presença também marcada pela diversidade (idade, sexo, gênero e cor) de pessoas e famílias, sobretudo, do entorno – fato esse observado na reduzida quantidade de carros que chegam e saem do local. Também são diversos os tipos e estilos das atividades artísticas e culturais. Como exemplo de apresentações, ocorrem atividades teatrais, coral de vozes, banda municipal, samba, sertanejo, rock, pagode etc., sendo todas elas mobilizadas pela FCI.

Outro tipo de manifestação foi encontrado em espaços públicos de Ituiutaba, nessa situação, envolvendo cultura e religião. Já no final do século XIX, desde meados da consolidação da cidade, quando era realizada junto à Igreja Matriz de Ituiutaba, na Capela de Nossa Senhora do Rosário, acontece a Congada, na cidade de Ituiutaba. Desde então, a realização Congada passou por diversos problemas, devido à opressão da sociedade local, fazendo com que fosse transferida para junto da Igreja São Benedito, com realização da Irmandade de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário (RAFAEL, 2018).

Anualmente, é realizada na Praça 13 de Maio, tendo referência aos festejos de São Benedito, ocorrendo a Congada⁸⁷ da maneira que a conhecemos (Figura 40), tendo a participação dos Ternos que, após percorrem o trajeto das ruas entre o quartel (espaço privado da casa) e a praça, apresentam-se e manifestam sua fé e obrigações religiosas. Nesse sentido, a espacialidade da Congada não compreende apenas a praça, mas sim, a dinâmica que se realiza entre a preparação e a manifestação.

⁸⁷ Para aprofundamento sobre a Congada em Ituiutaba (MG), consultar Rafael (2018).

Figura 40: Manifestação cultural e religiosa em Ituiutaba, em 2021: Congada na Praça 13 de Maio



Fonte: Portal Ituiutaba (2021). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

Nesta dinâmica, a Praça 13 de Maio é o repositório final em que a manifestação da identidade cultural e religiosa apresenta-se ao público. Para tanto, a praça em questão é lugar privilegiado para que ocorra a Congada, pois o espaço público em questão tornou-se simbolicamente relacionado à manifestação. As referências são explícitas, como toponímia, o monumento Zumbi dos Palmares, mesmo vínculo direto da praça com a Igreja São Benedito, sendo feito pela contiguidade proporcionada pelo calçadão construído por volta do ano 2000. Tendo em vista as relações entre a congada, a praça, a cidade e os sujeitos envolvidos, a manifestação é incorporada como interesse público, inclusive ocorrendo o tombamento da Irmandade de São Benedito e os Ternos de Congo (Decreto n.º 6.460, de 29 de abril de 2009).

Sobre as pessoas que se envolvem no evento, os sujeitos diretamente ativos e que mobilizam as manifestações religiosas e culturais são indicados pela composição dos ternos, tendo vínculo com a formação da tradição, e também por pessoas que professam sua fé e respeito, mas não diretamente envolvidas, enquanto os observadores passivos participam contemplando a atividade em seu viés cultural. Desse modo, pela reunião, ocorre a diversidade entre sujeitos ativos e observadores.

Dessa maneira, observando as distintas manifestações artísticas, culturais e religiosas, tal qual as manifestações políticas, elas possuem três tipos de espacialidades distintas *nos e a*

partir dos espaços públicos. Porém, diferentemente das manifestações políticas que abarcam sujeitos envolvidos, o objeto e o agente do problema, bem como manifestações, partem exclusivamente da sociedade ou de frações dela. As manifestações artísticas, culturais e religiosas ocorrem a partir da mobilização de instituições de interesse público ou do PPM, evidenciada pela dinâmica entre: centralidade em que os espaços públicos estão inseridos, remetendo a espaços públicos tradicionais a cidade; o fluxo do público, com base em espaços públicos de intensa circulação, aumentando a visibilidade; a frequência e variedade das atividades, que buscam proporcionar o contato constate com o lugar, criando uma referência à realização da função social; e, ainda, o vínculo com o espaço público a partir dos elementos simbólicos na construção da identidade.

6.2.3 O consumo popular: praças, calçadas, parklets e canteiros

Se, por um lado, alguns espaços particulares de uso coletivo são criados e edificados, aproveitando a ausência do Estado no provimento quantitativo e qualitativo de espaços de sociabilidades na cidade, por outro, alguns espaços livres públicos são aproveitados como subsídio a espaços de consumo popular. Vimos, ao tratar da breve evolução dos conteúdos da praça ao longo da história, que a política, o comércio, o lazer passivo e ativo, e mesmo as questões sociais, foram sendo acumuladas e deram densidade aos espaços públicos, atualmente desdobrando-se em distintas formas na cidade. Destas funções, a política, como deliberação, foi encaminhada a espaços institucionais específicos; o lazer, tendendo a tornar-se mercadoria, passa a ser abarcado cada vez mais pela iniciativa privada; enquanto o comércio, surgido mesmo antes do Estado, ainda que com algumas normas, realiza-se, majoritariamente, pelas pessoas em espaços particulares de uso coletivo. Porém, o comércio e, por conseguinte, o consumo, até a consolidação da cidade capitalista, ainda não se configurava também enquanto lazer.

A união do lazer e o consumo apresenta-se de maneira mais bem acabada, na contemporaneidade, na forma dos modernos *shoppings*. Sobre esta forma em Ituiutaba, indicamos anteriormente, juntamente aos espaços de sociabilidade apresentados nesta pesquisa, a versão ituiutabana de *shopping*. Sobre o *shopping*, não deteremos mais atenção a eles, sobretudo pelo fato de existirem estudos relativamente suficientes que tratam propriamente a temática em cidades ou objetos mais bem desenvolvidos. Além disso, o que foi encontrado em nosso quadro urbano, enquanto espaço particular de uso coletivo, ainda é incapaz de influenciar com mais impacto as dinâmicas entre a interface dos espaços públicos na cidade de Ituiutaba.

Interessamo-nos em dar luz a um tipo de comércio e consumo que se estabelece nos interstícios do que é dito como moderno na cidade, até porque Ituiutaba, mesmo com seu perfil demográfico, tem pouca dinâmica, se considerados os espaços de consumo. Ademais, procuramos os lugares em que os espaços públicos servem de subsídio para o comércio popular, inclusive, por vezes, alterando o estatuto de frações de alguns espaços livres de uso comum, tornando possível a partir da modificação de sua afetação, considerando a necessidade para exploração econômica e privatização destas frações. Em outros casos, apenas são usados informalmente.

De tal maneira, esse comércio, muito menos restrito, tende a ter maior acessibilidade, por contemplar menores condições financeiras. Desse modo, buscamos evidenciar alguns espaços que envolvem usos mais próximos do cotidiano mais generalizado das pessoas. Atuando como nós da trama dos espaços públicos, as praças (Figura 41) atendem, especialmente, ao consumo popular, recebendo eventos, feiras, e ainda fixando grande diversidade de comércio ligado a produtos alimentícios.

Figura 41: Uso relacionado ao comércio e consumo em praças, em Ituiutaba, em 2021



Fonte: Atividades de campo (2021). Autor: Lucas Alves Pereira (2021).

As feiras livres, por longo tempo ocuparam algumas ruas da cidade de Ituiutaba, mas desde o arrefecimento da pandemia de Coronavírus, adentraram em algumas praças. Durante as atividades de campo, acerca dos usuários, em todas as feiras livres, de maneira geral, observamos que, entre os consumidores, destacam-se os moradores do entorno, especialmente

pessoas acima dos 40 anos, que não raramente, enquanto compram seus produtos, encontram-se pelos caminhos e barracas, socializando em conversas, inclusive com os vendedores.

De maneira mais específica, as feiras livres da Praça 13 de Maio (que ocorrem semanalmente, às quintas-feiras) e da Praça Mário Natal (às quarta-feira), diferentemente das demais, têm seu funcionamento iniciado no final da tarde e começo da noite, ou seja, fora do horário comercial, atraindo pessoas além das do seu entorno. Tendo em vista a dinâmica do espaço público e das feiras, transforma-se um espaço de consumo em lugar vivido dos consumidores e os vendedores.

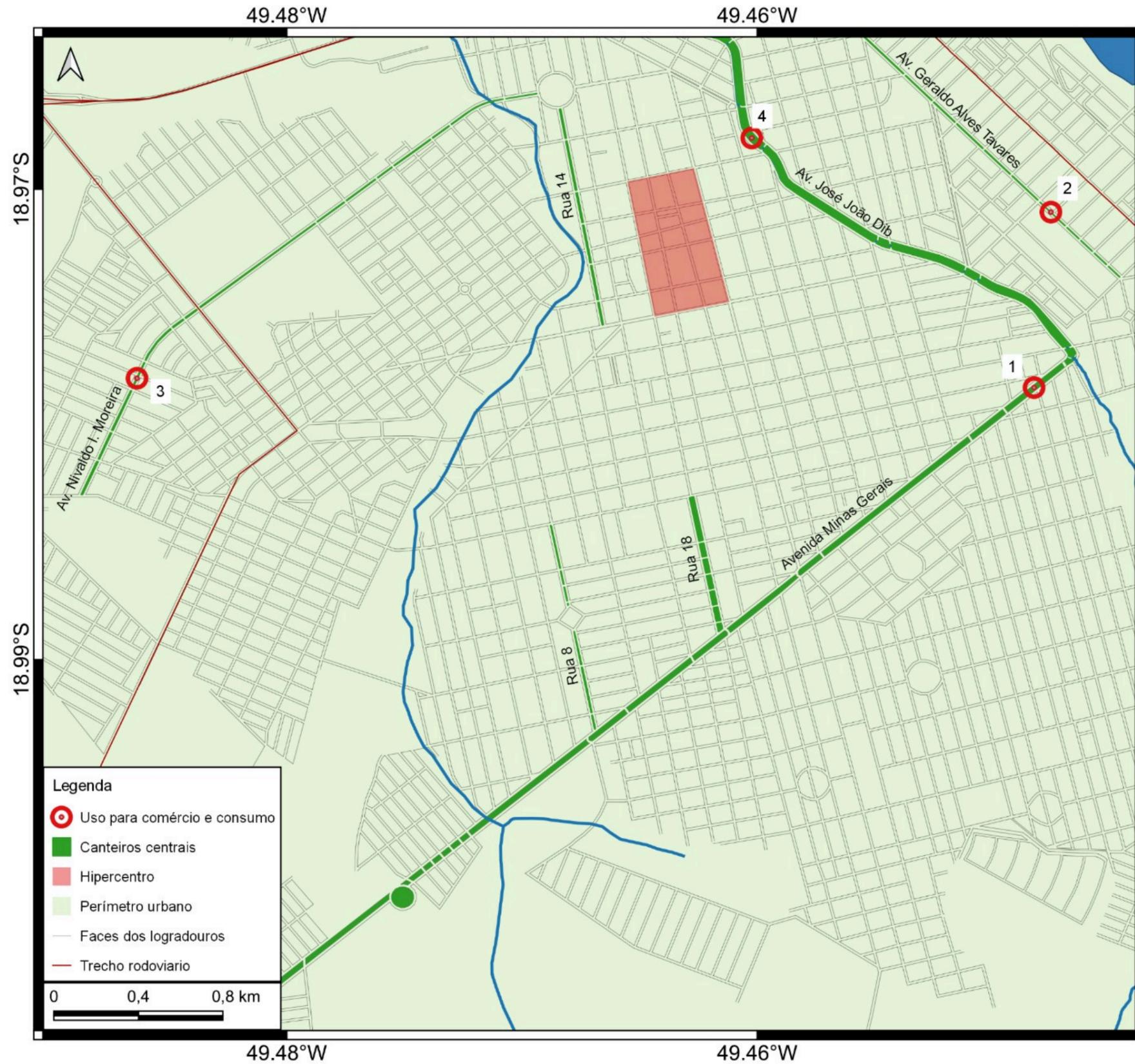
Na Praça 13 de Maio, durante o período noturno um “barzinho”, localizado no limite da praça, na Rua 27, apropria-se da parte pavimentada da praça junto à fonte (que está inutilizável) de águas, para distribuir mesas, cadeiras e atender aos seus clientes. O lugar é frequentado por grande diversidade de pessoas, considerando idade, gênero, cor e perfil econômico (tendo por base os veículos em que essas chegam ao local). Porém, excetua-se a classe mais alta da cidade, se considerado que estes frequentam outros estabelecimentos. De maneira geral, diferentemente das feiras livres, na área ocupada pelo “barzinho” a diversidade de pessoas se intensifica, atraindo mais do que as do entorno próximo, principalmente pessoas com menos de 40 anos.

Na Praça Hilarião Rodrigues Chaves (Bairro Ipiranga), encontra-se um tipo de estabelecimento que também está inserido em outras praças; no entanto, destacamos este, para demonstrar, comparativamente, os dois usos por consumidores citados anteriormente. Essa praça é frequentada por casais e famílias que procuram o consumo, especificamente, de alimentos. Ao tratarmos do usos por famílias, evidenciamos que, junto à lanchonete, por iniciativa de seu proprietário, foram colocados escorregador e balanço.

A pequena praça, localizada no Bairro Platina, é ocupada, especialmente, por duas lanchonetes. Durante os períodos noturnos, uma comercializa lanches rápidos e outra oferece “espetinhos” e “jantinhas”. Na ocasião retratada na imagem, encontrava-se um vendedor de melancias, mas, em outros momentos, sempre na proximidade do ponto de ônibus, durante o dia, estiveram vendedores de redes, de panelas, utensílios domésticos, produtos têxteis etc. Já o consumo diário, vincula-se ao fluxo dos que por ali passam; o noturno, caracteriza-se pela atração de pessoas procuram o lugar para o consumo de alimentos.

A respeito do uso dos espaços públicos como subsídio para o comércio e consumo, os canteiros centrais também são interessantes locais, perfazendo a interface entre o comércio dito mais popular e o consumo coletivo. Do mesmo modo como foi encontrado na Praça 13 de Maio, nos quatro principais canteiros de Ituiutaba (Mapa 26) foi localizada significativa quantidade de pessoas utilizando os canteiros para o consumo de produtos comercializados por bares.

Mapa 26: Principais pontos identificados nos canteiros centrais usados pelo comércio do entorno, em Ituiutaba



Fonte: IBGE (2021) e Atividades de campo (2022). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

Utilizados por bares, os quatro pontos encontrados nos canteiros são privatizados pelos estabelecimentos, espalhando mesas e cadeiras, de maneira que os usuários (consumidores) veem e são vistos em cena pública. Como também foi encontrado na Praça 13 de Maio, ocorre significativa diversidade dos consumidores. Porém, os pontos 2 e 3, respectivamente localizados na Avenida Minas Gerais (Bairro Camargo) e na Rua Nivaldo Inácio Moreira (Bairro Lagoa Azul I), possuem maior amplitude das idades dos usuários, enquanto o ponto 1, situado na Rua Geraldo Alves Tavares (Bairro Universitário), por sua localização próxima à UEMG e à Faculdade Mais de Ituiutaba (FACMAIS), é frequentado por jovens, mesmo nos períodos de férias dos dias letivos, desse modo, atraindo não apenas os estudantes oriundos de outras cidades.

A mesma forma de apropriação dos estabelecimentos comerciais nos canteiros foi encontrada também no parque da Avenida José João Dib (Figura 42), identificado como ponto 4, na figura anterior; porém, sem as cadeiras e mesas plásticas, nele está disposto mobiliário em madeira, fixado em frente a uma lanchonete e próximo às quadras de peteca. Diferentemente dos bares, identificamos outro público, para outro tipo de consumo. Em sua maioria, no canteiro da Avenida José João Dib, mais especificamente, entre as avenidas 7 e 5, se reúnem pequenos grupos que caminham e praticam esportes no canteiro; além disso, consumidores chegam, em seus carros e motos, se alimentam e vão embora. Também, em ponto em frente a um dos bares, no local, foi pavimentada significativa área, para que mesas e cadeiras fossem espalhadas para atender aos consumidores.

Figura 42: Estruturas para o uso voltado para o comércio e consumo em espaços públicos, em Ituiutaba, em 2021



Fonte: Atividades de campo (2021). Autor: Lucas Alves Pereira (2021).

Considerando os estabelecimentos comerciais, um novo equipamento demarca outra possibilidade entre a interface rua e calçada. Alguns *parklets*, para fins comerciais (Figura 43), já são encontrados nas ruas de Ituiutaba. Neste sentido, com a necessidade de preconizar sobre as garantias gerais de uso, segurança e padronização, surge a legislação referente a esses equipamentos. Do mesmo modo que as áreas do espaço público utilizadas pelos bares e lanchonetes, tanto nas praças quanto nos canteiros, os *parklets* servem como base de ocupação para o consumo, no caso destes equipamentos, baseando o uso da interface calçada e rua, acabam por privatizar áreas públicas para exploração.

Por fim, das situações demonstrativas encontradas em campo, visando demonstrar usos relacionados ao comércio e consumo popular em espaços públicos, talvez o mais banal e simples foi identificado no uso por pequenos vendedores que se mantêm em lugares específicos como calçadas e canteiros centrais de avenidas. Diversos vendedores individuais utilizam as calçadas para ofertar seus produtos variados, principalmente no centro da cidade; essa oferta ocorre em pontos fixos, ou ainda, em pequenos fluxos dos vendedores. Porém, gostaríamos de destacar o que foi encontrado no canteiro da Avenida Nivaldo Inácio Moreira (no Bairro Lagoa Azul I). No local, foi observado (Figura 43) um senhor que comercializa loteria (“Triângulo da Sorte”) e laranjas.

Figura 43: Apropriação do canteiro central da Avenida Nivaldo Inácio Moreira, no Bairro Lagoa Azul I, em Ituiutaba, em 2021



Fonte: Atividades de campo (2021). Autor: Lucas Alves Pereira (2021).

Sob a sombra de uma árvore, foram plantados arbustos que acompanham um cordão, delimitando o lugar por ele ocupado. No entanto, não trata-se de um cercamento que impeça que qualquer um transite pelo local. Cabe ressaltar que, além dessas pequenas intervenções, foram colocadas placas que indicam tanto o cuidado com o lugar, com os dizerem “Preserve o meio ambiente obrigado”, em indicação indireta sobre o descarte de resíduos no lugar, quanto com a maneira em que são vendidos seus produtos, a partir da indicação: “Nova direção todas as vendas so a vista a partir ...[ilegível]”. Nesse local, o senhor permanece o dia todo, recebendo clientes que param, compram a loteria, e boa parte destes permanecem por algum tempo conversando. Para tanto, o canteiro central da avenida, mais especificamente, a área usada, foi transformada em virtude da apropriação de um espaço que, a princípio, surge como componente do sistema viário, qualificando-o como um lugar que participa do cotidiano do bairro.

Dessa maneira, sob a perspectiva do espaço público como subsídio para o comércio e consumo popular, ainda que limitem a apropriação, tendo em vista que ocorrem na medida em que é possível o uso mediante o consumo (pagamento), essas apropriações, que podem ser elencadas como privadas, fazem parte do cotidiano público dos habitantes. Neste sentido, considerando os canteiros das avenidas enquanto espaços públicos livres que nada apresentavam em usos, bem como não atrapalham ou inibem outras formas de uso além das encontradas, estes funcionam como interessantes lugares para a animação da vida pública. Nesta perspectiva,

observam-se [na cidade] várias apropriações privadas de espaços livres públicos, sendo que algumas fortalecem a vida pública, como a presença de atividade comercial em ruas, praças e parques – desde que não prejudiquem em demasia as demais atividades próprias de tais espaços (circulação, convívio, fruição da paisagem etc.) –, enquanto outras ferem claramente o princípio constitucional do direito de ir e vir, caso do fechamento de ruas e bairros, quer sejam ocupados por estratos de renda média e alta, quer seja devido ao “toque de recolher” imposto pelo crime organizado a comunidades de baixa renda (QUEIROGA, 2012, p. 129-130).

Tendo visto os casos citados, consideramos que mesmo voltados para o comércio e o consumo, portanto, podendo ser um limitador, por serem populares, estes usos sustentados em espaços públicos qualificam a dinâmica dos espaços públicos, pois mobilizam contatos e interações entre as pessoas. Esses lugares constituem relevante elemento que integra as sociabilidades em Ituiutaba. Neste sentido, os integramos às formas dissidentes no uso dos espaços públicos formais, criados pelo Estado que manifestam usos programados.

6.2.4 O lazer ativo

Por fim, dentre usos práticos que encontramos na cidade Ituiutaba e que podem proporcionar a realização da sociabilidade, ou ainda, do habitante e o habitar, temos o lazer, especialmente o ativo. O lazer ativo deve, então, ser compreendido como necessário à vida urbana, e para isso é, inclusive, resguardado pela CF; no entanto, tende a se apresentar, cada vez mais, como individual, privado e apolítico, distanciando-se, assim, do cotidiano das classes mais pobres.

Vários usos pontuais foram encontrados durante o período desta pesquisa e mesmo em outros momentos anteriores. Demonstrativamente, tendo como referência os espaços públicos, foram encontradas duas formas de realização do lazer ativo na cidade de Ituiutaba, sendo uma mobilizada pelo PPM ou instituições de interesse público. Uma segunda forma, acontece espontaneamente, utilizando os equipamentos dispostos pelo PPM, ou ainda utilizando apenas o espaço e a criatividade, para proporem usos não programados.

Tendo em vista a primeira característica, foi constatada, em novembro de 2021, uma competição de *skate* na Praça dos Trabalhadores (Figura 44). A atividade foi organizada pela Associação de *Skate* Ituiutaba, sendo apoiada pelo PPM, que inclusive fez reformas para proporcionar melhores condições de realização, atendendo a demandas do público, que se envolveu na organização.

Figura 44: Apropriação vinculada a atividades esportivas da Praça dos Trabalhadores, em Ituiutaba, em 2021



Autor: Lucas Alves Pereira (2021).

Ressaltamos que, cotidianamente, em pequena medida, além da feira livre realizada aos sábados, a praça recebe diversos outros usos voltados para o lazer, como também foi visto nas atividades de campo. Estes, são diversificados, especialmente a partir das idades dos usuários. Foram avistados grupos de idoso(a)s fazendo exercícios de alongamento, pessoas de meia idade praticando exercícios mais intensos, crianças brincando nos gramados e áreas pavimentadas, e ainda tutores e seus cães transitam pela praça.

Sobre a segunda forma de uso do espaço público para o lazer ativo, considerando a utilização de equipamentos ou a criatividade para prática em espaços públicos de uso comum mobilizados espontaneamente, torna-se destacada a prática que mescla esporte e brincadeira, manifestando-se nas praças, nos canteiros e nas ruas (Figura 45), intensificando-se à medida que os lugares se afastam dos efeitos da centralidade, e, por conseguinte, do alto fluxo.

Figura 45: Apropriação do espaço público de canteiro, rua e praça para o lazer, em Ituiutaba, em 2021



Autor: Lucas Alves Pereira, 2021.

Dentre outras situações em que essas práticas foram encontradas na cidade, podemos destacar os usos que foram encontrados no canteiro central da Avenida Minas Gerais, entre os bairros Centro e Junqueira, na Praça Rui Barbosa, localizada ao sul do Bairro Centro, e na rua C8, situada no Bairro Canaã. As três situações demonstrativas evidenciam que, enquanto palco também da apropriação não programada, os espaços públicos livre são importantes, principalmente para a população do entorno, especialmente para os mais jovens.

Dessa maneira, reunindo as situações demonstrativas acerca do lazer, ainda que em sua prática não tenham expressão política inerente, inferindo diretamente em espaços mais

coletivos que públicos, as implicações que o lazer, mais precisamente, a sua falta tem no cotidiano dos habitantes, podem criar – pela apropriação (ou a não apropriação) do espaço urbano – o vislumbre das limitações que a cidade lhe impõe ao realizar o vivido. Neste sentido, a demanda por esses espaços públicos pode aparecer como conflito, na medida em que é diferencialmente atendida, tendo em vista, especialmente, a renda da população nos lugares onde esses espaços fazem-se presentes.

6.3 Da ausência do Estado: as demandas não atendidas

Caminhando em direção às possibilidades que surgem pela abertura mais efetiva encontrada nos espaços públicos, sobretudo pela ausência do Estado na produção (construção e controle) dos espaços públicos formais, que comumente são encontrados nas cidades, considerando sua vertente de uso dentro das funções (estética, lazer, cultural e social), estabelecidas institucionalmente, diversos destes espaços não se apresentam, qualitativamente, na cidade de Ituiutaba. Estes espaços públicos, como evidenciado anteriormente, não são funcionalizados; inclusive, muitos guardam ainda o estatuto de bens dominicais. De maneira demonstrativa, em 2022, das 63 praças que constam no mapa oficial da PMI, apenas 31 possuíam condições mínimas de uso (PEREIRA, 2022), as quais apresentamos avaliadas na terceira seção desta tese.

Ocorre que, na ausência do Estado, estes espaços também passam a servir como base para a realização ou restrição de usos estabelecidos pelos próprios usuários, especialmente a partir de intervenções que a população do entorno realiza, ou ainda, se configuram em outros espaços privatizados. Sendo assim, podem compreender tanto o reforço de uma prática no espaço público orientada pela inibição, portanto, pela privatização, e, nessa perspectiva, apresenta-se, negativamente, como lugar exclusivo, como por outro tipo de prática, voltada para uma apropriação que não restringe o uso de outras pessoas, podendo transformá-los em um lugar inclusivo.

Desse modo, sobre as práticas que transformam o espaço esquecido em espaço apropriado, este aspecto remete ao conceito de pracialidade indicado por Queiroga (2012), que, em síntese, é construído acerca do *design* popular dado a espaços públicos não qualificados, tornando-os apropriáveis e apropriados.

Em bairros residenciais de médio e alto padrão e baixa densidade, não são poucas as que apresentam baixo uso público direto [...]. Em bairros periféricos, a precariedade na implementação de praças é regra, mas a existência de pracialidades em espaços

improvisados pela população e o intenso uso das áreas qualificadas demonstram a pertinência de investimentos públicos nesses lugares ainda tão mal providos de espaços adequados ao convívio e lazer, mesmo que se verifiquem eventuais limitações de uso pela população quando tais praças são ocupadas pelo tráfico de drogas, sobretudo nas metrópoles e grandes cidades (QUEIROGA, 2012, p. 66; 95)

A partir das atividades de campo, foram encontradas diversas pequenas intervenções, que mesmo não modificando o estatuto do espaço público, sobretudo por serem pontuais e individuais, em sua maioria, no conjunto, manifestam a ação social de maneira difusa. No conjunto, evidenciam, por um lado, a deficiência do Estado em prover a cidade de espaços públicos de uso comum, por outro, na ausência, indicam a visão da população acerca do que é público e suas demandas.

Abordaremos, portanto, as situações demonstrativas. Destacadamente, no Bairro Jardim Europa, situado no Setor Sudeste, está uma praça sem denominação (Figura 46), apresentando apenas intervenções realizadas pelos moradores do entorno. No local, foram encontradas passagens com pavimentação em concreto, bancos feitos de troncos de madeira, dispostos à sombra de uma das árvores de maior porte, bem como um comedouro para pássaros. Também foi encontrado um “campinho” de futebol (ao fundo da imagem), onde foram utilizadas estacas brancas para demarcar os gols. As características encontradas, mesmo que simples, denotam usos que tornam o espaço em questão apropriado pelo uso.

Figura 46: Apropriação do que é apontado com praça no mapa oficial da Prefeitura Municipal de Ituiutaba, no Bairro Jardim Europa, em Ituiutaba, em 2021



Fonte: Atividades de campo (2021). Autor: Lucas Alves Pereira (2021).

De maneira semelhante, em outros locais (Figura 47), como na praça localizada no Bairro Lagoa Azul I (Setor Sudeste), na Praça Dr. Davi Ribeiro Gouveia, localizada no bairro São José (Setor Nordeste) e na Praça Ameno Vilela de Carvalho (Setor Nordeste) também foram encontradas pequenas intervenções que manifestam a carência de infraestrutura e mobiliário, mas também a demanda evidenciada pela apropriação pelo uso.

Figura 47: Pequenas intervenções da população em três praças de Ituiutaba-MG



Fonte: Atividades de campo (2021). Autor: Lucas Alves Pereira (2021).

A praça no Bairro Lagoa Azul I não possui calçamento e possui apenas um poste de iluminação; ainda assim, uma sequência de bancos sob a sombra das árvores foi construída pela população. Neles, principalmente ao final da tarde, algumas pessoas, especialmente idosos, aproveitam o tempo livre conversando ou simplesmente observando a rua. Algo parecido foi encontrado na Praça Ameno Vilela Carvalho, localizada no Bairro Paranaíba, onde tábuas e troncos foram reunidos para servir de bancos, sob a sombra de uma mangueira. Já na Praça (campo de futebol) Dr. David Ribeiro Gouveia, uma pequena cobertura e uma mesa improvisada foram construídas, sendo utilizadas principalmente aos finais de semana, pelos moradores do entorno.

O destaque seguinte deve ser compreendido em conjunto (Mapa 27). Buscando a prática de lazer ativo, foram colocados gols improvisados na praça do bairro Novo Tempo II, sendo o uso do lugar para a prática esportiva comprovado pelas marcas no gramado. De tal modo, pequenas intervenções são manifestadas também em canteiros centrais e calçadas. No canteiro

central da Avenida Minas Gerais, foram encontrados bancos e mesa sob a sombra das árvores, sendo utilizados principalmente aos finais de semana, por moradores do entorno para se reunirem e jogarem baralho. Na calçada da Avenida Belarmino Vilela Junqueira foram construídos, em alvenaria, bancos sob a sombra das mangueiras, dos quais também os moradores do entorno próximo fazem uso, principalmente em virtude da amenidade proporcionada.

Novamente, fica comprovada a desconexão do Centro Turístico Camilo Chaves Neto em relação à cidade, e principalmente ao seu entorno. Mesmo sendo dotado de quadras esportivas, as crianças e adolescentes do bairro Novo Tempo II acabam por utilizar a praça e seu “campinho improvisado” para o lazer.

Mapa 27: Modificações e adaptações que demonstram apropriações no Bairro Novo Tempo II em Ituiutaba, em 2022



Fonte: Atividades de campo (2021) e IBGE (2020). Autor e org.: Lucas Alves Pereira (2021).

É interessante observar que os cinco lugares citados – a praça do bairro, área com gols improvisados na praça do bairro, bancos no canteiro da Avenida Minas Gerais, bancos sob a sombra na Belarmino Vilela Junqueira e o Centro Turístico Camilo Chaves Neto – estão a distâncias muito próximas. Neste sentido, fica evidenciada, também, a deficiência da praça, em razão das possibilidades de usos que a população do entorno já demonstra. Inclusive, a falta de bancos na praça é identificada nas indicações à CMI, em 2019, bem como em 2018, quando houve indicação para a implantação de biblioteca no antigo posto policial (que já não existe) localizado na praça. A situação encontrada demonstra que o espaço público, como interesse dos habitantes, pouco efeito tem sobre a vontade política, levando à surgência de ações individuais e de pequenos grupos sobre espaços públicos da cidade.

Para tanto, sobre estas ações de pequenos grupos, como noticiado em 2012, houve a criação de uma proposta de intervenção para o “Calçadão” (Figura 48). Segundo o Portal de Notícias G1 (2012), “uma associação formada por comerciantes e moradores preparou um projeto de revitalização do local que têm vários problemas como buracos no calçamento, fiação elétrica exposta e iluminação precária”. Nesse caso, mais do que questionamentos em redes sociais, ou uma indicação à CMI, o grupo teve a iniciativa de realizar diretamente a intervenção.

Figura 48: Reportagem sobre a articulação para intervenção no Calçadão, em Ituiutaba



Fonte: Portal de notícias G1 (2021). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

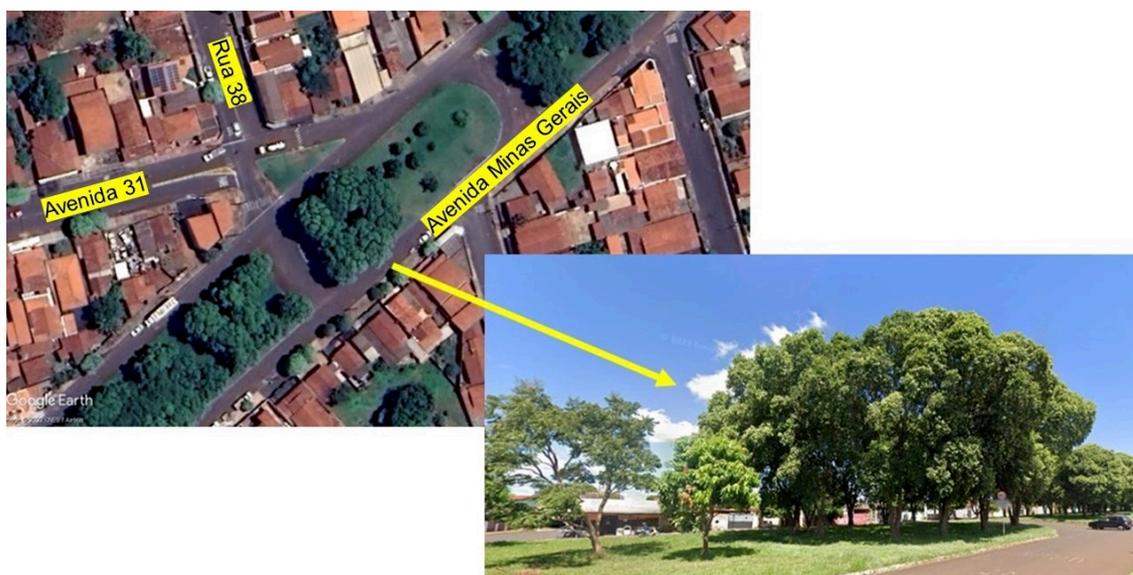
Porém, mesmo a iniciativa tendo a adesão dos demais moradores e comerciantes, manifestado pelo “abaixo assinado para garantir a aprovação do projeto [...], a Prefeitura não dispunha de todos os recursos. Com isso os moradores procuraram o prefeito e propuseram a criação de uma Parceria Público Privada (PPP) e a Prefeitura entraria como parceira”, ainda assim, o projeto não foi adiante. Com ressalva a pequenas manutenções, o projeto não foi realizado e ainda hoje é mantida a mesma estrutura no Calçadão.

Dentre as situações identificadas, em que a ausência do PPM leva a um tipo de apropriação, que a partir de pequenas intervenções dá uso ao lugar, vemos que se destacam os objetivos para o lazer passivo e ativo, sobretudo a criação de condições de socialização, ou mesmo o aproveitamento das amenidades fora de casa. Mesmo no caso do Calçadão, ainda que não tendo sido consolidada a intervenção por parceria, torna-se evidente a ausência da PPM.

Em outra vertente, das ações que restringem o uso de alguns espaços públicos de uso comum, é relevante e elucidativa a ação realizada, também no canteiro central da Avenida Minas Gerais. Em atividade de campo no local realizada em 2019, ao ser abordado por um

morador da vizinhança, uma breve conversa foi iniciada espontaneamente. Foi relatado pelo morador que as árvores de oiti (*Moquilea tomentosa*) (Figura 49), em formato de círculo (um dos poucos locais do canteiro onde a vegetação tem algum padrão), foram plantadas anos atrás, por outro morador da vizinhança, devido à sua insatisfação com o uso do canteiro pelas crianças.

Figura 49: Plantio de árvores no canteiro central da Avenida Minas Gerais, em Ituiutaba



Fonte: *Google Earth Pro* (2022) e *Atividades de campo* (2019). Org.: Lucas Alves Pereira (2021).

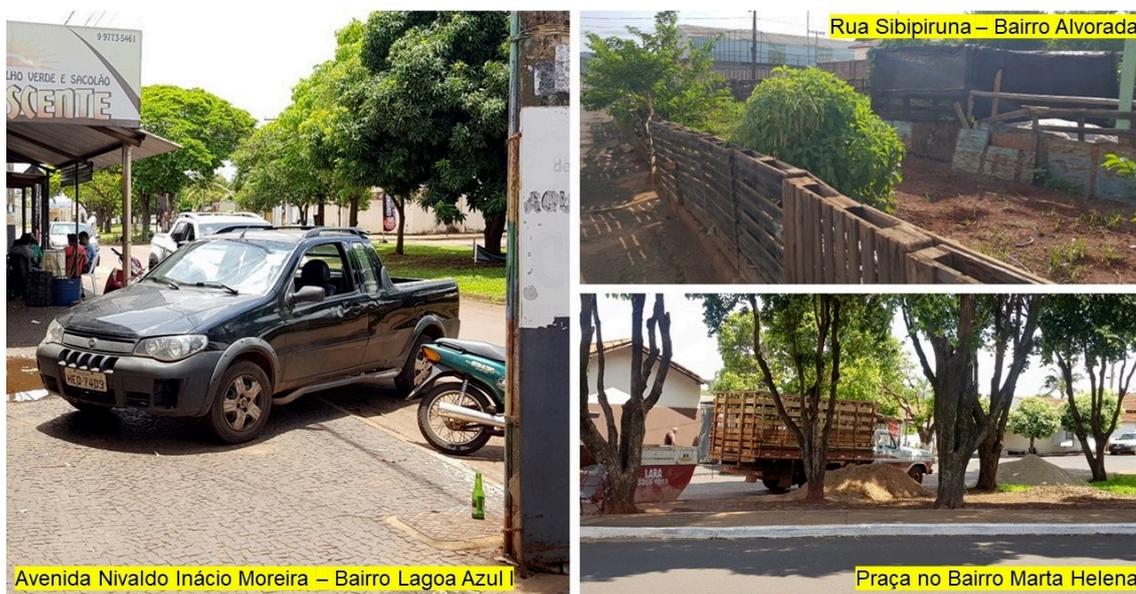
Na ocasião, o plantio ocorreu pelo conflito entre o residente e as crianças que usavam o canteiro para jogar futebol. Segundo o relato, uma fração maior do canteiro foi preenchida com mudas da mesma espécie; no entanto, apenas parte dessa vegetação se consolidou, devido ao fato de as crianças se limitarem a apenas uma fração do canteiro para as brincadeiras, que antes eram realizadas em toda a abrangência do segmento desse canteiro. Isso demonstra que, na ausência de um espaço que contemple a prática recreativa, mas na presença de um espaço público livre não funcionalizado, a apropriação pelas crianças deu conteúdo a esta fração do canteiro.

De certo modo, privatizam-se áreas, que tomadas a partir do conflito que se instala, evidenciam a problemática do convívio na cidade. Sobre este ponto, mais do que regras de civilidade, a ideia que se tem sobre os espaços públicos demarca as relações cotidianas. Semelhante problemática é encontrada sobre o uso das calçadas⁸⁸, principalmente fora do centro

⁸⁸ Como também foi evidenciado por Sobarzo (2005).

da cidade. Alguns usos encontrados configuram um espaço que é privatizado (Figura 50), ou seja, dominado em razão das limitações que são impostas ao uso de outros usuários.

Figura 50: Usos que privatizam calçadas, em Ituiutaba



Fonte: Atividades de campo (2021). Autor: Lucas Alves Pereira (2021).

Tal situação, demonstrativamente, foi encontrada na Avenida Nivaldo Inácio Moreira (Bairro Lagoa Azul I), onde verificamos que a calçada do comércio é utilizada recorrentemente para o beneficiamento do milho, produto comercializado no estabelecimento. De modo ainda mais expressivo, a não pavimentação e delimitação das calçadas, que é determinada por lei, verificamos em campo, também, alguns cercamentos, utilizados especialmente para agricultura urbana⁸⁹, como ocorrido na Rua Sibipiruna (Bairro Alvorada). Ainda, a utilização das calçadas como depósito de material de construção, sendo constantemente encontrada na cidade, em algumas situações – foi verificada, inclusive, em praças no Bairro Marta Helena. A ocupação das calçadas é utilizada também por diversos comércios, especialmente em bares, que estendem sua área de atendimento sobre calçadas e praças, utilizando-os como subsídio ao comércio e consumo.

Não raramente, encontramos situações como a do cercamento, evidenciando uma não conformidade das calçadas, tornadas impróprias para a circulação de pedestres, tanto pelas restrições por objetos diversos quanto por modificações que restringem a circulação (rampas,

⁸⁹ Prática permitida também em lotes públicos, de acordo com a lei municipal.

garagens, escadas, vegetação etc.), tornando-as quase que como extensões de suas casas, de seus espaços privados e particulares.

Nesta perspectiva, devemos separar usos que restringem de maneira efêmera e as intervenções fixas, como é aproximado no tratamento legal da PMI sobre os usos das calçadas. Mais do que isso, devemos indicar que a problemática mais grave está situada mais do que em algumas restrições, mas sim, naquela delimitada no não provimento de calçadas, principalmente em bairro periféricos. Assim, mesmo que a responsabilidade seja do proprietário do lote, a falta de fiscalização contribui, agravando o problema que não permite a circulação e a caminhabilidade.

A questão das calçadas implica a pensarmos nestas como um elemento de transição entre o público da rua e o privado da casa. Por conseguinte, ao verificarmos que o tratamento das calçadas ocorre, em grande medida, consoante à construção das casas ou via imposição por fiscalização, temos por evidência que a ideia de calçada enquanto espaço público é precária. Isso ocorre porque as calçadas são pensadas enquanto fragmentos, como apêndices que servem exclusivamente a cada habitação ou estabelecimento, e não ao bem comum da cidade, compondo um sistema que integra dimensões e propriedades públicas.

A lacuna deixada pelo Estado, figurado pelo PPM, na produção dos espaços públicos se remete a uma suposta incapacidade (recursos financeiros) ou ineptidão; mais do que isso, a ausência, no extremo, permite com que os espaços particulares de uso coletivo ganhem expressão, corroborando com a tese de redução do espaço público (esfera de ação) a partir da degradação dos espaços públicos, aqui circunscrito em espaços públicos de uso comum. Isso é retratado na cidade de Ituiutaba, quando observados os espaços públicos de lazer (Figura 51), localizados, principalmente, nos bairros periféricos. Do mesmo modo, os espaços particulares de uso coletivo de lazer na forma de quadras também acabam por se inserir nos bairros periféricos, neste caso, devido ao valor do solo urbano ser menor nestas localizações, ocupando maiores áreas, com menores investimentos.

Figura 51: Quadras privadas e quadras públicas, em Ituiutaba, em 2021



Fonte: Atividades de campo (2021). Org.: Lucas A. Pereira (2021).

As quadras esportivas particulares⁹⁰ passam a fazer parte dos momentos de lazer dos habitantes, por vezes sendo incorporadas em sua cotidianidade, limitando a sociedade local a grupos homogêneos que podem acessá-las. O impacto pode ser mais bem medido sobre as crianças e adolescentes, que atualmente, devido à incorporação da tecnologia ao cotidiano, modificando as formas de sociabilidade, bem como pela falta de espaços de lazer, se fecham cada vez em suas vidas privadas, criando futuros cidadãos que demandam, assim, não o lazer público ou apenas coletivo, mas a realização da vida de maneira segmentada.

No que tange ao direito ao lazer, devido a este processo de degradação dos espaços públicos, como pôde ser acompanhado nas visitas de campo, progressivamente a função é repassada aos espaços particulares. Este fato não é novo, pois sempre existiram espaços particulares de uso coletivo, especialmente voltados para o consumo. Do mesmo modo, como vimos durante a exposição da urbanização de Ituiutaba, intervenções em espaços públicos, como foi a construção do jardim que deu origem a “Praça da Matriz”, podem envolver pessoas, grupos e recursos privados. Porém, com a crescente distância entre a qualidade e quantidade de espaços de lazer privados e público, o acesso ao lazer público torna-se mais reduzido devido ao seu tratamento enquanto mercadoria, sendo então capturado pelo mercado, em grande medida local.

⁹⁰ As quadras de futebol vêm, cada vez, mais perdendo sua hegemonia, sendo que outras modalidades, sobretudo aquelas da moda como *beach tennis* e futevôlei, se apresentam, cada vez, em maior número. Isso é impactado direta e positivamente também pela presença e pela demanda feminina, tendo em vista que a prática de futebol, ainda que tenha apresentado significativo número de mulheres, ainda é hegemonicamente masculina.

Por fim, como indicado na Introdução deste texto, a metáfora da “lógica condomínio”, trazida por Dunker (2015), elucida assertivamente sobre novas maneiras de (não) convívio com o outro, baseadas justamente no medo e na insegurança, atuando nas diversas dimensões e escalas da vida, com manifestações subjetivas, a partir das maneiras com que o medo mobiliza as ações, e objetivas com a construção de barreiras – ou, melhor dizendo, nas palavras do autor, de “muros”.

A produção de enclaves a partir da segregação, que busca proteger da criminalidade e da violência, como é evidenciado por Caldeira (2011), demonstra a transformação da cidade, sobretudo, o isolamento cada vez maior, à medida que a configuração do espaço público é modificada em razão da privatização da vida cotidiana. O tema insegurança também é assunto central para Magrini (2013), ao tratar dos signos incorporados à urbanidade, perpassando pelos imaginários das cidades inseguras, abrangendo também as cidades não metropolitanas, e também nas entrevistas que constituem a pesquisa de Arantes (2016), evidenciada na primeira seção deste trabalho.

Cada vez mais, sobretudo pela insegurança, as pessoas se privatizam em seus “condomínios” e também em casas, que atualizam, em certa medida, a versão de *bunkers*. Mesmo em residências com famílias de poder aquisitivo mais baixos, por vezes possuem todo aparato de securitização e vigilância possível, inclusive enunciando ameaças explícitas (Figura 52)⁹¹. Porém, alguns espaços públicos ainda não podem ser totalmente evitados de serem usados pelas pessoas de maneira específica, como é o caso de algumas ruas, em nosso quadro urbano: as ruas do hipercentro.

⁹¹ Em tempos de polarização, extremismos e maniqueísmos, os tons em vermelhos destinados aos termos de maior impacto evidenciam a preocupação com a destinação implícita da mensagem.

Figura 52: Fachada residencial dotada de equipamentos de segurança e vigilância, também com manifestação do morador em Ituiutaba, em 2021



Fonte: Atividades de campo (2021). Autor: Lucas A. Pereira (2021).

Os impactos nos espaços públicos público a partir das novas maneiras de viver e habitar a cidade compreendem também novas formas urbanas. Desde a década de 1970, especialmente nas capitais, os loteamentos fechados, que surgem como nova maneira de morar na cidade, começam a se destacar, agarrados à ideia central de segurança, pela restrição imposta pelos muros, pelo controle do espaço, bem como pelo simbolismo atrelado ao moderno. Para tanto, “esses ‘novos produtos’ alimentam, reforçam e respondem ao desejo de um segmento da população – o de maior poder aquisitivo – de se diferenciar, dispondo na cidade a partir espaços próprios” (SOBARZO, 2004, p. 203).

Surgido como produto imobiliário e alavancado pela publicidade como a moderna e segura maneira morar, o modelo se disseminou por todo o Brasil, ganhando características particulares, delimitadas, sobretudo, pelos níveis de renda em cada lugar, mas conservando a separação como sua principal característica, emulando uma comunidade apartada dos problemas sociais vividos a partir do contato público com a heterogeneidade.

O loteamento fechado parece representar, fielmente, o anseio de uma parte da população de deixar a cidade aberta e seus espaços públicos. Em grande medida, essa parcela da população é a mesma que tende a abandonar o centro da cidade como local de comprar e passeio, e a erigir o *shopping center* como um dos principais espaços de socialização (SOBARZO, 2004, p. 202).

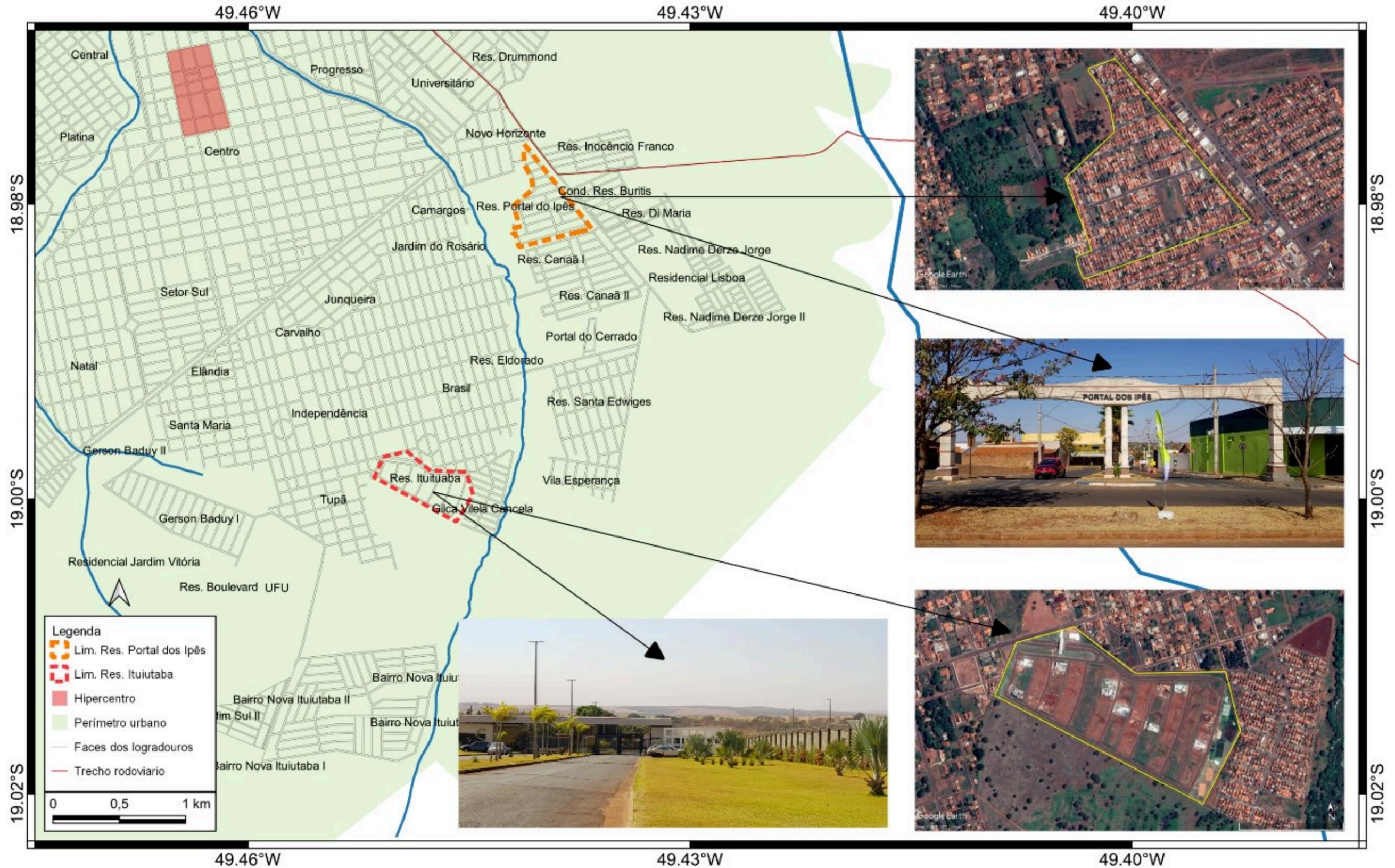
Em Ituiutaba, apenas a partir da Lei n.º 4.089, de 16 de junho de 2011, foi regulamentada a implantação de Loteamento Habitacional Fechado, considerando, em seu art. 1º, o “parcelamento do solo em área ou gleba ou subdivisão em lotes destinados a edificação

residencial unifamiliar, contendo abertura de vias internas de circulação, áreas de lazer, com utilização privativa”, bem como no art. 8º, que atribui as responsabilidades sobre a segurança, limpeza e manutenção, em geral, aos proprietários dos lotes.

Desde a última década, dois tipos de residenciais se espelharam no modelo de loteamentos fechados, no entanto, demonstrando características distintas, sendo: Residencial Portal dos Ipês, de menor perfil de renda, e Residencial Ituiutaba, com perfil de renda maior (Mapa 28). De maneira ainda mais distintiva, o loteamento de perfil com menor de renda não se configura como loteamento fechado, pois ainda que tenha o acesso controlado, simplesmente segue um modelo adaptado, sendo que a associação de moradores faz uma mediação com o PPM.

Como padrão deste produto imobiliário, ambos estão localizados em áreas periféricas, distantes das áreas centrais, porém estão conectados à malha urbana. A conexão com a malha urbana é uma primeira característica particular que é encontrada nos dois residenciais. Entretanto, o perfil de renda é explicitamente diferenciado, impactando diretamente, inclusive, na consolidação da ocupação de cada um destes. O Residencial Portal dos Ipês, tendo perfil abarcado pelo PMCMV, com valor de prestações de financiamento aproximado a R\$340,00 (em 2022), está totalmente ocupado, enquanto o Residencial Ituiutaba permanece com grandes lotes ainda não construídos.

Mapa 28: Loteamentos fechados e loteamentos de acesso controlado, em Ituiutaba



Fonte: IBGE (2021), Google Earth Pro (2022) e Atividades de campo (2022). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

O Residencial Portal dos Ipês teve seu plano de urbanização aprovado pelo PPM, por meio do Decreto n.º 6.735, de 16 de julho de 2010, bem como o Prolongamento do Residencial Portal dos Ipês, pelo Decreto n.º 7.106, de 19 de março de 2012, ambas as obras de responsabilidade da empresa Realiza Construtora Ltda. As demandas do loteamento são mediadas pela Associação dos Moradores do Residencial Portal dos Ipês, sendo declarada de utilidade pública no município através do Decreto n.º 4.375, de 20 de agosto de 2015.

Como vimos durante a apresentação dos espaços públicos urbanos identificados na cidade de Ituiutaba, o bairro Residencial Portal dos Ipês contém quatro praças, atualmente dotadas de paisagismo e mobiliário, e em uma delas, inclusive, com rampa de *skate*. Esses espaços, assim como as ruas do citado bairro, são preocupações constantes da Associação de Moradores, que organiza as demandas juntamente ao PPM. Foram constatadas solicitações de construção de calçamento para pista de caminhada, campo *Society*, academia ao ar livre e principalmente quadra de esportes, tendo a solicitação dos recursos incorporados por emenda aditiva às despesas para o exercício financeiro de 2022 (PL CM/68/2021). Ainda sobre a Associação, mensalmente é recebido o pagamento facultativo (de R\$50,00) dos moradores para determinadas responsabilidades da administração, como a segurança noturna e controle na portaria.

Tendo em vista a relação entre as demandas urbanas e a realização das intervenções, considerando aquelas sobre as praças e ruas, como foi divulgado em rede social pela Associação de Moradores do Residencial Portal dos Ipês, somente em 2014 essas áreas receberam iluminação. Segundo a Associação: “Após alguns meses de espera as praças começaram a ser iluminadas, graças a boa vontade do nosso Prefeito Dr. Luiz Pedro que pôs prioridade; visto que o bairro já havia sido entregue a população mediante a construtora Realiza”.

Considerando a responsabilidade da PPM sobre o tratamento dos elementos públicos, mas na ocorrência do controle na portaria, que permite a entrada de não moradores a qualquer momento e em qualquer situação, mas que limita, pelo simbolismo, vemos o caráter híbrido imposto aos espaços públicos encontrados no Residencial Ituiutaba. Segue-se um modelo de viver apartado na cidade, como pode ser evidenciado na solicitação de uma academia ao ar livre para o bairro Portal dos Ipês, realizado pela Associação de Moradores do Residencial Portal dos Ipês, junto ao PPM. Porém, a aproximadamente 100 metros da portaria do residencial já existe o equipamento, localizado no Bairro Buritis, este sendo loteamento popular. Mas o modelo se rompe quando a Associação de Moradores não tem autonomia de gestão e controle total.

Nesse sentido, o Estado não faz-se ausente nas intervenções que qualificam os espaços públicos especificamente deste bairro, pois estas são mais recorrentes do que em outros bairros, sobretudo pela organização da Associação de Moradores, inclusive por colocar no orçamento de 2022 a construção do campo *society* público, o que não é encontrado em lugar algum da cidade. Porém, o Estado se ausenta na garantia de prover espaços públicos de qualidade, como nos bairros vizinhos (todos loteamentos populares), pois, excetuando-se a academia ao ar livre, não são encontradas praças ou equipamentos de lazer.

Por sua vez, o Residencial Ituiutaba foi aprovado através do Decreto n.º 7.485, de 22 de janeiro de 2014, tendo o PPM acusado o recebimento do loteamento por meio do Decreto n.º 9.219, de 29 de novembro de 2019. O empreendimento ocorreu sob responsabilidade da Associação Residencial Ituiutaba, tendo recebido, por Lei, a concessão para “utilização privativa das vias internas de circulação, espaços livres, e áreas verdes do dito loteamento fechado habitacional Residencial Ituiutaba” (Lei n.º 4.749, de 23 de setembro de 2020) (ITUIUTABA, 2020, n.p.). Considerando o lazer privativo, nota-se, pela imagem aérea, que o residencial conta com seis quadras para esportes diversos. Tendo em vista a situação sobre os espaços públicos no Residencial Ituiutaba, diferentemente rompe-se totalmente com o elemento público enquanto amplo acesso, o que, de maneira preponderante, impacta na qualidade da apropriação dos espaços públicos de uso comum.

Sobre a diferença explícita entre os residenciais, o fenômeno dos loteamentos observados no Brasil demonstra, como foi indicado por Lefebvre (2019), que o consumo das elites é perseguido pelas frações da sociedade com menor poder aquisitivo. Desse modo, o loteamento fechado é vendido além de sua materialidade, mas como representação de um espaço das elites, mas redimensionado nas possibilidades do público que irá consumi-lo. Mesmo que não nos debruçemos sobre a temática dos loteamentos fechados, é importante ressaltar o loteamento fechado, como um modelo, um produto imobiliário, sendo, então, uma mercadoria, torna-se reproduzível, enquanto tal.

Devido ao nosso objeto de estudo, trazendo a questão dos condomínios fechados e o impacto sobre as formas de usos dos espaços públicos, devemos primeiramente ter a ideia de que esses espaços já nascem mais do que particulares, no caso destes, tomando emprestado a expressão de Sobarzo (2004), trata-se de espaços próprios⁹². Com essa configuração, a apropriação é limitada, por não ocorrer de maneira que permita o envolvimento das diferenças

⁹² Diferentemente dos espaços particulares, os espaços próprios adquirem a característica de restrição ao público extracomunitário. A entrada nesta territorialidade não se dá mediante pagamento e consumo, como nos espaços particulares, mas como posse do imóvel, sendo a socialização ainda mais restrita e homogênea.

em práticas simultâneas, característica marcante do urbano, portanto não há salto qualitativo, tomando por base o surgimento e tratamento dos conflitos.

Enquanto espaços próprios, esses espaços evadem das normas tanto do Estado sobre o espaços públicos quanto das regras de civilidade construídas socialmente, tornando impermeáveis aos contatos na cidade, substituídas em razão de suas normas próprias. Sendo assim, reproduzem, de maneira exacerbada, o elemento fragmentário das cidades, restringindo a percepção da totalidade no mundo vivido.

Além disso, o viés mercadológico dos loteamentos fechados, a partir da possibilidade de uma nova forma de morar, é acompanhado pela publicidade, que faz uso dos aspectos negativos da vida em sociedade, como a criminalidade, circulação descontrolada e poluições, em geral. Imputa-se a deficiência e/ou decadência, que incidirá a partir da ausência do Estado em fornecer as condições da vida em sociedade, em favor do bem comum. Para tanto, recorre-se aos loteamentos fechados.

Por desdobramento, diante da impossibilidade de o Estado separar deliberadamente as frações da sociedade nos espaços públicos da cidade, supostamente também ausenta-se da produção das condições dos espaços públicos. Sendo assim, as partes da sociedade que demandam e que podem, acessar buscam seus espaços próprios, e, sobre estes, criam suas próprias condições de produção dos espaços públicos, mesmo que na prática seja para extingui-los.

Em síntese, ocorrem, a partir do que foi observado na cidade de Ituiutaba, quatro práticas que remetem à representação de um espaço público que pouco ou nada considera o Estado em sua realização. Vão desdobrar-se, especialmente, em formas de apropriação, dominação, e mesmo em maneiras de morar na cidade. São intervenções que buscam qualificar e restringir (de formas fixas ou efêmeras) o aproveitamento da ausência de espaços de lazer públicos, para o lazer como mercadoria de consumo, em seu elemento ativo e, por fim, as novas maneiras de morar e seus respectivos espaços próprios.

6.4 Considerações finais sobre os espaços públicos e a sociedade local

A premissa recorrente sobre a dimensão do espaço vivido na Geografia crítica considera que nela está contida a potência transformadora da sociedade a partir de movimentos de resignificação do espaço produzido hegemonicamente. Recorrentemente, “o afloramento e o reconhecimento dessa dimensão do espaço, o vivido, em geral é notado em nossa sociedade a partir de expressões/ações de radicalidade, principalmente quanto ao uso que se faz do espaço”

(ALVES, 2019, p. 559). Não se pode dizer que foram percebidas radicalidades nas práticas encontradas em nosso quadro urbano.

Ao verificar essas possibilidades nos interstícios urbanos de uma cidade como Ituiutaba, é especialmente delicado e complexo encontrar radicalidades. De tal forma, é necessário apreender nas práticas que se inserem em momentos de distintos impactos na escala dessa cidade, mesmo as mais ordinárias e banais, mas que afetam diretamente o viver na cidade, como habitar indo além do habitat. Observamos mais a natureza ordinária dos usos que podem modificar a realidade vivida. No entanto, carregam consigo a representação do que é o espaço público para o habitante envolvido, reconfigurando o espaço pré-estabelecido abstrata e materialmente, trazendo à tona o habitar e o vínculo com o urbano.

Tendo observado algumas formas de apropriação *dos e nos* espaços públicos da cidade de Ituiutaba, podemos ver, nesse momento, os contornos do princípio da produção e reprodução desta modalidade do espaço urbano. Este princípio é próprio da produção do espaço, de maneira ampla e estrita. Em se tratando do espaço público, as formas/objetos são produzidas na relação entre representações e as práticas, evidenciando o espaço público enquanto um espaço-tempo dominado a partir das condições de sua reprodução, impostas no primeiro momento. Entretanto, também é contingente, devido às lacunas e possibilidades que se abrem pelo contato e pela necessidade de um espaço que seja vivido. O Estado propõe, tendo em vista que sua participação se restringe a elaborar as demandas dentro e fora da perspectiva formal dos espaços públicos, e a sociedade dispõe, pelas apropriações que enunciam sua presença na cidade, por vezes escapando à elaboração pelo Estado.

O Estado, figurado no PPM, em virtude de sua responsabilidade, é fundamental na construção de espaços públicos urbanos, criando não apenas a materialidade, mas também o conjunto de regras de usos que denotam uma representação formal que parte da abstração. No momento seguinte, pela prática, a sociedade se apropria ou rejeita este espaço construído. Em ambos, importa identificar como este espaço é então tratado.

A aceitação do espaço público proposto pelo PPM remete à passividade perante um espaço externo que é incorporado ao cotidiano, assimilando todas as premissas de sua construção e não sendo ressignificadas. Quando rejeitado, ocorrem duas formas distintas, a mais comum, o não uso, a evitação; a outra forma, refere-se a manifestações implícitas ou explícitas acerca do que está posto, demarcando uma posição social contrária à situação que lhe é oferecida. No entanto, parece haver uma terceira postura, que se realiza a partir de uma dialética entre aceitação e rejeição: aceita-se o espaço nas condições em que é construído pelo Estado; no entanto, alteram-se a lógica da propriedade pública, refuncionaliza-se frações deste espaço,

subverte-se a formalidade da norma. Apenas a vigilância parece ser aceita na vida prática, sem restrições em algum momento.

Vimos, principalmente, que as demandas acerca dos espaços públicos, nas indicações à CMI e nos diálogos em rede social, estão diretamente relacionadas à circulação (pelas obras de asfaltamento) e à estética (pelo tratamento da vegetação). Neste sentido, o uso está restrito apenas à externalidade, ao caráter funcionalista da circulação, que abarca a mediação entre casa e trabalho, sobretudo pelo deslocamento em veículos individuais, saindo de um espaço privado a outro, sem o contato público. Identificamos também a simples preocupação apenas com o cuidado estético, o que delimita, quando ocorre apenas ao possível uso contemplativo, a paisagem observada de dentro dos automóveis. Externalidade, também, como a empregada pelo uso político de espaços públicos, utilizando-os para a promoção da classe política, onde a sociedade não participa da elaboração como membro interessado. Para tanto, nos casos encontrados, excetuando-se o canteiro da Avenida José João Dib, não se efetivam como espaços públicos ou mesmo coletivos.

Foi verificado também os usos que se manifestam a partir de eixos políticos e sociais (artísticos, culturais, religiosos, consumo popular e lazer ativo), e sobre estes, estão delimitados dentro do encontro do espaço público formal e o uso esperado, ou com a anuência tácita do PPM. Portanto, podemos inferir que nem todo espaço público formal se mantém apenas como externalidade aos habitantes, sendo incorporados em atividades, ações, em práticas que fundamentam o viver na cidade.

Quando o PPM ausenta-se de suas responsabilidades, que implicam também o controle dos espaços públicos, criam-se aberturas para a formulação de demandas outras, evidenciando a possibilidade e efetivação de espaços de representação, que se distanciam da formalidade e da institucionalidade da norma. O espaço vivido não se limita ao tempo cíclico do cotidiano (cotidianidade), mas também na insurgência de momentos que emergem, transformando-o. Essas duas qualidades do tempo cotidiano são experienciadas com maior destaque nos espaços públicos, pois o contato com o diferente ali ocorre.

Temos, então, a partir da produção do espaço, três características que articulam as representações acerca dos espaços públicos, sendo a restrição e externalidade fomentada pela total desvinculação das demandas da sociedade local, portanto apenas elaborada a partir da dimensão do espaço concebido pela classe dirigente, que se desdobra na classe política, perpassando também pela tendência à ausência do Estado na produção dos espaços públicos, neste caso, direcionando o atendimento das demandas para o mercado.

A segunda característica é marcada pela incorporação do espaço público concebido e materializado pela classe dirigente, ao uso social, porém mantendo as condições impostas pelo PPM, mesmo quando ocorrem práticas que podem até parecer ser impróprias, como manifestações que vão de encontro aos interesses da classe dirigente, ou usos que podem inibir a circulação, mas ambos acontecem com a anuência do PPM.

Por fim, a última característica imputada pela ausência do Estado na produção do espaço público: a classe de maior poder aquisitivo induz essa ausência, ao se segregar em seus condomínios, criando, assim, os espaços “próprios”, em detrimento dos espaços públicos – modelo esse que também passa a ser perseguido pelas classes mais baixas. De outro modo, o Estado se ausenta, pelo esquecimento de espaços públicos usáveis, especialmente na periferia da cidade, onde estes espaços são funcionalizados, apropriados e incorporados ao cotidiano dos moradores, principalmente aos do entorno.

Tendo visto, por meio de situações demonstrativas, as três características que denotam a pluralidade de uso, representações, significados e práticas acerca dos espaços públicos, iremos adiante, onde procuramos caracterizar as práticas socioespaciais envolvidas diretamente na cotidianidade dos habitantes, verificando como se dá a interface entre os espaços públicos e o espaço privado na realização da vida, enquanto reprodução social.

7. COTIDIANO E ESPAÇOS PÚBLICOS: UM OLHAR A PARTIR DOS HABITANTES DE ITUIUTABA

“No lugar, a vida cotidiana pesa com todo seu peso. Se o cotidiano traz à luz a ordem próxima, o mais baixo, mais perto, mais miúdo, a ordem do lugar. Ele assegura o lugar no mundo. Apesar das diferenças, o cotidiano se repete em mais de um lugar. Ele é a ordem do mundo, do Estado no lugar, atingindo a base desse lugar. O cotidiano, como conjunto de atividades e relações, efetua-se num espaço e num tempo sociais: o lugar e suas temporalidades. Os esquemas de homogeneidade, fragmentação e hierarquização, que submetem o cotidiano, definem o lugar: como equivalente a outros lugares; especializado cada um; diante de uma ordem hierárquica, face à plenitude da capitalização. O Estado e a sociedade atuais têm um poder de integração enorme, proporcional ao fracionamento das unidades (locais e territoriais)”.
(DAMIANI, 1994, p. 5).

O lugar articula, na Geografia, distintas escalas de abordagem, como foi evidenciado anteriormente. No que tange aos estudos urbanos e aos respectivos agentes e objetos que envolvem sua produção, vemos que a reprodução do espaço ocorre, em grande medida, a partir do cotidiano. Neste sentido, o lugar, como situação do espaço-tempo, tanto da cidade, bem como de porções, e mesmo de objetos na cidade, implica a apreensão dos usos que nele são realizados. Estes usos, tomados por práticas que materializam a reprodução do espaço (e da vida) urbana, estão impreterivelmente localizados nas dinâmicas cotidianas e na cotidianidade dos ritmos na cidade.

As relações sociais ocorrem num lugar determinado sem o que não se concretizariam, num tempo fixado ou determinado que marcaria a duração da ação. Essa prática realiza-se no plano do lugar e expõe a realização da vida humana em atos da vida cotidiana, enquanto modo de apropriação que se realiza através das formas e possibilidades da apropriação e usos dos espaços-tempos no interior da vida cotidiana (CARLOS, 2016, p. 59).

De maneira semelhante, os espaços públicos se inserem no processo de reprodução via cotidiano, tendo em vista a reprodução social extrapolando o tempo do não trabalho. Desse modo,

O cotidiano se torna um nível de análise do real, importante, quando a reprodução social atinge inteiramente a reprodução da vida. Diante do capitalismo como modo de produção cabal, isto é, quando o processo produtivo imediato não responde mais, sozinho, pela reprodução ampliada (DAMIANI, 1994, p. 1).

Pensando sobre a sociabilidade, os espaços público ingressam na dinâmica da reprodução social, manifestando sua versão incompleta a partir dos espaços particulares de uso coletivo, apresentando-se como objetos mercadorias da cidade moderna. Nesta perceptiva, os

espaços públicos são acionados distintamente a partir de cada indivíduo⁹³ ou grupo, a depender de suas condições financeiras.

O emprego do tempo disponível não é simplesmente a condição determinante, mas a partir de espaços que se são organizados como mercadorias. Para tanto, passam a concorrer espaços públicos de uso comum e espaços particulares de uso coletivo, na medida em que se emprega tempo disponível no uso, vinculando esses espaços aos respectivos lugares vividos, caracterizando-os por meio das relações cotidianas.

A co-presença e o intercâmbio são condicionados pelas infraestruturas presentes e suas normas de utilização, pelo mercado territorialmente delimitado e pelas possibilidades de vida cultural localmente oferecidas pelo equipamento existente (SANTOS, 2014, p. 319).

Sobre o cotidiano, autores como Lefebvre (1991), Martins (2018), Seabra (1996; 2004), Certeau (1994), Lukács (1979) e Heller (1985) assumem e compartilham, em grande medida, a concepção de que seu principal elemento constituinte é estar imbuído à dimensão do espaço-tempo da vida humana, não podendo, assim, realizar-se fora dela. Consideram que “ao mesmo tempo, tanto os aspectos empíricos da vida cotidiana quanto à ideia de que a repetição diária dos mesmos gestos é inerente à condição humana (TRICHERO; OLIVEIRA NETO; MARTINS JÚNIOR, 2017, p. 174). Para Damiani (1994, p. 6), “A vida cotidiana, o lugar do simples e do sórdido, é, simultaneamente o lugar e o tempo, onde o humano se realiza”.

Própria da realização da vida humana, na contemporaneidade,

A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea [e hierárquica]; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e a significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação (catarse) (HELLER, 1985, p. 18).

De acordo com Seabra (2004, p. 193), “a noção de que o cotidiano se refere, em princípio, ao ciclo do tempo, de que a vida cotidiana é própria de nossa época (funde o viver e o vivido) e de que a cotidianidade é o ritmo estabelecido na dialética do viver e do vivido”. Acerca da repetição e dos ritmos, esses são os fundamentos da cotidianidade, sendo, então, a condição de materialização do cotidiano.

Sendo assim, cotidianidade e cotidiano têm uma diferença, dentro de uma estrutura temporal. O cotidiano, por ser considerado como linear, como o tempo que se desenvolve junto à sociedade, contendo-a. Já a cotidianidade, se dá pelos ritmos e ciclos que preenchem o fluxo

⁹³ A passagem do uso do termo “sujeito” para “indivíduo” se deve pelo entendimento da figura do habitante ativo para o habitante passivo, imerso na cotidianidade.

linear do cotidiano. O tempo se relaciona com os espaços, e vice-versa, caracterizando e qualificando as relações entre indivíduos e lugares. Dessa maneira, a cotidianidade atua dando substância ao cotidiano, enquanto materialidade histórica.

Sendo observado qualitativamente como o conjunto de características generalizadas de uma determinada sociedade em um determinado tempo, “o cotidiano não se descola do histórico – antes, é um dos seus níveis constitutivos: o nível em que a reprodução social se realiza na reprodução dos indivíduos enquanto tais” (NETTO, 2000, p. 66). O cotidiano evidencia aquilo em que participam os indivíduos e suas relações com o meio em que vivem, configurando procedimentos e práticas que denotam suas próprias vidas.

O caos imediato em que se configura o cotidiano da massa dos homens, porém, parece feito de coisas – mas não de coisas que se relacionam à natureza, ao mundo extra-humano. Ele é vivido e percebido como um conglomerado de coisas, dados e fatos sociais. Esta facticidade pela qual o ser social se revela na cotidianidade é o traço pertinente do capitalismo tardio (NETTO, 2000, p. 89).

Tendo em vista a sociedade, em sua realização no espaço-tempo, o cotidiano é todo, mas também é parte. É todo, porque participa do tempo histórico, em sua extensidade, demonstrando, principalmente, o que a sociedade produziu desde as primeiras técnicas, a dominação sobre a natureza e a apropriação de objetos, a divisão do trabalho etc. Mas também é parte, por qualificar períodos, caracterizando momentos em que a condição humana é alargada diante de situações específicas de sociabilidade no mundo.

O cotidiano? O que ele é? É o econômico, ou o psicológico, ou o sociológico, objetos e domínios particulares atingíveis por métodos e diligências específicas. É o alimento, a veste, os móveis, a casa, a habitação, a vizinhança, os arredores. Chame a isso ‘cultura material’, se quiser, mas não confunda, não enfie tudo no mesmo saco. O seu inventário, a sua demografia dos objetos serão apenas um capítulo de uma ciência mais ampla (LEFEBVRE, 1991, p. 28).

Desse modo, importa evidenciar que óticas distintas proporcionam aprofundamentos sobre dinâmicas que demonstram as características contemporâneas e os elementos constituintes, seguindo caminhos aplicáveis, compondo a história a partir do cotidiano enquanto espaço-tempo da realização da vida em sua automaticidade, tendo maiores tensões, dominações e determinações na contemporaneidade.

As relações e processos que podem ser apreendidos fazem com que o cotidiano se torne importante campo de observação e de análise para distintas ciências humanas e sociais. Abre-se, então (a partir de objetos, objetivos, e, por conseguinte, de metodologias diferenciadas), como dimensão complexa que contém a realização da vida humana em interações entre

indivíduos e os objetos que o cercam, contemplando distintos lugares, que ganham mais dinâmica e complexidade na sociedade urbana.

De forma que o cotidiano urbano, resultado da complementaridade entre industrialização e urbanização, é marcado pela aceleração do tempo; pela maximização do uso de bens e fatores produtivos, tanto quanto pelo aprofundamento da divisão social do trabalho, a qual repercute na disposição de meios de vida, porque desencadeia necessidades novas, aumenta o exército de trabalhadores e diversifica produtos. [...]. Em decorrência, há uma forte tendência para ser alterada a disposição dos meios de vida: alimentos, vestuário, remédios, moradia têm que ser encontrados no mercado, onde são padronizados (SEABRA, 2004, p. 191).

Desse modo, a partir de necessidades, desejos e demandas, que são sempre do tempo atual, são introduzidos novos objetos (técnicos) e novas formas de viver em sociedade, alterando significativamente o espaço-tempo dos indivíduos, o que implica pensar a expansão do tecido urbano sobre o mundo (LEFEBVRE, 2019), levando consigo o cotidiano, que representa o conjunto de relações e ritmos proveniente das determinações da cidade. Neste processo, os espaços públicos da cidade, mais especificamente, o uso destes espaços, foram se modificando à medida que o cotidiano se assentou a partir das características urbanas. Essas características disseminadas pelo tecido urbano se estendem como conteúdo do processo de produção do espaço.

A extensão do processo de produção – que se realiza englobando a sociedade inteira em direção à constituição de uma sociedade urbana, como realidade e possibilidade – apoia-se na constituição de um cotidiano fortemente programado e normatizado (como produto e condição de reprodução [apenas] do econômico e do político), que cria bases de constituição de um individualismo exacerbado em contradição com discurso de que todos fazem parte de uma totalidade nova e cheia de possibilidades (CARLOS, 2016, p. 45).

O elemento social que deve envolver o “coletivo” e o “público” se torna relegado a questões de ordem política, no sentido estrito, sendo as demandas públicas cada vez mais resolvidas nos termos econômicos voltados, em grande medida, para os elementos mais básicos. Passa a ser determinado, na cidade, um cotidiano com indivíduos isolados, a partir, sobretudo, do emprego do tempo disponível de cada um e os distintos espaços passíveis aos respectivos acesso.

No cotidiano, o emprego do tempo perfaz elemento imanente sobre como é realizada a vida. Especialmente desde o processo de industrialização e sua intensificação, foram impostas novas características; o tempo social, representado pelo relógio, configura os momentos ordinários da vida nas cidades, determinando os ritmos, transformando, assim, a cotidianidade, em sua heterogeneidade e hierarquia.

Os empregos do tempo, analisados de forma comparativa, deixam também aparecer fenômenos novos. Classificando-se as horas (do dia, da semana, do mês, do ano) em três categorias, a saber: o tempo obrigatório (o do trabalho profissional), o tempo livre (o dos lazeres), o tempo imposto (o das exigências diversas fora do trabalho, como transporte, idas e vindas, formalidades etc.), verifica-se que o tempo imposto ganha terreno. Ele aumenta mais rápido que o tempo dos lazeres. O tempo imposto se inscreve na cotidianidade e tende a definir o cotidiano pela soma das imposições (pelo conjunto delas) (LEFEBVRE, 1991, p. 61).

A heterogeneidade é dada pela diversidade de atividades e de contatos que se relacionam, enquanto a hierarquia pode ser determinada pelo nível compulsório dessas mesmas atividades e contatos. De um lado, o tempo do trabalho torna-se cada vez mais indispensável para a sobrevivência dos indivíduos, ao passo que cada vez o não trabalho limita-se a um tempo menor, bem como a menos indivíduos.

O cotidiano é a vida de todos os dias e de todos os homens em qualquer época histórica que possamos analisar. [...] Não existe vida humana sem o cotidiano e a cotidianidade. O cotidiano está sempre presente em todas as esferas da vida do indivíduo, seja no trabalho, na vida familiar, nas suas relações sociais, lazer etc. [...] O cotidiano e a cotidianidade existem, penetram eternamente em todas as esferas da vida do homem. [...] Em cada época histórica os ritmos e as regularidades da vida cotidiana se distinguem, se tornam diferenciáveis. A vivência e experiência da cotidianidade também é diferenciável segundo os grupos ou classes sociais a que os indivíduos pertencem e em cada modelo societário existente (CARVALHO, 2000, p. 24).

O cotidiano é, então, aquilo que contém o espaço-tempo da sociedade em sua realização, dos indivíduos e o desenrolar de suas vidas nos diversos âmbitos, contemplando distintas sociabilidades em cada momento da sociedade. É contido pelo tempo histórico, caracterizando períodos delimitáveis em que, especialmente as técnicas conduzem formas de produção e reprodução da sociedade. As técnicas, segundo Santos (2014, p. 47), “devem ser entendidas como um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e ao mesmo tempo, cria espaço”, “definindo a um só tempo, as condições de vida e as condições de sua evolução (SANTOS, 2014, p. 190). Complementarmente, para Moreira (2016, p. 38), “ela[s] [são] o conjunto dos hábitos e costumes vindo da própria técnica e também o que ela[s] medeia[m] na relação entre homem e natureza no tempo”.

O cotidiano pode ser interpretado, assim, como a densidade do tempo histórico, como a aparência que pode ser percebida nas maneiras de viver dos indivíduos que, ao se produzirem, enquanto humanos, produzem objetos e o próprio espaço, criando a materialidade presente, apresentando-se cada vez mais artificializada na contemporaneidade, permeando a sociabilidade de toda a sociedade.

Cabe ressaltar que, ainda que o cotidiano contenha a sociedade a partir de seu caráter histórico, ele pode apresentar níveis de complexidade distintos, sobretudo pela densidade de

objetos técnicos e pela qualidade das relações entre os indivíduos, afetando os espaços-tempos dos indivíduos a partir das características do lugar, aqui compreendido como a cidade em questão. Em cidades distintas, em escalas e contextos, e mesmo dentro de uma mesma cidade (lugares dentro da cidade), existem certas diferenciações que impelem características particulares à cotidianidade dos habitantes, bem como formas de suspensão da cotidianidade.

Ainda que a cotidianidade seja insuprimível e ineliminável, como é indicado por Lukács (1979), tanto o autor quanto Heller (1985) indicam que existem procedimentos de suspensão da cotidianidade. Neste processo, o indivíduo rompe com o ritmo alienado e estabelecido, para encontrar-se como humano genérico, realizando-se como Homem total, a partir da suspensão de sua cotidianidade. “Se o lugar no cotidiano é a integração à sistematização geral, à estrutura global, o cotidiano no lugar apresenta singulares rupturas. No lugar, também, surgem preocupações próprias de tempos outros, que não o tempo linear da cotidianidade” (DAMIANI, 1994, p. 6).

No entanto,

Esta suspensão da vida cotidiana não é fuga: é um circuito, porque se sai dela e se retorna a ela de forma modificada. À medida que estas suspensões se tornam frequentes, a reapropriação do ser genérico é mais profunda e a percepção do cotidiano fica mais enriquecida (CARVALHO, 2000, p. 27-28).

Na perspectiva da suspensão, é rompido o ritmo automatizado, sendo incorporadas novas maneiras de perceber e viver o espaço, que surgem considerando o lugar enquanto materialidade do espaço. Articulam-se, assim, níveis de situações que são manifestadas entre cotidiano e cotidianidade. “Realidade ordinária, cotidiana, que nasce no lugar, e o constitui, feita de fatos e situações, que mantém a vida, pode e é o que torna a cotidianidade um tema a examinar, compreendendo ‘o extraordinário no ordinário’, o ‘sentido do insignificante’” (DAMIANI, 1994, p. 3).

A vida cotidiana é o conjunto de atividades que caracteriza a reprodução dos homens singulares que, por seu turno, criam a possibilidade da reprodução social. [...] Isso significa que, na vida cotidiana, o indivíduo se reproduz diretamente enquanto indivíduo e reproduz indiretamente a totalidade social. [...] Toda a reprodução que ultrapassa o imediato na vida cotidiana deixa de ser cotidiana (CARVALHO, 2000, p. 26).

Ademais,

É assim que as relações que os indivíduos mantêm com os lugares habitados – através de seus corpos – se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no acidental; momentos do cotidiano dos habitantes em sua relação com os lugares da vida. É desta forma que os lugares vão ganhando sentido através das

apropriações vividas e percebidas através do corpo e todos os sentidos humanos (CARLOS, 2007, p. 43).

Em retrospectiva, o cotidiano está contido na materialidade constituída pelo conjunto de práticas da sociedade, ao produzir as condições de sua reprodução, considerando, inclusive, diversas esferas da vida. Neste ponto, ocorre a intrusão de coisas transformadas em objetos pelo uso da técnica, que passam a permear a vida, mediando as sociabilidades, estruturando meios de vida, em sua objetividade.

Em perspectiva, o cotidiano contém e gesta as novas formas de sociabilidades, a partir do uso que é realizado entre o rompimento do repetitivo e a possibilidade de incorporação do novo, configurando modos de vida em sua subjetividade, que não descartam a materialidade que lhes foi imposta, partindo dela para uma composição qualificada, com criação de condições distintas daquelas que lhes foram fornecidas pela materialidade.

Neste sentido, o cotidiano é determinado pelo substrato material⁹⁴, pela indissociabilidade dos fixos e fluxos, constituindo o território usado, mas pode tornar possível novas maneiras objetivas do viver e subjetivas do vivido. Porém, considerando a sociedade urbana, em nosso entender, as interações entre público e privado caracterizam os saltos qualitativos no conjunto da sociedade.

Os indivíduos, imersos na cotidianidade, vivem diretamente e reproduzem aquilo que historicamente foi estabelecido. Nestes momentos que surgem em situações de ciclos e ritmos, quando não ocorrem suspensões, o indivíduo realiza sua vida sem a autonomia que é imanente ao sujeito, manifestando uma espécie de alienação e condicionamento que o joga para a situação de indivíduo portador de necessidades que não são as suas, mas aquelas impostas pelo seu tempo.

Quais são, porém, pergunto eu, os momentos cotidianos da vida? Onde? No público e no privado. Em casa, mas também na rua e no local de trabalho: nos lugares em que o homem está desencontrado em relação a si mesmo. Na casa, sim, mas na intimidade, não. Não nos momentos do desejo e da festa. A vinculação entre vida privada e vida cotidiana vem do equívoco de confundir num novo objeto, composto e confuso, o que é residual na historiografia tradicional: a longa duração, o que marca tempos e épocas. O cotidiano tende a ser confundido com o banal, com o indefinido, com o que não tem qualidade própria, que não se define a si mesmo com momento histórico qualitativamente único e diferente. E também com o doméstico e o íntimo, com o rotineiro e sem história. O cotidiano aparece, portanto, como uma excrescência da História” (MARTINS, 2018, p. 88-89).

⁹⁴ Na segunda seção desta tese, verificamos a produção do espaço urbano e a constituição do substrato material em Ituiutaba.

A vida cotidiana realiza-se, assim, na interface entre o público e o privado, como esfera imaterial e como espaço material na qualidade de lugar, na sociabilidade pelas relações, na troca pela comunicação.

A contradição espaço público-privado revela a natureza sócio-espacial da práxis, que funda as relações sociais, e é condição de realização da vida humana em sua multiplicidade. A relação do homem com o mundo é construída a partir de um ponto no qual o indivíduo se reconhece e a partir de onde constrói uma teia de relações com o outro e através deste, com o mundo que o cerca, produzindo-se enquanto humano à medida que constrói a realidade. Assim se o ponto de partida é o espaço privado, revelando-se através do habitar que é real e concreto (aquele dos gestos, do corpo, o lugar da habitação que cerca o mundo privado, a peça do apartamento ou da casa), ele também se abre, inexoravelmente, em direção ao público, ao coletivo como lugar da prática cotidiana que descreve e dá conteúdo à vida na cidade, ligando lugares e pessoas na cidade (CARLOS, 2016, p. 130-131).

Desse modo,

[a] escala do lugar, ilumina a existência de uma vida cotidiana na qual se manifesta a vida, em que cada ação realiza-se num espaço-tempo determinado. Por sua vez, cada ato e atividade prática vão constituindo a identidade do homem com o outro em espaços-tempo específicos. Desse modo, a produção da vida é também a produção prática do espaço como realidade e como possibilidade (CARLOS, 2015, p. 14).

O cotidiano é, portanto, permeado pelas interações sociais, em seu caráter extraordinário e ordinário, que denota o caminhar da sociedade. Ele contém a singularidade dos indivíduos, e sob este ponto vem sua importância para a apreensão dos contornos dos lugares e suas respectivas sociabilidades na contemporaneidade, de maneira que aquilo é a prática manifesta no lugar as características constitutivas do espaço.

Para pensarmos em uma prática socioespacial que seja reveladora dos conteúdos da realidade, é necessário que haja uma generalização do modo de vida, uma mundialização dos hábitos e das representações, fazendo com que nos atos cotidianos, da vida de todos os dias, possam ser vislumbrados os elementos da reprodução da sociedade como um todo, no uso concreto do espaço (PÁDUA, 2018 p. 47).

Esse uso concreto evidencia que a qualidade das interações e dos espaços públicos, o contato entre usuários mediado por lugares e objetos públicos, não necessariamente atende à igualdade de sua proposição, igualdade de acesso e participação em sua concepção, como é possível observar a partir da crítica do idealismo do espaço público. Mas, ainda assim, mesmo diante das assimetrias de poder, um resíduo que não é inerte, preenche as sociabilidades públicas, mostrando o diferente, intuindo o novo, que pode ser tornar prático à medida que são percebidas as estruturas que definem as contradições.

Em certa medida, a apreensão na cotidianidade da reunião das práticas em espaços públicos e os desdobramentos como representações na sociedade não evidenciam a efetividade da proposta de cidadania pela urbanidade. Por esta perspectiva, para que haja a realização do processo de cidadania por meio do espaço público, este deve estar pautado na possibilidade e confirmação do uso e participação social, sobretudo a partir de um cotidiano permeado de ações que compõem a identidade dos habitantes com os respectivos significados urbanos (PEREIRA, 2019). Espaços públicos de uso comum devem, assim, fazer parte do cotidiano e cotidianidade dos habitantes, em detrimento daqueles particulares de uso público, que limitam sobremaneira o acesso e o contato.

Indo de lugares públicos na cidade para a cidade enquanto lugar de espaços públicos, objetos e formas com diferentes funções e propriedades permeiam o cotidiano dos habitantes nas cidades, produzindo “um conjunto de sentidos impressos pelo uso” (CARLOS, 2007, p. 44), provendo, então, o conteúdo dos objetos e formas. Assim sendo, o desenrolar da vida urbana, impreterivelmente, dá-se a partir dos lugares que fazem parte da cotidianidade dos habitantes. Nesta perspectiva, de acordo com nosso objeto de estudo, a relação entre o cotidiano, cotidianidade e os espaços públicos de uso comum evidencia como estes espaços integrariam a sociabilidade.

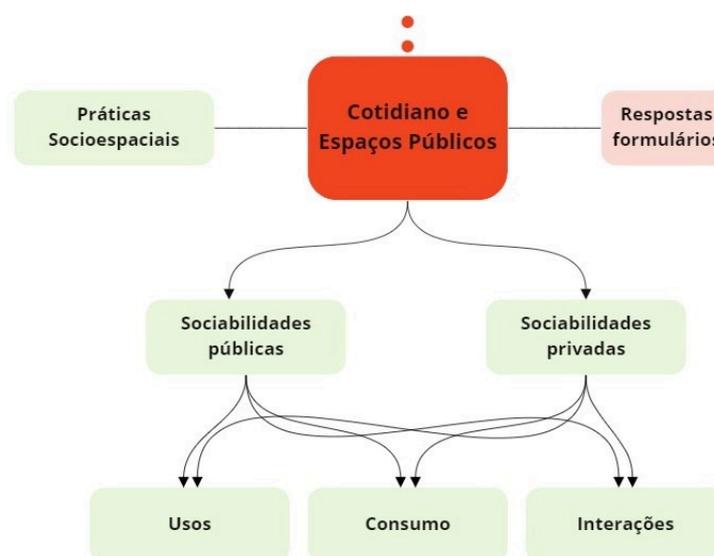
Dos lugares públicos na cidade, considerando as dimensões que orientam nossa abordagem, na dimensão da forma o cotidiano se verticaliza e se realiza como simultaneidade e concentração com a sobreposição de usos em determinados lugares. Uma praça, um parque, uma calçada ou rua, mesmo espaços particulares de uso coletivo (com menor qualidade e complexidade), contém, ao longo do dia, diversos usos, tipos de consumo e interações. Essa dinâmica marca com intensidade o lugar e o configura a partir da coletividade.

Por outro lado, na dimensão dos sujeitos, o cotidiano apresenta extensões que englobam, sobretudo o deslocamento, os diversos lugares, ao longo do dia. Portanto, partindo do espaço (-tempo) percebido, temos a dinâmica proveniente da contiguidade do tempo e os respectivos lugares da vida urbana, os usos são justapostos ao longo dos tempos diários. O espaço percebido é evidenciado a partir de dinâmicas privadas que percorrem a cidade, partindo dos indivíduos e seus modos de usar e apreender o espaço produzido socialmente a partir de seu cotidiano.

Tendo em vista a breve consideração sobre o cotidiano e a cotidianidade e a relação com os usos do tempo e os espaços públicos, adentramos na etapa final da abordagem de nossa pesquisa sobre os espaços públicos e a cidade. Procuramos, neste momento, aproximarmos-nos das práticas socioespaciais na cotidianidade ordinária em sua interface público-privado, observando-as como forma de viver e perceber a cidade a partir dos espaços públicos.

De maneira demonstrativa (Figura 53), enfatizamos que as sociabilidades, na cotidianidade, perpassam diretamente por situações, vivências e experiências públicas e privadas, se realizando, por vezes, como complementares e também ocorrendo na contradição entre as duas dimensões. As sociabilidades provenientes dos usos e do consumo nos/dos espaços públicos, e ainda, das interações entre as pessoas nos espaços públicos, evidenciam importantes características da sociedade e do espaço por ela apropriado. Neste sentido, faz-se necessário caracterizar os elementos concernentes à realização da vida cotidiana, especialmente à cotidianidade, em sua interface público-privado dos habitantes de Ituiutaba

Figura 53: Abordagem sobre os espaços públicos e o cotidiano



Org.: Lucas Alves Pereira, 2022.

Reconstruindo nosso esqueleto teórico-metodológico, que provém também o conteúdo programático, neste momento final procuramos dar maior substância à dimensão da forma pelas práticas socioespaciais, e às dimensões do sujeito a partir do espaço percebido (interface público-privado), contemplando usos (nos lugares e deslocamentos para os lugares), consumo (como necessidade e lazer) e as interações (como recreação e comunicação) na cotidianidade. Buscamos, também, o entendimento da população sobre os agentes que mobilizam e que são responsáveis pelo espaço públicos.

A relação entre os espaços públicos e cotidiano dos habitantes de Ituiutaba foi realizada a partir do uso do formulário estruturado. Sobre apreensão das práticas cotidianas, é importante

ressaltar que foram encontrados trabalhos⁹⁵ que buscam orientar a coleta de dados, neste sentido: aplicação de questionários, enquetes e formulários, diretamente nos espaços públicos, como praças, parques e calçadas. No entanto, acreditamos que, dessa maneira, procura-se mais precisamente a opinião e a percepção daqueles que já usam estes espaços. Buscamos, por meio do formulário *online*⁹⁶, encontrar habitantes que em seu cotidiano fazem uso de outros espaços na cidade, de modo a concorrer com os espaços públicos pelo tempo dos habitantes.

O formulário foi constituído por questões referentes ao perfil do respondente; os espaços usados e as características desdobradas na cotidianidade dos habitantes; questões foram direcionadas à coleta de informações sobre as atividades mais centradas na cotidianidade, inclusive com elementos das interações no espaço privado da casa; e, por fim, em uma última subseção, procuramos apreender informações que dizem respeito à percepção dos habitantes acerca dos espaços públicos de Ituiutaba. Dessa mesma maneira, apresentaremos os dados na seção subsequente.

7.1 O perfil dos respondentes

Tendo em vista que as classes tempo de moradia, sexo, faixa etária, cor, escolaridade, renda e ocupação apresentaram discrepâncias dentro da margem de erro, ou ainda, demonstraram diferenças pouco significativas, além da margem erro, os dados não serão tratados individual ou comparativamente seguindo as classes contidas no perfil. Portanto, o perfil geral resultante serve como base para a compreensão da amostragem.

Enquanto o formulário esteve disponível *online*, obtivemos 216 respondentes. Dessa maneira, considerando o universo populacional, podemos indicar margem de erro de 6,67% e confiabilidade de 95%. Ao longo do tratamento dos dados obtidos, bem como de todo o trabalho aqui desenvolvido, observamos que a abordagem realizada seria melhor desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, por acreditarmos que, a partir disso, melhor apreendemos as características da dinâmica dos espaços públicos e a cotidianidade.

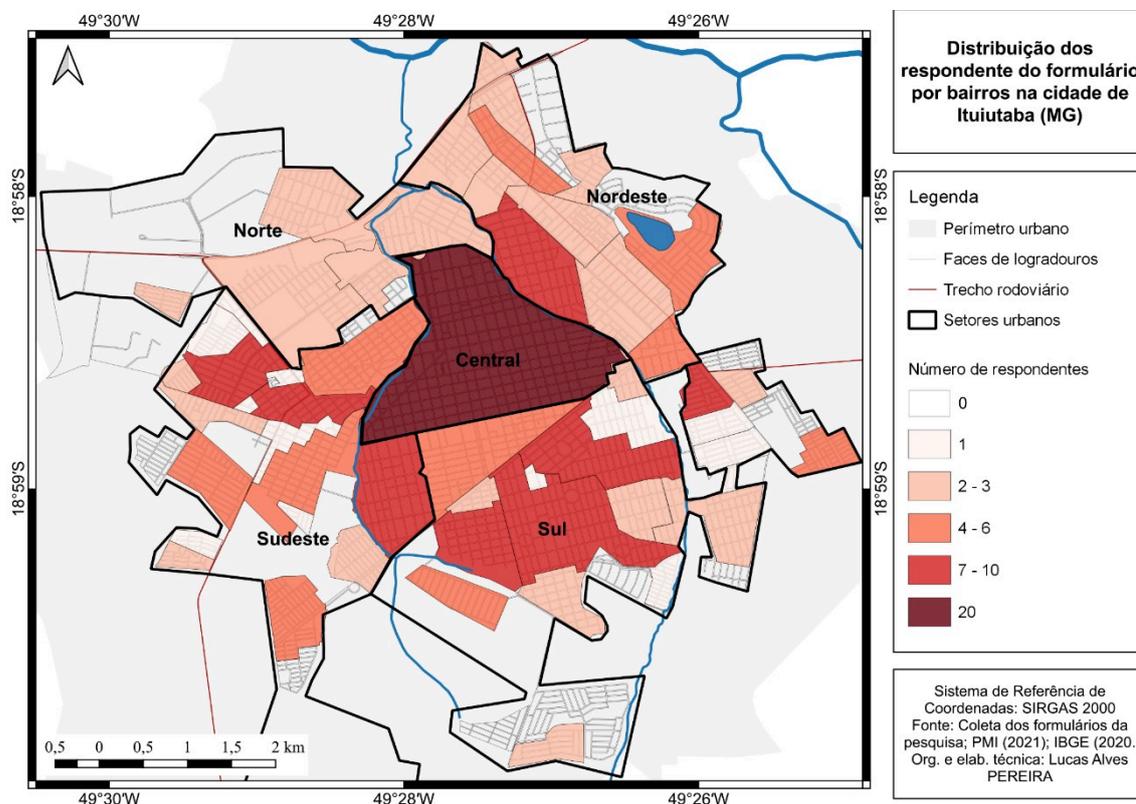
Em se tratando da distribuição espacial dos respondentes (Mapa 29), evidenciamos que aproximadamente 93% dos bairros da cidade foram contemplados. Sobre a disposição dos respondentes e seus respectivos bairros, do mesmo modo que no Bairro Centro concentra a maior quantidade de habitantes, o público que respondeu aos formulários também esteve ali concentrado, apresentando 21 respondentes. Em um segundo patamar, a quantidade de

⁹⁵ Alguns estes foram citados na primeira seção desta tese.

⁹⁶ Com as devidas dificuldades encontradas e já especificadas na Introdução desta tese.

respondentes esteve em, aproximadamente, 10 indivíduos, como os bairros Natal, Progresso, Lagoa Azul, Santa Maria, Portal dos Ipês, Independência, Alcides Junqueira.

Mapa 29: Distribuição espacial dos respondentes a partir dos bairros, na cidade de Ituiutaba



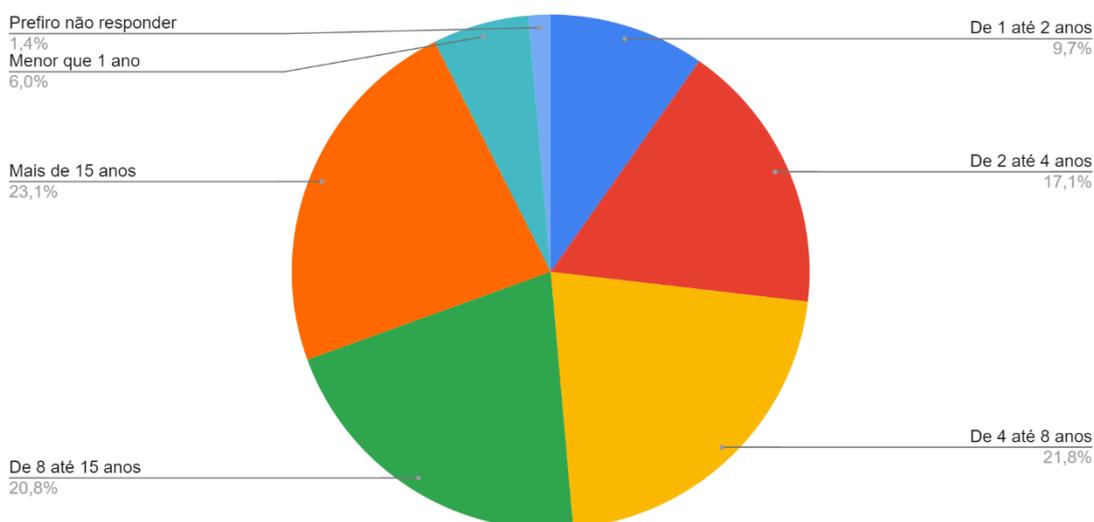
Fonte: Formulários da pesquisa; PMI, 2021; IBGE, 2020. Org.: Lucas Alves Pereira, 2022.

Em um outro patamar, estiveram delimitados por 6 respondentes, como os bairros Cidade Jardim, Nadime Derze II, Pirapitinga, Drummond, Gerson Baduy, Setor Sul, Novo Horizonte, Platina, Novo Tempo II, Maria Vilela e Universitário. Os demais bairros, excetuando 7% que não foram contemplados por nenhum indivíduo, estiveram registrados em três ou menos respondentes. Desse modo, ainda que saibamos que seja uma amostragem pequena, se considerados os estratos relacionados à população de cada bairro, compreendemos que a abrangência espacial permite admitir interessante diversidade de informações, sobretudo se observamos a disposição em relação aos setores urbanos.

O segundo dado sobre o perfil dos respondentes refere-se ao tempo de moradia dos respondentes (Gráfico 9). Neste quesito, separado em 7 classes, temos: número muito baixo de pessoas que decidiram não responder; números aproximados entre os indivíduos que residem em seus bairros por menos de 1 ano (6,0%) e de 1 até 2 anos; (9,7%) e um terceiro agrupamento

de números aproximados, contemplando as classes de 2 até 4 anos (17,1%), de 4 até 8 anos (21,8%), de 8 a 15 anos (20,8%) e mais de 15 anos (23,1%).

Gráfico 9: Tempo de moradia dos respondentes, em seus respectivos bairros



Fonte: Formulários da pesquisa (2022). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

O dado referente ao tempo de moradia é importante para pensarmos o peso nas respostas, especialmente dos respondentes que residem há mais de dois anos em cada um dos bairros demonstrados anteriormente, permitindo, então, o entendimento de que um relativo tempo de adaptação de seu bairro ocorreu, fazendo com que os habitantes pudessem conhecer melhor os espaços de seus bairros, bem como a possibilidade de maiores interações que envolvam sociabilidades com seu entorno.

Em relação às faixas etárias (Tabela 8), se pensarmos em tempo de vida, não podemos relacioná-las diretamente ao tempo de moradia no bairro. Mesmo tendo apresentado maior número de habitantes que residem em seus bairros há mais de 15 anos, o número de idosos esteve delimitado em 8,8% dos respondentes. Comparando com a proporção desta mesma faixa no universo da cidade, observamos uma diferença significativa, de 10,79%. O número reduzido, se comparado às demais faixas etárias, pode ser interpretado, principalmente, pela forma de aplicação dos formulários. Apresentando-se ainda menor, o número de jovens entre 18 e 19 anos (3,2%) também se mostrou reduzido, fato esperado, devido ao curto intervalo de idades⁹⁷.

⁹⁷ Visando proporcionar melhor condições de realização da pesquisa junto ao Comitê de Ética, não foram realizados formulários com menores de 18 anos.

No entanto, comparado com proporção de jovens na população de Ituiutaba, a quantidade de respondentes teve diferença de apenas -1,14%.

Tabela 8: Valores relativos a faixas etárias dos respondentes, em Ituiutaba

	Valores relativos das faixas etárias						Total
	18 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 +	
Ituiutaba	4,34%	21,79%	20,59%	19,16%	14,53%	19,59%	100%
Respondentes	3,20%	23,60%	31,90%	19,90%	12,60%	8,80%	100%

Fonte: Formulários da pesquisa (2022); IBGE (2010). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

Ainda para pessoas com mais idade, na faixa etária entre 50 e 59 anos, temos proporções menores, com 12,5% dos respondentes, mantendo pequena diferença de -1,93% para a proporção no universo. Para as outras faixas, temos o crescimento da proporção dos respondentes: entre 40 e 49 anos, a porcentagem aumenta para 19,9% (+0,74%); o intervalo entre 30 e 39 apresenta 31,9% (+11,31); e para a faixa de 20 e 29 anos, temos 23,6% (+1,81) dos respondentes. Dessa maneira, vemos que os respondentes encontram-se bem distribuídos ao longo das faixas etárias, especialmente entre 20 e 49 anos de idade.

Fica explícito que as faixas de idades intermediárias melhor atenderam aos formulários. Isso nos indica duas características a serem consideradas: a primeira, pela ausência de menores e o número reduzido de idosos, faixas etárias que normalmente possuem maior tempo livre para usos dos espaços públicos pouco foram contempladas; a segunda característica evidencia maior presença de um grupo de pessoas que tem a dinâmica cotidiana mais complexa, inclusive por estarem presentes, em maior medida, no grupo de pessoas economicamente ativas.

Sobre a razão de sexo dos respondentes, a proporção ficou situada em 42,1% do sexo masculino e 57,9% do sexo feminino. Ainda que tenha sido disponibilizada a opção de “prefiro não responder”, todos os respondentes indicaram o sexo. Comparando com a população da cidade de Ituiutaba no último censo, realizado em 2010, vemos uma leve diferença de 7,15%, pois foram registrados 49,25% da população como sendo do sexo masculino, enquanto as pessoas do sexo feminino compreendiam 50,75% dos habitantes.

Sobre a cor ou raça, a quantidade de respondentes dos formulários teve boa aproximação relativa das respectivas categorias (Tabela 9) com o universo. Para tanto, considerando os indivíduos que responderam, a cor ou raça amarela compôs 0,50% (-0,2 em relação ao universo)

do total; branca, 62,00% (+4,85 em relação ao universo); não foram registrados respondentes indígenas; pessoas pardas corresponderam a 27,08%; (-6,77 em relação ao universo); e pretas, contabilizam 8,80 (+0,6 em relação ao universo) dos respondentes. Ainda, 0,90% dos respondentes preferiram não responder.

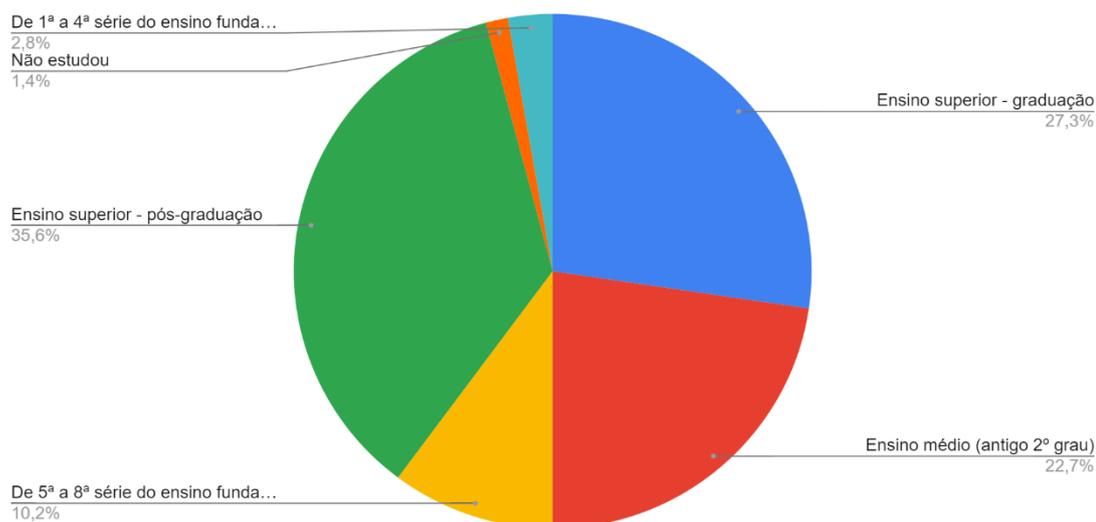
Tabela 9: Valores relativos à cor ou raça dos respondentes, em Ituiutaba

	Valores relativos a cor ou raça					Total
	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	
Ituiutaba	0,70%	57,15%	0,10%	33,85%	8,20%	100%
Respondentes	0,50%	62,0%	0%	27,08%	8,80%	99,1%*

Fonte: Formulários da pesquisa (2022); IBGE (2010). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).
(*Dentre os respondentes, 0,90% preferiram não responder).

Dessa maneira, a aplicação dos formulários por meios digitais pouco influenciou nas proporção (considerando cor ou raça) entre respondentes, em comparação com o universo de Ituiutaba, evidenciando apenas uma pequena diferença entre as pessoas pardas, menores que no universo, e pessoas brancas, maiores que no universo.

Já para a escolaridade dos respondentes (Gráfico 10), encontramos maiores diferenças a partir da proporção entre os indivíduos que responderam e as respectivas frações no universo de Ituiutaba. Apresentando-se de maneira inversa à realidade local, as escolaridades mais altas compõem as maiores quantidades de respondentes, enquanto os níveis mais baixos apresentam números menores. A proporção da escolaridade em relação à população apresenta-se inversamente à realidade brasileira, e mesmo à local. Ressaltamos que foram utilizadas as categorias mais antigas de escolaridade, devido ao fato de os respondentes terem melhores condições para indicar onde estão situados.

Gráfico 10: Escolaridade dos respondentes, em Ituiutaba

Fonte: Formulários da pesquisa (2022). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

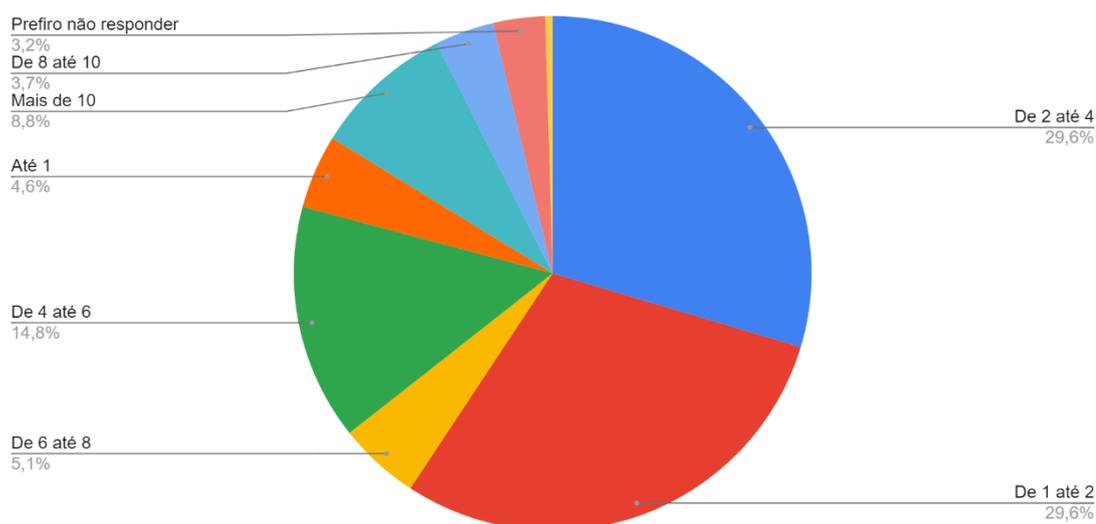
Considerando os níveis mais altos, especificamente, graduação (27,3%) e pós-graduação (35,6%), totalizam 62,9% dos respondentes. O Ensino Médio teve participação com 22,7% dos indivíduos, de 5ª a 8ª série com 10,2%, de 1ª a 4ª série teve a proporção de 2,8%, e por fim, as pessoas que não estudaram representam 1,4% do total dos respondentes. Sobre estes últimos, interpretamos que sua participação na pesquisa se deu por meio de auxílio, tendo em vista as dificuldades estabelecidas ao responderem a um (relativamente extenso) formulário digital.

Isso pode ser explicado, principalmente, pelo fato de que a divulgação, acesso e disposição de realização do preenchimento de formulários de pesquisas acadêmicas tentem a ocorrer, em grande medida, dentro de circuitos e redes, a partir dos pesquisadores, ainda que se busque a divulgação nos mais diversos meios, visando extrapolar o ambiente acadêmico. Isso não significa que os dados perdem seus valores e sua validade, ou que pessoas fora desse circuito não são abarcadas, mas que devemos considerar as características imputadas a cada tipo de instrumento metodológico. Também é preciso considerar que os dados a respeito da escolaridade são do ano 2010. Desde então, a cidade de Ituiutaba recebeu e consolidou três IES (Instituição de Ensino Superior) públicas: UFU, UEMG e IFTM, o que pode ter contribuído significativamente para que essa proporção na composição total da escolaridade dos respondentes.

Tal qual a escolaridade, o instrumento por nós utilizado não apresentou as mesmas proporções dos valores relativos acerca da renda média familiar (Gráfico 11). Isso pode ser

explicado pelas características apresentadas entre a nossa coleta de dados da escolaridade, ou seja, o formulário *online*, já que, em certa medida, o acesso à internet se pode ser relacionado à renda. Para tanto, nem mesmo as classes utilizadas nesta pesquisa fazem referência às adotadas pelo IBGE, mas sim, foram segmentadas, para que os intervalores se apresentassem de formas mais regulares.

Gráfico 11: Renda média familiar (em salários-mínimos de 2021) dos respondentes, em Ituiutaba



Fonte: Formulários da pesquisa (2022). **Org.:** Lucas Alves Pereira (2022).

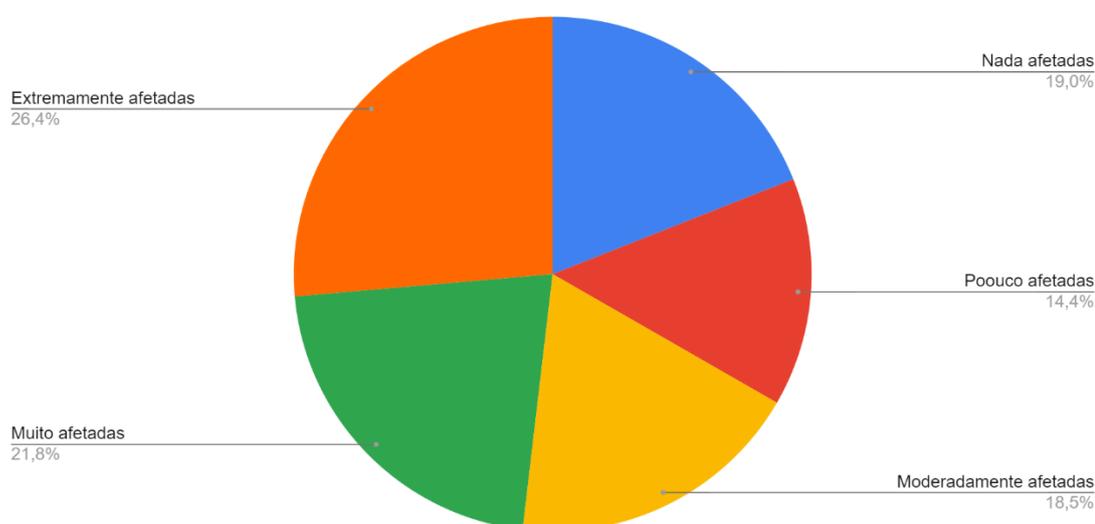
Apresentando os maiores números relativos e ocupando estrato de maior composição, estão delimitados os respondentes que têm renda média de 1 até 2 salários-mínimos (29,6%) e de 2 a 4 salários-mínimos (29,6%), totalizando 59,2% do indivíduos que responderam ao formulário. Essas classes são seguidas por pessoas com renda média familiar que vai de 4 a 6 salários-mínimos, compondo com 14,8%; mais de 10 salários-mínimos, com 8,8%; 6 a 8 salários-mínimos, com 5,1%; até 1 salário-mínimo, com 4,6%; 8 a 10 salários-mínimos, com 3,7%; e, por fim, 3,2% dos respondentes preferiram não indicar sua renda média familiar.

Sobre suas respectivas ocupações, os respondentes indicaram, em grande maioria, estarem trabalhando, correspondendo a 64,8% da amostra, seguido pelos estudantes, que compreendem 13,9%; dos aposentados, com 9,3%; desempregados ou à procura de emprego, com 6,0%; e apenas 1,4% dos respondentes preferiram não responder. Sendo assim, considerando a maior proporção de trabalhadores, podemos inferir que sua cotidianidade perpassa pelas lógicas de tempo-espço da rotina diária entre casa e trabalho, ainda que,

sobretudo pela pandemia, diversas funções do trabalho tenham passado a ser realizadas em casa – primeiramente, pela necessidade e, posteriormente, pela conveniência da empresa ou do trabalhador.

Pensando sobre os impactos da pandemia, especialmente no rendimento e na ocupação, foi colocada uma questão relacionada (Gráfico 12), que buscou compreender o quão afetados foram os respondentes. Foi, então, solicitado aos indivíduos que indicassem, a partir de uma gradação com cinco classes, indo desde “nada afetadas” a “extremamente afetadas”, como eles percebiam os efeitos da pandemia.

Gráfico 12: Impacto da pandemia sobre a ocupação e a renda dos respondentes, em Ituiutaba



Fonte: Formulários da pesquisa (2022). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

O impacto da pandemia sobre a ocupação e renda dos respondentes teve relativa distribuição equiparável dentro das cinco classes delimitadas no formulário. Foi identificado que 19,0% foram nada afetadas 14,4%, pouco afetadas; 18,5%, moderadamente afetadas; 21,8%, muito afetadas; e, por fim, com maior destaque, 26,4% dos respondentes tiveram sua ocupação e renda extremamente afetadas pela pandemia. Observando os limites superiores, compreendidos por “extremamente afetados” e “muito afetados”, somam-se 48,2% das respostas, enquanto nos limites inferiores, com “nada afetados” ou “pouco afetados” foram registrados em 33,4% dos respondentes. Para tanto, com base na amostra, vemos que o período pandêmico foi, em grande medida, elemento que trouxe e deixou grandes consequências à renda e ocupação dos respondentes.

Quando procuramos relacionar as variáveis utilizadas, para entender o perfil dos respondentes, juntamente aos dados do impacto da pandemia. Vemos, a partir de nossa amostra, que não houve nenhuma determinante de tempo de moradia, sexo, faixa etária, cor, escolaridade, renda e ocupação. Ou seja, não foi encontrado padrão algum que determinasse maior ou menor impacto sobre determinadas variáveis.

Em síntese, observando, então, as variáveis, temos, como perfil dos respondentes:

- Espacialmente distribuídos ao longo de diversos bairros, com maior intensidade no centro e em alguns bairros arredores, e em menor número em bairros mais periféricos no setor sudeste e sul;
- Os respondentes mais presentes são habitantes com maior tempo de residência, sendo 65,7% superiores a quatro anos de moradia no bairro;
- Relativo equilíbrio de faixas etárias proporcionalmente relacionadas ao universo demográfico da cidade;
- Pouca diferença na razão de sexo, com pequeno ganho positivo para o sexo feminino;
- Relativo equilíbrio proporcional ao universo referente à cor ou raça, com leve diferença positiva para a branca e negativa para a parda;
- Preponderância de respondentes com níveis mais altos de escolaridade;
- Composição mais significativa das classes de rendimento entre 1 e 4 salários-mínimos;
- Sobre a ocupação, maior quantidade de respondentes trabalhadores.

7.2 Os espaços e formas de uso na cidade a partir do cotidiano da população

Neste momento, procuramos apreender os lugares mais visitados e usados pelos respondentes, bem como a maneira que estas visitas e uso integram a cotidianidade. A delimitação dos lugares foi realizada a partir, tanto da observação dos espaços públicos contidos na literatura especializada quanto da observação de campo e de conversas informais com os habitantes da cidade ao longo desta e de outras pesquisas nessa mesma temática. Dessa maneira, além dos espaços públicos tradicionais, como praças, parques, ruas (sobretudo as mais especializadas) e as respectivas calçadas, foi colocado como opção disponível para os respondentes, juntamente aos espaços públicos, a possibilidade de selecionar espaços particulares de uso coletivo e que fazem parte de sua cotidianidade.

A dinâmica da cotidianidade compreende distintos lugares que se apresentam para o uso a partir das condições de renda e, especialmente, do local onde encontram-se, bem como a localização das casas dos indivíduos, perfazendo a possibilidade de acessar ao lugar indicado pelo respondente. Esses são fatores condicionantes para alguns dos espaços citados. Por outro lado, as características de sexo, cor ou raça, idade e escolaridade podem classificar os lugares a partir de interesses específicos. Neste sentido, esses lugares podem não se relacionar entre si de acordo com a dinâmica da configuração territorial da cidade, ou seja, a partir simplesmente da posição que ocupam na cidade, mas sim, de acordo com a dinâmica da cotidianidade dos indivíduos e a relação de seus usos.

Como um fator indispensável para a caracterização da cotidianidade, a questão do tempo disponível e empregado nas atividades realizadas no dia a dia dos indivíduos deve ser apreendida. Em nossa perspectiva, por buscar o tempo usado nos espaços públicos, em geral, excetuamos o tempo obrigatório (do trabalho) e consideramos o tempo imposto (das exigências fora do trabalho) com menor importância, e principalmente, dando destaque, nesse momento, para o tempo livre relacionado aos lazeres, entendido como uso do tempo livre em espaços públicos ou particulares de uso público.

Os espaços públicos a serem indicados foram separados pelas seguintes categorias⁹⁸: academia ao ar livre e de acesso livre; academia de acesso via pagamento; bares; casa de shows e boate; centro culturais; centro turístico; circuitos de caminhadas; clubes; feiras de produtos alimentícios e artesanato; igrejas ou templos; lojas comerciais; museus parques; praças quadras ou campos esportivos com livre acesso; quadras ou campos esportivos com acesso via pagamento; restaurantes (lanchonetes); e *shopping*; teatros; a possibilidade de indicar alguma categoria diferente; e indicar que não visita nenhum lugar. Essa consideração é justificada por entendermos que esses dois tempos (imposto e livre) dos indivíduos concorrem entre si cada vez mais, na contemporaneidade.

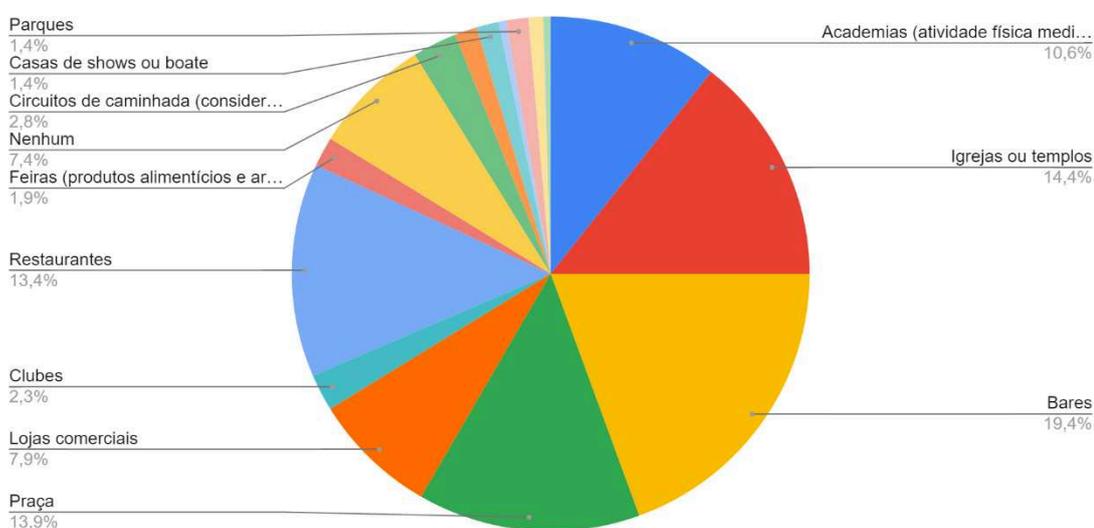
A partir dos primeiros testes do formulário, observamos a necessidade de acrescentar um segundo lugar mais visitado, tendo em vista a sugestão de diversos respondentes do teste. Vimos, então, que perderíamos nuances da cotidianidade ao propor apenas um lugar. Porém, se fossem hierarquizados mais de dois lugares, correríamos o risco de nos perder em informações menos importantes, representadas por lugares visitados apenas muito esporadicamente. Entendemos, assim, que o primeiro lugar constitui a presença mais assídua na cotidianidade,

⁹⁸ O Calçadão foi suprimido por estar contido junto às lojas comerciais, tendo em vista que em condições normais, quem por ali passa, procura fazer uso do comércio ali estabelecido, enquanto o CRAS foi suprimido por atender a uma camada muito específica da população local, mesmo que devido a isso também esteja situada a sua importância.

enquanto o segundo, surge nos interstícios do tempo livre que compõem, em menor medida, a cotidianidade. Complementarmente, a comparação entre as duas indicações proporcionou a avaliação das discrepâncias.

Buscamos identificar os lugares mais visitados pelos respondentes, primeiramente considerando o primeiro lugar mais visitado pelos respondentes (Gráfico 13), separando-os entre os públicos e os particulares de uso público. Assim sendo, de acordo com os respondentes, seguindo a ordem daqueles mais visitados, temos, principalmente: os “bares” (19,4%); “igrejas ou templos” (14,4%); “praças” (13,9%); “restaurantes” (13,4%); “academias com acesso via pagamento” (10,6%); “lojas comerciais” (7,9%); “nenhum lugar” correspondeu a 7,4%. Todas as outras categorias demonstraram participam inferior a 3%.

Gráfico 13: Primeiro lugar mais visitado pelos respondentes, em Ituiutaba



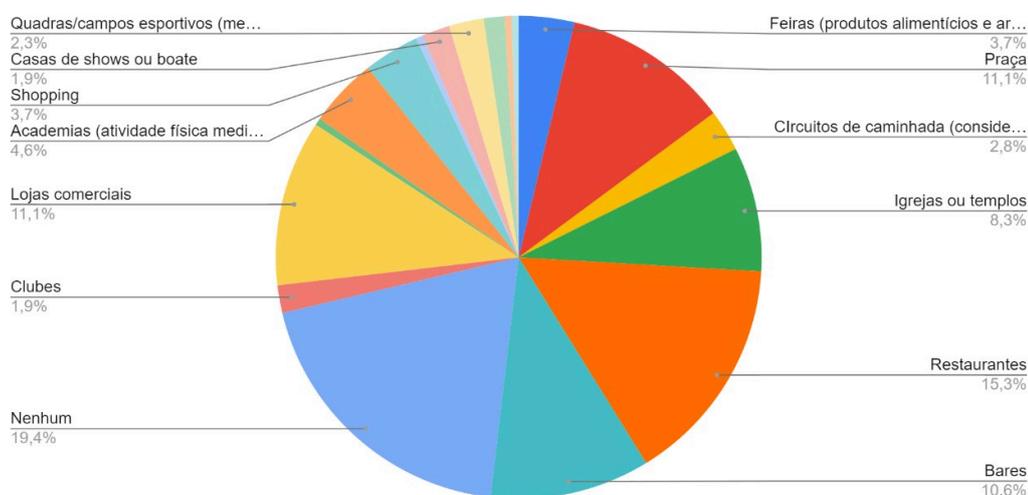
Fonte: Formulários da pesquisa (2022). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

Observando os dados apresentados no gráfico, considerando os espaços públicos, especialmente aqueles elencados entre os tradicionais, como praças ou parques, verificamos que, dentre os principais lugares visitados pelos respondentes na cidade de Ituiutaba, apenas as praças aparecem entre os principais lugares mais indicados, ocupando a segunda posição, de acordo com os respondentes. Já os parques, tiveram apenas 1,4% das indicações.

Já para o segundo lugar mais visitado pelos respondentes (Gráfico 14), também apresentados de acordo com a ordem dos mais indicados, temos, como principais: “nenhum lugar” (19,4%); “restaurantes” (15,3%), “praças” e “lojas comerciais” (11,1%); “bares” (10,6%); e “igrejas ou templos” (8,3%); “academias com acesso via pagamento” (4,6%); e

“feiras de produtos alimentícios e artesanato” e o “shopping” (3,7%). Todas as outras categorias apresentaram porcentagem inferior a 3%.

Gráfico 14: Segundo lugar mais visitado pelos respondentes, em Ituiutaba



Fonte: Formulários da pesquisa (2022). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

Chama a atenção o sobressalto dado pela indicação de não haver, na cotidianidade dos respondentes, um segundo espaço público ou particular de uso público que o qual pudessem se direcionar, além da casa e trabalho. É importante ressaltar que o formulário esteve configurado para saltar o segundo lugar mais visitado, caso a indicação sobre primeiro espaço também tenha sido “nenhum”. Portanto, acrescentando aquelas que também indicaram “nenhum” como primeira opção, temos 26,8% dos respondentes. Torna-se mais evidente a fraca dinâmica no uso do tempo livre realizado pelos respondentes em relação aos espaços públicos ou particulares de uso público.

Algumas observações devem ser feitas: o fato de o canteiro central da Avenida José João Dib não ser nomeado e tratado enquanto parque, tanto pela população quanto pelo PPM, afetou diretamente as indicações dessa categoria (na primeira ou segunda opção), pois, durante as atividades de campo, foi possível verificar bom contingente de usuários neste lugar. Fomos surpreendidos também pela ausência da citação deste lugar dentro da possibilidade da indicação em “outros”.

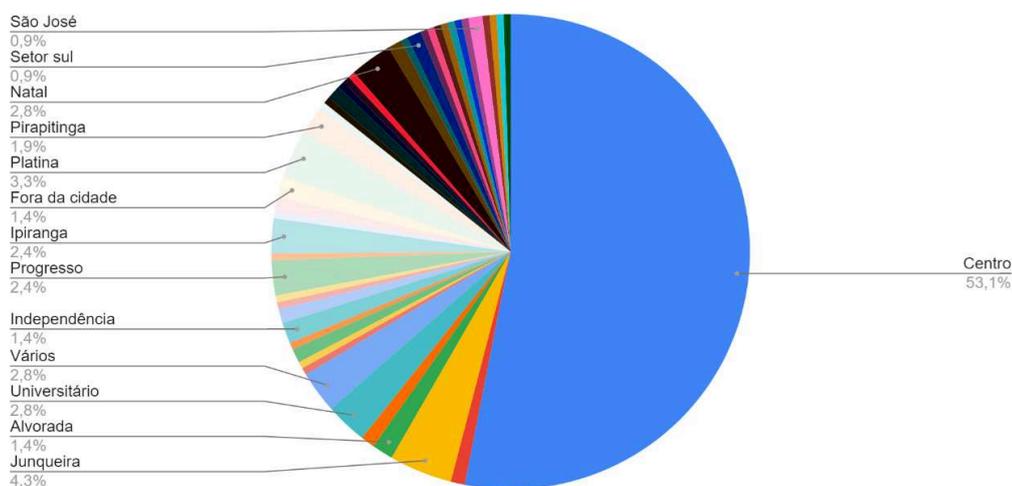
Por outro lado, dentro desta mesma categoria, ou a partir da categoria “centro turístico”, as indicações foram insignificantes, demonstrando a total desvinculação do (parque) Centro Turístico Camilo Chaves Neto com a cidade e, principalmente, com seu entorno (houve

respondentes residentes nas proximidades do parque). Muitos desconhecem as possibilidades de uso parque, ou não possuem interesse em usá-lo.

Levando para o contexto geral a partir da cotidianidade, a sociabilidade realizada nos principais lugares visitados pelos respondentes, tanto na primeira quanto na segunda opção, é substanciada pela limitação do contato, tendo em vista que, na maioria dos lugares indicados, eles são apenas particulares de uso público. Bares e restaurantes (lanchonetes) entram no circuito do lazer pelo consumo, bem como pela preferência pelas segmentações sociais, pela procura de lugares em que a medida das condições econômicas e financeiras permitem o uso, particularmente separados em grupos mais homogêneos. Inibe-se, assim, o contato entre diferentes e possibilidade do inesperado.

Para as características do destino dos lugares visitados, considerando as localizações dos bairros (Gráfico 15) em que os respondentes se deslocam para acessar aos espaços públicos e particulares de uso públicos, vemos a concentração do destino no centro da cidade de Ituiutaba, contemplando 53,1% das indicações dos respondentes. Isso corrobora para a argumentação da monocentralidade intraurbana da cidade de Ituiutaba, inclusive para o dispêndio de tempo livre na forma do lazer, também o tempo imposto para o consumo, vinculado às necessidades mais básicas dos indivíduos, estarem, em grande medida, também localizados no centro, como a maior densidade dos estabelecimentos comerciais e de serviços públicos e privados.

Gráfico 15: Localização por bairros dos lugares mais visitados pelos respondentes, em Ituiutaba



Fonte: Formulários da pesquisa (2022). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

Resta verificar que os outros bairros (excetuando-se o Centro) compreendem 46,9% das indicações. Neles, os atrativos apresentam-se em menor número, sendo possível destacar, devido à leve maior proporção no total dos destinos dos respondentes, principalmente, o seguinte:

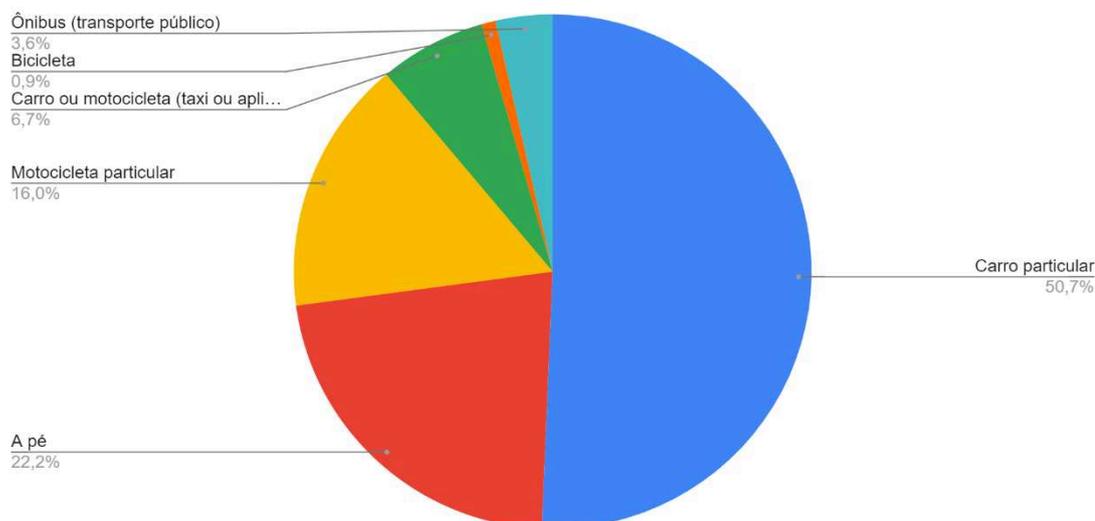
- Bairro Junqueira (4,3%), onde é realizada a “feira de domingo”, a praça que leva o nome do bairro, com boa diversidade de equipamentos e mobiliário e também possui rua comercial diversificada, que atrai principalmente os moradores do mesmo bairro; bem como na Avenida Minas, mais especificamente, onde ocorre a feira no domingo.
- Bairros Platina (3,3%), onde está localizada a Praça José Moreira Gonçalves e Caiapônia, também com diversos equipamentos e mobiliário, que permitem diversos usos, e algumas lanchonetes e bares no bairro;
- Bairro Natal (2,8%), que tem como principal atrativo a Praça (CEU) Mário Natal, como indicada anteriormente, a mais completa em possibilidades de usos, e algumas lanchonetes e bares;
- Bairro Universitário (2,8%), que possui apenas quadras esportivas particulares, lanchonetes e bares;
- Bairro Progresso (2,4%), que contém a Praça Tancredo Neves, que possui limitações, mas ainda assim pode atrair pessoas para o uso e alguns bares e lanchonetes;
- Bairro Ipiranga (2,4%), onde está localizada a Praça Hilarião Rodrigues Chaves, que também tem suas fragilidades para proporcionar uso, mas que atualmente passa por reforma estrutural, também lanchonetes e bares.

Elemento também importante para compreender a dinâmica da interface entre espaços público (ou particulares de uso público) e os espaços privados é o meio utilizado para o deslocamento. Isso decorre, principalmente, por compreender a transição do espaço privado da casa ao espaço público dos lugares indicados. Esse dado pode influenciar, tanto no uso dos espaços em seus próprios bairros quanto no deslocamento a maiores distâncias.

Dentro do contexto da sociabilidade, as restrições promovidas por algumas formas de descolamento evidenciam a redução do contato entre os indivíduos, pois o transporte particular individual tem por característica o apartamento dos indivíduos na circulação pela cidade. Também se manifesta como característica deste tipo de deslocamento a limitação da percepção do espaço da cidade.

Neste sentido, também foi colocada aos respondentes uma questão que procura identificar qual o meio mais utilizado para o deslocamento (Gráfico 16) até os lugares indicados.

Gráfico 16: Meio de deslocamento mais utilizado pelos respondentes ao se direcionarem aos lugares indicados, em Ituiutaba



Fonte: Formulários da pesquisa (2022). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

Majoritariamente, o “carro particular” dominou a proporção, entre todas as outras formas de deslocamento, compreendendo 50,7% de todas as respostas, somando com outras categorias motorizadas, como “motocicleta particular” (16,0%) e o “carro ou motocicleta por aplicativo ou taxi” (6,7%), demonstram que 73,4% utilizam meios de transporte motorizado e individual. O transporte motorizado coletivo referido pelo “ônibus (transporte público)” é utilizado por apenas 3,6% dos respondentes.

Por fim, a respeito do transporte motorizado, 23,1% dos respondentes se deslocam “a pé” (22,22%) ou de “bicicleta” (0,9%). É importante ressaltar que o deslocamento a pé é tendencialmente realizado, sobretudo, para os lugares do entorno das casas dos respondentes. Para tanto, sobre os dados obtidos, tendo como referência o maior número de respondentes e o destino mais representativo ser o “Centro”, podemos inferir que o número de deslocamentos a pé está concentrado também nos respondentes que residem no mesmo bairro.

Importante meio de integração dos habitantes e a cidade, contribuindo assim para o habitar, o transporte coletivo público praticamente não faz parte da cotidianidade dos respondentes, especialmente no que diz respeito ao deslocamento aos lugares indicados.

Procurando compreender melhor a relação dos respondentes com essa modalidade de transporte, foram colocadas outras duas questões, sendo a indicação sobre terem utilizado ônibus coletivo e como o avaliam. As indicações dos respondentes demonstram que 62,5% já utilizaram esse tipo de transporte, enquanto 37,5% nunca usaram o transporte coletivo público. Sobre o caráter qualitativo, 41,9% consideram como “ruim”, 28,8% como “regular”, 7,9% como “bom” e 21,4% preferiram não responder. Fica evidenciado que a classe “ruim” é superior à soma de “bom” e “regular”, o que pode explicar a baixa adesão ao transporte coletivo público para o deslocamento até os lugares indicados.

Procurando evidenciar a frequência com que os respondentes se direcionam aos lugares citados, perfazendo componente da cotidianidade, buscamos a quantidade média de dias em um mês e os dias da semana em que as visitas são realizadas (Quadro 8). Ressaltamos que foram consideradas, juntamente, as visitas do primeiro e segundo lugar mais buscados pelos respondentes.

Quadro 8: Cotidianidade relacionada à frequência com que os respondentes visitam os lugares indicados, em Ituiutaba

Quant. média de dias no mês	Respondentes	Principais dias da Semana	Respondentes
De 3 a 6 dias no mês	36,9%	Segunda-feira a sexta-feira	35,8%
Mais de 10 dias no mês	24,0%	Sábado	29,1%
De 1 a 2 dias no mês	21,8%	Domingo	26,7%
De 7 a 10 dias no mês	16,0%	Feriado	7,7%
Prefere não responder	1,3%	Prefere não responder	0,7%

Fonte: Formulários da pesquisa (2022). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

Sobre a frequência mensal a partir da quantidade média dias no mês, foi verificado que os respondentes que se direcionam aos lugares indicados, em média, entre 1 e 6 dias no mês, compreendem 58,7% do total, enquanto aqueles que buscam esses lugares, em média, por 7 ou mais dias no mês, correspondem a 40%. A partir dessa razão, observamos que, em quantidade, os habitantes da cidade de Ituiutaba têm sociabilidades reduzidas, realizadas a partir de espaços públicos ou particulares de uso público.

Observando, ainda, os dados relativos à frequência, mais especificamente, aos principais dias da semana em que os lugares indicados são procurados, podemos segmentar entre “dias de

semana”, com 35,8%, e “finais de semana e feriados”, com 63,5%. Nesse sentido, vemos que, como esperado, os respondentes se direcionam, em maior medida, nos dias considerados de não trabalho.

Buscando melhor entender a frequência, foram indicados pelos respondentes, também, o principal período do dia e o tempo médio de permanência em cada uma das visitas (Quadro 9) realizadas. Deste modo, essas informações podem qualificar melhor a compreensão da frequência por considerar, sobretudo as características do tempo que é utilizado nos lugares indicados.

Quadro 9: Cotidianidade relacionada aos períodos do dia e permanência em que os respondentes visitam os lugares, em Ituiutaba

Principal período do dia	Respondentes	Tempo médio de permanência	Respondentes
Noite	52,6%	De 1 até 2 horas	35,8%
		De 2 até 4 horas	29,1%
Manhã	25,7%	*Menor que 1 hora	26,7%
		Maior que 4 horas	7,7%
Tarde	21,0%		
Prefere não responder	0,07%	Prefere não responder	0,04%

Fonte: Formulários da pesquisa (2022). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

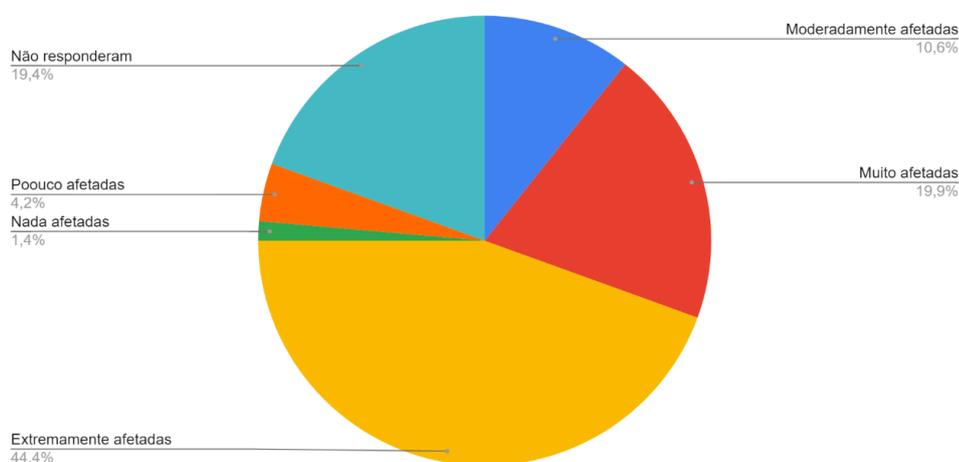
Segmentando os períodos do dia também com base naqueles normalmente considerados como tempo do trabalho e não trabalho, observamos, a partir dos respondentes, que 52,6% procuram os lugares indicados no período noturno; enquanto 46,7%, se direcionam aos lugares indicados pela manhã ou tarde. Deste modo, observando os períodos diários e noturnos, apresentaram relativo equilíbrio. No entanto, ao relacionarmos com a informação de que a maioria dos respondentes possui ocupação – dessa maneira, tendo parte de seu dia ocupado pelo tempo do trabalho –, podemos inferir que o tempo médio de permanência nos lugares citados é menor, durante a manhã e tarde.

Para o tempo de permanência em cada uma das visitas, segmentando entre superior e inferior a duas horas, temos: 62,5% dos respondentes com tempo de permanência inferior a duas horas; e 36,8%, superior a este mesmo tempo, nos lugares citados. Observamos, então,

que o tempo destinado às visitas, por conseguinte, os usos e atividades realizadas, se manifestam diretamente identificados àqueles que compõem, na cotidianidade, o tempo livre, e possivelmente, considerando a destinação a lojas comerciais, também o tempo imposto – ambos ocupando os interstícios do tempo do trabalho.

Por fim, sobre a dinâmica e as características em que as visitas e usos dos espaços indicados pelos respondentes integram sua respectiva cotidianidades, as informações referentes ao impacto da pandemia (Gráfico 17) demonstram, como esperado, forte impacto, devido principalmente, aos decretos que impuseram fechamentos, limites e condições de funcionamento de diversos estabelecimentos particulares de uso público, sendo estes os mais citados pelos respondentes, ao passo que os espaços efetivamente públicos tiveram menores restrições.

Gráfico 17: Impacto da pandemia sobre a dinâmica das visitas e usos dos lugares indicados pelos respondentes, em Ituiutaba



Fonte: Formulários da pesquisa (2022). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

Desse modo, as indicações dos níveis apresentam o quanto a pandemia comprometeu a dinâmica de visitas e usos aos lugares indicados, demonstrando que ela foi extremamente afetada para 44,4% e muito afetada para 19,9% dos respondentes, constituindo um limite superior de 64,3%, enquanto o limite inferior (pouco e nada afetadas) obteve apenas 5,6% dos respondentes. Neste sentido, se torna evidente o impacto da pandemia sobre a dinâmica das visitas dos respondentes a espaços públicos e espaços particulares de uso coletivo na cidade de Ituiutaba.

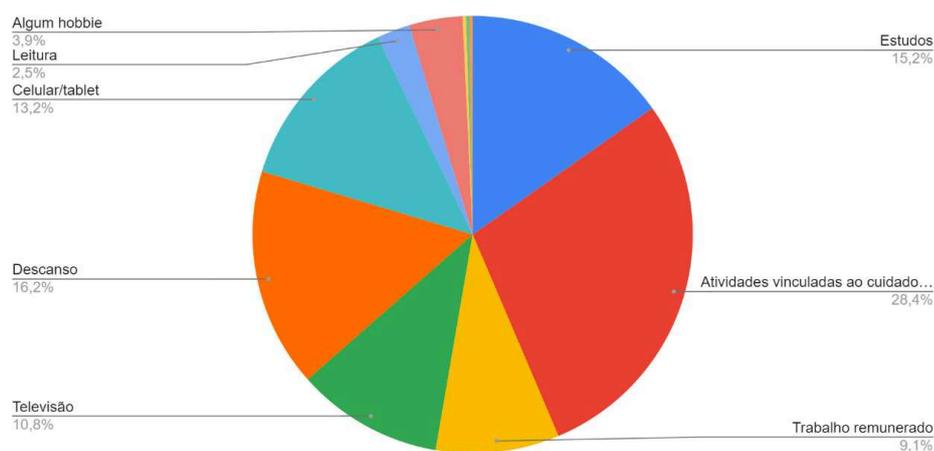
7.3 As atividades na cotidianidade privada

Permanecendo, ainda, na cotidianidade dos respondentes, sobretudo no tempo do não trabalho, mas agora ainda mais assentada na dimensão da sociabilidade restrita, aproximada do privado do indivíduo, procuramos informações como: as principais atividades realizadas em casa, a forma de realização de suas compras básicas e que fazem parte do dia a dia, e a comunicação realizada na cotidianidade.

Buscamos, a partir destas três variáveis, caracterizar como os indivíduos, representados pelos respondentes, estruturam seus respectivos tempos em casa: o tempo obrigatório, especialmente pelos trabalhos complementares ao trabalho principal ou *home office*, esse que tomou conta de diversas formas realização do trabalho a partir das necessidades deste a intensificação da pandemia; o tempo imposto pelas compras necessárias do dia a dia; e como a comunicação media a realização da cotidianidade privada dos indivíduos; bem como nos interessando mais, o tempo livre em atividades de lazer, seguindo características privativas.

Das principais atividades realizadas em casa (Gráfico 18), podemos separar entre aquelas que indicam tipos de lazer como o uso de celular ou *tablet* (13,2%), televisão (10,8%), algum *hobbie* (3,9%), leitura (2,5%) e outras, voltadas para o descanso (16,2%); também as impostas como os cuidados da casa (28,4%) e estudos (15,2%), e o trabalho remunerado (9,1%). Dessa maneira, temos o uso do tempo livre em atividades que o compreendem como tal, representando 46,6% das atividades realizadas pelos indivíduos, enquanto o tempo imposto representa 43,6% das indicações e o tempo obrigatório corresponde a 9,1%.

Gráfico 18: Principais atividades realizadas em casa pelos respondentes, em Ituiutaba



Fonte: Formulários da pesquisa (2022). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

Complementando as informações sobre o uso do tempo livre fora de casa, na busca por espaços públicos livres ou particulares de uso público, foi visto que esse tempo é limitado e restrito principalmente a espaços apenas particulares de uso público. No espaço privado, vemos relativo equilíbrio entre o tempo livre e o imposto, demonstrando que os indivíduos, tanto fora quanto dentro de casa, se restringem a atividades pouco incorporadas para si.

Faz-se necessário compreender melhor a cotidianidade em seu viés privado, a partir das principais maneiras que os respondentes realizam suas compras do dia a dia (tempo imposto) e a comunicação, de maneira mais geral (Quadro 10), tanto com familiares quanto com outras pessoas que participam de sua socialização mais direta. Na interface entre a casa e a rua – aqui delimitada pelo comércio, entre o privado e o particular de uso público – os respondentes indicaram, em grande número, que as compras cotidianas são realizadas pessoalmente (89,4%), necessitando, assim, se direcionarem até o local. Já as outras formas de realização das compras, as quais os contatos ocorrem de maneira limitada, ocupam apenas 9,7% das indicações dos respondentes.

Quadro 10: Cotidianidade dos respondentes relacionada à compras e comunicação cotidiana, em Ituiutaba

Principais formas de realização das compras cotidianas	Respondentes	Principais formas de comunicação cotidiana	Respondentes
Pessoalmente	89,4%	Mensagens eletrônicas	75,9%
Por meios digitais	6,5%	Pessoalmente	22,2%
Por ligação telefônica	3,2%	Por ligação telefônica	1,4%

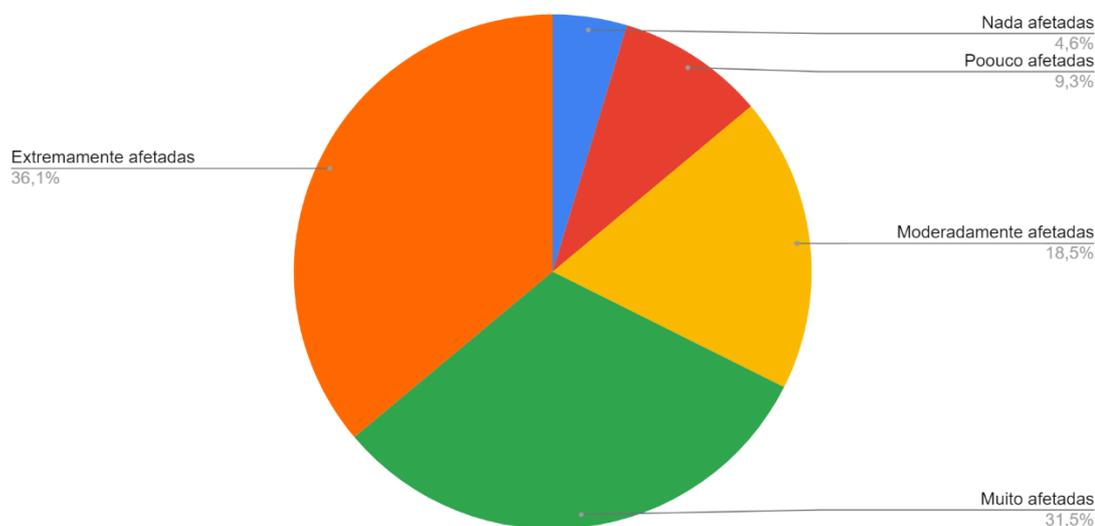
Fonte: Formulários da pesquisa (2022). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

Inversamente, quando se trata das formas em que os respondentes se comunicam, os meios digitais representados pelas mensagens eletrônicas (*WhatsApp*, *Telegram* e redes sociais diversas) são a principal maneira em que ocorre a comunicação. Neste sentido, as formas de comunicação em que o contato direto é ausente (mensagens eletrônicas e ligação telefônica) correspondem a 77,3% das indicações. Já o contato presencial na comunicação, é presente como principal forma para apenas 22,2% dos respondentes.

Sobre o impacto da pandemia sobre a cotidianidade privada dos respondentes (Gráfico 19), vemos, novamente, como nos outros elementos da cotidianidade, a preponderância das

categorias que indicam maiores efeitos negativos da pandemia. Considerando que, em grande medida, os indivíduos se voltaram para suas casas durante o período pandêmico, é interessante observar que a dinâmica das sociabilidades privadas foi muito afetada.

Gráfico 19: Impacto da pandemia no dia a dia dos respondentes em suas casas, em Ituiutaba



Fonte: Formulários da pesquisa (2022). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

Tendo como referência a segmentação sobre os limites inferiores e superiores em que os respondentes indicaram o quanto foram afetados, temos, nos níveis superiores que compreendem os extremamente afetados (36,1%) e os muito afetados (31,5%), o número relativo de 67,6%, evidenciando, novamente, que a pandemia influenciou significativamente a cotidianidade privada dos respondentes. Já os níveis inferiores, foram delimitados pelas categorias pouco afetadas (9,3%) e nada afetadas (4,6%), totalizando apenas 13,9% das indicações dos respondentes.

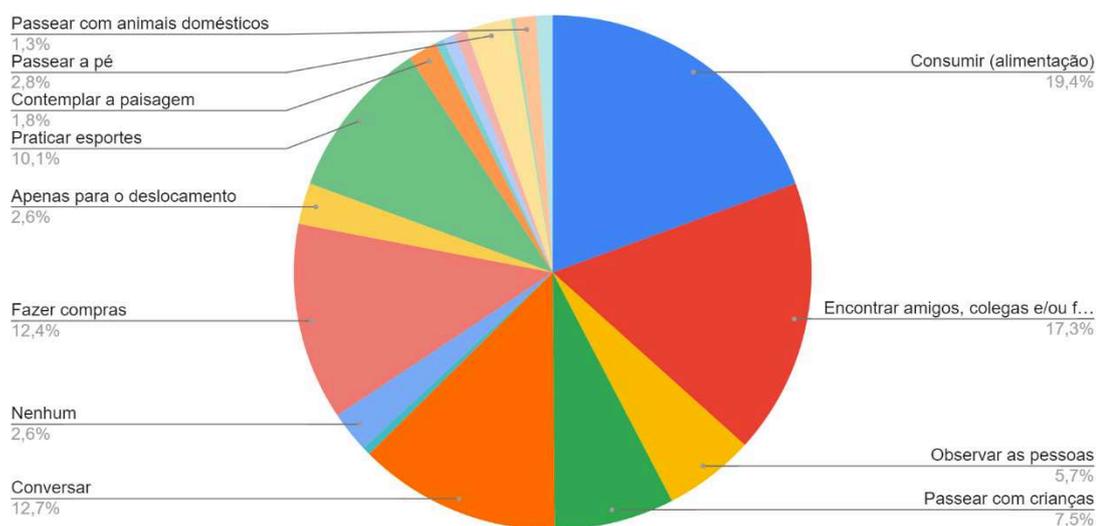
7.4 Os espaços públicos, segundo a população local

Adentrando nas questões de ordem mais subjetivas dos respondentes, acerca dos espaços públicos em geral e, em alguns momentos, contrapondo-os com espaços particulares de uso coletivo na cidade de Ituiutaba, tentamos complementar algumas informações sobre os lugares mais visitados pelos respondentes. Procuramos, com base na relação entre respondentes, a cidade e seus respectivos lugares, o que motiva ou desmotiva as visitas, as considerações que caracterizam esses espaços, a opinião dos respondentes acerca da qualidade,

qual a real carência de espaços públicos e, ainda, a posição dos respondentes sobre quem deve ser responsável e cuidar dos espaços públicos na cidade. Evidenciamos que essas questões permeiam o que os respondentes concebem e como percebem os espaços públicos em Ituiutaba.

Buscando complementar as informações tratadas anteriormente, sobre os lugares mais visitados pelos respondentes, agora direcionando melhor os respondentes a pensarem sobre os espaços públicos⁹⁹ (Gráfico 20), observamos que as principais motivos centram-se em “consumo” vinculado à alimentação (19,4%), “encontrar amigos, colegas ou familiares” (17,3%), “conversar”¹⁰⁰ (12,7%), “fazer compras” (12,4%), “praticar esportes” (10,1%), “passear com crianças” (7,5%) e “observar pessoas” (5,7%). As outras categorias apresentam números relativos menores que 5%. É importante ressaltar que, devido às categorias não concorrerem entre si, mas, sim, apresentando-se como variações e complementaridades dos usos, os respondentes tinham a possibilidade de indicar até dois motivos principais.

Gráfico 20: Principais motivos que levam os respondentes a frequentarem espaços públicos, em Ituiutaba



Fonte: Formulários da pesquisa (2022). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

A maioria das categorias apresenta ambiguidade no que tange à possibilidade de serem realizadas em espaços públicos livres ou em espaços particulares de uso coletivo. Excetuando estas, destaque deve ser dado àquelas que pertencem a segunda modalidade, “Fazer compras”

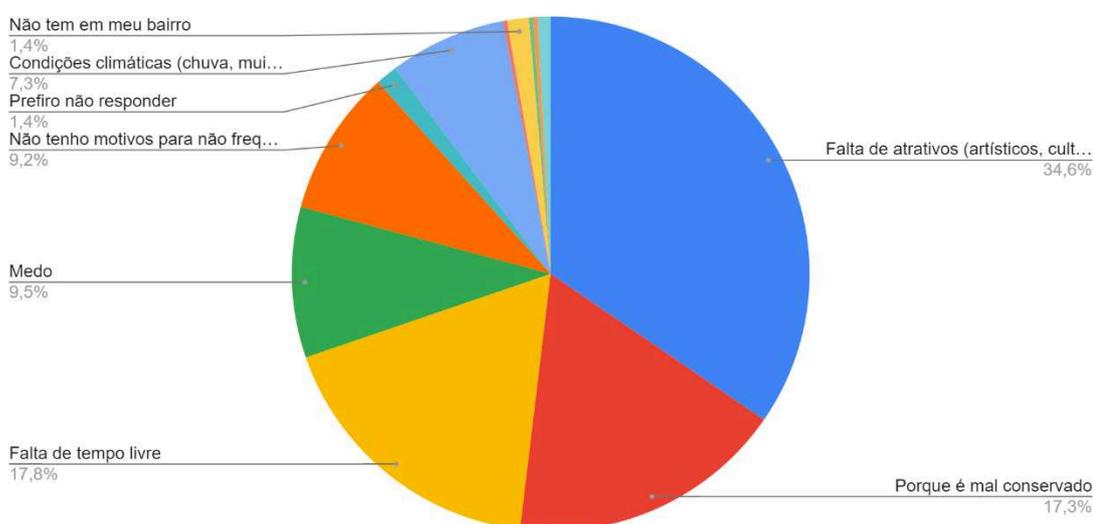
⁹⁹ Relembrando, tratamos por espaços públicos de uso comum aqueles de livre acesso e sem limitações de uso, enquanto os espaços particulares de uso coletivo dependem de recursos econômicos ou liberações para o uso.

¹⁰⁰ Dado interessante quando observado que, em casa, no espaço privado, a comunicação, em geral, tende a ser realizada indiretamente, por meio de mensagens eletrônicas.

e “consumir produtos (alimentos)”, foi responsável por 31,8% das indicações, confirmando, assim, a característica da sociabilidade pela cotidianidade tendencialmente vinculada a espaços apenas particulares de uso público.

Por outro lado, procuramos entender, também, os motivos que levam os respondentes a não irem a espaços públicos (Gráfico 21). Os principais motivos indicados pelos respondentes, também com a possibilidade da indicação de duas opções, foram: “falta de atrativos artísticos, culturais e esportivos” (34,6%); “porque é mal conservado” (17,3%); “falta de tempo livre” (17,8%); “medo” (9,5%); “não tenho motivos para não frequentar” (9,2%); e “condições climáticas (chuva, muito calor etc.)” com (7,3%).

Gráfico 21: Principais motivos que levam os respondentes a não frequentar espaços públicos, em Ituiutaba



Fonte: Formulários da pesquisa (2022). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

É representativo que a falta de atrativos apareça na primeira posição mais indicada pelos respondentes; denota que a desmotivação para o uso, mesmo a ida até um espaço público, vem do fato da necessidade de uma proposta em que o indivíduo possa se inserir buscando não encontrar um espaço público passivo. A segunda indicação mais destacada trata-se das condições físicas, caracterizando-os negativamente a partir da conservação. Em ambos os casos, tanto a atratividade quanto a conservação perpassam pelas características do lugar e correspondem a 51,9% das indicações, ou seja, demonstram que os principais motivos de não ir até um espaço público é externa aos indivíduos.

De outra maneira, a partir de características que são personalizadas, partindo do indivíduo, temos o “medo”, corroborando com a perspectiva do imaginário da insegurança em público, mas, especialmente, a “falta de tempo livre”, o que evidencia os contornos da articulação entre essa forma e o tempo obrigatório e imposto, confirmando que, na concorrência desses tempos na cotidianidade, fica restringindo o tempo livre.

Destacando eventos e atividades que geram atratividade, reunindo, inclusive, maior número de pessoas, os respondentes indicaram, com expressividade, que as festas em que mais participaram foi a Exposição Agropecuária de Ituiutaba (EXPOPEC). Além disso, apareceram, em menor número, os festejos de carnaval e shows que acontecem também no parque de exposições municipal, sendo essas normalmente acessadas mediante pagamento de entrada. Tendo como referência o parque de exposições municipal, é interessante observamos o fato de que, ainda que sua propriedade seja pública, a maioria das festividades se manifestam com acesso condicionado pelo pagamento de entrada, dessa maneira, configurando o parque de exposições municipal como um espaço particular de uso público de grande mobilização, por suas atrações.

Enquanto no conjunto, as atividades que compreendem Espaços públicos de uso comum livre, estas apareceram em menor quantidade. As principais, foram: a Congada (que mais foi citada nesta categoria); atividades no CEU; festas pontuais e em datas comemorativas realizadas nas praças (principalmente nas centrais) e em ruas centrais, como o “7 de Setembro”; festas religiosas (executando a Congada) que são realizadas nas praças e nas ruas (procissão).

Partindo dos motivos de não frequentar espaços públicos, indo mais diretamente, por meio da cotidianidade, aos espaços públicos na forma de praças e parques, indagamos aos respondentes se eles “acreditavam que Ituiutaba apresenta espaços públicos de qualidade”. Sobre isso, 72,7% indicaram “não”, 25,5% responderam que “sim” e 1,9% preferiram não responder. A partir disso, foi pedido para que os respondentes indicassem o que seria necessário para que esse quadro fosse melhorado (Quadro 11) em Ituiutaba. É importante salientar que foram incluídas classes que tratam de elementos infraestruturais, bem como foi possível a escolha de duas opções.

Quadro 11: Melhorias a serem realizadas nos espaços públicos (praças e parques) de Ituiutaba, segundo os respondentes

Classes	Respondentes
Melhorar a conservação e limpeza	15,30%
Melhorar a segurança	15,10%
Melhorar a quantidade de equipamentos comunitários de função recreativa como quadras poliesportivas, parquinho infantil e academia ao ar livre	14,80%
Melhorar a quantidade de equipamentos e mobiliários que permitam a permanência como bancos, banheiros, bebedouros, áreas protegidas de intempéries)	14,10%
Aumentar o número de atividades culturais	9,30%
Melhorar a qualidade de equipamentos e mobiliários que permitam a permanência como bancos, banheiros, bebedouros, áreas protegidas de intempéries)	8,90%
Melhorar a qualidade de equipamentos comunitários de função recreativa como quadras poliesportivas, parquinho infantil e academia ao ar livre	6,20%
Melhorar a vegetação como árvores, arbustos e gramados	4,80%
Ter estes espaços mais próximos de minha casa	4,80%
Aumentar o número de atividades esportivas/recreativas	4,30%
Melhorar a acessibilidade	1,90%
Prefiro não responder	0,30%
Melhorar o calçamento	0,20%

Fonte: Formulários da pesquisa (2022). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

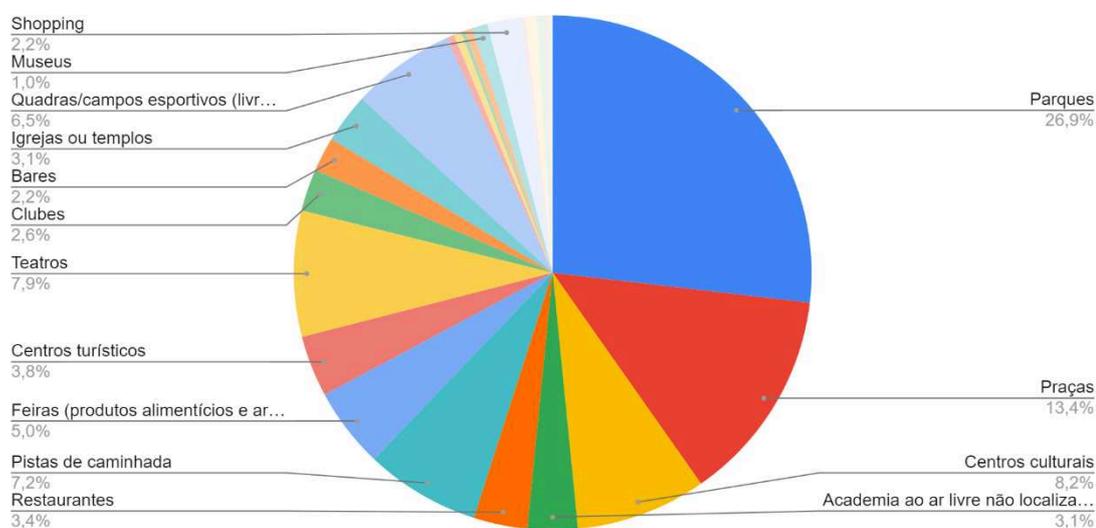
Dentre elementos que envolvem modificações físicas, surgem as preocupações com os elementos infraestruturais. Porém, se somadas as respostas que indicam que a melhoria deve vir na quantidade de equipamentos comunitários (14,8%) e que equipamentos e mobiliários que permitam a permanência (14,1%), observamos que 28,9% dos respondentes indicaram a qualificação via implantação de equipamentos, enquanto apenas 15,1% dos respondentes elencaram que a qualificação deve vir da melhoria do que já existe na cidade. Complementarmente às questões infraestruturais, 4,8% indicaram que é necessário a possibilidade de se “ter estes espaços mais próximos de minha casa”; 1,9%, sobre “melhorar a acessibilidade”; e apenas 0,2% indicaram a melhoria do calçamento das praças e parques.

De outra maneira, corroborando com os “motivos de não frequentarem espaços públicos”, sobre o que precisa melhorar nas praças e parques de Ituiutaba, o que foi indicado anteriormente pelos respondentes, em que tratava de serem “mal conservados”, se repetiu, aqui, na categoria de “melhorar a conservação e limpeza”, ocupando 15,3% das respostas. O “medo”,

indicado anteriormente, aparece aqui como a necessidade de “melhorar a segurança”, com 15,1% dos respondentes; e a falta de atrativos, com 13,6%, aparecendo segmentada em 9,3% para “atividades culturais” e 4,3% para “aumentar o número de atividades esportivas/recreativas”.

Sobre a melhoria na quantidade de espaços públicos e seus desdobramentos, agora considerando também os restritos e particulares de uso público (Gráfico 22), ocorre o inverso do que foi indicado como mais usados pelos respondentes. Os lugares que se referem à categoria dos Espaços públicos de uso comum corresponderam, expressivamente, a 74,1%. Já os espaços particulares de uso coletivo, correspondem a 24,9% e 1% indicou que não seria nenhum destes lugares ou preferiu não responder.

Gráfico 22: Lugares que necessitam ser aumentados, em quantidade, em Ituiutaba, segundo os respondentes



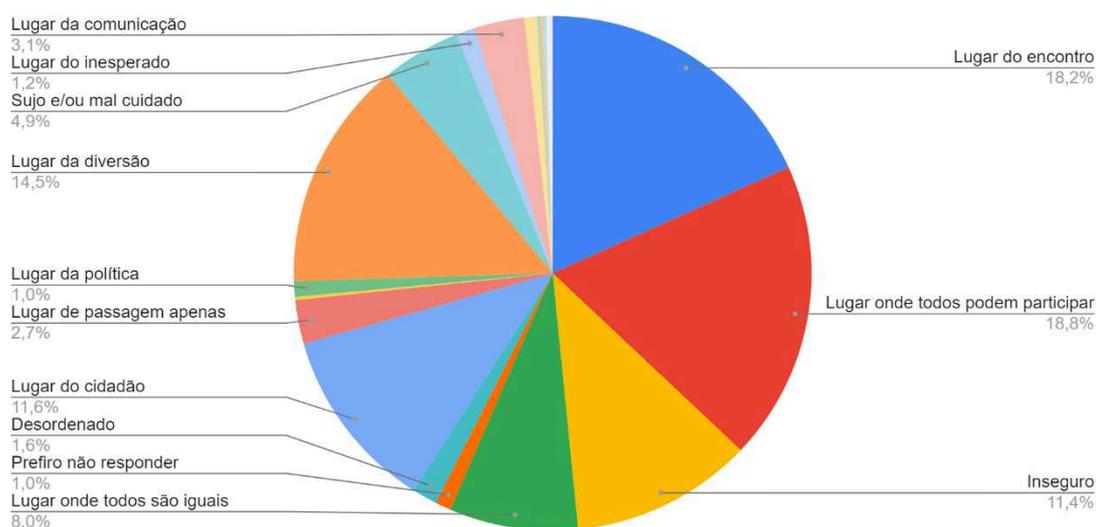
Fonte: Formulários da pesquisa (2022). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

Se a produção, em geral, busca satisfazer às demandas, necessidades dos envolvidos no processo, o cotidiano expressa significativamente os anseios. Tendo isso em vista, quando apreendemos a dinâmica da sociedade local em sua cotidianidade (através dos respondentes), considerando os Espaços públicos de uso comum e os espaços particulares de uso coletivo, vemos a contradição entre a vontade e a prática. Enquanto os espaços apenas particulares de uso público são os mais usados, os espaços de uso público livre são os mais desejados.

Visando aprofundar melhor sobre a percepção dos respondentes acerca dos espaços públicos, notadamente nomeados como “praças, parques e ruas”, buscamos a consideração dos

respondentes acerca destes lugares (Gráfico 23). Foram colocadas diversas opções que denotam características gerais dos espaços públicos, evidenciadas, especialmente, ao longo da primeira seção desta tese, e que demarcam fisicamente o lugar a partir de uma função ou qualidade. Junto com essas opções, foram disponibilizadas, também, algumas outras que demarcam negativamente os espaços públicos. Nesta questão, buscando colocar a complexidade, os respondentes puderam escolher até três indicações.

Gráfico 23: Consideração dos respondentes sobre as ruas, praças e parques de Ituiutaba

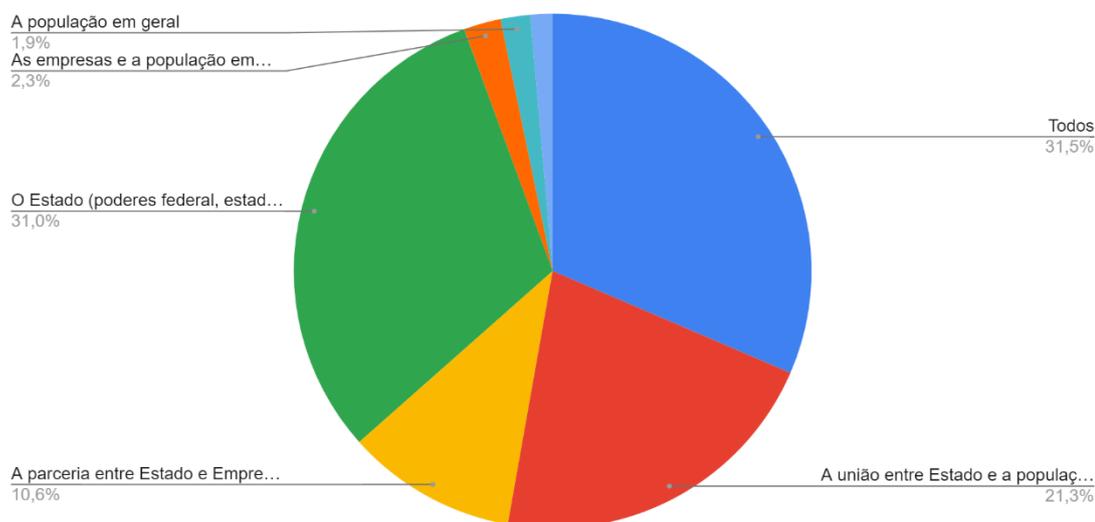


Fonte: Formulários da pesquisa (2022). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

As indicações que tiveram maior expressão foram: “lugar onde todos podem participar” (18,8%); “lugar do encontro” (18,2%); “lugar da diversão (14,5%); “lugar do cidadão” (11,6%); “inseguro” (11,4%); “lugar onde todos são iguais” (8,0%); “sujo e/ou mal cuidado” (4,9%); e “lugar da comunicação” (3,1%). Observando esses números, vemos que a concepção que se tem dos espaço público é, em grande medida, desconstruída do que é percebido pela prática, evidenciando o deslocamento do que se tem como espaço público ideal daquilo que realmente se vive deste espaço na cotidianidade.

Por fim, temos um interessante elemento a ser considerado, sendo ele constituído pela ideia de quem deve ser responsável pelos espaços públicos na cidade (Gráfico 24). A perspectiva dos respondentes sobre a responsabilidade e o cuidado destes lugares permitiu evidenciar em que medida que os indivíduos percebem-se inseridos dentro da lógica do compartilhamento das causas e efeitos sobre os espaços por eles utilizados. Neste sentido, podemos indicá-los como participantes diretos de sua produção.

Gráfico 24: Responsabilidade sobre os espaços públicos, segundo os respondentes, em Ituiutaba



Fonte: Formulários da pesquisa (2022). Org.: Lucas Alves Pereira (2022).

Foram colocados três agentes específicos, em suas funções e papéis desempenhados na sociedade, sendo: o “Estado (poderes federal, estadual e municipal)”, as “empresas” e a “população em geral”, atuando individualmente ou conectados entre si. Dentre as principais indicações, a de que todos (os três agentes) são responsáveis obteve 31,5% das respostas, enquanto o Estado abarcou marca parecida, registrando 31,0% das indicações. Em menor medida, estiveram delimitados a “união entre Estado e a população em geral” (21,3%) e “a parceria entre Estado e empresas” (10,6%).

Desse modo, acreditamos que o espaço público é pensando pela população local nos moldes de sua concepção tradicional, em que, de maneira preponderante, o Estado o assume, sozinho ou assistido pela sociedade, e, em menor medida, por empresas (privadas), o que também é demarcado pela insignificância (de acordo com os respondentes) das categorias que indicam que as “empresas” (1,0%) ou apenas a “população em geral” (1,9%).

Sobre essa última categoria, sua existência nos remete a espaços públicos em que a população, em geral, tem a autonomia do cuidado e responsabilidade sobre as formas, ainda mais, sobre o estatuto que consubstancia sua sociabilidade. Essas premissas são a marca particular do comum, como foi brevemente anteriormente. Ao não se manifestar a possibilidade de ocorrer que os espaços públicos sejam de responsabilidade da “população em geral”, passam

a não integrar a concepção da sociedade local, inviabilizada pela limitada imaginação política que acomete a sociedade, de modo geral.

Este fato mostra-se interessante, partindo do pressuposto que anteriormente os respondentes indicaram que os espaços públicos como praças e parques são, principalmente, o “lugar onde todos podem participar”, o “lugar do encontro” e o “lugar do cidadão”, evidenciando que o espaço público, tal como é produzido, com a participação determinante do Estado e vivido pela sociedade, é vivido como exterioridade e integra processos que configuram o papel coadjuvante da sociedade.

7.5 Caracterização do cotidiano da sociedade ituiutabana e os espaços públicos

Antes de adentrarmos em uma caracterização da relação entre o cotidiano, cotidianidade e os espaços públicos a partir de nosso quadro empírico, cabe evidenciar os efeitos da pandemia sobre os respondentes. Ao longo de todo o trabalho, com mais implicações em momentos específicos, a pandemia trouxe dificuldades da realização, tanto do tempo quanto da capacidade de realização da pesquisa. Ninguém permaneceu imune aos seus efeitos, na cotidianidade. Dessa maneira, buscamos, a princípio, uma breve síntese das características imposta pela pandemia sobre a realização da vida dos indivíduos neste período.

Neste sentido, de acordo com as respostas, houve relativo equilíbrio das categorias excetuando-se as extremamente afetadas, na gradação de pessoas que indicaram o nível de impacto da pandemia, considerando sua ocupação e renda, porém, com maior participação da manifestação de altos níveis de impacto sobre a ocupação e renda. O impacto da pandemia sobre as visitas e uso dos espaços indicados pelo respondentes evidenciou, como esperado, foi de alto nível, sobretudo se consideramos que os espaços particulares de uso coletivo foram os mais indicados, e sobre esses, incidiram as maiores limitações de uso durante o período pandêmico. A cotidianidade privada, também delimitada nos limites superiores de impacto da pandemia, manifestou grandes consequências negativas sofridas pelos respondentes.

Adentraremos, neste momento, propriamente, na caracterização do cotidiano, cotidianidade e os espaços públicos a partir de nosso quadro empírico. Considerando nossa amostragem, que demonstra as características da cidade de Ituiutaba, a partir da perspectiva dos respondentes, podemos, agora, propor uma caracterização que dê conta das particularidades do local. Evidentemente, cada substrato material conforma parte das percepções, e assim sendo, diferenciará como, em cada lugar, a população apreende e usa os espaços de suas respectivas cidades. Já as subjetividades, são produzidas em parte, pois informações que chegam de locais

distantes permeiam as percepções e, por conseguinte, influenciam também a concepção que se tem sobre os lugares na cidade em que se vive.

A articulação entre as escalas local e global é importante para pensarmos sobre as nuances percebidas, pois a relação entre as determinações do global e o conjunto de possibilidades que manifestam as resistências sobre a homogeneização evidenciam as diferenciações, ao passo que, do mesmo modo, podemos observar o movimento do mundo ocorrendo nos lugares.

Para tanto, observando as indicações dos respondentes, podemos propor um quadro que apresenta a caracterização da relação entre o cotidiano da sociedade local e os espaços públicos da cidade na contemporaneidade. Ressaltamos que nesse processo se relacionam: a cotidianidade a partir de diferentes tempos do não trabalho na realização da vida urbana (tempo livre e tempo urbano), juntamente a distintos espaços de interações, como espaços públicos de uso comum, espaços particulares de uso coletivo (dando maior destaque a estes dois tipos) e espaços públicos especiais.

Pensando sobre o que é mais procurado pelos respondentes, a concentração dos lugares (primeiro e segunda opção) visitados está compreendida, em grande medida, em espaços apenas particulares de uso coletivo, correspondendo a 65,1%, como o primeiro lugar, e 49,9%, como o segundo lugar mais visitado, sendo que, para o segundo lugar, 19,4% indicaram não se direcionar a lugar algum. Dessa maneira, esse fato demonstra a baixa complexidade da sociabilidade realizada pelos respondentes em espaços efetivamente públicos, evidenciando espaços de sociabilidade segmentada, como foi evidenciado por Sobarzo (2004) ao analisar os espaços públicos de Presidente Prudente.

Dessa maneira, uma sociabilidade menos complexa diz respeito às limitações que os espaços particulares de uso coletivo determinam. A inibição do contato, movida pela vontade dos usuários que procuram lugares particulares para sua socialização, ou pela ausência daqueles que não podem frequentar estes lugares, anula, em grande medida, o potencial da cidade, considerando que a capacidade de reunir a diferença perfaz o que qualitativamente traz o desenvolvimento da sociedade, em seu conjunto.

Alguns estudos de ordem sociológica, principalmente o de Sennett (2014), evidenciam o declínio do homem público pela perda da civilidade e do contato público. Ou mesmo a perspectiva filosófica de Safatle (2018), ao indicar que a política é realizada por um circuito de afetos, e desse modo, a ausência do contato é determinante para a configuração de sujeitos alheios. Nestes contornos, os espaços públicos cumprem deficientemente suas funções, o que pode ser demonstrado, nesta pesquisa, pela baixa procura por espaços públicos de uso comum.

A baixa procura pode ser explicada pela ausência de espaços de uso público comum em seus respectivos bairros. A localização (bairro) do destino dos respondentes, ao indicarem os lugares mais visitados, está concentrada no centro da cidade, correspondendo a 53,1% das indicações, enquanto o restante é dividido entre todos os demais bairros. Torna-se evidente a preponderância do Centro para além do comércio e serviços na cidade de Ituiutaba, também do dispêndio do tempo do não trabalho em lugares deste bairro. Essas características podem proporcionar ou intensificar os efeitos de conturbação no centro, efeito evidenciado por Ferreira (2002) ao indicar a grande concentração dos efeitos da concentração no espaço público da rua.

Em grande medida, alguns estudos, como alguns aqui apresentados (na primeira seção), tratando ou considerando a segregação e/ou fragmentação socioespacial e sua relação com espaços públicos na cidade, identificam o descompasso entre a disposição de espaços propícios à sociabilidade irrestrita no centro e bairros periféricos, especialmente os que apresentam menores rendimentos. Além da ausência desses lugares, o fato é ainda agravado pela deficiência dos transportes públicos, principalmente com destinos a espaços públicos de uso comum, como foi abordado por Loboda (2008).

Sobre o meio de deslocamento mais utilizado para chegar aos lugares indicados pelos respondentes, o transporte motorizado individual e particular, compreendido pelos carros e motos, representa 66,7% das respostas, enquanto o deslocamento a pé é realizado por 22,2% dos respondentes. Estes dados fazem corroborar dados generalizados nas mais diversas cidade brasileiras, indicando a predileção ou a impossibilidade da realização da mobilidade a pé ou em bicicletas.

Passando do deslocamento à frequência, esta foi constatada em quantidade de dias no mês e dias da semana, bem como a sua qualidade (período do dia e quantidade de horas dispendidas). Tornou-se evidenciado que a maioria dos respondentes busca os lugares indicados em média menor do que 7 dias (58,7%) ao mês, preferencialmente nos finais de semana e nos feriados (63,0%), no período noturno (52,6%), utilizando, preponderantemente, menos de duas horas em cada visita (62,5%). Sendo assim, temos uma interessante característica referente à frequência dos respondentes.

Na contemporaneidade, mais no que nunca, o tempo de trabalho ainda limita e inibe a realização da vida especialmente voltada para o lazer na cidade, para a socialização entre os habitantes. O incremento tecnológico ao processo produtivo poderia libertar o tempo dos indivíduos, promovendo a possibilidade de sua realização não ocorreu. Ao contrário, ainda se vive aprisionado nas atividades que compreendem o tempo imposto e o obrigatório, como pode

ser corroborado quando observadas as atividades realizadas também no ambiente privado da casa.

Houve relativo equilíbrio entre as atividades realizadas em casas e que envolvem o tempo livre e o tempo imposto, demonstrando que o tempo em casa não significa tempo livre. Atividades que compreendem o tempo imposto tornam a cotidianidade ainda mais limitada e centrada no tempo, que não é do indivíduo, mas imposto pelo mundo. A reprodução social, agora abarcada em todas as situações, pelos contornos capitalistas, é conformada em momentos que se compreendem a própria reprodução do sujeito capitalista, mais acentuadamente, como sujeito neoliberal.

As formas que envolvem o contato na realização das compras no dia a dia apresentam, em grande medida, a forma presencial, indicando que os respondentes ainda mantêm certo contato com demais habitantes, mesmo que sejam induzidos pelo consumo. Já as formas de comunicação que envolvem o contato, manifestam a preponderância da comunicação indireta, representadas, principalmente, pela troca de mensagens eletrônicas, levando a considerarmos que isso faz parte da sociedade, de um modo geral, como parte da incorporação tecnológica ao cotidiano, caminhando para a intensificação dessa característica.

As particularidades de nosso quadro empírico influenciam significativamente nas formas de compras cotidianas. No entanto, ao identificar que o Brasil apresenta grande número de cidades de porte pequeno e médio, podemos inferir que esse fato se manifesta também em outras tantas cidades brasileiras. Sobre estas, convém evidenciar que ainda dependem da fixidez dos locais do comércio, de sua situação geográfica, dos elementos intraurbanos, ainda ser determinante em detrimento das novas maneiras de compras e consumo diário. Enquanto isso, a comunicação se desprende cada vez mais da fixidez do “estar presente”, reconfigurando, inclusive, a comunicação entre familiares, logo, ainda mais, a comunicação com o outro não familiar (no sentido de desconhecido). Para tanto, sobre esta última característica, indicamos que o elemento tecnológico contribui, sobremaneira, para a influência na comunicação, também em espaços públicos, que, quando ocorre, se limita a grupos já estabelecidos e que fazem parte da cotidianidade, não extrapolando-a, o que pode ser encontrado nos principais motivos que levam os respondentes a ir a espaços públicos.

Os respondentes encontram os principais motivos para ir a espaços públicos em lugares centrados em funções mais específicas dos espaços particulares de uso coletivo, contemplando, principalmente, atividades como consumo de alimentos e compras (gerais), e em características ambíguas, no sentido de serem encontradas diferentes materialidades de espaços de interações, como “encontrar amigos” e “conversar”. Isso corrobora para encontrarmos sociabilidades mais

restringidas. Mais uma vez, a partir dos respondentes, é confirmada a limitação da sociabilidade, proporcionada por espaços que não permitem o contato irrestrito e regulado apenas pela civilidade.

Por sua vez, os principais motivos que os respondentes indicaram para não frequentar espaços públicos estão inseridos no contexto da exterioridade, ou seja, os problemas estão relacionados diretamente aos espaços e não aos indivíduos, correspondendo a mais de 70% das respostas, com destaque para a “falta de atrativos”, que ocupa, aproximadamente, metade desse percentual. Dessa maneira, de acordo com os respondentes, a falta de tempo livre ou o medo não são elementos determinante para não irem até os espaços públicos. Convém estabelecer também, então, que o que é buscado nos espaços públicos de uso comum são contrapartidas que proponham usos, encaminhando a apropriação por algo que seja programado, como eventos esportivos e culturais.

Quando foram considerados, explicitamente, praças e parques, as melhorias indicadas pelos respondentes podem ser demonstradas a partir das qualificações específicas no espaço físico, contemplando 30,4% (“conservação e limpeza” e a qualificação dos equipamentos e mobiliário existentes). A implantação de novos equipamentos e mobiliário teve 29,9%. Já os atrativos, enquanto elemento que pudesse melhorar os espaços públicos tiveram apenas 13,6%. Por meio dessas informações, especialmente acerca dos atrativos, e comparando-os com a última questão, quando foi indicado que estes eram importantes ausências que fazem os respondentes não se motivarem a ir aos espaços públicos, vemos que, além da falta de tempo livre, também não é simplesmente a falta de atrativos, mas sim, as condições físicas, com vínculo direto ao cuidado estético dos lugares.

Novamente abrindo para os espaços públicos, em geral, quando solicitado aos respondentes que indicassem os lugares que poderiam existir em maior quantidade na cidade de Ituiutaba, foram registrados 74,1% de lugares que fazem referência a espaços públicos de uso comum, principalmente parques. Quando relacionamos essa informação aos lugares mais visitados na cidade, bem como aos principais motivos de ir aos espaços públicos, vemos que os lugares almejados não são aqueles vividos na cotidianidade. Porém, se relacionados aos principais motivos de não frequentarem praças e parques, também, às possíveis melhorias nestes mesmos lugares existentes, o problema não está centrado na falta de tempo livre ou de atrativos. Isso que nos leva a pensar que aparentemente, o desejo de espaços públicos de uso comum, mas sim, lugares diferentes dos que são encontrados, incluindo a percepção que no geral, atualmente são mal conservado e sujos, não apenas isso, mas saturados de objetos técnicos e de fluxos intensificados que causam a conturbação, especialmente das áreas centrais,

sobretudo nas ruas e calçadas, como demonstrado por Ferreira (2002), trazendo a imagem dos espaços públicos das áreas mais usadas elucubrações que os identificam como algo que, ao reunir demais, apresenta os resíduos das interações como a excrecência da reprodução capitalista.

Desse modo, reunindo algumas características encontradas aqui, podemos inferir que, dentro da cotidianidade, os espaços públicos na cidade são percebidos e vividos através da perspectiva do pouco uso pela falta de tempo, mas também pela falta da atratividade, o que aparece mais do que contraditório, como complementar, encaminhando os indivíduos a espaços particulares de uso coletivo, principalmente para atividades voltadas ao consumo, o que pode ser relacionado, em grande medida, ao tempo imposto. Já em uma perspectiva do cotidiano, a percepção da problemática ligada a questões físicas e estéticas influencia na capacidade de se pensar sobre novos espaços.

Outro aspecto interessante, ligando-se à perspectiva de que a procura se dá por espaços públicos de uso comum diferentes dos encontrados atualmente, é que quando solicitado que os respondentes indicassem o que consideram por espaço público, a maioria das respostas continha a perspectiva de um espaço aberto e coletivo e que contenha divertimentos, ou seja, espaços que não fazem parte da cotidianidade indicada, até então.

Ao final, trazendo a consideração sobre a questão da responsabilidade e o cuidado com os espaços públicos, temos, talvez, o mais relevante dado para pensarmos a possibilidade de outros espaços públicos. Observamos, a partir dos respondentes, a percepção da latente presença do Estado, exclusivamente ou assistindo pela sociedade, em geral. Essa percepção do indivíduo demonstra que outros tipos de espaços públicos, de outra qualidade, não se apresentam no horizonte, pois, como evidenciamos, o espaço público produzido pelo Estado se estabelece impondo condições que se transformam em determinações, que, por sua vez, limitam outras perspectivas mais associadas à liberdade e à autonomia da produção dos espaços públicos.

Em um primeiro momento, evidenciamos os contornos delimitados, dentro da concepção científica, utilizando teses que abordam, como objeto de estudo, o espaço público urbano, incorporando conceitos e formas ao seu tratamento. Posteriormente, investigamos o processo de urbanização de nosso quadro urbano, buscando compreender como se constituiu a cidade em questão. No passo seguinte, apresentamos alguns principais espaços de interações cotidianas, segmentados entre aquela de uso comum, especial e particular de uso coletivo, tendo a premissa que neles se realiza a vida urbana para além do tempo do trabalho. Tendo visto algumas questões mais empíricas, buscamos elaborar, no momento seguinte, uma aproximação de alguns elementos teóricos concernentes à produção do espaço, por conseguinte, do espaço público, visando criar subsídios para o entendimento das seções posteriores. Nestas, foram trabalhadas a maneira com que é produzido os espaços públicos pelo Estado, figurado no PPM, e, seguidamente, algumas situações demonstrativas que evidenciam usos nos espaços públicos da cidade. Por fim, abordamos a caracterização do cotidiano e a cotidianidade a partir da constatação da dinâmica do uso do tempo e das interações.

Nesse sentido, remontando o que foi tratado a partir dos objetivo específicos, procurando responder ao objetivo proposto, podemos, neste momento, de maneira mais sintética, delimitar os elementos que compõem a dinâmica de (re)produção do espaço público a partir de Ituiutaba.

Iniciando pela perspectiva científica da produção do espaço público, fazendo parte, então, da manifestação da concepção formal dos espaços públicos, observamos que a produção acerca dos espaços públicos urbanos brasileiros evidencia a amplitude dos conceitos e noções que permeiam sua abordagem, manifestando, sobretudo, a necessidade de pensarmos os espaços públicos dentro de contextos espaciais e temporais, de acordo com sua inserção na cidade. Nesse sentido, vislumbramos não apenas os elementos teóricos que direcionaram os estudos, mas, especialmente, os práticos, permitindo, assim, uma leitura atualizada e mais assertiva dos elementos estruturantes desses espaços enquanto lugares, a partir de processos de apropriação. Vislumbramos também o papel do Estado como agente com maior preponderância, sendo fundamental o modo como sua prática materializa formas de controle. Observamos, ainda, como os espaços públicos ingressam dentro de dinâmicas cotidianas, podendo comportar relações de complementariedade e de contradição ao se apresentarem como espaços de realização da vida urbana.

Nessa perspectiva, indo além da esfera pública, mas ainda sendo constituído por ela, os espaços públicos demandam olhares que permitam apreender sua complexidade dentro de contextos sociais, em sua espacialidade, portanto, sempre atualizando-a, na medida em que a

sociedade incorpora novas técnicas e tecnologias, novas formas de viver na cidade. Nesta perspectiva da pluralidade, principalmente, a partir da complementaridade dos estudos, é possível montar o quebra-cabeça que auxilia na compreensão da complexidade dos espaços públicos urbanos, apresentando um quadro em que determinadas particularidades e situações possam ser apresentadas e analisadas considerando sua materialidade.

A visão científica, principalmente geográfica, desde que se desvincule do caráter ideal do espaço público, procurando meios de apreensão nos elementos práticos, evidencia o mundo real. Dessa maneira, torna-se impossível, ou ao menos irresponsável, não desembocar em uma crítica a respeito da atual situação dos espaços públicos urbanos. Essa crítica, até mesmo pelas diferentes abordagens, identifica distintos processos que direta ou indiretamente fazem com os espaços públicos estejam inseridos em uma problemática sobre a qualidade da produção do espaço urbano que apresentam nuances em diversas cidades, aproximando-se, assim, da composição de elementos sociais, econômicos e políticos que estão inseridos no contexto do direito à cidade, tanto pela presença quanto pela ausência de espaços públicos acessíveis e dispostos qualitativamente.

Caminhando para outro momento da tese, mais especificamente para a compreensão da urbanização de Ituiutaba, vemos uma cidade que tem por característica ser uma cidade brasileira do interior do país e de origem de ocupação que data no século XIX, com data oficial de fundação no início do século XX. Na cidade em questão, é constituído um substrato material que se manifesta a partir dos impulsos de urbanização, perpassando pela relação entre a constituição social proveniente da consolidação de uma elite local agropecuária e pela migração em função do trabalho rural. Posteriormente, a transição brusca entre campo e cidade e a intensificação recente da urbanização por políticas de habitação, em certa medida, proporcionaram uma cidade deficiente em espaços públicos de uso comum, sendo restritos, sobremaneira, aos lugares centrais, de ocupação com origem mais antiga, especialmente vinculados historicamente à localização de moradias da classe com maior poder econômico.

No aspecto formal, e em um primeiro golpe de vista, os espaços públicos de uso comum localizados evidenciam a tradicionalidade das praças centrais, em grande medida, como espaços de circulação durante o dia e encontro noturno. Este último, restrito a quem consegue se deslocar em veículos particulares. De outro modo, vemos, considerando espaços de interações, de sociabilidade, que espaços particulares de uso coletivo adentram nos bairros, por vezes, apresentando-se como destino provável, senão único, para determinadas frações da sociedade local.

Aprofundando na produção formal do espaços públicos, papel fundamentalmente do Estado, vemos que a formalidade e institucionalidade invade a produção dos espaços públicos, criando-os com condições que determinam os usos, e mesmo a sua própria reprodução dentro dessas mesmas condições. Desse modo, de maneira mais generalizada, os sujeitos se situam fora da criação dos espaços públicos, com exceção feita nas aberturas deixadas pelo Estado. Parte daí a ambivalência entre práticas que tornam os espaços públicos próprios para o uso, não tornando-os particulares, constituindo lugares públicos, e também aquelas que tornam os espaços públicos próprios não para o uso no sentido da apropriação, de maneira a restringi-los em benefício próprio ou para exploração econômica.

Assim sendo, quando dizemos que os espaços públicos adquirem, na contemporaneidade, conflitos latentes entre as dimensões de sua produção, argumentamos que, na relação entre concebido e vivido, as práticas socioespaciais cotidianas remontam a uma vivência normatizada, automatizada e autorreferente, manifestando, assim, uma deterioração da sociabilidade pública acompanhada pela perda dos espaços propícios ela.

Pela transformação do imaginário político e urbano, a concepção do espaço público se altera a partir do papel que Estado passa a desempenhar como gestão, inclusive pela ausência de recursos, não cabendo a ele proporcionar a criação e manutenção de lugares de sociabilidades acessíveis a toda a população, salvo as exceções que indicariam uma imagem positiva da cidade em competição com as demais – como exemplo, a construção de parques que envolveriam muito mais uma representação (que confirma o concebido) do que o uso.

Ao moldar as subjetividades individuais e coletivas, o próprio estatuto do espaço público é modificado. O espaço percebido, com as respectivas práticas socioespaciais, é redirecionado para espaços de consumo, assim segmentando o uso, devido às condições econômicas. Também, há o direcionamento para os lugares fechados, em favor da “segurança”, proporcionada pela indeterminação do espaço público de amplo acesso.

De outra maneira, faz parte do processo de transformação do espaço público a vigilância constante, realizada por todo um aparato de psicopedagogia (institucional) que ataca as subjetividades, inibindo a criatividade política; também, de forma objetiva, se manifesta na vigilância a partir da securitização permanente e que tende onipresença, gerindo e normatizando o cotidiano.

Desse modo, se a produção corrente (normalmente encontrada) de espaços públicos, procura reproduzir uma lógica que enfraquece as condições dos espaços de uso comum, como produzir outros tipos de espaços públicos? Ao que parece, ainda que seja uma difícil missão, deve-se realizá-la nas três dimensões da produção do próprio espaço, mais especificamente, o

urbano. O concebido, tanto científico quanto técnico (do planejamento), necessita evadir a idealidade, buscando, na materialidade, os elementos para se pensar espaços possíveis, reconhecendo nos usos, nas apropriações da sociedade, os indícios e as demandas implícitas e explícitas por espaços públicos que podem vir a se tornar lugares, desse modo, convocando a população a participar diretamente da produção de espaços públicos, onde e como eles realmente fazem sentido. Esse movimento deve abarcar diretamente os limites impostos pelas condições impostas pelo Estado, tornando-as não limitadoras da constituição de espaços públicos que não sejam marcados apenas como exterioridade para os sujeitos, mas sim, parte inerente da realização de suas vidas cotidianas.

Por fim, o espaço público é passível de tantos olhares quanto a própria cidade. Ele é tanto uma série de práticas quanto um conjunto de representações. Práticas e representações se articulam; ele é território, pela projeção do poder, e é lugar, pela apropriação; espaço da liberdade, pela emancipação e da coerção pela norma. Os usos dos espaços públicos na cidade expressam a vida humana em potência.

REFERÊNCIAS

- AHERN, Jack. Greenways as a planning strategy. **Landscape And Urban Planning**, [S.L.], v. 33, n. 1-3, p. 131-155, out. 1995. Elsevier BV. [https://doi.org/10.1016/0169-2046\(95\)02039-V](https://doi.org/10.1016/0169-2046(95)02039-V).
- ALEX, Sun. **Projeto Praça: Convívio e exclusão no espaço público**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2011.
- ALVAREZ, Isabel Pinto. Produção do Espaço em Tempos de Crise. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri *et al.* **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.
- ALVES, Glória da Anunciação. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 23, n. 3, p. 551-563, 2019. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.163307>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/163307>. Acesso em: 5 jan. 2022.
- ALVES, Manoel Rodrigues. Transformações Culturais e Contradições Urbanas do Espaço Público Contemporâneo. **Cidades**, São Paulo, v. 11, n. 19, p. 472-497, jan. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/11986>. Acesso em: 08 dez. 2021.
- ALVES, Rafael de Oliveira. O direito e a propriedade: o privado, o público, o comum. *In*: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloisa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.
- ALVES, Rafael de Oliveira. **Entre despossessão e apropriação, o direito à cidade: quando o comum é possível**. 2015. 258 f, Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/39392/1/Tese%20Rafael%20de%20Oliveira%20Alves%202015.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2022.
- AMVAP, Associação dos Municípios do Vale do Paranaíba. **Ituiutaba inaugura academia ao ar livre e obras da canalização do São José**. 23 de março de 2014. Disponível em: [AMVAP – Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba \(amvapmg.org.br\)](http://amvapmg.org.br). Acesso em: 10 dez. 2022.
- ARANTES, Rafael de Aguiar. **O(s) Espaços(s) Público(s) numa cidade desigual e segregada**. 2016, 249 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Salvador, Salvador, 2016.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução: Roberto Raposo. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- AUTOR DESCONHECIDO. **Foto da capa: Igreja Matriz de São José e Praça Cônego Ângelo**. 19 fev. 2023. Instagram: Artejucana. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1HkcpMnfbUB_ZTTjm96j-LyuVKNtYvdlw/view?usp=sharing. Acesso em: 14 mar. 2023.

AZEVEDO, Ricardo José Gontijo. **O espaço público em cidades médias: análise da dinâmica socioespacial de praças e parques de Limeira-SP.** 2013, 279 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/104301>. Acesso em: 12 set. 2020.

BARGOS, Danúbia Caporusso; MATIAS, Lindon Fonseca. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. **REVSBAU**, Piracicaba - SP, v. 6, n. 3, p.172-188, set. 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332823752_AREAS_VERDES_URBANAS_UM_ESTUDO_DE_REVISAO_E_PROPOSTA_CONCEITUAL. Acesso em 13 set. 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Tradução de: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN. **Globalização: as consequências humanas.** São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1999.

BENACH, Núria. Da desigualdade social à justiça espacial. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros de. **Justiça espacial e o direito à cidade.** São Paulo: Contexto, 2017.

BENINI, Sandra Medina. Áreas Verdes Públicas: **A construção do conceito e a análise geográfica desses espaços no ambiente urbano.** 2009, 283 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/92855/benini_sm_me_prud.pdf?sequence=1. Acesso em: 14 jul. 2022.

BENTHAM, Jeremy. **The Works of Jeremy Bentham.** Vol. 1. 1962. Online Library of Liberty. Disponível em: <https://oll.libertyfund.org/title/bowring-the-works-of-jeremy-bentham-vol-1>. Acesso em: 08 fev. 2023.

BORTOLO, Carlos Alexandre de. **A dinâmica dos espaços públicos de lazer em cidades da aglomeração urbana de Londrina - PR.** 2015, 232 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/2869/1/000218331.pdf>. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 01 jan. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 5788/90.** Estatuto da Cidade. Presidente da República, em 10 de julho de 2001.

BRASIL. **Lei n.º 11977, de 07 de julho de 2009**. Brasília, DF, 07 jul. 2009. Dispões sobre o Programa Minha Casa Minha vida Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/111977.htm. Acesso em: 08 mar. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe Sobre O Parcelamento do Solo Urbano e Dá Outras Providências. Brasil. 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm. Acesso em: 12 jan. 2022.

BUCCHERI FILHO, Alexandre Theobaldo; NUCCI, João Carlos. Espaços livres, áreas verdes e cobertura vegetal no bairro Alto da XV, Curitiba/PR. **Revista do Departamento de Geografia**, S.I., n. 18, p.48-59, 2006. DOI: <https://doi.org/10.7154/RDG.2006.0018.0005>.

BUCCHERI FILHO, Alexandre Theobaldo; TONETTI, Emerson Luis. QUALIDADE AMBIENTAL NAS PAISAGENS URBANIZADAS. **Revista Geografar**, v. 6, n. 1, p.23-54, 30 jun. 2011. Universidade Federal do Paraná. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/geografar.v6i1.21802>.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2011.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. **Indicação n.º 155, de 10 de abril de 2018**. Ituiutaba. 2018. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.leg.br>. Acesso em: 08 fev. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. **Indicação n.º 389, de 20 de outubro de 2020**. Ituiutaba. 2020. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.leg.br>. Acesso em: 08 fev. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. **Indicação n.º 39, de 20 de fevereiro de 2017**. Ituiutaba. 2017. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.leg.br>. Acesso em: 08 fev. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. **Indicação n.º 436, de 28 de setembro de 2015**. Ituiutaba. 2015. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.leg.br>. Acesso em: 08 fev. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. **Indicação n.º 93, de 13 de agosto de 2018**. Ituiutaba. 2018. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.leg.br>. Acesso em: 08 de fev. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. **Indicação n.º 95, de 27 de junho de 2017**. Ituiutaba. 2017. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.leg.br>. Acesso em: 08 fev. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. **Resolução n.º 583, de 01 de abril de 1992**. Regimento Interno da Câmara Municipal de Ituiutaba. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.leg.br>. Acesso em: 08 fev. 2023.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Uma leitura sobre a cidade. *In: Revista Cidades*. GEU: Grupo de Estudos Urbanos. Presidente Prudente/SP. v. 1 n. 1, 2004, p. 11 - 30.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A privação do urbano e o "direito à cidade" em Henri Lefebvre. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros de. **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. *In*: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CASTRO, Iná Elias de. Espaços públicos como espaços políticos: o que isso quer dizer?/public spaces as political spaces. **Geografares**, n. 26, p. 12-33, 10 ago. 2018.

CASTRO, Iná. Elias de. Espaços públicos como espaços políticos: o que isso quer dizer? /Public spaces as political spaces: what does it mean? **Geografares**, n. 26, p. 12–33, 2018. DOI: <https://doi.org/10.7147/GEO26.20997>.

CATALÃO, Igor de França. **Brasília, metropolização e espaço vivido**: práticas especiais e vida cotidiana na periferia goiana da metrópole. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. (Coleção PROPG Digital - UNESP). ISBN 9788579831058. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/109151>. Acesso em: 02 ago. 2022.

CAVALHEIRO, Felisberto; PICHIA, Paulo Celso Dorneles del. Áreas verde: Conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 1. 1992, Vitória. **Anais...** . Vitória: CBAU, 1992. p. 29 - 38.

CELESTINO, Edivania Duarte. **A percepção do espaço público na modernidade**: um olhar sobre a cidade de natal. 2009, 197 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/13714>. Acesso em: 10 jul. 2020.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

CHAVES, Luciana Domingues. **Produção do espaço urbano e mercado imobiliário**: a oferta de terrenos não edificados e imóveis residenciais urbanos em Ituiutaba (MG). 2016, 106 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6775>. Acesso em: 21 ago. 2020.

CIGOLINI, Adilar Antônio. **A fragmentação do território em unidades político-administrativas**: análise da criação de municípios no Estado do Paraná. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/81166>. Acesso em: 23 out. 2021.

COCOZZA, Glauco de Paula.; OLIVEIRA, Lucas Martins de. Forma urbana e espaços livres na cidade de Uberlândia (MG), Brasil. **Paisagem e Ambiente**: Ensaios, São Paulo, p.9-32, jan. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/88070>. Acesso em 19 jun. 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: Um texto para discussão. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri.; SOUZA, Marcelo. Lopez. de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014.

DAMIANI, Amélia Luisa. O lugar, o mundo e o cotidiano. *IN*: O encontro internacional: lugar, formação sócioespacial, mundo, 1994, São Paulo. **Palestra**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994. p. 1-7.

DELGADO, Manuel, El urbanismo contra lo urbano. La ciudad y la vida urbana en Henri Lefebvre. **Revistarquis**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 65-71, 28 dez. 2017. Universidad de Costa Rica. DOI: <http://dx.doi.org/10.15517/ra.v7i1.31895>.

DELGADO, Manuel. **El Espacio Público como Representación**: espacio urbano y espacio social en Henri Lefebvre., Oporto, v., n., p. 1-6, jan. 2013. Disponível em: http://www.oasrn.org/pdf_upload/el_espacio_publico.pdf. Acesso em: 14 dez. 2021.

DELGADO, Manuel. El fetichismo del espacio público. **Revista Cidades**, [S.L.], v. 11, n. 19, p. 44-79, 7 jan. 2014. Universidade Federal da Fronteira Sul. DOI: <http://dx.doi.org/10.36661/2448-1092.2014v11n19.11970>.

DELGADO, Manuel. El urbanismo contra lo urbano. La ciudad y la vida urbana en Henri Lefebvre. **REVISTARQUIS**, San José, Costa Rica, v. 1, n. 7, p. 65-71, jan. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322346836_El_urbanismo_contra_lo_urbano_La_ciudad_y_la_vida_urbana_en_Henri_Lefebvre. Acesso em: 18 dez. 2021.

DELGADO, Manuel; MALET, Daniel. El Espacio Público como Ideología. *In*: **Jornadas Marx Siglo XXI**. Logroño: 2007. p. 1-13. Disponível em: <https://antropologiadeoutraforma.files.wordpress.com/2014/03/el-espacio-publico-como-ideologia-manuel-delgado.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2021.

DUARTE, Maria Querubina Santos. **Raízes rurais na vivência urbana: resistência, desistências, recriações. Ituiutaba 1970 – 1985**. 2001, 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/21768>. Acesso em: 20 dez. 2021.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo, 2015. 413 p. (Coleção: Estado de Sítio).

DUNKER, Christian. A Psicanálise nos Espaços Públicos. *In*: BROIDE, Emília; KATZ, Ilana. **Psicanálise nos espaços públicos**. São Paulo: Ip/Usp, 2019. p. 10-21. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/eventos/Psicanalise_espacos_publicos.pdf. Acesso em: 14 jul. 2022.

ESTEVAM, Luís. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia: Ed. do autor, 1998.

FERREIRA, William Rodrigues. **O Espaço Público nas Áreas Centrais: a rua como referência - um estudo de caso em Uberlândia-MG**. 2002, 358 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-28042006-103725/pt-br.php>. Acesso em: 10 out. 2019.

FIRMINO, Rodrigo José. Securitização, vigilância e territorialização em espaços públicos na cidade liberal. In: BRUNO, Fernanda. **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 69-90.

FRIEDRICH, Daniela. **O parque linear como instrumento de planejamento e gestão de áreas de fundo de vale urbanas**. 2007, 273 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/13175>. Acesso em: 20 jan. 2023.

G1 TRIÂNGULO MINEIRO. **População se une para revitalizar calçadão de Ituiutaba, MG**. 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2012/01/populacao-se-une-para-revitalizar-calcaodo-de-ituiutaba-mg.html>. Acesso em: 13 jul. 2022.

GALENDER, Fany Cutcher. Considerações sobre a conceituação dos espaços públicos urbanos. **Paisagem e Ambiente**, n. 4, p.113-120, 10 dez. 1992. Universidade de São Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i4p113-120>.

GIDDES, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de: Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIORDANO, Lucilia do Carmo. **Análise de um conjunto de procedimentos metodológicos para a delimitação de corredores verdes (Greenways) ao longo de cursos fluviais**. 2004, 162 f. Tese (Doutorado em Ciências Exatas) – Universidade Estadual Paulista, 2004. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/102933>. Acesso em: 18 jan. 2023.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição Urbana: Ensaio de Geopolítica da Cidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

GUERRA, Maria Eliza Alves.; LIBERA, Izabela Ilka Medeiros Dalla. Agentes Produtores Da Forma Urbana Nas Cidades Médias Do Triângulo Mineiro E Alto Paranaíba – Estudo De Caso: Ituiutaba. In: COLÓQUI QUAPA SEL, 9., 2014, Vitória. **Anais...** Vitória: Ufes, 2014. p. 1 - 22. Disponível em: [Agentes-produtores-da-forma-urbana-nas-cidades-médias-do-triângulo-mineiro-e-alto-Paranaíba---estudo-de-caso-Ituiutaba.pdf \(usp.br\)](https://repositorio.unesp.br/handle/11449/102933). Acesso em: 27 dez. 2018.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional**. Uberlândia: EDUFU, 2010. DOI: <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-249-6>.

GURZA LAVALLE, Adrián. As dimensões constitutivas do espaço público: uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 25, n. 46, p. 33 – 44, 2005. Disponível em:

https://www.academia.edu/10371331/As_Dimens%C3%B5es_Constitutivas_do_Espa%C3%A7o_P%C3%ABlico_Uma_abordagem_pr%C3%A9_t%C3%B3rica_par_lidar_com_a_teor%C3%ADa. Acesso em: 18 out. 2021.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Denílson Luís Werle. São Paulo: Unesp, 2014.

HARDT, Michael. **O Comum no comunismo**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Cambridge Mass: Harvard University Press, 2000.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2019.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. 5. ed. São Paulo: Editora Record, 2003. ISBN 8501059552.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Tradução de: Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 29, n. 29, p.73-89, jun. 2012.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 25. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

HOLZER, Wherter. Sobre territórios e lugaridades. **Cidades**, São Paulo, v. 10, n. 17, p. 18-29. 2013.

ITUIUTABA, Prefeitura Municipal de. **Perfil Oficial da Prefeitura de Ituiutaba**. Disponível em: <https://www.instagram.com/prefeituraituiutaba/>. Acesso em: 01 dez. 2012.

ITUIUTABA, Prefeitura Municipal de. **Site oficial da Prefeitura Municipal de Ituiutaba**. Disponível em: <https://ituiutaba.mg.gov.br/>. Acesso em: 07 fev. 2023.

ITUIUTABA. **Decreto n.º 7.485, de 22 de janeiro de 2014**. Aprova o plano de Loteamento Fechado Habitacional, denominado “Residencial Ituiutaba”. Ituiutaba, 2014.

ITUIUTABA. **Decreto n.º 6.460, de 24 de abril de 2009.** Aprova o registro de bem de natureza imaterial que especifica no livro de registro das celebrações, e da outras providências. Ituiutaba, 29 abr. 2009. Disponível em: [ipatrimonio-Ituiutaba-Irmandade-de-Sao-Benedito-e-Ternos-de-Congo-Fonte-Prefeitura-Decreto.pdf](#). Acesso em: 08 ago. 2022.

ITUIUTABA. **Lei n.º 1.363, de 10 de dezembro de 1970.** Ituiutaba, MG, 10 de dez. 1970. Dispõe sobre o Código de Posturas. Disponível em: [lei-no-1363-codigo-de-posturas.docx \(ituiutaba.mg.leg.br\)](#). Acesso em: 08 mar. 2021

ITUIUTABA. **Lei n.º 309, de 29 de janeiro de 1955.** Ituiutaba, MG, 29 jan. 1955. Dispõe sobre o Código de posturas. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-ordinarias/ano-1955/lei-n-309/view>. Acesso em: 08 mar. 2021

ITUIUTABA. **Lei Complementar n.º 153, de 13 de julho de 2018.** Ituiutaba, MG, 13 jul. 2018. Dispõe sobre o Plano Diretor. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-complementares/ano-de-2018/lei-complementar-no-153-de-13-de-julho-de-2018/view>. Acesso em: 08 mar. 2021.

ITUIUTABA. **Lei Complementar n.º 153, de 13 de julho de 2018.** Institui A Revisão do Plano Diretor Integrado do Município de Ituiutaba e Dá Outras Providências. Ituiutaba. 2018. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-complementares/ano-de-2018/lei-complementar-no-153-de-13-de-julho-de-2018/view>. Acesso em: 08 fev. 2023.

ITUIUTABA. **Lei Complementar n.º 63, de 31 de outubro de 2006.** Ituiutaba, MG, 31 out. 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor. Disponível em: [Ano de 2006 — Câmara Municipal de Ituiutaba](#). Acesso em: 08 mar. 2021.

ITUIUTABA. **Lei n.º 1.362, de 10 de dezembro de 1970.** Institui O Plano Diretor Físico e Município de Ituiutaba, Suas Normas Ordenadoras e Disciplinares e Dá Outras Providências. Ituiutaba. 1970. Disponível em: [Lei Complementar nº 63, de 31 de outubro de 2006 — Câmara Municipal de Ituiutaba](#). Acesso em: 08 fev. 2023.

ITUIUTABA. **Lei n.º 1.826, de 24 de agosto de 1977.** Autoriza Criação do Parque Municipal do Goiabal e Dá Outras Providências. Ituiutaba. 1977. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-ordinarias/ano-de-1977/lei-no-1-826-de-24-de-agosto-de-1977/view>. Acesso em: 08 fev. 2023.

ITUIUTABA. **Lei n.º 2.421, de 30 de abril de 1987.** Desafeta de sua destinação área de terrenos que especifica e dá outras providências. Ituiutaba. 1987. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-ordinarias/ano-de-1987/lei-no-2-421-de-30-de-abril-de-1987/view>. Acesso em: 06 fev. 2023.

ITUIUTABA. **Lei n.º 3.023, de 24 de março de 1994.** Desafeta de sua destinação de área reservada para logradouro o público o imóvel de menciona e dá outras providências. Ituiutaba. 1994. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-ordinarias/ano-de-1994/lei-no-3-023-de-24-de-marco-de-1994/view>. Acesso em: 08 fev. 2023.

ITUIUTABA. **Lei n.º 309, de 29 de janeiro de 1955.** Código de Posturas Municipais. Ituiutaba. 1955. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-ordinarias/ano-1955/lei-n-309/view>. Acesso em: 08 fev. 2023.

ITUIUTABA. **Lei n.º 4.089, de 16 de junho de 2011.** Dispõe sobre implantação de loteamento fechado habitacional, neste município, e dá outras providências. Ituiutaba. 2011. Disponível em: <https://ituiutaba.mg.gov.br/?pag=T0dRPU9EZz1PR009T1RnPQ==&id=2970&idtipolei=1>. Acesso em: 08 fev. 2023.

ITUIUTABA. **Lei n.º 4.116, de 24 de outubro de 2011.** Desafeta de sua destinação de imóvel reservado para equipamentos comunitários a área urbana que menciona e dá outras providências. Ituiutaba. 2011. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-ordinarias/ano-2011/lei-ndeg-4-116-de-24-de-outubro-de-2011>. Acesso em: 08 fev. 2023.

ITUIUTABA. **Lei n.º 4.379, de 21 de setembro de 2015.** Desafeta de sua destinação de área verde e afeta em bem de uso institucional a área urbana que indica e dá outras providências. Ituiutaba. 2015. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-ordinarias/ano-de-2015/lei-n-4-379-de-21-de-setembro-de-2015/view>. Acesso em: 08 fev. 2023.

ITUIUTABA. **Lei n.º 4.389, de 13 de novembro de 2015.** Desafeta de sua finalidade de área verde denominada Praça Ipiranga, do Bairro Independência desta cidade, e dá outras providências. Ituiutaba. 2015. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-ordinarias/ano-de-2015/lei-n-4-389-de-13-de-novembro-de-2015/view>. Acesso em: 08 fev. 2023.

ITUIUTABA. **Lei n.º 4.507, de 06 de julho de 2017.** Ituiutaba, MG, 06 de jul. 2017. Dispõe sobre o Plano de Mobilidade. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-ordinarias/ano-de-2017/lei-no-4-507-de-06-de-julho-de-2017/view>. Acesso em: 08 mar. 2021

ITUIUTABA. **Lei n.º 4.507, de 06 de julho de 2017.** Institui O Plano de Mobilidade Urbana de Ituiutaba e Dá Outras Providências. Ituiutaba. 2017. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-ordinarias/ano-de-2017/lei-no-4-507-de-06-de-julho-de-2017/view>. Acesso em: 08 fev. 2023.

ITUIUTABA. **Lei n.º 4.698, de 23 de dezembro de 2019.** Desafeta de Sua Destinação de Imóvel Reservado Para Áreas Verdes e Praça Senador Nogueira da Gama, e Dá Outras Providências. Ituiutaba. 2019. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-ordinarias/ano-de-2019>. Acesso em: 08 fev. 2023.

ITUIUTABA. **Lei n.º 4.749, de 23 de setembro de 2020.** Autoriza A Concessão de Uso Para Utilização Privativa Pela Associação Residencial de Ituiutaba, das Vias Internas de Circulação, Espaços Livres e Áreas Verdes do Dito Loteamento Fechado Habitacional Residencial Ituiutaba. Ituiutaba. 2020. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-ordinarias/ano-de-2020/lei-no-4-749-de-23-de-setembro-de-2020/view>. Acesso em: 08 fev. 2023.

ITUIUTABA. **Lei Orgânica Municipal, de 21 de abril de 1990.** Ituiutaba, MG, 21 abr. 1990. Disponível em: http://ituiutaba.mg.gov.br/arquivos_cliente/Lei_Organica_Ituiutaba.pdf. Acesso em: 08 mar. 2021.

ITUIUTABA. **Lei Orgânica Município de Ituiutaba**. Atualizada 2020. Disponível em: http://ituiutaba.mg.gov.br/arquivos_cliente/Lei_Organica_Ituiutaba.pdf. Acesso em: 08 fev. 2023.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2014.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

KEHL, Maria Rita. **Bovarismo Brasileiro**: ensaios. São Paulo: Boitempo, 2018.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **Comum**: ensaio sobre a revolução do século XXI. Coleção: Estado de Sítio. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.

Lefebvre, Henri. La notion de totalité dans les sciences sociales. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, vol. 18, 1955, pp. 55–77.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**: o direito à cidade ii. 2. ed. Tradução: Margarida Maria Andrade, Pedro Denski e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia**: contribucion a la teoria de las representaciones. Traducción: Óscar Barahona y Uxo Doyhamboure. México: Fondo de Cultura Economica, 1980.

LEITE, Rogério Proença de Sousa. **Espaço público e política dos lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo**. 2001, 390 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

LIMA, Ana Maria Liner Pereira *et al.* Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. *In*: Congresso Brasileiro de Arborização Urbana, 2, 1994, São Luís. **Anais...** . São Luís: Cbau, 1994. p. 539 - 553. Disponível em: <https://www.erambiental.com.br/var/userfiles/arquivos69/documentos/12925/LimaEtAl-AreasVerdes-1994.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2023.

LITTLE, Charles E. **Greenways for América**. The Johns Hopkins University Press. Baltimore, 1990.

LOBODA, Carlos Roberto. **Estudo das áreas verdes urbanas de Guarapuava – PR**. 2003, 160 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2003.

LOBODA, Carlos Roberto. **Práticas Socioespaciais e Espaços Públicos em Guarapuava - PR**. 2008, 352 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/105052>. Acesso em: 03 out. 2020.

LOBODA, Carlos Roberto; ANGELIS, Bruno Luiz Domingos de. Áreas verdes públicas urbanas: Conceitos, usos e funções. **Ambiência: Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais**, Guarapuava, v. 1, n. 1, p.125-139, jun. 2005. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/viewFile/157/185>. Acesso em: 18 abr. 2022.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. Petrópolis: Vozes, 1994.

LÓPEZ-MARCOS, Marta. Contraespacios públicos: procesos y miradas desde oriente. **Cidades**, São Paulo, v. 11, n. 19, p. 384-425, jan. 2014.

LORENÇO, Luís Augusto Bustamante. **O Triângulo Mineiro, do Império à República: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX)**. Uberlândia: EDUFU, 2010.

LUKÁCS, Georg. **Ontologia do ser social, I e II: (a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel: os princípios ontológicos fundamentais de Marx)**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MACEDO, Silvio Soares. Espaços Livres. **Paisagem e Ambiente: Ensaio**, São Paulo, n. 7, p.15-56, jun. 1995.

MAGALHÃES, Fabiano Rosa de. As Manifestações no espaço público: a rua como lugar da expressão política. **Pensamento Plural**, Pelotas, v. 12, n. 7, p. 1-29, jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3179>. Acesso em: 20 fev. 2021.

MAGALHÃES, Manuela Raposo. **Morfologia da Paisagem**. 1996, 369 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1996.

MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira. **Vidas em enclaves. Imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos**. 2013, 488 f. Tese (Doutorado em Ciências e Tecnologia) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/105071>. Acesso em: 18 dez. 2022.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCUSE, Peter. ¿Qué derecho para qué ciudad en Lefebvre? **Urban**, v. 2, p. 17-21, set. 2011. Disponível em: <http://polired.upm.es/index.php/urban/article/view/1482>. Acesso em: 09 dez. 2021.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. *In*: ARANTES, Otilia B. F. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MARX, Karl. [1844]. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Amtivalor, 2007.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; Friedrich Engels. **A Ideologia Alemã**. Domínio Público. Edição do Kindle, 1932.

MARX, Karl; Friedrich Engels.. **Manifesto do Partido Comunista**. Lisboa: Avante, 1997. Disponível em:

MAZZEI, Kátia; COLESANTI, Marlene Teresinha Munro; SANTOS, Douglas Gomes dos. Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 1, n. 19, p.33-43, 2007. Disponível em: [A estrutura de áreas verdes urbanas como indicador de qualidade ambiental e sua importância para a diversidade de aves na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul | Paisagem e Ambiente \(usp.br\)](#). Acesso em: 08 fev. 2023.

MELO, Nagela Aparecida de. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO)**: análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas, 2008, 527 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15906?mode=full>. Acesso em: 17 nov. 2021.

MILANO, Miguel Serediuk. Planejamento da arborização urbana: relações entre áreas verdes e ruas arborizadas. *In*: Encontro Nacional Sobre Arborização Urbana. **Anais** Curitiba: FUPEF, 1990.

MIYAZAKI, Vitor. Koiti. Morfologia Urbana e Estruturação da Cidade em Ituiutaba-MG: Análise das Transformações no Período 2000-2018. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**. Ituiutaba, v. 9, n. 1, p. 23-39, jan. /jun. 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/article/view/50591>. Acesso em: 14 ago. 2021.

MOREIRA, Ruy. **A geografia do espaço-mundo**: conflitos e superação no espaço do capital. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.

NARCISO, Carla Alexandra Filipe. Enfoques teóricos y usos políticos del concepto de espacio público bajo el neoliberalismo en la ciudad de Cuernavaca, México. **Cadernos Metrópole**, v. 16, n. 31, p.113-137, jun. 2014. FAPUNIFESP (SciELO). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3105>.

NARCISO, Carla Alexandra Filipe. **Espaço Público: desenho, organização e poder, o caso de Barcelona**. 2018, 174 f. Dissertação (Doutorado em Geografia) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/1736>. Acesso em: 02 out. 2022.

NARCISO, Carla. Alexandra Filipe.; VELÁSQUEZ, Blanca Rebeca Ramírez. Discursos, política y poder: el espacio público en cuestión. **Territorios**, v. 18, n. 35, p.37-57, 15 ago. 2016. Colegio Mayor de Nuestra Senor del Rosario. Disponível em: www.scielo.org.co/pdf/terri/n35/n35a03.pdf. Acesso em 13 out. 2020.

NASCIMENTO, Plínio Andrade Guimarães; MIYAZAKI, Vitor Koiti.; MELO, Nagela Aparecida de. Ituiutaba (MG): dinâmica da produção do espaço urbano e a habitação popular. **Revista GEOARAGUAIA**, v. 2, p. 90-115, 2012.

NETTO, José Paulo. Para a crítica da vida cotidiana. *In*: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NOVAIS, Aloísio Silva. **História antiga de Ituiutaba**. Ituiutaba (MG), 1974.

NUCCI, João Carlos. **Qualidade ambiental e adensamento urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP)**. 2. ed. Curitiba: O Autor, 2008.

OLIVEIRA, Bianca Simoneli.; SOARES, Beatriz Ribeiro. **O papel das cidades locais do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba no contexto regional**. 2000, 30 f. Relatório (Iniciação Científica) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000.

OLIVEIRA, Bianca Simoneli. **Ituiutaba (MG) na rede urbana Tijucana: (re) configurações socio-espaciais no período de 1950 a 2000**. 2013, 208p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

OLIVEIRA, Carlos Henke de. **Planejamento Ambiental na Cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes: diagnóstico e proposta**. 1996, 196 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1996. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1950/mestrado-carlos-henke-oliveira.pdf?sequence>. Acesso em: 26 ago. 2022.

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda. **Urbanização e cidades: análises da microrregião de Ituiutaba (MG)**. 2013, 431 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15977>. Acesso em: 15 mai. 2021.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. Para compreender o "Leviatã urbano": a cidadania como nexos político-territorial. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014.

PADUA, Rafael Faleiros de. Habitar como horizonte utópico. **Geosp Espaço e Tempo (Online)**, [S.L.], v. 23, n. 3, p. 478-493, 7 out. 2019. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2019.162950>.

PÁDUA, Rafael Faleiros de. Pensando a noção de prática socioespacial. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto. **Geografia urbana crítica: teoria e método**. São Paulo: Contexto, 2018.

PEREIRA, Lucas Alves. **Áreas verdes urbanas: um estudo a partir do espaço público em Ituiutaba, Minas Gerais - Brasil**. 2019, 218 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.607>.

PEREIRA, Lucas Alves; LOBODA, Carlos Roberto. Apropriação do Espaço Público e Sociabilidade: um enfoque a partir dos idosos e sua mobilidade em Ituiutaba (MG). **Brazilian Geographical Journal**, [S.I.], v. 10, n. 2, p. 91-111, jul. 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/article/view/53944>. Acesso em: 22 set. 2021.

PEREIRA, Lucas Alves; LOBODA, Carlos Roberto. O Canteiro Central da Avenida Minas Gerais: uma análise a partir das demandas demográficas de usuários do entorno. **Caminhos de Geografia**, [S.L.], v. 21, n. 76, p. 28-41, 3 ago. 2020. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/rcg217646630>.

PORTAL TUDO EM DIA. **Centro Turístico Camilo Chaves Neto foi inaugurado em Ituiutaba**, 23 de março de 2015. Disponível em: <https://www.tudoemdia.com/centro-turistico-camilo-chaves-neto-foi-inaugurado-em-ituiutaba>. Acesso em: 06 dez. 2022.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros**. 2012, 284 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP, USP, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/16/tde-07122016-101803/publico/QUEIROGA.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. **A megalópole e a praça: o espaço entre a razão da dominação e a ação comunicativa**. 2001, 366 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: [Queiroga_Eugenio_Fernandes_DO_2002.pdf](http://repositorio.usp.br/handle/11362-4/113624). Acesso em: 03 ago. 2022.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes.; BENFATTI, Denio Munia. Sistemas de espaços livre urbanos: construindo um referencial teórico. **Paisagem e Ambiente**, n. 24, p.81-88, 31 dez. 2007. Universidade de São Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i24p81-87>.

RAFAEL, Luana Regina Mendes. **Entre o ritmo, a cor e o movimento: as territorialidades na festa de congada da cidade de Ituiutaba/MG**. 2018, 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/21554?mode=full>. Acesso em: 27 dez. 2018.

RAMÍREZ, Blanca; NARCISO, Carla Filipe. Do direito ao espaço público à justiça na cidade. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros de. **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

REGIONALZÃO. **Vereadores de Ituiutaba visitam obra do Estádio Municipal Júlia do Prado**. 11 de abril de 2022. Disponível em: <https://regionalzao.com.br/noticia/48053/vereadores-de-ituiutaba-visitam-obra-do-estadio-municipal-julia-do-prado>. Acesso em: 13 jan. 2023.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras: Public squares in Brazil**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1997.

ROSA, Harmut. **Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade**. São Paulo: HUCITEC, 2019.

ROSA, Harmut. Aceleración social: consecuencias éticas y políticas de una sociedad de alta velocidad desincronizada. **Persona & Sociedad**, v. 25, n. 1, p. 9-49, jan. 2011.

ROSA, Harmut. **Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade**. Tradução: João Lucas Tziminadis. São Paulo: UNESP, 2019.

ROSE, Carol. The Comedy of the Commons: Custom, Commerce, and Inherently Public Property. **The University of Chicago Law Review**, v. 53, n. 3, p. 711–781, 1986.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade**, 2001. Ridendo Castigat Mores. Disponível em: ebooksbrasil.org. Acesso em: 31 jan. 2023.

SALCEDO, Rodrigo Hansen. El espacio público en el debate actual: Una reflexión crítica sobre el urbanismo post-moderno. Santiago de Chile, **Revista EURE**, v. 28 n.84, sep. 2002. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612002008400001. Acesso em: 02 out. 2020.

SANTINI, Rita de Cássia Giraldi. **Dimensões do lazer e da recreação**. São Paulo: Angelotti, 1993.

SANTOS, Laudénides Pontes dos. **Os espaços públicos de lazer na cidade de Teresina (PI)**. 2015, 326 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_6c109c2067b70a5cdb1177f83a6d5fa9. Acesso em: 03 dez. 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos metodológicos da Geografia**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a.

SANTOS, Milton. **O espalho do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014b.

SCHMID, Christian. (2012). A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP Espaço E Tempo** (Online), 16(3), p. 89-109, 2012. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2012.74284>.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A Insurreição do Uso. *In*: MARTINS, José de Souza. (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Territórios do uso. **Revista Cidades**, [S.L.], v. 1, n. 2, p. 181-206, 18 ago. 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.36661/2448-1092.2004v1n2.12539>.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público**: as tiranias da intimidade. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SERPA, Angelo. A ampliação do consumo e os conflitos entre o público e o privado na cidade contemporânea: questões para debate. *In*: CARLOS, Ana F. A.; LEMOS, Amália I. G. (Org.). **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2005.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

SERPA, Angelo. Uma geografia que se pratica no dia a dia. *Geosaberes*, [S.L.], v. 11, p. 437, 4 jul. 2020. **Revista Geosaberes**. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/53624/1/2020_art_aserpa.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

SILVA, Cesar Henrique Matos e. **Espaço público político e urbanidade: o caso do centro da cidade de Aracaju**. 2016, 314 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/8834/1/TeseCesarSilva-parte1.pdf>. Acesso em: 03 set. 2020.

SILVA, Daniel de Araújo. **Do acesso à calçada ao acesso à cidade: acessibilidade na mobilidade urbana em Ituiutaba-MG**. 2017, 210 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2017. DOI: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2017.311>.

SILVA, Daniel de Araújo. **Por entre ruas e calçadas: A acessibilidade na área central de Ituiutaba/MG**. 2014, 146 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2014.

SOBARZO, Oscar Alfredo Miño. **Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente**. 2004, 224 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/105050>. Acesso em: 03 jan. 2020.

SOBARZO, Oscar. A produção do espaço público: da dominação a apropriação. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 19, p. 93-111, 2006.

SOBARZO, Oscar. Apontamentos para uma proposta teórico-metodológica para análise dos espaços públicos em cidades médias. *In*: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOJA, Edward. **Postmetrópolis: estudios críticos sobre las ciudades y las regiones**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.

SPIRN, A. W. **O jardim de granito: a natureza no desenho da cidade**. São Paulo: Edusp, 1995,

TEIXEIRA, Matheus. Eduardo Souza. **Efeitos da Expansão do Setor Sucroenergético sobre a Pecuária Bovina – Uma Avaliação na Região de Ituiutaba/MG**. 2020, 224 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/28792>. Acesso em: 18 nov. 2020.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. **Comum Urbano: a cidade além do público e do privado**. 2017, 244 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/IGCC-B9BM6M>. Acesso em: 01 dez. 2022.

TRINCHERO, Héctor Hugo; OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino; MARTINS JÚNIOR, Carlos. O COTIDIANO E O TERRITÓRIO. **Revista Geopantanal**, Corumbá, v. 22, p. 171-183, jun. 2017.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. **A transformação da noção de espaço público: a tendência à heterotopia no largo da carioca**. 2007, 255 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/686429.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE PESQUISA JUNTO À POPULAÇÃO

Pesquisa sobre o espaço público de Ituiutaba (MG)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “DE QUEM É O ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA? Dimensões e práticas socioespaciais na cotidianidade”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Prof. Dr. William Rodrigues Ferreira e Lucas Alves Pereira.

Na sua participação, você responderá ao formulário que visa coletar algumas informações necessárias à realização da pesquisa citada. Por meio das respostas coletadas, será possível entender um pouco mais o papel da cidade e do espaço público no cotidiano e nos usos dos espaços.

Dependendo do perfil do participante, a quantidade total de questões pode chegar a 40, sendo 7 minutos o tempo médio para responder todo o formulário.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. É compromisso do pesquisador divulgar os resultados da pesquisa, em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada (Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 3º, Inciso IV).

Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa.

Havendo algum dano decorrente da pesquisa, você terá direito a solicitar indenização através das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 19).

O risco que pode surgir com a pesquisa ocorre de acordo com a possibilidade de o participante se sinta constrangido a responder alguma das questões. Para que o risco seja tratado, em todas as questões um item “prefiro não responder” aparecerá, permitindo que o respondente salte a questão.

Os benefícios serão proporcionados pela melhor compreensão sobre o espaço público, produzindo subsídios para políticas públicas.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa.

Uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido poderá ser obtido no link:

<https://1drv.ms/b/s!AsKDP0qEwZe9gcYgOZAYMOy80Zjtyg?e=IXYpsR>

O pesquisador atenderá as orientações da Resolução nº 510/16, Capítulo VI, Art. 28: IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: William Rodrigues Ferreira, telefone 34-3291-6302 ou com Lucas Alves Pereira, telefone 34-991479370, ambos vinculados ao Programa de Pós-graduação em Geografia (UFU) campus Santa Mônica - Bloco 1H - Av. João Naves de Ávila, 2121 - Bairro Santa Mônica Uberlândia - MG - CEP 38400-902.

Para obter orientações quanto aos direitos dos participantes de pesquisa acesse a cartilha no link:

https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/Cartilha_Direitos_Eticos_2020.pdf.

Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, campus Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Ao aceitar a questão seguinte você concorda em participar da pesquisa.

*Obrigatório

1. *

Marcar apenas uma oval.

Concordo em participar da pesquisa. Declaro, também, que tenho 18 anos ou mais de idade.

Questões sobre o perfil do respondente

2. Reside ou residiu recentemente em qual bairro na cidade de Ituiutaba?

3. Quanto tempo de residência no bairro? *

Marcar apenas uma oval.

- Menor que 1 ano
- De 1 até 2 anos
- De 2 até 4 anos
- De 4 até 8 anos
- De 8 até 15 anos
- Mais de 15 anos
- Prefiro não responder

4. Qual sua idade? *

Marcar apenas uma oval.

- 18 a 19 anos
- 20 a 29 anos
- 30 a 39 anos
- 40 a 49 anos
- 50 a 59 anos
- Mais de 60 anos
- Prefiro não responder

5. Qual seu sexo? *

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
- Masculino
- Outro
- Prefiro não responder

6. Sobre cor ou raça, você se considera: *

Marcar apenas uma oval.

- Preta
 Branca
 Parda
 Amarela
 Indígena
 Prefiro não responder

7. Qual é sua escolaridade? *

Marcar apenas uma oval.

- De 1ª a 4ª série do ensino fundamental (antigo primário)
 De 5ª a 8ª série do ensino fundamental (antigo ginásio)
 Ensino médio (antigo 2º grau)
 Ensino superior - graduação
 Ensino superior - pós-graduação
 Não estudou
 Prefiro não responder

8. Qual é a renda média familiar? (1 salário-mínimo = R\$1100,00) *

Marcar apenas uma oval.

- Sem rendimento
 Até 1
 De 1 até 2
 De 2 até 4
 De 4 até 6
 De 6 até 8
 De 8 até 10
 Mais de 10
 Prefiro não responder

9. Qual é sua ocupação? (no momento) *

Marcar apenas uma oval.

- No lar (sem remuneração)
- Aposentado
- Estudante
- Trabalhador
- Desempregado ou a procura de emprego
- Prefiro não responder

10. Sua ocupação e a renda foram afetadas pela pandemia de Coronavírus? *

Marcar apenas uma oval.

Nada afetadas

1

2

3

4

5

Extremamente afetadas

Sobre festividades, recreação e cultura no espaço público

11. Quais festividades, eventos culturais ou exposições já frequentou na cidade de Ituiutaba?

Gostaríamos que falasse sobre o primeiro espaço público mais visitado por você na cidade de Ituiutaba

12. Quais destes locais públicos costuma visitar na cidade? (indicar o local mais visitado) *

Marcar apenas uma oval.

- Restaurantes
- Parques
- Academias (atividade física mediante pagamento)
- Academia ao ar livre não localizada em praça
- Praça
- Clubes
- Circuitos de caminhada (consideradas todos os locais de relativo fluxo de praticantes de caminhada)
- Bares
- Teatros
- Quadras/campos esportivos (livre acesso)
- Quadras/campos esportivos (mediante pagamento)
- Museu
- Centros culturais
- Igrejas ou templos
- Feiras (produtos alimentícios e artesanato)
- Centro turístico
- Shopping
- Lojas comerciais
- Casas de shows ou boate
- Nenhum *Pular para a pergunta 19*
- Prefiro não responder *Pular para a pergunta 19*
- Outro: _____

Sobre o primeiro espaço público mais visitado

13. Considerando o primeiro lugar indicado: em qual bairro se localiza o local público?

14. Considerando o primeiro lugar indicado: normalmente, qual(is) o(s) dia(s) da semana em que o visita? *

Marque todas que se aplicam.

- Domingo
- Dias de semana
- Sábado
- Feriados
- Prefiro não responder

15. Considerando o primeiro lugar indicado: normalmente, com que frequência mensal ocorre(m) a(s) visita(s)? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 a 2 dias no mês
 3 a 6 dias no mês
 7 a 10 dias no mês
 Mais de 10 dias no mês
 Prefiro não responder

16. Considerando o primeiro lugar indicado: normalmente, qual a faixa horária em que o visita? *

Marque todas que se aplicam.

- Manhã
 Tarde
 Noite
 Prefiro não responder

17. Considerando o primeiro lugar indicado: normalmente, qual tempo de permanência em cada visita? *

Marcar apenas uma oval.

- Menor que 1 hora
 De 1 até 2 horas
 De 2 até 4 horas
 Maior que 4 horas
 Prefiro não responder

18. Considerando o primeiro lugar indicado: normalmente, qual transporte é mais utilizado para chegar até o local? *

Marcar apenas uma oval.

- Ônibus (transporte público)
 Carro ou motocicleta (taxi ou aplicativos de transporte)
 Carro particular
 Motocicleta particular
 Bicicleta
 A pé
 Prefiro não responder
 Outro: _____

Gostaríamos que falasse sobre o segundo espaço público mais visitado por você na cidade de Ituiutaba

19. Quais destes locais públicos costuma visitar na cidade? (indicar o segundo local mais visitado) *

Marcar apenas uma oval.

- Restaurantes
- Parques
- Academias (atividade física mediante pagamento)
- Academia ao ar livre não localizada em praça
- Praça
- Clubes
- Circuitos de caminhada (consideradas todos os locais de relativo fluxo de praticantes de caminhada)
- Bares
- Teatros
- Quadras/campos esportivos (livre acesso)
- Quadras/campos esportivos (mediante pagamento)
- Museu
- Centros culturais
- Igrejas ou templos
- Feiras (produtos alimentícios e artesanato)
- Centro turístico
- Shopping
- Lojas comerciais
- Casas de shows ou boate
- Nenhum *Pular para a pergunta 27*
- Prefiro não responder *Pular para a pergunta 27*
- Outro: _____

Sobre o segundo espaço público mais visitado

20. Considerando o segundo lugar indicado: em qual bairro se localiza o local público?

21. Considerando o segundo lugar indicado: normalmente, qual(is) o(s) dia(s) da semana em que o visita? *

Marque todas que se aplicam.

- Domingo
- Dias de semana
- Sábado
- Feriados
- Prefiro não responder

22. Considerando o segundo lugar indicado: normalmente, com que frequência mensal ocorre(m) a(s) visita(s)? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 a 2 dias no mês
 3 a 6 dias no mês
 7 a 10 dias no mês
 Mais de 10 dias no mês
 Prefiro não responder

23. Considerando o segundo lugar indicado: normalmente, qual a faixa horária em que o visita? *

Marque todas que se aplicam.

- Manhã
 Tarde
 Noite
 Prefiro não responder

24. Considerando o segundo lugar indicado: normalmente, qual tempo de permanência em cada visita? *

Marcar apenas uma oval.

- Menor que 1 hora
 De 1 até 2 horas
 De 2 até 4 horas
 Maior que 4 horas
 Prefiro não responder

25. Considerando o segundo lugar indicado: normalmente, qual transporte é mais utilizado para chegar até o local? *

Marcar apenas uma oval.

- Ônibus (transporte público)
 Carro ou motocicleta (taxi ou aplicativos de transporte)
 Carro particular
 Motocicleta particular
 Bicicleta
 A pé
 Prefiro não responder
 Outro: _____

26. Suas visitas e usos nos espaços públicos citados anteriormente foram afetados pela pandemia de Coronavírus? *

Marcar apenas uma oval.

Nada afetadas

1

2

3

4

5

Extremamente afetadas

Gostaríamos que falasse sobre as atividades de seu cotidiano (dia a dia)

27. Quais as principais atividades realizadas em casa? (priorizar as 2 atividades mais realizadas) *

Marque todas que se aplicam.

- Trabalho remunerado
- Atividades vinculadas ao cuidado da casa
- Estudos
- Descanso
- Recreação: leitura
- Recreação: televisão
- Recreação: Celular/tablet
- Recreação: Algum hobby
- Prefiro não responder
- Outro: _____

28. Considerando atividades de consumo: Como realizo as compras do cotidiano (dia a dia) – (supermercado, sacolão, açougue, medicamentos etc.)? *

Marcar apenas uma oval.

- Pessoalmente (vou até o local)
- Por ligação (pedido e entrega)
- Por meios digitais da internet (pedido e entrega)
- Prefiro não responder
- Outro: _____

29. Considerando o cotidiano (dia a dia): Como me comunico? (Priorizar a forma mais utilizada) *

Marcar apenas uma oval.

- Pessoalmente
- Por ligação telefônica
- Mensagens eletrônicas (WhatsApp, e-mail, etc.)
- Prefiro não responder
- Outro: _____

30. O seu dia a dia foi afetado pela pandemia de Coronavírus? *

Marcar apenas uma oval.

Nada afetado

1

2

3

4

5

Extremamente afetado

Gostaríamos que falasse sobre algumas características do espaço público e a cidade de Ituiutaba.

31. Utiliza ou já utilizou o transporte público em Ituiutaba? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Prefiro não responder

32. Como avaliaria o transporte público em Ituiutaba?

Marcar apenas uma oval.

- Bom
- Regular
- Ruim
- Prefiro não responder

33. Sobre o espaço público: quais são os principais motivos para frequentá-los? (priorizar os 2 motivos) *

Marque todas que se aplicam.

- Conversar
- Fazer compras
- Consumir (alimentação)
- Apenas para o deslocamento
- Observar as pessoas
- Visitar monumentos
- Passear a pé
- Praticar esportes
- Encontrar amigos, colegas e/ou familiares
- Contemplar a paisagem
- Passear com crianças
- Passear com animais domésticos
- Nenhum
- Prefiro não responder
- Outro: _____

34. Em se tratando de parques, praças e ruas: quais são os principais motivos para NÃO frequentá-los? *
(priorizar os 2 motivos)

Marque todas que se aplicam.

- Falta de tempo livre
- Medo
- Porque é mal conservado
- Não tenho motivos para não frequentar
- Falta de atrativos (artísticos, culturais, esportivos)
- Condições climáticas (chuva, muito calor...)
- Encontrar pessoas em situação de rua
- Prefiro não responder
- Outro: _____

35. Considerando parques, praças e ruas: Você acredita que o espaço público é? (indicar 3 opções) *

Marque todas que se aplicam.

- Inseguro
- Lugar onde todos podem participar
- Desnecessário
- Lugar do encontro
- Desordenado
- Lugar da política
- Lugar onde todos são iguais
- Lugar empobrecido
- Lugar de passagem apenas
- Lugar do cidadão
- Lugar da comunicação
- Lugar do inesperado
- Sujo e/ou mal cuidado
- Lugar da diversão
- Prefiro não responder
- Outro: _____

36. Considerando parques, praças e ruas: Você acredita que Ituiutaba apresenta espaços públicos de qualidade? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Prefiro não responder

37. Considerando parques e praças: O que precisa melhorar no espaço público de Ituiutaba? (priorizar 2 opções) *

Marque todas que se aplicam.

- Melhorar a quantidade de equipamentos e mobiliários que permitam a permanência como bancos, banheiros, bebedouros, áreas protegidas de intempéries)
- Melhorar a qualidade de equipamentos e mobiliários que permitam a permanência como bancos, banheiros, bebedouros, áreas protegidas de intempéries)
- Melhorar a quantidade de equipamentos comunitários de função recreativa como quadras poliesportivas, parquinho infantil e academia ao ar livre
- Melhorar a qualidade de equipamentos comunitários de função recreativa como quadras poliesportivas, parquinho infantil e academia ao ar livre
- Melhorar a conservação e limpeza
- Melhorar a vegetação como árvores, arbustos e gramados
- Melhorar a segurança
- Melhorar a acessibilidade
- Melhorar o calçamento
- Aumentar o número de atividades culturais
- Aumentar o número de atividades esportivas/recreativas
- Ter estes espaços mais próximos de minha casa
- Prefiro não responder
- Outro: _____

38. Considerando as ruas enquanto espaço público: O que precisa melhorar? (priorizar 2 opções) *

Marque todas que se aplicam.

- Melhorar a segurança
- Melhorar a qualidade de equipamentos e mobiliários que permitam a permanência como bancos, banheiros, bebedouros, áreas protegidas de intempéries)
- Melhorar a quantidade de equipamentos e mobiliários que permitam a permanência como bancos, banheiros, bebedouros, áreas protegidas de intempéries)
- Melhorar a conservação e limpeza
- Melhorar a acessibilidade
- Melhorar a pavimentação
- Desenvolvimento de atividades culturais
- Melhorar o ordenamento do trânsito (sinalização e fluxo)
- Prefiro não responder
- Outro: _____

39. Considerando Ituiutaba: Quais destes espaços poderia se apresentar em maior quantidade? (2 opções) *

Marque todas que se aplicam.

- Restaurantes
- Parques
- Academias (atividade física mediante pagamento)
- Academia ao ar livre não localizada em praça
- Praças
- Clubes
- Pistas de caminhada
- Bares
- Teatros
- Quadras/campos esportivos (livre acesso)
- Quadras/campos esportivos (com pagamento para utilização)
- Museus
- Centros culturais
- Igrejas ou templos
- Feiras (produtos alimentícios e artesanato)
- Centros turísticos
- Shopping
- Lojas comerciais
- Casas de shows ou boates
- Nenhum destes
- Prefiro não responder
- Outro: _____

40. Quem deve cuidar do espaço público? *

Marcar apenas uma oval.

- O Estado (poderes federal, estadual e municipal)
- As empresas
- A população em geral
- A parceria entre Estado e Empresas
- A união entre Estado e a população em geral
- As empresas e a população em geral
- Todos
- Prefiro não responder

ANEXOS

**ANEXO I – RELAÇÃO DAS PRAÇAS PÚBLICAS, EQUIPAMENTOS
COMUNITÁRIOS E ÁREAS VERDES, EXISTENTES NO CENTRO E BAIRROS
DESTA CIDADE [ITUIUTABA – MG]**

CENTRO

- 1º) PRAÇA CÔNEGO ANGELO TARDIO BRUNO, na quadra formada pelas Ruas 20, 22 e Avenidas 07 e 09.
- 2º) PRAÇA GETÚLIO VARGAS, na quadra formada pelas Ruas 24, 26 e Avenidas 17 e 19.
- 3º) PRAÇA TREZE DE MAIO, na quadra formada pelas Ruas 30, 32 e Avenidas 25 e 27.
- 4º) PRAÇA BENEDITO VALADARES, na quadra formada pelas Ruas 16, 18 e Avenidas 27 e 29.
- 5º) PRAÇA DOS TRABALHADORES, localizada entre o Centro e o Setor Norte, formada pelas Ruas 12A, 16, e Avenidas 03 e 14.
- 6º) PRAÇA ADELINO DE OLIVEIRA CARVALHO, na quadra formada pelas Ruas 20, 22 e Avenidas 09 e 09A, (TRAVESSA DO FORUM).
- 7º) PRAÇA JOAQUIM ANTÔNIO DE MORAES (PRAÇA DA RODOVIÁRIA) na quadra formada pelas Ruas 34, 36 e Avenidas 17 e 19.

SETOR SUL

- 8º) PRAÇA LIONS, na quadra formada pelas Ruas 22, 39 e Avenida Minas Gerais.

BAIRRO PROGRESSO

- 9º) PRAÇA TANCREDO NEVES, na quadra formada pelas Ruas 36, 38 e Avenidas 05A e 07.
- 10º) PRAÇA DA SAUDADE, com frente para a Rua 40, Avenida 05 e TRAVESSA SEM DENOMINAÇÃO (de frente para o Cemitério São José).

BAIRRO PLATINA

- 11º) PRAÇA CAIAPÔNIA e JOSÉ MOREIRA GONÇALVES, ambas com frete para as Ruas Isaias de Andrade e Souza, José Martins Ferreira, Fernando Alexandre Vilela de Andrade e Avenida Camilo Chaves.
- 12º) PRAÇA JOSÉ DA SILVA RAMOS, com frente para as Ruas João Alves Gouveia, Fernando Alexandre Vilela de Andrade e Avenida 17.
- 13º) PRAÇA SÃO JUDAS, na quadra formada pelas Ruas José Martins Ferreira, Dom Eduardo Duarte da Silva e Avenida 17.

BAIRRO NATAL

- 14º) PRAÇA MÁRIO NATAL GUIMARÃES, localizada entre o Bairro Natal e o Setor Sul.

BAIRRO ALCIDES JUNQUEIRA

- 15º) PRAÇA ALCIDES JUNQUEIRA, na quadra formada pelas Avenidas Alcides Junqueira, Tobias da Costa Junqueira e Dom Alexandre.
- 16º) PRAÇA VALDOMIRO TEIXEIRA NAVES, na quadra formada pelas Ruas Padre Fortunato Pedrosa, São Judas Tadeu e Avenida Dom Alexandre.

BAIRRO MARTA HELENA

- 17º) PRAÇA LUIZ ANTÔNIO MOREIRA, na quadra formada pelas Ruas Joaquim Teodoro de Carvalho, Isaias de Andrade e Souza e Cachoeira Dourada.
- 18º) PRAÇA PEDRO DE FREITAS BARROS, na quadra formada pelas Ruas Araras, Araguaia e Antônio de Souza Martins.

19º) PRAÇA CUATIGUÁ, localizada na confluência das Ruas Cuiabá, Paulo Afonso e Avenida Paranaíba.

20º) PRAÇA SEM DENOMINAÇÃO, localizada entre as Ruas Araras, Amapá e Antônio Carlos

BAIRRO SANTO ANTÔNIO

21º) PRAÇA DR. DAVID RIBEIRO DE GOUVEIA, na quadra formada pelas Ruas Bela vista, São José do Tijuco e Avenidas Prefeito Camilo Chaves Júnior e Minas Gerais.

BAIRRO PIRAPITINGA

22º) PRAÇA SANTOS DUMMONT, na quadra formada pelas Avenidas Cuiabá, Jandyro Vilela de Freitas e Ruas Carlos Martins Marquez e Jerônimo Teodoro de Souza.

BAIRRO NOVO HORIZONTE

23º) PRAÇA DA LIBERDADE, localizada entre as quadras, 05, 06, 10, 11 e Rua Boa Vista, do citado Bairro.

BAIRRO INDEPENDÊNCIA

24º) ANTIGA PRAÇA JOSÉ BONIFÁCIO, localizada entre as quadras, 45, 46, 59 e 60, e Rua Dr. Luiz Laterza, do citado Bairro, a qual foi desafetada da sua origem, através da LEI municipal nº 2.396/1.986, e desmembrada em 03 (três) lotes de terrenos, cadastrados sob nº SE-21-06-19-01, SE-21-06-9-02 e SE-21-06-19-03.

25º) PRAÇA DOM PEDRO I, localizada entre as quadras, 24, 25, 38, 39, e Avenida Otaviano Vidigal, do citado Bairro, a qual foi desafetada da sua origem, através da LEI municipal nº 2.805/1991.

26º) PRAÇA IPIRANGA, localizada entre as quadras 85, 86,97, 98 e Rua Uruguai, do citado Bairro, a qual foi desafetada da sua origem, através da LEI municipal nº 4.389/2.015, e desmembrada em 48 (quarenta e oito) lotes de terrenos, cadastrados sob nº SE-21-08-10-01 ao 24 e SE-21-08-10A-01 ao 24. Ver processo nº 949/2.021, em tramitação nesta Secretaria.

27º) POSTO PUERICULTURA, na quadra formada pelas Avenidas Otaviano Vidigal, Independência, Rua Celso Abrão e Rua 01 do Bairro Tupã.

OBS. A referida área estava sendo ocupada por 09 (nove) edificações, conforme levantamento no efetuado no local na data de 28/06/2.018.

28º) ÁREA DESTINADA A ESCOLA, formada pelas, Rua Celso Abrão e Rua 01 do Bairro Tupã.

OBS. A referida área estava sendo ocupada por 02 (duas) edificações, conforme levantamento no efetuado no local na data de 28/06/2.018.

29º) PLAY GROUND, formada pelas Avenidas Independência e Redenção.

30º) ÁREA DA PREFEITURA SEM DENOMINAÇÃO OFICIAL, a qual foi cedida em permissão de uso para REDE MINEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA, através do DECRETO nº 4.904/2001, sendo a mesma formada pelas Avenidas Independência, Redenção e Rua 20.

31º) ÁREA DESTINADA A ESCOLA, na quadra formada pela Rua México e Avenidas São Paulo e Independência, a qual foi desafetada de sua origem por força da LEI MUNICIPAL nº 3.363/1.999 e posteriormente desmembrada em 12 (doze) lotes de terrenos.

BAIRRO JARDIM DO ROSÁRIO.

32º) PRAÇA OLEGÁRIO CHAVES, localizada entre as quadras 13, 14, 17, 18 e Rua Maria José Franco Gouveia, do citado Bairro, a qual foi desafetada da sua origem por força da LEI MUNICIPAL nº 3.353/1.999, e posteriormente desmembrada em vários lotes de terrenos.

BAIRRO UNIVERSITÁRIO

33º) PRAÇA JAYME VELOSO MEINBERG, localizada entre as Avenidas Francisco Salviano Pinto, Geraldo Alves Tavares e Rua Cincinato Lourenço Freire, em frente à Escola Estadual Israel Pinheiro.

BAIRRO LAGOA AZUL

34º) PRAÇA MARIA DA GLÓRIA CHAVES DE MACEDO, formada pelas Ruas Demétrio Jorge, Abadia Calil Derze, Gabriel José Domingues e Lindolfo Gervásio Martins.

35º) PRAÇA NENEN ZOOCOLI, na quadra formada pelas Ruas Didita Laterza Féres, Ruda A. Tannús, Abadia Calil Derze e Adelina Kruger Andrade, a qual foi desafetada de sua finalidade por força da LEI MUNICIPAL nº 4.027/2.010, e posteriormente desmembrado em 02 (dois) lotes de terreno cadastrados sob nº SO-12-07-04-01 e SO-12-07-04-01A.

36º) EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS, na quadra formada pelas Ruas Mário Cesar Bezerra da Silva, Clementina K. de Andrade e Avenidas Dos Boiadeiros.

37º) EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS, na quadra formada pelas Ruas Telson de Andrade Franco, Maria Abadia de Souza Marquez, Adelina Kruger Andrade e Fausto de Andrade Carvalho.

38º) EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS, localizado entre os Bairros Jardim Europa e Estados Unidos e frente para a Rua Maria Abadia Moraes Cunha e Córrego do Carmo.

39º) EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS, na quadra formada pelas Ruas Abadia Calil Derze, Irondino Ferreira de Moraes e Didita Laterza Féres, a qual foi desafetada de sua finalidade por força da LEI MUNICIPAL nº 3.334/1.999, e posteriormente desmembrada em 02 (dois) lotes de terrenos cadastrados sob nº SO-12-08-04-01 e SO-12-08-04-02.

40º) EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS, na quadra formada pelas Ruas Dinorá Dias Andrade, José Luiz da Silva e Avenidas Dos Boiadeiros e Nivaldo Inácio Moreira. Não consta em nossos arquivos que a mesma foi desafetada de sua origem, contudo foi desmembrada em 4 lotes de terrenos cadastrados sob nº SO-12-12-24-01, SO-12-12-24-02, SO-12-12-24-03 e SO-12-12-24-04.

BAIRRO LAGOA AZUL II

41º) EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS, na quadra formada pelas Ruas José Fonseca, José Martins Tavares e Domingos Jacinto.

A referida área foi desmembrada em 02 (dois) lotes de terrenos cadastrados sob nº SO-22-06-04-01 e SO-22-06-04-02, ver DECRETO nº 4.225/1.996.

42º) ÁREA DESTINADA A ESCOLA, na quadra formada pelas Ruas José Martins Tavares, Alarico Novais e Travessa "A".

43º) ÁREA DE LAZER, na quadra formada pelas Ruas José Martins Tavares, Enor Machado de Moraes, João Mizael Franco e Alice de Neves Chaves.

44º) CENTRO COMERCIAL, na quadra formada pelas Ruas José Martins Tavares, Helena Moraes Fonseca e Salerme Jabur.

BAIRRO SOL NASCENTE

45º) PRAÇA SENADOR NOGUEIRA DA GAMA, na quadra formada pelas Ruas Antônio Caetano de Novais, Francisco Martins de Andrade, Diva Paranaíba de Andrade e Travessa Ernesto Rodrigues Barcelos, a qual foi desafetada da sua origem força das LEIS MUNICIPAIS de n.º 2.311/1.985 e 4.157/2.012, e posteriormente desmembrado em 05 (cinco) lotes de terrenos cadastrados sob n.º. SO-12-11-08-01, SO-12-11-08-02, SO-12-11-08-03, SO-12-11-08-03A, SO-12-11-08-04.

46º) PRAÇA PROFESSOR LAURINDO, na quadra formada pelas Ruas Antônio Caetano de Novais, João Gouveia de Oliveira, Travessa Oscar Mendes de Lima Júnior e Avenida Nivaldo

Inácio Moreira, a referida PRAÇA atualmente é ocupada pelo campo de futebol denominado HÉLES ANTÔNIO DE MORAIS, por força da LEI MUNICIPAL n° 3.964/2.008.

47°) PRAÇA JOÃO AVI, na quadra formada pelas Ruas Antônio Caetano de Novais, Jerônima Etelvina Camargos e Avenida dos Boiadeiros.

BAIRRO BRASIL

48°) PRAÇA ADELINO FERNANDES DE SOUZA, na quadra formada pelas Ruas Alvares Maciel, Floriano Peixoto, Suíça e Uruguai, a qual foi desafetada da sua origem por força das LEIS MUNICIPAIS de n.º 2.944/1.993 e 3.668/2.003, e posteriormente desmembrado em 04 (quatro) lotes de terrenos cadastrados sob n.º. SE-21-O4-06-01, SE-21-O4-06-01A, SE-21-O4-06-01B, SE-21-O4-06-01C.

BAIRRO TUPÃ

49°) PRAÇA DE ESPORTE, na quadra formada pelas Ruas 13, 15, 26 e 28.

BAIRRO SANTA EDWIGES

50°) PRAÇA NELSON DOS REIS DOMINGUES JÚNIOR, na quadra formada pelas Ruas Mário Marquez de Andrade, Osório Vilela, Aureliano Garcia de Oliveira e Travessa Décio Amaral.

51°) EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS, na quadra formada pelas Ruas Professora Ilta Abadia Silva, e Zulmira Alves Machado.

52°) EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS, na quadra formada pelas Ruas José Marra de Moraes, e Francisco Paulo Nogueira.

53°) EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS, localizado em frente a Avenida José João Dib (Marginal do Córrego São José) e quadra 04, do citado Bairro.

54°) EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS, localizado em frente à Rua Isaura Franco Junqueira, divisa com o Bairro Esperança e Área Rural.

BAIRRO ESPERANÇA

55°) PRAÇA DOIS PODERES, localizada entre as quadras 09, 10, 11 e 12, do citado Bairro.

BAIRRO ELDORADO

56°) EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS, na quadra formada pelas Ruas São Luiz, Santa Luzia, Floriano Peixoto.

57°) EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS, na quadra formada pelas Ruas Santa Luzia, Floriano Peixoto e Avenida José João Dib.

58°) EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS, formado pelas Ruas Paula Freire, Nossa Senhora Das Graças e Avenida Independência.

59°) EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS, na quadra formada pela Rua Nossa Senhora Das Graças, Avenida Independência e José João Dib.

60°) EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS, na quadra formada pela Rua Iugoslávia e Avenida Independência.

BAIRRO BELA VISTA

61°) PRAÇA ANTÔNIO CARDILO, localizada entre as quadras 12, 13, 14, 19 e 20, do referido Bairro.

62°) PRAÇA SEM DENOMINAÇÃO OFICIAL, na quadra formada pela Rua Xerentes, Avenida Brasil e Alameda Presidente Vargas.

BAIRRO IPIRANGA

63º) PRAÇA ANTÔNIO MIGUEL ZACARIAS, localizada entre as quadras 01, 02, 03, 05 e 06, do referido Bairro.

64º) PRAÇA JOSÉ VENÂNCIO DA SILVA, localizada entre as quadras 04, 05 e 07, 08 e 09, do referido Bairro.

65º) PRAÇA ALAN KARDEC, localizada entre as quadras 10, 11, 12, 14 e 15, do referido Bairro.

66º) PRAÇA VIRGILIO LUIZ MAMEDE, localizada entre as quadras 13, 14, 16, 17 e 18, do referido Bairro.

67º) PRAÇA HILARIÃO RODRIGUES CHAVES, localizada entre as quadras 03, 06, 09, 10, 13, 16, do referido Bairro.

68º) PRAÇA VIRGILIO LUIZ MAMEDE, localizada entre as quadras 03, 06, 09, 10, 13, 16 e frente para as Avenidas Athaide Quirino Ribeiro e Deputado Daniel de Freitas Barros, do referido Bairro.

69º) PRAÇA JOÃO CINQUINI, formada pelas Ruas José Lucas de Lima, José Jacob Yunes, João Cinquini e Avenida Deputado Daniel de Freitas Barros.

BAIRRO SÃO JOSÉ

70º) PRAÇA DEPUTADO LUIZ ALBERTO, na quadra formada pelas Ruas Antônio Moura, Padre João Avi, Dr. Darci Furtado e Avenida Tancredo Neves.

BAIRRO SATÉLITE ANDRADINA

71º) PRAÇA SEM DENOMINAÇÃO OFICIAL, na quadra formada pelas Ruas Pedro Neto Rodrigues Chaves, Padre João Avi, Avenida Altamiro Andrade Ribeiro e quadra 35, do referido Bairro.

BAIRRO PARANAÍBA

72º) PRAÇA AMENO CARVALHO VILELA, na quadra formada pelas Ruas Dona Filadélfia Andrade Martins, Higino José Ferreira e Gilson Vilela Cancela.

BAIRRO JARDIM JAMILA

73º) PRAÇA PREFEITO JOSÉ ARCÊNIO DE PAULA, na quadra formada pelas Ruas Geraldino Joaquim de Assis, Adelcrim Miguel e Avenida Dr. Omar de Oliveira Diniz.

74º) PRAÇA PEDRO MARTINS DOS SANTOS, na quadra formada pelas Ruas Geraldino Joaquim de Assis, Adelcrim Miguel e Avenida Dr. Omar de Oliveira Diniz.

75º) PRAÇA BELARMINA RITA DE JESUS, na quadra formada pelas Ruas Adelcrim Miguel, Pedro Fontoura e Avenida Niterói.

BAIRRO RESIDENCIAL DRUMMOND I

76º) ÁREA PÚBLICA MUNICIPAL (ÁREA INSTITUCIONAL), na quadra formada pelas Ruas RD-01, RD-02 e Avenida Athaide Quirino Ribeiro.

77º) ÁREA PÚBLICA MUNICIPAL (ÁREA VERDE), formada pelas Ruas RD-04, 06, 09, E RD-15.

78º) ÁREA PÚBLICA MUNICIPAL (ÁREA VERDE), na quadra formada pelas Ruas RD-02, RD-14, RD-17 e RD-19.

79º) ÁREA PÚBLICA MUNICIPAL (ÁREA VERDE e INSTITUCIONAL), frente para a Avenida Arlindo Maximiano Almeida.

80º) ÁREA, formada pelas Ruas "B", "C" "D" "E".

BAIRRO RESIDENCIAL DRUMMOND II

81º) ÁREA INSTITUCIONAL, frente para a Avenida Arlindo Maximiano Almeida e Ruas RD-39 e RD-49.

82º) ÁREA VERDE 01 e 02, frente para a Avenida Presidente Roosevelt e Arlindo Maximiano Almeida.

BAIRRO JARDIM COPACABANA

83º) ÁREA INSTITUCIONAL I, frente para a Rua Padre Oswaldo Tacliari.

84º) ÁREA INSTITUCIONAL II, frente para as Ruas Sadalla Dib, José Cassiano, Paulo Carvalho e Alaide Alves Borges.

85º) ÁREA VERDE II, frente para a Rua Codady da Silveira.

BAIRRO RECANTO DONA VIOLA I

86º) ÁREA VERDE, frente para as Ruas Juca Vilela e Desembargador Rui Gauthier de Vilhena.

87º) EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS, frente para a Rua Desembargador Rui Gauthier de Vilhena.

BAIRRO RECANTO DONA VIOLA II

88º) EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS, frente para a Ruas Desembargador Rui Gauthier de Vilhena.

89º) ÁREA VERDE, localizada no interior da quadra 03 (três) do citado Bairro.

BAIRRO DR. MARCONDES BERNARDES FERREIRA

90º) ÁREA INSTITUCIONAL, na quadra formada pela Rua Caracas e Avenida Lima.

91º) ÁREA VERDE, na quadra formada pela Rua Havana e Avenida Lima.

92º) ÁREA INSTITUCIONAL, frente para a Rua Brasília.

BAIRRO PORTAL DOS IPÊS

93º) ÁREA VERDE, frente para Rua Aldo Ferreira.

94º) ÁREA VERDE, na quadra formada pelas Ruas Antônio Geraldo Calil, Aldo Ferreira, Avenidas Naime Palis e Marcelo Rezende Calil.

95) ÁREA INSTITUCIONAL, na quadra formada pelas Ruas Antônio Geraldo Calil, Francisco Benício Dantas e Avenidas Marcelo Rezende Calil e Nair Ferreira Clemente.

96) ÁREA VERDE, na quadra formada pelas Ruas Milad Safi, Francisco Benicio Dantas, e Avenidas Renato Filgueiras Rezende e Nair Ferrari Clemente.

97) ÁREA VERDE, na quadra formada pelas Ruas Daruich Nalbulssi, Antônio Geraldo Calil, e Avenidas Renato Neto Filgueiras Rezende e Nair Ferrari Clemente.

98) ÁREA VERDE, na quadra formada pela Rua Milad Safi, e Travessas Juquinha Gouveia e Dalva Moreira de Oliveira e Avenida Gilberto Wagner Muniz.

99) ÁREA VERDE, na quadra formada pelas Ruas Antonio Geraldo Calil, Daruich Nalbulssi e Avenidas José Gouveia de Carvalho Júnior e Emanuele Fratari Moreira.

100) ÁREA INSTITUCIONAL, frente para Rua Milad Safi, e Travessa Odilon Cristaldo.

BAIRRO RESIDENCIAL GILCA VILELA CANCELLA

101º) ÁREA INSTITUCIONAL (APM-01), com frente para as Ruas Tannous Yossef Tannous e Guaraci Faria Finholdt.

102º) ÁREA INSTITUCIONAL (APM-02), com frente para as Ruas Iugoslávia e Guaraci Faria Finholdt.

103º) ÁREA INSTITUCIONAL (APM-03), com frente para as Ruas Tannous Yossef Tannous, Márcio Signorelli e Guaraci Faria Finholdt.

104º) ÁREA VERDE INSTITUCIONAL (APM-04), com frente para as quadras 11, 13, 15,17 e 19.

105º) ÁREA VERDE (APM-05), com frente para as Ruas Uruguai e Reinaldo Gonzaga.

106º) ÁREA VERDE (APM-06), com frente para a Rua Tannous Yossef Tannous.

BAIRRO JERÔNIMO MENDONÇA

107º) ÁREA DE LAZER E RECREAÇÃO, na quadra formada pela Rua Izabel Gomes Horta, e Avenidas Dr. Airton Rodrigues e Minas Gerais.

108º) ÁREA VERDE, na quadra formada pelas Ruas João Cardoso Duarte, Arão Alves Oliveira, e Avenida Jandir Vilela de Freitas.

109º) ÁREA INSTITUCIONAL, na quadra formada pelas Ruas João Cardoso Duarte, Arão Alves Oliveira, e Avenida Jandir Vilela de Freitas e área de expansão urbana. Da referida área foi criado o lote de terreno urbano, através do processo administrativo nº 601/2.002 e recebeu o cadastro SO-21-10-01-01, sendo o mesmo concedido em permissão de uso para a INSTITUIÇÃO ACAMPAMENTO BETANIA, através do Decreto Municipal nº 5.249/2.003.

110º) ÁREA VERDE, com frente para a Rua 51.

111º) ÁREA INSTITUCIONAL, também com frente para a Rua 51.

112º) ÁREA INSTITUCIONAL, com frente para a Rua 51 e Avenida Marginal (Córrego Buritizal).

113º) ÁREA INSTITUCIONAL, na quadra formada pelas Ruas 51, Francisco Araujo, Avenidas Jorge Miguel e Marginal (Córrego Buritizal).

114º) ÁREA VERDE, na quadra formada pelas Avenidas Jorge Miguel, Jandiro Vilela de Freitas e Rua Francisco Araújo e Marginal (Córrego Buritizal).

115º) ÁREA INSTITUCIONAL, na quadra formada pela Rua Roberto Maciel, e Avenidas Minas Gerais, Dr. Airton Rodrigues e Marginal (Córrego Buritizal). A área em questão foi desafetada da sua origem, por força da LEI MUNICIPAL nº 2.922/1.993, e posteriormente desmembrada em 02 (dois) lotes de terrenos, cadastrados sob n.º. SO-21-11-01-01 e SO-21-11-01-01A.

116º) EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIO, na quadra formada pelas Ruas Sebastião Piorra, Maria Anália Gouveia Franco, e Avenidas Jorge Miguel e Jandiro Vilela de Freitas, a qual foi desmembrada em 02 (dois) lotes de terrenos cadastrados sob n.º. SO-21-06-09-01 e SO-21-06-09-02), ver Matrícula 26.164 do 2º SRI.

BAIRRO NOVO TEMPO II

117º) ÁREA INSTITUCIONAL, na quadra formada pelas Ruas Flávio Oliveira Vilela, Aurea Muniz de Oliveira, Cândida Olivia Vilela e Avenida Minas Gerais a qual foi desmembrada em 03 (três) lotes de terrenos cadastrados sob n.º. SO-21-13-05-01, SO-21-13-05-02 e SO-21-13-05-03, conforme nossos arquivos (bic), não consta em nossos arquivos processo de desmembramento da citada área e que a mesma foi desafetada da sua origem.

118º) ÁREA DE LAZER, na quadra formada pelas Ruas Cândida Olivia Vilela, Joaquim Teodora Arantes e Avenida Minas Gerais a qual foi doada para a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E MUTUÁRIOS DO CONJUNTO PROFESSOR PAULO DOS SANTOS – AMMUCOPAS (ver Matrícula nº 33.155 do 2º SRI local).

119º) ÁREA INSTITUCIONAL, na quadra formada pelas Ruas Arcanjo Gervásio Guimarães, Vereador Marinho Dias e Avenida Minas Gerais, a qual foi desafetada da sua origem por força da LEI MUNICIPAL nº 4.167/2.012, e posteriormente desmembrada em 02 (dois) lotes de terrenos cadastrados sob n.º. SO-21-13-02-01 e SO-21-13-05-02, conforme nossos arquivos (bic), não consta processo de desmembramento da citada área.

120º) ÁREA DE LAZER, na quadra formada pela Rua Vereador Marinho Dias e Avenida Minas Gerais.

PROLONGAMENTO II DO BAIRRO NOVO TEMPO II

121º) ÁREA INSTITUCIONAL, na quadra formada pelas Ruas Machado de Assis e Magnólia Calil.

122º) ÁREA VERDE, na quadra formada pelas Ruas Machado de Assis, Magnólia Calil, Castro Alves e Belarmino Vilela Junqueira.

123º) PRAÇA SEM DENOMINAÇÃO OFICIAL, formada pelas Ruas Castro Alves e Flavio Oliveira Vilela.

124º) ÁREA INSTITUCIONAL, na quadra formada pelas Ruas João Inácio Franco, José Vilela, Flavio Oliveira Vilela e Vereador Marinho Dias.

BAIRRO JARDIM EUROPA

125º) ÁREA VERDE, de frente para a Avenida Europa do citado Bairro.

126º) ÁREA VERDE, na quadra formada pelas Ruas Elias Derze, Barcelona e Verona, do citado Bairro.

127º) ÁREA INSTITUCIONAL, na quadra formada pelas Ruas Barcelona e Bragança, do citado Bairro.

BAIRRO JARDIM EUROPA II

128º) ÁREA VERDE, na quadra formada pelas Ruas Mauro Marquez, Chico Binha, Tenente Elias Dáia e José Maria de Castro, do citado Bairro.

129º) ÁREA VERDE, na quadra formada pelas Ruas Mauro Marquez, Chico Binha, Tenente Elias Dáia, do citado Bairro.

130º) ÁREA VERDE, na quadra formada pelas Ruas Dr. José Féres, Dr. Samir Pallis, Juquinha Gouveia e Mauro Marques, do citado Bairro.

131º) ÁREA VERDE, na quadra formada pelas Ruas Dr. José Feres, Dr. Samir Pallis, Juquinha Gouveia e José Maria de Castro, do citado Bairro.

132º) ÁREA VERDE, na quadra formada pelas Ruas Mauro Marques, Jorge Féres, Ercílio Domingues, José Maria de Castro e Pedro Lurdes, do citado Bairro.

133º) ÁREA INSTITUCIONAL, na quadra formada pelas Ruas Mauro Marquez, Juquinha Vilela e Dr. José Féres.

134º) ÁREA INSTITUCIONAL, na quadra também formada pelas Ruas Mauro Marquez, Juquinha Vilela e Dr. José Féres.

135º) ÁREA INSTITUCIONAL, na quadra formada pelas Ruas José Féres, Dr. Samir Pallis, José Maria de Castro e Demóstenes Peres.

136º) ÁREA INSTITUCIONAL, na quadra formada pelas Ruas Demóstenes Pires, Ercílio Domingues, Jorge Féres e Pedro Lurdes, do citado Bairro.

BAIRRO JARDIM ESTADOS UNIDOS

137º) ÁREA INSTITUCIONAL, na quadra formada pelas Avenidas Dos Boiadeiros, Europa e Rua Montana, do citado Bairro.

138º) ÁREA INSTITUCIONAL, na quadra formada pelas Avenidas Dos Boiadeiros, Europa do citado Bairro.

139º) ÁREA VERDE, com frente para a Avenida Europa do citado Bairro.

BAIRRO CIDADE JARDIM

140º) ÁREA INSTITUCIONAL, na quadra formada pelas Ruas Dico Marques e Orquídeas, do citado Bairro.

141º) ÁREA VERDE, na quadra formada pelas Ruas Dico Marques, Orquídeas e Rosa Branca, do citado Bairro.

RESIDENCIAL BURITIS

142º) ÁREA INSTITUCIONAL, na quadra formada pela Estrada Municipal nº 025, Ruas Aranãs e Avenida José Gouveia Franco, do citado Bairro.

143º) ÁREA VERDE, na quadra formada pelas Ruas Aranãs e Estrada Municipal nº 025.

BAIRRO NADIME DERZE

144º) ÁREA VERDE 3, na quadra formada pelas Ruas Mário Jacob Yunes, Latif Bourdoukan e Oldemar Gouveia Franco, do citado Bairro.

145º) ÁREA VERDE 2, na quadra formada pelas Ruas Latif Bourdoka, Niromar Castilho Ferreira e Oldemar Gouveia Franco do citado Bairro.

146º) ÁREA VERDE 1, na quadra formada pelas Ruas Geraldo Gouveia Franco, Mário Jacob Yunes, Maria Das Graças Jorge Fazolino e Niromar Castilho Ferreira, do citado Bairro.

147º) ÁREA INSTITUCIONAL 1, na quadra formada pelas Ruas Mário Jacob Yunes, Niromar Castilho Ferreira e Oldemar Gouveia Franco, do citado Bairro.

148º) ÁREA INSTITUCIONAL 4, na quadra formada pelas Ruas Maria Das Graças Jorge Fazolino e Geraldo Gouveia Franco, do citado Bairro.

149º) ÁREA INSTITUCIONAL 2, na quadra formada pelas Ruas Celso Roberto Abrão e Rua Tupis (prolongamento), do citado Bairro.

150º) ÁREA INSTITUCIONAL 3, na quadra formada pelas Ruas Celso Roberto Abrão e Mário Jacob Yunes, do citado Bairro.

BAIRRO NADIME DERZE II

151º) ÁREA VERDE, na quadra formada pelas Ruas Antônio Camilo de Castro e Airton Carvalho Vilela, do citado do citado Bairro.

152º) ÁREA VERDE, na quadra formada pelas Ruas Mário Jacob Yunes e Oscar Cota Pacheco, do citado Bairro.

153º) ÁREA VERDE, na quadra formada pelas Ruas Vilson Ferreira, Maria Das Graças Jorge Fazolino, Sebastião Barbosa de Souza e Alberto Novais, do citado do citado Bairro.

154º) ÁREA INSTITUCIONAL, na quadra formada pelas Ruas Maria Das Graças Jorge Fazolino, Mário Jacob Yunes e Oscar Cota Pacheco, do citado Bairro.

155º) ÁREA INSTITUCIONAL, na quadra formada pelas Ruas Airton Carvalho Vilela, Antônio Camilo de Castro e Faixa de Demanda da Cemig, do citado Bairro.

BAIRRO CANAÃ I

156º) ÁREA VERDE, com frente para as quadras 19, 20, 21, 22, 23 e 24, do citado Bairro.

157º) ÁREA INSTITUCIONAL, com frente para a quadra 24, do citado Bairro.

158º) ÁREA INSTITUCIONAL, na quadra formada pelas Ruas C-06, C-08 e Avenidas -01 e C-07, do citado Bairro.

159º) PRAÇA SEM DENOMINAÇÃO OFICIAL, na quadra formada pelas Ruas C-06, C-08 e Avenidas C-01 e C-07, do citado Bairro.

BAIRRO CANAÃ II

160º) ÁREA INSTITUCIONAL, na quadra formada pelas Ruas C-06, C-08 e Avenidas C-11 e C-17, do citado Bairro.

161º) ÁREA INSTITUCIONAL, na quadra formada pela Rua C-08 e Avenida C-19, do citado Bairro.

162º) ÁREA VERDE, com frente para a Rua C-04 e Avenida C-15, do citado Bairro.

163º) ÁREA VERDE, com frente para a Rua C-10, e Avenidas C-17, e C-9, Prolongamento da Rua Zulmira Maria Alves Machado e Avenida José Gouveia Franco, do citado Bairro.

164º) PRAÇA SEM DENOMINAÇÃO OFICIAL, com frente para as Ruas C-06, C-08 e Avenidas C-11, e C-17, do citado Bairro.

165º) ÁREA VERDE, com frente para a Rua C-04, e Avenidas C-17 e C-19, do citado Bairro.

BAIRRO NOVA ITUIUTABA I

166º) ÁREA INSTITUCIONAL, na quadra formada pela Rua Lazaro José Dos Santos e Avenida Acácio Alves Cintra Sobrinho, do citado Bairro.

167º) ÁREA INSTITUCIONAL, com frente para a Rua Lazaro José Dos Santos, do citado Bairro.

BAIRRO NOVA ITUIUTABA II

168º) ÁREA INSTITUCIONAL, na quadra formada pelas Ruas Mozart Rezende, João Pedro da Silva e Márcio Antônio de Moraes, do citado Bairro.

BAIRRO NOVA ITUIUTABA III

169º) ÁREA INSTITUCIONAL, na quadra formada pelas Ruas Maria Arantes do Prado e Ulisses de Melo, do citado Bairro.

170º) ÁREAS VERDES, numeradas de 01 a 05, todas com frente para a Avenida Senador Eliseu Resende, do citado Bairro.

BAIRRO NOVA ITUIUTABA IV

171º) ÁREA INSTITUCIONAL, na quadra formada pelas Ruas Mozart Rezende, Lyra Saraiva e Avenida Senador Eliseu Resende, do citado Bairro.

172º) ÁREA VERDE, na quadra formada pela Rua Benevenuto Resende, Lyra Saraiva e Avenida Acácio Alves Cintra Sobrinho

173º) ÁREA VERDE, com frente para as Rua Lucas Rodrigues e Avenida Senador Eliseu Resende, do citado Bairro.

174º) ÁREA VERDE 02 e 03, com frente para Avenida Senador Eliseu Resende, do citado Bairro.

BAIRRO GERSON BADUY I

175º) ÁREA VERDE, com frente para Rua José Martins de Souza, do citado Bairro.

176º) ÁREA VERDE, com frente para Avenida Marilene Baduy Goulart.

177º) ÁREA INSTITUCIONAL, com frente para Rua José Martins de Souza e Avenida Antônio Baduy, do citado Bairro.

BAIRRO GERSON BADUY II

178º) ÁREA VERDE, com frente para a Avenida Universitária, Minas Gerais e Córrego Buritizal.

BAIRRO JARDIM SUL II

179º) ÁREA VERDE, com frente para a Avenida Pratagy.

BAIRRO INOCÊNCIO FRANCO

180º) ÁREA VERDE I, com frente para a Avenida José Gouveia Franco e Rua Ney José do Belém Franco.

181º) ÁREA VERDE II, na quadra formada pelas Ruas Belarmina de Freitas Franco, Aurora Borges Franco, Cândido José de Carvalho e Estrada Municipal 025.

182º) ÁREA VERDE III, com frente para a confluência das Ruas Ney José do Belém Franco e Iva Tomaz Franco.

183º) ÁREA VERDE IV, com frente para a confluência das Ruas Ney José do Belém Franco e Iva Tomaz Franco.

184º) ÁREA VERDE V, com frente para a Rua Iva Tomaz Franco e Área de Servidão (Linha de Transmissão).

185º) ÁREA VERDE VI, com frente para a Rua Jerônimo Franco da Costa e Estrada Municipal 025.

186º) ÁREA INSTITUCIONAL I, com frente para as Ruas Aurora Borges Franco e Manoel Divino Tomaz Franco e Estrada Municipal 025.

187º) ÁREA INSTITUCIONAL II, com frente para as Ruas Iva Tomaz Franco e Jeronimo Franco da Costa.

BAIRRO MARIA VILELA.

188º) PRAÇA SÃO SEBASTIÃO, na quadra formada pelas Ruas Lazara Carvalho, e Avenidas Guimarães e Altair Alves Ferreira, a qual foi desafetada da sua origem por força da LEI MUNICIPAL nº 3.560/2.002, e posteriormente desmembrada em 02 (duas) quadras que receberam os cadastros NE-11-01-08, NE-11-01-08A.

189º) ÁREA DESTINADA A GRUPO ESCOLAR, na quadra formada pelas Ruas Lazara Carvalho, Pedro Alves Vilela e Avenida Guimarães, a qual também foi desafetada da sua origem por força da LEI MUNICIPAL nº 3.560/2.002, e posteriormente desmembrada em 02 (duas) quadras que receberam os cadastros NE-11-01-07, NE-11-01-07A.

BAIRRO ALVORADA

190º) PRAÇA NOVO TEMPO, na quadra formada pelas Ruas Dos Mognos, Dos Cedros, e Avenidas Jacarandás e Ipês.

191º) CENTRO DESPORTIVO MUNICIPAL com frente para a Rua João Martins de Andrade e Avenida Professor José Vieira de Mendonça, onde estão edificadas o antigo Ginásio Romão e a construção do ESTADIO MUNICIPAL JULIA PRADO.

BAIRRO PORTAL DO CERRADO

192º) ÁREA VERDE, na quadra formada pelas Ruas PC-01, PC-02 E PC-03, do citado Bairro.

193º) ÁREA INSTITUCIONAL, com frente para a Rua PC-04, do citado Bairro, a qual foi desafetada de sua origem por força da Lei Municipal nº 4.463/2016.

PROLONGAMENTO DO BAIRRO PORTAL DOS IPÊS.

194º) ÁREA VERDE, com frente para a rotatória da Rua Getúlio Teodoro de Queiroz, do citado Bairro.

195º) ÁREA INSTITUCIONAL, com frente para a rotatória da Rua Getúlio Teodoro de Queiroz, do citado Bairro.